



Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional

CONTEXTO ESPAÇO SUJEITO

notícias do neoliberalismo no tempo do agora

Rodrigo Capelato



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Rodrigo Capelato

CONTEXTO
ESPAÇO
SUJEITO

notícias do neoliberalismo no tempo do agora

Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional,
apresentada como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo.

Porto Alegre
2023

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora

Patricia Pranke

Diretora da Faculdade de Arquitetura

Eliane Constantinou

Vice-Diretora da Faculdade de Arquitetura

Livia Teresinha Salomão Piccinini

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Júlio Celso Borello Vargas

Coordenadora Substituta do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Luciana Inês Gomes Miron

Bibliotecária-Chefe da Faculdade de Arquitetura

Margarete Tesainer

CIP – Catalogação na Publicação

Capelato, Rodrigo
CONTEXTO ESPAÇO SUJEITO: notícias do neoliberalismo
no tempo do agora / Rodrigo Capelato. -- 2023.
330 f.
Orientador: Eber Pires Marzulo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. neoliberalismo. 2. planejamento estratégico. 3.
subjetividade no capitalismo. 4. devir desobediente.
5. micropolítica ativa. I. Pires Marzulo, Eber,
orient. II. Título.

Rodrigo Capelato

CONTEXTO ESPAÇO SUJEITO

notícias do neoliberalismo no tempo do agora

Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 11 de agosto de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo
Orientador

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS)
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS)

Prof.^a Dra. Ana Cabral Rodrigues
Examinadora Externa

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (PPGpsi/UFF)
Departamento de Psicologia – Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle
Examinador Externo

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH)
Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
Examinador Interno

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS)
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS)

*Aos meus pais,
que me confiaram asas.*

agradecimentos

Apesar de um trabalho em que pese a solidão, durante todo este processo acumulei dívidas infinitas, das quais pretendo começar a amortizá-las. Me pareceu legítimo acionar a força da memória, afinal, nesta trajetória, são inúmeros os lampejos episódicos, dos quais estão entrelaçados por corpos afetivos que borraram essa experiência. Decidi nomear alguns, mas certo de que foram muitos, na intenção de contemplá-los, preferi evocar o lugar potente que os posicionam na minha vida. Contudo, ainda que revelados à vista de circunstâncias distintas, estes foram só pontos de contato, pois o que de fato se faz presente, tange aquilo que aprendi com Henri Bergson e Gilles Deleuze, respectivamente, a duração e as intensidades.

Primeiramente, antes de personalizar e atribuir rostos, quero agradecer ao Estado que, precisamente de 1984 a 1994 no Brasil, particularmente na cidade de Americana/SP, me oportunizou educação pública e de qualidade, sem a qual jamais chegaria até aqui.

A Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de viver essa experiência. Ao corpo docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, por todo apoio e, principalmente, por acreditarem na força deste processo de qualificação e aperfeiçoamento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

As funcionárias do Centro de Documentação e Informação do IBGE (CDDI/IBGE), Gerlaine Braga (RJ) e Denísia Martins (SP), por não pouparem esforços em disponibilizar o acervo do respectivo instituto.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sobretudo, ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), pela acolhida. As secretárias Mariluz Grando e Paula Fischer, pela atenção e carinho. A todo(a)s o(a)s professore(a)s, por acreditarem na força revolucionária do planejamento urbano e regional, circunscrita nesta trajetória pelo(a)s docentes Célia Ferraz de Souza, César Bastos de Mattos Vieira, Clarice Maraschin, Daniela Marzola Fialho, Danielle Caron, Heleniza Ávila Campos, Inês Martina Lersch, João Farias Rovati, Lívia Teresinha Salomão Piccinini, Luciana Inês Gomes Miron, Maria Soares de Almeida, Paulo Edison Belo Reyes e Wrana Maria Panizzi.

A professora Zaida Muxí, da Universidade Politécnica da Catalunha (UPC), pela generosidade que me apresentou, sob o seu ponto de vista crítico e feminista, a cidade de Barcelona. Ao professor Eduardo Ernesto Fellippe, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), por apontar as complexidades da conjuntura econômica brasileira, onde entendi que o desafio aqui proposto estava para além dos campos que julgava concatenados. A professora Tetê Barachini, do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/UFRGS), por me convidar a experimentar a força revolucionária da arte. Ao professor Silvio Gallo, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pelas provocações que desvelaram interlocutores fundamentais desta trajetória. A professora Tânia Mara Galli Fonseca, por me receber na disciplina "*Arquivo e Testemunho X – Espacialidade, Imagem e Olhar como experiência*", me revelar o outro lado da força e me conduzir por caminhos que desconhecia.

Ao Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS), pelas das trocas e presença constante.

Ao professor Eber Pires Marzulo, pela generosidade misturada, diante da destreza de se fazer distinto como orientador e amigo. Grato por me levar até a porta do labirinto do conhecimento e me entregar o fio para que eu voltasse. Demorei, porque muitas vezes me perdi, mas hoje entendo o quão necessário foi para que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais e irmãos, pelo amor incondicional.

Aos amigos, cuja importância se mistura a ideia de família.

Por fim, anacronicamente a Deus, pela força invisível e por sempre me fazer bem, afinal, reinventado por mim - longe da sua versão representativa e tomada de juízo – sua ideia de existência nunca cancelou minha liberdade, tampouco as experiências do acaso até aqui reveladas.

Vivemos em um mundo desagradável, onde não apenas as pessoas, mas os poderes estabelecidos têm interesse em nos comunicar afetos tristes. A tristeza, os afetos tristes são todos aqueles que diminuem nossa potência de agir. Os poderes estabelecidos têm necessidade de nossas tristezas para fazer de nós escravos. O tirano, o padre, os tomadores de almas, têm necessidade de nos persuadir que a vida é dura e pesada. Os poderes têm menos necessidade de nos reprimir do que de nos angustiar, ou, como diz Virílio, de administrar e organizar nossos pequenos terrores íntimos. A longa lamentação universal sobre a vida: a falta-de-ser que é a vida. Por mais que se diga "dancemos", não se fica alegre. Por mais que se diga "que infelicidade a morte", teria sido preciso viver para ter alguma coisa a perder. Os doentes, tanto da alma quanto do corpo, não nos largarão, vampiros, enquanto não nos tiverem comunicado sua neurose e sua angústia, sua castração bem-amada, o ressentimento contra a vida, o imundo contágio. Tudo é caso de sangue. Não é fácil ser um homem livre: fugir da peste, organizar encontros, aumentar a potência de agir, afetar-se de alegria, multiplicar os afetos que exprimem ou envolvem um máximo de afirmação. Fazer do corpo uma potência que não se reduz ao organismo, fazer do pensamento uma potência que não se reduz à consciência.

Gilles Deleuze

Na perspectiva crítica de Marx, para além da capacidade de desmanchar toda a solidez da sociedade, o capitalismo seguiria sua marcha e, diante de ciclos de instabilidade, tenderia à sua autodestruição. Contudo, sem notícias de um fim, a partir da segunda metade dos anos 70, fundamentado nas crises acumuladas de um período protecionista, o capitalismo se reinventou a fim de manter a sua lógica exploratória e acumulativa, através de um *casamento com separação total de bens* entre o Estado e o mercado. Tomado por procedimentos experimentais legitimados, a ordem economicista revelou um metabolismo sistêmico e, por capilaridade, passou a interferir em todas as esferas da vida, inclusive alcançando campos de ação antes operados por lógicas distintas, como no caso dos direitos sociais convertidos em serviços rentáveis. Sua força motriz continuou acoplada ao trabalho, porém, para além da condição opressora do disciplinamento foucaultiano, investiu em processos sofisticados de subjetivação intencionada que estabilizou sua lógica ao transferir para o trabalhador a responsabilidade de empresariar a si mesmo, tendo que administrar sua relação sistêmica com o mundo social. Quando associada à variável tempo, a vida foi acelerada a ponto de fazer da existência uma experiência utilitária, controlada por um estado de falta constante diante de padrões inatingíveis que circulam de forma oportunista pela rede informacional, a esmagar do corpo, do pensamento e do desejo tudo que fazia do sujeito intrínseco e inerente. Neste mundo entre iguais, o outro se tornou uma ameaça e a cidade, reduzida a deslocamentos intencionais, foi esvaziada do seu poder político do encontro, do embate e da mistura, ficando disponível àqueles que nela intencionam fazer negócios. Condições exacerbadas quando, por necessidade de isolamento social, foram ajustadas devido à pandemia do coronavírus (COVID-19). Diante das notícias do tempo do agora, é vontade deste trabalho pensar táticas capazes de oportunizar formas outras de existir: o possível em devir desobediente. Certo de que este objetivo versa de uma condição-fim, dependente de uma investigação capaz de evidenciar um mundo de possibilidades outras diante da vivacidade reversora da desobediência, propõe-se uma trajetória a partir de seu avesso mediante uma análise interrelacional entre o CONTEXTO neoliberal (teoria de fundo), a produção estratégica do ESPAÇO (teoria do problema específico) e suas interações objetivas e subjetivas com SUJEITO(s), a fim de demonstrar – enquanto hipótese – que a força estruturada desta tríade faz da obediência ao capitalismo uma manobra cínica que mantém e estabiliza as intenções perversas do neoliberalismo. Com vistas ao referido pressuposto, a variável espaço, por adesão ao modelo estratégico, foi personalizada através do *Pla Estratègic Econòmic i Social – Barcelona 2000* (1990), do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – *Rio Sempre Rio* (1996) e do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (2015), que - na qualidade de objetos empíricos da pesquisa - revelaram intenções peculiares junto à competitividade das cidades. Todavia, quando comparados por analogia (procedimento metodológico) mediante variáveis determinadas (*intenções, operacionalizações e produtos*), os planos, diante de influências-fluxo advindas de estratégias de subordinação e interdependência empregadas pelo sistema-mundo, ratificaram a centralidade gestora e a exploração capitalista, respectivamente, associando as *intenções* e seus *produtos* às suas viabilidades *operacionais*. Se CONTEXTO e ESPAÇO estabilizam a ordem posta, é do SUJEITO a possibilidade de alcançar o objetivo intencionado. Assim, sob o argumento de que os processos de subjetivação capitalista cooptaram da mão de obra somente a sua parte interessada (produção associada à exploração e à acumulação), convém revelar dos outros de si mesmo aquilo que o faz esgotado, enquanto possibilidades em devir de investir o mundo social através de ações táticas desobedientes capazes de ameaçar as imposições macropolíticas do Estado e dos centros de poder a ele filiado e, por efeito, de romper com o pessimismo que tem reduzido a vida a um estado de mera sobrevivência.

palavras-chave

neoliberalismo; planejamento estratégico; subjetividade no capitalismo; devir desobediente; micropolítica ativa.

abstract

In Marx's critical perspective, beyond the ability to dismantle all the solidity of society, capitalism would follow its march and, facing cycles of instability, would tend to its self-destruction. However, with no news of an end, from the second half of the 1970s on, based on the accumulated crises of a protectionist period, capitalism reinvented itself in order to maintain its exploitative and accumulative logic, through a *marriage with total separation of property* between the State and the market. Taken by legitimized experimental procedures, the economicist order revealed a systemic metabolism and, by capillarity, started to interfere in all spheres of life, even reaching fields of action previously operated by distinct logics, as in the case of social rights converted into profitable services. Its driving force remained coupled to labor, but beyond the oppressive condition of Foucauldian disciplining, it invested in sophisticated processes of intentional subjectivation that stabilized its logic by transferring to the worker the responsibility of entrepreneurializing himself, having to manage his systemic relationship with the social world. When associated with the time variable, life has been accelerated to the point of making existence a utilitarian experience, controlled by a state of constant lack in the face of unattainable standards that circulate opportunistically through the informational network, crushing from the body, from thought, and from desire everything that made the subject intrinsic and inherent. In this world between equals, the other has become a threat and the city, reduced to intentional displacements, has been emptied of its political power of encounter, clash, and mixture, becoming available to those who intend to do business in it. Conditions were exacerbated when, out of necessity for social isolation, they were adjusted due to the coronavirus pandemic (COVID-19). Faced with the news of the time of now, this work intends to think about tactics capable of creating other forms of existence: the possible in disobedient becoming. Certain that this goal is an end condition, dependent on an investigation capable of evidencing a world of other possibilities in the face of the reversible vivacity of disobedience, we propose a trajectory starting from its opposite through an interrelational analysis between the neoliberal CONTEXT (background theory) the strategic production of SPACE (specific problem theory) and its objective and subjective interactions with SUBJECT(S), in order to demonstrate - as a hypothesis - that the structured force of this triad makes obedience to capitalism a cynical maneuver that maintains and stabilizes the perverse intentions of neoliberalism. With this assumption in mind, the space variable, by adherence to the strategic model, was customized through the *Pla Estratègic Econòmic i Social - Barcelona 2000* (1990), the Strategic Plan of the City of Rio de Janeiro - *Rio Sempre Rio* (1996), and the Master Plan for the Rehabilitation of the Center of Manaus (2015), which - as empirical objects of the research - revealed peculiar intentions with the competitiveness of cities. However, when compared by analogy (methodological procedure) through determined variables (*intentions, operationalizations and products*), the plans, in the face of influences-flow arising from subordination and interdependence strategies employed by the world-system, ratified managerial centrality and capitalist exploitation, respectively, associating the *intentions* and their *products* to their *operational* viabilities. If CONTEXT and SPACE stabilize the established order, the possibility of achieving the intended goal belongs to the SUBJECT. Thus, under the argument that the processes of capitalist subjectivation have co-opted from labor only its interested part (production associated with exploitation and accumulation), it is convenient to reveal from others of oneself that which makes it exhausted, as possibilities in becoming of investing the social world through tactical disobedient actions capable of threatening the macro-political impositions of the State and the centers of power affiliated to it and, in effect, of breaking with the pessimism that has reduced life to a state of mere survival.

keywords

neoliberalism; strategic planning; subjectivity in capitalism; becoming disobedient; active micropolitics.

Índice de figuras

Capa

Monumento à abertura dos portos às nações amigas – Largo de São Sebastião, Manaus/ AM.

Fonte: acervo próprio.

Tratamento digital: Rodolfo Capelato.

Introdução

Figura 1 - A recusa de August Landmesser..... pág. 19

Capítulo 1

Figura 2 - Síntese esquemática da gênese do neoliberalismo pág. 42

Figura 3 - Cartilhas de dominação neoliberal..... pág. 46

Capítulo 2

Figura 4 - Retrato caricatural do sujeito neoliberal pág. 85

Figura 5 - Implantação do “*Plan de la Ribera*” pág. 91

Figura 6 - Material de divulgação pág. 91

Figura 7 - Frente marítima de Barcelona..... pág. 91

Figura 8 - Publicações associadas ao processo de divulgação e convencimento do projeto olímpico pág. 92

Figura 9 - Organograma do “*Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*” pág. 95

Figura 10 - Polígono emergencial das Olimpíadas de 1992 pág. 98

Figura 11 - Vila Olímpica: privatização do espaço com elementos bloqueadores de circulação pág. 98

Figura 12 - Divulgação dos benefícios fiscais para aquisição de moradia nas vilas olímpicas de *Poblenou e Vall d’Hebron*..... pág. 99

Figura 13 - Barcelona após 1992 pág. 100

Figura 14 - Estudos de implantação do Projeto 22@ pág. 103

Figura 15 - “*Fórum das Culturas*” de 2004: vista geral do projeto/evento pág. 103

Capítulo 3

Figura 16 - Síntese esquemática do neoliberalismo. Relações episódicas às particularidades da América Latina e do Brasil.. pág. 113

Figura 17 - Cartaz de divulgação / “Seminário Estratégias Urbanas Rio-Barcelona” pág. 122

Figura 18 - Capa e Logotipo / Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “*Rio Sempre Rio*” pág. 122

Figura 19 - Estrutura organizacional de elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro..... pág. 126

Figura 20 - Organograma do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro..... pág. 129

Figura 21 - Síntese metodológica do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro pág. 137

Figura 22 - Estrutura organizacional de implementação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro pág. 138

Figura 23 - Planos estratégicos subsequentes da cidade do Rio de Janeiro pág. 141

Capítulo 4

Figura 24 - Evolução do território brasileiro a partir de eventos associados à região amazônica pág. 150

Figura 25 - A “cidade flutuante” de Manaus (de 1920 a 1964)..... pág. 152

Figura 26 - A “Marcha para o Oeste”: propaganda e divulgação da *nova capital de Goyaz* pág. 153

Figura 27 - Campanha de divulgação da reanimação produtiva da borracha pág. 153

Figura 28 - “*Grande Marcha para a Coleta da Borracha Usada*”. Mobilização promovida pelo Semta pág. 154

Figura 29 - Amazônia Legal..... pág. 155

Figura 30 - Área de atuação da SPVEA pág. 157

Figura 31 - Capa / Primeiro Plano Quinquenal..... pág. 157

Figura 32 - Gráfico de aplicações de verbas da SPVEA (1955) pág. 157

Figura 33 - Subcomissões de Planejamento da SPVEA (1955) pág. 157

Figura 34 - Esquema relacional e comparado de sistemas intercidades pág. 166

Figura 35 – Esquema-fluxo de sistemas intercidades pág. 169

Figura 36 - “*Planta (Croquis) da Cidade de Manaus*” de 1852..... pág. 171

Figura 37 - *Seleção-montagem* a partir do álbum “*The City of Manaus and the Country of Rubber Trees*” (1893) pág. 175

Figura 38 - “*Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus*” de 1895..... pág. 177

Figura 39 - “*Cidade flutuante*”. Igarapé do São Raimundo desaguando no Rio Negro. pág. 178

Figura 40 - Mapa de localização dos flutuantes no centro de Manaus pág. 179

Figura 41 - Planta da Cidade de Manaus de 1968..... pág. 181

Figura 42 - Efeito Zona Franca: ocupações palafíticas à margem dos igarapés..... pág. 181

Figura 43 - Promoção macroeconômica do desenvolvimento da Amazônia.....	pág. 183
Figura 44 - Mapa de integração do Distrito Industrial à cidade de Manaus.....	pág. 184
Figura 45 - Eventos relevantes associados às concessões de incentivo da Zona Franca de Manaus.....	pág. 186
Figura 46 - Evolução urbana do município de Manaus/AM.....	pág. 187
Figura 47 - Projeto da <i>Avenida Manaus Moderna</i>	pág. 189
Figura 48 - Projetos colocalizados no Centro de Manaus.....	pág. 193
Figura 49 - Capa / PDRCM.....	pág. 193
Figura 50 – Borda do setor administrativo do Centro de Manaus.....	pág. 193
Figura 51 - Centro expandido: perímetro do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 194
Figura 52 - Fluxo brasileiro de financiamento externo.....	pág. 197
Figura 53 - Síntese gráfica do diagnóstico temático transversal.....	pág. 198
Figura 54 - Síntese gráfica da matriz SWOT aplicada.....	pág. 199
Figura 55 - Mapa-Síntese / potencialidades territoriais (“forças”) a partir da aplicação da Matriz SWOT.....	pág. 199
Figura 56 - Mapa-Síntese / debilidades territoriais (“fraquezas”) a partir da aplicação da Matriz SWOT.....	pág. 200
Figura 57 - “Áreas homogêneas” identificadas no perímetro do projeto.....	pág. 201
Figura 58 - Síntese gráfica dos indicadores do perímetro do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 206
Figura 59 - Síntese diagnóstica do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 211
Figura 60 - Visão de futuro para o centro de Manaus.....	pág. 212
Figura 61 - Organograma do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 213
Figura 62 - Orla do Centro de Manaus.....	pág. 219
Figura 63 - Visão de futuro para orla do centro de Manaus.....	pág. 219
Figura 64 - Setorização da orla de Manaus conforme perímetro do PDRCM (2015).....	pág. 220
Figura 65 - Área de Intervenção Prioritária (AIP “Ilha de São Vicente”) proposta enquanto projeto-piloto.....	pág. 220

Capítulo 5

Figura 66 - Fluxo de influência dos planos estratégicos analisados.....	pág. 280
---	----------

Considerações Finais

Figura 67 - O extermínio integrador da palafita.....	pág. 292
Figura 68 - Os outros de si mesmo.....	pág. 294
Figura 69 - Traços da existência: uma possível cartografia.....	pág. 301
Figura 70 - Cartografia do possível em devir desobediente.....	pág. 305

índice de tabelas

Capítulo 4

Tabela 1 - Produção comparada da borracha amazônica e asiática entre 1900 e 1919.....	pág. 176
Tabela 2 - Densidade populacional da cidade flutuante.....	pág. 179
Tabela 3 - Crescimento Populacional (1970 a 2000).....	pág. 186
Tabela 4 - Indicadores de áreas homogêneas: Orla do São Raimundo.....	pág. 207
Tabela 5 - Indicadores de áreas homogêneas: Área de Influência do São Raimundo.....	pág. 207
Tabela 6 - Indicadores de áreas homogêneas: Orla do Rio Negro.....	pág. 208
Tabela 7 - Indicadores de áreas homogêneas: Área de Influência da Orla do Rio Negro.....	pág. 208
Tabela 8 - Indicadores de áreas homogêneas: Centro-Cívico.....	pág. 209
Tabela 9 - Indicadores de áreas homogêneas: Centro-Bairro.....	pág. 209
Tabela 10 - Indicadores de áreas homogêneas: Igarapé de Manaus.....	pág. 210
Tabela 11 - Indicadores de áreas homogêneas: Igarapé do Mestre Chico.....	pág. 211

índice de quadros

Capítulo 1

Quadro 1 - Síntese comparada da matriz psicológica da episteme neoliberal.....	pág. 55
--	---------

Capítulo 2

Quadro 2 - Síntese relacional entre as categorias-chave de Pierre Bourdieu e o planejamento estratégico de cidades.....	pág. 76
Quadro 3 - Distinções entre o Plano Estratégico Territorial e o Plano Diretor.....	pág. 82
Quadro 4 - Cronograma de elaboração do “ <i>Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000</i> ”.....	pág. 94
Quadro 5 - Prêmios e distinções concedidos à Barcelona.....	pág. 101

Capítulo 3

Quadro 6 - Cronograma geral de elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.....	pág. 126
Quadro 7 - Estratégia 1 / O Carioca do Seculo XXI.....	pág. 130
Quadro 8 - Estratégia 2 / Rio Acolhedor.....	pág. 131
Quadro 9 - Estratégia 3 / Rio Participativo.....	pág. 132
Quadro 10 - Estratégia 4 / Rio Integrado.....	pág. 133
Quadro 11 - Estratégia 5 / Portas do Rio.....	pág. 134
Quadro 12 - Estratégia 6 / Rio Competitivo.....	pág. 135
Quadro 13 - Estratégia 7 / Rio 2004, Polo Regional, Nacional e Internacional.....	pág. 136

Capítulo 4

Quadro 14 - Principais ações/projetos do período militar na região Amazônica (1964 a 1985).....	pág. 159
Quadro 15 - Desenvolvimento regional na Amazônia: projetos relevantes implementados na ditadura militar.....	pág. 161
Quadro 16 - Cronograma de atividades de um seringueiro.....	pág. 174
Quadro 17 - Estrutura atual de governança: os incentivos da Zona Franca de Manaus.....	pág. 185
Quadro 18 - Cronograma de elaboração do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 195
Quadro 19 - Síntese das informações socioterritoriais das áreas homogêneas.....	pág. 202
Quadro 20 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA SOCIOECONÔMICO.....	pág. 203
Quadro 21 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA AMBIENTAL.....	pág. 204
Quadro 22 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA MOBILIDADE.....	pág. 204
Quadro 23 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA INFRAESTRUTURA.....	pág. 205
Quadro 24 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA URBANO.....	pág. 205
Quadro 25 - Linha estratégica temática 01.....	pág. 213
Quadro 26 - Linha estratégica temática 02.....	pág. 214
Quadro 27 - Linha estratégica temática 03.....	pág. 215
Quadro 28 - Linha estratégica temática 04.....	pág. 216
Quadro 29 - Linha estratégica temática 05.....	pág. 217
Quadro 30 - Linha estratégica territorial 06.....	pág. 218
Quadro 31 - Síntese diagnóstica da Área de Intervenção Prioritária “Ilha de São Vicente”.....	pág. 221
Quadro 32 - Cronograma de implementação do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 221

Capítulo 5

Quadro 33 - O “obstáculo epistemológico” / síntese teórica.....	pág. 248
Quadro 34 - O “obstáculo epistemológico” / síntese aplicada.....	pág. 249
Quadro 35 - Raciocínio por analogia – categorias analíticas.....	pág. 252
Quadro 36 - INTENÇÕES / CONTEXTO: Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus.....	pág. 253
Quadro 37 - INTENÇÕES / OBJETO DE PESQUISA: <i>Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000</i>	pág. 255
Quadro 38 - INTENÇÕES / OBJETO DE PESQUISA: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “ <i>Rio Sempre Rio</i> ”.....	pág. 257
Quadro 39 - INTENÇÕES / OBJETO DE PESQUISA: Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 259
Quadro 40 - OPERACIONALIZAÇÃO / Instrumento conceitual: ESPAÇO SOCIAL.....	pág. 261
Quadro 41 - OPERACIONALIZAÇÃO / Instrumentos conceituais: <i>HABITUS / CAMPO / ILLUSIO / CAPITAL</i>	pág. 263
Quadro 42 - PRODUTOS / <i>Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000</i>	pág. 268
Quadro 43 - PRODUTOS / Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – <i>Rio Sempre Rio</i>	pág. 270
Quadro 44 - PRODUTOS / Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.....	pág. 274
Quadro 45 - Aproximações analógicas.....	pág. 279

Índice de abreviaturas e siglas

ACRJ**	Associação Comercial do Rio de Janeiro [4]
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AID	Associação Internacional para o Desenvolvimento
AIP	Área de Intervenção Prioritária
AM	Amazonas [unidade federativa]
APP	Área de Preservação Permanente
ASSEPRO**	Associação de Empresas Brasileiras de Software e Serviços de Informática [4]
BACEN**	Banco Central do Brasil [3]
BANERJ**	Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A [2]
BASA	Banco da Amazônia
BB**	Banco do Brasil S/A [3]
BCD*	<i>Barcelona Centre de Disseny</i>
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIO-RIO**	Fundação Bio-Rio [4]
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES**	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [3]
BNH	Banco Nacional da Habitação
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRS	<i>Bus Rapid Service</i>
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAPAG	Capacidade de Pagamento
CDC	<i>Convergència Democràtica de Catalunya</i>
CDRJ**	Companhia Docas do Rio de Janeiro [3]
CEDAE**	Companhia Estadual de Águas e Esgoto [2]
CEDAPS**	Centro de Desenvolvimento, Apoio e Programas de Saúde [4]
CEF**	Caixa Econômica Federal [3]
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFDT	Confederação Francesa Democrática do Trabalho
CGLU	Cidades e Governos Locais Unidos
CIDEM*	<i>Centre d'Informació i Desenvolupament Empresarial</i>
CIDEU	<i>Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano</i>
CIEAM	Centro da Indústria do Estado do Amazonas
CLF**	Coordenação de Licenciamento e Fiscalização [1]
CMRE	<i>Consejo de Municipios y Regiones de Europa</i>
CNPq**	Conselho Nacional de Pesquisas [3]
CNRP**	Conselho Nacional de Reforma Psiquiátrica [3]
COB**	Comitê Olímpico Brasileiro [4]
CODIN**	Companhia de Desenvolvimento Industrial [2]
COFIEIX	Comissão de Financiamentos Externos
COI	Comitê Olímpico Internacional
COMLURB**	Companhia Municipal de Limpeza Pública [1]
CONERJ**	Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro [2]
CONSAG**	Comitê de Gestão da Bacia Hidrográfica da Baixada de Jacarepaguá [1]
COPPE**	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia [3]
CRA**	Coordenação das Regiões Administrativas [1]
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CsO	Corpo sem Órgãos
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNER**	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem [3]
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ECT**	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos [3]
EGP	Escritório de Gerenciamento de Projetos

EMBRATEL**	Empresa Brasileira de Telecomunicações [3]
ESDI**	Escola Superior de Desenho Industrial [2]
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FBDS**	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Auto-sustentável [4]
FEEMA**	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente [2]
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FINEP**	Financiadora de Estudos e Projetos [3]
FIRJAN**	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro [4]
FJB**	Fundação José Bonifácio [3]
FLUMITRENS**	Companhia Fluminense de Trens Urbanos [2]
FMCU	Federação Mundial de Cidades Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo de População das Nações Unidas
FONPLATA	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata
FPJ**	Fundação Parques e Jardins [1]
FUNDERJ**	Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro [2]
GEDEG**	Grupo Executivo de Despoluição da Baía da Guanabara [2]
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
GLC	<i>Greater London County Council</i>
GMP	<i>Gerkan, Marg and Partners</i>
IAB**	Instituto dos Arquitetos do Brasil [4]
IBAMA**	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente [3]
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICT*	<i>Institut Català de Tecnologia</i>
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDIADA*	<i>Institut d'Investigació Aplicada de l'Automòbil</i>
IEFD**	Instituto de Educação Física e Desporto [2]
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
ILPES	Instituto Latino-americano de Pesquisas
IMPLURB***	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INEFC	<i>Institut Nacional d'Educació Física de Catalunya</i>
INEPAC**	Instituto Estadual de Patrimônio Cultural [2]
INFRAERO**	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária [3]
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN**	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [3]
IPLANRIO**	Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A [1]
IULA	União Internacional de Autoridades Locais
JBIC	<i>Japan Bank for International Cooperation</i>
JBRJ**	Jardim Botânico do Rio de Janeiro [3]
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
KFW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
MAer**	Ministério da Aeronáutica [3]
MANAUSTRANS***	Instituto Municipal de Fiscalização e Trânsito de Manaus
MC**	Ministério das Comunicações [3]
MCT**	Ministério da Ciência e Tecnologia [3]
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Ministério da Economia
MEC**	Ministério da Educação e do Desporto [3]
MEE**	Ministro Extraordinário dos Esportes [3]
METRÔ**	Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro [2]
MEx**	Ministério do Exército [3]
MF**	Ministério da Fazenda [3]
MICT**	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo [3]

MIGA.....	Agência Multilateral de Garantias de Investimentos
MINC**.....	Ministério da Cultura [3]
MMA**.....	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal [3]
MRE**.....	Ministério das Relações Exteriores [3]
MS**.....	Ministério da Saúde [3]
MT**.....	Ministério dos Transportes [3]
MTb**.....	Ministério do Trabalho [3]
MULTIRIO**.....	Empresa Municipal de Multimeios Ltda [1]
NDB.....	<i>New Development Bank</i>
NTCI.....	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCDE.....	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
OD.....	Orçamento Democrático
OEA.....	Organização dos Estados Americanos
OMC.....	Organização Mundial do Comércio
ONG.....	Organização não Governamental
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PA.....	Pará [unidade federativa]
PAC.....	Programa de Aceleração do Crescimento
PDRAE.....	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDRCM.....	Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus
PDS.....	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PDT.....	Partido Democrático Trabalhista
PDUA.....	Plano Diretor Urbano e Ambiental
PECRJ.....	Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro
PERI's.....	<i>Plans Espaciais de Reforma Interior</i>
PEUC.....	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórias
PIM.....	Polo Industrial de Manaus
PIN.....	Programa de Integração Nacional
PMDB.....	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMM.....	Prefeitura Municipal de Manaus
PMN.....	Partido da Mobilização Nacional
PND.....	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA.....	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE.....	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPA.....	Plano Plurianual
PPP.....	Parceria Público-Privada
PPQ.....	Primeiro Plano Quinquenal
PRB.....	Partido Republicano Brasileiro
PROSAMIM.....	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
PROTERRA.....	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROURBIS.....	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus
PSB.....	Partido Socialista Brasileiro
PSC/PSOE.....	Partido Socialista da Catalunha/Partido Socialista Operário Espanhol
PSD.....	<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i>
PSDB.....	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL.....	Partido Socialismo e Liberdade
PTB.....	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC/RIO**.....	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro [4]
RENFE*.....	<i>Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles</i>
RFFSA**.....	Rede Ferroviária Federal S/A [3]
RIO ZOO**.....	Fundação do Zoológico do Rio de Janeiro [1]
RIOSOFT**.....	Sociedade Núcleo de Apoio à Produção e Exportação de Software do Rio de Janeiro [4]
RIOTUR**.....	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro [1]
RIOURBE**.....	Empresa Municipal de Urbanização [1]
SAIN.....	Secretaria de Assuntos Internacionais
SBERJ**.....	Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro [4]
SEBRAE**.....	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [4]
SECE**.....	Secretaria de Estado de Cultura e Esporte [2]

SECINT.....	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
SECTEC**	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia [2]
SECTRAN**	Secretaria de Estado de Transportes [2]
SEDECT**	Secretário Extraordinário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia [1]
SEERJ**	Secretaria de Estado de Educação [2]
SEICT**	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo [2]
SEMA**	Secretaria de Estado de Meio Ambiente [2]
SEMC.....	Secretaria Municipal do Centro
SEMINF***	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMMAS***	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SENAC**	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial [4]
SENAI**	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial [4]
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SERLA**	Superintendência Estadual de Rios e Lagoas [2]
SES**	Secretaria de Estado de Saúde [2]
SINE**	Sistema Nacional de Emprego [3]
SMAC**	Secretaria Municipal de Meio Ambiente [1]
SMC**	Secretaria Municipal de Cultura [1]
SMDS**	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social [1]
SME**	Secretaria Municipal de Educação [1]
SMEL**	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer [1]
SMF**	Secretaria Municipal de Fazenda [1]
SMG**	Secretaria Municipal de Governo [1]
SMH**	Secretaria Municipal de Habitação [1]
SMO**	Secretaria Municipal de Obras [1]
SMS**	Secretaria Municipal de Saúde [1]
SMTU**	Secretaria Municipal de Transportes Urbanos [1]
SMU**	Secretaria Municipal de Urbanismo [1]
SNAAPP	Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará
SOIVRE*	<i>Servicio Oficial de Inspección, Vigilancia y Regulación de las Exportaciones</i>
SOSP**	Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos [2]
SPU**	Serviço de Patrimônio da União [3]
SPVEA.....	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SSP**	Secretaria de Estado de Segurança Pública [2]
STN.....	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDERJ**	Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro [2]
SUFRAMA.....	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS.....	Sistema Único de Saúde
TELERJ**	Telecomunicações do Rio de Janeiro [3]
TUBSA	<i>Tecnologies Urbanas S.A.</i>
TURISRIO**	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro [2]
UERJ**	Universidade do Estado do Rio de Janeiro [2]
UFRJ**	Universidade Federal do Rio de Janeiro [3]
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
ZFM.....	Zona Franca de Manaus

Legenda:

* agentes associados ao *Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*.

** agentes associados ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – *Rio Sempre Rio*.

[1] *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*.

[2] *Governo do Estado do Rio de Janeiro*.

[3] *Governo Federal*.

[4] *Entidades*.

*** agentes associados ao Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.

Introdução

Tempos de (des)obediência.	18
---------------------------------	----

seção I: contexto - sujeito

Capítulo 1

1. As circunstâncias do tempo do agora.	37
1.1 Táticas de poder: de uma matriz psicológica à despolitização.	45
1.2 O <i>homo economicus</i> : competitivo, individual, livre e endividado.	57
1.3 O <i>homo social</i> : cansado, doente e desencantado.	62

seção II: espaço - sujeito

Capítulo 2

2. O planejamento estratégico de cidades: o urbanismo neoliberal.	68
2.1 O fazer estratégico: do formato-empresa para o formato-cidade.....	77
2.2 Urbanidade: <i>a prática social, como práxis espacial</i>	83
2.3 O protagonismo de Barcelona: de modelo à marca.	88

seção III: objetos empíricos da pesquisa

Capítulo 3

3. Enquanto isso no Brasil... ..	105
3.1 O pioneirismo carioca: uma experiência missionária.	116
3.2 <i>Rio Sempre Rio</i> : um plano para a cidade maravilhosa.	125
3.3 Críticas e desdobramentos: as reverberações do plano carioca.	140

Capítulo 4

4. Amazônia: periferia exótica de um Brasil desagregado.	147
4.1 A urbanização desarticulada.	165
4.2 Manaus: a invenção controversa de uma cidade nos trópicos.	170
4.3 Estratégias de uma mesma herança: o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.	195

seção IV: estratégias e métodos

Capítulo 5

5. A obediência legitimada: variações sobre o mesmo tema.	226
5.1 Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus: aproximações por analogia.	243

Considerações finais

Os outros de si mesmo: o possível em devir desobediente.	284
---	-----

Referências.....	311
------------------	-----

Introdução

Tempos de (des)obediência

Este mundo, com suas desigualdades abissais, o colapso de seus fundamentos naturais, sua disparada suicida, este mundo que estamos deixando como legado nauseabundo às gerações futuras é o nosso. E quando digo “nosso”, não é só para dizer hoje em relação a ontem. Digo “nosso” para dizer: o mundo que construímos, e aceitamos que fosse edificado, já há várias décadas, o mundo em todo caso que deixaremos àqueles que virão depois de nós. Eles nos considerarão de um egoísmo demente, de uma irresponsabilidade mortal.

E por que não dissemos nada, por que, diante da iminência da catástrofe, ainda ficamos hoje de braços cruzados e com os olhos, nem digo resignados, mas tentando desviá-los para outro lado? Por que deixamos a coisa correr, por que nos comportamos como espectadores do desastre?

(...)

Obedecer é também, e sobretudo, dizendo “sim” ao outro, repetir sempre “não” a si mesmo.

Frédéric Gros

Tempos de (des)obediência.

Figura 1 - A recusa de August Landmesser.



Fonte: <https://billofrightsinstitute.org/lessons/august-landmessers-courageous-refusal>. Acesso em 07 de setembro de 2022.

As circunstâncias da célebre fotografia (figura 1) que registrou o ato do operário de estaleiro August Landmesser (1910 – 1944), no momento de saudação ao líder do partido nazista durante a inauguração de um navio construído na cidade portuária de Hamburgo, se entrelaçam aos episódios da sua vida, dos quais envolvem o rompimento com o partido nazista; o casamento com a judia Irma Eckler (mesmo diante da vigência das *Leis de Nuremberg*); a tentativa de fugir para Dinamarca; sua prisão, acusado de traição e desonra; a captura de sua esposa pela Gestapo, seguida de sua morte em campo de concentração; a separação de suas duas filhas; e, por fim, o seu desaparecimento em combate, recrutado após ser libertado da prisão.

Ainda que distinto e personalizado, seu desfecho soma aos 6 milhões de judeus perseguidos e assassinados durante o regime nazista (1933 – 1945). Contudo, a força da imagem que retrata a recusa converteu August Landmesser a herói da resistência, cujo ato, diante das circunstâncias, fez justificada a sua desobediência diante da passividade obediente dos coadjuvantes anônimos.

Segundo o filósofo Frédéric Gros, a perspectiva que qualifica a desobediência humana advém da “inversão das monstruosidades” (GROS, 2018 [2017], p. 27), historicamente evidenciada na modernidade do Pós-Guerra, atrelada à mecanicidade técnica, à economia capitalista e ao poder político. Este último, particularmente associado aos efeitos dos regimes totalitários, apontados, por referência, aos conceitos de “banalidade do mal”, de Hannah Arendt (1999 [1963]), e de “docilidade”, de Michel Foucault (2004 [1975]).

Inversão que parte de posições binárias, das quais atribui a obediência ao humano por “contrato social” (ibidem, p. 142), a partir da vontade de “fazer sociedade juntos” (ibidem), atrelado a leis e normas que estabeleceram essa relação; e a desobediência, “do lado das formas da rusticidade selvagem, da bestialidade incontrollável” (ibidem, p. 27). Contudo, diante dos experimentos totalitários - incisivo ao caso de Adolf Eichmann¹ - somados à razão técnica, maquinal e produtiva, que fez da vida uma experiência de sujeição utilitária, Gros pressupõe um deslocamento cruzado de significados, associando a obediência à desobediência primeira, consequentemente atribuindo a desobediência do humano diante do pacto social.

¹ Otto Adolf Eichmann (1906 – 1962) foi tenente-coronel da Alemanha nazista. Durante a Segunda Guerra Mundial foi responsável pela logística de trens que deportavam os judeus para os campos de concentração.

Ainda que seu conceito invertido provoque um convite para “as aventuras da desobediência” (ROSA FILHO, 2013), Gros aprofunda essa distinção revelando *tipos* de obediência e de desobediência, associados a sujeitos e significados, bem como, formas de investi-los no mundo social.

Sua investigação faz da obediência astuta e diversa, tendo do sujeito a sua condição *submissa, a mínima, superobediente, subordinada, conformada e consentida*, das quais, apesar de variáveis distintas que as posicionam, tem sempre em um *outro* a voz de comando.

Óbvia por intenção obediente, a “submissão” (GROS, 2018 [2017], p. 38) retoma à escravidão e alcança o trabalhador. Nela, a ação passiva do sujeito está sempre associada a determinada ordem que remete ao desejo de alguém, podendo ser do chefe ou da instituição – enquanto centro de poder – a ele vinculado, e sua força operacional advém da “impossibilidade de desobedecer” (GROS, 2018 [2017], p. 40).

Por que o submisso obedece? Porque não pode fazer de outro modo, porque para ele é impossível desobedecer: a sanção seria imediata e demasiado pesada. Humilhado, demitido, espancado, excluído, rebaixado... Pagaria um preço alto demais. Arriscado demais. Obedece-se porque o custo da desobediência não é sustentável. No fundo, a única razão para obedecer é a impossibilidade de desobedecer. A submissão baseia-se no arbitrário de uma relação de forças desequilibrada, na injustiça de um relação hierárquica. O escravo executa silenciosamente as ordens de seu amo, o servo se mata para cultivar as terras de seu senhor, o operário deixa que lhe imponham cadências insanas, o empregado ouve, serrando os dentes, as críticas depreciativas de seu superior (GROS, 2018 [2017], p. 40 – 41).

Apesar dos efeitos que inviabilizam a subversão à obediência, a submissão, quando acionada por frequência e intensidade se desdobra, podendo obedecer “a mínima” (ibidem, p. 56), a fazer somente o lhe foi pedido; ou, por “superobediência” (ibidem, p. 59), extrapolar a submissão por engajamento, reforçando a ordem e o poder imposto a ponto de alcançar, segundo Gros, o argumento crítico de La Boétie sobre a “servidão voluntária” (1982 [1549]).

Contudo, para além da subserviência produtiva, a obediência também é revelada nas relações interpessoais entre sujeitos e grupos, sendo por “subordinação” (GROS, 2018 [2017], p. 67), quando - associada à criança - assume uma posição de *ouvinte-espectador*, conferindo crédito ao saber daquele (emissor) ou daquilo (pensamento, divindades etc.) que profere sobre algo; ou por “conformismo” (ibidem, p. 93), quando - semelhante a um robô - orientado por leis, padrões e convenções sociais, segue filiado aos outros.

Ainda que a subordinação e o conformismo revelem, respectivamente, o *sujeito-criança* e o *sujeito-robô*, estes tipos de obediência remetem a formatos inseridos no pacto social de fazer sociedade juntos. Assim, mesmo diante de suas distinções-tipo, ambos compõem parte da obediência por “consentimento” (ibidem, p. 131)² que, enquanto cidadão livre, por aceitar o comando e a dependência do outro, tem suposto “um ato inicial de renúncia” (ibidem, p. 135), advindo de um *sim* que o afasta de si mesmo.

Mas, para além de “tipos”, estas obediências revelam campos de ação e somente deles, tomados por formas e formatos, é que se pode investir a força do seu avesso, na qualidade de desobediência.

Assim, de natureza relacional, quando associado a costumes, hábitos ou convenções sociais, o sujeito se faz desobediente por “ironia cética” (ibidem, p. 100), quando tem entendimento antagônico diante de certas manifestações em sociedade; por “provocação cínica” (ibidem, p. 101), do qual demonstra e se manifesta diante daquilo que desconsidera; e, por fim, por

² O consentimento é o sentido político da obediência.

“desobediência civil” (ibidem, p. 143), quando questiona normas, leis, bem como a democracia, propondo revisar o funcionamento do pacto social do qual faz parte. Diferente da condição individual expressa no voto, é de ordem coletiva e “exprime a recusa de ser *governado assim*” (ibidem, grifo do autor [supracitando Michel Foucault]).

A desobediência civil manifesta a democracia transcendental. Reatualiza o que nunca existiu e faz surgir como sua sombra projetada esse momento de origem em que um coletivo decide sobre seu destino, em que se decide para a humanidade o sentido nobre do político (GROS, 2018 [2017], p. 144).

Embora a vontade das obediências seja coletiva, elas dependem da “obrigação ética” (ibidem, p. 170). Um tipo íntimo de obediência, determinada pela consciência do indivíduo.

Quando associada à liberdade e à democracia este tipo advém de posições que envolvem a capacidade do sujeito obedecer, bem como, a possibilidade de comandar, onde ambas têm o reconhecimento do sujeito, independentemente da posição determinada. Obediência e comando se acomodam na obrigação ética, porém, o que a faz distinta do consentimento transcendente é a força dessa relação, enquanto condição voluntária, interiorizada e resistente do sujeito consigo mesmo: “*Eu comando a mim mesmo a obedecer*” (ibidem, p. 175, grifo nosso).

O domínio perfeito de si e a obediência soberana a si mesmo, seu inverso, produzem uma ordem interior. O comportamento devasso, a conduta injusta se pagam com a quebra dessa harmonia que garante “a amizade consigo mesmo”. Cometer um crime, diz Arendt, é aceitar viver, o resto dos dias, na companhia de um assassino: si mesmo. É destruir a camaradagem mesma dessa relação consigo que nos torna, nós mesmos para nós mesmos, *vivíveis* (GROS, 2018 [2017], p. 178, grifos do autor).

No entanto, a força que determina a obediência na relação de si consigo mesmo não é estática, afinal, existe um mundo em movimento que, apesar de suas intenções investirem o nexo fixo, a manutenção deste formato está diretamente atrelada às interações e experiências do sujeito, capazes de revelar uma percepção “intolerável” (ibidem, p. 156)³, a ponto de romper com a sua ética relacional (consciência e obediência). Momento crítico de “coragem” (ibidem, p. 161), a fazer da desobediência o único *efeito-ação* capaz de reconciliar o si consigo mesmo. É a “dissidência cívica” (ibidem, p. 167)⁴ do sujeito, a desobedecer pela certeza de que “*já não pode continuar a obedecer*” (ibidem, grifo do autor).

A genealogia binária de Frédéric Gros tem na obediência a passividade de uma estabilidade estratégica, que faz – por contraponto – da desobediência, um campo de possibilidades outras. Baseado na história do pacto social e com vistas ao funcionamento da sociedade, seus pressupostos sustentam uma “democracia crítica” combinada à “resistência ética” (ROSA FILHO, 2018, p. 50); e destas faz-se irônico e enfático ao responder “basta abrir os olhos” (GROS, 2017 [2018], p. 16), para aqueles que ainda tem dúvida da necessidade urgente de instaurar um estado de desobediência, diante de uma única e uníssona certeza: VIVEMOS TEMPOS DIFÍCEIS!

Assim, é vontade deste trabalho pensar com estas conjecturas, afinal, as transformações históricas do pacto social (atreladas às interações entre ricos e pobres) e das cidades (enquanto lócus dessas interações) continuam a produzir e a governar as desigualdades por concentração desproporcional, fazendo da renda uma caixa de ressonância que determina as posições e, conseqüentemente, as condições da existência no mundo social.

³ Ainda que a ideia de intolerável esteja associada ao “eu indelegável” (GROS, 2018 [2017], p. 157), enquanto responsabilidade distinta do sujeito, a desobediência de Gros tende ao coletivismo por efeito-contágio, fazendo do intolerável a possibilidade reveladora de uma “evidência social” (ibidem, p. 17).

⁴ A dissidência cívica de Frédéric Gros se relaciona com o conceito bergsoniano de “reconhecimento atento” (BERGSON, 1999 [1896]), bem como ao conceito-fenômeno de “vidência” de Gilles Deleuze (2018 [1985]).

Entretanto, ainda que a intenção desobediente suscite uma análise relacional entre presente e futuro, ao assumir (desde o subtítulo da referida pesquisa) a vontade de trazer as *notícias do tempo do agora*, a força dos episódios históricos aqui tratados estão para além da semântica da atualidade, filiando-se aos pressupostos de Walter Benjamin, enquanto categoria conceitual de um tempo histórico.

Desobediente a uma ordem cronológica – enquanto continuidade por sucessão de eventos - e propício para pensar o neoliberalismo, operar no *tempo do agora* significa reconhecer nos fatos o seu oportunismo revelador, na qualidade potente do acontecimento, atribuindo regra a exceção, diante da espontaneidade do acaso⁵. Força daquele que “vasculha no passado como se fosse uma arrecadação cheia de exemplos e analogias” (BENJAMIN, 2013 [1940], p. 183 – 184)), capaz de realizar, por rememoração, a vontade do anjo da história de “acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído” (ibidem, p. 14).

Uma história aberta, onde o passado se movimenta, podendo ativar no presente – enquanto instante oportuno – um retorno transformador, a ponto de suscitar outras formas de existir frente a dimensão linear da permanência, associada a catástrofe do progresso em fluxo.

A ruptura instaura o tempo do agora (*Jetztzeit*), o momento do encontro entre dois instantes singulares: o momento do perigo do presente e o momento reencontrado do passado, aquele instante antes esquecido ou negligenciado. O tempo do agora diz respeito uma técnica do despertar (*Technik des Erwachens*), para *um saber ainda não consciente do ocorrido*⁶ (VELLOSO, 2023, p. 141, grifo da autora).

Neste sentido, ainda que a lógica capitalista persista, o tempo do agora traz peculiaridades, reveladas a partir da separação intencionada da política (Estado) e da economia (mercado) com os direitos sociais. Sua forma determina o conteúdo, do qual, no âmbito das crises acumuladas, busca soluções através de complexas articulações e transações financeiras; e, na esfera produtiva, mesmo que sob o nexa da exploração e da acumulação capitalista, investe em um formato laboral que transforma o trabalhador em “uma empresa de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 334). Força competitiva, estimulada por uma liberdade auto coercitiva, que se movimenta entre o sucesso e o fracasso, ambos alimentados por estados de angústia e sofrimento, cujo efeito extrapola o mundo do trabalho e contamina toda a existência do sujeito, fazendo da vida uma experiência egoísta, enclausurada e individualizada, estimulada pelas tecnologias da informação (oferecidas via “www” [“world wide web”]), amortecida pelo consumo infrene e, na maioria dos casos, ajustada por uma série de comprimidos.

O descompromisso com a população fez da escala local um campo rentável e, assim, a cidade, entendida enquanto “chave de uma civilização”⁷, perde o seu caráter acomodadístico para as forças que intencionam compor com o jogo competitivo, a “reproduzir não mais as condições necessárias para a acumulação do capital *no* espaço urbano, mas reproduzir diretamente o capital por meio da produção *do* espaço urbano” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 8, grifo dos autores).

⁵ A historicidade crítica de Walter Benjamin qualifica a categoria *tempo* ao acionar a força do *agora*. Seu instante oportuno potencializa e intensifica as percepções e os desejos, enovelando (por sobressaltos) o passado, o presente e o futuro, a fazer do acaso e da espontaneidade experiências reveladoras frente a lógica linear do progresso e da permanência. Para Benjamin a história está para além da ordem quantitativa de *Chronos* (deus do tempo), valorizando o sentido qualitativo e político de *Kairós* (deus do tempo oportuno), enquanto possibilidade revolucionária pinçada do emaranhado da história.

⁶ BENJAMIN, 2006 [1982]*, [N1, 9], p. 500 apud VELLOSO, 2023, p. 141.

* BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

⁷ Termo apresentado pelo arquiteto e historiador Adrian Gorelik na obra *Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan*, publicada por Rem Koolhaas em 1978.

As tentativas de explicar tais circunstâncias tendem à visão catastrófica de um trem descarrilhado, que continua sua viagem sendo arrastado pela locomotiva do capitalismo. Uma força insistente diante da sua capacidade de adaptação e sofisticação, que opera com vistas a uma dupla processual sistêmica: globalização e neoliberalismo.

Cabe à globalização o processo de aproximação, homogeneização e integração das nações, principalmente no âmbito da economia, do mercado e da cultura, tratadas aqui como força capaz de viabilizar as ideias neoliberais, enquanto prática político-econômica, e preconizar que “o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livres comércios” (HARVEY, 2014 [2005], p. 12).

Juntos, operam “uma fábrica de perversidades” (SANTOS, 2004 [2000], p.19) determinada por uma política empresarial generalizada e competitiva que fornece “as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas” (ibidem, p. 37, grifo do autor).

Mas, para além de universal e econômico, este tempo é acelerado, tomado por experimentações diversas que, por incapacidade de resistir, se faz “incerto” (BALANDIER, 2019 [2013]), ao mesmo tempo que, distinto da mudança, alcança a “metamorfose” (BECK, 2018 [2016]), ou seja, um estágio de desestabilização radical.

Metamorfose não é mudança social, não é transformação, não é evolução, não é revolução e não é crise. É uma maneira de mudar a natureza da existência humana. Significa a era dos efeitos colaterais. Desafia nosso modo de estar no mundo, de pensar sobre o mundo, de imaginar e fazer política (BECK, 2018, p.36).

A contaminar todo tipo de atividade, este tempo suscita revisar especificidades científicas e, conseqüentemente, questionar conceitos estabelecidos, visitar pensamentos esquecidos e propor novas reflexões, na tentativa de traduzir em conhecimentos outras possibilidades do pensar-fazer.

Contudo, dessas notícias do tempo do agora; como pensar um estado de desobediência?

Apesar da urgência, Gros (2018 [2017]) é enfático em alertar que pensar com a desobediência, a fim de alcançar um campo de ação, não se trata de um levante irresponsável. É a partir da estrutura obediente que a força reversora se instaura.

Neste sentido, este trabalho propõe investigar o tempo do agora a partir de uma tríade sistêmica que, na qualidade de campo analítico, se entrelaça a partir do CONTEXTO, do ESPAÇO e do SUJEITO, a fim de revelar a força da obediência capitalista a ela associada, para então pensar as possibilidades de investir a desobediência. Contudo, quando aproximados, é da interrelação entre as variáveis a parte interessada, a ponto de estabelecer um vínculo por “conjunção” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [1980/*platô* 1⁸]), sem a intenção de lidar com a integralidade isolada de cada uma delas.

O neoliberalismo é o campo contextual que posiciona e desvenda o tempo do agora, entendido não só como um processo macroestrutural de ordem político-econômica, mas baseado na potência analítica que o define enquanto “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da

⁸ Na obra *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (1980), Gilles Deleuze e Félix Guattari organizam seus pressupostos filosóficos em 14 *platôs*. Desse modo, fica convencionado identificar o referido *platô*, a fim de posicioná-los no contexto operado no texto.

vida” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 7). Abrangência que reforça do neoliberalismo a sua condição sistêmica de alta capilaridade, consolidado a partir de dois momentos distintos, definidos pelos geógrafos Jamie Peck e Adam Tickell (2002) de “*roll-back*” e “*roll-out*”.

O primeiro, intitulado neoliberalismo “*roll-back*”, precisou desmontar o Estado protecionista que o precede, bem como a sua relação com o bem-estar social, herdando as crises pretéritas e, do mesmo modo, as suas novas contradições. O sucesso do respectivo desmonte – associado principalmente à liberdade de mercado – passam a motivar estratégias denominadas “*roll-out*”, sob forma de “governança não democrática e de fundo tecnocrático” (PECK, 2012, p. 372), a fim de englobar todo o sistema de mercado e se reinventar – sob efeito de tentativa e erro – em busca da maximização do lucro, proveniente de agentes e empresas privadas.

Sua aparição, enquanto sistema aplicado, já soma 40 anos de experiências acumuladas, e seu *modus operandi* acusa um efeito de desigualdade nunca visto, advindo, segundo Noam Chomsky⁹, de um processo de acumulação de riqueza e poder mantidos graças à proteção cíclica e histórica dos ricos frente ao discurso de uma democracia; pelo desmonte da ideia de transformação, decorrente de ativismos sociais, a questionar os ensinamentos e os papéis de certas instituições, como as universidades; por reinventar a economia a partir do protagonismo da financeirização frente à produção, valorizando o papel dos bancos e das chamadas complexas transações financeiras, a fim de garantir a manutenção da produção para competir com mercados internacionais, ou mesmo transferir parte do processo a países com mão-de-obra barata, forçando o trabalhador a se submeter a certas condições precárias e, principalmente, viver em estado de insegurança constante; por atrelar as políticas sociais a recursos provenientes de impostos, ao mesmo tempo em que grandes polos de concentração de renda são estimulados à isenção ou à sonegação fiscal, devolvendo à população o fardo de financiar suas próprias políticas sociais; por estimular a individualização da vida, desconsiderando os laços de solidariedade e o reconhecimento das diferenças; por intervir, através de *lobby*, nas decisões dos chamados reguladores (geralmente associados ao poder público) a fim de garantir um conjunto de leis que facilite a ação dos que detêm o poder: uma “captura regulatória” que assegura uma “governança corporativa”; por atacar a democracia através de recursos corporativos do setor privado para o financiamento de partidos e campanhas políticas; por desfazer as “forças democratizantes” que estimulam a consciência de classe, representadas por sindicatos e movimentos trabalhistas; por estabelecer formas de controle – mesmo diante do discurso libertário – com auxílio da mídia, a despertar vontades e “fabricar consumidores”¹⁰ que gastam seu tempo preocupados em alcançar uma determinada condição de vida por meio de produtos e serviços; e, por incapacitar a população de influenciar a vida política, a ponto de amadurecer sentimentos de apatia coletiva e onde os esforços se concentram em si mesmo, no ganho pessoal e na acumulação privada.

Trata-se de um exercício-síntese de extrema relevância¹¹, pois, além de elucidar a ascensão da plutocracia frente à democracia, é possível identificar o percurso estratégico adotado para viabilizar os ideais neoliberais inicialmente pautado sob a força de um Estado reduzido e desdemocratizado, incumbido de viabilizar o funcionamento da economia e do mercado através

⁹ No documentário *Requiem for American Dream* (2015), Noam Chomsky, baseado na potência do “*sonho americano*”, revela a falácia desse discurso ao questionar os processos de concentração de renda e de acumulação capitalista, associando a produção de desigualdade às interrelações entre ricos e pobres.

¹⁰ O referido termo remete à teoria do economista e sociólogo Thorstein Veblen (1857-1929), apresentada no livro “*The Theory of the Leisure Class*” (1899), em que acusa a responsabilidade do comércio de “fabricar consumidores”, bem como, sentimentos de inveja e superioridade quando comparados uns aos outros.

¹¹ As reflexões de Noam Chomsky ultrapassam as fronteiras norte-americanas, revelando ideias que circulam para o mundo todo, como um “padrão” neoliberal a ser seguido.

de reformas fiscais, liberação e desburocratização econômica, privatizações estatais e incentivo à competitividade do mercado e da produção.

Uma política que ultrapassou a *Crise do Subprime*, em 2008, que se mostrou capaz de se reinventar dentro dela mesma, com uma política de austeridade frente aos desdobramentos do colapso imobiliário, por transações financeiras complexas onde se faz dinheiro pelo próprio dinheiro (através de fluxos de ativos, securitizações etc.). É o “semicapitalismo” (BERARDI, 2016), como ápice da abstração do capital, onde “o processo de valorização já não passa pelo estágio do valor de uso e nem mesmo pela produção de mercadorias” (ibidem, 2020, p.82), contestando a tese do economista Joseph Stiglitz que proferiu a morte do neoliberalismo.

Apesar de forte base econômica, o neoliberalismo se realiza a partir de uma lógica capilar perversa, propondo um processo de mercantilização em fenômenos não ligados diretamente a economia, espalhando o *modus operandi* do mercado para todo corpo social. Metabolismo estratégico, que fez da produção do espaço e do planejamento urbano um nicho de mercado.

Cabe ressaltar que, para além de uma técnica de organização e controle, o planejamento urbano é um ato político. Sua prática pinta no território nuances de um tempo, onde ora pode apresentar cores em seu estado puro, imponentes, autoritárias e de pouca mistura, ora pode assumir tonalidades complacentes, de mistura democrática, que oportuniza um colorido carregado de surpresas. Suas intenções são animadas pela experiência do cidadão com a cidade, bem como as suas relações, respectivamente associadas aos convívios e às sociabilidades, ou seja, um modo de fazer que, inevitavelmente, proporciona um modo de usar. Condições que, ao longo do tempo, a diversidade e a complexidade que as cidades foram assumindo passaram a impedir uma tendência extrema, buscando se realizar através de um certo equilíbrio de tonalidades e, assim, tentar harmonizar o quadro pintado. Práticas do “poder urbano” (PECHMAN, 2014, p. 19), capazes “de produzir *relações*, de obrigar à negociação, de acolher o conflito” (ibidem, grifo do autor).

Todavia, a relação da cidade com o tempo do agora rompe com as suas possibilidades poéticas. Seu entendimento chancela uma produção espacial “genérica” (KOOLHAAS, 2010 [1995]), “estratégica” (LIMA JÚNIOR, 2010), “empresarial” (HARVEY, 1996), “intencional” (LOPES, 1998) e “empreendedora” (HALL, 2016 [2014]). Uma produção espacial ativada pelas intenções dos poderes locais mediante crises socioterritoriais que avistam na cidade a possibilidade de fazer negócios, levantar recursos e mobilizar ações diante de uma realidade global, facilitada pela circulação de experiências bem-sucedidas e forçadamente adaptadas a intenções distintas que, ao desconsiderar características locais, provocam uma crise identitária sistêmica, materializada no espaço e potencializada pela realidade neoliberal do tempo do agora, analisada neste trabalho a partir de postulados teóricos, reforçados empiricamente através de um exercício metodológico comparativo entre as cidades de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus.

Tomada pelo oportunismo dos Jogos Olímpicos de 1992, a cidade de Barcelona tem sua relevância associada à condição de *exemplo-gênese* de um paradigma urbanístico estratégico. Atrelado a processos gradativos, sucede às experiências pontuais desencadeadas na década de 60, onde alcança – por intenção gestora – a escala da cidade. Contudo, para além de uma prática consagrada, sua pertinência está atrelada à circulação das suas ideias, diante de uma estratégia missionária de consultoria.

Condição que atribui importância à cidade do Rio de Janeiro, devido a sua experiência pioneira no Brasil, ao implementar – a partir de 1993 – uma série de recomendações barcelonesas que culminaram em um plano estratégico, montado no discurso da globalização. Processo que desencadeou um modelo de exploração gestora diante da crise econômica global, abrindo caminhos para se investigar como o método foi assimilado por outras cidades brasileiras,

protagonizada neste trabalho por Manaus, a fim de trazer notícias da “periferia exótica de um Brasil desagregado”¹², através do seu Plano Diretor de Reabilitação do Centro, de 2015.

Dessa experiência pontual, propõem-se investigar uma Manaus urbana e estratégica, cujo campo específico de abordagem não intenciona desprezar a condição Amazônica na qual está inserida: sua imensidão geográfica e sua admirável trajetória histórica; apesar de inventada por um controverso contato despótico e politicamente esquecida enquanto Estado-nação, sendo lembrada para padecer de experiências que a colocaram “refém de um projeto nacional atrasado” (FREITAS, 2019, p. 9). Um laboratório, socialmente convertido pela reforma dos costumes “primitivos” frente aos “civilizados”, economicamente explorado e urbanisticamente intencional, segregado e oportunista, construído a partir da exploração da borracha e sua “estagnação” significativa, seguido pela implantação de uma Zona Franca, e chegando neste tempo do agora, sob a insistente força destruidora que opera na presença de uma realidade peculiar amazônica frente à necessidade de fazer parte de um jogo internacional imposto e competitivo.

A certeza da força global frente às particularidades locais imprime a trama complexa de circunstâncias que envolvem as cidades deste estudo, a serem desvendadas, a partir das interrelações do neoliberalismo com a da produção estratégica do espaço, protagonizadas pelo sujeito, capaz de fundir e, ao mesmo tempo, catalisar a relação contexto-espaço deste trabalho, já que o tempo foi suprimido pelas tecnologias informacionais.

Mas afinal, como chegamos até aqui?

A adesão aos ideais neoliberais está associada à revisão de estratégias macroestruturais e de valores em que pesem a “dignidade humana e a liberdade individual” (HARVEY, 2014 [2005], p.15), sedutora, infalível, valiosa e convincente, frente à sequência de fracassos que o mundo acumulava, advindos do universo político-econômico e das crises sociais diretamente relacionadas. Uma dimensão técnica atravessada por questões psicológicas e subjetivas.

A crítica ao modelo político-econômico do keynesianismo foi oportuno para que as ideias neoliberais ganhassem protagonismo, orquestrado por uma irmandade, intitulada Sociedade Mont Pèlerin, inicialmente presidida por Friedrich von Hayek, e formada por membros dos quais destacam-se Ludwig von Mises, Milton Friedman e, por algum tempo, Karl Popper, cuja ideologia até hoje versa de um conjunto de argumentos intelectuais com foco na absoluta liberdade de mercado e na crítica ao Estado, quando regulador e protecionista.

A influência científica do referido grupo deu credibilidade ao discurso enfático que responsabilizava o Estado protecionista da estagnação vigente (desemprego associado à inflação), e que somente a liberdade econômica e a vitalidade da concorrência seriam capazes de alcançar o desenvolvimento social coletivo. Valores historicamente “ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos” (HARVEY, 2014 [2005], p. 15).

A virada neoliberal, no que tange o universo político-econômico, concentrou esforços nos desdobramentos de uma profunda oposição ao Estado intervencionista somado à competitividade de mercado. No entanto, a sustentação deste projeto dependia de uma adesão generalizada, focada na positividade da liberdade, e resolvida por entrelaçamentos da teoria econômica a questões psicológicas e sociológicas. Uma matriz necessária, a reforçar o seu

¹² Termo apresentado pelo escritor amazonense Milton Hatoum, ao comentar no jornal Folha de São Paulo sobre a obra *A Invenção da Amazônia* (2007 [1994]) de Neide Gondim.

caráter complexo e sistêmico que, ao longo do tempo, foi se definindo, por um sistema “psicopolítico” (HAN, 2018 [2014]).

A potência semântica da liberdade afasta o sujeito de um poder coercitivo externo, porém, concomitantemente, o coloca diante de uma força interna onde são levados à condição de submissão e dominação por vontade própria, alimentadas por um sistema de obrigação de desempenho e otimização, alcançados pela busca de aprendizagem e adaptação.

Estes processos não dizem respeito a um aprendizado formal e substituível (geralmente disponível no ambiente virtual), e sim a habilidades particulares do sujeito que tangem o universo motivacional e proativo, dando a ele um caráter individual e personalizado que, quando aplicado, por interesse próprio, imprime no sujeito neoliberal a condição de empresário de si mesmo.

O caráter autônomo deste sujeito faz com que ele ultrapasse a dimensão tempo-espço do trabalho, convertendo toda a sua existência em prol do desempenho. Byung-Chul Han (2018 [2014]) afirma que o sujeito é inserido em um processo de “gamificação” (ibidem, p. 69), ou seja, um jogo de ordem emocional que o envolve através de performance e rendimento para alcançar reconhecimento e, conseqüentemente, a recompensa.

Apesar de Dardot e Laval (2016 [2009]) postularem a tese de que o neoliberalismo se faz dentro dele mesmo, assumindo o seu caráter adaptativo, as intenções psicológicas, ou “psicopolíticas”, foram desenvolvidas ainda no âmbito embrionário do neoliberalismo, a partir das reflexões em torno da ação humana de Ludwig von Mises, do pensamento filosófico de Friedrich von Hayek e Ayn Rand, e dos modelos matemáticos ligados a fenômenos sociais de Gary Becker.

Segundo o economista austríaco Ludwig von Mises o comportamento humano está diretamente associado a uma relação de causalidade em busca de uma condição melhor à ordem inicial, ou seja, segundo Mises, a ação humana é motivada pela possibilidade de melhorar sua condição diante da realidade, e, qualquer outro argumento que escape dessa lógica tende a cair em contradição, afinal, a ação humana trata de um investimento cujo objetivo fim vislumbra algum tipo de vantagem ou conforto. Este argumento – intitulado de praxeologia – trata de uma teoria sistêmica que, conforme Mises (2015 [1949]), diante de uma perspectiva histórica¹³, antecede a construção do fato, sendo inadequado quando analisado isoladamente, porém complementar - junto a outras variáveis - ao processo detetivesco do historiador. No entanto, no âmbito econômico, tende a certo protagonismo em relação a outras ciências, inclusive àquelas ligadas a comportamentos e motivações psicológicas.

Os argumentos de Friedrich von Hayek e Ayn Rand conspiravam de uma mesma base conceitual, focada na crítica ao controle do Estado protecionista, condenado por limitar o desenvolvimento do mercado e do sujeito, porém, apesar da formação filosófica de ambos, seus postulados seguiram por direções distintas.

Hayek teorizou a crítica ao Estado na obra *O caminho da servidão*, publicada em 1944, no entanto, a gestão das subjetividades do sujeito ficou a cargo do livro *The Sensory Order: An Inquiry into the Foundation of Theoretical Psychology*, de 1952, onde afirma que o desafio do liberalismo é “conhecer o tipo de processo pelo qual uma dada situação física é transformada em um certa figura fenomenológica” (HAYEK, 1952, p. 7, tradução nossa). Um argumento alicerçado nas limitações humanas de entendimento que, conseqüentemente, tendem a comportamentos de assimilação incompleta e atitudes imprevisíveis, sendo essa a força motriz

¹³ Segundo Mises, a história, enquanto análise crítica, tem a finalidade de recolher os aspectos relativos à ação humana.

para manipulações, domesticações e autoritarismos, com tendências a serem respondidas em estado de inércia.

Nesse sentido, a liberdade é a força necessária para que o sujeito coloque em movimento suas percepções da vida (mesmo que incompletas), através de um ambiente adaptativo e de aprendizagem que, no caso econômico, é revertido em produção, associada não mais ao Estado, mas ao protagonismo do sujeito e sua capacidade de destaque, distinção e competitividade, sempre motivado por interesses próprios.

No caso da filósofa Ayn Rand, apesar de reforçar as críticas ao coletivismo do Estado – também enfatizada por Hayek – seus argumentos seguem por outra vertente. Sua filosofia objetivista não conspira a favor das subjetividades do sujeito, devido à dificuldade de matematizá-las junto ao mercado, dando às suas ideias um caráter racional, a ponto de reduzir o Estado à três atribuições distintas: “a proteção dos direitos individuais no âmbito doméstico por meio da polícia, o trabalho de julgar e punir aqueles que violarem direitos por meio de tribunais [...] e a proteção dos indivíduos daquela sociedade contra agressão por estrangeiros” (RACHEWSKY, 2019, p. 202).

Ainda que suas ideias tenham circulado por diversas publicações científicas é na obra ficcional distópica *A revolta de Atlas*, publicada em 1957, que Ayn Rand consagra notoriedade à sua filosofia objetivista, com ênfase ao individualismo e à crítica ao coletivismo, evidenciada pelos interesses de seus personagens, sob forma de hábitos ou atitudes atreladas ao universo do egoísmo, como propósito moral para alcançar a felicidade.

A caminho do último quartil da década de 50, os argumentos até aqui construídos ganham um outro aliado, o economista Gary Becker que, diferente das contribuições de Mises, Hayek e Rand, agrega suas reflexões ao neoliberalismo por um viés metodológico, ao propor a expansão das ciências econômicas a fim de atingir o ambiente social.

Sob o estigma do “homem que transformou tudo em economia”, Becker matematizou o mundo social através de modelos econômicos distintos para cada situação, sempre partindo de variáveis racionais, na relação da preferência do sujeito com a maximização da sua utilidade. Seus modelos mais famosos tangem o universo da discriminação (1957), do capital humano por meio da educação e da saúde (1962) e da criminalidade, ou melhor, “da economia do crime” (1968), além de outras categorias do comportamento humano.

Para tal modelagem matemática/econômica, Becker considerou as generalidades estáticas e racionais de cada unidade social analisada, descartando características subjetivas do sujeito, concluindo que a maximização da utilidade está associada ao investimento do sujeito em si mesmo, viabilizada pela liberdade de mercado e concorrência, e sem a intervenção castradora do Estado.

Nota-se que os quatro autores, responsáveis pela “matriz psicológica da episteme neoliberal¹⁴”, construída na década de 50, denotam características que assumem efeitos antissociais, ligados a comportamentos individuais e competitivos.

Ademais, suas ideias influenciaram muitos líderes, mas principalmente Ronald Regan e Margareth Thatcher, considerados responsáveis pela aplicação/instalação do neoliberalismo e

¹⁴ O referido termo trata de uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Teoria Social e Psicanálise da Universidade de São Paulo – LATESFIP/FFLCH-USP, sob a coordenação dos professores Christian Ingo Lenz Dunker (Instituto de Psicologia/Departamento de Psicologia Clínica), Nelson da Silva Júnior (Instituto de Psicologia) e Vladimir Safatle (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Apresentação de pesquisa em andamento, realizada em São Paulo/SP no dia 14 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yEW9N8eB1Fs> (primeira parte); <https://www.youtube.com/watch?v=SbkbZfOnTeM> (segunda parte); <https://www.youtube.com/watch?v=e2YKGapN7Ng> (terceira parte).

sua disseminação para o mundo, que reformularam, ou melhor, transformaram a sociedade, para além daquela “disciplinar de Foucault, feita de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas” (HAN, 2017 [2010], p. 23).

No entanto, a eficiência do neoliberalismo depende dessa aproximação proposital entre as características macroestruturais e sua matriz psicológica, pois, só assim foi possível alcançar o seu propósito de desativar o caráter normativo do Estado e, ao mesmo tempo, pelo viés da liberdade, promover uma transformação social em que pese, segundo Han (2017 [2010]), o desmonte da sociedade disciplinar, dando espaço para a “sociedade de desempenho”.

A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. [...] seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção. [...] No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo *não*. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade de desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados (HAN, 2017 [2010], p. 23 - 25).

Apesar do esforço em distinguir a sociedade, Han (2017 [2010]) enfatiza que a ação coercitiva permanece, porém, o seu caráter negativo, característico da sociedade disciplinar, foi positivado na sociedade de desempenho graças à falta de instituições disciplinadoras, transformando o sujeito em um auto gestor, comprometido em tornar-se ele mesmo.

A força valorativa deste sujeito-empresa, também denominado “EU S/A” (GORZ, 2005 [2003], p. 10), está associada a componentes comportamentais e motivacionais, favorecendo assim à hipervalorização da sua individualidade, antes atrelada, segundo Stuart Hall, ao “mundo social e cultural” (2019 [1992], p. 11).

Uma vida repleta de responsabilidades e iniciativas, onde todo seu tempo é transformado em trabalho, inclusive a pausa - considerada um estado de regeneração¹⁵ - afinal, diante das novas tecnologias da informação, suas atividades laborais podem ser desenvolvidas em qualquer lugar. Ademais, o sujeito é desterritorializado e, conseqüentemente, a fronteira entre o dentro e o fora do trabalho se apaga.

Um caminho sem volta, cuja única saída é continuar no jogo (muitas vezes consigo mesmo), e sempre se adequar às regras postas. Este novo sujeito está convencido – por coerção e superação própria - a trabalhar para empresa como se trabalhasse para si mesmo, a cultivar efeitos, ou melhor, dores existenciais que tangem o universo da “angústia” (KIERKEGAARD, 2015 [1844]), do “sofrimento” (DUNKER, 2015), do “consumo” (LIPOVETSKY, 2007) e da “dívida” (LAZZARATO, 2017 [2014]), todas atreladas a sua força produtiva.

No entanto, é na cidade que essa interrelação entre contexto e sociedade se realiza, porém, como já foi dito, em tempos neoliberais torna-se impossível tratá-la como um mero palco para tais acomodações, pois a comoditização neoliberal instalou um modo de fazer peculiar que elevou a cidade à categoria de negócio, “o espaço a capital produtivo e a urbanização a força produtiva” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 9), advinda de um fluxo de ideias que partiu do ambiente militar, alcançou a indústria privada e, diante de um discurso persuasivo, converteu a gestão pública, pervertidamente equiparadas por meio de uma relação controversa entre a eficácia competitiva (privada) e a imparcialidade social (pública).

Transferência adaptada do modelo corporativo, com destaque à matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), traduzido por FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), e intitulado – após inúmeras reflexões semânticas – de planejamento estratégico,

¹⁵ Segundo Jonathan Crary (2016), o sono pode ser mais produtivo, ao relatar sua crítica a estudos que vão desde a observação de pássaros que passam sete dias acordados, motivados por um processo migratório, até satélites refletores que possam projetar a luz solar em períodos noturnos.

a propor soluções diante do contexto global frente às crises urbanas locais através de intervenções prospectivas, que visam acumular capital em um processo de valorização do espaço cidadão.

A conversão do planejamento urbano para o modelo estratégico foi uma manobra intencional para que a cidade fosse inserida em uma lógica comercial, capaz de compor o jogo competitivo do neoliberalismo, através de um novo nicho de mercado, para além da gestão pública e seus burocráticos setores de regulação, controle e planejamento. Transação restrita de agentes formados por “governantes, burocratas e urbanistas” (ARANTES, 2013, p. 13) em parceria com o setor privado (nem sempre ligado às esferas imobiliárias), que enxerga no espaço oportunidades, geralmente motivadas por experiências de sucesso de outras cidades, e tematizadas a partir de condições físicas e geográficas.

Dentre as possibilidades, pode-se citar as renovações em áreas costeiras marítimas e portuárias (*waterfront*), corredores turísticos, aburguesamento de áreas distintas, mudanças de uso no ambiente construído, especulação imobiliária, recomposição de edifícios e áreas degradadas e reestruturação de espaços públicos, entre outras¹⁶. Todas com um único princípio: encontrar no espaço o potencial adequado para gerar capital.

Estas ideias circulam graças às redes estabelecidas pela globalização, viabilizadas por transações financeiras complexas, típicas do neoliberalismo, que se realizam, segundo Patsy Healey (2011), a partir de uma articulação projetual que envolve a consagração de determinada prática e seus desdobramentos, a fim de alcançar um estágio de replicação e implantação. No entanto, este transplante tende a sofrer certos ajustes para garantir maior comparabilidade e disseminação, a ponto de promover perdas significativas dos processos que marcam as experiências originais.

Em outras palavras, o produto consagrado passa a ser visto como um possível “modelo” a ser disseminado. No entanto, o contexto de emergência ligado aos consumidores desse produto distorce os processos, que passa a enxergar somente o produto-fim, sem se preocupar com os episódios que culminam neste produto de sucesso. Assim, a ideia que circula passa a se distanciar do modo como foi elaborada, afinal, a necessidade de experimentar novos modos de fazer – devido a crises pontuais e falências de processos obsoletos – acelera a recepção e estimula a disseminação, não se preocupando em completar todos os procedimentos sugeridos, pois o sucesso do produto-fim é sedutor e infalível o suficiente para estabelecer um lugar no jogo da atratividade, produzindo marcas na paisagem capazes de chamar a atenção de turistas e suscitar negócios.

Em síntese, vive-se diante de um planejamento que busca alcançar a “face globalizada da cidade” (FIX, 2007, p. 13), cuja receita depende de estratégias de *marketing*, enquanto valorização para atender à necessidade do mercado; de *branding*, enquanto construção de marcas na paisagem; de um comodato entre agentes e gestores; e de anomia, enquanto ausência de regras e normas, a cultivar valores no território que tangem o ilegal e o corruptível.

Nota-se que em nenhum momento estes ingredientes abordam questões que envolvam as peculiaridades locais, assim, como resultado, é possível afirmar que este modo de fazer tende a características que promovem certa padronização e homogeneidade. Fisicamente, o produto do planejamento estratégico de cidades tende a intervenções pontuais livres ou adaptadas (quando envolve casos pré-existentes) que são implantadas sob uma lógica própria, sem qualquer dependência com o entorno, considerado, neste caso, obsoleto. “É a pós-cidade que se está a preparar no lugar da ex-cidade” (KOOLHASS, 2010 [1995], p. 43), cuja tentativa de descrevê-la

¹⁶ Algumas intervenções complexas, por exemplo, operações urbanas e *masterplans*, encontraram nos megaeventos o propósito para justificar suas intenções.

revela uma sinfonia indecifrável, carregada de aspectos controversos, como peças de um jogo que se encaixam em lugares que jamais a comportariam.

Seu nexos impõe certa independência, que corresponde com as estratégias de negócios que funcionam em oposição à preservação ou manutenção das identidades urbanas. As áreas centrais tendem a certa resistência frente às suas intenções, devido à concentração de um passado materializado pelo patrimônio arquitetônico. No entanto, seja qual for o tratamento dado a este passado, o fim será o mesmo: um serviço a ser explorado, somado a um entorno rentável, com a instalação de equipamentos e hotéis, para aqueles que escaparam da mostra apoteótica dos aeroportos ou do ambiente virtual. Ademais, quando as forças que tensionam por concentração limitam as vontades lucrativas, este modo de fazer tem nos territórios de baixa valorização identitária a possibilidade de investir suas ambições.

No âmbito das sensações, seus propósitos socioespaciais promovem a indiferença com ênfase em emoções tênues, através de estratégias que enfrentem as afetividades, a fim de alcançar o mero efeito de passagem e de desprendimento. Sem qualquer vestígio de permanência prolongada, investem o “não-lugar” (AUGÉ, 1994) e, por efeito, produzem relações de baixo (ou nenhum) sentido de pertencimento. Mas para além dessa assepsia projetada, na “cidade como negócio” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015) o lucro acelera a paisagem e, neste sentido, as relações tempo-espaço tendem, respectivamente, aos efeitos do “efêmero” e do “amnésico” (CARLOS, 2001, p. 40). Quando o mercado organiza o espaço, “a cidade aparece como exterioridade; ela está fora do indivíduo, apontando para a condição de alienação” (CARLOS, 2001, p. 33).

A falta de vitalidade urbana dispara uma série de fenômenos, como por exemplo, o encolhimento do caráter público do espaço. Diante dessas circunstâncias, Koolhaas (2010 [1995]) anuncia duas mortes: da rua e do planejamento urbano. A primeira por resignificação, às custas de tecnologias de ligação para os automóveis e pela diminuição de espaços de deslocamento para os pedestres, reforçando a baixa apreensão da paisagem. Um efeito “glaucoma” (VIRILIO, 2010, p. 56), cuja visão embaçada ou distorcida impede o alcance da totalidade, por efeito das janelas dos automóveis que emolduram a imagem da cidade e pela mobilidade peatonal limitada, distraída e acelerada. A segunda por um alvará incontável, onde planejar não faz qualquer diferença, afinal, diante da possibilidade em instalar novos fluxos financeiros, tudo é permitido. Assim, morre não pela falta, mas pelo excesso, facilitado por duas forças interrelacionadas: uma *local-tecnocrata*, apoiada pela complacência corruptiva dos planos diretores; e outra global, contaminada por estratégias competitivas de mercado que transformam os fragmentos da cidade em cifras intencionais, onde a produção do espaço não atende mais a uma demanda local e personalizada, e sim a uma lógica ambiciosa que instala objetos rentáveis, de visibilidade internacional¹⁷.

Mas apesar de pontual, independente e desinteressado da cidade, o raio de abrangência dessas “peças” urbanas facilitam os processos de gentrificação. É a separação física que continua a sua marcha, a insistir na produção de espaços de exclusão e aburguesamento que empurram, ou melhor, “expulsam” (SASSEN, 2016) a população para as franjas da cidade, fortalecendo o processo de periferização estrutural histórica, onde só cabem aqueles que conseguem dialogar com as cifras das *revitalizações* instauradas. No neoliberalismo a expulsão é sistêmica: os cidadãos são expulsos da cidade, do direito à educação, à saúde, à segurança, ao transporte, à infraestrutura, ao lazer, ...

¹⁷ A rua e o planejamento urbano foram enterrados não por desaparecimento, mas por um processo de desumanização, protagonizado pelo automóvel e por uma permissividade corrompida.

Neste *modus operandi*, o grande aliado é a arquitetura, capaz de alcançar, em alguns casos, o *status* de protagonista, a “construir imagens exclusivas, capazes de valorizar os investimentos e, conseqüentemente, as cidades que o disputam” (ARANTES, 2012, p. 17). Seu papel é propagar-se como “*logotectures*”¹⁸, geralmente associadas a um ineditismo técnico-formal espetaculoso, que dispara sensações diante de uma condição de exceção na paisagem. Formato que se concentra nas mãos de um seleto grupo de renomados profissionais, os chamados “arquitetos-estrela” (idem, 2012, p.8), identificados por suas repetidas aparições em publicações especializadas, exposições e premiações. Suas obras são exemplos tateis do argumento social de Guy Debord (1997 [1967]), ao afirmar que “o espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem” (ibidem, p. 25).

Os efeitos do planejamento estratégico aplicado nas cidades têm demonstrado o fracasso e a incapacidade do poder urbano, do caráter público e da coletividade misturada em permanecer latente no ambiente citadino, propondo novos arranjos sociais que tendem ao avesso, corrompendo afetos de cooperação, de solidariedade e de reconhecimento do outro. Assim, a cidade, que antes se estabelecia por embate, no tempo do agora se reconhece por distanciamento, diante do “estranhamento” (CARLOS, 2001, p. 32) que ela provoca.

Não se trata mais de afrontar, polemizar, disputar, negociar, lutar contra o outro, mas simplesmente de evitá-lo na sua inscrição social, de ignorá-lo como portador de discurso, de desprezá-lo como o outro do dissenso, pois o evitamento não é outra coisa senão o apagamento do litígio constitutivo da política (PECHMAN, 2014, p. 21).

Distanciamento que denuncia um modelo de conduta e de associação, fácil àquela ligada à experiência laboral do neoliberalismo, onde “a adesão em si é a marca da sociedade” (ibidem, 2014, p. 30).

O *socius* [“social”] dá lugar ao *solus* [“sozinho”]. Não a multidão, mas sim a *solidão* caracteriza a constituição social atual. Ela é abarcada por uma desintegração generalizada do comum e do comunitário. A solidariedade desaparece. A privatização avança até a alma. A erosão do comunitário torna um agir cada vez mais improvável (HAN, 2018, p. 33, grifo do autor).

Os esforços teóricos que buscam descortinar a realidade deste tempo conspiram em evidenciar fenômenos urbanos associados diretamente à experiência do sujeito na sociedade que, segundo Stuart Hall (2019 [1992]), se encontra em estado de crise devido a desestabilização de processos identitários que antes unificavam o sujeito ao mundo social.

Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2019, p. 9).

Para o crítico contemporâneo Fredric Jameson (1985, p. 22), a fragmentação do sujeito se manifesta a partir de uma “experiência esquizofrênica”, explicada pelo descontínuo da temporalidade humana, onde o passado não acompanha o sujeito de forma linear e o futuro não oferece projeções estáveis, instalando o sujeito em um presente contínuo e enclausurado. No entanto, apesar da referência no conceito de esquizofrenia de Jacques Lacan, Jameson reforça que suas ideias não têm a intenção diagnóstica de acusar o referido distúrbio ao comportamento/personalidade da sociedade, e sim, por associação livre e descritiva, de desvendar a posição do sujeito neste tempo do agora.

¹⁸ Termo atribuído às obras do arquiteto Frank Gehry, referindo-se à sua repetição estratégica.

As aproximações teóricas de Hall e Jameson acusam a constituição de uma *identidade-crise*, fragmentada e influenciada pela ideologia individualista neoliberal, onde o sujeito se sobrepõe à ideia de um projeto coletivo, tanto com relação ao reconhecimento de grupos anteriormente excluídos¹⁹ como também no acirramento dessas “novas identidades”, capazes de promover o fundamentalismo religioso, o terrorismo e a intolerância frente ao outro.

Como efeito, a sociedade tem experimentado afetos de desenraizamento social²⁰ devido à perda de vínculos a certas identidades recomendadas/aprovadas, colocando o sujeito diante de reações psicológicas de não reconhecimento, de desorganização e desorientação da sua própria identidade.

Para o médico etnopsiquiatra e professor Jurandir Freire Costa (2019), a identidade é uma forma de subjetivação que atua no campo do autoconhecimento, da idiosincrasia, da singularidade e da consciência, e estes mecanismos de defesa se manifestam em sujeitos cujo enraizamento exacerbado em determinada cultura os impedem de enxergar novas identidades, a ponto de reagirem “com alergia”, pois acreditam estar sendo despossuídos de algo – geralmente ligado ao seu modo de vida – que somente ele poderia ter. Em outras palavras, o sujeito é colocado em estado de angústia e ressentimento por achar que está sendo deslocado de seu lugar privilegiado para poder abrir espaço para outros entrarem e serem considerados cidadãos, a gozar dos direitos que lhe pertencem.

Um fracasso existencial disparado pela incapacidade de lidar e enfrentar as situações da vida, e produz sujeitos que se recusam a participar da sociedade, bem como seus efeitos de conflito, negociação e mistura. Uma imaturidade emocional que teme o convívio com o mundo, produzindo uma ausência de contato e de empatia com o outro, denominado de “sociofobia” (RENDUELES, 2016), sob a égide de se relacionar com seus iguais, ou seja, com “indivíduos ligados apenas por interesses semelhantes” (ibidem, p. 125).

A condição do sujeito no tempo do agora é muito mais complexa do que a mera associação a processos de deslocamento e isolamento da realidade social coletiva. Seu entendimento parte de um jogo de intenções que se acomodam em adjetivações carregadas de prefixos excesso, como a hipervalorização e a ultrassubjetivação, dando a noção de interesse ao significado de suas aparições sociais.

Essa visão propositalmente genérica a respeito do neoliberalismo e do planejamento estratégico, dinamizada pela ação do sujeito, se faz importante, pois além de delimitar o campo de abordagem dessa tese, deixam pistas para se seguir com aproximações intencionais mais específicas, a fim de desvendar os ajustes necessários para a implantação de uma nova realidade, tanto na América Latina como no Brasil, estabelecida por influência das transformações estruturais frente à crise financeira global, associada à reestruturação produtiva

¹⁹ O reconhecimento de grupos étnicos, negros, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, entre outros, tornaram visíveis reivindicações que antes eram sombreadas, sob o resguardo de categorias mais amplas, como por exemplo, as categorias de classe. Além disso, proporcionou a ampliação dos direitos e o acesso ao campo da cidadania, aproximando todos de um ideário democrático.

²⁰ A ascensão do Iluminismo marca o primeiro contato do homem com o desenraizamento, pois as ideias liberais do movimento promoveram mudanças significativas em todas as escalas da existência humana. A oposição generalizada frente ao Antigo Regime disparou um sentimento de desamparo junto aos pensadores conservadores que, desacreditados das novas ideias (o racionalismo, o cientificismo, o ateísmo, o descolamento da família e da moralidade tradicional etc.), adotaram uma visão niilista frente ao que eles chamaram de desordem. Já no pensamento crítico, o desenraizamento atinge o sujeito, sobretudo o trabalhador, sob dois pontos de vista. O primeiro, de origem marxista, marcado pelos efeitos do capital e da ideologia de mercado, ligados diretamente ao desemprego, à precarização do trabalho, à divisão de classe, à desigualdade e à exploração. O segundo, em uma perspectiva weberiana, acusa o desenraizamento – convertido em desencantamento do mundo – atrelado à racionalização e à burocratização da vida pelo progresso e pelo crescimento descomunal dos meios técnicos de gestão e produtividade que, sob causa e efeito, produzem um sujeito inerte, apático e pessimista. No tempo do agora, devido à sofisticação do capitalismo e à revolução digital, é possível reconhecer um novo desenraizamento, que mantém seus disparadores ligados à perda do senso de pertencimento acionados em novos ambientes, geralmente ligados a uma fluidez silenciosa, obscura e diversificada.

derivada da crise do modelo de acumulação fordista; à dívida externa contraída ao longo da história; e à retração econômica dos Estados Unidos, no início dos anos 80. A forte relação destes fatores colapsou a realidade econômica latino-americana, onde a única solução tangenciou um ajuste estrutural, com ênfase em dois pontos principais: o liberalismo econômico e as privatizações. No entanto, este caráter emergencial logo foi tomado por completo pelos ideais neoliberais²¹.

A ideia de liberdade econômica foi associada a uma condição de neutralidade global. Porém, na prática, devido à capacidade de articular medidas econômicas a seu favor, tanto os Estados Unidos quanto a Inglaterra assumiram posições centrais diante da aplicação neoliberal, enquanto a América Latina dependia de pactos propostos pelo Consenso de Washington²², formalizando a sua condição dependente e periférica junto ao cenário global.

No Brasil, a política neoliberal apresentou algumas particularidades, contudo, não diante de especificidades estruturais, mas de adesão tardia, devido a processos internos no âmbito econômico e político. No início dos anos 80, o Brasil chegou a ser considerado o país que mais havia avançado em termos de industrialização na América Latina, porém, ao longo da mesma década, registrou a desaceleração de uma política desenvolvimentista devido a endividamentos interno e externo, oriundos da fragilidade estrutural e da falta de uma política progressista continuada, que desestabilizou tanto a economia quanto a política, inviabilizando qualquer tentativa de enfrentamento.

[...] sobre a instabilidade dos anos 80] Foram contabilizados nesse período oito planos de estabilização monetária, quatro diferentes moedas (uma a cada trinta meses), onze índices de cálculo inflacionário, cinco congelamentos de preços e salários, catorze políticas salariais, dezoito modificações nas regras de câmbio, cinquenta e quatro alterações nas regras de controle de preços, vinte e uma propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos sobre a autoridade fiscal (SOARES, 2002, p. 36).

Segundo Ricupero (2017), esse período crítico de aproximadamente dez anos, teve início em 1985 no governo José Sarney, substituído, em 1990, pela proposta de reformulação profunda de Fernando Collor de Melo, a qual já apontava sinais de uma política neoliberal, semelhante à América Latina. Entretanto, o governo Collor acumulou elevado índice de desemprego, inflação estratosférica e denúncias por corrupção que, somadas à insatisfação generalizada da população, o levaram à renúncia da presidência da República, em dezembro de 1992, assumida por Itamar Franco. Sua gestão (1992-1995) foi marcada por uma política externa pouco expressiva, no entanto, na tentativa de conter a grave crise econômica brasileira (ligada à hiperinflação) aplicou o “Plano Real”²³ que, somado a uma série de medidas provisórias, alcançou a estabilidade econômica deixando um legado que elegeu, nas eleições de 1994, Fernando Henrique Cardoso como o novo presidente da República.

A partir do compromisso de combater a inflação e retomar o crescimento brasileiro, Fernando Henrique Cardoso implementou, ainda no primeiro ano de mandato, um programa de ajuste político-econômico que emergiu das políticas neoliberais, equiparando a realidade brasileira a

²¹ Com exceção do Chile que, durante a ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990), antecipou de forma experimental a aplicação dos ideais neoliberais, devido à influência dos chamados “Chicago Boys” (grupo de economistas chilenos que haviam tido acesso ao pensamento neoliberal através da Escola de Chicago).

²² O Consenso de Washington corresponde a um conjunto de medidas formuladas em 1989 e recomendadas por economistas americanos, das quais destacam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio livre, abertura comercial, eliminação de restrições ao investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, desregulamentação, e direito à propriedade intelectual. Na América Latina, ficou conhecido como um receituário para empréstimos – advindos do Fundo Monetário Internacional (FMI) – para que os países realizassem certos ajustes, diante de suas crises financeiras, a fim de compor o cenário neoliberal.

²³ Os economistas Pécio Arida, André Lara Resende, Francisco Lopes, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha e Wilson Fritsch compunham a equipe do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, responsável pelo Plano Real.

toda América Latina, com propostas de incentivo ao Estado Mínimo, às privatizações e à liberação das importações e do comércio exterior.

Tais medidas foram viabilizadas por intermédio da chamada Reforma Administrativa, atribuindo aos estados brasileiros certa autonomia e capacidade gerencial, tendo como instrumento o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)²⁴, bem como, o Programa Nacional de Desestatização²⁵, que propôs uma reestruturação econômica através da privatização de várias companhias brasileiras.

Essa “receita” sinalizou para as unidades federativas do Brasil a possibilidade de se reinventar de maneira intencional - a partir de suas especificidades - em todos os serviços ligados à administração pública, e considerou, inclusive, aqueles que por concessão ou venda, passaram a compor o setor privado. Assim, estados e prefeituras passaram a pensar suas próprias soluções, baseadas em críticas a modelos obsoletos e estimulados por “boas práticas” que apontavam para a entrada no jogo global competitivo.

Neste sentido, a questão urbana sofreu uma reviravolta. De um planejamento voltado para o uso do solo a fim de responder problemas locais, muitos deles ligados à explosão demográfica, as cidades foram convertidas a um planejamento estratégico, aos moldes de modelos internacionais que, segundo Hall (2016 [2007]), a transformaram em um empreendimento rentável, na intenção de produzir respostas aos desafios dessa nova conjuntura, deixando claro que estamos tratando de “uma economia de repercussão geográfica” (MARZULO, 2016, p. 241), onde o Estado permite ao mercado a ação sobre a cidade.

Em síntese, é possível afirmar, segundo Marzulo (2016), que a produção do espaço neste contexto é determinada por vínculos econômicos e políticos, associados respectivamente ao Estado e ao mercado, polarizando assim as relações de ordenamento e poder e, conseqüentemente, da vida social, testemunhada no espaço citadino e tensionadas por certas resistências frente a este modo de fazer, produto dessa relação coligada.

Contudo, retomando os propósitos dessa tese, ao apresentar os episódios socioeconômicos e socioterritoriais deste tempo do agora, na qualidade de campo (epistemológico e empírico) que aproxima o contexto, o espaço e o sujeito, é intenção anunciar a trajetória desse trabalho, a fim de demonstrar, enquanto processo, o nexo de um fazer científico.

Neste sentido, sob a órbita das recomendações de Gros (2018 [2017]), associada à vontade de pensar rumos para a desobediência; a partir da hipótese de que, para além das forças que estruturam o capitalismo, existem outras capazes de ameaçá-lo, fica estabelecido pensar primeiro com as formas que estruturam o tempo do agora (a obediência), para na sequência, diante das revelações, investir em outras veredas possíveis (a desobediência).

Orientado pela tríade conjuntiva do contexto, do espaço e do sujeito, este trabalho parte de dois “vetores epistemológicos” (BACHELARD, 1996 [1938]), que a princípio interrelaciona o sujeito *as circunstâncias do tempo do agora* (seção I: *contexto-sujeito/capítulo 1*), seguido da sua aproximação ao *planejamento estratégico*, ou melhor, ao *urbanismo neoliberal* (seção II: *espaço-sujeito/capítulo 2*).

²⁴ O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Depois de ampla discussão, foi aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em setembro de 1995, e sancionado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em novembro do mesmo ano.

²⁵ Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. O referido decreto revoga a lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, sancionada na gestão do presidente Fernando Collor de Mello.

Tomado pela certeza da influência que a força universal do contexto exerce sobre o sujeito, o espaço suscita uma variável que customiza tais interrelações, devido suas características socioterritoriais. Assim, a fim de avançar com a generalidade do modelo estratégico, propõe-se personalizá-lo (*seção III: objetos empíricos da pesquisa*), na qualidade de experiência, junto as cidades de Barcelona (capítulo 2 [*item 2.3*]), do Rio de Janeiro (capítulo 3 [*item 3.2*]) e de Manaus (capítulo 4 [*item 4.3*]), sendo, a princípio analisadas de forma distinta, considerando os episódios que emolduraram suas adesões ao planejamento estratégico, bem como as suas repercussões, quando em processo de elaboração.

Contudo, a fim de investigar a relação do modelo junto aos respectivos objetos (*seção IV: estratégias e métodos/capítulo 5*), a pesquisa investe em determinados procedimentos metodológicos, dos quais - conforme as orientações de Gaston Bachelard (1996 [1938]) - parte da superação/retificação do sentido do planejamento estratégico, enquanto “obstáculo epistemológico”, para, na sequência, se dispor as recomendações de Pierre Bourdieu et al. (2015 [1968]) e de Howard Becker (2022 [2017]), respectivamente, através de uma “aproximação por analogia” junto as “fontes de evidências”, com o propósito de revelar, através das INTENÇÕES, das OPERACIONALIZAÇÕES e dos PRODUTOS, possíveis similitudes estruturais que reforçam a lógica do capitalismo.

Por fim (considerações finais), da hipótese que o contexto e o espaço somam forças que influenciam o sujeito, e que estas, ao fazê-lo sujeitado estabilizam a lógica exploratória do capitalismo neoliberal, fica estabelecida, na qualidade propositiva dessa tese, que é do sujeito, diante dos agenciamentos (relações) estabelecidos com o mundo social, bem como dos processos de subjetivação a eles associados, a capacidade de perceber – por revelação – um outro possível, acessado por ele quando em devir desobediente.

Capítulo 01

As circunstâncias do tempo do agora

- 1.1 Táticas de poder: de uma matriz psicológica à despolitização
- 1.2 O *homo economicus*: competitivo, individual, livre e endividado
- 1.3 O *homo social*: cansado, doente e desencantado

resumo

A fim de demonstrar a relação contexto-sujeito, na qualidade de circunstâncias do tempo do agora, este capítulo pretende alcançar o campo ampliado do neoliberalismo, considerando, os processos de revisão/reativação do liberalismo (disparados desde a Grande Depressão), bem como das críticas às políticas protecionistas que o antecederam (acusadas de acumularem crises de ordem social e econômica). Protagonizado por Ronald Regan e Margaret Thatcher, o neoliberalismo, para além de um modelo político-econômico, corresponde a um projeto estratégico-adaptativo – de ordem capilar, sistêmico e metabólico - que opera por associação do poder legitimador do Estado (neoliberalismo “roll-back”) frente a experimentos do mercado (neoliberalização “roll-out”), capazes de manipular os processos de subjetivação dos indivíduos. Neste sentido, entendido como “a nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009]), a partir dos pressupostos de Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, Ayn Rand e Gary S. Becker, iremos abordar a “matriz psicológica da episteme neoliberal”, na intenção de validar o funcionamento intencional de um discurso libertário que, ao fazer do trabalhador um homo economicus (competitivo, individual, livre e endividado), instaura os sintomas existenciais do homo social (cansado, doente e desencantado).

1. As circunstâncias do tempo do agora.

O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. [...] Em uma palavra, a compreensão do neoliberalismo é, a nosso ver, uma questão “estratégica” universal.

(...)

O Estado é um “investidor social” que, mais do que proteger, ajuda as pessoas adaptar-se.

Pierre Dardot e Christian Laval

No dia 30 de novembro de 1999, na cidade de Seattle, cerca de 50 mil manifestantes surpreenderam os representantes de 135 países reunidos para a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um momento, ou melhor, um acontecimento que, apesar de ter sido documentado para o mundo de forma minimizada e controversa, acusando manifestações pontuais frente ao serviço de segurança de Seattle, tornou-se o marco inicial histórico da revolta diante do pesadelo neoliberal.

Sem auxílio partidário, as intenções dos ativistas – de pacifistas a *black blocs* – denunciavam a degradação ambiental; as políticas desenvolvimentistas; o aumento da desigualdade e da pobreza entre países; e a dissolução dos direitos trabalhistas.

Acusada de oportunista, a referida manifestação instaurou um estado de guerrilha e, para além do conjunto difuso de suas reivindicações, havia uma voz uníssona que denunciava a condição generalizada de insatisfação mediante o funcionamento do capitalismo global e da capacidade tentacular do neoliberalismo.

[sobre este tipo de protesto] (...) não existe um único objetivo “real” perseguido pelos manifestantes, algo capaz de, uma vez concretizado, reduzir a sensação geral de mal-estar. O que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluído de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares. (...) a luta de jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta “ontológica”, que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos (ŽIŽEK, 2013, p. 103).

O nome de grandes corporações ecoava nas falas dos manifestantes que denunciavam uma realidade global montada na exploração do trabalho infantil e semiescravo, no desmatamento desordenado, na manipulação financeira, nas estratégias de consumo, nos monopólios midiáticos e na propagação da miséria, associada a salários nada compatíveis com o preço dos produtos a elas vinculados.

Ademais, as manifestações em Seattle ficaram conhecidas pela eficiência pioneira do ativismo digital, capaz de agrupar reivindicações e posicionamentos distintos diante de uma insatisfação generalizada, advindas de ONG’s (Organizações não Governamentais), sindicatos, estudantes, ambientalistas, trabalhadores e anarquistas, a comprovar que o neoliberalismo, para além de uma força ideológica, trata de um pensamento estratégico, capilar e sistêmico.

Essa palavra de ordem não remete mais, por exemplo, à luta de classes e à necessidade de tomar o poder. Não nomeia o sujeito na história (a classe trabalhadora), seu inimigo (o capital) e a luta moral que se opõe. Limita-se em anunciar que o possível foi criado, que novas possibilidades de vida estão se expressando e que se trata de efetua-las. [...] Entramos assim em uma nova atmosfera intelectual, em uma outra constelação conceitual (LAZZARATO, 2006, p. 12).

Da *Batalha de Seattle* (1999) outras reivindicações seguiram sua marcha, como, por exemplo, a *Primavera Árabe* (2010), os *Indignados na Espanha* (2011), o *Occupy Wall Street* (2011), o *Yo soy*

132 (2012) e as *Jornadas de Junho* (2013), todas mantendo o fluxo reivindicativo expresso não diante de um único objetivo, mas contra os efeitos do neoliberalismo.

Um pensamento que teve a sua gênese em 1938, precisamente entre 26 e 30 de agosto, onde ocorreu, na cidade de Paris, o *Colóquio de Walter Lippmann* que reuniu os defensores intelectuais tanto do liberalismo clássico quanto daquilo que viria a ser o neoliberalismo. Entre eles, destacam-se Wilhelm Röpke (economista), Alexander Rüstow (sociólogo e economista), Friedrich von Hayek (filósofo e economista), Ludwig von Mises (economista), Raymond Aron (filósofo e sociólogo), Robert Marjolin (economista), Louis Rougier (filósofo) e Jacques Rueff (economista).

O referido encontro, motivado pelas críticas ao liberalismo aplicado, tinha como propósito a refundação do liberalismo, a fim de provocar um movimento intelectual difuso, com base teórica na obra *La cité libre* de Walter Lippmann¹.

Durante cinco dias, o liberalismo foi explorado sob diversas perspectivas, com destaque para a descrença ao *laissez-faire* e ao papel do Estado, que, naquele momento, foi responsabilizado pela crise do liberalismo e, conseqüentemente, pela *Grande Depressão (1929-1934)*², devido a euforia, a imaturidade e o descontrole produtivo através de “intervenções políticas que desregularam o mecanismo autocorretivo dos preços” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 77), impulsionadas pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), diante da necessidade de reconstrução de alguns países da Europa. Momento que afetou todos os setores da economia, acumulando quedas no Produto Interno Bruto (PIB), na produção industrial e nos preços das ações, acompanhada de alto índice de desemprego.

Na intenção de reverter esse quadro, os Estados Unidos lançaram em 1933, durante o governo democrata de Franklin Delano Roosevelt (1933 – 1945), uma série de medidas – provenientes do Estado – a fim de reverter o quadro da *Crise de 29*. Conhecido como *New Deal*, o referido programa, inspirado nas ideias do economista John Keynes, promoveu uma política de emprego e renda, associado a obras de infraestrutura, à criação do salário mínimo e do seguro desemprego, bem como, ao fortalecimento de sindicatos e à previdência social. Além disso, manteve certo controle com relação à produção agrícola e industrial, a fim de evitar a superprodução, como também junto a bancos e instituições financeiras, marcando assim, o fim do período liberal que o precedia.

Contexto que inspirou o colóquio. No entanto, as interpretações a respeito do livre mercado e do papel do Estado – apesar de unânimes enquanto crítica – demonstraram caminhos opostos que dificultavam a formatação de um posicionamento homogêneo, o qual, mais tarde, foi crucial para consolidar o pensamento neoliberal.

Para uns, a doutrina do *laissez-faire* deve ser renovada, sem dúvida, mas deve sobretudo ser defendida daqueles que pregam a ingerência do Estado. Destes últimos, Lionel Robbins na Inglaterra e Jacques Rueff na França, juntamente com os “austríacos” Von Mises e Hayek, estão entre os autores mais conservadores em matéria doutrinal. Para outros, o liberalismo deve ser integralmente refundado e favorecer o que já é chamado de “intervencionismo liberal”, segundo o termo utilizado por Von Rüstow e Henri Truchy (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 76).

¹ “*La cité libre*” (1938) foi título da tradução francesa de “*An Inquiry into the Principles of the Good Society*” de Walter Lippmann, lançada em 1937 no Estados Unidos.

² Para além dos Estados Unidos, a *Grande Depressão* ou a *Crise de 29* atingiu a França, a Itália, a Alemanha, os Países Baixos, o Canadá e o Reino Unido. Países como Brasil e Argentina também sentiram os efeitos da referida crise, pois, tiveram dificuldade em exportar os gêneros primários que produziam, acelerando o seu processo de industrialização.

Ainda que houvesse duas linhas difusas, foi consensual que o retorno do liberalismo deveria assumir uma postura progressista e não conservadora/naturalista (responsável por manter os privilégios existentes no liberalismo); corrigir o pensamento que coloca a economia em uma posição prioritária frente à política; considerando “pensar uma ordem de mercado como uma ordem construída” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 82). Enquanto política estabelecida, pretendia reconhecer a capacidade da ordem jurídica de propor e de inventar leis, instituições e normas necessárias ao funcionamento do mercado, demarcando o limite de atuação do Estado, bem como, o modelo social a ser aplicado (evitando favorecer os interesses econômicos de grupos dominantes); oferecer autoridade suficiente ao Estado, capaz de neutralizar as forças sindicais e privilegiadas, a fim de manter as condições de livre concorrência e de proteger as manipulações políticas de conquista do voto; vigiar e regular, constantemente, o capitalismo concorrencial, devido ao seu caráter dinâmico; ser guiado “pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua” (ibidem, p. 90); e atingir a sociedade como um todo, através da unificação do social e do econômico, capaz de mudar o próprio homem na condição de sujeito.

Mesmo diante desse caráter revelador da doutrina liberal, o colóquio não conseguiu alcançar o seu objetivo, propondo, ao final, enquanto agenda, um Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo, mantendo o compromisso com as questões levantadas.

Porém, os efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) causaram certa dispersão, tanto dos pensadores quanto das ideias que estavam sendo formuladas, sendo reativadas em 1947, com a *Sociedade Mont Pèlerin*, organizada com o propósito de reconstruir o liberalismo sob novas tendências, reconhecendo as críticas construídas em 1938.

Formado por economistas, filósofos e políticos, o referido grupo tinha o objetivo de reanimar as críticas ao liberalismo, mediante aquelas suscitadas no colóquio. No entanto, suas ideias não circularam no ambiente prático (com planos de ação ou reformas institucionais), afinal, por ser formado por um coletivo de intelectuais, suas reflexões foram disseminadas no meio acadêmico e propagados através de artigos, livros e manifestos, sendo considerado um movimento de apelo intelectual³. Momento que marca um certo *apagamento* das linhas divergentes que estavam sendo elaboradas, prevalecendo duas críticas unânimes do liberalismo: “o intervencionismo do Estado e a escalada do coletivismo” (ibidem, p. 73).

Síntese baseada no keynesianismo vigente, que defendia um Estado forte e ativo; focado no bem-estar social; na macroeconomia e no equilíbrio das instabilidades do mercado, concomitantemente amparada pelo *Acordo de Bretton Woods* (1944 – 1971), que propunha novas regras, instituições e estratégias para a reestruturação econômica mundial, nos primeiros sinais do fim da Segunda Guerra.

Sob certo favorecimento dos Estados Unidos, o referido acordo estabelecido com 44 países propôs o dólar como moeda forte (inclusive como fator-referência para outras moedas, com variação de apenas 1%) associado ao ouro, enquanto base fixa, aplicada como estratégia de

³ Além das referidas personalidades, a *Sociedade Mont-Pèlerin* estava associada a correntes do pensamento econômico, com destaque para a Escola Austríaca, a Escola de Chicago, o Ordoliberalismo Alemão, bem como, o movimento marginalista (surgido em 1870), cuja crítica estava atrelada aos preços dos produtos para além do valor agregado aos custos da produção. Ainda vigente, a *Sociedade Mont-Pèlerin* soma 31 gestões bienais desde a sua fundação, em 1947, tendo como membros intelectuais da economia política de grande destaque no aconselhamento de governos, como, por exemplo, de Ronald Regan (1981-1989) e de Margaret Thatcher (1979-1990). Atualmente, destaque para alguns membros como Alan Greenspan (presidente do banco central americano de 1987 a 2006), Lars P. Feld (consultor econômico da chanceler alemã Angela Merkel) e o empresário Charles Koch (um dos principais financiadores da campanha de Donald Trump, em 2016). Destaque também para o encontro organizado por John B. Taylor (gestão 2018/2020) na Universidade de Standford, de 15 a 17 de janeiro de 2020. Com o tema “*Do passado ao futuro: ideias e ações para uma sociedade livre*”, o referido evento contou com a participação do economista Paulo Guedes, ministro da economia do governo Bolsonaro (2019-2022).

conversão. Ademais, foram criadas instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial, associadas às intenções Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de manter, acompanhar e subsidiar o funcionamento da economia diante do referido acordo, que perdurou até 1971, sendo encerrado pelo próprio Estados Unidos, devido à desvalorização do dólar e à aplicação do *lastro-ouro* na conversão das reservas de dólares dos países vinculados a *Bretton Woods*. Cenário que não impediu a reeleição de Richard Nixon em 1972.

Apesar de interromper as relações americanas junto à Guerra do Vietnã, conseguindo trazer de volta os prisioneiros de guerra, duas crises marcaram o segundo mandato do presidente republicano Richard Nixon (1973 – 1974). A primeira, deflagrada pelo apoio a Israel na *Guerra do Yom Kippur*, cujo efeito mobilizou os países árabes que compunham a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a elevarem o preço do petróleo a índices que chegaram a alcançar uma alta de 400%. A segunda, ainda sob efeito da alta do combustível, remete às investigações iniciadas em 1972 do chamado “*Caso Watergate*”, que revelaram o envolvimento de Nixon, e conseqüentemente sua renúncia em 8 de agosto de 1974, sendo substituído pelo republicano Gerald Ford (1974 – 1977).

Sua gestão, marcada por um clima de recessão e por altas taxas inflacionárias, repercutiram no mundo - principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido - denunciando cada vez mais a ineficácia do keynesianismo que dava sinais de decadência desde a segunda metade dos anos 60, durante os últimos anos do *Acordo de Bretton Woods*.

Entregou seu mandato ao democrata Jimmy Carter (1977 – 1981) que, devido ao efeito das crises acumuladas, apresentou um governo pouco expressivo no contexto socioeconômico. A manutenção do desemprego e da inflação deflagrou a chamada *crise da confiança americana* que, sem perspectivas frente à política vigente, resolve testar o novo elegendo o republicano-conservador Ronald Reagan (1981 – 1989), cujo discurso – disparado desde o período de campanha - propunha despertar os Estados Unidos de um pesadelo que parecia não ter fim.

Diante de um desencantamento generalizado, Reagan foi o candidato que convidou os cidadãos americanos a voltarem para *a estrada dos tijolos amarelos* na esperança de viverem o tão sonhado *American Dream*, aliando-se à primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, que, desconsiderando as particularidades americanas, apresentava uma situação de crise análoga. O conservadorismo de ambos, influenciados por nomes e teorias da *Sociedade Mont Pèlerin*, propunham uma grande virada no cenário político e econômico.

[sobre as propostas de governo de Thatcher e Reagan] (...) questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados. A política de demanda destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornara o problema prioritário (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p.189).

A exaustão crítica do liberalismo e a falência explícita do keynesianismo deixavam claro a necessidade de superação política, a qual pudesse transpor, drasticamente, o contexto aplicado de 1930 até o final dos anos 1970, e seguir para além do retorno ao mercado e da restauração do capitalismo, “mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 190). Thatcher e Reagan assumiram esse propósito, com atenção exclusiva para o livre mercado, porém, sua viabilidade dependia de um conjunto de

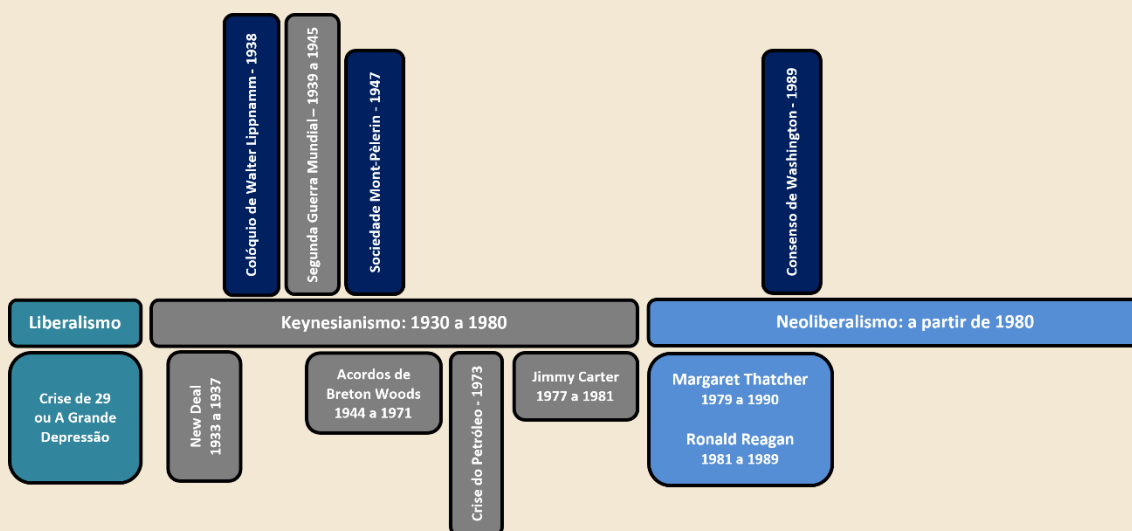
medidas, denominadas estratégias neoliberais que, quando aplicadas, inauguraram uma racionalidade⁴ global, que passou desatenta à crítica antiliberal.

[sobre as estratégias neoliberais] [...] entenda-se o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 191).

A ideia de estratégia sugere pensar que o neoliberalismo parte de uma conspiração elaborada por meio da “concorrência generalizada entre empresas, economias e Estado” (ibidem, p. 191), através de uma rede de aderência composta por forças que se conectam por meio de uma lógica própria, ampliando seu raio de abrangência, bem como, a sua capacidade de superar crises, ou melhor, de se reinventar dentro dela, revelando a sua forma adaptativa como uma de suas principais estratégias.

Contudo, para que este *modus operandi* fosse posto em prática, o mundo precisava de um estímulo maior que a influência de Reagan e Thatcher no cenário global. Dilema que foi resolvido diante das consignações do Consenso de Washington, em 1989, que definitivamente chancelou o neoliberalismo como antídoto frente às crises acumuladas desde a Crise de 29 (figura 2), capaz de movimentar a economia a partir da extinção do Estado de bem-estar social, bem como, a sua (re)significação, através da abertura comercial para o capital estrangeiro (com restrições mínimas), das privatizações de empresas estatais (enfraquecimento dos sindicatos) e da complacência diante das leis econômicas⁵.

Figura 2 - Síntese esquemática da gênese do neoliberalismo.



Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

⁴ O termo racionalidade e o predicado “racional” caracterizam diversos aspectos do comportamento humano: a ação, cuja racionalidade é calculada com base na eficácia dos meios escolhidos em vista de um fim; as crenças, cuja formação e modificação com base na evidência preside à decisão racional; a elaboração sistemática da experiência através de princípios explicativos gerais. A moderna noção de racionalidade formou-se originalmente fora da filosofia, tornando-se objeto de indagação em disciplinas especializadas, como a economia e a sociologia (ABBAGNANO, 2012, p. 962).

⁵ Os países com fragilidade econômica (como o Brasil, por exemplo) foram amparados pelo FMI e pelo BIRD (instituições que simpatizam com o neoliberalismo desde a sua criação, durante os *Acordos de Bretton Woods*), devido às dificuldades que tiveram em acompanhar as medidas propostas. O FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — também chamado de Banco Mundial) funcionam até hoje, apesar de terem sofrido ajustes operacionais. Ambos, de caráter mantenedor das ideias neoliberais, oferecem empréstimos a países com adversidades financeiras ou com iniciativas de melhorias no âmbito social.

A partir dos anos 80, o neoliberalismo aliado à globalização segue a sua marcha mantendo vínculos a sua gênese clássica, porém, se reinventando, conforme Dardot e Laval (2016 [2009]), dentro de seu próprio formato, por meio de estratégias sofisticadas capazes de manter o fluxo liberal do mercado sempre aliadas ao Estado facilitador.

Com este propósito, o neoliberalismo superou a Crise de 2008, revelando equivocadas as interpretações que acusaram o seu fim, pois, o colapso dos empréstimos hipotecários de alto risco serviu para que o neoliberalismo testasse novos “processos de reestruturação regulatória” (BRENNER, 2018, p. 161). Um experimento de reestatização e auxílio financeiro que evidenciou o seu amadurecimento e sua capacidade de ampliação, para além da sua formação clássica dos anos 80, deixando claro que a condição sistêmica das crises contemporâneas são dispositivos motivadores para o neoliberalismo manter a sua base estrutural aliada ao Estado economicista e a liberdade de mercado.

Como resposta à crise financeira de 2008, o mundo experimentou uma política de austeridade, definida pelo professor Mark Blyth como “uma ideia perigosa” (BLYTH, 2017 [2013]), afinal, para o neoliberalismo, a relação direta entre dívida e contenção de gastos públicos tende a reforçar as desigualdades sociais (por falta de recursos a serem investidos) ao mesmo tempo em que acelera a perseguição ao crescimento, através de projetos e reformas.

Transformamos a política da dívida em uma moralidade que desviou a culpa dos bancos para o Estado. A austeridade é a penitência – a dor virtuosa após a festa imoral -, mas não vai ser uma dieta que todos partilharemos. Poucos de nós são convidados para a festa, mas pedem-nos a todos que paguemos a conta (BLYTH, 2017 [2013], p. 02).

Das mais arrojadas, estão aquelas ligadas à liberdade, mas não a de mercado, e sim, segundo Duménil e Lévy (2005), a do capital⁶, também chamada de financeirização, “na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (CHESNAIS, 2005, p. 35), apesar de não descartar a produção tradicional de bens e serviços, atrelada ao trabalhador e sua relação assalariada.

[sobre a financeirização] (...) menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constituídas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de crédito e de dívidas, especialmente entre bancos (CHESNAIS, 2005, p. 35).

Este capital abstrato ou fictício circula através de transações contratuais de valoração prospectiva, os chamados derivativos, trazendo rendimentos futuros para a condição presente sob o risco de maior ou menor lucro, ou melhor, por associação ao risco, de maior ou menor dívida.

Ademais, para além deste formato, trata-se de um modelo multifacetado de abstração, que se desenvolve, por disponibilidade planetária, de forma “desterritorializada e reticular” (BERARDI, 2016 [2007], p. 122), aliada, por abstração digital⁷, a quebra de cadeias produtivas, por não

⁶ Segundo Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014 [2011]) o capitalismo moderno é constituído de três ordens sociais, sendo, do início do século XX até o *New Deal* (liberalismo corporativo); seguido pela intervenção estatal (keynesianismo), ou seja, do *New Deal* até o fim dos anos 70; e por fim, a partir do início dos anos 80 (neoliberalismo financeirizado). Na perspectiva dos referidos economistas, tais ordens advêm de processos de “clímax e crise” (ibidem, p. 17), relacionados ao sistema de classes e ao protagonismo de determinados países.

⁷ Diante da possibilidade de circulação de produtos, ao mesmo tempo que amplia seu nicho de mercado, a referida abstração atinge os quantitativos de postos de trabalho, bem como o aumento do desemprego, por substituição digital da mão de obra humana.

acontecer mais em nível material, afinal, “a informação substitui as coisas” (ibidem, 2020 [2012], p. 82).

Neste sentido, independente da forma, a abstração financeirizada não está mais preocupada com o valor de uso e tampouco com as mercadorias atreladas a ela, afinal, o lucro é “viabilizado pela mera circulação de dinheiro” (ibidem, p.82), comandado por “instituições financeiras não bancárias, também chamadas investidores institucionais, fundos de pensão, fundos de aplicação coletivos e sociedades seguradoras, assim como empresas financeiras especializadas que gravitam em torno delas” (CHESNAIS, 2005, p. 27).

Condição propícia - enquanto estratégia - para a capacidade adaptativa do neoliberalismo diante de crises/contextos, pois, sem um projeto fixo, ele se autorreproduz como um mecanismo de aprendizado diante de uma situação adversa. Uma mutação que ambiciona um caminho, para que ele possa se manter, mediante uma estrutura genérica de liberdade de mercado e de um tipo de Estado, cujo arranjo político viabiliza o funcionamento da economia.

Assim, é a neoliberalização, enquanto prática processual, que mantém o neoliberalismo, enquanto núcleo ideológico; definido pelos geógrafos britânicos, Jamie Peck e Adam Tickell (2002) a partir de dois momentos distintos: o neoliberalismo “*roll-back*” e a neoliberalização “*roll-out*”.

O primeiro sugere o desmonte da condição macroestrutural do keynesianismo e do Estado de bem-estar social, a instituir o neoliberalismo. Já o segundo, propõe uma ação prática, ligada às crises herdadas e às que surgirem ao longo do tempo, muitas vezes de caráter experimental capaz de se reinventar. Assim, a condição “*roll-back*” determina o sentido político do Estado neoliberal para que a viabilidade “*roll-out*” aconteça, sob intervenção direta nos conjuntos de leis conforme intenções, contudo, sob aspectos de governança impositiva e nada democrática.

A natureza genérica do neoliberalismo, impressa nos discursos de Dardot e Laval (2016 [2009]) e de Peck e Tickell (2002), pressupõe uma racionalidade ideológica-homogeneizadora que opera intencionalmente de forma capilar, a ponto de contaminar – sob certos ajustes - todas as possibilidades de interação social, deixando claro que, segundo Safatle *et al.* (2016*)⁸, para além de um modelo econômico, “o neoliberalismo é um modo de existência que se impõe a ponto de propor um modelo de gestão social”.

Isso se explica pelo próprio *modus operandi* da economia, expresso, de acordo com Safatle *et al.* (2016*), por modelos matemáticos precisos, fundamentados em números, dados e estatísticas, que interferem, a ponto de moldar, o funcionamento da vida social, propondo formas distintas, como, por exemplo, a forma-educação, a forma-saúde, a forma-segurança, a forma-família, a forma-empresa, entre outras, como as deste trabalho, preocupado em revelar o neoliberalismo em sua forma-política (enquanto contexto), a sua forma-cidade (enquanto produção do espaço) e a sua forma-sujeito (enquanto dinâmica de interação com a vida social). Essa forma, gerada pela racionalidade econômica, possui um modo de fazer, ou melhor, uma “força performativa” (SAFATLE *et al.*, 2016*) que incide diretamente no sujeito, a gerar uma racionalidade comportamental.

Esse modelo de ação social deve ser incorporado pelo sujeito enquanto racionalidade esperada, para que possam agir como agentes econômicos. Para que isso aconteça, é necessário que o discurso econômico tenha uma dimensão psicológica e uma forte

⁸ (*) SAFATLE, Wladimir (coord.); AFSHAR, Yasmin; FRANCO, Fábio; MANZI, Ronaldo; CASTRO, Júlio César de. *Gênese da concepção neoliberal de sujeito* (palestra / apresentação de pesquisa em andamento), Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise – LATESFIP/FFLCH-USP, São Paulo, 16 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DyV3upSkOZo> (primeira parte); <https://www.youtube.com/watch?v=1arRCR4htO4> (segunda parte); https://www.youtube.com/watch?v=erDxTVZht_g (terceira parte).

injunção moral, constituindo uma tríade importante entre economia, psicologia e moral. O discurso econômico sempre foi um discurso moral (SAFATLE *et al.*, 2016*).

Ao longo da história, a racionalidade comportamental, associada a certos modelos econômicos, tem posicionado o sujeito sob condição proibitiva, submissa, oprimida, disciplinar, repressora, coercitiva e violenta. Segundo Foucault (1984 [1979]), a negatividade destas condições, geralmente associadas ao poder, somente são amortecidas quando o sujeito as insere em seu cotidiano por “nexos de hábitos”, a ponto de naturalizar o “sofrimento psíquico” (SAFATLE *et al.*, 2016*), entendendo-os como sociedade.

No entanto, o comportamento neoliberal é pautado pela exploração da liberdade, onde toda a carga negativa e submissa, associada ao poder investido junto ao trabalhador, é transformada “em projetos livres” (HAN, 2018 [2014] p. 9, grifo do autor), que insere o sujeito em uma lógica dinâmica e distinta diante de algo a ser realizado. Assim, o ato coercitivo, antes associado à atividade laboral, se revela disfarçado pela relação liberdade-propósito, que, ao mesmo tempo em que transfere ao sujeito a responsabilidade do fazer, o transforma em servo de si mesmo, cujo sucesso está atrelado a sua capacidade máxima de administrar a “liberdade”, contaminando toda sua existência por práticas de âmbito competitivo e individual.

Dessa maneira, o indivíduo livre é rebaixado a órgão genital do capital. A liberdade individual concede ao capital uma subjetividade «automática», que o incita à reprodução ativa. Assim, o capital «parece» continuamente «filhotes». A liberdade individual, que atualmente assume uma forma excessiva, é nada mais nada menos do que o *excesso do próprio capital* (HAN, 2018 [2014], p.13, grifo do autor).

Enfim, estamos falando de um tempo em que a liberdade é a força produtiva, traduzida na “forma mais eficiente de subjetivação e sujeição” (ibidem, p.9, grifo do autor).

1.1 Táticas de poder: de uma matriz psicológica à desdemocratização.

O poder inteligente se plasma à psique, em vez de discipliná-la e submetê-la a coações e proibições. Não nos impõe nenhum silêncio. Ao contrário, ele nos convida a compartilhar incessantemente, participando, dando opiniões, comunicando necessidades, desejos e preferências, contando sobre nossa própria vida. Esse poder afável é, por assim dizer, mais poderoso do que o repressor

Byung-Chul Han

No neoliberalismo, o poder do Estado supera as oposições do universo político-econômico, sendo mínimo na condição protecionista e máximo diante da manutenção do funcionamento econômico, a fim de promover liberdade e competitividade de mercado. Uma torção necessária ao capital, oferecendo autonomia vital para estabelecer suas próprias conexões em busca dos melhores investimentos.

Essa teoria macroestrutural que serve ao neoliberalismo depende de uma prática para manter o seu propósito desenvolvimentista, irradiando suas intenções a ponto de atingir os meios de produção, as forças produtivas e, conseqüentemente, as formas de poder intrínsecas dessa relação, inaugurando o que o economista Thomas Coutrot (1998) intitulou de “empresa neoliberal”.

Em oposição à industrialização - protagonizada pela relação entre força de trabalho, produção e mais-valia – os negócios do neoliberalismo se acomodam no último ciclo/motor da história - na perspectiva de Paul Virilio (1996) – preenchidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação (NTCI), de onde emergem forças produtivas que poderiam ter sido um simples desdobramento da economia industrial, porém, revelaram-se imateriais (NEGRI; LAZZARATO,

2001), (GORZ, 2005 [2003]) ou cognitivas (COCCO; GALVÃO; SILVA, 2003) na forma de conhecimento.

Na chamada “economia do conhecimento” o saber é a força motriz, advindo de conteúdos que não estão acessíveis em manuais técnicos ou especializações. Sua origem tange o universo da experiência, manifestadas através de qualidades, quase sempre construídas ao longo da vida, ou por investimentos em si mesmo, a colocar o trabalhador em situação distinta, independente da sua posição hierárquica na empresa.

Para Gorz (2005 [2003], p. 9) “os modos como os empregados incorporam esse saber não pode ser nem predeterminado nem ditado”. No entanto, apesar da infinidade de possibilidades, a procura geralmente está associada a um receituário técnico (figura 3) que promete melhorar o desempenho, a qualidade, a capacidade de organização e comunicação, e, principalmente, a eficiência (figura 3).

Figura 3 - Cartilhas de dominação neoliberal.



Fonte: elaboração própria a partir de fontes digitais.

A estratégia destas cartilhas tem aporte na chamada “psicologia positiva”⁹, cujo otimismo descola o sujeito da sua realidade através de métodos obsessivos de individualidade que atestam o enfraquecimento, a superficialidade e a instabilidade da experiência coletiva no

⁹ SELIGMAN, Martin E. P.; CSIKSZENTMIHALY, Mihaly. Positive Psychology: An introduction, In: *Flow and the foundations of positive psychology*. Springer, Dordrecht, 2014. p. 279-298.

ambiente de trabalho. Condição profícua para a autoexploração junto aos processos laborais do neoliberalismo.

Os efeitos intencionais deste formato desencadeiam processos que, segundo Richard Sennett (2015 [1998]), fazem com que os funcionários evitem o pronome “nós” (ibidem, p. 165), afinal, caso suas atitudes tenham como princípio o bem comum (de ordem coletivizada), a estratégia de submeter os trabalhadores às regras de eficiência e de desempenho que os colocam em uma espiral infinita de metas, não surtem efeito¹⁰.

A principal vantagem da gestão por metas é que ela permite aos executivos medir seu próprio desempenho. O autocontrole reforça a motivação, o desejo de fazer melhor, de não se encostar. [...] Embora não seja indispensável para dar unidade de rumo e esforço à equipe dirigente, a gestão por metas é indispensável para permitir o autocontrole. (DRUCKER, 2002, p.122).

O autocontrole¹¹, atrelado ao poder coercitivo da empresa, produz duas características fundamentais para a eficácia e a manutenção desse modelo de gestão: a primeira, de caráter estrutural, trata da fronteira fugaz entre o dentro e o fora da empresa, por intermédio de terceirizações, de empregos temporários, de missões específicas e de apelos a consultores externos; a segunda, de caráter econômico, relaciona-se com a redução de postos hierárquicos, afinal, o trabalhador não é mais tensionado por um superior, mas, sim, pela sua própria capacidade de executar determinada tarefa, “agindo não porque outro quis desse modo, mas porque ele próprio decidiu que deveria fazê-lo — em outras palavras, ele agirá como um homem livre” (DRUCKER, 2002, p. 127).

Essa filosofia da liberdade, que tem aplicação universal, assegura o desempenho transformando necessidades objetivas em objetivos pessoais. [...] seguindo um regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas de desejo e culpa. Trata-se de mobilizar a aspiração à realização pessoal a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos. (AUBERT e GAULEJAC¹², 1991, apud DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p.229).

O prefixo *auto* – definido por algo que é próprio ou funciona por si – é a designação mais precisa deste sujeito que, na sua condição laboral se (*auto*)*valoriza* ao mesmo tempo em que se (*auto*)*explora*, entregando a sua personalidade e a sua subjetividade como componentes de valoração, bem como, a sua motivação e seu comprometimento, desfazendo assim, “as relações salariais convencionais” (GORZ, 2005 [2003], p.10), tornando-se um “*trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa*” (HAN, 2018 [2014], p. 14, grifo do autor).

Essa mudança do paradigma laboral – protagonizada pelo capital humano – desmonta o sistema de classe tão explorado na industrialização, bem como a coletividade (opressora ou reivindicativa) a ela associada, afinal, no sistema neoliberal são as particularidades e distinções que atuam em um ambiente isolado e competitivo, coordenados por novas relações de poder que descartam a negatividade da dominação e da imposição, para dar lugar a uma relação inteligente, de caráter silencioso e sedutor, a ponto de “aliciar as subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 338), como uma “cafetina” - na versão de Suely Rolnik (2018) – que se aproveita, ao mesmo tempo em que se apropria da vida.

¹⁰ Para Sennett (2015 [1998]), na perspectiva do capitalismo neoliberal, o “nós” é um “pronome perigoso” (ibidem, p. 163) e improdutivo, associado à autoproteção diante dos desafios laborais.

¹¹ O autocontrole é o mecanismo que transforma cada um em “instrumento de si mesmo”. (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p.229).

¹² AUBERT, Nicole; GAULEJAC, Vincent. *Le coût de l'excellence*. Paris, Seuil, 1991.

O poder neoliberal é associado à mediação da liberdade, muito maior do que aquele que opera por coerção. Sua máxima é “disciplinar os assalariados” (SAUVIAT, 2005, p. 126) através de estratégias sedutoras, porém implícitas, afinal, quando evidenciado perde a sua força e sua capacidade persuasiva, retomando a condição impositiva.

Para Bourdieu (1989), este é um poder de ordem simbólica, que não se deixa ver e “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos” (ibidem, p. 7-8), associando-se às flexibilizações – tanto do *habitus* quanto do *campo* - sem estabelecer uma relação fixa ou de classe.

Funciona pela autoexploração do trabalhador, a fazer dele - diante da sua condição livre - dependente ao invés de obediente, afinal, é preciso introjetar a ação desejada como algo a ser adotada por ele, pois, “a livre escolha é extinta em prol de uma livre seleção entre ofertas disponíveis” (HAN, 2018 [2014], p. 27). Contudo, mesmo diante de uma ação adotada, se associarmos a lei da oferta e da procura a liberdade do trabalhador, voltamos a condição obediente frente a vontade neoliberal de fazê-lo dependente. Assim, o que estabiliza sua autoexploração?

Ainda que associada ao poder, a resposta advém de uma estratégia de relações que “se assemelha muito mais com um domínio no qual se movimenta como peças *livres*” (HAN, 2019, p. 12, grifo do autor), afastando da causalidade, a ponto de soar – para o subordinado – de forma positiva e motivacional. Trata-se do *eu quero*, e nunca contra ele, na condição do *eu devo*.

O poder neoliberal, enquanto *princípio-expectativa*, é positivamente expresso na condição de *liberdade-desempenho*, cuja técnica de exploração está atrelada à *psique*, definido, segundo Han (2018 [2014]) sob controle *psicopolítico*. Um sistema que segue em oposição àquele que o antecede, de ordem disciplinar, proibitivo e obediente, cuja tática é ortopédica e de nenhum acesso à intimidade, designado por Michel Foucault (2008 [1978]) de biopolítica.

Para Han (2018 [2014]), a distinção entre a biopolítica e a *psicopolítica* está diretamente vinculada as relações comportamentais do empregado com o seu trabalho; onde a primeira (de ordem disciplinar) o faz “toupeira”: trabalhador limitado ao confinamento dos espaços restritos, e, conseqüentemente, à sua produtividade, cujo efeito determina a sua condição submissa; enquanto a segunda (da ordem do desempenho) o faz “serpente”: empreendedor flexível e permeável, capaz de aumentar a sua produtividade, por se deslocar por estímulo às suas próprias intenções e motivações. “Assim, o sistema capitalista passa do modelo-toupeira para o modelo-serpente” (HAN, 2018 [2014], p. 30).

Este poder *psicopolítico* (HAN, 2018 [2014]); cognitivo (COCCO; GALVÃO; SILVA, 2003); simbólico (BOURDIEU, 1989); aliciador (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009]) ou cafetinado (ROLNIK, 2018), quando posto em prática, reforça a certeza de Tickell e Peck (2002) de que as experimentações neoliberais correspondem às iniciativas de tentativa e erro feitas dentro dele mesmo.

No entanto, a condição teórica do poder neoliberal começou a ser elaborada no final da década de 30, no Colóquio de Walter Lippmann (1938), interrompida pela Segunda-Guerra (1939 – 1945) e retomada com a Sociedade Mont Pèlerin (1947), seguindo sua maturação, mesmo que de origem intelectual, até começar a influenciar a quem de fato pudesse colocá-las em prática.

Associado à reinvenção do liberalismo, este poder começa a ser construído a partir da certeza de que o mundo precisava de uma adaptação/conversão de tudo (enquanto capacidade capilar de adentrar em todos os setores do mundo social) e de todos (enquanto a fagocitação da vida do sujeito e de toda a sua existência), impulsionado pela reflexão crítica do liberalismo em crise e das novas “políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 71) que se desenvolveram como resposta à Grande Depressão.

Este processo foi construído sob influência de quatro personagens de extrema importância para o pensamento daquilo que será o neoliberalismo do final dos anos 70. Trata-se do economista Ludwig von Mises, do economista e filósofo Friedrich von Hayek, da escritora e filósofa Ayn Rand e do economista Gary Becker.

Suas contribuições pinçaram elementos teóricos de cunho filosófico, psicossocial, sociológico, psicanalítico, econômico e matemático, cujas reflexões desenharam a base subjetiva da racionalidade neoliberal, denominada, em pesquisa realizada pelo Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (LATESFIP)¹³, de “matriz psicológica da episteme neoliberal”, a confirmar as intenções da célebre frase de Margaret Thatcher: “A *economia é o método*. O objetivo é mudar o coração e a alma” (THATCHER, 1988 apud DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 331)¹⁴.

[sobre a referida pesquisa] ... nesses padrões encontramos sistemas profundamente normativos de disposição de condutas, de produção de afetos e de determinação de formas de sofrimento. Neste sentido, modelos socioeconômicos, são modelos de governo e de gestão social de subjetividades, por isso, eles não podem ser compreendidos sem a sua capacidade de instauração de comportamentos e de modos subjetivos de autorregulação. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente (SAFATLE, 2016*).

Na perspectiva de Ludwig von Mises, a economia não é somente um modelo de produção e acumulação de riquezas, mas uma prática disciplinar que deve se naturalizar como um modelo pedagógico de comportamentos, a ser internalizado pelo sujeito a ponto de orientar o desejo, as atitudes e os julgamentos em prol da maximização de seus interesses.

Suas referências se concentraram nas reflexões dos marginalistas¹⁵ que acusavam os preços dos produtos para além do custo da produção, inspirando assim, uma estratégia econômica que pautasse a relação de oferta e demanda, resolvida por Mises através da observação dos processos de socialização e de individualização presentes nos sistemas da vida social, como a família, o trabalho, a escola e o Estado.

No entanto, a filiação às ideias marginalistas repercutia na crítica à indeterminação da relação oferta/demanda, associada também ao prazer, à satisfação e à felicidade, presente nas teorias de valor subjetivo de Jeremy Bentham e John Stuart Mills. Dessa forma, Mises propôs um sistema classificatório dessas subjetivações capaz de encontrar as motivações que disparam determinada ação, pois, segundo ele, qualquer ação do sujeito está atrelada a uma expectativa de satisfação.

Suas ideias começaram a ser escritas em 1935, porém, publicadas somente em 1949 na obra “*Ação humana – um tratado de economia*”, onde, associado ao marginalismo de Carl Menger, capaz de atribuir valor a uma escala de preferência de produtos, desenvolveu uma teoria intitulada *praxeologia*, como estudo das relações entre meios e fins da ação humana, pautada por atos de escolha mediante a diminuição do desconforto, entendido como efeito da insatisfação generalizada e motivo da busca incessante da felicidade.

Para Safatle *et al.* (2016*) este é o ponto que acusa ser a premissa da praxeologia de Mises: “quanto mais se satisfaz, mais o homem se torna feliz”.

¹³ O LATESFIP tem por objetivo fornecer o suporte acadêmico para o desenvolvimento de pesquisas interdepartamentais e divulgação científica na área de articulação entre psicanálise, filosofia e teoria social. Fonte: <https://www.latesfip.com.br/>.

¹⁴ “*Economics are the method. The object is to change the soul*”. Margaret Thatcher em *Sunday Times*, 7 de maio de 1988.

¹⁵ O Movimento Marginalista tem início a partir de 1870, onde é marcado por economistas que, diferente da economia clássica, onde o preço era atribuído a partir de uma relação direta com a produção, reconheciam que o ciclo de consumo estava atrelado à oferta e à demanda, diretamente associada à satisfação e à preferência.

A praxeologia de Mises corresponde a uma resposta a esses questionamentos. Uma ciência inseparável da economia, pois, ao descrever a essência da ação humana, descreve-se igualmente os meios dos quais o homem se vale para alcançar um fim, seja este qual for (SAFATLE *et al.*, 2016*).

Na praxeologia é o sujeito quem decide “o que” e “como” diminuir o seu desconforto, assim, não cabe qualquer julgamento de valor a respeito da motivação que o coloca em movimento, pois, o que interessa é sua capacidade de sair de uma condição em busca de uma outra melhor. No entanto, na responsabilidade do sujeito de encontrar meios para alcançar o desejado, duas variáveis tensionam suas intenções: o tempo (enquanto eficiência) e a satisfação (enquanto prazer), resolvido pela praxeologia através da adequação correta para determinado fim.

O protagonismo do sujeito em agir e decidir estabelece, segundo Safatle *et al.* (2016*), “a limitação da ação à consciência, podendo até mesmo agir de forma ilícita, porém, nunca em conflito com forças que ele desconhece”. Em outras palavras, a razão praxeológica tem uma associação direta com a ação executada. Compreendê-la, enquanto motivo(ação), pertence ao campo da psicologia.

A teoria geral da ação humana de Mises está assentada em uma filosofia reducionista que transforma a complexidade do sujeito em mera causalidade, onde meios e fins determinam a ação cujo objetivo é encontrar a felicidade. Para que ela ocorra, desconsidera-se tanto o campo externo quanto as “razões profundas da memória, do inconsciente e dos instintos” (SAFATLE *et al.*, 2016*).

Uma maratona cuja estratégia determina quem vencerá primeiro que os outros. Tudo baseado em uma lógica de que o único sinal de subjetivação está na escolha do indivíduo, como primeiro ato da praxeologia de Mises, que, quando determinado, racionalmente exclui, renuncia e reprime as outras possibilidades.

A condição social do sujeito é reconhecida, conforme a praxeologia, através de relações interpessoais e cooperativistas, porém, na condição de vantagem, ou seja, como parte do *meio* para alcançar o *fim*. Situação naturalizada, a ser garantida pelo Estado, cujo papel é proteger o mercado dos indivíduos sem qualquer intervenção na economia. Assim, segundo Mises, é no liberalismo – enquanto prática política – que a praxeologia se realiza.

Se compete ao próprio governo decidir se determinada situação econômica justifica ou não a intervenção do estado, já não há mais atividade econômica regulada pelo mercado. Já não são os consumidores que, em última análise, determinam o que deve ser produzido, em que quantidade, de que qualidade, por quem, quando e como – cabe ao governo decidir essas questões. [...] Dessa maneira, a doutrina e a prática do intervencionismo vão gradativamente abandonando o que originalmente as distinguiu do socialismo puro e simples, para terminar adotando um regime totalitário de planejamento central (MISES, 2015 [1949], p. 645).

A crítica ao Estado intervencionista reforça a filiação da praxeologia ao liberalismo, pois, segundo Mises, é através da condição livre que o sujeito tem a oportunidade de diminuir o seu desconforto, por meio de valorações próprias associadas à *vontade-ação*, para seguir ávido, sempre atento para não fazer mal uso da razão.

Não se deve dizer às massas: “satisfaz os teus desejos homicidas: é genuinamente humano e contribui melhor ao seu bem estar”. Deve-se dizer: “se queres satisfazer tua sede de sangue, debes estar preparado para renunciar a muitos outros desejos. Queres comer, beber, viver numa boa casa, vestir-te e mil outras coisas que só a sociedade pode proporcionar. não podes ter tudo, tens que escolher. Viver perigosamente e o frenesi do sadismo podem ser do teu agrado, mas são incompatíveis com a segurança e a fartura que também não queres perder” (MISES, 2015 [1949], p. 170, grifo do autor).

Para a praxeologia, essa relação custo-benefício, significada e simplificada por meios e fins, revela uma lógica de funcionamento socioeconômica, cuja condição hermética, rígida, naturalizada e liberal, segundo Safatle *et al.* (2016*), deve ser mantida a todo custo e, sobretudo, desejada por todos, mesmo que, para funcionar, dependa da intervenção do Estado.

Apesar do destaque, a teoria praxeológica de Mises compreende parte de uma trajetória intelectual marcada pelo antagonismo frente ao pensamento econômico austríaco. Sua filiação antissocialista o resguardou a um novo grupo, chamado “*Privatseminar*”, influenciando – na condição marginal - uma legião de simpatizantes ao liberalismo, inclusive Friedrich von Hayek que, ainda como estudante de Direito na Universidade de Viena, teve sua trajetória corrompida por aspirações que competiam entre a economia e a psicologia, decidindo pela primeira por questões de campo de trabalho.

Suas primeiras reflexões *psico-econômicas* foram construídas ao lado de Mises que o ajudou a divulgar, em 1929, a teoria que foi considerada o prognóstico do *Crash da Bolsa*, onde afirmava que os preços, diante de uma sociedade de livre mercado, se auto regulamentam em uma relação equilibrada e autêntica, apresentando falhas e possíveis crises quando influenciado pelo Estado.

O conjunto da obra de Hayek marca uma trajetória iniciada ainda nos anos 20 e encerrada no final dos anos 80, devido a sérios problemas de saúde. Dentre elas, duas se destacam enquanto contribuição para o amadurecimento das ideias liberais e, conseqüentemente, mais tarde, quando colocadas em prática, para a instalação do neoliberalismo: *The Sensory Order*, publicada em 1952, porém escrita nos anos 20 (ainda em início de carreira); e *The Road to Serfdom* de 1944.

A primeira, mesmo que publicada tardiamente, questiona o “real” – enquanto ordem física – acoplado à “aparência/sentido” – enquanto ordem percebida/fenomenológica – a ponto de desmontar o protagonismo daquilo que é físico para o relacioná-lo com os sentidos a ele associados. Suas conclusões reforçam a sua hipótese de que para o sujeito, aquilo que é físico só se constitui nessa condição devido à carga fenomenológica associada a ele.

Na obra seguinte, Hayek enfoca a relação interdependente entre o *servo* (sujeito) e a *servidão* (o Estado). Sua crítica à economia planificada revela o Estado – em sua condição institucional – como o maior mecanismo condutor de regimes totalitários, capaz de estabelecer uma notória relação subserviente, afinal, quanto mais o Estado oferece, mais ele o quer obediente. A retroalimentação desse *acordo* é o ponto que restringe a capacidade adaptativa do sujeito.

[sobre o coletivismo estatal] Todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que objetivos individuais são soberanos. Em suma, são totalitários na verdadeira acepção deste novo termo que adotamos para designar as manifestações inesperadas e no entanto inseparáveis do que em teoria chamamos de coletivismo. O “objetivo social” ou o “propósito comum” para o qual pretende organizar a sociedade costuma ser vagamente definido como o “bem comum”, o “bem-estar geral” ou o “interesse comum”. Não é necessário muito esforço para se perceber que esses termos não são suficientemente definidos para determinar uma linha específica de ação (HAYEK, 2010 [1944], p. 75, grifos do autor).

A aproximação das duas obras/teorias acima comentadas fornece a base estrutural para as contribuições de Hayek junto à matriz psicológica do pensamento neoliberal, assentada a partir da limitação humana, no que tange a compreensão tanto da complexidade do mundo social como dos processos econômicos.

Para Hayek, a limitação é uma característica intrínseca da natureza humana, afinal, ninguém é capaz de apresentar o entendimento de tudo que o cerca, ficando à mercê das “consequências imediatas de suas ações e seu restrito campo de percepção” (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2016*)¹⁶.

Essa condição não alcança a ordem do egoísmo, enquanto atitude/significado, pois, imerso na sua incapacidade de entendimento sistêmico é impossível saber o que é melhor para o outro, assim, o individualismo é a melhor condição de acomodar as demandas de cada um, pois, agindo por interesses próprios ele se torna capaz de buscar aquilo que é melhor para si.

Dessa certeza, Hayek sugere que o mercado seja o regulador, transferindo o protagonismo ao indivíduo e não ao Estado, desmontando a sua teoria do totalitarismo, pois, só o mercado é capaz de arcar com possíveis erros experimentais, podendo ser reinventado e assimilado por empreendedores que, sem imposição e total liberdade, entendem as possíveis crises do presente como oportunidades lucrativas de futuro.

A capacidade *analítico-limitada* do sujeito o coloca em condição imprevisível nessa teoria, e para que ela funcione é recomendado que o “amor-próprio”, equiparado, na concepção de Hayek, ao “interesse próprio”, seja cultivado pelo sujeito de forma primordial, admitindo flexibilização somente em caso de ampliação deste sentimento para o microcosmo familiar ou comunitário¹⁷. Cabe ao Estado manter o bom funcionamento da livre concorrência, a fim de oportunizar a “disponibilidade” (por livre associação) do interesse próprio do sujeito.

Essa experimentação *psico-econômica* foi definida de *ordem espontânea*, cuja hipótese afirma que o sujeito, ao ser deixado para agir livre diante dos seus interesses próprios, é capaz de alcançar resultados para além de situações que tangem a razão, pois, a liberdade estimula, a partir de algo físico e almejado, o alcance da vontade, estabelecendo por subjetivação o grau de importância diante de seus interesses, a ponto de buscá-lo sem amarras estruturais limitantes.

Na ordem espontânea, as limitações do sujeito são transpostas para fora do seu campo de entendimento através do mercado que, em condição livre e de acordo com seus interesses, é capaz de se enveredar por caminhos ilimitados, mantendo o sujeito em ação local, sem que ele saiba o quanto contribui “com algo que é muito maior e mais complexo do que ele jamais seria capaz de compreender e com uma efetividade que lhe seria impossível se o fizesse intencionalmente, isto é, racionalmente” (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2016*).

O esforço epistemológico de Mises e Hayek em associar as subjetividades do sujeito no campo socioeconômico segue por um caminho oposto quando aproximado às contribuições da escritora e filósofa Ayn Rand. Baseada na centralidade da razão, descarta propositalmente os valores produzidos por desejos e emoções, devido à sua imprecisão quando associada ao mercado, sendo substituída pela ética, capaz de argumentar com o individualismo, ao mesmo tempo que fazer a crítica ao altruísmo e ao coletivismo.

Sua trajetória é marcada por comprometimento e dedicação que a levaram a experiências no campo das artes, com ênfase na literatura e no cinema, de onde suas ideias antissocialista emergiram, a partir de suas referências de infância e adolescência em São Petersburgo, e de onde decidiu lutar “a favor da liberdade individual e contra o coletivismo do estado” (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2016*).

¹⁶ (*) SILVA JUNIOR, Nelson da (coord.); FOGAÇA, Márcia; SENHORINI, Mário; BEER, Paulo; AMBRA, Pedro. *A matriz psicológica da episteme neoliberal*. Palestra / Apresentação de pesquisa em andamento), Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise – LATESFIP/FFLCH-USP, São Paulo/SP, 14 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yEW9N8eB1Fs> (primeira parte); <https://www.youtube.com/watch?v=SbkbZfOnTeM> (segunda parte); <https://www.youtube.com/watch?v=e2YKGapN7Ng> (terceira parte).

¹⁷ O “amor-próprio” associado a “interesse próprio” advém da relação entre liberdade e “sentimentos morais” de Adam Smith.

Sem perspectivas de sucesso na Rússia, em 1926 Ayn Rand chega a Nova York e rapidamente consegue um emprego na indústria de cinema, primeiramente como figurante, passando para figurinista e chegando a roteirista júnior, logo no ano seguinte à sua chegada nos Estados Unidos. Entre roteiros para o cinema e obras ficcionais escritas no seu tempo livre, três delas se destacam como prelúdio de uma filosofia que se tornaria sua marca no campo político-econômico.

A primeira, intitulada *Anthem*, é uma peça, escrita em forma de diário, que foi publicada na Inglaterra em 1938, chegando nos Estados Unidos somente em 1946. Seu enredo futurista insere o protagonista em um tempo em que o pronome “eu” é substituído por “nós”, em alusão, respectivamente, ao individualismo e ao coletivismo, cujo desfecho devolve a personagem para o seu “eu”, sobretudo, redescoberto.

Em 1943, Rand publica *The Fountainhead* e apresenta para o mundo o conceito de homem ideal, interpretado por um arquiteto “guiado pela razão, independente e de grande autoestima” (COELHO, 2019, p. 47). Apesar de várias críticas, a jornalista do *The New York Times* Lorinne Pruett, escreveu: “um hino de louvor ao indivíduo”, elogio que Rand fez questão de agradecer pelo entendimento de sua obra. Mas o melhor estava por vir, com a publicação de *Atlas Shrugged*, em 1947.

Considerada sua obra de maior notoriedade, a *Revolta de Atlas* (título traduzido para o português), conta a história de uma protagonista-heroína, herdeira de um império ferroviário que, a partir da crítica ao Estado intervencionista, sugere uma paralisação das atividades produtivas, e desse contexto, na visão de Rand, Atlas (no sentido mitológico) deixa de carregar o mundo nas costas.

Inúmeros foram os desdobramentos dessa ficção distópica (ao longo de 1215 páginas), porém, é importante destacar que, além de resgatar os conceitos de individualismo (de *Anthem*) e o homem ideal (de *The Fountainhead*), *A Revolta de Atlas* chancela a ideia de egoísmo racional, bem como, a crítica ao Estado, definindo assim a filosofia objetivista de Ayn Rand, antes propagada por rumores e agora difundida com base em suas quatro características fundamentais: “a realidade objetiva, a supremacia da razão, a virtude do egoísmo e a importância do capitalismo” (COELHO, 2019, p. 76).

Para Rand, a realidade é o contexto que fundamenta o objetivismo, capaz de dar movimento à vida, criando um *lócus* para que os sujeitos possam interagir, transformar, progredir e inovar. Sua condição é objetiva, e o único meio de interpretá-la é através da razão, como ajuste preciso à complexidade da subjetividade, e “como fonte única e exclusiva de orientação para as suas ações, valorizando os conceitos de *individualismo* e *capitalismo* em contraposição às doutrinas do agir prático que se fundamentam no *misticismo*, no *altruísmo* e no *coletivismo*” (SIQUIEROLLI; MARRA; XAVIER, 2019, p. 97, grifo dos autores).

Quando aplicada na teoria objetivista, a razão, associada ao individualismo, instala o conceito de egoísmo, cujo caráter negativo construído ao longo da história, deve ser combatido, em detrimento ao senso comum, que atribui como antônimo a ideia de altruísmo.

[...] o significado exato e a definição do dicionário para a palavra “egoísmo” é: preocupação com nossos próprios interesses. Este conceito não inclui avaliação moral; não nos diz se a nossa preocupação com nossos próprios interesses é boa ou má; e nem nos diz o que constituem os interesses reais do homem. É tarefa da ética responder a tais questões (RAND, 1991 [1961], p. 14).

A condição altruísta desequilibra a racionalidade necessária para que o sujeito realize seus interesses próprios, “sendo considerado como um objeto sacrificável em prol de um bem maior, quando na verdade deveria ser conduzido para a sua própria felicidade” (SIQUIEROLLI; MARRA;

XAVIER, 2019, p. 98). Para Rand este é o maior inimigo do homem, pois, turva a clareza da razão e o coloca em conflito com a sua própria consciência, instalando perdas e dores autoimpostas e obrigações incompreensíveis, além de sentimentos de cinismo e culpa.

O liberalismo pode oferecer essas condições quando o mercado opera de forma livre e autônoma, frente a um Estado que se preocupe em proteger os direitos individuais dos homens: protegendo benefícios e combatendo o mal que os homens podem vir a fazer uns aos outros.

Tendo essas condições em pleno funcionamento, Randy afirma que não há conflito de interesses entre os homens, pois tudo se baseia no entendimento da realidade como condição racional posta, desconsiderando o “estatuto dos desejos (sentimentos, emoções, vontades e caprichos)” (ibidem, p. 100); do contexto como forma de posicionar seus interesses, suas possibilidades e seus esforços; da responsabilidade como gestor de seu intelecto, usando a razão para entender e construir o mundo desejado, sem considerar a condição de vítima ou parasita social; e do esforço como competição diante de um mundo sem limites, afinal, “o universo não beneficia ninguém e o acaso não premia os incapazes” (ibidem, p. 104).

Assim, na perspectiva de Ayn Rand e sua filosofia objetivista, o homem guiado pela razão se interessa pela liberdade, pois sem ela, ele é impossibilitado de buscar seus próprios interesses.

Após *A Revolta de Atlas*, o pensamento de Rand passa a reunir uma série de seguidores, dando origem a um grupo, criado em 1951, intitulado “o Coletivo”, de onde seguiu refinando a sua filosofia, enquanto influenciava aqueles que, por simpatia, aderiram ao pensamento liberal, acreditando ser este o caminho frente às crises que o contexto acumulava.

Apesar de inovador e isolado para a época, o pensamento de Mises, Hayek e Rand teve um outro aliado, cujas reflexões contribuíram tanto para a reinvenção do liberalismo, como, neste caso, para a matriz psicológica do pensamento neoliberal.

No entanto, diferente da praxeologia, da ordem espontânea e do objetivismo, o economista Gary Stanley Becker, proveniente da Escola de Chicago, propôs um método para aproximar a economia dos fenômenos sociais através da matematização do comportamento humano a partir, segundo Silva Júnior *et al.* (2016*), de dois pressupostos articulados: “a maximização de utilidade e o cálculo racional inerente a qualquer ação humana”. Equação que pode ser traduzida pela relação entre a satisfação e a precificação da ação do sujeito.

Seu método propõe equações a serem testadas a partir da observação do comportamento do sujeito, que foi pela primeira vez divulgado em sua tese de doutorado, defendida em 1955 e publicada 1957 – no mesmo ano que Ayn Rand publicou *A Revolta de Atlas* – sob o título *The Economics of Discrimination*, onde apontou o fenômeno da discriminação social sob o ponto de vista de três agentes distintos (a discriminação do empregador, do empregado e do consumidor) que, associados a determinadas variáveis e aplicados a certas equações, tiveram como resultados cenários também distintos, e desdobramentos socioeconômicos de ordem valorativa e precificada.

Na intenção de sustentar suas ideias, Becker ampliou o seu campo experimental, precificando comportamentos, fenômenos, características, escolhas, instituições e preferências, concluindo que sua abordagem econômica era aplicável em todos os aspectos da sociedade. Um método que analisa critérios de escolha diante de um mercado (inerente ao capitalismo) que se relaciona de forma interdependente, baseado na presença de preferências ou unidades de interesse que traduzem aspectos fundamentais da vida do sujeito e do mundo social. Em outras palavras, segundo Silva Júnior *et al.* (2016*), um método que generaliza o comportamento humano a uma “causalidade específica, baseada no cálculo racional de custos e benefícios”.

A racionalidade impressa nas decisões do sujeito não considera variáveis subjetivas, e não apresenta juízo de grandeza, transitando do campo social para o econômico sem critérios específicos. Dessa instrução nota-se o quanto o monopólio da razão humana é alienante frente ao conjunto de escolhas possíveis, sendo encaixada no método e excluindo qualquer variável que atrapalhe a dinâmica proposta. Para Silva Júnior *et al.* (2016*), tal racionalidade alcança o estado de “lucidez cínica, a ponto do excluído ser mais interessante do que aquilo que define”. Uma variável pertinente, mesmo que desconsiderada por Becker.

Para que seu método funcione, o economista alerta que a busca pela satisfação (enquanto maximização da utilidade) - ancorada na razão da ação humana - depende de um mercado (livre e equilibrado) para atender às preferências do sujeito. Ou seja, o reducionismo de Becker reforça o discurso de autopromoção do sujeito, posto isolado para resolver racionalmente as suas escolhas, enquanto o Estado estabiliza o mercado – na condição de explorador – para que este avalie o custo a ser cobrado do explorado.

Ao aproximar as ideias que constroem a “matriz psicológica da episteme neoliberal” (quadro 1), é de unanimidade notória, enquanto estratégia “roll-back”, o desmonte do Estado de bem-estar social, abreviado à responsabilidade de manter e viabilizar a ordem livre do mercado, para que sejam aplicadas técnicas de individualização, a preservar do sujeito a condição capaz de viabilizar a busca de seus interesses próprios. No entanto, quando analisadas, enquanto estratégias “roll-out”, as perspectivas se diferem, porém, convergem para uma razão estrutural generalizada, que orienta o *modus operandi* do sujeito no mundo social.

Quadro 1 - Síntese comparada da matriz psicológica da episteme neoliberal.

“ Matriz Psicológica da Episteme Neoliberal ”		
Referência	Estratégia roll-back	Estratégia roll-out
Ludwig von Mises	O Estado deve garantir uma estrutura lógica para o funcionamento da praxeologia, defendendo os sujeitos daqueles que estão fora ou atrapalham o regime: as crianças, os velhos e os loucos, que agem fora da lógica.	PRAXEOLOGIA: teoria racional da ação humana, que considera os meios que o sujeito desenvolve para alcançar determinado fim, porém, sem reconhecer os motivos do ambiente externo ou qualquer outro da razão profunda, como os afetos, as emoções, a memória, os instintos, e o inconsciente.
Friedrich von Hayek	O Estado totalitário produz servos e sua crítica está na castração do sujeito, que, em condição livre e em consonância com o mercado, poderia alcançar seus interesses próprios.	ORDEM ESPONTÂNEA: reconhece a incapacidade de assimilação sistêmica do sujeito. Dessa forma, sugere deixá-lo livre para que possa “trabalhar” os seus interesses próprios a partir de suas possibilidades, mediadas pelo mercado e não pelo Estado.
Ayn Rand	O Estado deve proteger os direitos individuais do sujeito, sob intervenção da polícia e dos tribunais quando necessário; dispor de segurança a partir de regras constitucionais; e de um conjunto de leis claras, objetivas e de fácil assimilação, e qualquer restrição ou privilégio.	OBJETIVISMO: pensamento filosófico onde a razão, na condição de ação e orientação, deve ser o único referencial do sujeito. Valoriza o individualismo e o capitalismo, em contraposição a qualquer agir de ordem mística, altruísta e coletiva. Considera a felicidade um lugar a ser alcançado, porém, ancorada na realidade e sob tutela da moral e da ética.
Gary Becker	O Estado deve manter a condição linear do mercado, e este, enquanto explorador, deve matematizar o custo a ser imposto ao explorado que, diante dessa condição posta, resume sua existência a exercer sua capacidade de escolha, e, conseqüentemente, sua autopromoção.	MATEMATIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL: método que oferece ao mercado a precificação do mundo social através da razão da ação humana, cuja intenção é oportunizar o alcance da preferência do sujeito a partir da sua capacidade de escolha, condição capaz de instalar a felicidade.

Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

Tal condição anuncia de forma prospectiva o sujeito individual, livre e dono de si mesmo, cuja principal característica tange o mal-estar de gerir as suas próprias subjetividades, que serão instaladas a partir dessa razão aplicada.

Ademais, é evidente que o repertório teórico-crítico da referida matriz promove propositalmente o reducionismo da complexidade econômica e social – a partir da crítica ao liberalismo e da iminência do neoliberalismo – facilitando, assim, a circulação das ideias, bem como, a adesão/conversão daqueles que acreditam não só na reinvenção do liberalismo, mas na transformação/mutação de toda sociedade¹⁸.

A matriz psicológica da episteme neoliberal atesta um pensamento intencional de ordem econômica que, apesar do formato teórico, sempre esteve associado a uma aplicação prática a fim de alcançar a complexidade subjetiva do mercado, da economia, dos processos produtivos, dos fenômenos sociais e, principalmente, do sujeito.

Apesar das distintas estratégias (“*roll-out*”) para viabilizar o neoliberalismo, o Estado assume certo protagonismo sendo viabilizador das referidas ideias, contrapondo às teorias que tentam explicar o neoliberalismo por ausência de Estado frente à priorização da supremacia econômica. Ponto de vista que turva o entendimento do neoliberalismo, levantando barreiras que impedem importantes conexões sistêmicas diante da relação entre o Estado e a liberdade de mercado.

Assim, na intenção de ajustar tal reducionismo, se faz importante elucidar que, o caráter global do neoliberalismo atribui ao Estado o papel de agente intersecto das interrelações políticas, econômicas e sociais, fundamentais para o funcionamento da liberdade neoliberal, divididas em duas lógicas normativas: a primeira, opera uma norma difusa de concorrência universal, enquanto a segunda impõe um modelo generalizado de estrutura empresarial.

Desse modo, o Estado não se retira do cenário, pelo contrário, viabiliza — através de políticas intervencionistas — a atuação do mercado e dos modelos de concorrência, que atingem e alteram as relações sociais.

A responsabilidade política do Estado se fundamenta na competitividade, e seu papel, agora exclusivamente gerencial, desloca suas forças às relações empresariais, não mais ligadas aos anseios da população, o que, conseqüentemente, desativa a cidadania.

Tal cenário culmina em um efeito sociopolítico, nomeado por Wendy Brown (2015)¹⁹ de “desdemocratização”, a “esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.20). Conceito este que revela o desmonte de instituições e direitos conquistados – principalmente pelos trabalhadores – a fim de enfraquecer as práticas democráticas, facilitar a permeabilidade dos interesses neoliberais e evitar tensões óbvias.

Na prática, a desdemocratização inviabiliza o Estado de bem-estar social, bem como, os interesses das massas, vista pelo neoliberalismo como ameaça devido ao seu comportamento imprevisível e ao seu direito de intervenção, através do voto.

Mas, como assegurar as políticas neoliberais diante dessas ameaças?

¹⁸ Motivadas pela reativação do liberalismo, as proposições de Mises, Hayek, Rand e Becker serão acionadas em momento oportuno, quando passam a influenciar líderes capazes de tirá-las do ambiente intelectual/teórico para implementá-las no mundo neoliberal.

¹⁹ A cientista política Wendy Brown é professora da Universidade de Berkeley na Califórnia. Sua produção científica aborda temas ligados à democracia, à soberania, à cidadania, aos direitos, ao gênero, à identidade, ao poder, à tolerância, à psicanálise, ao liberalismo e ao neoliberalismo. Em 2015 publicou “*Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*”, onde discute a soberania dos estados e o esvaziamento da democracia.

A solução encontrada passa, novamente, pelas mãos do Estado, que tem de garantir a estabilidade das regras econômicas, a serem executadas independentemente de qualquer resultado nas urnas, transformando o neoliberalismo em algo inalterado pelo voto, mantendo a superioridade normativa absoluta à economia, onde a população se adapta por impositividade. Ao transformar a democracia do voto, através de líderes gerenciais, a desdemocratização, tem por efeito associado a despolitização.

Contudo, a inviabilidade político-democrática do neoliberalismo não está atrelada a uma condição vazia, e sim a uma única intenção estratégica-impositiva (privada e economicista), cujo efeito tem revelado vertentes ideológicas de ordem reivindicativa (ativismos, protestos e vigilância política²⁰); identitárias (como o racismo, a discriminação, a xenofobia, o conservadorismo e o fundamentalismo religioso); e alienantes (isentos da colaboração social), sendo esta, quando associada a um não reconhecimento social, a condição que enfraquece a capacidade mobilizadora do sujeito da qual, segundo Axel Honneth (2009 [2003]), depende da sua autoconfiança, do seu autorrespeito e da sua autoestima.

No Brasil, essa versão associada (desdemocratização e despolitização) tem investido no chamado *neoconservadorismo*, montado no discurso de uma ameaça esquerdista, baseada no “delírio conspiratório comunista-abortista-feminista-gayzista”²¹.

Assim, na sociedade criada pelo neoliberalismo, o estado de alienação, bem como, a acomodação dos processos de individualização, se fazem oportunos para que o capitalismo continue desobstruindo a sua busca incessante por novos ciclos de acumulação, cuja imagem, suscitada pelo professor Marildo Menegat (2019)²², tende “o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto” (ibidem, 2011).

1.2 O *homo economicus*: competitivo, individual, livre e endividado.

Os humanos se diferenciam dos outros animais pelo telencéfalo altamente desenvolvido, pelo polegar opositor e por serem livres. Livre é o estado daquele que tem liberdade. “Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”²³.

Jorge Furtado

A compreensão das sociedades, ao longo do tempo, tem sido retratada por meio de um conjunto de normas e de valores, capazes de evidenciar experiências práticas tanto de validade quanto de contradição. No entanto, essa estrutura tende a um caráter interpretativo limitado, pois vincula a possibilidade de análise à uma situação real, explícita e relativamente simplista, o que consiste no disparador de uma perspectiva crítica junto às ciências sociais, afinal, toda sociedade é constituída também por conteúdos subentendidos diante das normas estabelecidas.

²⁰ A “Operação Toblerone” constitui um exemplo de vigilância das contas públicas que provocou a renúncia da vice-primeira-ministra da Suécia, Mona Sahlin, por uso do cartão corporativo para gastos pessoais. No Brasil, esse monitoramento recebeu o nome de “Operação Serenata de Amor”, realizada com auxílio do robô “Rosie”, responsável por investigar as despesas de deputados federais.

²¹ <https://profemarli.com/neoliberalismo-e-o-ataque-a-educacao>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

²² MENEGAT, MARILDO. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

²³ O trecho enfatizado na referida epígrafe - narrado em voz off no curta-documentário “Ilha das Flores” (1989), de Jorge Furtado – é de autoria de Cecília Meireles, apresentado na obra “Romanceiro da Inconfidência”, publicado pela primeira vez em 1953.

No tempo do agora, essa perspectiva crítica se faz protagonista, pois as sociedades nunca estiveram tão desorientadas — a ponto de recorrerem a saberes antes isolados em suas especificidades — para interpretar determinados fenômenos contemporâneos, que, explicados somente no ambiente convencional das ciências sociais, tendem a análises frágeis e refutáveis.

Seria pretensioso considerar o neoliberalismo como *pai de todas essas complexidades*, afinal, muitas delas foram (e ainda são) constituídas em tempos e em lógicas distintas. No entanto, os ideais neoliberais e o trabalho — enquanto condição e expressão do capitalismo — se revelam um ambiente propício para acomodação deste “novo”, principalmente, por prover modelos de mercado, de Estado e de empresa que, em atividade simultânea, seguindo a anunciação da novidade, culmina em uma outra sociedade e, conseqüentemente, em outro sujeito.

Se existe um novo sujeito, ele deve ser distinguido nas práticas discursivas e institucionais que, no fim do século XX, engendraram a figura do homem-empresa ou do “sujeito empresarial”, favorecendo uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo. Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos sujeitos. (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p.322, grifo dos autores).

Este sujeito é competitivo, individual e livre, totalmente emancipado de suas estruturas tradicionais. Além disso, é convencido por meio de contratos, que garantem direitos conquistados (liberdade) e estimulam sua capacidade economicista de agir por seus interesses (competição) e por dispositivos atrelados à sua realização (felicidade), alcançada através de seu desempenho e eficácia.

Não se trata de um “adestramento de corpos, mas de uma gestão de mentes, o que pressupõe que os sujeitos sejam conduzidos por uma mão invisível” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 324 - 325), maior que a Adam Smith, pois esta atua em toda sua existência. Para que isso aconteça, as subjetividades do sujeito precisam estar diretamente relacionadas às atividades que desempenha, ou seja, ao trabalho, que, no neoliberalismo, se destaca devido ao fim de uma relação passiva.

Desse modo, o sujeito tem de se reconhecer como peça fundamental do processo produtivo e ser convencido a trabalhar para a empresa como se trabalhasse para si mesmo. O desejo passa a motivar - por meio do sentimento de realização pessoal - o trabalhador, e, conseqüentemente, a empresa. Esse desejo baseia-se na produtividade, na qualidade e na eficiência. Tal prática define o conceito de empresa neoliberal: o sujeito enquanto “governo de si empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.328), definido pela economia como *homo economicus*, a considerar a relação empresa-trabalho-sujeito, e as reverberações desta às outras dimensões da vida, como a família, a cultura, a religião, a moral, etc.

Não satisfeita com essa modalidade de trabalho, a empresa se aproveita da condição individual do sujeito, dentro do processo produtivo, para imprimir, como estratégia transferida ao assalariado, a categoria de risco, a fim de aumentar os graus de envolvimento e de comprometimento, não para criar relação comunitária, mas, sim, competitiva.

Desse modo, estabelece-se uma relação entre empresa e trabalhador, respectivamente, de coação e de superação, cada vez mais severa, que produz um sujeito em permanente estado de *ultra subjetivação*, a buscar cada vez mais para além de si, a ponto de perder a referência de seus próprios limites.

Dardot e Laval (2016 [2009]) concordam com Dunker (2015) que, a insalubridade desse processo produz uma permanente experiência de sofrimento, tão evidente, que é considerada a força produtiva do neoliberalismo — ou seja, o sofrimento torna-se capitalizável. Porém, apesar de inspirar uma emoção coletiva, Dunker (2015, p.36) adverte que esse estado, em momento algum, configura uma “*sociedade patológica*, no sentido de aplicação da ideia de doença ao funcionamento social”, afinal, quem sofre é o sujeito — na sua condição individual.

O sociólogo italiano Maurizio Lazzarato (2017)²⁴, em suas reflexões sobre a vida neoliberal, compartilha das mesmas ideias anteriores. No entanto, a partir de uma perspectiva econômica, considera que o “efeito colateral” está atrelado a um estado de dívida financeira e existencial, oriunda do desequilíbrio provocado pelo mesmo comprometimento que dispara o sofrimento.

Sua obra intitulada “*O governo do homem endividado*”, apresenta, como “estudo de caso” do processo de endividamento, o funcionamento do capitalismo a partir da universidade americana, onde o aluno — antes mesmo de entrar no mercado de trabalho —, ainda em processo de formação acadêmica, recorre a empréstimos para financiar seus estudos. Desse modo, ele constitui o sujeito que “encarna perfeitamente a condição do homem endividado ao exprimir de maneira paradigmática, para o conjunto da sociedade, as condições de subjetivação da economia da dívida” (LAZZARATO, 2017 [2014], p.61).

A dívida, no neoliberalismo, está diretamente relacionada à extinção do Estado de bem-estar social, a qual ocasionou a substituição das “responsabilidades” públicas (enquanto direitos sociais) pelo serviço privado (enquanto endividamento), sendo “a técnica mais adequada para a produção do *homo economicus* neoliberal” (LAZZARATO, 2017 [2014], p. 67, grifo do autor).

A dívida constitui uma nova técnica de poder. [...] lança uma ponte entre presente e futuro [...] [sobre o endividado] Ele se sente envergonhado e culpado [...] se sente obrigado, além disso, a agir, pensar e se comportar como se fosse uma empresa individual. (LAZZARATO, 2017, p. 66-67).

Além disso, o endividamento está ligado ao constante ato de consumo e aos seus possíveis recursos de acesso, como, por exemplo, o cartão de crédito e os empréstimos pessoais. Um exemplo claro de “aparelho de captura”, no sentido deleuziano²⁵.

Ademais, a condição neoliberal produz um outro sentido ao endividamento, definido por Lazzarato (2017, p.72), como “uma *falta de ser*, como um déficit e como uma incompletude”, a provocar dívidas onde as relações econômicas não tocam diretamente, a ponto de o sujeito estabelecer uma condição autopunitiva devido à ausência junto a outros arranjos sociais não priorizados, como a família, os amigos, o entretenimento, os filhos, a religião, o prazer, etc.: um estado de dúvida existencial.

Apesar de atingirem os trabalhadores em uma escala coletiva, o sofrimento e a dívida constituem características do neoliberalismo, ligadas à individualidade do sujeito, que o aprisionam em suas próprias peculiaridades, afinal, a estrutura capitalista que antes colocavam todos em uma mesma “jaula”, foi substituída, no tempo do agora, pela exclusividade e pela oportunidade que cada um tem de cuidar da sua própria clausura, devido ao enfraquecimento das estruturas coletivas de reconhecimento, como os sindicatos, a solidariedade social empresarial e o próprio Estado.

²⁴ Sociólogo e filósofo italiano. Suas pesquisas abordam a ontologia do trabalho, a biopolítica, o trabalho imaterial e o capitalismo cognitivo. Possui uma vasta obra publicada sobre os referidos temas, com destaque para “*La fabrique de l’homme endetté: essai sur la condition néolibérale* (2011); “*Signos, Máquinas, Subjetividades*” (2010); e “*O governo do homem endividado*” (2014).

²⁵ Ver DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.5*. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

Sufrimento e dívida dão movimento a este sujeito, sempre em busca de “*algo mais*”, facilitando assim, a distinção da humanidade entre os que “desistem e os que são bem-sucedidos” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 9), ou, ainda, entre os “esperançosos e desesperançosos” (VIRILIO, 1996 (a), p. 12).

Dardot e Laval (2016 [2009]) entende que para alcançar o “*algo mais*” é preciso primeiro se tornar o algo mais, ou seja, um investimento que, como já foi dito, pode vir do ambiente externo, por iniciativa própria. No entanto, este *plus* pode ser suscitado no próprio ambiente da empresa, a oferecer uma capacitação personalizada ao sujeito, conforme anseios, nichos, mercados específicos ou mesmo intenções distintas.

São as “*asceses de desempenho*” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 338), entendidas como técnicas de aperfeiçoamento que, neste caso, geralmente estão ligadas à gestão de recursos humanos e às teorias organizacionais, empenhadas em trabalhar as relações interpessoais na empresa, a partir de uma perspectiva otimista de buscar soluções, sem medir esforços, para alcançar os seus objetivos.

Tais exercícios reforçam o caráter individual do sujeito, as suas responsabilidades dentro do processo produtivo e, por transferência, toda a complexidade da empresa no cenário competitivo do mercado, sempre articulado a intenções — mesmo implícitas — de recompensa, ou seja, trabalho, realização e responsabilidade em si, no sentido de energia investida pelo sujeito, porém, não como um fim em si, pois o “*si*”, neste caso, significa o “*eu*” para a empresa.

A intenção é transformar o sujeito “num *microcosmo* em perfeita harmonia com o mundo da empresa e, para além dele, com o ‘*macrocosmo*’ do mercado mundial [...] para obter do *colaborador* o desempenho que se espera dele” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p.343, grifo nosso).

A empresa, por coerção, espera, do sujeito, a eclosão de um ser profícuo. No entanto, ele não reconhece tal imposição, devido ao peso/papel da sua individualidade e, assim, assume, para si, — como parte de suas responsabilidades complexas — a coerção.

No fim das contas, trata-se de fazer com a que a norma geral da eficácia que se aplica à empresa seja substituída, no nível individual, por um uso da subjetividade destinado a melhorar o desempenho do indivíduo — seu bem-estar e sua gratificação profissional são dados apenas como consequência dessa melhoria. (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 343).

A *ascese* — enquanto procedimento — não se restringe somente às expectativas da empresa. Ela ambiciona integrar a vida particular do sujeito, bem como, as suas subjetividades, ou seja, tudo que diz respeito ao possível “*novo eu*” interessa, enquanto recurso, para esse modo de gestão. Desse modo, constrói-se uma relação de reconhecimento recíproco, porém, faz-se necessário destacar que aquilo que o sujeito oferece tem uma carga da sua subjetividade, enquanto escolhas já definidas, que o transformam em um *capital humano*. Estas escolhas envolvem riscos que, no nosso tempo, se apresentam como condição natural, afinal, estamos falando de um sujeito individual e livre.

Contudo, o risco não vem associado a uma carga negativa, pois, diante do contexto, somado as informações disponíveis, bem como as suas intenções, a escolha por predileção transfere ao sujeito a responsabilidade de tal decisão. Assim, o risco não está associado ao que ele deixou (por escolha), mas ao que possui (também determinado por escolha), personalizando a sua relação com o trabalho, a ponto de — por envolvimento — comprometer toda a esfera da sua existência.

Nessa perspectiva, o risco é quem opera a relação com o trabalho, diretamente ligado à prestação de contas, das quais, na gestão neoliberal, ocorre por meio de avaliações, de auditorias e de técnicas de vigilância, todas associadas ao sujeito, que, “não vale mais pelas qualidades estatutárias que lhes foram reconhecidas durante sua trajetória escolar e profissional, mas pelo valor de uso diretamente mensurável de sua força de trabalho” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 352).

Importante destacar que seria impossível entender a ideia de racionalidade do neoliberalismo considerando, enquanto interrelação, uma imposição normativa sobre o sujeito, ou sobre a sociedade. O caráter racional (ação, elaboração e crença) se constitui a partir de “situações que forcem os sujeitos [por meio da ascense] a funcionar de acordo com os termos do jogo imposto a eles” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 353). Não há imposição, mas uma construção de personalidade.

Tudo se relaciona por desempenho e competitividade, e a permanência no jogo envolve uma relação *ganha-ganha* (no sentido de *produtividade-desempenho*), pois é nesse *vencedor* que a empresa investe o seu *patrocínio*.

Considerando o desempenho relacionado à ideia de ultra subjetivação, ou seja, de superação contínua de limites, é possível associá-lo à noção de gozo, que, segundo Jacques Lacan²⁶, se encontra em uma condição inacessível. Desse modo, pode-se dizer que a ideia de desempenho/gozo dispara uma lógica de superação estirada.

No entanto, essa relação não acontece segundo os parâmetros de individualização e de liberdade, pois, como já apresentado, esses dois estados do sujeito estão sob coação das normas que operacionalizam o neoliberalismo. Dardot e Laval (2016 [2009], p. 354) ilustram essa interdição, através de “oximoros”, definidos por “autonomia controlada” ou por “comprometimento coagido”. Esse argumento justifica a existência do sujeito envolvido em uma espiral infinita. Mesmo não sabendo para onde a espiral o levará, o sujeito possui uma única certeza: a de seguir melhorando para além de onde está partindo.

A relação gozo/desempenho neoliberal se realiza em um corpo capaz de suportar a deformação elástica de ir além, que extrapola a resistência física e alcança a psicológica.

[...] é pela combinação da concepção psicológica do ser humano, da nova norma econômica da concorrência, da representação do indivíduo como ‘capital humano’, da coesão da organização pela ‘comunicação’, do vínculo social como ‘rede’, que construiu pouco a pouco essa figura da ‘empresa em si’. (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p.358, grifo dos autores).

O sujeito neoliberal se constitui de responsabilidades, de recompensas, de realizações, de desempenhos, de coerções, de individualidades, de desejos, de riscos, de vigilâncias, de avaliações, de competitividades, de sucessos, de incentivos, de escolhas, de autossuperações, de frustrações, de liberdades e de fracasso. Tudo associado a sedução, o aliciamento, a corrupção e o encorajamento das suas subjetividades. Porém, sem uma autoridade que possa conduzir o sujeito em sua existência, “os dispositivos de desempenho/gozo distribuí-se em mecanismos diversificados de controle, avaliação e incentivo e participa de todas as engrenagens da produção, de todos os modos de consumo, de todas as formas de relações sociais” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 362), produzindo sintomas psicossociais que têm atingido uma “epidemia depressiva” (BERARDI, 2019 [2009], p. 150).

²⁶ A noção de gozo em Lacan é apresentada por Dardot e Laval (2016 [2009], p.372) como “aspiração à plenitude impossível”, a considerar “limitado e parcial”, quando relacionados às questões sociais.

1.3 O *homo social*: cansado, doente e desencantado.

Obrigados a uma flexibilização ao extremo da forma de ser de si próprios, para se adaptarem às flutuações do mercado de trabalho, os indivíduos perdem sua espinha dorsal, isto é, o caráter, que como invariante deveria fornecer-lhes uma potência de ser e agir na existência, de forma a se direcionarem no mundo.

Richard Sennett

A continuidade da “sociedade em rede”, de Manuel Castells, reforça a oposição à modernidade, e alcança o tempo do agora, segundo o filósofo coreano Byung-Chul Han, na forma de “cansaço” (2017 [2010]) e de “transparência” (2017 [2012]), cujo sujeito, empreendedor de si, vive em constante estado de liberdade paradoxal, na busca por melhores resultados em todas as esferas da vida. O esforço despendido diante de toda essa performance revela um sujeito sempre em alerta, hiperativo, exausto, único e isolado, recompensado pela visibilidade do outro, enquanto mecanismo de autoafirmação e de consagração da sua existência.

O sucesso é o termômetro que revela o seu valor. No entanto, quando a condição confortável, que antes proporcionava estabilidade profissional e emocional, é desestruturada, ninguém escapa dos sintomas e, conseqüentemente, dos efeitos patológicos, associados ao sofrimento.

Este fenômeno é disparado em várias situações da vida do sujeito, porém, é no ambiente laboral, mais precisamente na empresa, que ele se evidencia por ser o *locus* protagonista dos critérios de desempenho, eficácia e sucesso, concatenado sempre a superação dos limites.

O “mundo sem limites” não está ligado a um retorno “à natureza”: ele tem o efeito de um regime institucional particular que vê todo limite como potencialmente já superado. Longe do modelo de um poder central que comandaria remotamente os sujeitos, o dispositivo de desempenho/gozo distribui-se em mecanismos diversificados de controle, avaliação e incentivo e participa de todas as engrenagens da produção, de todos os modos de consumo, de todas as formas de relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p.362, grifo dos autores).

O sofrimento no trabalho está ligado à “individualização das responsabilidades” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 362), atrelado às relações e às reações que acontecem, sem uma ordem preestabelecida, durante todo o processo produtivo, na forma de isolamento, coerção, “liberdade”, risco, conflito, reconhecimento, comprometimento, fracasso, desvalorização, desempenho, vergonha, sucesso, gratificação, avaliação e decepção. Todas afetam as suas subjetividades e, na maioria das vezes, são tensionadas devido à falta de uma estrutura hierárquica, de ter a quem reportar, em caso de dúvida ou de qualquer outro tipo de adversidade. Condição que deslegitima o conflito e, conseqüentemente, instaura o sofrimento.

[...] Como é que a gente descobre que uma coisa é um sintoma?... Clinicamente é relativamente simples. Um sintoma aparece toda vez que a gente tem algo que imperativamente se impõe para o sujeito. [...] algo que impede o sujeito de fazer o que precisa ser feito. [...] Qual o critério do sofrimento? Não sei se vocês concordam, mas o que está posto como critério do sofrimento é a liberdade. O que o sujeito perde quando ele “tem que”, e o que ele perde quando ele “não pode” é um fragmento da sua liberdade, ou um fragmento da liberdade daquele com quem ele vive, ou um fragmento da sua possibilidade de desejar, ou sonhar, ou querer, e assim por diante. O sofrimento é um fragmento perdido da liberdade [...] O sofrimento é uma experiência universal. [...] o sofrimento, por essa característica de ligação com a liberdade, convoca uma dimensão que nos toca a todos. Em cada uma das formas de sofrimento, há, portanto, um pedaço de liberdade a ser reinventado. (DUNKER, 2012).

Este sentimento está associado ao antagonismo entre a “liberdade” e a coerção, afinal, o sujeito é autônomo, enquanto possibilidade ilimitada de realizar e de assumir suas responsabilidades. No entanto, tal possibilidade está atrelada sempre a entraves, geralmente associados a normas de conduta impostas, para que ele (sujeito) realize aquilo que o “outro” espera. Essa relação dispara um sentimento de decepção, pois a “liberdade” — associada à experiência plena de suas subjetividades — é interrompida.

No entanto, as possíveis perdas, relacionadas às imposições da empresa, não existem de fato, porque, na condição do sujeito enquanto “empresa de si mesmo”, ele acumula tarefas (de funcionário, de gestor e de administrador, em um contexto ilimitado de desempenho, cujo objetivo é desfrutar do seu *pró-labore*), acionadas por suas próprias decisões. Essa rotina produz um “efeito de gozo” com certa limitação (por intervenção da empresa), porém, esses possíveis percalços, que interrompem essa sensação plena, são convertidos em estímulos, fazendo com que o sujeito busque a sua *ultra subjetivação*. Desse modo, a coerção, como atitude limitadora do gozo, insere o sujeito em uma relação que, em primeiro momento, se apresenta como superávit por reconhecimento (na perspectiva da empresa). Contudo, este tende a ser ampliado, motivado pelo impulso de ir além e de buscar “*mais de*”, mediante as expectativas da empresa.

Ademais, este contexto é reforçado pela superficialidade das relações de trabalho e pela obsolescência dos processos envolvidos, estimulados pela efemeridade de grupos em determinados projetos e pelo enfraquecimento dos laços empresariais.

A possibilidade infinita de troca, de capacitação e de melhor posicionamento profissional destaca a condição individual do sujeito, em detrimento ao elo que poderia constituir uma relação de solidariedade coletiva.

Dardot e Laval (2016 [2009]) concordam com Sennett (2015 [1998]) que este *modus operandi* somado às condições adversas deste tempo, associadas à velocidade, à fluidez, aos desafios, à intimidade e aos riscos, atingem, inevitavelmente, a subjetividade do sujeito, a ponto de revisar a sua personalidade, desmontando – dependendo das intenções - aquela construída ao longo da vida.

Este constante comportamento de “culto ao desempenho” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 366) estabelece no sujeito um alerta existencial, pois, a condição de sucesso está sempre assombrada pelo seu lado avesso, ou seja, a possibilidade do fracasso. Independente do prazer ou do mal-estar, essa posição instaura sintomas de angústia que convergem para a depressão, também chamada de *doença da responsabilidade*, porém, em momentos distintos.

No instante do sucesso, a depressão tende a surgir como uma possibilidade futura de não repetir o mesmo resultado. Uma incompetência causada pela projeção constante do desempenho, onde o prazer conquistado é convertido em algo a ser superado. Já no instante do fracasso, a depressão, enquanto sentimento de frustração, tem instauração imediata e de fácil associação à ineficiência frente à norma social de felicidade e de realização enquanto sujeito.

A solução da depressão neoliberal se apresenta através de grupos distintos, como as toxicomanias (lícitas e ilícitas), os excessos ou vícios, as próteses existenciais acionadas por mídias digitais (geralmente as de ordem narcísicas), e o consumo como amortecedor daquilo que Alain Ehrenberg (1998) intitulou de “cansaço de ser você mesmo”. No entanto, o consumo assume uma conotação significativa para o *homo social*, na condição de satisfação do *eu*²⁷, na intenção de equilibrar a energia despendida no trabalho.

²⁷ Tomado de aparências, a satisfação do *eu*, muitas vezes depende do reconhecimento do *outro*.

Para Lipovetsky (2007), o sujeito neoliberal consome no ambiente-mundo, através uma lógica subjetiva e de satisfação emocional. Enquanto produto, filia-se a determinadas marcas, e a todo o aparato social a elas associado; descola-se da sua origem, a ponto de buscar artigos étnicos e de outras culturas; consome saúde – do corpo e da mente; e busca lazer e turismo na condição de acumular experiência.

Porém, consumir – enquanto *ter* algo ou *viver* uma experiência - está diretamente associado a capacidade – enquanto recurso - de acessar aquilo desejado. Assim, tudo tem seu preço, e neste sentido, Dardot e Laval ampliam a perspectiva de Lipovetsky, afinal, antes de investir no “negócio do outro” é preciso investir na “empresa de si mesmo”.

Mas enquanto o sujeito goza por satisfação, desempenho e consumo, ele também se torna objeto de gozo do outro, como por exemplo, da empresa, que o precifica e projeta a satisfação na sua performance, enquanto mão de obra. Uma “relação de *objetalização*” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 371, grifo dos autores), advinda da expectativa da instituição com a qual o sujeito se relaciona, fazendo dele um produto consumível ou descartável quando, respectivamente, necessário ou obsoleto.

A perversão que se distingue clinicamente pelo consumo de parceiros como objetos que são jogados fora assim que são considerados insuficientes teria se tornado a nova norma das relações sociais. Dessa forma, o imperativo categórico do desempenho concilia-se com as fantasias de onipotência, com a ilusão socialmente difundida de um gozo total e sem limite (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 371).

Assim, é ingênuo considerar somente a relação *ganha-ganha* do sujeito, diante da ação coercitiva da empresa frente a seus interesses, pois, na condição de “dono de si”, fica inserido em relações que extrapolam o universo da empresa, onde também existe a coerção e a função de desempenho/gozo, mais uma vez, em condição interdita.

[...] ver na situação presente das sociedades apenas o gozo sem obstáculos, que é identificado ora com a “interiorização dos valores de mercado”, ora com a “expansão ilimitada da democracia”, é esquecer a face sombria da normatividade neoliberal: a vigilância cada vez mais densa do espaço público e privado, a rastreabilidade cada vez mais precisa dos indivíduos pela internet, a avaliação cada vez mais minuciosa e mesquinha da atividade dos indivíduos, a ação cada vez mais pregnante dos sistemas conjuntos de informação e publicidade e, talvez sobretudo, as formas cada vez mais insidiosas de autocontrole dos próprios sujeitos. Em resumo, é esquecer o caráter de conjunto do governo dos neossujeito que articula, pela diversidade de seus vetores, a exposição obscena do gozo, a injunção empresarial do desempenho e da reticulação da vigilância generalizada. (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009], p. 374-375).

No mundo social, este sujeito tem a sua “liberdade” questionada o tempo todo, muitas vezes por coerções que se armam e desarmam por conveniência, produzindo um clima de tensão, que pode ser explicado por diversas áreas da ciência, prontas a se conectarem a esta realidade.

Apesar de certa lógica, como reflexo da racionalidade neoliberal, o tempo do agora se apresenta para o sujeito como um campo cujas “dimensões das experiências são perpassadas pela surpresa e pelo improvável” (BIRMAN, 2014 [2012], p. 7), e, diante dessa complexidade, tem desenvolvido um efeito-crise, devido, segundo Hall (2019 [1992]), à desestabilização de processos identitários que antes unificavam o sujeito ao mundo social.

Deste pressuposto, é importante destacar que o processo de construção da identidade está atrelado ao fluxo da vida que nos coloca – enquanto sujeito - diante de categorias que nos cercam (experiências, objetos etc.) a fim de nos posicionarmos no mundo e das relações que estabelecemos com ele.

O grau de afirmação de tais categorias tende a negatizar – como descarte – as categorias não escolhidas por nós e, dessa forma, a identidade está associada a um processo de uma hierarquia valorativa, que pode mudar a sua conotação, devido ao amadurecimento dos valores de uma época²⁸.

Essa é a forma universal de construção identitária, porém, aspectos contextuais, históricos, culturais, sociais e econômicos também produzem um efeito determinista nessa construção. Isso nos permite afirmar que, principalmente após o Iluminismo, a identidade se constitui de forma diferente entre os sujeitos, onde a autonomia do indivíduo sugere uma valoração distinta. Processo de construção social, cujo resultado – geralmente criado por contraste - depende das relações humanas estabelecidas do *eu* com o *outro*.

Mas para além dessa possível emancipação, o *sujeito dono de si* é a base identitária do projeto neoliberal, que enfatiza o individualismo²⁹ como valor preponderante diante da sociedade, ou seja, um neoliberalismo social, onde o sujeito se sobrepõe à ideia de um progresso coletivo.

Ademais, neste tempo plural, a identidade está pautada sob dois aspectos opostos, sendo, de um lado, o reconhecimento de grupos anteriormente excluídos, como negros, indígenas, grupos étnicos, mulheres, população LGBTQIA+, tornando visíveis reivindicações que antes eram sombreadas sob o resguardo de categorias mais amplas, como por exemplo, as categorias de classe. Condição que tem proporcionado a ampliação dos direitos e o acesso ao campo da cidadania, nos aproximando de um ideário democrático. No entanto, por outro lado, a perspectiva otimista do reconhecimento, vem acompanhada de uma oposição, devido, “categoricamente, a fúria, a exacerbação e o acirramento dessas diferenças (ou identidades), manifestadas por experiências que tangem o fundamentalismo religioso, o terrorismo e a intolerância frente o outro”³⁰.

Para o etnopsiquiatra Jurandir Costa (2019*)³¹ a identidade é uma forma de subjetivação que atua no campo do autoconhecimento, da peculiaridade, da singularidade e da consciência.

Assim, apesar do reconhecimento de identidades anteriormente consideradas invisíveis, os processos de individualização do sujeito têm culminado em uma crise identitária – principalmente no âmbito de uma identidade pública – capaz de despertar afetos de desenraizamento³² social devido à perda de vínculos a certas identidades recomendadas. Em

²⁸ Por exemplo, a categoria homossexual foi criada por psiquiatras, na segunda metade do século XIX, associada à anormalidade, ao desvio, à patologia e à perversão, e somente na década de 70 – junto à elaboração do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders 3 (DSM 3)* – é que foi retirada da classificação de doença psiquiátrica, sob reivindicação e militância do movimento gay. A categoria gay é uma construção/reivindicação identitária positiva da mesma conduta.

²⁹ O individualismo elevou a capacidade crítica do sujeito que, de forma exacerbada, coloca em questão a ideia de autoridade: “liquefeita” (segundo Zigmunt Bauman), a produzir um “efeito de vazío” (no aspecto político – segundo Pierre Dardot e Christian Laval; e no aspecto existencial, segundo Jacques Lacan, a partir do “pai” como categoria para construção do sujeito, a ser substituída – no campo social – pelo líder, pelo chefe, pelo Estado, e até mesmo por Deus).

³⁰ BEZERRA JR., Benilton. *A busca pela identidade no século 21*. Da série “Qual o passaporte para a vida social? Desafios da identidade no mundo contemporâneo”. Café Filosófico CPFL. Campinas – SP. Programa gravado em 15 de março de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/eVS1E-D4cio>. Acesso em: 02/05/2019.

³¹ (*) COSTA, Jurandir Freire. *Identidade e desenraizamento*. Da série “Qual o passaporte para a vida social? Desafios da identidade no mundo contemporâneo”. Café Filosófico CPFL. Campinas – SP. Programa gravado em 12 de abril de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/3PCEA9fmHWs>. Acesso em: 10/06/2019.

³² A ascensão do Iluminismo marca o primeiro contato do homem com o desenraizamento, pois, as ideias liberais deste movimento promoveram mudanças significativas em todas as escalas da existência humana. A oposição generalizada frente ao Antigo Regime disparou um sentimento de desamparo junto aos pensadores conservadores que, desacreditados das novas ideias (o racionalismo, o cientificismo, o ateísmo, o descolamento da família e da moralidade tradicional etc.), adotaram uma visão niilista, frente ao que eles chamaram de desordem.

outras palavras, o tempo do agora tem colocado o sujeito diante de reações psicológicas de não reconhecimento, de desorganização e desorientação da sua própria identidade.

O desenraizamento se apresenta como uma experiência sociocomportamental do sujeito com o mundo social, revelada através de tramas teóricas-empíricas que desvendam parte da complexidade deste tempo, anunciadas pelo *pensamento unidimensional* de Herbert Marcuse, pela *hiper-realidade e os simulacros* de Jean Baudrillard, pela *reflexividade* de Scott Lash, Anthony Giddens e Ulrich Beck, pelo *espetáculo* de Guy Debord, pelo *declínio do espaço público* de Richard Sennett, pela *liquefação da vida* de Zygmunt Bauman, entre outras perspectivas distintas que não se esgotam na tentativa de explicar o referido fenômeno.

No pensamento crítico, o desenraizamento atinge o sujeito, sobretudo o trabalhador, sob dois pontos de vista. O primeiro, de origem marxista, marcado pelos efeitos do capital e da ideologia de mercado, ligados diretamente ao desemprego, à precarização do trabalho, à divisão de classe, à desigualdade e à exploração. O segundo, em uma perspectiva weberiana, acusa o desenraizamento – convertido em desencantamento do mundo - atrelado à racionalização e à burocratização da vida pelo progresso e pelo crescimento dos meios técnicos de gestão e produtividade que, sob causa e efeito, produz um sujeito inerte, apático e pessimista.

Apesar da distinção, as perspectivas acima tendem a entrelaçamentos, encontrados, por exemplo, na obra de Pierre Bourdieu (1979 [1973]), de Hanna Arendt (2012 [1949]) e de Simone Weil (2001 [1943])

Para Pierre Bourdieu (1979 [1973]) o fenômeno do desencantamento coloca o sujeito diante de uma função social dentro de uma ordem tradicional, onde a participação econômica não ocorre em todas as camadas sociais, deixando o subproletariado condenado a viver a rotina do dia a dia, bloqueando, assim, a construção de sentido frente ao mundo (enquanto esperança subjetiva), que, neste caso, é constituída a partir de possibilidades objetivas, evidenciadas através da estabilidade econômica.

Neste mesmo sentido, Arendt (2012 [1949]) afirma que o desenraizamento do sujeito está atrelado à superficialidade, à solidão e ao estado de isolamento que a sociedade de massas foi colocada frente aos grupos dominantes, graças ao modo de produção capitalista, que posicionou o indivíduo à margem da sociedade, e em uma condição de redundância (com eles ou sem eles o mundo continua girando), a buscar um lugar no mundo, aprisionado em um regime autoritário e totalitarista.

A perspectiva ampliada de Arendt é complementada pelas ideias de Simone Weil (2001 [1943]) que, ao retratar as condições de trabalho, entende o desenraizamento ligado à desordem social que impede o sujeito de praticar as suas próprias aspirações, retratada por certa paralisia – medo e insegurança - diante da intimidação e ameaça da autoridade.

Neste tempo do agora, a sofisticação do capitalismo e a revolução digital apontam novas formas de desenraizamento, onde a perda do senso de pertencimento, acionada à velocidade e à individualização, se manifesta em ambiente virtual que parte de uma fluidez silenciosa, anônima, obscura e difusa, e que, conforme as intenções, dos agentes envolvidos e suas respectivas estratégias, tende a alcançar escalas capazes de mobilizar experiências-conflitos no mundo real.

Nas reflexões suscitadas a respeito do desenraizamento do mundo, é notório identificar o sujeito privado de algo que é próprio da sua existência (seja física ou moral) que, neste caso, passa a elaborar mecanismos de sobrevivência frente a esta experiência de não reconhecimento, geralmente manifestada por sentimentos de dor e angústia.

Segundo Jurandir Costa (2019*), quatro são os escapes elaborados pelo sujeito em defesa do incômodo causado pelo efeito de desenraizamento: o “estado de ódio” (enquanto desejo de extermínio físico ou assassinato moral) devido à impossibilidade de substituição daquilo que o angustia; a repetição do “estado de angústia”, a fim de transformar ou amortecer a dor primeira; a projeção através de uma regressão imaginária, para se posicionar antes da referida dor; e, finalmente, passa a idolatrar determinado sujeito (aquele que o liberta da opressão), a ponto de renunciar à sua individualidade, para suprir (ou reabsorver) o seu estado de banalidade, fraqueza ou insignificância³³.

Neste mundo, coercitivo, individual, tecnológico e comoditizado, a angústia extrapola o sentimento de desenraizamento e atinge o drama da vida adulta como um afeto permanente, conectado à existência do sujeito pela busca de um significado, confirmando assim a teoria do filósofo dinamarquês Søren Aabye Kierkegaard (2015 [1844]), onde afirma que a angústia é o sentimento que resume a nossa existência³⁴, anunciada, neste tempo do agora, por processos de preenchimento de um estado de falta, diretamente associado às experiências em excesso.

Uma busca incessante por realização do *eu*, que opera por reconhecimento do *outro*, diante de uma falta associada a padrões impostos, estimulados por uma infinidade de imagens, atreladas a receituários que prometem preencher, através do “*você é capaz*”, o vazio existencial do sujeito neoliberal³⁵.

³³ Para Jurandir Costa (2019*), esta última defesa é o destino daquela multidão solitária que tem a sua identidade localizada no entre extremos, sendo de um lado, os amparados pelas identidades recomendadas, e de outro, os excluídos por identidades em processo de reconhecimento. Este grupo percebe que seus valores estão sendo postos de cabeça para baixo (eles não podem ser, defender e acreditar em determinados valores da sua existência). Assim, passam a ser massa de manobra para todo líder autoritário que inspira o libertar desse estado de opressão. Este sentimento tem uma potência explosiva, advinda não só pela adesão, mas pela dosagem exagerada do seu mais fiel e feroz súdito.

³⁴ A angústia se estabelece, enquanto existência humana, a partir da relação entre individualidade e consciência do sujeito, diante de suas escolhas e atitudes. No entanto, para Kierkegaard, a liberdade, a autonomia e a individualidade colocam o sujeito sob estado de ajuste da sua existência a ponto da repetição – enquanto experiência reflexiva - ser um instrumento redentor das nossas escolhas ao longo da vida.

³⁵ Situação corriqueira do âmbito corporativo, através das chamadas vivências motivacionais. Com o propósito reducionista de associar o exercício laboral (necessidade) à realização pessoal (desejo), a empresa submete um grupo de funcionários a um interlocutor que performatiza uma confiança pirotécnica, com o propósito de instaurar um estado de realização por extrapolação (física e psicológica), geralmente embalado pela vazia projeção fictícia e futurista do “*onde você pretende estar daqui a cinco anos?*”. Enquanto técnica de manipulação das subjetividades, trata de uma estratégia efêmera e randômica carregada de “positividade tóxica” (CABANAS; ILLOUZ, 2022), cujo efeito, amplia nos participantes o seu estado de falta e, conseqüentemente, a tarefa de administrar – enquanto possibilidade real - a impotência do alcance.

Capítulo 02

O planejamento estratégico de cidades: o urbanismo neoliberal

- 2.1 O fazer estratégico: do formato-empresa para o formato-cidade
- 2.2 Urbanidade: *a prática social, como práxis espacial*
- 2.3 O protagonismo de Barcelona: de modelo à marca

resumo

A capilaridade neoliberal extrapolou os limites do ambiente político e econômico, alcançando a gestão pública e, particularmente, a produção do espaço, através do planejamento estratégico de cidades. Neste capítulo investigaremos este processo, bem como seu funcionamento, considerando tal transposição advinda do ambiente militar para o empresarial, cujo êxito sustentou a hipótese persuasiva de que seus procedimentos metodológicos provocariam o mesmo efeito quando aplicados junto ao setor público. Com base nas reflexões suscitadas por Pedro de Novais Lima Júnior (2010), acionaremos experiências pontuais da relação público-privada, identificadas na década de 60, a fim de chegar à cidade de Barcelona, considerada exemplo-gênese de um paradigma urbanístico (baseado nos princípios do planejamento estratégico), quando apresentado ao mundo na ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992. A partir do nexo local-global, o planejamento estratégico será analisado enquanto processo, relacionando a sua estrutura operacional (local) – decisória e deliberativa – às intenções físicas do plano (globais), com destaque para um determinado tipo de arquitetura e urbanismo que desritmiza a relação com o entorno; para a gentrificação naturalizada, que opera através da periferização e da expulsão de uns em detrimento de outros; e por fim, das interrelações do sujeito que, diante dos processos de subjetivação do contexto neoliberal, se faz ânimo e animado por novos arranjos socioespaciais e comportamentais. Ademais, fundamentado no documento-divulgação, intitulado “Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000” (1990), apontaremos a seqüência episódica que culminou no sucesso da capital da Catalunha, bem como, o oportunismo de uma prática, posta em circulação diante de seu capital simbólico, através de estratégias de divulgação e comercialização, cuja força discursiva, respaldada pela possibilidade de inserir outras cidades no cenário global e competitivo, consagrou à Barcelona a condição de “modelo-marca”.

2. O planejamento estratégico de cidades: o urbanismo neoliberal.

Houve um momento, no decorrer da década de 1970, em que o movimento do planejamento urbano começou a plantar bananeira e a virar do avesso; pareceu mesmo, por vezes, durante os anos de 1980, estar à beira da autodestruição. O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo parecia cada vez mais desacreditado. Em vez disso, o planejamento deixou de regular o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riqueza; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar o maquinário. O planejador ficou cada vez identificado com seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-florestal transformava-se em caçador furtivo.

Peter Hall

No processo evolutivo da ciência e da técnica, somos atropelados quase que diariamente por “novidades” que prometem a tão sonhada leveza, proferida por Gilles Lipovetsky (2016), cada dia mais difícil de ser encontrada, graças à conversão da nossa existência em uma lógica dromológica que nos coloca em guerra constante com o tempo, cujo único produto que nos resta, independente do sucesso ou do fracasso, é a exaustão. Essa certeza atesta que o novo depende da apropriação intencional de suas “vantagens”, pois esta decisão – dentre as inúmeras possibilidades – é que define a frequência útil ou irresponsável dessa experiência.

Neste contexto, considerando o planejamento urbano uma técnica que ao longo do tempo foi se aperfeiçoando, na busca de soluções de infraestrutura, mobilidade, lazer e moradia, a fim de melhorar as condições de vida das populações e, conseqüentemente, da cidade, podemos concluir que, com o advento do neoliberalismo, entendido como um sistema político, econômico e de gestão social que “prioriza respostas baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas regulatórios” (BRENNER, 2018, p. 164), a cidade, capilarizada por esse processo, decidiu – através de seus gestores – seguir por caminhos que deslocaram o compromisso com a população, a fim de se realizar através da busca de rentabilidade e comoditização do território, na tentativa de enfrentar as crises pregressas, para lidar com as ameaças e as oportunidades da globalização, estabelecendo assim, o chamado urbanismo neoliberal.

*Se durante longo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova *questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana* (VAINER, 2013, p. 76, grifo do autor).*

Ao tratarmos determinada técnica como um plano, somos convidados a refletir – pelo viés da filosofia da tecnologia – na capacidade humana de ressignificar a realidade através, segundo Cupani (2016 [2011]), do agir e do experimentar e, sobretudo, da capacidade que essa iniciativa tem de mudar a vida de outras pessoas.

Contexto este que cabe a cidade, a partir das abordagens do físico e filósofo da ciência Mario Bunge, que entende a técnica como um campo de conhecimento de base científica que envolve planejamento, controle, recursos, valores e regras, sem as quais jamais alcançaria a eficiência; e do filósofo Andrew Feenberg, que apesar de reconhecer a visão instrumental de Bunge, onde acusa certa neutralidade, defende que, seja qual for a referida técnica, ela depende daqueles que a comandam, bem como, daqueles que a obedecem, estabelecendo assim, uma relação de poder, de fácil aderência ao capitalismo, e de tendência a ser controlada por interesses distintos.

Deste entendimento, a produção do espaço, no contexto neoliberal, anuncia a “cidade como negócio” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015), sendo tratada de forma “genérica” (KOOLHAAS 2010) através de um “pensamento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013) resolvido por um “teorema-padrão” (ARANTES, 2013), onde os territórios são vistos como “tecnologias políticas” (ELDEN, 2013), cujas intervenções refletem “intenções” (LOPES, 1998) e “ambições” (MUKERJI, 1997) cifradas, que transformam equipamentos, serviços e trabalhadores em “mercadoria” (COMPANS, 2005). Devido às crises de acumulação, estes processos são viabilizados por organismos multilaterais, muitas vezes assessorados por consultores internacionais, para “competir” (FERNANDES, 2001) no mundo globalizado, convertido em espaços de fluxo.

O novo momento de acumulação se centra no processo de produção do espaço, que é um elemento-chave da problemática do mundo moderno, tanto do ponto de vista de realização do processo de acumulação e da ação do Estado em direção à criação dos fundamentos de sua própria reprodução, quanto a produção da vida. Assim, a produção do espaço é, ao mesmo tempo, um momento constitutivo da vida humana (as relações sociais se realizam como relações espaçotemporais); da efetivação do processo de valorização, portanto condição de realização do capital (na sua dimensão tanto de força produtiva quanto de mercadoria) e da concretização do Estado como produtor de um território de dominação (o que torna o espaço estratégico) (CARLOS, 2015, p. 44-45).

Cabe destacar que este processo é oriundo de um “projeto globalizador” (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 24, grifo do autor), que se disfarçou de integrador para sua real intenção homogeneizadora, onde uma “ideia-força” (BOURDIEU, 1998, p. 48) desmontou as peculiaridades e reforçou o pensamento único de *poucos* em detrimento de *muitos*, e cuja intenção dependeu de ajustes estruturais complexos, todos de ordem interdependente, criando o campo conveniente para o economicismo e a capilaridade do neoliberalismo, estabelecido através de formatos distintos que, no caso do planejamento urbano, se deu a partir da inversão do propósito público (heterogêneo e antagônico) para o corporativismo privado (distinto e específico).

O formato-cidade, nos preceitos neoliberais, se instala quando “os problemas urbanos deixam de ser reconhecidos como integrantes da questão social e passam a ser explicados como decorrentes do suposto divórcio entre a cidade” (RIBEIRO, 2018 [2016], p.22), amparada – com toda sua atribuição técnica – pelo mercado e pela economia global, cujo esforço busca vencer uma guerra que disputa recursos por atratividade, que, conforme Milton Santos (2012 [2000], p.11) apesar de “uma simples e mecânica repetição”, se revela desleal quando equiparada à realidade do *sul-global* frente a outros centros hegemônicos.

No entanto, a transição para o referido formato, que permitiu identificar, ou melhor, aproximar o fazer público de modo privado, dependeu de uma tática semântica que, do ambiente militar, transpôs para o empresarial e, de forma persuasiva, contaminou o lugar público com métodos sistêmicos de gestão chamado planejamento estratégico.

Até o início dos anos 60, o conceito de estratégia, segundo Lima Júnior (2000), se manteve no âmbito militar, ligados a planos de gestão de guerra e de conflitos associados, mesmo em situações advindas de motivações ideológicas ou geopolíticas. No entanto, a concorrência comercial, os efeitos da industrialização e a ampliação das relações de mercado, permitiram certas associações facilitadoras, advindas de correspondências bélicas e industriais, alcançando, por sinônimo de eficácia, o ambiente empresarial, graças a agentes que transitavam por estes dois contextos.

Quanto aos métodos e modelos de planejamento e gestão, seu marco foi a admissão, pela Ford Motors Company, de um conjunto de veteranos da Segunda Guerra Mundial apelidados pela imprensa de “meninos-prodígios”. O grupo era composto por dez

jovens, todos com formação universitária, que durante a Guerra trabalharam no controle estatístico da Força Aérea dos EUA (Army Air Force Statistical Control). Foram admitidos em 1946, como assessores diretos de Henry Ford II, para auxiliá-lo no gerenciamento de mudança da empresa (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 55).

A entrada dos conceitos de estratégia no âmbito empresarial é marcada por duas tentativas-síntese, atribuídas às obras *Strategy and Structure* (1962), de Alfred Chandler, e *Corporate Strategy* (1965), de Igor Ansoff, sendo esta última a que “sistematizou o processo de planejamento estratégico na empresa” (LIMA JÚNIOR, 2000, p.57). Deste marco inicial surgiram várias “escolas” que propuseram modelos específicos de gestão¹.

Contudo, foi na Universidade de Harvard que o modelo conhecido por *strategic management* foi desenvolvido, sustentado por Kenneth R. Andrews e Roland Christensen, autores da matriz SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities, threats*), e disseminado por Rosabeth Moss Kanter editora da *Harvard Business Review*, cujo propósito de divulgar “boas práticas” alavancou a circulação das ideias estratégicas no mundo dos negócios.

Um campo que transita facilmente da teoria para a prática devido ao seu caráter experimental-empírico, atribuído principalmente a agentes que circulam para além do ambiente interno das corporações, como consultores e especialistas que se envolvem – ainda que de forma efêmera – através de cursos, assessorias e treinamentos com foco em capacitações e trocas de experiências.

Deste contexto, destaca-se Michael Porter, referência em planejamento estratégico, cujo capital simbólico garantiu espaço em diversos grupos de gestão empresarial no mundo globalizado, principalmente no início da década de 80, onde publicou *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Um receituário para as empresas frente à concorrência e à economia que naquele momento inspiravam drásticos ajustes em decorrência das políticas neoliberais que estavam sendo implantadas. Nessa ocasião, segundo Lima Júnior (2000), o expressivo sucesso de Porter lhe rendeu a participação no governo de Ronald Regan como membro da *Comissão Presidencial para a Competitividade Industrial*, presidindo o *Comitê de Estratégia*.

Período este que marca a obsolescência da autonomia empresarial e de seus processos endógenos, tendo agora que lidar com a “expansão do espaço internacional de trocas, o aumento da pressão concorrencial, a multiplicação dos atores econômicos, o incremento na velocidade das mudanças tecnológicas e, ainda, os novos métodos de produção industrial” (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 63).

A empresa se torna estruturalmente mais simples e a centralidade se dissolve, organizando-se em rede, com equipes mobilizadas por projetos. A autonomia do planejamento estratégico dependia agora de um fator prospectivo, convertendo-o em “visão” frente ao planejamento, afinal, acusado por uma série de críticos, planejar era obsoleto e desastroso diante da reestruturação que as empresas estavam sofrendo.

Os modelos tradicionais precisavam ser reformulados, afinal, era chegada a hora da empresa flexível, inovadora, de envolvimento pessoal e de liderança, onde ações individuais se convertem em objetivos comuns, ou seja, juntos enquanto propósito, separados enquanto processo, e unidos por comprometimento.

¹ Segundo Lima Júnior (2000, p.57), os desdobramentos do planejamento estratégico cabem a Willian Siembieda (1994); Jerome L. Kaufman & Harvey M. Jacobs (1996); John M. Bryson (1998); e Henry Mintzberg, Bruce Ahlstrand, Joseph Lampel (2000 [1998]).

A eficiência da *visão estratégica* depende de um “ajustamento ideológico” (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 66) que atinge a subjetividade do empregado e a sua capacidade de autogestão, monitorada pelo mercado e não mais por estruturas hierárquicas internas, sendo a motivação a força motriz frente aos novos desafios. Um esquema cognitivo que ultrapassa o ambiente da empresa e, conseqüentemente, realizado por “extravasamento da estratégia” (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 67).

A adesão generalizada do mundo corporativo, as crises de acumulação dos governos locais e a forte incidência dos ideais neoliberais sinalizaram um caminho sem volta, cuja única solução – na visão das elites de crescimento – foi a “invasão” deste *modus operandi* (empresarial-competitivo) junto ao setor público, que foi convencido através de um discurso persuasivo, tomado por adaptações conceituais que justificassem, analogamente, a equivalência entre um processo homogêneo e distinto (privado) para outro completamente heterogêneo e antagônico (público), sob certa sofisticação quando ampliado para a produção do espaço.

Lima Júnior (2000) reforça que parte deste discurso concentrava esforços no ajuste da realidade, na crença do planejamento estratégico como algo que poderia ser aplicado para além da empresa, atingindo aspectos comunitários, programas institucionais e projetos, e na possibilidade de rentabilidade direta em áreas, como o planejamento urbano, abandonando assim, o seu caráter acomodadístico para dialogar por meio de uma linguagem cifrada. No entanto, são de âmbito político os argumentos que, definitivamente, promoveram tal transposição.

[sobre o extravasamento da estratégia] No caso de sua adoção no setor público, dadas as diferenças previamente reconhecidas entre os dois setores, foi necessário codificar categorias de pensamento e ação a fim de estabelecer a correspondência com representações socialmente aceitas e dar sentido às novas práticas. Esse trabalho intelectual teve efeitos porque foi acompanhado, na esfera política, por esforços para dar realidade à ideia de competição em aparatos e mecanismos institucionais (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 67-68)

Argumento enfático no discurso neoliberal de Ronald Regan que, diante dos efeitos do período protecionista que o antecedeu, investiu na liberdade de mercado e na reinvenção do Estado que naquele momento, devido ao déficit público acumulado, era visto como impossibilitado de manter tanto a sua condição promotora do bem-estar social quanto a de exercer o papel de gestor interino de suas atribuições.

Situação que inspirou a contenção de gastos e, ao mesmo tempo, criou um ambiente propício para a entrada de novos atores que, com foco no lucro e na competitividade, impôs uma atmosfera empresarial no ambiente público, convertendo – entre outros organismos estatais – o planejamento urbano em estratégico e, conseqüentemente, a produção do espaço em negócio, chancelada com a publicação do *National Urban Policy Report (1982)*, onde ficou evidente a conexão da política urbana norte-americana ao planejamento estratégico empresarial, incentivando o empreendedorismo, as parcerias com o setor privado, a captação de recursos de organismos multilaterais e a competição entre cidades, tendo resposta, já no ano seguinte, com o projeto da cidade de São Francisco (*San Francisco Strategic Plan: Making a Great City Greater [1983]*), considerado marco inicial do planejamento estratégico aplicado².

² Apesar da referência ao plano estratégico da cidade de São Francisco, o urbanista e geógrafo Peter Hall, em “*A Cidade do Empreendimento*” (HALL, 2016 [1988], p. 497-531), reforça o pioneirismo estratégico americano ao citar versões pontuais (ligadas a gestão de objetos arquitetônicos ou “peças” urbanas), reveladas a partir da segunda metade dos anos 60, através da presença de parcerias público-privada em requalificações de áreas centrais e portuárias, como a *Ghirardelli Square* de São Francisco (localizada próximo do *Fisherman’s Wharf*) em 1964 e o *Faneuil Hall* em Boston em 1976, cujo “sucesso rapidamente levou a imitações em Baltimore, St. Louis, Milwaukee e Minneapolis” (ibidem, p. 504). Segundo Hall (2016 [1988]), os referidos projetos estão diretamente associados a “Rousificação da América” (ibidem, p. 503), fenômeno atribuído a James Wilson Rouse (1914 – 1996), visionário empresário que transpôs o ramo de empréstimos para o da incorporação imobiliária e comercial.

A condição de *cidade-empresa* é parte do processo de reestruturação econômica, onde vender espaços é a ação esperada, e competir é a estratégia desse jogo. Funcionamento que depende de “diretrizes estimuladoras da competitividade urbana” (SÁNCHEZ, 2003, p. 364), construídas através de políticas, associadas a seus instrumentos vigentes, para então oferecer no mercado – enquanto produto – uma imagem-marca, a ser comercializada.

A lógica da competição, no contexto neoliberal, depende dos arranjos internos que definem as frentes de atuação, geralmente baseadas em contexto locais ou por inserções temáticas que potencializam o produto no mercado e, conseqüentemente, a cidade na qual está inserido.

No entanto, para entrar no mercado de cidades, é necessário um plano de competitividade que, em condições neoliberais, são orquestrados, segundo Fernandes (2001), por “coalizões de crescimento”, formadas por elites urbanas cujo objetivo é “eliminar qualquer outra visão alternativa ao fomento do crescimento urbano como propósito do governo local” (ibidem, p. 36), porém, contando com ele no processo de fusão.

Com a fusão entre o poder público e ganhos privados, a coalizão obtém fatores indispensáveis aos seus objetivos, todos nossos velhos conhecidos: facilidades perante exigências institucionais e flexibilização da regulação sobre o uso da terra, investimentos em infra-estruturas [sic], concessão de terrenos, redução ou isenção de impostos, além de *lobby* junto às autoridades federais para benefícios obtidos através desta escala de governo e um *good business climate* (mencionados assim mesmo, em inglês), assegurando em particular pela promulgada docilidade da força de trabalho local (FERNANDES, 2000, p. 36, grifo do autor).

Para acontecer, o projeto precisa não só de uma coesão direta com os agentes envolvidos, mas, principalmente, da aprovação da população, a fim de criar um campo sólido de sustentação que, segundo Vainer (2013), é acionado por um projeto de sensibilização capaz de gerar uma “trégua nos conflitos internos” (ibidem, p. 93), através da “transformação do *fugaz sentimento de crise* num consistente e durável *patriotismo de cidade*” (ibidem, p. 94, grifo do autor), sustentado, segundo García (1997) por um “marketing estratégico” e pelo “argumento tradicional de novos empregos” (FERNANDES, 2000, p. 37), através de uma *rede fraternal* de causalidade, transcrita por Sánchez (2003) de um anúncio televisivo:

Esse é o terreno onde a AUDI vai montar sua fábrica de automóveis no Paraná, bem perto do lugar onde vai ficar a padaria do Seu Jonas, a favorita dos futuros empregados da fábrica. Com o dinheiro da padaria, Seu Jonas vai poder, finalmente, fazer a casa que sempre sonhou. Construindo para o Seu Jonas, Seu João vai abrir uma oficina com o cunhado Jeremias. Graças ao movimento da oficina, Jeremias vai fazer uma poupança e abrir uma confecção com a sua mulher, Dona Lourdes, e com o dinheiro da confecção Dona Lourdes vai pagar os estudos de seu filho, Nequinho, que vai se formar em Medicina e daqui alguns anos vai comprar um AUDI... Feito aqui mesmo no Paraná [release publicitário para a televisão, Governo do Estado do Paraná, 1996] (SÁNCHEZ, 2003, p. 369).

Com o objetivo de manter o fluxo da competitividade e, assim, reverter o cenário de crise generalizada, o Estado desfoca os efeitos locais de desamparo, exclusão e expulsão da população, gerados por processos gentrificadores (de projetos pontuais ou de planos já em andamento), e concentra suas habilidades no suporte ao capital privado e na busca por financiamentos internacionais em organismos multilaterais³, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), organizações vinculadas ao Banco Mundial; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS); Corporação Andina de Fomento (CAF), considerada o Banco de Desenvolvimento da América Latina; Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA); Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

³ <https://www.e-gestaopublica.com.br/captacao-de-recursos-externos/>. Acesso em 15 de jun. 2020.

Global Environment Facility (GEF); Japan Bank for International Cooperation (JBIC); Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW); e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Apesar de distinções e restrições a respeito de tipos de empréstimos, os respectivos organismos multilaterais permitem combinações temáticas, podendo assim dividir as responsabilidades, bem como, o capital investido. Importante destacar que, na intenção de manter o fluxo de capital para investimentos, as agências de fomento possuem rígidos critérios para garantir o uso de recurso. Assim, os governos locais são submetidos a uma rede complexa de regras e restrições que envolvem todo o processo do projeto, considerando as missões de reconhecimento, as definições temáticas, as parcerias, as consultorias, os investimentos a fundo perdido, os contratos, as garantias e, principalmente, a execução e as prestações de contas.

As opções de negócios são inúmeras, podendo contemplar intervenções nas áreas de comunicação e tecnologia; requalificação e desenvolvimento urbano; habitação; eventos; turismo; integração regional; transporte e mobilidade; infraestrutura; cultura e lazer. Tais intenções dependem da relação entre as peculiaridades locais e a rentabilidade visionada, afinal, o que importa é o potencial competitivo e o fluxo de capital a ser gerado. A ênfase econômica é primordial, assim, as intervenções pouco se preocupam com o tecido urbano, aterrissando na paisagem como *naves* que se auto potencializam devido à proposital disritmia causada.

Apesar dessa variedade de *produtos* a serem *vendidos*, este modelo inspira consenso, principalmente pela condição global, onde as transações precisam de certa familiaridade estrutural para que as relações interdependentes aconteçam. Uma *receita*, ou melhor, um *jogo*, que, apesar das distinções das *peças* no *tabuleiro*, para que todos possam *jogar*, as *regras* são as mesmas, ou pelo menos inspiram tal isonomia.

No entanto, ao assumir uma postura empresarial, estratégica e promotora de uma economia competitiva, o poder local também assume os riscos que, conseqüentemente, recaem na retração dos investimentos no município, onde a única solução aponta para as privatizações e aos efeitos fiscais das estratégias especulativas e competitivas, ao mesmo tempo em que crescem os benefícios da empresa privada, a valorização do solo e, conseqüentemente, o oportunismo da especulação imobiliária.

Para além do *consenso-modelo* deste modo de fazer cidade até aqui revelado, é notório que o planejamento estratégico de cidades, quando operacionalizado, revela uma lógica distinta que envolve, simultaneamente, áreas de atuação, processos, condutas, regras, interesses, agentes e seus predicados que convergem – por reconhecimento – aos conceitos-chave de Pierre Bourdieu (quadro 2), considerando o *espaço social*, o *habitus*, o *campo*, a *illusio* e o *capital* associados às "relações objetivas" (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 44) deste processo de renovação urbana, das quais, estão assentadas, segundo Thiry-Cherques (2006), a um complexo sistema de tramas epistemológicas típicas de Bourdieu, cuja herança filosófica é despreendida de formatos herméticos, sendo reveladas por adesão ou rejeição às características do estruturalismo, da filosofia da ciência, da fenomenologia, do marxismo, da autonomia metodológica e do positivismo.

A noção de *espaço social* em Bourdieu trata de um posicionamento – de instituições e sujeitos – mediados por diferentes formas de *capital* (econômico, simbólico, cultural e social), admitindo assim, mobilidades e reposicionamentos através de força/poder, estabelecendo distâncias propositais para o funcionamento deste constructo. Neste sentido, a partir dos pressupostos de Bourdieu, o urbanismo⁴, entendido como “um conjunto de enunciados, organizados por

⁴ A adoção do conceito de urbanismo de Luiz César de Queiroz Ribeiro (2018) contempla um campo de abordagem amplo e abrangente, onde é possível identificar constructos de ordens teóricas, bem como, experiências práticas, a partir da identificação de “problemas urbanos”. O referido conceito difere de Rovati (2013) que, a partir de investigação dos campos epistemológicos do *urbanismo* e do *planejamento urbano*, sugere, por hipótese, que cabe ao primeiro “uma vocação disciplinar e contempla

representações, imagens e narrativas, que identifica, simultaneamente, os ‘problemas urbanos’ e propõe terapias subjacentes” (RIBEIRO, 2018, p. 21, grifo do autor), acomoda o planejamento estratégico como parte de seu mundo social, considerando os tipos de *capital(is)* envolvidos. Ademais, é importante destacar que, independente do quantitativo de sujeitos, dentro do universo do planejamento estratégico, é possível também identificar posicionamentos flexíveis de agentes definidos por “distribuição desigual de propriedades” (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 45), tendo como referência os mesmos tipos de capital que posicionam o planejamento estratégico no campo do urbanismo.

O *habitus* – enquanto conceito - corresponde ao *modus operandi* de determinada prática, e precede a estrutura social que o gerou, estabelecendo assim, uma relação retroalimentada entre sujeito-agente e sociedade. No entanto, segundo Catani et al. (2017), essa relação é estabelecida por variações de compatibilidade, sem o compromisso de manter um acordo fiel com a estrutura social geradora, apesar do *habitus* não ser "autossuficiente" para gerar a ação.

Este conceito, construído de forma insistente por Pierre Bourdieu, ao longo de sua trajetória, tem a intenção de aproximar o “objetivismo e o subjetivismo”, enquanto mediador da relação dialética entre sujeito e sociedade, ou seja, “o duplo processo de interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1983, p.47).

Tomado pela possibilidade de negócio, o *habitus* do planejamento estratégico advém de “meios sociais passados” (CATANI et al., 2017, p. 215), relacionado a uma força motriz que, neste caso, é revelada pela combinação entre as crises de acumulação e os ideais neoliberais. Neste sentido, estruturado por condições contextuais e estruturante “enquanto ações e representações presentes” (ibidem), o *habitus* é operado por agentes que *comoditizam* o território por intenções oportunistas. Coerente ao espaço social do urbanismo e sem o compromisso com a escala universal da sociedade, qualquer ameaça que possa corrompê-lo – enquanto modo estratégico do fazer cidade - tende a ser persuadida pelo discurso ou corrompida por estruturas de poder, a fim de manter a condição já posta.

A “diferenciação social das atividades” (CATANI et al., 2017, p. 64) é a referência que estrutura o *campo*, a partir da certeza de que a sociedade é heterogênea e, conseqüentemente, se desdobra, segundo Bourdieu, em “microcosmos” ou núcleos menores, que juntos formam o mundo social. A noção de *campo* depende de regras específicas que são colocadas em prática por agentes distintos, cujas posições e limitações são determinadas por força do capital, em uma estrutura relativamente autônoma e de funcionamento próprio. No *campo* do planejamento urbano e regional, o planejamento estratégico de cidades reúne agentes capazes de responder à demanda da competitividade global, geralmente formado pelo poder público, o setor privado e um corpo técnico multidisciplinar, que oscila por protagonismo – conforme etapa do processo – a partir de um “teorema-padrão” (ARANTES, 2013, p. 13).

A lógica determinada pelo *campo* designa as relações entre os agentes, e cabe ao *illusio* os interesses dessa relação. “A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar” (BOURDIEU, 2008 [1994], p. 139). É a força que aciona o funcionamento dos agentes dentro do campo específico, determinando, assim, as suas estratégias, fusões, investimentos e atitudes. No caso do planejamento estratégico de cidades, os interesses se convertem em investimentos, estimulados pela possibilidade de um lucro que se divide em duas frentes: de um lado, do setor privado, que investe - por interesse - em determinada ideia-força, desfrutando das “facilidades”

essencialmente a tomada de decisões relativas à concepção arquitetural” (2013, p. 33), enquanto o segundo, “integra conhecimentos disciplinares diversos (economia, geografia, e sociologia, entre outros e contempla essencialmente a tomada de decisões relativas à elaboração (ou encomenda) e gestão de planos, programas e projetos – inclusive, mas não necessariamente de natureza arquitetônica” (ibidem, p. 33).

oferecidas, como aquisições prioritárias e isenções de impostos; de outro, do poder público, que utiliza da sua condição para agilizar os processos – através de desregulamentações – a fim de aguardar os rendimentos prospectivos do fisco e de possíveis desdobramentos acionados pela ideia-força (do setor privado), como atratividade e competitividade.

O espaço social, o habitus, o campo e a illusio são distintos, enquanto proposições analíticas, porém sistêmicos quando dispostos a revelar uma determinada situação empírica. Condição mediada pelo *capital* que, ao mesmo tempo em que posiciona os agentes dentro de determinado *espaço social*, põe em funcionamento o *habitus* e o *campo*, diante de determinada *illusio*. Um elo imprescindível no entendimento de todo sistema a ser investigado.

Bourdieu o define como “um recurso” ou “um patrimônio” – tanto de um sujeito quanto de uma instituição - que opera constantemente no mundo social de forma descontinuada, a depender do contexto inserido e da influência daquele que o possui dentro de determinado *campo*. A partir desse entendimento, Bourdieu propõe a ideia de *capital* “na perspectiva de uma economia geral das práticas” (CATANI et al., 2017, p. 101), cujo poder a ele investido atribui uma força de posicionamento variável no mundo social.

Entretanto, as observações de Bourdieu a respeito do mundo social permitiu certos desdobramentos ou “objetivações” do *capital* a fim de categorizá-lo para melhor entendê-lo enquanto interação relacional com as outras categorias por ele atribuídas. Assim, o *capital* pode assumir um caráter *econômico*, associado a “unidades monetárias” (ibidem) ou bens materiais; *cultural*, por meio de “competências ou entidades jurídicas (diplomas escolares, qualificações, etc.)” (ibidem, p. 102); *social*, devido às “relações sociais, redes ou influência” (ibidem) e *simbólico*, onde é medido pelo “olhar depositado (o ‘valor’ dado) pelo resto da sociedade” (ibidem, grifo do autor), ou seja, pela potência do *outro*, sendo construído por uma relação de interação, adjetivadas sob a forma de valoração, reconhecimento ou apreciação, e, geralmente, associado a outros tipos de capital.

Quadro 2 - Síntese relacional entre as categorias-chave de Pierre Bourdieu e o planejamento estratégico de cidades.

Síntese Relacional (continua)	
Categorias-chave de Pierre Bourdieu	Planejamento Estratégico de Cidades
<p>Espaço Social Sistema constituído por posicionamentos relativos e flexíveis de agentes, definidos por formas de poder, representado por diferentes tipos de capital.</p>	<p>Ambiente externo: órgãos institucionais, agências multilaterais e sociedade civil.</p> <p>Ambiente interno: a partir de uma unidade gestora, com certa autonomia administrativa e financeira (autarquia), subdividido a partir de uma coordenação geral, seguida por comitês executivos de âmbito administrativo/financeiro, técnico, jurídico, entre outros.</p>
<p>Habitus Revela a relação entre prática social e estrutura objetiva de determinado processo empírico, posicionando por identificação as atuações criativas dos agentes, bem como, suas articulações de disputa.</p>	<p>Apesar de certa rigidez legislativa e de instrumentos de ordem administrativa e de uso e ocupação do solo, o caráter autônomo das unidades gestoras operam por processos de desburocratizações e flexibilizações, coordenados por interesses e coalizões entre agentes públicos e privados, baseado nas prospecções intencionais dos projetos envolvidos.</p>
<p>Campo Demarca uma subdivisão do mundo social, podendo criar certa autonomia conforme os interesses dos agentes envolvidos.</p>	<p>Acomoda-se no campo do planejamento urbano e regional e reúne agentes e instituições capazes de atuar na produção do espaço, a partir de requalificações (operações urbanas consorciadas, projetos ligados à obsolescência do território [como naqueles chamados de intervenções de borda ou <i>waterfronts</i>], valorização do patrimônio etc.), promoção do turismo e eventos, podendo, inclusive, no tempo do agora, aparecer vinculados aos direitos sociais (habitação, infraestrutura etc.).</p>

Síntese Relacional (conclusão)	
Categorias-chave de Pierre Bourdieu	Planejamento Estratégico de Cidades
<p>Illusio É a <i>ideia-força</i> que move os agentes dentro do “jogo”.</p>	As intenções motivadoras tangem ao universo da rentabilidade territorial; da atratividade de investimentos empresariais e corporativos; do fluxo de pessoas/interesses; e da competitividade entre cidades.
<p>Capital Trata de um “recurso” flexível que posiciona agentes ou instituições conforme as distinções de determinado espaço social, bem como, ao <i>habitus</i>, ao campo e à <i>illusio</i> a ele associado.</p>	A capacidade valorativa atribuída ao capital está diretamente associada aos agentes e às instituições vinculados à produção do espaço, podendo se apresentar enquanto “tipo” econômico, cultural, social e simbólico.

Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

No planejamento estratégico de cidades o capital é a moeda que define posicionamentos, protagonismos, interações, que, de forma distinta, porém não rígida, podem estar associados no âmbito *econômico* ao poder público e privado (devido às transações financeiras); no âmbito *cultural*, ligado às equipes técnicas; no âmbito *social*, conforme agentes específicos e suas relações no próprio *campo* ou externas a ele; e no âmbito *simbólico*, por reconhecimento e prestígio nas especificidades deste “fazer cidade”, muitas vezes representadas por consultores ou empresas, cujo *know-how* permite certa evidência ao longo do processo.

Essa aproximação intencional entre as categorias-chave de Pierre Bourdieu e o planejamento estratégico de cidades reforça uma ideia-consenso, enquanto *modus operandi*, que, ao mesmo tempo em que possibilita a compreensão dessa referida lógica, cria condições favoráveis para possíveis analogias e comparações propostas neste trabalho.

2.1 O fazer estratégico: do formato-empresa para o formato-cidade.

Fuelled initially by the thoughtless energy of the purely quantitative, Bigness has been, for nearly a century, a condition almost without thinkers, a revolution without program.

(...)

Together, all these breaks – with scale, with architectural composition, with tradition, with transparency, with ethics – imply the final, most radical break: Bigness is no longer part of any urban tissue. (...) at most, it coexist. Its subtext is fuck context.

Rem Koolhaas

A formalização do planejamento estratégico no ambiente empresarial marcou os anos 60 e perdurou até os 80, agregando adaptações que aperfeiçoaram o modelo de acumulação fordista para o toyotista. Apesar de distintos, ambos tiveram como referências as propostas metodológicas do fazer estratégico - migrada do ambiente militar por influência de transações interrelacionadas – e as aplicaram, enquanto possibilidade de aumento da produtividade, por meio de decisões gerenciais endógenas, baseadas em estratégias, frente aos seus nichos de mercado, preocupando-se, na maior parte do tempo, em resolver as variáveis equacionadas pela matriz SWOT (*Strengths* [forças], *Weaknesses* [fraquezas], *Opportunities* [oportunidades], e *Threats* [ameaças]), proveniente “de uma avaliação dos ambientes internos e externos à organização” (GUANAIS e FISCHER, 1999, p. 42).

A partir dos anos 80, o sistema produtivo assume um estado experimental devido à globalização, às novas tecnologias de informação e comunicação, à integração de mercados e aos ideais neoliberais, substituindo modelos rígidos por novos padrões de produtividade frente às novas lógicas do mercado, intitulado por Harvey (1992) de “acumulação flexível”, caracterizado pela desconcentração produtiva e, conseqüentemente, o “enxugamento” da escala industrial.

Como efeito, essa nova modalidade descentralizou o mundo trabalho, desregulamentando e enfraquecendo, respectivamente, os direitos trabalhistas e os sindicatos, inserindo o trabalhador em uma lógica instável que manipula as suas subjetividades, mantendo-o coeso às equipes e seus respectivos projetos, segundo a visão e as intenções da empresa.

Neste contexto, a escala flexível deste paradigma produtivo redimensiona o “formato-empresa” que, ao lidar com uma visão ampliada, descentralizada e global, mantém o planejamento estratégico – enquanto metodologia – porém subordinado a uma gestão (também estratégica), onde, conforme Guanais e Fischer (1999, p. 42), “espera-se, desta forma, que as iniciativas de toda empresa estejam coerentes com a orientação geral definida previamente”. Ademais, enquanto o planejamento estratégico opera um conjunto de dispositivos sistematizados sob certas restrições, o amplo campo da gestão estratégica redireciona as ações, por se tratar de intenções prospectivas, sendo enquadrado no campo das incertezas, associadas às possibilidades de novos rumos ou visões futuras da empresa. Assim, Guanais e Fischer (1999) indicam que, enquanto o planejamento estratégico controla de forma racional a formação de estratégias, a partir de regras para tomada de decisões, a gestão estratégica demanda uma vigilância constante, a lidar com o inesperado, na expectativa de “posicionar-se de maneira ótima num ambiente hostil” (ibidem, 1999, p. 44).

Na maioria das vezes, a condição incerta do plano de ação é disparada pela interrelação “entre ações locais e visões globais”, de onde emergem novas possibilidades que flexibilizam decisões anteriores. Situação que tende a ser melhorada quando as decisões são descentralizadas – no sentido organizacional – possibilitando agregar conhecimentos difusos e experiências distintas.

A evolução da condição estratégica não descarta suas versões anteriores, sendo aproveitadas em etapas distintas, diante do mesmo plano de ação, e melhoradas quando interligadas. Neste sentido, uma determinada estratégia deve ser planejada sob certas condições que possam ser revisadas e flexibilizadas, dependendo de novas tendências ou de estratégias que possam emergir durante um processo vigente.

No primeiro conjunto de trabalhos, o que é estratégico pode ser definido através de intenções e decisões formalizadas em um documento chamado Planejamento Estratégico. O segundo conjunto de trabalhos admite instrumentos mais flexíveis de formulação de estratégia, mas ainda requer a intencionalidade para que o processo possa ocorrer. O terceiro grupo de trabalhos percebe a estratégia como um caminho em construção, baseado no aprendizado (GUANAIS e FISCHER, 1999, p.46).

A evolução desse processo acumulou inúmeros estudos relacionados ao planejamento estratégico e suas derivações, dos quais destacam-se as contribuições do professor Henry Mintzberg que, a partir de especificidades corporativas distintas, investigou essa metodologia aplicada e as compartilhou, na forma de crítica contundente em *“The Fall and Rise of Strategic Planning”*, revelando um equívoco conceitual onde afirma que “planejamento estratégico não é pensamento estratégico” (MINTZBERG, 1994, p. 107, traduzido), sendo que, o primeiro, na sua condição analítica, é organizado por dados concretos de pesquisa, e tende atrapalhar o desempenho do segundo que é síntese, e depende do acúmulo de experiências capturadas pelo gestor em toda organização.

Além disso, Mintzberg (1994) profere que o planejamento estratégico está assentando em uma “falácia” fundamentada em três princípios: da “predição” (ibidem, p. 110) ou previsão, associada à prospecção realizada pela empresa, a partir de análises dedutivas de causalidade ou estabilidade de mercado; do “destacamento” (ibidem), através da desconexão do gestor aos detalhes operacionais – geralmente associados às análises do plano estratégico – concentrando esforços no pensamento estratégico reforçando a falsa separação entre análise e síntese (enquanto papel do gestor); e da “formalização” (ibidem, p. 111), devido à crença que, depois de delineadas, as ações seguem somente o caminho de implantação, sem atentar para possíveis revisões e aprendizados, acionados por estratégias emergentes⁵.

Muito se explica das críticas de Mintzberg quando associadas ao tempo do agora, constituído, segundo Moreira (2005 [1997], p.56) por uma “unidade-mundo” que opera, principalmente, por grande incerteza, revelada no campo das relações internacionais a partir da *teoria da complexidade crescente*.

[...] a nossa época é caracterizada por uma interdependência total que afectou de maneira decisiva os tipos de relações e os conceitos a que elas estavam subordinadas até há poucos anos. O mundo tende para a unidade e caracteriza-se pela planetização dos fenômenos políticos. [...] Essa multiplicação é simultaneamente qualitativa e quantitativa. É *quantitativa* porque se multiplicam os pontos de contacto, as participações de interesses entre os Estados e outros agentes das relações internacionais. É *qualitativa* porque se multiplicam as novas formas de cooperação ou oposição entre os Estados ou tais agentes. Convém muito sublinhar que o aumento quantitativo das relações também afecta a própria qualidade, porque a multiplicação do mesmo tipo de relações dá origem a problemas novos entre os Estados (MOREIRA, 2005 [1997], p. 56-57, grifo do autor).

Nessa conjuntura, a empresa se estabelece protagonista, e, apesar das críticas, “o planejamento estratégico é, então, apresentado como modelo mais adequado para o enfrentamento do atual contexto, sendo muitas vezes colocado como o único caminho possível para obtenção de sucesso dentro da chamada nova economia” (GONÇALVES, 2005, p. 74): descentralizada, global e, acima de tudo, competitiva, associada diretamente à produtividade. Condição favorecida pelos ideais neoliberais, assumida pelo Estado, coadjuvante do seu papel protecionista, porém, protagonista do impulso necessário para o funcionamento econômico.

As tendências universalistas somadas ao favoritismo econômico e à necessidade de superar as crises instauradas são fatores determinantes deste contexto, sugerindo, assim, a transposição de seu *modus operandi* para o ambiente público, principalmente àqueles ligados ao que Mintzberg e Jorgensen vão chamar de “pauta de ação” (1995, p. 25), a fim de estabelecer um método estratégico junto a setores envolvidos em atividades/projetos, criando formatos para intervenções na escala municipal. Condição imposta ao planejamento urbano, estabelecendo o “formato-cidade” a partir de uma lógica competitiva onde o território adquire a possibilidade de rentabilidade, identificada nos processos de síntese analítica do planejamento estratégico.

Para Mintzberg e Jorgensen (1995), essa transposição estabeleceu uma racionalidade sinonímica entre estratégia (do ambiente empresarial/privado) e política pública (do setor público) que, apesar de distintas – principalmente enquanto produto-fim – revelaram uma permeabilidade necessária. É importante destacar que essa associação reducionista representa muito mais que um método aplicado ou uma transposição associada à circulação de ideias. Trata de uma postura política assumidamente focada na competição de governos locais frente à condição global, que no âmbito do “fazer cidades” foi estruturada sob um paradigma

⁵ Apesar de suas críticas, a obra de Henry Mintzberg é vasta e investigativa em busca de um caminho profícuo para o planejamento estratégico. Em 1998 publica com Bruce Ahlstrand e Joseph Lampel o livro “*Strategy safari: a guided tour through the wilds of strategic management*”, onde categorizam o planejamento estratégico em dez “escolas” distintas, sendo, do design, de planejamento, de posicionamento, empreendedora, cognitiva, de poder, cultural, ambiental e de configuração.

intencional, orquestrada por parcerias público-privadas a fim de *comoditizar* o território através de nichos que estimulem a circulação de pessoas, de empresas e de investimentos.

O “formato-cidade” neoliberal constrói um modelo de rentabilidade e competitividade territorial que segue a cartilha empresarial e “não pode ser mais do que um outro eufemismo para *gentrification*” (ARANTES, 2012, p. 19). Parte de um diagnóstico, do qual é gerado uma matriz, onde as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças são identificadas enquanto base fundamental para a produção de um plano estratégico ou um plano diretor setorial, montado a partir de um objetivo central que se desdobra em linhas estratégicas, geralmente correspondente a ações e/ou projetos, tudo associado a prospecções intencionais, ligadas à imagem competitiva que a cidade deseja alcançar. Suas ambições tangem ao campo da sobrevivência frente à realidade instaurada, a fim de reverter crises de acumulação através do urbano, transformando-se assim, segundo Borja e Castells (1997), em um “projeto de cidade”.

Coordenado por um conselho diretor e outro executivo, é formado por equipes técnicas e representantes de âmbito público e privado, onde todos são agentes – da noção de Pierre Bourdieu – que travam “lutas simbólicas” (BOURDIEU, 1989, p. 133) por deterem um “poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo” (ibidem, p. 145), diretamente relacionado à posição instável que desempenham no espaço social do fazer cidade, apesar de uma liderança protagonista, geralmente associada à figura do prefeito (ou de um *agente-líder* do poder executivo), devido a sua capacidade de sintetizar a crise que ocasiona o referido projeto; de fazer a interlocução entre agentes distintos; e de convencimento - por habilidade e competência institucional - frente a outros setores municipais.

Em *campo*, conforme suas atribuições, estes agentes são responsáveis por inserir a cidade no *clima dos negócios*, seguindo por caminhos que viabilizem as intenções pretendidas, simultaneamente reforçado por um exercício de convencimento persuasivo, em busca de um consenso público⁶.

No contexto neoliberal, este *modus operandi* é propositalmente universal, a criar “um movimento consciente de distanciamento da diferença e aproximação da semelhança” (KOOLHAAS, 2010, p. 31). Condição fundamental para sua difusão, reprodução, e para adentrar na rede global competitiva, onde o distinto – quando aproveitado – tende a potenciais temáticos que posicionam a cidade no jogo proposto. Assim, a condição do território, enquanto produto, se torna “genérico” (KOOLHAAS, 2010), e sua relação com o entorno tende a dois únicos propósitos: descartá-lo, por entrave ou insignificância; ou explorá-lo, por potencial complementar da rentabilidade intencional, sendo esta última a característica que marca a “separação litigiosa” com o planejamento urbano tradicional, antes preocupado em atender/responder às demandas socioespaciais instauradas. O descompromisso com o entorno reforça “a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações” (VAINER, 2013, p. 86, grifo do autor), cuja implantação tensiona o existente, a propor novos fluxos valorativos devido a intervenções que aterrissam – por conveniência – aleatoriamente nas cidades.

Esses projetos são financiados por fracionamento de responsabilidades financeiras, sendo parte assumida pelo município, parte pelo capital privado, e, em localidades cujo projeto neoliberal se faz incompleto, pelo capital estrangeiro, especialmente, as agências multilaterais que, devido ao “interesse ideológico e prático-estratégico” (SÀNCHEZ, 2003, p. 275) de rentabilidade, associam o seu aporte financeiro a regras, imposições ou “modelos” temáticos/projetuais - geralmente baseados em exemplos de “boas práticas” – que reforçam o caráter genérico e

⁶ Enquanto estratégia, a ideia de consenso público interrelaciona às reflexões de Fernanda Sánchez (2003) e Carlos Vainer (2013), respectivamente, no que tange ao “marketing de crescimento” e a consistência de um “patriotismo de cidade”.

universalista das ações e programas de renovação urbana deste formato, operando com “reduccionismos de diversas ordens” (ibidem), definido pelo geógrafo urbano Francesc Muñoz (2008), por um efeito “*urbanizador*”, responsável por produzir “paisagens comuns e lugares globais”, revelando assim, a grande vedete deste processo: a arquitetura, expressa por disritmia e mistério, a se vingar da profética teoria forma-função que muito orientou a composição projetual no passado. Trata-se de uma expressão formal icônica, encomendada a grandes nomes da arquitetura, cujo objetivo é promover todo esforço-síntese do planejamento estratégico, através da revitalização urbana e da promoção de uma imagem-marca da cidade. Sua escala monumental e sua poliformia é facilitada por sofisticações tanto de materiais como de sistemas construtivos, onde o dentro e o fora pouco se comunicam, a oferecer experiências no mínimo curiosas, capazes de “ativar economias fragilizadas, atrair turistas e investidores, e redefinir a identidade de sociedades inteiras” (ARANTES, 2012, p. 21).

Este processo, intitulado por Rem Koolhaas (2010) de *teoria da grandeza*, é marcado por um programa ideológico de objetos egoístas, que se fazem razão por si, a competir com todo o resto da cidade – por efeito-potência - capaz de ressignificá-la ou mesmo representá-la. Neste sentido, ela quebra a ordem do presente, e ao mesmo tempo remonta – por vocação - prospecções futuras, através de novas centralidades, a serem exploradas pelo oportunismo dos especuladores.

O “formato-cidade”, entendido como intencional, estratégico, rentável e competitivo se realiza por uma lógica, geralmente organizada de forma independente, estabelecendo especificidades autônomas nos prazos, nos contratos, nos recursos e nas parcerias, cujo propósito de rentabilidade tende a ser agilizado, no âmbito organizacional, por reformas administrativas, formalizadas por “unidades gestoras”, e, no âmbito das tramitações processuais, por processos de desburocratização e desregulamentação que, no âmbito do desenvolvimento urbano, atinge diretamente os instrumentos reguladores do espaço, como as legislações específicas e os planos diretores ou setoriais.

No entanto, segundo Borges e Silva (2019), os processos que envolvem a valorização do uso do solo estabelecem relações diretas com a economia, ou melhor, com a rentabilidade através do território, e todo o sistema regulatório a ele associado, cujo objetivo é limitar a exploração desordenada a fim de manter a qualidade espacial, é tensionado por oportunidades econômicas – geralmente advindas do setor privado – que, no primeiro momento, buscam frestas nas legislações através de distorções interpretativas, ou soluções junto às comissões que legislam para além dos instrumentos de controle.

Porém, para além dessas possibilidades, este é um campo que envolve condições corruptivas, através do favorecimento de mercados específicos, geralmente associados a processos obscuros que burlam análises técnicas e estudos prévios, comprometendo significativamente a qualidade das cidades.

A condição econômica associada a este “formato-cidade” revela total consonância aos ideais neoliberais, potencializando a sua prática através da relação direta e facilitada entre o mercado e o Estado (*condição “rollback”*), bem como, a desregulamentação e a desburocratização dos processos atrelados às intervenções urbanas (*estratégias “roll-out”*). Dessa condição, segundo Borges e Silva (2019), os instrumentos de controle, cujos princípios tendem a orientar a atuação tanto do público como do privado, quando aproximados das intenções estratégicas (quadro 3), se tornam forças opostas, muitas vezes corrompidas, no âmbito legislativo, burocrático e de superfaturamento.

Quadro 3 - Distinções entre o Plano Estratégico Territorial e o Plano Diretor.

Plano Estratégico Territorial	Plano Diretor
Plano integral com alguns objetivos territoriais.	Ordenação do espaço urbano.
Prioriza projetos, mas não os localiza necessariamente no espaço.	Determina os usos do solo em seu conjunto e localiza com precisão os sistemas gerais e as grandes atuações públicas.
Baseado no consenso e na participação em todas as suas fases.	Responsabilidade de projeto da administração e participação <i>a posteriori</i> .
Utilização de análises qualitativas e de fatores críticos.	Utilização de estudos territoriais e de meio físico.
Planos de compromissos e acordos entre agentes para ação imediata ou a curto prazo.	Plano normativo para regular a ação privada futura e possível.
É um plano de ação.	É um plano para regular a ação.

Fonte: BORJA; CASTELLS, 1997, p. 242, traduzido).

No caso do planejamento estratégico, a liberdade de seu plano de ação e a autonomia de seu processo gestor se tornam embates de associação direta aos instrumentos de controle dos planos diretores, criando um ambiente profícuo para filiações a processos de corrupção urbana, podendo ser identificado no processo inicial de análise e formulação de linhas estratégicas, a sugerir desregulamentações legislativas; durante as licitações ou as modalidades de contratação de serviços externos, através de favorecimentos por processos que tendem à agilidade e, por consequência ao obscuro; e em etapa pós-executiva, através da exploração do raio de entorno da intervenção, de determinados especuladores em detrimento a outros, reduzindo assim, a livre-concorrência.

Nessa interação, os mecanismos de produção do espaço denotam regimes distintos que operam por meio de forças antagônicas os antagonismos de forças que atuam no campo do “fazer cidade”, onde uma pretende exercer certo controle (Plano Diretor), enquanto a outra, descompromissada com a cidade, sugere ações que estimulam novas apropriações, novos fluxos intencionais e, conseqüentemente, novas possibilidades de exploração (Plano Estratégico Territorial).

Contudo, Borja e Castells (1997) afirmam que a condição “local e global”, associadas a esse tempo do agora, destaca vantagens devido à “conectividade, inovação e flexibilidade institucional” (ibidem, p. 32, traduzido), além do posicionamento econômico, estrategicamente reveladas no “formato-cidade” por intenções competitivas, instaladas por estímulos de oportunidades, descortinado em oposição, segundo Vainer (2013), por um política urbana que depende de coalizões dominantes, estrategicamente estruturadas, desde a sua gênese (militar/empresarial), de caráter tecnocrático e autoritário, a ser aplicado em um ambiente naturalmente controverso, misturado e cheio de interesses distintos e antagônicos, convertendo as “oportunidades” do discurso de Borja e Castells, em oportunismos temáticos que são explorados por “setores-alvos” (COMPANS, 2005), e vendidos, enquanto produtos, por meio de “estratégias de marketing” (SÀNCHEZ, 2003) que deformam a realidade local, e posicionam a *população-sujeito* em uma condição coadjuvante, sem atentar que é ela que põe em movimento a cidade transformada em objeto pelo planejamento estratégico.

2.2 Urbanidade: a *prática social, como práxis espacial*⁷.

Ecoam dos consultórios dos psicanalistas novas formas de padecimento emocional, onde o desejo, massacrado por injunções superegógicas, não mais se manifesta. São indivíduos, alguém ou além do “socius”, para os quais a lei não pôde ser subjetivamente construída. Tal situação tem se revelado em nossas paragens como trágica, produzindo dolorosa intolerância, ali, onde a experiência do convívio vai se tornando insuportável: nas grandes metrópoles. A cidade deixa de fazer sentido, com seu repertório de interdições, e o indivíduo passa a procurar referências para sua ação apenas em si próprio.

Robert Moses Pechman

O funcionamento do “formato-cidade” é estabelecido a partir do momento em que o sujeito passa a operar as condições postas, interagindo com ela e animando o paradigma instaurado, bem como, as suas complexidades.

No tempo do agora, as expectativas deste encontro (entre o sujeito e a cidade) são “facilitadas” pelo excesso existencial imposto pela sua condição neoliberal, associadas à ausência de práticas coletivas, reveladas por alienação e por efeitos de não reconhecimento identitário, reduzindo a cidade às possibilidades de uso e a meros deslocamentos intencionais. Assim, é possível afirmar que o sujeito se constitui a partir de um comportamento distinto que o posiciona diante de dois mundos: o exterior e o interior.

Seu mundo exterior se realiza baseado na terceira fase da experiência social, proferida por Guy Debord (1997), a superar o “ser” e o “ter”, para agora praticar o seu “aparentar” - enquanto força motriz – extirpada do seu interior hipervalorizado, auto gestor e excessivo (no campo das subjetividades), para um mundo de ausência, ora “de sentido” (BERARDI, 2019) e ora “de reconhecimento” (HONNETH, 2009 [2003]), onde passa a atuar, sob condições convenientes, quando em contato com o mundo social. Essa concepção de “mundos” se constitui por causalidade, afinal, enquanto para o sujeito o exterior é carregado de falta e de ausência, o interior é compensado por excesso, responsável por torná-lo, segundo Birman (2014 [2012]), individualista, solipsista e narcisista.

Condição de fácil aderência, quando associada aos ideais neoliberais que, sob efeito da sua matriz psicológica, assentada no protagonismo da “liberdade”, enquanto possibilidade de realização, “fragmentou” a identidade do sujeito (HALL, 2019 [1992]) em partes de si mesmo, a comprometer a relação com o outro, estabelecida, por um “mal-estar” (BIRMAN, 2001), cujo sentimento se resume em sofrimento e desamparo, condições do sujeito frente ao mundo exterior, onde o primeiro, segundo Christian Dunker (2015), está geralmente associada a um contexto (“estrutura narrativa”), à sua capacidade de contaminação/contágio, indeterminando o agente da ação (“estrutura transitivista”), e, por fim, a sua legitimidade, posicionado pela sua condição lícita ou ilícita (“estrutura de reconhecimento”).

Já o desamparo, está associado ao sujeito por ausência ou falta de reconhecimento, podendo ser identificado por alienação (âmbito político), por inércia (no âmbito econômico), e por abandono ou apatia (no âmbito social), identificados, enquanto efeito de “desencantamento do mundo”, apontado nas teorias de Bourdieu (1979 [1973]), Arendt (2012 [1949]), Weil (2001 [1943]) e Weber (2003).

⁷ O referido termo, apresentado por Ana Fani Alessandri Carlos em “A tragédia urbana” (CARLOS, 2015, p. 43 – 63), traduz a síntese do tempo do agora, no que tange as relações entre o sujeito e a produção do espaço. A partir “das forças mutiladoras do sujeito” (ibidem, p. 43), advindas do capitalismo neoliberal, a produção do espaço, enquanto produto dessa ordem, reforça a exploração, a acumulação e, por efeito, potencializado, a condição sujeitada do sujeito no mundo social.

Para Birman (2001), o desamparo é o sentimento que traduz o mundo exterior do sujeito, estruturado por Freud em “Mal estar na modernidade” (2011 [1930]), a partir da *nostalgia da figura do pai* que, por ausência, promove a exacerbação do “eu”, bem como, de suas subjetividades.

No entanto, ao explorar o mundo interior, Birman (2014 [2012]) revela a intimidade do sujeito tomada por individuação, que traduz por dor e desalento a sua versão íntima e introspectiva. A partir dos estudos de Freud, a respeito do sono e seus desdobramentos, Birman (2014 [2012]), transpõe o sujeito em estado de sonho para uma condição de pesadelo, onde, respectivamente, o prazer é substituído pela dor, cujo remédio envolve o sujeito da aparência por ação e intensidade. Uma válvula de escape e amortecimento, acionada por uma dor sem nome, tendo o corpo como único bem a ser cultivado. Assim, “o agir é o *imperativo* categórico na contemporaneidade” (BIRMAN, 2014 [2012]), p. 82, grifo do autor), a fim de exaurir sua angústia interna e desorientada, através de performance e compulsão, na tentativa de não se perder de si mesmo.

Para Dany-Robert Dufour (2013 [2009]), as características sinalizadas por Birman definem o sujeito como um agente sádico que, da mesma forma, amortece a sua dor por intensidade, tendo a noção lacaniana de gozo enquanto *ideia-força*, estimulada pelo trabalho, pela televisão e pelas mídias, que promovem antídotos para compensar a exaustão do trabalho; para transparecer uma imagem de sucesso, através do consumo (de produtos e saberes); ou para alcançar o estado de angústia constante, por experiências de satisfação efêmera, perpetuadas por inserções e compartilhamentos nas chamadas mídias narcísicas, como Facebook e Instagram.

A obscenidade da vida de aparências funciona por um dispositivo de uma vida sem limites, revelada pela “liberdade” neoliberal e pela ausência de alteridade (característicos deste tempo do agora), traduzida por Dufour (2013 [2009]) de pleonexia⁸, podendo ser praticada no ambiente lícito ou ilícito, como, por exemplo, no mundo corporativo-financeiro através do “princípio de avidéz” (ibidem), que projeta suas ambições em fusões e aquisições, lavagens de dinheiro ou enriquecimentos instantâneos, como também, no aumento significativo de pessoas físicas que passaram a investir em mercados de capitais, tendo início, enquanto principiante, em busca de certificações (intermediárias ou profissionais) para ampliar as possibilidades de realizar operações financeiras de alta complexidade e risco, em busca da acumulação excessiva⁹.

Com isso, a partir das reflexões de Birman e Dufour, corpo, ação e intensidade formam a tríade que constitui o mal-estar deste tempo, onde a exaustão física se manifesta frente às dores psíquicas (figura 4) e, como consequência, devido a esse protagonismo, Birman evidencia “a anulação da ordem do pensamento [...] pela própria impotência e pelo vazio que passa a ocupar o campo psíquico” (BIRMAN, 2014 [2012], p. 132).

A incidência do excesso no corpo físico chancela a hiperatividade, cuja autonomia neoliberal da autogestão deixa o sujeito suscetível a determinadas afetações que podem ser gradativamente potencializadas, podendo alcançar, para além da “irritação”, outros estados emocionais, como a “explosividade, a violência, a delinquência ou a criminalidade” (ibidem, p. 82-83).

⁸ Segundo Dany-Robert Dufour (2013 [2009]), filósofo e professor de ciências da educação na Universidade Paris-VIII, a *pleonexia* corresponde “ao desejo de possuir sempre mais”, característico neste tempo do agora quando inserido no contexto que tange à relação do sujeito com o dinheiro. No entanto, facilmente associada à categoria “*mais de*” que transpõe a ambição do sujeito para campos distintos motivados pela noção de gozo de Jacques Lacan.

⁹ Segundo a empresa B³ (*Brasil, Bolsa, Balcão*), o Brasil registrou em abril de 2020 cerca de 2,38 milhões de investidores na bolsa de valores, na condição de pessoa física. Um aumento de 42% em relação ao mesmo período no ano anterior. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/rendavariavel/noticia/2020/05/06/numero-de-investidores-pessoa-fisica-na-bolsa-sobe-a-238-milhoes-em-abril.ghtml>. Acesso em: 16 de jul. 2020.

Figura 4 - Retrato caricatural do sujeito neoliberal.



Fonte: A pequena loja de suicídios (Le magasin des suicides). Direção: Patrice Leconte. Bélgica/Canadá/França: H2O Films, 2012.

As análises proferidas por Birman (2001; 2014 [2012]) se tornam cada vez mais evidentes, na medida em que nos afastamos dela (no sentido cronológico), assumindo assim, um tom profético que se mantém firme e categórico, principalmente, no que tange ao universo do sujeito contemporâneo, lançado em um mundo desencantado e sem sentido, onde diante de uma “cultura narcísica como a nossa, permeada pela moral do individualismo como valor levada a seu exagero, cada qual trata apenas da sua vida e considera o outro como o inimigo e o rival” (BIRMAN, 2014 [2012], p. 147).

Esta é a condição que instaura o mal-estar na atualidade, definido por Dunker (2015) como uma estrutura de posicionamento, através de um mundo social organizado pelas regras do mercado e orientado “por outras *cartografias de sentido*” (BIRMAN, 2014 [2012], p. 147), que reduzem e comprimem, respectivamente, as categorias tempo e espaço; desestabilizam e fragmentam a identidade do sujeito (HALL, 2019 [1992]); e esvaziam suas subjetividades (BIRMAN, 2001; 2014), desmontando estruturas rígidas que antes o inseria como parte do mundo social, onde a disseminação da desconfiança e a perda dos laços de solidariedade são inevitáveis.

Em decorrência de todos esses impasses e encruzilhadas, ficamos, enfim, amesquinhados como sujeitos, mas nos exercitando nas ginásticas e mensagens exóticas, atribuindo valores mágicos às dietas ou, quando não, francamente intoxicados por drogas, incapazes de inventar mediações num mundo dolorosamente medicalizado e desencantado (BIRMAN, 2014 [2012], p. 150).

Deste modo de pensar espelha-se um modo de agir, e apesar deste contexto desterritorializado e sem fronteira, a cidade ainda insiste, enquanto *lócus* acomodadístico da experiência do sujeito, porém, mediante “uma delimitação de si mesmo no espaço” (HAROCHE, 2014, p. 143).

A veemência com que Claudine Haroche afirma a condição do sujeito neste tempo está fundamentada na observação que a antecede, baseada nas reflexões de George Simmel, a partir da obra “*A metrópole e a vida mental*”, publicada em 1902, preocupada em revelar a Berlin do início do século XX. Aproximação proposital que estabelece um exercício comparado entre dois tempos (separados por um século), na intenção de investigar as relações do sujeito com a cidade, suas analogias e permanências, bem como, as suas subjetividades.

No referido texto, apesar da referência comparativa e relacional entre o ambiente rural a as cidades pequenas, Simmel reconhece a metrópole como escala do espaço citadino no início do século XX, apresentando-a ativa, misturada, conflituosa, porém, necessária para o homem que desde o século XVIII tem se especializado (principalmente no âmbito do mundo do trabalho) a demandar, neste novo contexto, interrelações indispensáveis para que a vida possa funcionar.

No entanto, ao mesmo tempo em que revela a necessidade desse acordo socioespacial, Simmel, a partir dos efeitos do liberalismo, reconhece uma série de comportamentos distintos, associados às relações entre público e privado, apresentados pelo “homem metropolitano” (SIMMEL, 1976 [1902], p. 22) sob a forma de reserva, autopreservação ou atitude *blasé*, a estabelecer uma “vida interior” frente às complexidades da metrópole, enquanto enfrentamento da “vida exterior” e, neste sentido, instala seu questionamento: “Como as personalidades se acomodam nos ajustamentos externos?” (SIMMEL, 1976 [1902], p. 12).

Sem uma resposta precisa ou paradigmática, Simmel reforça que apesar de categoriais que individualizam as relações do sujeito com a cidade, especificamente na metrópole, é preciso manter as sociabilidades como força motriz do bom funcionamento do ambiente urbano, bem como do indivíduo, a fim de evitar o efeito destrutivo caso não atentem para este alerta, afinal, “a vida metropolitana é inimaginável sem a mais pontual integração de todas as atividades e relações mútuas em um calendário estável e impessoal” (SIMMEL, 1976 [1902], p. 15)¹⁰.

Apesar do intervalo temporal e das características distintas a respeito da cidade, pensar a partir de Simmel permite estabelecer um ponto de partida das reflexões sobre as subjetividades urbanas, bem como a sua relevância diante das transformações sistêmicas e interrelacionadas entre contexto, espaço e sujeito, considerando os dualismos dentro e fora, interior e exterior, público e privado, e indivíduo e sociedade, pois, o tom de advertência do início do século XX se apresenta neste tempo do agora consagrado pelas forças neoliberais (CONTEXTO) que, sob influência difusa e capilar, enfraquece o “poder urbano”, enquanto “capacidade de produzir relações” (PECHMAN, 2014, p. 19), anunciando, assim, a metrópole contemporânea (ESPAÇO) como *locus* da especulação, da rentabilidade e do descaso com os problemas locais, bem como com as populações (SUJEITO[S]), que se apresentam tomadas pelo “desejo de autonomia individual e a constante pressão do complexo conjunto de forças exteriores que moldam a personalidade do indivíduo” (BRESCIANI, 2014, p. 60).

O protagonismo do sujeito individualista anuncia uma cidade reduzida a deslocamentos intencionais, monitorados pela aceleração e pelo ilimitado, através de comportamentos “efêmeros e desmedidos” (HAROCHE, 2014, p. 146), onde o primeiro determina o ritmo frente à presença do segundo, afinal, diante de uma vida de consumo e experiência – enquanto antídoto às angústias neoliberais, associadas à condição de *si consigo mesmo* – a infinidade de opções torna inviável a possibilidade da permanência e, conseqüentemente, da sociabilidade, do embate e da mistura.

Condições que ressignificam as relações com a cidade, bem como as percepções da paisagem, pois, o sujeito, por não acompanhar os processos de transformação do espaço, passa a acumular a “perda de seus referenciais urbanos” (CARLOS, 2001, p. 348), afastando-se da cidade por efeito “amnésico” (ibidem, p. 40).

¹⁰ As contribuições de George Simmel para a atualização e o entendimento do comportamento do sujeito na cidade foram destacadas no Seminário Internacional: “*Simmel e a vida mental nas metrópoles contemporâneas*”, organizado pelo Observatório das Metrópoles e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR, nos dias 17 e 18 de novembro de 2011. O referido evento contou com a participação de Luiz Cesar Queiroz Ribeiro, Olgária Matos, Joel Birman, Claudine Haroche, Maria Stella Bresciani, Carlos Fortuna, Eliana Kuster, Robert Moses Pechman, Luiz Lazário e Myriam Bahia Lopes, cuja síntese foi publicada pela editora Letra Capital, em 2014 - como reconhecimento e importância de tal aproximação temática - na obra “*A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea*”, organizada pelo professor Robert Moses Pechman.

De um lado, o tempo perde substância; com isso, a prática se torna fluida, sem aderência; o espaço, por sua vez, em constante mutação, marcado pela destruição constante dos referenciais da vida urbana, transforma-se em distância. Assim, espaço e tempo, redefinidos, aparecem como condição de um processo de reprodução que tem no desenvolvimento técnico sua pedra de toque; o tempo irradiado pela técnica vira velocidade, e o espaço distância a ser suprimida. Espaço e tempo tornados abstratos se esvaziam de sentido, contribuindo para a produção de nova identidade, a identidade abstrata, decorrência da perda dos referenciais, do empobrecimento das relações sociais, e como imposição do mundo da mercadoria, definida pelos parâmetros da reprodução do capital no momento atual (CARLOS, 2001, p. 349).

No entanto, ainda que a vida neoliberal reinvente o sentido de tempo e de espaço, Robert Pechman afirma que o que está em jogo – no que tange a relação do sujeito com a cidade – é a “perda da sua substância pública” (PECHMAN, 2014, p.23) e a invasão da violência. Circunstâncias interrelacionadas, onde a primeira se revela pelo enfraquecimento do poder urbano, entendido como a capacidade intrínseca da cidade de oportunizar convívio, relações e trocas; e a segunda, materializadas gradativamente por uma vida enclausurada em experiências de vigília, tomada pela ideologia do medo e a violência real e midiática.

A ideia de abandono revela o motivo do fracasso da cidade e, junto deste estado de vazio, o *locus* da sociabilidade se despolitiza, a perder o seu caráter público de negociação, de conflito e de “afrentamento” (PECHMAN, 2014, p. 21), enquanto assume a sua condição de “evitamento” (ibidem), advindo da violência e reforçado, no contexto neoliberal, pela exacerbação das individualidades e dos agrupamentos entre iguais, típicos daqueles que se amparam¹¹ diante de um Estado que não se realiza por propósitos de bem-estar social.

A conjuntura do sujeito com a cidade, tomado pela falta de sociabilidade e pela evidência da violência, demonstra um novo poder urbano que, segundo Pechman (2014, p. 41) “resiste ao banimento da política, à eliminação do conflito e ao controle da cidadania”, favorável e perfeitamente adequado ao “formato-cidade” proposto pelo neoliberalismo, pois, associados a espaços comercializáveis, que competem no mercado de cidades, é possível oferecer – como parte dessa liquidação socioterritorial – cidades pacificadas dos conflitos, despolitizadas e desabitadas de suas sociabilidades, instituindo assim, uma “nova cidadania” que, “conferida aos *segmentos estratégicos* caminha *pari passu* com a destituição dos grupos com *escassa relevância estratégica*” (Vainer, 2013, p. 89, grifo do autor). Fusão intencionada e dialética, que reforça a condição/relação do sujeito com a cidade.

Não se trata mais de afrontar, polemizar, disputar, negociar, lutar contra o outro, mas simplesmente de evitá-lo na sua inscrição social, de ignorá-lo como portador de discurso, de desprezá-lo como o outro do dissenso, pois o evitamento não é outra coisa que senão o litígio constitutivo da política. Assiste-se à emergência de um modelo geral de condutas à base da lógica do evitamento e da confrontação, que remete diretamente para a nova noção de individualismo calcada no fenômeno da privatização característico do neoliberalismo (PECHMAN, 2014, p. 21).

No entanto, apesar da ênfase dos pressupostos de Pechman, que relacionam o fracasso do caráter público do espaço (por esvaziamento e abandono) às forças neoliberais, não estamos diante de um efeito causal pontual e distinto. Trata-se da manutenção estratégica dos processos de segregação socioespacial histórica, ampliado pelo valor de uso do espaço público, agora protagonizado pelas intenções do mercado.

¹¹ Segundo Safatle (2016), no contexto neoliberal, a condição de amparo está associada a um tipo de sujeito: o amparado. Este, por sua vez, se estabelece a partir da sua capacidade de acessar o funcionamento do mundo social diante das *estratégias neoliberalizantes* (*neoliberalização roll-out*).

2.3 O protagonismo de Barcelona: de modelo à marca.

Quien ansía ocupar Barcelona y avasallarla es, hoy, un capitalismo financiero internacional que ha descubierto en el territorio una fuente de enriquecimiento y que aspira a convertir la capital catalana en un artículo de consumo con una sociedad humana dentro. Por supuesto, éste es un fenómeno que afecta a otras muchas ciudades del mundo, todas ellas objeto de recalificaciones masivas al servicio de los intereses de las grandes corporaciones multinacionales; todas ellas víctimas de la codicia de un sistema de mundo al que no le importa deformarlas hasta convertirlas en su propia caricatura o su parodia; todas ellas convertidas en grandes máquinas de excluir y expulsar a cualquier habitante o forastero considerado insolvente ...

Manuel Delgado

No dia 25 de julho de 1992 o arqueiro espanhol paralímpico Antonio Rebollo Liñán acendia a tocha daquele que ficou conhecido como os “jogos da reconciliação”. Era o início das Olimpíadas de Barcelona e, segundo Oliveira (2015), o fim das crises acumuladas pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) que até então perdia sua credibilidade a ponto de sinalizar sua extinção, devido às dívidas acumuladas e à sequência de fracassos em edições anteriores, como o ataque terrorista em Munique (1972) e os boicotes das 26 nações africanas em Montreal (1976), e dos 60 países em Moscou (1980).

Este cenário de crise no âmbito esportivo coincide com a disseminação dos ideais neoliberais, promovido inicialmente pelos Estados Unidos e a Inglaterra. A vigência de um discurso de liberdade econômica possibilitou ao COI vislumbrar um novo caminho, baseado na comoditização dos Jogos Olímpicos, a comercializar “valores não comerciais” (OLIVEIRA, 2015, p. 60), sendo este o de maior interesse de seus parceiros.

Essa possibilidade se materializou com a nova presidência do COI, assumida em 1980, por Juan Antonio Samarach, cuja preocupação era “recuperar a unidade do Movimento Olímpico que se encontrava em crise, assumir o controle da agenda olímpica com um trabalho diplomático e estabelecer uma independência financeira por meio de uma estratégia de marketing global” (OLIVEIRA, 2015, p. 64). Assim, sob orientação, propôs o aumento de receitas através da transmissão televisiva e patrocínios.

Tais ambições marcam a chamada “virada olímpica”, protagonizada por um programa de marketing que *economicizou* o chamado “espírito olímpico” por meio de duas estratégias distintas, sendo, “de um lado, o controle centralizado da venda do direito de exclusividade para transmissão televisiva em cada território do mundo; e de outro, a venda do direito exclusivo, por categoria de produto, de associar uma determinada marca à Marca Olímpica” (OLIVEIRA, 2015, p. 61), marcando assim, segundo Oliveira (2015), no âmbito do movimento olímpico, a transição de uma fase profissionalizante, a partir de 1971 até 1984, de onde segue para uma outra espetacularizada.

Mesmo diante deste projeto, as duas primeiras edições que seguiram nesta nova fase não alcançaram a escala “espetacular” prevista pelo COI, refletindo ainda sinais de conflitos políticos, como em Los Angeles (1984), com o boicote de 17 países do bloco socialista em retaliação aos jogos de Moscou, apesar do saldo de 225 milhões de dólares, o que lhe rendeu o título de “Olimpíadas Capitalistas”; ou a “timidez” de Seul (1988), que aproveitou grande parte da estrutura esportiva já existente, utilizada nos Jogos Asiáticos de 1986, apesar do sucesso de transmissão, sendo considerada, até aquele momento, a Olimpíada mais assistida.

Neste sentido, era inevitável certa expectativa para os Jogos Olímpicos de Verão de 1992, na cidade de Barcelona, eleita em 1986, após vencer Amsterdã, Belgrado, Birmingham, Brisbane e Paris.

A cidade catalã recebeu as 169 nações em clima de festa e mostrou para o mundo muito mais que a hospitalidade espanhola e as instalações esportivas de qualidade. O oportunismo da Olimpíada revelou um novo paradigma urbanístico aos 9.356 atletas, convidando a todos para uma experiência em escala macro, declarada ao final pelo Comitê Olímpico que aquela teria sido a melhor versão da idade moderna. Elogio que, desde então, começou a *colher frutos*, indicando um caminho sem volta.

O reconhecimento extrapolou o ambiente esportivo e passou a cultivar o prestígio de campos distintos, como por exemplo, o turismo, a economia, o empreendedorismo, o marketing e, principalmente, o planejamento urbano, que enxergou em Barcelona um *modus operandi* replicável, apelidado de “Modelo Barcelona”, sendo considerado – no âmbito do “fazer cidade” – uma “marca” catalã.

Segundo Josep Maria Montaner (2011), a ideia de Barcelona foi estabelecida por um projeto urbano ligado a um plano estratégico, cujas intenções foram estruturadas a partir da “ênfase no espaço público, complementado com a vontade de se abrir para o mar, e os mecanismos para conciliar a iniciativa privada com as instituições públicas” (ibidem, p. 13, traduzido). Projeto que se tornou “modelo” quando convertido em uma receita genérica, formada por três ingredientes: um plano estratégico, a possibilidade de exploração do território e a cooperação público-privada.

Segundo o “*Grupo de Investigación Arxiu Crític Model Barcelona*”¹², a ideia de “modelo” se realiza a partir de uma sequência histórica providencial de um povo que luta por uma identidade interrompida pela Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939), seguida pelo Franquismo (1939 – 1975), e restabelecida somente 1977, com a *Generalitat de Catalunya* (instituição que organiza politicamente o autogoverno da Comunidade Autônoma da Catalunha), um ano antes da Constituição 1978, definindo assim, o chamado “período de transição” (1973 – 1979)¹³.

Em Barcelona, essa transição foi marcada pelo término da gestão de 16 anos do prefeito Josep Maria de Porcioles (1957 a 1973), com a reaparição dos movimentos sociais urbanos que descortinaram as cumplicidades que atestaram as “aberraciones urbanísticas y negocios especulativos” (MONTANER et al., 2013, p. 16) associadas ao prefeito, em que pese a especulação e a exploração do território; a fragmentação do tecido urbano em geografias e realidades culturais distintas; a destruição do patrimônio arquitetônico; e a coalizão da gestão pública às elites industriais, imobiliárias, financeiras, de infraestrutura (como água e estradas) e religiosas, neste caso, a Opus Dei¹⁴.

No entanto, apesar do referido cenário, Barcelona ainda foi governada por quatro prefeitos-franquistas, sendo, Enrique Masó Vázquez (1973 a 1975); Joaquín Viola Sauret (1975 a 1976);

¹² O “*Grupo de Investigación Arxiu Crític Model Barcelona*” é formado por Josep Maria Montaner, Fernando Álvarez, Zaida Muxí, Roser Casanovas, Marc Andreu, Oriol Hostench, Aurora García García de León, Tania Magro, Davis de la Peña e Danielle Porretta.

¹³ Apesar das eleições de 1977 (a primeira desde a morte de Franco) ter elegido para presidente do governo espanhol o advogado Adolfo Suárez, da UCD (União de Centro Democrático), com 34,44% dos votos e 165 deputados, as regiões da Andaluzia, Astúrias, Catalunha e Comunidade Valenciana conseguiram garantir o segundo lugar ao PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), com 29,32% dos votos e 118 deputados, e, conseqüentemente, um ambiente político favorável à esquerda socialista e comunista em grandes cidades como Barcelona.

¹⁴ YNFANTE, Jesús. *Los negocios de Porcioles. Las Sagradas Familias de Barcelona*. Toulouse: Ediciones Monopolio, 1974. Segundo críticos, os efeitos socioterritoriais implantados neste período atribui a gestão de Josep Maria de Porcioles o marco inicial daquilo que viria a ser o “Modelo Barcelona”.

Jose María Socías Humbert (1976 a 1979)¹⁵; e Manuel Font i Altaba (de 06 de janeiro a 19 de abril de 1979).

Contudo, marca também o restabelecimento da cidadania democrática catalã, com a Constituição de 1978; a reforma do Estado autônomo a fim de sanar as crises fiscais e financeiras da década de 70; e as primeiras eleições democráticas para prefeito de Barcelona, em 1979, cuja vitória de Narcís Serra (1979 a 1982) do PSC/PSOE (Partido dos Socialistas da Catalunha/Partido Socialista Obrero Español), iniciou um processo que durou 32 anos, seguindo em paralelo aos mandatos de Jordi Pujol i Soley (1980 a 2004), da CDC (Convergència Democràtica da Catalunya), como presidente da *Generalitat de Catalunya*.

A reestruturação política da Espanha, da Catalunha e de Barcelona estabeleceu um campo propício para a “construção da cidade democrática” (MONTANER et al., 2013, p. 46), estruturada entre 1980 e 1986, e marcada por um passado especulativo do território, cujas críticas propuseram soluções que aportaram duas abordagens distintas, apesar dos escassos recursos econômicos da administração local.

A primeira delas, em escala pontual, propõe resgatar um sentimento de pertencimento da população, ativando praças, espaços públicos e “parques urbanos em grandes terrenos liberados pelo processo de desindustrialização da cidade” (MUXÍ, 2010, p. 113) como elemento de encontro e possibilidade de infraestrutura de lazer, melhorando o cotidiano dos bairros, daqueles que até então tinham sido esquecidos pelo passado franquista.

O referido projeto, iniciado 1981, está diretamente relacionado ao reaparecimento dos movimentos sociais urbanos, e foi divulgado através de um folheto – o *Full Municipal* – que estimulou a prefeitura a iniciar um processo de publicações das suas ações (utilizado futuramente na candidatura às Olimpíadas e seus desdobramentos). Mais do que uma intervenção física, a requalificação interna dos bairros estabeleceu novas centralidades representativas, reconhecendo interlocutores locais, assumindo um caráter participativo em toda cidade.

A segunda, em escala macro, propôs uma estratégia mais ambiciosa, inspirada no controverso “*Plan de la Ribera*”¹⁶ (figura 5), assinalando que a cidade necessitava resolver os seus problemas de circulação viária, a sua frente marítima, atualizar os equipamentos de esporte, e, principalmente, estabelecer uma relação com o capital privado, na intenção de solucionar o índice de desemprego que assolava toda a cidade.

Apesar de nunca ter sido implantado, o foco concentrado no antigo projeto denunciava a vocação e o potencial construtivo para a nova fase que se estabelecia, juntando a proposta de sede das Olimpíadas com uma requalificação de grande porte, respondendo assim, ao insistente argumento, levantado desde 1965 (figura 6), de que Barcelona é “uma cidade que não pode viver de costa para o mar” (BERRI, 2017, p. 11, traduzido).

¹⁵ O prefeito Jose María Socías Humbert – considerado por vários críticos o último prefeito-franquista – aprovou durante sua gestão o “*Catálogo arquitectónico, histórico-artístico de la ciudad de Barcelona*”, considerado o primeiro instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico. O referido documento foi revisado e ampliado em 1987, pelos jornalistas Jaume Fabre e Josep Maria Huertas, intitulado “*Catálogo de Patrimonio Arquitectónico de Barcelona*”, reforçando a tradição preservacionista, apesar de atingida com as intervenções da década de 90.

¹⁶ O chamado “*Plan de la Ribera*” foi idealizado em 1965, sob a gestão do prefeito Jose María Porcioles e propunha a valorização da orla marítima através de uma requalificação especulativa. O referido projeto foi interrompido devido à grande mobilização crítica advinda de diversos setores locais, inclusive do Colégio de Arquitetos da Catalunha, que chegou a propor um novo plano. No entanto, apesar do feito, o “*Plan de la Ribera*” serviu de inspiração para as intervenções de orla do projeto das Olimpíadas de 1992, com desdobramentos para o Fórum das Culturas em 2004.

Figura 5 - Implantação do “Plan de la Ribera”



Fonte: MUXÍ, Zaida, 2011, p. 82

Figura 6 - Material de divulgação.



Fonte: MUXÍ, Zaida, 2011, p. 81

É importante destacar que, do ponto de vista histórico, a frente marítima e o desenho urbano da cidade de Barcelona se misturam, com significativo destaque no processo de industrialização, enquanto relação produtiva.

Contudo, considerada obsoleta quando associada as novas relações econômicas e tensionada pela possibilidade de acomodar parte das estruturas dos Jogos Olímpicos, a frente marítima incorporou intervenções drásticas que, devido ao efeito degradado do aspecto arquitetônico e fragmentado do tecido urbano, foram pensadas (e executadas), enquanto experiências rentáveis, com espaços de lazer que tenderam à exploração do entorno, à especulação do solo e à comoditização da paisagem natural¹⁷ (figura 7).

Figura 7 - Frente marítima de Barcelona.



Fonte: BERRI, André Luis, 2017, p. 82 – 83.

Retomando a sua reestruturação sociopolítica, o ano de 1981 foi marcado também pela candidatura de Barcelona para sediar os XXV Jogos Olímpicos de 1992, organizada desde 1982, na gestão do novo prefeito de Barcelona, Pasqual Maragall (de 1982 a 1997). Mantendo a sequência esquerdista, Maragall assumiu a prefeitura de Barcelona com um projeto de governo que aderiu a proposta democrática, descentralizada e cidadã de pequenas intervenções urbanas (devido a recursos escassos), enquanto prospectava sediar as Olimpíadas em 1992.

O desafio instalado era de convencer, dentro de todo este cenário político-econômico, agentes dos setores público e privado, instituições, representatividades locais e, principalmente, a população de Barcelona. Assim, na intenção de convencer a todos a “abraçar” a ideia, inicia-se

¹⁷ As chamadas intervenções de borda, frente marítima ou *waterfront* tem sido insistentemente recorrente em várias cidades do mundo, devido a sua obsolescência associada ao seu potencial em responder uma demanda universal por espaços de lazer e pela capacidade de estimular a exploração do seu entorno, geralmente pelo setor privado.

um processo de mobilização generalizada através de um discurso que demonstrava a oportunidade do evento frente ao desenvolvimento que Barcelona poderia alcançar, porém, era enfático – muitas vezes de forma sedutora, ilusória e subjetiva - que somente seria possível se houvesse uma conscientização generalizada de todos.

O grande aliado desse desafio – principalmente no que diz respeito à população em geral – foram as publicações que a prefeitura passou a disponibilizar (figura 8), organizadas pelo arquiteto e urbanista Oriol Bohigas.

Publicadas, respectivamente em 1983 e 1985, “*Plans i Projectes per a Barcelona 1981-1982*” e “*Reconstrucció de Barcelona*”, apresentavam argumentos teórico-práticos consistentes, sendo o primeiro, assentado na ideia de que era preciso uma intervenção severa junto à paisagem da cidade, enquanto o segundo, sob certo discurso subjetivo, indicava uma rota que convergia para a oportunidade de sediar os jogos olímpicos, sempre com a mesma urgência apontada na primeira publicação.

Maragall, na mesma linha, em 1986, publicou “*Referent Barcelona: una reflexió en veu alta sobre els grans reptes plantejats a la ciutat per tal de dinamitzar el seu paper català, espanyol i internacional*”, onde enfatiza a capacidade das questões urbanas em ativar o lugar político de Barcelona, bem como a postura cívica dos barceloneses.

Figura 8 - Publicações associadas ao processo de divulgação e convencimento do projeto olímpico.



Fonte: MONTANER, Josep Maria et al., 2013.

Se por um lado havia uma força local de convencimento para a realização dos jogos olímpicos, cujo trabalho era árduo, devido à necessidade de agrupar a todos em um sentimento de pertencimento, por outro, no âmbito político-econômico, estava vigente o “Pacto de Moncloa” (1977) que, enquanto essência, propunha uma reestruturação econômica para combater os efeitos da crise franquista e para acomodar uma elite industrial que se consolidou no “período de transição”, e, concomitantemente, “um acordo entre partidos, pressupondo a revisão doutrinária e as restrições das reivindicações e manifestações sindicais, em troca de reformas políticas” (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 95).

A resistência dos partidos de esquerda foi latente quando o referido “pacto” foi proposto, associada à exploração do trabalho advinda das empresas estrangeiras. No entanto, segundo Lima Júnior (2000, p.96), “a partir dos anos 80, tornaram-se receptivos à presença delas”, contribuindo para o desenvolvimento econômico, de caráter ideológico menos populista.

Durante os anos 70, a esquerda espanhola abandonou seu histórico isolamento e propostas anti-capitalistas para abraçar visões pró-europeias (*européismo*), mudança que ajudou a pavimentar o caminho para a chegada de maciço investimento estrangeiro a partir de 1985. Em evidente ruptura com a mentalidade dos anos 60, 70, que a pequena dimensão do mercado espanhol requeria integração com a Europa, demandava maiores esforços para expandir as exportações e aumentar a competitividade industrial e, ainda, a rejeição do modelo de substituição de importações. Os sindicatos comportaram-se como agentes moderados e relativamente construtivos durante o final dos anos 70 e nos anos 80. Recusaram os extremos do populismo e, diante do desemprego em massa, aceitaram aumentos salariais abaixo da inflação (Guillén, 2000 apud LIMA JÚNIOR, 2000, p. 96, traduzido).

Tais possibilidades acomodaram perfeitamente a realidade de Barcelona, principalmente em 1986, quando oficialmente foi anunciada pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) que seria sede dos Jogos Olímpicos de 1992, inaugurando assim uma nova fase: a construção do “Modelo Barcelona”.

No ano seguinte, a circulação das ideias americanas, no âmbito do “fazer cidades”, chegou à Espanha com as notícias do Plano de São Francisco de 1983. Segundo Lima Júnior (2000), o referido contato se deu através da “Andersen Consulting” (atual Accenture), executora do plano americano, que trouxe para terras espanholas o planejamento estratégico enquanto método e gestão aplicada, cujos resultados convenceram Maragall a adotá-lo em condições bastante favoráveis, afinal, enquanto os americanos batalharam para captar recursos, conforme sugestão da *política-crise* de Ronald Regan, Barcelona recebeu o incentivo e grande aporte de recurso do governo da Espanha e da Comunidade Econômica Europeia, permitindo que Maragall desse sequência aos propósitos, estabelecidos ainda no início do seu governo.

Ainda em 1987, em constante embate político com o governo da Espanha, a *Generalitat de Catalunya*, por meio de seu Parlamento, dissolve a *Corporação Metropolitana de Barcelona*, sinalizando assim, a autonomia necessária para a realização de um novo modelo de desenvolvimento territorial, urbano e político. Movimento análogo ao rompimento de Margaret Thatcher junto ao *Greater London County Council* (GLC), em 1986, a fim de proporcionar a emancipação da cidade de Londres diante do cenário neoliberal que se instaurava.

Apesar de aparente desestruturação política da Espanha, este contexto se mostrava favorável à cidade de Barcelona, pois, a incompatibilidade que culminou na emancipação política e territorial teve efeito positivo na “caracterização de uma identidade multicultural para a Espanha, no fortalecimento da nacionalidade catalã e, sobretudo, para a elite barcelonesa, no desenvolvimento econômico local, na afirmação da capacidade de realização e na projeção internacional da cidade” (LIMA JÚNIOR, 2000, p. 107).

Assim, diante do processo de democratização pós-franquismo; o restabelecimento de uma frente populista, ativa (principalmente no âmbito social-urbano); a crise econômica herdada dos processos corruptivos da década de 70; a necessidade de um novo rumo às questões urbanas devido às Olimpíadas; a disseminação do *modus operandi* neoliberal, advindo da Inglaterra; a possibilidade de romper as fronteiras da Catalunha, estabelecendo uma relação direta com toda a Europa (sem o intermédio de Madri); o “Pacto de Moncloa”; a crise e a expectativa do Comitê Olímpico Internacional, e seu projeto *comoditizador* e espetacular desde 1984; e o contato com as “boas práticas” americanas, estabeleceram um cenário de fatores independentes que propiciaram condições político-econômicas para os novos rumos visionados por Maragall.

Neste contexto, em 1990, é formalizado o “*Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*”, depois de quase dois anos sendo elaborado (quadro 4).

Quadro 4 - Cronograma de elaboração do “Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000”.

Cronograma Geral de Elaboração / Plano Estratégico de Barcelona	
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração
<p>20 de abril de 1988 Apresentação da Proposta de Elaboração do Plano Estratégico de Barcelona às instituições e agentes econômicos públicos e privados.</p>	<p>abril a junho de 1988 Organização do Plano</p>
<p>25 de maio de 1988 Constituição do Comitê Executivo, sob a presidência de Francesc Raventós. Apresentação do plano às respectivas instituições: Prefeitura de Barcelona; Câmara de Comércio, Indústria e Navegação de Barcelona; “Cercle d’Economia” (associação cívica que discute de forma independente o progresso político, social e econômico); Sindicato dos Trabalhadores; Consórcio Zona Franca, “Fira de Barcelona” (responsáveis por feiras e eventos); “Foment del Treball Nacional” (organização privada que defende os interesses de empresários e da indústria); Porto Autônomo de Barcelona; Sindicato Geral dos Trabalhadores e a Universidade de Barcelona.</p>	
<p>21 de junho de 1988 Conferência Técnica Internacional. O objetivo era apresentar as experiências de cooperação entre agentes econômicos e sociais (públicos e privados), no âmbito do planejamento estratégico, considerando escalas distintas. Foram apresentados os exemplos de Birmingham (Inglaterra), Munique (Alemanha), Milão (Itália), São Francisco (Estados Unidos), Roterdã e Amsterdã (Holanda).</p>	
<p>02 de novembro de 1988 Constituição do Conselho Geral do Plano do Plano Estratégico, sob a presidência de Pasqual Maragall. Formalização do compromisso das instituições junto ao plano.</p>	<p>julho a dezembro de 1988 Diagnóstico da Cidade</p>
<p>06 de fevereiro de 1989 Aprovação do diagnóstico da cidade, do objetivo geral do plano e a constituição das comissões técnicas: 1) Redução dos desequilíbrios sociais; 2) Formação e recursos humanos; 3) Serviços avançados à empresa; 4) Fatores de atração cultural, comercial e turística; 5) Promoção industrial; 6) Infraestruturas e serviços públicos.</p>	<p>janeiro a julho de 1989 Constituição das Comissões Técnicas</p>
<p>03 de julho de 1989 Apresentação dos trabalhos das comissões técnicas e definição das linhas estratégicas do plano.</p>	
<p>29 a 30 de novembro de 1989 Conferência Técnica Internacional. A caminho da fase final de elaboração do plano, propõe-se prospectar os cenários futuros para a cidade de Barcelona, considerando o contexto atual nos aspectos políticos, econômicos, sociais e urbanos a fim de alcançar uma perspectiva de sociedade para os anos 2000.</p>	<p>setembro a novembro de 1989 Análise dos Trabalhos das Comissões Técnicas</p>
<p>12 de dezembro de 1989 Apresentação e aprovação das propostas do Plano Estratégico de Barcelona.</p>	<p>dezembro a fevereiro 1989/90 Elaboração do Plano</p>
<p>14/15 de dezembro de 1989 Conferência sobre “O reequilíbrio social da Região Metropolitana”, realizada em Santa Coloma, município limítrofe a Barcelona, a fim de retomar a discussão da região metropolitana, com a participação da delegação da prefeitura e da <i>Generalitat de Catalunya</i>.</p>	
<p>20 de dezembro de 1989 a 20 de janeiro de 1990 Exposição “Barcelona, o Cenário de Futuro”. Dividida em duas partes: a primeira informava a população a respeito do plano e colhia informações sobre Barcelona, a segunda, recebeu contribuições de 72 instituições e empresas a respeito de seus cenários futuros, ampliando assim, os três principais eixos do plano: pessoas, empresas e infraestrutura.</p>	

Fonte: elaboração própria a partir do referido plano estratégico.

Apesar do aporte Olímpico, onde o curto prazo justificou a “criação de empresas mistas, público-privadas” (MUXÍ, 2010, p. 119) a fim de desburocratizar processos administrativos internos (o que torna questionável enquanto processo democrático), o referido plano prospectou mais oito anos, enquanto projeto de cidade, propondo alcançar, enquanto compromisso, os anos 2000. Contudo, a dilatação do plano para um cenário pós-olimpíadas não se preocupou em assumir um novo rumo, menos acelerado frente ao adotado devido à urgência do evento, mantendo assim os acordos estratégicos entre o setor público e as empresas privadas.

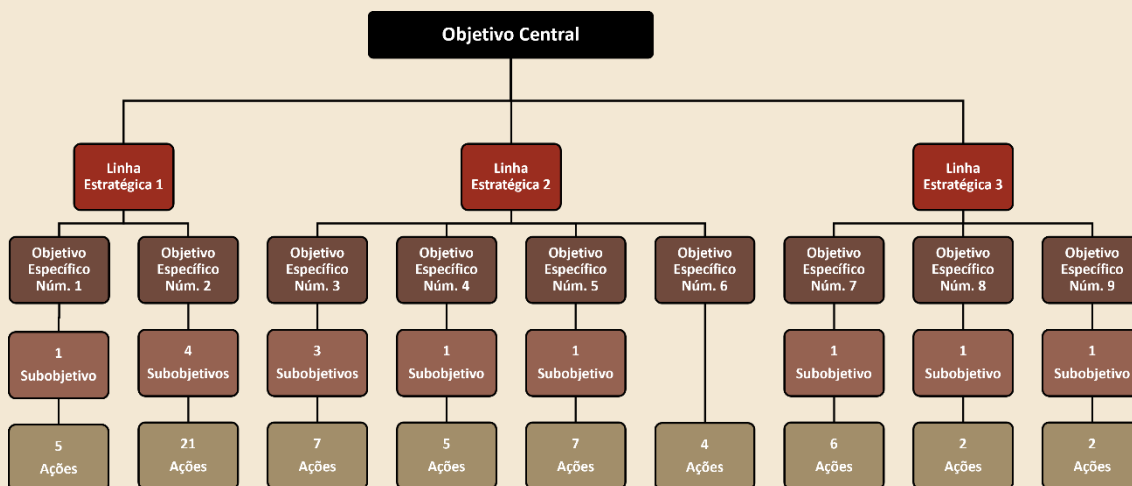
No discurso inicial de lançamento do plano, Maragall (Presidente do Comitê Geral do Plano Estratégico) anuncia um momento oportuno para vislumbrar novos rumos para a cidade de Barcelona. As crises acumuladas somadas às novas questões econômicas, sociais e urbanas que o mundo apresenta, demarcaram o caminho escolhido para este instrumento que propõe uma intervenção urbana em escala macro, a fim de atingir qualitativamente toda Barcelona e consolidar a ideia de “metrópole europeia e mediterrânea”. Na mesma linha, porém de caráter mais técnico, Francesc Raventós (Presidente do Comitê Executivo do Plano Estratégico) reforça a ideia de instrumento urbano e enfatiza a cooperação com diversas instituições para que o plano se realize a partir de “decisões atuais com base nas consequências futuras”, sinalizando o funcionamento do setor público com o privado, bem como o compromisso da prefeitura, dos sindicatos, das empresas e das instituições de viabilidade econômica para que, através de um esforço conjunto, possam pôr em prática aquilo que o plano se propõe.

A participação popular aparece no discurso de Maragall, como parte fundamental de uma resposta coletiva, no entanto, a condição “executiva” de Raventós enfatiza a urgência e posiciona a população na condição de beneficiária do referido plano que, após cumprida etapa documental de elaboração, entra imediatamente em fase de implementação, comprometido, enquanto objetivo central, de

consolidar Barcelona como uma metrópole europeia empreendedora, com impacto na macrorregião em que está localizada, com uma qualidade de vida moderna, socialmente equilibrada e fortemente enraizada na cultura mediterrânea (*Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*, 1990, p. 48, traduzido).

Deste, se desdobraram 3 (três) *linhas estratégicas*, associadas a 9 (nove) *objetivos específicos*, 13 (treze) *subobjetivos* e 59 (cinquenta e nove) *ações* (figura 9).

Figura 9 - Organograma do “Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000”.



Fonte: “Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000”. Adaptado do original.

Segundo o plano, as linhas estratégicas apresentam intenções distintas, sendo a primeira, de âmbito político-econômico, a configurar Barcelona como um centro metropolitano da sua macrorregião, a integrar-se a Toulouse, Montpellier, Zaragoza, Valência e Palma de Mallorca, bem como, ampliar a sua rede de relações com as cidades da Europa. A partir de 2 objetivos específicos, 5 subobjetivos e 23 ações, a referida linha pretende implantar um projeto de infraestrutura física e comunicacional que facilite a circulação tanto de pessoas como de bens e serviços, com base em uma política de cooperação intermunicipal, estruturada a partir da modernização dos setores produtivos, da flexibilidade diante das novas relações de trabalho e da qualidade de vida da população.

A segunda linha estratégica estabelece um compromisso socioeconômico, considerando a educação, a formação e a capacitação como peças fundamentais do processo de equilíbrio social e, conseqüentemente, para o crescimento econômico. Assim, o progresso social não deve ser considerado uma causalidade, mas protagonista junto às principais vertentes do plano, associado a 4 objetivos específicos, 5 subobjetivos e 23 ações, com foco no transporte público e na circulação privada; na capacitação e formação frente às novas tecnologias; na habitação social; e no compromisso em dispor ações e equipamentos culturais, cujo propósito é ir além da qualidade de vida, buscando, acima de tudo, o desenvolvimento da população, vislumbrando a condição de “metrópole europeia”.

A interligação das duas primeiras linhas, pelo viés econômico, constitui a terceira, a fim de garantir à Barcelona o título de “metrópole empreendedora”. Com 3 objetivos específicos, 3 subobjetivos e 10 ações, o plano propõe criar condições avançadas para as empresas, garantindo o dinamismo do tecido industrial, associado à dinâmica global. Para tanto, a referida linha sugere alguns desdobramentos que atentam para as infraestruturas empresariais, como espaços para realização de feiras, congressos e convenções, criando redes com mercados estrangeiros e centros de negócios, com foco no desenvolvimento do setor. Propõe, também, investir em inovação tecnológica através de capacitação/formação e pesquisa em parceria com centros de difusão e universidades e, por fim, agrupar o potencial empresarial às inovações tecnológicas, propondo serviços que correspondam à condição da cidade de Barcelona associados ao objetivo central do plano.

As linhas estratégicas foram definidas a partir dos trabalhos das equipes de diagnóstico em parceria com as comissões técnicas estabelecendo um cenário prospectivo macro com foco na condição de Barcelona frente ao “Ato Único Europeu”, que instituiu a “União Europeia”, vigente desde 1986, e com agenda prevista até 1992, onde o plano estratégico chancela o propósito de assumir a posição central da macrorregião leste da Espanha e polo de referência do sudoeste da Europa através de uma política de cooperação e integração econômica, estimulando a competitividade e a circulação de pessoas, bens, serviços, capital e cultura.

Contudo, para alcançar este contexto macro era preciso reconhecer a condição em que Barcelona se encontrava, também identificada na etapa de diagnóstico, apontando assim, suas forças e oportunidades enquanto cidade de tradição e oferta cultural, sua habilidade manufatureira, seu mercado de trabalho amplo, diversificado e empreendedor, sua imagem internacional, sua concentração demográfica, bem como a sua posição geográfica frente à Espanha e também à Europa, cumprindo um papel crucial junto à rede de cidades da União Europeia.

Era preciso combater suas fraquezas e ameaças identificadas por bolsões de pobreza; pela falta de infraestrutura, que dificulta instalar projetos em grande escala; de um polo industrial local forte, gerador de capital; de cobertura de serviços e seguridade social; de um setor industrial capaz de enfrentar os novos desafios contemporâneos; de desigualdades no acesso à educação; da falta de um projeto de competitividade; e de uma autonomia financeira.

A condição local de Barcelona, evidenciada a partir de uma matriz SWOT, denotou uma condição distinta e peculiar que, segundo as linhas estratégicas do plano, seriam resolvidas através de uma estratégia global, articulada entre a economia, a tecnologia, a sociedade e o espaço. Condição primordial para o crescimento tanto da cidade como de sua macrorregião, capazes de responder a cenários futuros, prospectados no diagnóstico do plano.

Os cenários do futuro mostram: a) uma internacionalização e interconexão progressivas das economias europeias; b) continuação do crescimento, embora a taxas ligeiramente inferiores às dos últimos anos; c) uma nova configuração social, política e econômica da Europa Central e Oriental; d) uma tendência à expansão das áreas urbanas na prestação de serviços de todos os tipos para o desenvolvimento da vida social e econômica dos países; e) maior destaque das fórmulas de cooperação entre as entidades públicas e privadas nas formas de intervenção econômica; f) desenvolvimento e expansão das regiões que naturalmente se moldam no espaço europeu; g) uma população europeia envelhecida (com maior incidência no norte); h) dependência energética continuada; i) rápidas mudanças setoriais; j) importância progressiva dos sistemas científicos e tecnológicos; k) importância progressiva das tecnologias da informação; l) educação e treinamento como elementos-chave do equilíbrio social; m) o meio ambiente e a qualidade de vida são elementos-chave na vida das pessoas (*Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*, 1990, p. 44, traduzido).

Neste contexto, ao mesmo tempo em que a economia assume o papel protagonista, o desenvolvimento social se destaca enquanto processo que depende de condições de formação e capacitação, sem um compromisso direto, revelando ações macroestruturais, principalmente no âmbito econômico e urbano, onde o benefício da população se realiza por oportunidade do efeito gerador, mantendo o fluxo do desenvolvimento econômico, enquanto a população assume o seu papel autogestor, condição indispensável para os ideais neoliberais.

Ademais, o compromisso do plano estratégico, assumido entre 1990 e 2000, tornou o instrumento dividido pelos Jogos Olímpicos em duas fases distintas. A fase inicial (pré-olímpica) é caracterizada por uma aceleração necessária, pois, conforme o cronograma de elaboração – encerrado em janeiro de 1990 – restaram meses para que fossem implantados os compromissos assumidos, facilitados por processos de desburocratização e cooperação público-privada, a ditar o ritmo que se manteve também na segunda fase (pós-olímpica).

A coincidência do plano estratégico às Olimpíadas apontavam para um estado de urgência, concentrando esforços em resolver 4 áreas distintas das 12 que inspiraram o plano (sugeridas pelos movimentos sociais da década de 80), propostas enquanto “áreas de nova centralidade”, cuja morfologia valorizavam os “nós” ou “pontos nodais” – conforme Kevin Lynch (2011 [1997]) – de cruzamento de vias onde desaparecem infraestruturas devido às áreas limítrofes entre bairros.

Cada uma das quatro áreas possui uma especificidade conveniente aos Jogos Olímpicos e, juntas, formam um polígono sobre a malha urbana de Barcelona (figura 10), sendo, o complexo de Montjuïc, com parques e equipamentos para lazer, esporte e cultura; interligado à Vila Olímpica, construída a partir de um bairro residencial com significativo padrão de serviços e espaços públicos; a região de Vall d’Hebron, devido seus equipamentos esportivos e habitacionais; e parte da área esportiva e de serviços da via Diagonal, fechando assim o polígono urbano emergencial da fase olímpica do plano.

Figura 10 - Polígono emergencial das Olimpíadas de 1992.



Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

Segundo Zaída Muxí (2010), o ritmo acelerado proporcionou intervenções, principalmente de infraestrutura, que jamais seriam realizadas em condições corriqueiras, além de equipamentos esportivos no espaço público, estimulando o chamado “espírito olímpico” e, sobretudo, as chamadas “rondas” que estabeleceram anéis viários para melhor circulação e escoamento do transporte e produção. No entanto, essa mesma velocidade atropelou processos, privatizou espaços públicos (figura 11), estimulou a especulação (figura 12), destruiu o patrimônio e, principalmente, formalizou a filiação definitiva da relação público-privada, “que obedecem aos fluxos de capital financeiro da cidade global” (MUXÍ, 2010, p.121).

Figura 11 - Vila Olímpica: privatização do espaço com elementos bloqueadores de circulação.



Fonte: MUXÍ, Zaida, 2010, p. 120.

Figura 12 - Divulgação dos benefícios fiscais para aquisição de moradia nas vilas olímpicas de Poblenu e Vall d'Hebron.

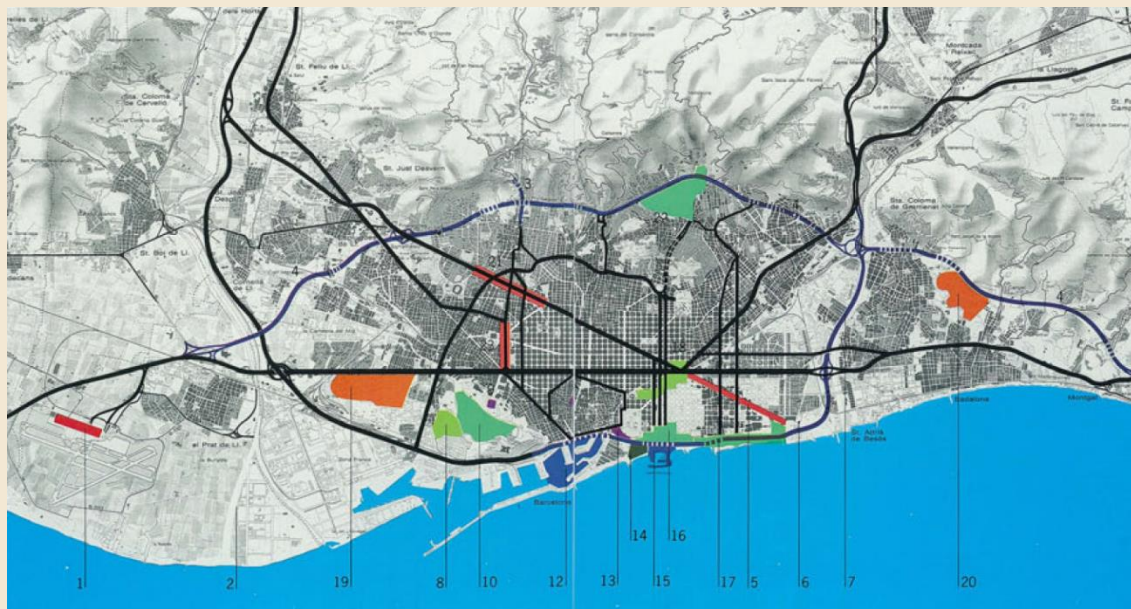
Jornal La Vanguardia: 19 de janeiro de 1992 (domingo).
Fonte: MUXÍ, Zaida, 2011, p. 94

Jornal La Vanguardia: 24 de maio de 1992 (domingo).
Fonte: MUXÍ, Zaida, 2011, p. 94

Apesar de tais efeitos e de uma certa desaceleração dos projetos do plano estratégico, o contexto pós-olimpíada manteve o instrumento enquanto *modus operandi*, sob o argumento dos compromissos já assumidos (figura 13) e da sua capacidade de renovação urbana, principalmente, devido à flexibilidade, à autonomia de gestão, ao trabalho prospectivo e às possibilidades de mudar os rumos a partir de realidades que extrapolam o presente a fim de visionar a qualidade de vida no futuro, naquele momento ancorado no oportunismo atrelado ao sucesso dos Jogos Olímpicos.

Após as Olimpíadas, segundo Zaida Muxí (2013, p.113), Barcelona se encontra em um período de “sonrisas y lágrimas”. Uma fase contraditória, sendo de um lado, marcada pelo êxito e prestígio dos Jogos Olímpicos, reconhecido em diversas instâncias, cujo capital simbólico oportunizou iniciar uma “catequese missionária do modelo”, enquanto experiência urbana exitosa, frente às crises que a maioria das grandes cidades no mundo estavam passando. No entanto, do seu lado avesso, significou “el final de la luna de miel entre la administración pública y la ciudadanía” (MUXÍ, *ibidem*), onde os efeitos perversos do sucesso assumiram o seu papel protagonista, desfocando o processo de gestão democrática pós-franquista, instalando o que Jordi Borja (2010) chamou de “sombras del urbanismo de Barcelona”.

O sucesso das Olimpíadas proporcionou ao plano estratégico ainda vigente uma espécie de conclusão parcial que estimulou um projeto de disseminação, já apelidada de “Modelo Barcelona”, afinal, mesmo na condição de “parte de um todo”, a receita parecia consolidada e exportar, ou melhor, vender a ideia foi uma saída estimulada pelo reconhecimento da experiência frente à oportunidade de renovação urbana das cidades no mundo que acumulavam processos obsoletos e crises insolucionáveis.

Figura 13 - Barcelona após 1992 ¹⁸.

Fonte: “Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000”, p. 36-37.

Segundo Sánchez (2003), o título de “cidade-modelo” está diretamente atrelado à legitimidade de uma experiência que conseguiu encontrar um “esquema de funcionamento” (ibidem, p. 295) associado ao reconhecimento que, no caso de Barcelona, teve início *no apagar das luzes* dos Jogos Olímpicos de 1992 e seguiu nos discursos dos governos locais, dos organismos internacionais, das agências multilaterais, das entidades de classe e todo tipo de mídia, bem como, a divulgação em eventos e prêmios (quadro 5) que chancelaram o capital simbólico de uma prática. Assim, enquanto estratégia, diante da admiração, Barcelona investiu na possibilidade oportunista de replicação do referido “modelo”.

A relevância de uma prática, segundo Sánchez (2003), depende das variáveis “tempo e estratégia” que, no caso de Barcelona, foram comprimidas devido à visibilidade dos Jogos Olímpicos, posicionando-a rapidamente em lugar de destaque na escala local, regional, europeia e mundial, convertendo-a em uma imagem-força, enquanto condição de um “modelo” realizável; comprovando o “quanto as representações do espaço têm a capacidade efetiva de influenciar as práticas espaciais” (SÁNCHEZ, 2003, p. 297).

A palavra “modelo”, em sua mais corrente acepção, sugere a sua reproduzibilidade: objeto digno de ser reproduzido por imitação. Ora, efetivamente, essa acepção, quando associada às cidades, está submetida à lógica das *best practises* que, em muitos casos, passam a integrar os documentos oficiais das agências multilaterais de desenvolvimento, indicando procedimentos, maneiras de ser, lições, e até mesmo “decálogos” que incitam a repetição por parte dos governos locais (SÁNCHEZ, 2003, p. 299 – 300).

¹⁸ Conforme os projetos em andamento e os planejados. 1) ampliação do edifício central do aeroporto; 2) desvio do rio Llobregat; 3) túnel de Vallvidrera; 4) cinto de Ronda (segundo cinto); 5) abertura da Diagonal; 6) supressão da linha férrea; 7) cinto do litoral; 8) “Parc del Migdia”; 9) Museu de Arte da Catalunha; 10) anel olímpico: Estádio Olímpico, Palácio de Esporte, Clube Esportivo INEF, urbanização da área olímpica; 11) Casa de Caridade; 12) “Port Vell” (Porto Velho); 13) remodelação da estação da França; 14) “Parc del Mar” (Parque do Mar); 15) marina; 16) Vila Olímpica: moradias, infraestruturas, escritórios, “Palau de Congressos” (Palácio de Congressos); 17) pista de atletismo, “Pavelló Villa Olímpica” (Pavilhão Vila Olímpica); 18) parque, auditório, Teatro Nacional; 19) poligonal Padrosa; 20) poligonal Batlloria-Montigalà; 21) área de negócio na Diagonal; 22) área de Vall d’Hebron; 23) remodelação da rua Tarragona; Hotéis: 5.300 lugares.

Quadro 5 – Prêmios e distinções concedidos à Barcelona.

Ano	Local	Prêmios ou Distinções
1986	Lausanne Suíça	O Comitê Olímpico Internacional nomina a cidade de Barcelona para a celebração dos Jogos Olímpicos de 1992, pois, dentre as cidades candidatas, “reuniu as melhores condições para realização da olimpíada”.
1990	Harvard Estados Unidos	A <i>Graduate School of Design</i> , da Universidade de Harvard, concede, à Barcelona, o “Prêmio Príncipe de Gales” de desenho urbano, pelo “conjunto de espaços públicos urbanos criados entre 1981 e 1987.” A premiação coincidiu com uma exposição sobre os projetos realizados na cidade.
1991	Tarbes França	A Comunidade Europeia outorga, ao <i>Plan Estratégico Barcelona 2000</i> , o prêmio especial de planejamento, pelo “alto grau de cooperação público-privada e de consenso, pelo objetivo de internacionalização da cidade e por ser a primeira cidade europeia que desenvolveu um processo com essa metodologia, o que a transformou em Modelo para futuras ações em outras cidades”.
1993	Rio de Janeiro Brasil	A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro organiza o “Seminário de Estratégias Urbanas Rio-Barcelona”. O então prefeito, César Maia, referiu-se à experiência de Barcelona como um “modelo de transformação”. Esse seminário, somado à elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, constituem importantes marcos na enunciação de um novo discurso urbano e na defesa de uma nova agenda para a gestão local — depois amplamente difundidos na América Latina.
1995	Nova York Washington Estados Unidos	O Programa de Gestão Urbana, a Agência Habitat e o PNUD, da ONU, junto ao Banco Mundial, dão projeção internacional ao “modelo”, através da publicação <i>“Barcelona, um modelo de transformación urbana —1980-1995”</i> .
1996	Barcelona Espanha	A UIA (União Internacional dos Arquitetos) celebrou de 03 a 06 de julho o XIX Congresso Internacional de Arquitetos, intitulado <i>“Present and Futures. Architecture in Cities”</i> .
1997	Istambul Turquia	A Agência Habitat, das Nações Unidas, encomenda, à Jordi Borja e à Manuel Castells, especialmente para a conferência Habitat II, Istambul, um documento de análise e de propostas para as cidades, com uma série de recomendações, pautadas no “Modelo Barcelona”. Posteriormente, esse documento foi editado, e recebeu o nome de “Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información”.
1999	Londres Inglaterra	O governo britânico adota o Modelo Barcelona para a “regeneração” de dez cidades britânicas. Cada um dos governos locais “será encorajado para vender a sua cidade como lugar interessante, espelhando o sucesso da regeneração urbana catalã”.
1999	Cingapura Malásia	A <i>World Conference on Model Cities</i> destaca Barcelona como Cidade Modelo em projetos de renovação urbana e em políticas voltadas à sustentabilidade urbana.
1999	Londres Inglaterra	A rainha da Inglaterra e o RIBA – <i>Royal Institute of British Architects</i> — concedem o prêmio anual, <i>Royal Gold Medal</i> , à cidade de Barcelona, ao seu governo, aos seus cidadãos e aos profissionais de <i>design</i> , de arquitetura e urbanismo. Pela primeira vez o prêmio distingue uma cidade e não um arquiteto. Ao romper a tradição, a outorga foi justificada pela “recente transformação que a tornou modelo urbano e político” (Royal Gold Medal Press Release). Esse prêmio foi considerado o mais importante reconhecimento internacional obtido.

Fonte: Adaptado de SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. (p. 351-353).

Sua consagração difusa, somada às intenções do governo local, criou um campo de ação, intitulado por Sánchez (2003), de “geografia da difusão”, organizado por meio de agentes que são posicionados sob certas intenções e hierarquias, a operar o capital simbólico e a posição protagonista de Barcelona, através de uma cadeia de autoridades na escala municipal - por intermédio do gabinete de relações exteriores – na intenção de formar uma rede de organizações e entidades internacionais com poderes locais, como a Federação Mundial de

Cidades Unidas (FMCU), a União Internacional de Autoridades Locais (IULA), as *EUROCIUDADES*, o *Consejo de Municipios y Regiones de Europa* (CMRE) e a *RED C-6*, confirmando – a partir de Pierre Bourdieu - que a “circulação das ideias é lastreada por uma circulação de poder” (BOURDIEU, 1988, p. 75). Além disso, o capital simbólico foi reforçado com a participação e a divulgação em eventos e publicações diversas – advindas, geralmente, da prefeitura de Barcelona – mantendo o fluxo de circulação do “modelo”.

Este poder institucionalizado foi posto em funcionamento por uma série de ações e programas, advindos de determinados agentes, formados por organizações, empresas, consultorias, agências de desenvolvimento e assessorias técnicas, das quais destacam-se, respectivamente, a “*Fira de Barcelona*”, empresa mista que organiza eventos e feiras; a *TUBSA – Tecnologias Urbanas S.A.*, empresa mista de consultoria em desenvolvimento urbano; o *CIDEU (Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano)*¹⁹, consultoria que promove a cultura do planejamento estratégico urbano; e o *Consortio Turisme de Barcelona*, agência que desenvolve programas e projetos que promovam o turismo.

Na Europa, essa estratégia de difusão foi absorvida por alguns países, como Portugal, França e Itália, no entanto, foi na América Latina que o projeto obteve maior sucesso, atingindo a maioria dos grandes centros urbanos, como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Bogotá, Santiago, Valparaíso, Córdoba, Rosário, São Paulo e Santo André.

Os principais fatores que justificaram a predileção das cidades latino americanas advêm do reconhecimento dos gestores contratantes; da preferência de Barcelona – na condição de contratada – em estabelecer acordos de consultorias e assessorias no formato bilateral, ou seja, em condições de “cooperação descentralizada” (SÁNCHEZ, 2003, p. 318), realizados entre cidades, sem a participação do Estado; a familiaridade do tipo de serviço oferecido frente às crises econômicas e urbanas instauradas na América Latina, que, por associação ao “Modelo Barcelona”, eram capazes de propor diretrizes de ordem político-administrativa, urbana e socioeconômica que redirecionavam estruturas internas a fim de criar um campo de ação diante da condição global instaurada.

[sobre os serviços oferecidos] competitividade econômica, planejamento estratégico, política de apoio às empresas, criação de emprego, atração de investimentos e *city marketing*; coesão social por meio de programas de fortalecimento da identificação de cidadãos com o “projeto de cidade”, estímulo ao sentido de pertencimento, integração de minorias, bem-estar social; melhoria da qualidade de vida e meio ambiente urbano com vistas a construção da “cidade sustentável”; modernização da gestão, programas relativos a finanças e impostos, participação do cidadão, atendimento ao cidadão; melhoria da mobilidade e trânsito, gestão do trânsito, estacionamentos, transporte público; infraestrutura urbana e de telecomunicações (modernização de portos, aeroportos, “teleportos” e *business centers*), projetos e operações urbanísticas para reestruturação urbana; modernização e expansão do tecido urbano (SÁNCHEZ, 2003, p. 319, grifo da autora).

¹⁹ O *Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano* foi criado em 1993 sob o apoio da Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado. Segundo Sanches (2003), seus objetivos tangem atividades de assessoria técnica a fim de impulsionar e disseminar a cultura do planejamento estratégico, através de metodologias e trocas de experiências com foco no desenvolvimento urbano, a estimular a relação público-privada, a fomentar atividades de cooperação econômica e comercial entre cidades, e a definir infraestruturas de serviços de apoio. Atualmente, é formado por uma rede ibero-americanas composta por 152 parceiros de 21 países, sendo 124 cidades e 28 instituições colaboradoras, subdivididas em 6 grupos territoriais (Andino, Brasil, América-Central e Caribe, Cone Sul, Ibérico e México). Desde 2005, após redimensionado para se tornar um *Campus de Estratégias Urbanas*, tem se estruturado com base em três principais linhas: a “*rede de cidades e pessoas*”, para o compartilhamento de aprendizado, projetos e experiências; o “*campus de estrategistas urbanos*”, para o treinamento pessoal e construção do pensamento estratégico; e os “*workshops de práticas inovadoras*”, onde é oferecida assistência técnica colaborativa para o desenvolvimento de metodologias e projetos inovadores. Sua missão “é acompanhar governos locais para implementar a Ibero-cultura americana do planejamento estratégico urbano na concepção de projetos alinhados a uma estratégia para alcançar as cidades sustentáveis e inclusivas” (CIDEU, 2020). Fonte: <https://www.cideu.org/la-red/>. Acesso em 22 de julho de 2020.

Enquanto a América Latina recebia a caravana missionária barcelonesa, simultaneamente, Barcelona seguia o modelo de gestão público-privada, a investir em outras “novas centralidades”, porém, ampliando suas perspectivas. Em 1993, sob o apelo mundial da sustentabilidade, estimulado pela *Conferência Rio-92*, e na tentativa de assumir os compromissos da *Agenda 21*, foi criada a “*Barcelona Regional*”, uma empresa pública de planejamento estratégico, incumbida, naquela ocasião, de atuar no ramo metropolitano a fim de alcançar os objetivos macrorregionais do plano estratégico, atingindo um território de aproximadamente 5 milhões de habitantes. Ademais, diante da notoriedade dos Jogos Olímpicos o plano estratégico foi revisado e, em 1994, foi aprovado o “*II Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*”, onde é possível identificar (em suas linhas estratégicas) relações formais com a Ibero-América; sua afirmação no ambiente econômico mundial; a preocupação com o projeto de conexão inter-regional; a atualização da competitividade, através de investimentos em ciência e tecnologia; e o desenvolvimento sustentável.

O referido plano seguiu vigente por cinco anos, até 1999, quando, na gestão do novo prefeito Joan Clos (1997 a 2006), foi aprovado o “*III Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona (en la perspectiva 1999 – 2005)*”, onde alguns compromissos da versão anterior foram aproveitados.

Ainda que sob apelo de um discurso sustentável, o novo plano manteve o impulso ambicioso do capital global e do neoliberalismo, propondo a continuidade de uma política de emprego associada ao aumento de atividade econômica; à ampliação de novos setores de atividades; à coesão social e à cultura participativa; a posição específica de Barcelona frente à Europa global, à Espanha e ao exterior, em particular com o mediterrâneo e a América Latina, como fator multiplicador de seu apelo interno e capacidade de promover o desenvolvimento solidário a Ibero-América. No âmbito urbano, destaca-se a expansão da frente marítima-leste – prospectada ainda no primeiro plano estratégico – com o “*Projeto 22@*” (figura 14), com a proposta “de um cenário urbano para atividades vinculadas à produção, ao conhecimento, às tecnologias da informação e comunicação” (MUXÍ, 2010, p. 134); e o projeto/evento intitulado “*Fórum das Culturas*” (figura 15), realizado em 2004, com a intenção de celebrar a cultura, a paz e a sustentabilidade. Evento marcado por um conjunto arquitetônico significativo, com destaque para o “*Edifício Fórum*” de Herzog & De Meuron, além da ampliação da rede de infraestrutura através de projetos sustentáveis e ecológicos.

Figura 14 - Estudos de implantação do Projeto 22@.



Fonte: <http://www.redbcm.com.br>
Acesso em 05 de julho de 2020.

Figura 15 - “Fórum das Culturas” de 2004: vista geral do projeto/evento.



Fonte: <https://geographyfieldwork.com/pdf/forum2004.pdf>
Acesso em 05 de julho de 2020.

Segundo o “*Grupo de Investigación Arxiu Crític Model Barcelona*”, após as Olimpíadas, a construção do “*Modelo Barcelona*” passou por três fases distintas, sendo, de 1993 a 1998 (“*la ciudad entre dos eventos*”), de 1999 a 2004 (“*el Fórum de las Culturas y la crisis del modelo*”), e de 2005 a 2013 (“*de ciudad-modelo a ciudad-marca*”).

Os referidos períodos são marcados pela sofisticação do “modelo”, iniciada no primeiro plano estratégico, com destaque para “el distanciamiento entre población y administración” (MUXÍ, 2013, p. 114), através de uma matriz urbana autoritária que foi sendo ajustada conforme os ideais neoliberais, sempre em busca de um protagonismo nas mais diversas escalas, aproveitando nichos de oportunidades econômicas.

Um caminho que, desde os primeiros sinais de rompimento com o seu projeto democrático tem acumulado críticas severas, como as de Horácio Capel (2005) em “*El modelo Barcelona: un examen crítico*”, cujo esforço permitiu ao professor e geógrafo apontar – sob certo apelo cronológico – as transformações de Barcelona no âmbito urbano, considerando aspectos e escalas que vão revelando uma cidade persuadida por um projeto ambicioso; bem como, as de Manuel Delgado (2010 [2007]) em “*La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del ‘Modelo Barcelona’*”, das quais o antropólogo adverte o tamanho fracasso do referido “modelo”, que se rendeu ao capitalismo internacional, transformando Barcelona “en un artículo de consumo con una sociedad humana dentro” (2010 [2007], p. 11).

Barcelona es también una modelo, o mejor una *top-model*, una mujer que ha sido entrenada para permanecer permanentemente atractiva y seductora, que se pasa el tiempo maquillándose y poniéndose guapa ante el espejo, para después exhibirse o ser exhibida en la pasarela de las ciudades-*fashion*, lo más *in* en materia urbana. Ésa es la Barcelona-éxito, la Barcelona-*fashion*, la Barcelona que está de moda – o más bien que es una moda -, como demuestra la fascinación que despierta en los turistas de todo el planeta que la visitan. (DELGADO, 2010 [2007], p. 13, grifo do autor).

No âmbito do planejamento urbano, Josep Maria Montaner revela que a construção do “modelo” implantou em Barcelona um tratamento, cujo processo evoluiu “de la acupuntura a la prótesis” (Montaner, 2011, p.22), sendo pontual tanto por falta quanto por excesso de recurso, respectivamente associado à fase democrática seguida da pré-olímpica. No entanto, o “modelo” se sofisticava e atinge o seu ápice com implantações artificiais, traduzidas por um urbanismo fragmentado de objetos isolados, onde “ahora cada pieza se autojustifica sin construir un proyecto urbano” (ibidem).

En definitiva, se comprueba cómo el “modelo Barcelona” ha ido evolucionando de la convicción de los conceptos urbanos a la paulatina fragmentación de la ciudad neoliberal. De un urbanismo claro y didáctico se ha pasado a uno críptico, para iniciados, impuesto por encima de necesidades y programas reales, sin un marco general que sirva de referencia para la ciudadanía; un urbanismo tecnocrático que, en el fragor de la competencia entre ciudades y de la pretendida urgencia de las grandes obras infraestructurales, ha olvidado los valores de su propia cultura y las aspiraciones de su propia ciudadanía (MONTANER, 2011, p.25).

Dessa trajetória é notório que o método aplicado nas olimpíadas, e difundido enquanto modelo, compreende um plano de ação imitado enquanto experiência estratégica, a partir dos serviços de assessoria e consultoria oferecidos a outras cidades, na expectativa do mesmo sucesso do contratado.

Deste ponto, Barcelona acumulou outras experiências, reinventadas dentro do seu próprio modelo, consolidando uma “marca” (enquanto aparência), ou melhor, uma representação simbólica de seu modelo aplicado, cuja potência de conversão (de “modelo” à “marca”), segundo o professor Daniele Porretta (2013, p. 203), foi aprovada em maio de 2010 pelo Plenário do Conselho Municipal de Barcelona, com o título “Barcelona/World”, a fim de promover e gerir a marca Barcelona, oficialmente registrada no Escritório Espanhol de Marcas e Patentes em julho de 2012.

Em síntese, da experiência de Barcelona o que se imita é a receita, na expectativa que os ingredientes proporcionem o prazer apreciado na vitrine.

Capítulo 03

Enquanto isso no Brasil...

- 3.1 O pioneirismo carioca: uma experiência missionária
- 3.2 *Rio Sempre Rio*: um plano para a cidade maravilhosa
- 3.3 Críticas e desdobramentos: as reverberações do plano carioca

resumo

Posto estrategicamente em circulação, mediante um prestígio convertido em capital simbólico, o “modelo Barcelona” anunciava uma ideia-antídoto, principalmente quando associado a países em vias de desenvolvimento, particularmente os da América Latina, diante da necessidade de relacionar a globalização, ao ajustes do neoliberalismo e as crises socioespaciais acumuladas. Neste sentido, a fim de manter o compromisso crítico, seguimos com a tríade analítica deste trabalho, porém, considerando – a partir de episódios históricos – o processo de implementação das ideias neoliberais junto ao contexto brasileiro, bem como, suas adaptações e seus riscos. Na sequência, baseado no pressuposto de uma estratégia missionária, retomamos as questões do “modelo Barcelona”, particularmente ligado a adesão dessa experiência pela cidade do Rio de Janeiro - através da campanha e do mandato do prefeito César Maia - que culminou no primeiro plano estratégico implantado no Brasil. Dessa experiência pioneira, pretendemos examinar seu modus operandi, bem como os agentes envolvidos que, aliado ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, investiram em um discurso progressista, associando o planejamento estratégico à certeza de alavancar o desenvolvimento socioeconômico do Rio de Janeiro e a vivacidade do carioca. Ainda neste capítulo, propomos analisar as avaliações e as críticas do plano “Rio Sempre Rio” a fim de, para além dos mecanismos acionados às suas intenções, revelar seus desdobramentos em projetos e planos subsequentes e, principalmente, às condições oportunistas, que o fizeram “receituário” de um modelo estratégico e gestor disseminado para todo o Brasil.

3. Enquanto isso no Brasil...

Os países incapazes de repetir a revolução do mundo contemporâneo e encontrar um nicho de mercado internacional terminarão no “pior mundo possível”. Não valerão ao menos o trabalho de serem explorados; tornar-se-ão irrelevantes e sem qualquer interesse para a economia global em movimento.

Fernando Henrique Cardoso

A produção do “formato-cidade”, advinda dos ideais neoliberais, foi inaugurada no Brasil pelas portas da Cidade Maravilhosa, “graças ao porte e visibilidade desta metrópole” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 139). Situação que se desdobra por uma trama de fatos intencionais e interrelacionados, advindos no âmbito político, pela campanha desenvolvimentista de César Maia para a prefeitura do Rio; pela crise econômica da chamada “década perdida”; pela disseminação do neoliberalismo na América Latina; pela visibilidade oportunizada pela “Rio-92”; e pelo sucesso inspirador das Olimpíadas de Barcelona que, tão logo, disseminou sua experiência – através de consultorias em planejamento estratégico – propositalmente para toda América Latina.

Na prática, este processo teve início em 1993, junto ao projeto político do primeiro mandato do prefeito César Maia (1993 – 1996), implementado logo após vencer as eleições municipais do Rio de Janeiro, concorrida com a deputada Benedita da Silva, cujas motivações estão associadas à circulação das ideias de um “novo” fazer urbano, relacionado ao planejamento estratégico, e viabilizado por um projeto político intencional, assessorado pela consultoria missionária de Jordi Borja que, naquela ocasião, era delegado de Relações Internacionais e Cooperação de Barcelona, bem como, diretor da empresa pública TUBSA – *Tecnologies Urbanas S.A.* – onde o contato prévio terminou por contratar a respectiva empresa barcelonesa para a implementação do “modelo” de gestão a realidade carioca, sob o advento sedutor apresentado ao mundo durante as Olimpíadas de 1992. Iniciativa pioneira que foi elaborada entre 1993 e 1995, sendo publicada em janeiro de 1996, através do *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”*, e implementado oportunamente sob as condições do projeto político do presidente Fernando Henrique Cardoso, instrumentalizado paulatinamente pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

[sobre o plano estratégico] Encontrava-se na cidade brasileira um campo mais ou menos preparado para a acolhida da ideia, não apenas pela anterior generalização do pensamento liberal no país – inclusive com tímidas experiências de reforma do Estado, realizadas à medida que se consolidavam as instituições democráticas -, mas também porque, ao menos desde 1992, pode-se dizer havia demanda explícita por sua aplicação (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 139).

No entanto, é importante destacar que todo o processo que envolve o “fazer cidade” no formato estratégico está ligado a um movimento de “ajuste neoliberal” (SOARES, 2002), a partir do final dos anos 70, marcado pelos efeitos da chamada *Terceira Revolução Industrial*, associados aos desequilíbrios da industrialização, bem como, da produção; aos avanços tecnológicos e as circunstâncias da globalização, que “diferenciam-se entre países pela inserção internacional de suas economias e pelos particulares desenvolvimentos históricos, que determinam respostas sociais e políticas específicas” (SOARES, 2002, p. 11).

Na *escala-mundo*, o respectivo ajuste responsabilizou a inoperância do Estado e, deste discurso, o reinventou economicista, e por consequência, desligado da sua função social, a fim de promover o funcionamento da autonomia e liberdade de mercado, comprometendo diretamente as políticas sociais, agravando assim, a desigualdade, o desemprego, a assistência trabalhista e, conseqüentemente, a pobreza.

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo – e do caráter das relações sociais – é também um *novo Estado*, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições da luta social (SOARES, 2002, p. 13).

Porém, apesar do efeito generalizado, o ajuste neoliberal produziu “soluções” distintas, baseadas na capacidade dos países frente às novas condições macroeconômicas que se estabeleciam. Neste sentido, a Inglaterra e os Estados Unidos – protagonistas na implementação do “modelo” – adotaram políticas de valorização internacional de suas moedas (libra e dólar), enquanto outros “países centrais” preferiram proteger suas economias, transferindo os efeitos de suas crises aos “países periféricos”, via dívida externa. Situações específicas que tiveram em comum a atuação reduzida do Estado, a fim de aumentar a arrecadação, diretamente associada ao aumento do desemprego, que, na maioria dos casos, foram sanados por políticas sociais emergenciais.

No entanto, na América Latina, as desigualdades ficaram ainda maiores, “que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma ‘nova’ pobreza” (ibidem, p. 12), ocasionada pelo Estado reformulado que, na tentativa de certos ajustes, mesmo retomando algumas de suas funções sociais, não conseguiu se realizar, reforçando ainda mais a precariedade social instaurada, substituindo claramente o direito à cidadania por “atestados de pobreza”¹.

Ademais, no caso da América Latina, o chamado “ajuste neoliberal”, foi marcado pela variável tempo, tendo início na década de 70 no Chile, como laboratório experimental dos *Chicago Boys*, diante da política econômica do general Augusto Pinochet; seguido pela grande maioria dos outros países na década de 80; e finalizado com o Brasil, no início dos anos 90. Tais inserções temporais foram acompanhadas por formatos distintos de ajuste, sendo que na década de 80 se apoiaram em cortes para sanar a dívida externa, enquanto na década de 90 o formato neoliberal se intensificou sob a ordem de importar para aumentar a competitividade, deixando a dívida externa para ser tratada através das privatizações; das complexas transações financeiras, ligadas a títulos públicos e privados; e por medidas econômicas “facilitadoras”, orquestradas pelos Estados Nacionais.

Segundo Soares (2002), as peculiaridades temporais e os ajustes neoliberais “doutrinários”, como no caso do Chile, frente a outros “pragmáticos”, como no México e no Brasil, estão associados à intensidade política do referido ajuste; à condição estrutural da economia; e às políticas públicas que, no caso do Chile, rompem com a condição anterior (protecionista); no Peru e na Bolívia, desaparece (deixando a população amparada por programas advindos de ONG’s); e no caso do Brasil que, além do desmonte, levou consigo políticas sociais já estruturadas, como por exemplo, o SUS (Sistema Único de Saúde). Tais especificidades foram suprimidas por uma “cartilha” genérica fundamentada na abertura de mercado, na redução do Estado e na estabilidade dos preços e de outras variáveis econômicas, baseadas em hipóteses que garantiam a competitividade, o equilíbrio e a inserção internacional no âmbito econômico.

No entanto, a incapacidade de completar o referido ajuste frente às políticas macroeconômicas, tiveram como solução o amparo das medidas do Consenso de Washington, sob regime de reforço político e, principalmente, monetário, advindos do Fundo Monetário Internacional (FMI)

¹ SOARES, Laura Tavares. “Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina”. Conferência realizada em 15 de outubro de 2014, em Foz do Iguaçu/Paraná, no Fórum Permanente para a Integração da América Latina e o Caribe do IMEA (Instituto Mercosul de Estudos Avançados) / UNILA (Univ. Federal da Integração Latino-Americana).

e do Banco Mundial, devido à forte presença da dívida externa (contraída em crises anteriores), cujas propostas de aproximação e equidade, foram, na verdade, estratégias que ratificaram a sua condição dependente e periférica, somada ao agravamento de uma crise social historicamente instaurada, afinal, é notório o “protagonismo da variável econômica em relação a variável política” (MARTINS, 2011, p.233), o que nos permite afirmar que o neoliberalismo conseguiu manter a posição de desigualdade da América Latina.

Ademais, a reestruturação produtiva dos países periféricos se estabeleceu em completa desvantagem e dependência diante dos países centrais que “reservaram para si os avanços científicos e tecnológicos, os núcleos de expansão e diversificação produtiva, os fluxos de comércio e de capitais” (SOARES, 2002, p.18).

A gravidade e o caráter dessas consequências na América Latina têm a ver também com a superposição dessas medidas sobre a herança estrutural extremamente heterogênea e desigual do ponto de vista social; dependente e periférica do ponto de vista econômico; e instável e autoritária do ponto de vista institucional (SOARES, 2002, p. 33 – 34).

Condição motivadora para o crítico literário e professor Roberto Schwarz afirmar que, em se tratando do processo de instalação do neoliberalismo no continente latino-americano as “*ideias estão fora do lugar*”, ensaio escrito em 1973 e publicado no Brasil em 1977.

Apesar das intenções distintas à realidade brasileira, o argumento de Schwarz se adequa por parentalidade à situação de toda América Latina, ampliando sua relevância, enquanto tentativa de desvendar – na ocasião da sua publicação – o desajuste, bem como, as consequências daquilo que ainda estava por vir.

Baseado no paradoxo do liberalismo, o autor insiste em afirmar que o neoliberalismo pertence à sua origem, ou seja, às nações que enxergaram neste pensamento sistêmico a possibilidade de reinventar sua economia diante da crise global que assolava o mundo, e que as forças impositivas de universalização demandam por adaptações práticas, cujas consequências, na América Latina, remetem à manutenção da crise, da desigualdade e da sua condição submissa, por incapacidade estrutural de manter o *modus operandi* proposto.

A análise crítica de Schwarz arrebatou outras perspectivas, como de Alfredo Bosi, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. No entanto, a mais relevante foi apresentada pela socióloga e professora Maria Sylvania Carvalho Franco que suprimiu, em uma pequena entrevista, o posicionamento “fora” do título original de Schwarz, afirmando que, na verdade, “*as ideias estão no lugar*” (1976).

O que afasta em Schwarz e aproxima em Carvalho Franco não demonstra uma perspectiva antagônica, mas uma adaptação interpretativa, cujos pontos de vista convergem para uma relação dependente, no primeiro, por inoperância estrutural, e no segundo caso, por insistência necessária da condição dualista e interdependente entre metrópole/colônia, ou melhor, centro/periferia, cujo estado de subordinação, impresso no termo dependência, acompanha os países latino americanos muito antes de se tornar uma teoria, sendo a economia uma variável insistente dessa relação, a ponto de ser considerada protagonista para fundamentar o “paradigma da dependência” (MARTINS, 2011, p. 229), formulado na segunda metade da década de 60, precisamente, entre 1964 a 1973, com base na crítica a CEPAL² que, desde a sua

² A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) compõe uma das cinco comissões econômicas regionais da ONU (Organização das Nações Unidas), sendo: a ECE (Comissão Econômica para Europa); a ESCAP (Comissão Econômica e Social para Ásia e o Pacífico); a ESCWA (Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental); e a CEA (Comissão Econômica para África). Atualmente é formada por 46 *Estados Membros* (33 países da América Latina e Caribe, somadas a nações asiáticas, europeias e norte-americanas) que, segundo a ONU, possuem “laços históricos, econômicos e culturais com a região” (<https://www.cepal.org/en/estados-miembros>, acesso em 31/08/2020). Seu principal objetivo é estimular a cooperação econômica entre seus membros.

criação, em 1948, sob base desenvolvimentista, sustentou a ideia de que os países latino americanos só alcançariam o desenvolvimento através de um processo de industrialização sob intervenção do Estado, vencendo, assim, os efeitos dos processos agrário-exportador que o antecedia.

Este desenvolvimento endógeno e gradativo, definido por etapas a serem vencidas, baseado na substituição de importações, estava assentado no “nacionalismo metodológico que vê a economia mundial como um agregado de economias nacionais independentes, que se relacionam entre si, principalmente por meio do comércio” (MARTINS, 2011, p. 229), cujo argumento reduzia a condição submissa da América latina a um processo quantitativo de crescimento que desconsiderava aspectos qualitativos e estruturais fundamentais para o entendimento da relação de forças entre “países centrais” e “países periféricos”. Situação que só reforçou a incapacidade de acompanhar o desenvolvimento de grupos dominantes e, conseqüentemente, de manter e aprofundar a condição dependente já estabelecida.

Dessa certeza, explícita na prática desde as primeiras fases da industrialização na América Latina (durante as décadas de 30 e 40) e da necessidade em buscar novos direcionamentos, de que a *Teoria da Dependência* surge com a intenção de propor uma análise ampliada dos processos de desenvolvimento dos países periféricos, considerando aspectos políticos, econômicos, históricos e sociais, para além de uma causalidade desenvolvimentista, revela-se que o sistema capitalista estava atrelado a processos econômicos interdependentes, deixando claro que o desenvolvimento de alguns países estava vinculado à expansão de outros.

Apesar do esforço em desvendar as relações interdependentes entre centro e periferia, e da afirmação de que a dependência e, conseqüentemente, o subdesenvolvimento periférico tratava de um capitalismo distinto, atrelado ao desenvolvimento na escala-mundo, a referida teoria se desdobrou em duas correntes distintas, sendo uma de ordem *weberiana*, concebida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, e outra, com base *marxista*, cujas ideias estavam ligadas ao pensamento de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo.

A versão *weberiana*, também chamada de “dependência negociada” privilegiou as relações econômicas, bem como, a sua dependência com o mercado externo, frente às de ordem política que, segundo Cardoso e Falleto (1984 [1970]) apesar de autônomas, eram limitadas por aparatos jurídicos que inviabilizavam sua capacidade deliberativa de atuação. Segundo Martins (2011), essa versão produziu um subcapitalismo controverso, a considerar processos distintos e estruturais, diante de um investimento interno ainda dependente dos países centrais, devido ao monopólio tecnológico que inviabilizava a autonomia do projeto de substituição de importações, mantendo as características antecedentes de dependência de países centrais, no entanto, supõe que, mesmo com a entrada do capital internacional, a produção interna seria capaz de produzir uma mais-valia relativa – associada à exploração e dominação do trabalhador – e, assim, impulsionar o progresso e, conseqüentemente, o desenvolvimento das economias periféricas.

Em oposição a este pensamento, a versão *marxista* rompia com o “nacionalismo metodológico”, acusando a teoria de Marx a respeito do capitalismo (fundada na competição e na acumulação de mais-valia), bem como, as suas conseqüências (superexploração do trabalho e a crescente crise social) responsáveis por inviabilizar a expansão do mercado interno, mantendo a condição inerte do desenvolvimento, concomitantemente atrelada a processos cíclicos de manutenção do subdesenvolvimento.

Baseado em uma visão sistêmica, o grupo vinculado a este argumento defendia a necessidade de desvincular o desenvolvimento da expansão de países centrais, pois, as relações econômicas

baseadas na “apropriação internacional dos excedentes dos países periféricos” (MARTINS, 2011, p. 237) somente produzia aquilo que o economista André Gunder Frank (1980) chamou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, afinal, o desenvolvimento quantitativo – proposto pela CEPAL – desconsiderava a relação estrutural associada à insistente atuação das elites nacionais dos países dependentes frente ao capital internacional, bem como, a sua capacidade de encarar os desafios externos dos quais eram subordinados. Assim, segundo a referida teoria, são essas combinações que estabelecem a condição submissa e dependente: advindas de interesses de grupos internos de países dependentes, condicionados por “necessidade” a outras nações que exercem algum tipo de dominação.

Processo cíclico garantido pelo dinamismo do desenvolvimento, cuja simultaneidade entre dominantes e dominados reforça a posição daqueles que, por complexos processos estruturais, são incapazes de acompanhar as nações que detêm certos monopólios produtores de maior contingente de mais-valia, também chamado de “superlucro, ou mais-valia extraordinária” (MARTINS, 2011, p. 240). Produto desse que, apesar de acessado pelas elites nacionais de países dependentes, não circula no âmbito nacional, mantido por ciclos internos de mais-valia, associado ao capital internacional e à exploração da mão-de-obra a fim de obtenção de lucro.

Dessa forma, cristaliza-se entre as classes dominantes dos países periféricos uma busca de superlucros que se realiza pela associação às bases tecnológicas, financeiras, comerciais e institucionais do capital internacional. Essa associação permite aos grupos que dela participam liderar o processo de acumulação a alcançar posições monopólicas em suas regiões ou Estados nacionais, sem qualquer proporção aos resultados que seriam alcançados com o uso de recursos internos. A consequência é uma gravitação da mais-valia extraordinária e dos superlucros no interior dos países dependentes que não encontra similaridade nos países centrais (MARTINS, 2011, p.240).

Apesar da crítica ao marxismo e da fácil filiação a sua oposição, baseada na autonomia e no socialismo, Martins (2011) reforça que o pensamento da versão marxista da dependência baseava-se em “tipos de desenvolvimento, com suas consequências e limites” (ibidem, p. 239).

No entanto, apesar do esforço em desvendar a condição dependente da América Latina, a referida teoria, bem como seus desdobramentos (*weberiano* e *marxista*), foi enfraquecida devido à desarticulação de seus idealizadores, desencadeados pelos efeitos das ditaduras militares nos países latino americanos; por situações de exílio; pela dificuldade de reinserção no campo dos movimentos sociais, da política e da academia, mesmo após a anistia e a redemocratização (1979); pela crítica consolidada à teoria da dependência; e pelo protagonismo do pensamento macroeconômico advindo dos ideais neoliberais na década de 80, a reforçar o antagonismo entre política e economia – revelado na versão *weberiana* da teoria da dependência – utilizado como base para o projeto político do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1995, desconectando o desenvolvimento econômico das políticas protecionistas, fomentando, assim, filiações ao Consenso de Washington, e formalizando a chamada universalização da dependência devido às inevitáveis relações entre Estados-nação e capital internacional, sendo que “a desnacionalização seria o preço a pagar pelo desenvolvimento” (MARTINS, 2011, p. 254).

Assim, apesar de um núcleo pensante a respeito da condição latino-americana frente à economia-mundo, a condição dependente manteve seu fluxo sem nunca ter sido interrompida. No entanto, sem a intenção de remexer os referidos processos históricos, a fim de manter o fluxo deste trabalho, o contexto neoliberal “redimensionou as relações de dependência, desestruturou as políticas de substituição das importações e criou novas formas de vinculação da região à economia mundial” (MARTINS, 2011, p. 313), podendo ser descrita em quatro fases distintas.

A primeira, iniciada nos anos 80, concentra-se no período de instabilidade econômica do governo de Jimmy Carter, durante a vigência do keynesianismo, somada à incapacidade de acompanhar os avanços de mercado e os preços de países como o Japão e a Alemanha. Na tentativa de dar novos rumos à economia americana, o conservador Ronald Reagan (1981 a 1989) implantou uma política de retração interna, atingindo principalmente o setor de bem-estar social, na tentativa de aumentar o acúmulo de capital. Paralelamente, o neoliberalismo se instaura em benefício de grupos econômicos e do mercado financeiro, o que estabeleceu uma política de recuperação econômica que, mesmo diante de crises sociais, se estabiliza no governo seguinte, do republicano George W. Bush (1989 a 1993). No Brasil, o milagre econômico dos anos 70 não conseguiu se manter na década seguinte, e, sob efeito da política americana, principalmente ligada ao aumento da taxa de juros internacional, tanto a dívida externa como a interna passaram a apresentar índices crescentes, atrelados ao déficit público e à retração da produção industrial, cuja tentativa de melhorar as evidências de desigualdade e desemprego se acumularam em diversos planos econômicos (Verão, Bresser e Cruzado).

A estabilidade econômica dos Estados Unidos marca a segunda fase, devido a um novo ciclo de expansão, com foco na América Latina, concentrado no conjunto de medidas do “Consenso de Washington” que, de modo geral, promoveram o FMI (Fundo Monetário Internacional) como antídoto para uma reestruturação macroeconômica da América Latina. As principais consequências dessa fase se concentraram na disseminação do neoliberalismo – mesmo “parcial” – junto aos países latino-americanos, com ênfase na abertura comercial e nas privatizações.

A terceira fase revela, nos anos 2000, a ascensão da economia chinesa (socialismo de mercado³) no cenário mundial. Diante deste episódio, o neoliberalismo começa a sofrer certas modificações estruturais, com certo teor de enfrentamento. Surgem blocos de países na América Latina empenhados em reestabelecer o Estado de bem-estar social e de reestruturar sua economia a partir de um processo endógeno, “com nacionalismos de base popular ou ancorados na burocracia estatal, e enfoques de terceira via, que adaptam a macroeconomia neoliberal às políticas externas independentes e sociais compensatórias” (MARTINS, 2011, p. 314).

El poder local que se formó junto a la globalización, sea como un movimiento complementario, sea como un movimiento de resistencia, en muchos casos derivó su legitimidad de discursos que forjaron rasgos identitarios anteriores a la nacionalidad moderna, incluso en antiguas colonias liberadas con principios universalistas. Muchas veces esos discursos destacan características de ocupación del suelo y prácticas culturales que reproducen, en casos latinoamericanos, procedimientos semejantes a los de regiones europeas que reivindican jurisdicción ante los Estados-nación y los organismos supranacionales (MARZULO e MARX, 2013, p.48).

Marzulo e Marx (2013) apresentam o caso da cidade de Porto Alegre/RS que, na ocasião da administração do Partido dos Trabalhadores, por cinco eleições consecutivas (de 1989 a 2004), conseguiu implementar um modelo exemplar de poder local, frente à força neoliberal⁴. O

³ “A fórmula híbrida do ‘socialismo de mercado’, desenha outros padrões de desenvolvimento e inserção internacional, alcançando excelentes resultados: mantém o compromisso com o desenvolvimento social, a moeda local inconvertível, o controle da conta capital, mas atrai o capital estrangeiro para ter acesso à fronteira tecnológica, em função da relação qualidade/custo mais vantajosa que sua força de trabalho proporciona. Aproveita os impasses do capital para reestruturar desde os centros a divisão internacional do trabalho sob a dinâmica da revolução científico-técnica e se projeta em direção aos centros da economia mundial, ainda que parta de níveis de renda *per capita* da periferia. Ao fazê-lo, incorpora a sua população no processo de desenvolvimento, elevando os seus níveis de consumo e impactando o comércio internacional, particularmente a relação de preços entre os produtos primários manufaturados” (Martins, 2011, p. 255, grifo do autor).

⁴ Dos exemplos implantados na cidade de Porto Alegre/RS, destaque para o Orçamento Participativo (OP), a avenida “3ª perimetral” e a ampliação do Hospital Municipal Pronto Socorro.

reconhecimento internacional dessa experiência, rendeu à cidade a oportunidade de participar da CGLU (*Ciudades y Gobiernos Locales Unidos*)⁵, no período de 2005 a 2013.

No entanto, os autores afirmam que, naquele momento, apesar da resistência, diante do contexto socioeconômico mundial, os Estados-nação não conseguiram estruturar estratégias para articular as relações do poder local frente à dependência associada à ideia-força neoliberal e à sua capacidade de se reinventar diante de suas próprias crises.

Contexto que revela uma quarta fase de dependência e subordinação, atrelada aos efeitos da crise hipotecária de 2008, e seus desdobramentos associados à financeirização e à ascensão do capital abstrato.

Além de reforçar as etapas anteriores, principalmente no que tange a aquisição de recursos monetários e tecnologias, essa nova fase se estabelece devido a transações financeiras ligadas a endividamentos externos e internos, e, conseqüentemente, ao pagamento de juros e à comercialização de títulos públicos, restringindo novas possibilidades de desenvolvimento, sendo a produção interna de capital e a superexploração do trabalho os únicos formatos de acumulação capazes de amenizar o ciclo vicioso da dependência estrutural, advinda das relações junto à economia mundial. Fato que, no tempo do agora, se realiza por autonomia e desregulamentação econômica (*neoliberalização roll-out*), cujas conseqüências aprofundam o desemprego, bem como, as crises sociais.

[sobre dependência, neoliberalismo e novos padrões de desenvolvimento na América Latina] ... os padrões de desenvolvimento que o capitalismo dependente estabelece para a América Latina nas próximas décadas são de alto risco. Eles aprofundam a superexploração; proporcionam perspectivas de crescimento econômico medíocres ou insustentáveis; criam vulnerabilidades políticas e sociais; deterioram o meio-ambiente, afetando o equilíbrio ecológico; e articulam-se a uma diretriz de expansão do sistema mundial que é decadente e está em crise civilizatória (MARTINS, 2011, p. 341).

Em síntese, o entendimento das relações econômicas estabelecidas na América Latina revela processos distintos – agroexportador, industrial, tecnológico e financeiro – que mantém propositalmente e intencionalmente uma relação histórica de desigualdade social, desequilíbrio estrutural e dependência que oscilam em razão das crises e da expansão de países centrais.

Ao analisarmos o padrão neoliberal, o distinguimos de outros diversos que regularam o capitalismo dependente na América Latina e enfatizamos o seu contraste com as formas de desenvolvimento que se estabeleceram durante a hegemonia estadunidense. Afirmamos que a principal diferença está no fato de que o neoliberalismo gera um aumento brutal da concorrência internacional sobre a região e transforma os seus históricos superávits comerciais em déficits (MARTINS, 2011, p. 351).

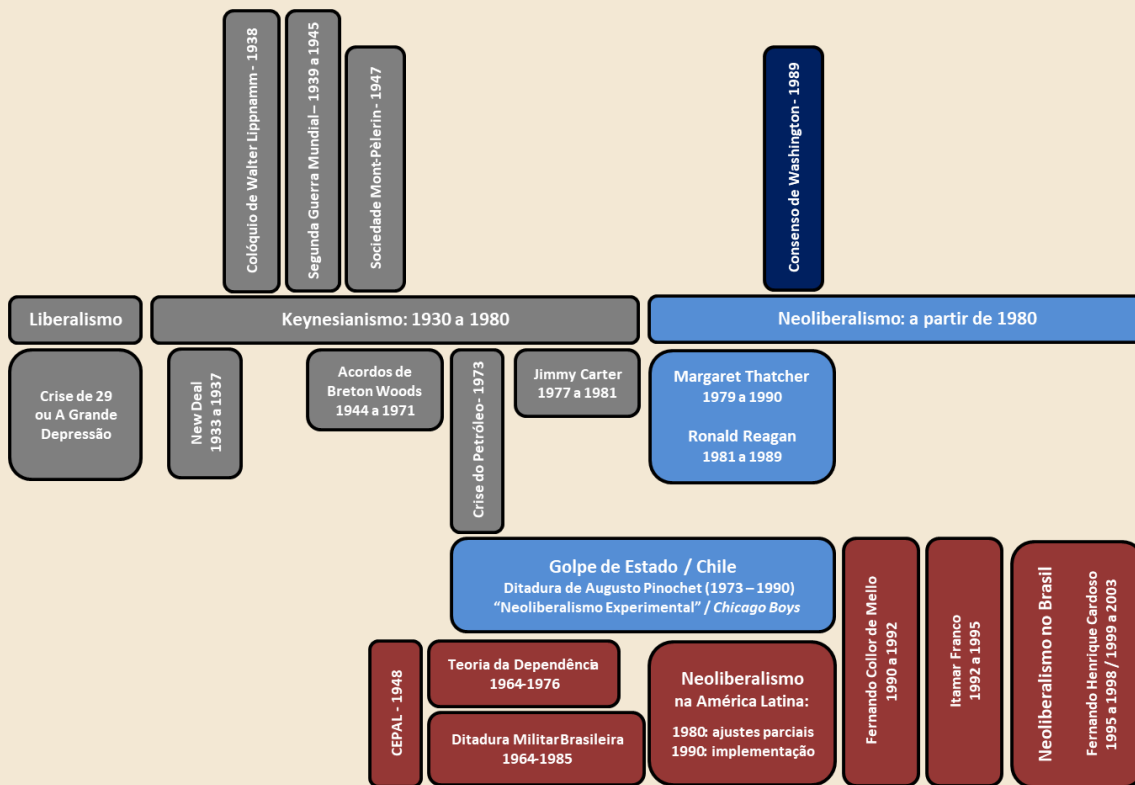
Apesar da América Latina apresentar certas generalidades estruturais, principalmente em aspectos ligados à economia-mundo, dependência e ajuste neoliberal, as particularidades do Brasil, diante do contexto acima apresentado, remetem à sua adesão tardia⁶, enquanto expectativa junto à redemocratização.

Contudo, diante das oscilações político-econômicas, a partir da segunda metade da década de 80, logo se encontrou equiparado (em todos os aspectos), junto dos países latino-americanos que tinham aderido ao referido ajuste (figura 16).

⁵ Com sede na cidade de Barcelona, a referida associação defende e representa os interesses dos governos locais no cenário mundial.

⁶ O Brasil foi considerado o país de maior resistência frente ao ajuste neoliberal na América Latina.

Figura 16 - Síntese esquemática do neoliberalismo. Relações episódicas às particularidades da América Latina e do Brasil.



Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

Contexto que marca o surgimento dos movimentos sociais urbanos (em plena luta contra o autoritarismo e a ditadura militar), concomitante à autoconstrução das periferias e das favelas, que tinham vivido uma verdadeira explosão, em termos de crescimento, nas décadas anteriores. A luta por visibilidade desse grupo tinha como reivindicação o direito à cidadania e à cidade, e, por consequência, ser objeto de políticas públicas. Deste modo, para além do acesso a serviços e oportunidades que a cidade oferece, a população pleiteava a inclusão socioterritorial, baseada na tese de que a condição de excluído se configurava devido à inexistência desse grupo no processo decisório das políticas públicas.

Pauta que se efetiva com a Constituição Federal de 1988, porém, de forma ainda tímida. Contudo, com as eleições diretas (1989), as estratégias políticas incorporaram ao processo democrático a abertura política do Estado para as reivindicações e proposições, advindas das experiências populares, e assim, os partidos de ordem populista viram a oportunidade de criar um espaço de interlocução com os movimentos sociais, ampliando sua base eleitoral e aumentando as possibilidades de participação política nos municípios.

Porém, na medida em que foram conquistando espaços privilegiados de representação política, tiveram que entrar em contato com o modelo de Estado brasileiro que, no âmbito urbano, está estruturado e estabelecido a partir de uma relação direta com os setores que tratam a cidade como negócio, a dialogar por meio de uma linguagem cifrada, de fácil aderência dos investimentos públicos à incorporação imobiliária, bem como, o diálogo com o setor privado da construção civil e seus interesses⁷.

⁷ A estrutura de gestão da cidade está organizada para permitir que esses negócios possam acontecer, estimulando uma simbiose que se reflete no financiamento de campanhas políticas e na viabilidade da reprodução dos mandatos dos gestores.

Assim, enquanto determinados grupos lutavam pelos seus direitos, pela democratização da política e das cidades, em 1995, ainda sob efeito da crise fiscal, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da república, e o Brasil se aproxima da realidade estrutural de toda a América Latina sob intenções de um projeto neoliberal brasileiro, fundamentado em três estratégias: privatizações, implantação do Estado-mínimo, e liberação das importações e do comércio exterior.

As privatizações estavam centradas na ideologia da ineficiência do setor público, que não se restringia somente à produção, atingindo também as áreas da saúde e da educação. O Estado-mínimo era o antídoto contra o gasto público, responsabilizado por ser o causador de vários entraves, inclusive da inflação. E finalmente, a liberação das importações e do comércio exterior, com o propósito de estimular a queda dos preços do mercado interno que, na verdade, só favoreceu a elite produtiva, afinal, devido à competitividade, somente ela conseguia acompanhar o fluxo de preço do mercado externo⁸. Além disso, a gestão de uma política de importação associada ao pagamento da dívida externa implicava em saldos comerciais elevados.

As referidas estratégias contemplavam inconsistências que inviabilizaram uma política neoliberal efetiva, onde a única certeza, verificada neste período, foi o protagonismo econômico e, conseqüentemente, o desemprego, a recessão e o aumento da desigualdade social e da pobreza. No entanto, segundo Sposati (2003), essa condição está para além de um “desmanche social”. Trata de um modelo de “regulação social tardia”, onde “a *categoria trabalho*, e seus direitos, é descentrada, perdendo lugar para a *categoria mercado*” (ibidem, 65, grifo da autora). Desse modo, os direitos sociais conquistados passam a enfrentar as políticas econômicas neoliberais que convertem cidadãos (amparados por direitos humanos e sociais) em consumidores (associados a força produtiva), tornando o território reivindicativo, organizado em torno dos direitos, completamente desestruturado pelos efeitos desse modelo, afinal, o reconhecimento dos direitos sociais, sob forte base econômica, criou instabilidade naqueles que estão empregados, manteve os desamparados em sua condição de excluídos e as poucas políticas protecionistas - lentas e burocráticas - associadas a processos de alta rotatividade, produziram números ao invés de qualidade de vida.

Por certo, o *proteccionismo humano* é avesso às teorias de mercado que consideram toda e qualquer forma de proteção humana uma proposta de acomodação deseducativa do ponto de vista do interesse do lucro e do consumo. Não aceito que os riscos da vida devam ser problemas de resolução pessoal e individual. Isto é próprio da lógica do mundo dos negócios. Aliás, estes tem sido muito mais protegidos do que os humanos. Quero dizer da distância entre as regras que orientam o mundo dos negócios e aquelas voltadas ao mundo dos humanos. No mundo dos negócios, planeja-se para anos os financiamentos e os créditos na relação investimento-lucro. São anos de concessões, isenções, subsídios, sustentados, no mais das vezes, por verbas públicas. Em contrapartida, no mundo dos humanos, as *regras* restringem-se ao uso de tratos emergenciais, circunstanciais e residuais com resoluções de curto prazo. Os negócios têm crédito, os humanos não (SPOSATI, 2003, p.68).

O enfrentamento às bases econômicas neoliberais enfraqueceram os movimentos sociais, inclusive os mais estruturados, como no caso daqueles vinculados à igreja católica, cujo espaço foi tomado por novos grupos religiosos, como o evangelicalismo e o neopentecostalismo. Como consequência, segundo Rolnik (2015), este território é penetrado pelo tráfico de drogas, e outras formas de contrabando, gerando o aumento da violência, que passa a ser reforçada pela narrativa dos meios de comunicação. Cenário oportuno para a construção civil, que encontrou na realidade social uma oportunidade rentável: os condomínios residenciais e suas comunidades apartadas.

⁸ Os efeitos da liberação das importações estão associados à versão *weberiana* da teoria da dependência, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, publicada pela editora Zahar, em 1970.

O caso modelo dos condomínios brasileiros chama-se Alphaville. Formado em 1973 com a aquisição de uma vasta área nos arredores da cidade de São Paulo, tornou-se, depois de Brasília, um signo maior de nossa capacidade de planejamento e construção de novas formas de vida. Um bairro artificial, formado por uma série de condomínios interligados, com um centro empresarial e comercial, em uma área antes ocupada por posseiros, destinada por zoneamento e plano diretor a indústrias não poluentes. Nos anos 1980, a associação de moradores funcionava como poder público capaz de liberar o próprio “Habite-se”. [...] Modelo para futuros projetos habitacionais de alto luxo que apareceram em zonas contíguas, em 1990 Alphaville albergava 75 mil moradores, 360 empresas no centro empresarial e 600 empresas no centro comercial; contava ainda com mais de 800 homens trabalhando na segurança. Morar em Alphaville tornou-se, então, um sonho de consumo para as classes altas e as novas classes médias em ascensão. Um projeto pacientemente construído desde os anos 1970, a partir de interpelações publicitárias muito características: (1975) “Portal do Morumbi. Aqui todo dia é domingo.” (1976) “Granja Julieta. Vá lá e more feliz.” (1980) “Vila das Mercês. O direito de não ser incomodado.” (1987) “Vertiville 4, em Alphaville, soluções reais para problemas atuais.” (1989) “Desperte o homem livre que existe em você. Mude para a Chácara Flora” (DUNKER, 2015, p.48-49, grifos do autor).

O isolamento, protagonizado por estes “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) anuncia o processo de encolhimento do caráter público do espaço, a individualização, o protagonismo do EU/S.A. (GORZ, 2005 [2003]), acomodado facilmente aos preceitos neoliberais. Campo propício para a produção estratégica do espaço como investimento do capital financeiro, invertendo o sentido das práticas urbanas, antes interrelacionadas a efeitos socioespaciais, propondo uma lógica atrelada a agentes distintos e suas visões intencionais, oferecendo novas direções, totalmente desajustadas da realidade instaurada, a pensar o lugar a partir da sua *relação-mundo*, a favorecer a exploração do espaço, a gentrificação⁹, a domesticação e, conseqüentemente, os processos de “expulsões” que, para além do lugar, segundo Sassen (2016), devido à ausência de políticas protecionistas, são expulsos também dos acessos à saúde, à educação e a qualquer outro benefício associado à qualidade de vida daqueles que estão fora do novo “jogo” acumulativo.

Nessa liquidação de espaços, combinada com a busca de novos investimentos, a cidade passa a oferecer oportunidades para uma arquitetura de grife, produzindo edifícios emblemáticos, a partir de um “paradoxo técnico-formal: quanto mais polimorfo, retorcido, desconstruído ou ‘liquefeito’ [...], maior o seu sucesso de público e, portanto, seu valor como imagem publicitária” (ARANTES, 2012, p.17), produzindo na paisagem uma exclusividade formal – mais tarde apelidada de “efeito Bilbao¹⁰” - capaz de valorizar (através do objeto arquitetônico) tanto os investimentos quanto a cidade.

Essas obras, em geral, não estão diretamente à venda, apesar de muitas vezes fazerem parte de estratégias de “cidades à venda” ou da valorização das marcas. Seu valor de uso é o de representação e distinção. Elas não compõem o tecido urbano corriqueiro e, em geral, não precisam obedecer às legislações de uso do solo. São exceções que pretendem constituir-se em “fatos primários” da cidade e reconhecidos como monumentos, mesmo quando a encomenda é privada. A renda que geram é similar, porém diferente, da renda fundiária. É uma renda monopolística intrínseca à sua forma arquitetônica única e espetacular (ARANTES, 2012, p.18).

⁹ O referido fenômeno investiga os processos de aburguesamento socioespacial por substituições intencionais de público-alvo e de uso e ocupação do solo, transformando o ambiente construído, através de alterações legislativas que permitam realizar tais mudanças.

¹⁰ Refere-se ao museu Guggenheim do arquiteto Frank Owen Gehry, construído na cidade de Bilbao, como solução dos conflitos de uma crise econômica e urbana instaurada em função da mutação e do empobrecimento industrial. Esta política pública de revitalização estimulou a atratividade, e suas conseqüências fazem referências a diversos estudos ligados à promoção da imagem das cidades. No Brasil, podemos destacar a “Cidade das Artes” no Rio de Janeiro (RJ), de Christian de Portzamparc; a “Fundação Iberê Camargo” em Porto Alegre (RS), de Álvaro Siza Vieira; e o “Museu do Amanhã” no Rio de Janeiro (RJ), de Santiago Calatrava.

Assim, entre arquiteturas enclausuradas, deformadas e complexas, somadas aos efeitos “psicopolíticos” (HAN, 2018 [2014]) do neoliberalismo, a cidade se fragmenta, e a experiência urbana, por consequência, passa a acumular sinais de fracasso.

Contudo, no Brasil, o contexto pontual deste novo fazer atinge sua escala macro no início dos anos 90, com o projeto político do prefeito César Maia para a cidade do Rio de Janeiro, posto em prática a partir de 1993, após vencer as eleições que concorreu com a deputada Benedita da Silva. Sob a influência da experiência barcelonesa, apresentada na ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992, o Rio de Janeiro foi a cidade brasileira pioneira deste processo político-estratégico de produção do espaço sob intenções de captar todo tipo de recurso, tornando a cidade propícia para “os negócios”.

Um caminho sem volta que foi disseminado para todo o Brasil como oportunidade diante de crises estruturais, principalmente de ordem econômica e urbana, das quais, na ocasião inaugural, pareciam sem solução.

3.1 O pioneirismo carioca: uma experiência missionária.

*Vende-se Rio de Janeiro, ótimo Estado, todo reformado,
segurança reforçada, excelente para temporadas.*

Paloma Henriques Maricato

O contexto neoliberal, estabelecido enquanto “nova razão do mundo” (DARDOT e LAVAL, 2016 [2009]), anunciava que, passada a condição de “ajuste” (SOARES, 2002), a América Latina, inserida agora no contexto, seguiria por processos estruturais baseados na “emergência das políticas competitivas” (LIMA JÚNIOR, 2010).

Com base em ideários que estavam a se afirmar e em interpretações da realidade tidas como inovadoras, em vários lugares foram encetados esforços a fim de dar coerência e aspecto renovado a ideias nem sempre novas. As descrições de um mundo globalizado e em concorrência, a indicação de questões sociais que se tornavam relevantes, a prescrição de métodos destinados a enfrenta-las, temas que dominara o debate sobre as políticas territoriais, sugeriram que as propostas para as cidades estavam a mudar (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 21).

No Brasil, este contexto foi sancionado, no início dos anos 90, através do protagonismo econômico em consonância com as políticas democráticas que deram visibilidade às pautas dos movimentos sociais, advindos das crises acumuladas na década anterior, tendo a cidade, enquanto *locus* reivindicativo, por materializar, acomodar e posicionar os direitos e a condição excludente que se descortinava.

No entanto, a reestruturação proposta por este novo contexto incorporou mudanças no âmbito político-econômico, associadas diretamente ao funcionamento do mercado, que reposicionou as condições socioterritoriais e suas reivindicações, a certos “constrangimentos” por incompatibilidade frente às imposições de teorias e modelos intencionais de ordem neoliberal, tensionando assim, os direitos conquistados pela Constituição de 1988.

O “corte economicista da sociedade” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 25) – global e neoliberal – estabelecido sob a égide gerencial (advinda do modelo corporativo) dependeu de reformas estruturais no âmbito da administração pública, que converteu o modelo tradicional de planejamento urbano, antes baseado em ações que respondiam a certas demandas locais e problemas sociais, em um “modelo” estratégico, na intenção de atrair a preferência de capitais em fluxo e, assim, gerar o desenvolvimento local.

Em especial, advogou-se o envolvimento privilegiado do empresariado na tomada de decisões. Em virtude da experiência e do conhecimento que detêm, os dirigentes de empresas teriam melhores condições para perceber as ameaças às cidades, identificar as oportunidades que deveriam aproveitar e encontrar soluções eficazes para fazê-las sobressair no mundo competitivo da globalização (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 31).

“Ter a empresa como parâmetro sugeria gerir a cidade como iniciativa privada” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 28). Assim, “o planejamento começou a virar do avesso” (HALL, 2016 [1988]), pois, o empreendedor – visto como adversário da cidade – e evitado enquanto favorecido na produção democrática do espaço, passou a ser algo, cujas intenções passaram a ser perseguidas.

Essa conversão está atrelada a variáveis que se consagram a partir da circulação de ideias e aos agentes a ela associados. Situação cíclica que se repete, no campo do planejamento urbano, desde o “ciclo haussmanniano” (PINHEIRO, 2011 [2002], p. 271) de acomodação da sociedade burguesa, atrelado, segundo Pinheiro (2011 [2002]), a processos de reflexão (enquanto condição antecedente), de implantação (enquanto experimento) e disseminação (enquanto reconhecimento), que, em se tratando de planejamento estratégico de cidades no Brasil, segundo Lima Júnior (2010), se realizou através de uma perspectiva comparada, ora por mimese, através dos “modelos” estruturais que se adequam às circunstâncias do contexto neoliberal, e ora por analogia, ao estabelecer ajustes conforme a realidade e as particularidades do lugar a ser implantado.

Essa combinação – *mimético-analógica* - permite estabelecer uma posição peculiar da cidade, baseada nas oportunidades intencionais, reveladas por sínteses intuitivas dos agentes envolvidos, que, neste caso, devido ao protagonismo macroeconômico, a competitividade, as crises pregressas e a necessidade de estabelecer uma posição de destaque diante do contexto-mundo, foram resolvidas baseadas na expertise dominante do mercado em coalizão com o Estado, responsável por manter o funcionamento deste sistema. Situação que no Brasil, conforme Lima Júnior (2010), foi inaugurada a partir do capital simbólico da experiência barcelonesa (pós Olimpíadas de 1992), disseminado através da *Tecnologies Urbanas S.A.* (TUBSA S.A.), sob coordenação e direção do geógrafo e urbanista Jordi Borja, no momento em que César Maia assumia a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, cujo plano estratégico aproximou o economista Carlos Lessa e o arquiteto e urbanista Luiz Paulo Conde.

Segundo Lima Júnior (2010), a aproximação da trajetória política do economista César Maia às questões urbanas tem início no programa de preparação de políticos da Fundação Friedrich Ebert, do partido social-democrata alemão (PSD), entre 1987 e 1991. Ocasão em que visitou inúmeras cidades do mundo, cuja experiência despertou uma aproximação aos urbanistas, pois, era insistente o discurso das cidades no enfrentamento das questões ligadas à globalização. Situação que, segundo entrevista concedida à Lima Júnior (2010), em 17 de fevereiro de 2003, foi resolvida inicialmente com o arquiteto Paulo Casé, seguida por Luiz Paulo Conde.

Em 1991, afastado tanto da Fundação Friedrich Ebert como do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Maia, em visita à cidade de Madri, tomou conhecimento do plano estratégico da cidade, apresentado pela consultoria americana *Andersen Consulting*¹¹, e, na sequência, o de Barcelona, por intermédio de Luiz Paulo Conde.

Para Maia, as duas propostas sinalizaram vertentes distintas. Madri era “verticalizada e orientada pela ótica do planejador” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 156), enquanto em Barcelona, “os trabalhos eram centrados em comissões que alimentavam de informações um conselho ‘com gestor profissionalizado’ (o diretor)” (ibidem, grifo do autor).

¹¹ A *Andersen Consulting*, atual *Accenture*, é uma empresa de capital aberto que atua desde 1989 no ramo de estratégia, consultoria (digital, tecnológica e operações), interatividade, marketing digital, marketing analítico e gestão de mídia.

[sobre as duas metodologias estratégicas] Explicava, assim, o conflito entre o *técnico* – que conseguia se impressionar com a qualidade do plano de Madri, “um plano extraordinariamente bem elaborado” – e o *político* que buscava estruturar sua base de sustentação e percebia o potencial da metodologia barcelonesa na composição de interesses (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 157, grifo do autor).

A posição política de César Maia (considerada por ele independente), somada aos desafios que a cidade do Rio de Janeiro apresentava, o influenciou a optar pela versão barcelonesa, pois, enquanto participação, visionava aquilo que Lima Júnior (2010, p. 151) definiu de “planejamento estratégico como técnica de governo”, permitindo assim, expandir os compromissos assumidos no plano para o âmbito gestor de seu mandato (entre 1993 e 1996), cujas coalizões políticas propositais junto ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), desde 1991 (após 10 anos no Partido Democrático Trabalhista), aproximou o novo prefeito ao professor e economista Carlos Lessa que, naquela ocasião, denotava contato junto a processos urbanos, devido a suas inflexões intelectuais e acadêmicas somadas à experiência junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 1985 e 1988, ao Conselho Superior da Previdência Social, entre 1986 a 1989, e à campanha de governo pelo Estado do Rio de Janeiro, em 1990¹².

Apesar da origem elitista, o contato com as desigualdades cariocas despertou interesse em investigar, através da tríade *história-economia-política*, a condição social brasileira. Sob influência daqueles que se debruçavam sobre o tema, Lessa foi construindo um pensamento que mais tarde o definiria de nacionalista. Sua dedicação à CEPAL permitiu entender, a partir da escala-mundo, a relação “centro-periferia”, estimulando a iniciar uma série de publicações, com destaque para “*Quinze anos de política econômica*” (1975) e “*Introdução à economia: uma abordagem estruturalista*”. Neste segundo, escrito em 1960, em parceria com Antonio Barros de Castro, na forma de apostila para os cursos da CEPAL (primeira edição publicada somente em 1979), declarava, de forma crítica, possíveis alternativas frente ao pensamento cepalino, reconhecendo as especificidades econômicas locais. Nos anos 60, Lessa se dedicou a ministrar cursos no Instituto Latino-americano de Pesquisas (ILPES), em Santiago do Chile, onde reforçava a crítica à CEPAL, pensamento que foi amadurecido com sua tese de doutorado, defendida em 1976 na UNICAMP. Em 1978, na ocasião do concurso para professor na UFRJ, apresenta *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976. Sonho e fracasso*, dando continuidade à *Quinze anos de política econômica*, e, a essa altura, suas convicções o apresentava como um nacionalista e todo seu arcabouço crítico enfatizava o caminho tortuoso do Brasil, no aspecto econômico, a enfatizar comportamento associado ao capital internacional e suas consequências, como a dívida externa e a situação internacionalizada da elite produtiva. Com a redemocratização, em 1980, Lessa aproxima-se de Ulysses Guimarães e passa a revelar uma economia fundamentada nas questões sociais, agregando o caráter populista à sua versão nacionalista.

Dessa trajetória, as contribuições de Carlos Lessa junto ao Plano Estratégico do Rio de Janeiro estiveram pautadas em dois argumentos interrelacionados: a perda de centralidade, e autoimagem do Rio de Janeiro, associada à baixa autoestima do cidadão carioca. Ambas as situações provocadas pela desestruturação econômica advinda da mudança da capital Federal para Brasília (1960), cuja falta de um projeto local foi ofuscada pelo “milagre econômico” de 1970, no entanto, revelada com a “década perdida” nos anos 80.

Na negociação da transferência da capital prevaleceu um padrão alegre e pouco cuidadoso. Observada retrospectivamente, ganha visibilidade a falta de uma cultura tipicamente provinciana, como responsável pela desatenção. O povo do Rio estava acostumado a ser tutelado por um prefeito de confiança do presidente. Não valorizava

¹² Na referida eleição, Carlos Lessa, na condição de vice-governador, compôs chapa junto ao administrador e banqueiro Ronaldo César Coelho, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual Lessa manteve filiação histórica. Pleito que elegeu a chapa de Leonel Brizola e Nilo Batista, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

o voto para vereador. Tudo se passou como se a população do Rio não tivesse tónus muscular em seu próprio e direto interesse. O Rio de Janeiro não tinha uma oligarquia local estruturada em torno de interesses regionais. A cidade estava acostumada a ser administrada por elites recrutadas em todo o país. As decisões compatíveis com os interesses da nação compunham o quadro de referência para a prosperidade urbana. O Rio viu seus interesses locais serem atendidos sempre subordinados e em nome da função política maior da nação. Não se sentia discriminado, pois, pelo contrário, estava acostumado a ser pioneiro nas tentações. Essa displicência, explicável pelo seu longo passado como capital, lhe custou caro quando perdeu a função. Pesou nas décadas subsequentes, e ainda é subjacente na conduta de sua representação política ao Congresso Nacional (LESSA, 2000, p. 355).

Para além da condição carioca e do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro, as reflexões a respeito da autoestima foram ampliadas por Carlos Lessa, considerada um comportamento social associado à “perda de identidade brasileira” (LESSA, 2000a¹³), devido aos caminhos do desenvolvimento adotado ao longo da história do Brasil, traduzida por Lessa enquanto categoria de um Brasil “grande”, diante de sua natureza e cultura, advinda desde o mito do Eldorado, e “minúsculo”, associado ao tamanho da autoestima de seu povo, devido às suas contradições socio estruturais latentes, cuja certeza transferia ao Rio de Janeiro “a vanguarda do Brasil; para o bem e para o mal” (LESSA, 2000a, p. 30).

O Brasil ainda acontece experimentalmente no Rio, e depois o modelo é copiado. A autoestima [sic] nacional que, hoje, não vale nada, viu sua quebra começar por lá. O Rio foi a primeira cidade que começou a falar mal de si mesma; hoje, o Brasil todo fala mal de si. Sempre foi assim: do Rio vem o *signal*. Então, os costumes da Barra serão os de amanhã. A Barra da Tijuca é um modelo de pós-modernidade para o Brasil. Lá está sendo zerada, inclusive, a identidade local! (LESSA, 2000a, p.30).

Para Lessa, o contexto-crise dos anos 80 revelou o problema da autoimagem carioca, ocasionado, segundo Lima Júnior (2010), pelas consequências do comportamento econômico da elite carioca, que insistia em estabelecer relações com o capital internacional diante dos efeitos da globalização. Ademais, da condição cosmopolita do Rio de Janeiro – devido à sua condição de capital Federal – faltava-lhe um projeto econômico, político e social que o posicionasse na sua condição regional, a fim de enfrentar a crise identitária que se consolidava e, conseqüentemente, o problema da autoimagem carioca. Assim, o planejamento estratégico, na visão de Lessa, pareceu “um meio para viabilizar um projeto de salvamento da cidade” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 146), cuja causalidade a ele associada pudesse alcançar – de forma sistêmica - a crise instaurada.

No entanto, Lessa enfatizava que as condições de Barcelona (associadas ao poder do Jogos Olímpicos), a identidade catalã, as questões político-históricas e os recursos financeiros disponibilizados tornavam distinta a mimese do “modelo Barcelona” à cidade do Rio de Janeiro, principalmente devido à sua condição local, que não a eximia da sua posição nacional. Assim, o plano carioca dependeria categoricamente da construção de uma estratégia-consenso, a fim de sanar problemas locais, mediante um projeto nacional, para, só assim, alcançar a escala-mundo. Situação que se delineava, ainda em fase embrionária, a partir do globalismo político de César Maia e o nacionalismo populista de Carlos Lessa. No entanto, ambos entendiam que era no espaço e, conseqüentemente, associado a questões urbanas, que esse “novo paradigma” se estabelecia.

Situação que foi preenchida por Luis Paulo Fernandez Conde, convidado por César Maia a assumir a Secretaria Municipal de Urbanismo, de 1993 a 1996, na ocasião do seu primeiro mandato. A condição técnica-acadêmica do arquiteto e urbanista, naquela ocasião, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990 a 1992),

¹³ Texto apresentado por Carlos Lessa em sua primeira versão em palestra proferida na Aula Magna do primeiro semestre de 2000 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

aventou o convite à secretaria devido à crítica contundente que Conde esboçava a respeito do plano decenal da cidade do Rio de Janeiro (publicado enquanto lei complementar nº16 de 04 de junho de 1992), baseado em sua origem operária, quando trabalhou na fábrica de calçados de seu pai, na sua condição empresarial, no comando de seu escritório de arquitetura (de 1974 a 1999), e economicista, devido ao contato com a experiência catalã, revelada em entrevista à Lima Júnior (2010).

A crítica de Conde estava fundamentada na legislação controladora do plano que desconsiderava a “paisagem urbana”, tratando o plano de forma homogeneizadora e genérica. Segundo Lima Júnior (2010), o pensamento de Conde pautava o reconhecimento das “multiplicidades de lugares” (ibidem, p. 166) frente um plano genérico que, na sua visão, imobilizava e inviabilizava a ideia de cidade. Suas análises julgavam insuficientes o novo pólo de irradiação de ideias advindas do “microplanejamento” norte-americano que desconsiderava o que ele chamou de projeto urbano, fundamentado na interrelação dos espaços.

As ideias de Conde, somadas ao contato com “novas” experiências de planejamento, como as transformações de Barcelona (para os jogos olímpicos que se realizariam em 1992) e o Plano Estratégico de Madri, permitiram ao arquiteto imprimir suas críticas, que acusavam que a cidade do Rio de Janeiro estava para além de gabaritos e controle da produção do espaço, e sim, de um desenvolvimento urbano, que no plano de Madri se realizava por interdisciplinaridade, a evidenciar novos campos de análise como a sociologia, a economia, a geografia, vista por Conde sob certa descentralidade do arquiteto, devido ao caráter macro que a visão do plano madrileno contemplava. Ao mesmo tempo, observava (por relação afetiva e contato persistente) que Barcelona caminhava para uma outra perspectiva, reconhecendo o trabalho de Oriol Bohigas e Jordi Borja, desde a democratização do espaço da cidade de Barcelona, com o protagonismo das chamadas “novas centralidades”.

Assim, o capital simbólico de Conde era capaz de enfrentar, tanto o plano diretor da cidade do Rio de Janeiro como (já na condição de Secretário de Urbanismo) aproximar as propostas globalistas de Maia e a sociabilidade de Lessa, a um projeto de desenvolvimento urbano a partir do espaço público e do potencial local, como elemento articulador, capaz de ativar o contexto urbano para além do engessamento do Plano Diretor.

A tríade de agentes formada por César Maia, Carlos Lessa e Luiz Paulo Conde, cujo enfoque, apontado, respectivamente, por Lima Júnior (2010), estabelecia o arranjo entre o “globalista”, o “nacionalista” e o “localista” potencializou a implementação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, assumidamente protagonizado – enquanto projeto político – tão logo Cesar Maia foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Porém, o plano estratégico estava associado à desregulamentação e certo apagamento do Plano Diretor Decenal de 1992, o que gerou uma desconfiança levantada pelo setor empresarial, cujo impasse foi sanado através de um consórcio (proposto ainda em fase de organização do plano), consolidando assim, o quarteto de agentes responsáveis pelo plano estratégico em questão.

A participação do empresariado significou mais do que mero aliado ao projeto do plano. Na condição de liderança, sua participação ampliava o contexto institucional – considerado lento e burocrático – dando ritmo acelerado aos processos internos do plano, com objetivos explícitos de “custear e supervisionar a contratação da equipe técnica para elaboração do Plano Estratégico” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p. 97). Condição privilegiada que foi consolidada em maio de 1995, com a substituição de Carlos Lessa, enquanto diretor executivo do Plano Estratégico, pelo engenheiro civil Rodrigo Lopes, cuja participação (de 1995 a 1997) viabilizou as reais intenções do Plano de “retirar do poder público o poder de interferir nas decisões” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 176).

No entanto, apesar do consenso *macro-transformador* apontado pelos agentes protagonistas do plano, as intenções de cada um deixavam claro que a noção de estratégia era distinta. Segundo Lima Júnior (2010), para César Maia, a estratégia tinha o caráter de “articulação social capaz de formar uma base político-partidária”; para Carlos Lessa, a mesma articulação social possibilitava o “consenso” e a “consciência cidadina”; para Luiz Paulo Conde, a estratégia se revelava enquanto “plano de cidade”, cujo capital social e a relação direta com o tema tinham um peso significativo, o que potencializava a crítica a modelos pontuais complexos (citando os Planos de Estruturação Urbana) e à marginalização do arquiteto e urbanista no processo de planejamento; e, finalmente, para Rodrigo Lopes, cujo papel de articulador entre o público e privado, via na estratégia a capacidade prospectiva de materializar o futuro. Assim,

a formulação da estratégia era vista pelos condutores do plano como um processo intuitivo, que podia ser coletivo, como sugeriram Lessa e, em parte Conde, ao notar que o plano estratégico evidenciava as forças da cidade. Ou, ainda, que podia ser individual, como notou Lopes e, também, Conde, salientando sua capacidade pessoal de perceber essas forças. Sendo intuitivo, esse processo dependia de posse – em estado incorporado – de determinadas formas de capital e implicava certas disposições (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 183).

O discurso construído pelos agentes envolvidos no Plano Estratégico do Rio de Janeiro denota a noção de campo de Pierre Bourdieu, interrelacionada às outras categorias-chave, como o *habitus*, o espaço social, a *illusio* e o capital, que, segundo Farias Filho (2013), ao interpretar o “novo” caminho adotado pelos agentes do planejamento estratégico do Rio de Janeiro, bem como, sua ação sócio-participativa, reconhece, de forma análoga, o conceito de “comunidade discursiva”, do linguista John Swales, pontuada, no referido plano, por três lideranças distintas, associadas à ordem político-empresarial; arquitetônica-urbanística; e intelectual (seja através do reforço, ou mesmo da crítica do paradigma instaurado).

Uma comunidade discursiva corresponde a uma rede socioretórica que se forma a fim de atuar em torno de um conjunto de temas comuns. Não se trata de grupos acabados e herméticos, mas algo em evolução, capaz de expandir seu léxico e reformular seus objetivos. Uma comunidade discursiva articula seus membros por meio de persuasão ou confrontação, sendo que sua instabilidade decorre dos conflitos que tendem a separar as pessoas em termos de ocupação ou grupos de interesses (FARIAS FILHO, 2013, p. 2).

Apesar das distinções intencionais, a elaboração do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro tinha uma “fonte inspiradora”, e começa a se materializar a partir da aproximação efetiva com a o formato barcelonês que, logo após os Jogos Olímpicos de 1992, iniciava uma catequese missionária de disseminação do “modelo” consagrado, construída sob forte base teórica genérica, que prometia conjugar concomitantemente, através de um novo paradigma de cidade, os ajustes econômicos, políticos, sociais e urbanos, através de estratégias capazes de sanar as crises internas, bem como, inserir a cidade no ciclo de competitividade e promoção de desenvolvimento.

O primeiro registro desse contato é marcado pela *Declaración Rio-Barcelona*, preparado por Jordi Borja e proferido pelos prefeitos do Rio de Janeiro e Barcelona ao final de 1992. Este documento, publicado somente em 1997, pela editora Taurus, no livro *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*, marca a síntese do protagonismo das duas cidades. De um lado, a experiência de Barcelona que, para além do sucesso do Jogos Olímpicos, despertava para a cooperação ibero-americana; e, de outro, a cidade do Rio de Janeiro, revelada naquele ano através da Conferência Rio-92.

O referido documento aponta oito pontos cruciais diante da “*escena mundial*”. Retrata o desafio da escala-mundo frente às especificidades locais; o compromisso com o meio ambiente; a heterogeneidade das cidades; o reconhecimento geográfico das condições nacionais e regionais articuladas a projetos metropolitanos; a cooperação entre política e sociedade, público e

privado; a valorização da juventude e a oportunidade deles estabelecerem uma relação que ultrapasse fronteiras; o reconhecimento da escala-mundo e de seus interlocutores na forma organismos internacionais (ONU, UNESCO, FNUAP, Hábitat, etc.) e multilaterais, como o Banco Mundial; e finaliza, com a crença de um mundo enquanto uma grande nação, onde “*hoy civismo y universalismo son las dos caras de la misma realidad*” (BORJA e CASTELLS, 1997, p. 352).

Contato reforçado logo nos primeiros meses da gestão de César Maia (1993-1996) junto à prefeitura do Rio de Janeiro com o *Seminário Estratégias Urbanas Rio-Barcelona* (figura 17), realizado em maio de 1993, pela Secretaria Municipal de Urbanismo, a Empresa Municipal de Informática e Planejamento (IPLANRIO) e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, e que contou com a participação de Jordi Borja e Manuel de Forn y Foxá, respectivamente, presidente e vice-presidente da TUBSA S.A. (Tecnologies Urbanes Barcelona S.A.). Evento que marcou o início do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, oficializado em fevereiro de 1994, aprovado em setembro de 1995, e divulgado e publicado em janeiro de 1996, subtítulo de “*Rio Sempre Rio*” (figura 18).

Figura 17: Cartaz de divulgação.
“Seminário Estratégias Urbanas Rio-Barcelona”.



Fonte: MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida. *Archivo Crítico. Modelo Barcelona 1973-2004*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica.ETSAB-UPC, 2011, p. 122.

Figura 18: Capa e Logotipo.
Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”.



Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”. Centro de Documentação e Informação do IBGE (CDDI/IBGE).

No entanto, o processo de elaboração foi pautado antes por algumas decisões iniciais que definiram o município do Rio de Janeiro, enquanto área de abrangência; o financiamento dos agentes externos (consultores e executivos) pelo setor privado; a disponibilidade da prefeitura em ceder o seu corpo técnico, bem como, suas instalações; e a construção de um ambiente que atingisse vários segmentos da cidade, a fim de desvincular o projeto de uma ação governamental, promovendo assim, aquilo que chamou de “plano participativo da cidadania carioca” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “*Rio Sempre Rio*”, 1996, p. 98).

A distinção de determinados agentes, tomados por intenções aceleradoras e desburocratizantes deixaram evidente que o referido plano alcançava o novo paradigma urbano, transformando a cidade em uma “empresa” (Vainer, 2013 [2000]) e, conseqüentemente, a produção do espaço enquanto “negócio” (Carlos et. al, 2015).

Porém, o caráter participativo, proferido enquanto estratégia, era um possível entrave diante das intenções que se estabeleciam, devido à instabilidade de perspectivas que poderiam desagregar o plano que, desde a sua ideia inicial, sob forte inspiração barcelonesa, era marcado por uma unidade fundamental para que pudesse ser implantado. Assim, era necessária a construção de um “consenso” (Vainer, 2013 [2000]; Sánchez, [2003]).

Consenso esse que, segundo Vainer (2013 [2000]), foi construído a partir da ideia de cidade – enquanto unidade – que “*compete*”, que “*deseja*”, e que “*necessita*” (ibidem, p. 91), acionado pelo conceito de capital simbólico, de Pierre Bourdieu (1989), capaz de organizar a interação de grupos distintos por intermédio de poder, influência e reconhecimento.

Persistente na obra de Pierre Bourdieu, o capital simbólico trata de uma categoria das interações sociais que depende das inter-relações dos agentes em determinado campo, sendo considerado um “capital alienado”, “flexível” (CATANI et al. [org.], 2017, p. 111), respectivamente associado ao poder de convencimento e à posição do agente no espaço social, sem um padrão rígido de classificação.

Para Bourdieu, a interação entre agentes se dá por meio do capital (nas suas mais diversas expressões), bem como, a sua valoração em campo específico, capaz de estabelecer – através do efeito simbólico - o grau de reconhecimento. Dessa forma, o campo é ampliado e passa a operar por meio de relações que consideram o objetivismo, porém, associado ao sistema simbólico dos agentes, que pode assumir uma posição favorável ou antagônica às intenções pré-determinadas do campo, e, neste caso, são convertidas por influência associada ao poder, estabelecido por lutas simbólicas que extrapolam o campo em questão, sendo influenciadas por dimensões avaliativas que envolvem afetividades e interesses, tomados por valores sociais.

O acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão, uma nova divisão do mundo social: *regere fines, regere sacra*, consagrar um novo limite. A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele anuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia (BOURDIEU, 1989, p. 116, grifo do autor).

“As relações de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico” (BOURDIEU, 2004 [1987], p. 163), e dessa forma, a disputa do capital simbólico em determinado campo se estabelece através de um conjunto de fatores que envolvem condições objetivas somadas a interações, interesses e ações de influência dos agentes posicionados, cujo resultado manifesta a capacidade de articulação sistêmica ou de “dominação simbólica”. Assim, é através da ação dos agentes, diretamente associada à ideia de interesse, que se estabelece a luta por reconhecimento.

[sobre a propriedade de reconhecimento] ... é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode parecer a relação entre estas propriedades. O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade (BOURDIEU, 1989, p. 117).

No caso do plano estratégico de cidade, enquanto campo específico, o reconhecimento intencional se realiza através uma estrutura objetiva que aproxima determinados agentes, cujo poder do capital os posiciona dentro do jogo, e dessa relação é capaz de manipular a percepção destes sobre a cidade, a partir da inter-relação de sua estrutura objetiva com os interesses e interações, e assim, atribuir reconhecimento e constituir a ideia de realidade.

Assim, para além da ideia participativa do plano carioca, era preciso convencer a todos do referido projeto, cuja solução seguiu a cartilha da cidade espanhola - desconsiderando a urgência oportunista dos Jogos Olímpicos – unificando as forças dos grupos sociais envolvidos em prol das intenções pré-determinadas, através da manipulação inter-relacionada da “*consciência de crise e o patriotismo de cidade*” (VAINER, 2013 [2000], p. 92, grifo do autor). Prática indispensável quando levada em consideração o reducionismo da cidade à condição empresarial, e a necessidade de uma *unidade-consenso*¹⁴. Contudo, a força do tempo presente, quando analisada de forma isolada, inviabiliza a consciência de crise real, devido às evidências associadas a processos estruturais já consolidados. Assim, segundo Vainer (2013 [2000]), a referida consciência se resolve no âmbito da percepção, baseada em reflexões passado-presente, a fim de projetar uma realidade prospectiva, a ser instaurada na condição presente-futuro.

O passado é base reflexiva para entender o presente, no entanto, o futuro é uma condição a ser percebida que, segundo Borja e Castells (1996), no âmbito da participação coletiva do dever cidade, são resolvidas pelo governo local através do “*patriotismo cívico, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e confiança e crença no futuro da urbe*” (BORJA e CASTELLS, 1996, p.160, grifo do autor), reforçado por projeções contextuais, a “promover a cidade para o exterior” (ibidem); a “favorecer o acordo com outras administrações públicas e a cooperação público-privada” (ibidem); e a estimular a cidadania, orientando “as energias da população na direção do bem-estar coletivo e da consciência cívica” (ibidem).

Uma vez conquistada a trégua social pelo sentimento generalizado de crise, a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui vetor estratégico da reprodução das condições da paz social no contexto cidade-empresa e, agora também, cidade-pátria (VAINER, 2013 [2000], p. 95).

Ademais, os atributos associados ao empresariamento da cidade ligado ao consenso dos grupos envolvidos estabelecem a chamada “despolitização planejada” (VAINER, 2013 [2000], p. 96), capaz de promover uma série de garantias, principalmente ligadas aos agentes externos e privados que visionam a permanência no jogo estratégico de produção do território.

Tendo invocado em sua origem a necessidade de descentralização do poder, e sua consequente democratização na esfera municipal, o planejamento estratégico urbano e seu *patriotismo de cidade* desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar da construção da cidadania. A reivindicação de poder para as comunidades e coletividades locais, conquistada numa luta travada em nome do autogoverno, se consuma como abdicação em favor de chefes carismáticos que encarnam o projeto empresarial. A cidade conquistou parte dos recursos políticos antes concentrados no poder central, mas não realizou o sonho do autogoverno (VAINER, 2013 [2000], p. 98, grifo do autor).

As intenções de um projeto de cidade associado ao seu formato-empresa, viabilizado por estratégias que tangem a unidade e o consenso para serem implementadas, baseadas na macroestrutura da escala-mundo, revelam o contexto neoliberal, bem como, a sua capacidade capilar de adentrar em campos distintos, através de um formato que se ajusta àquilo que Tickell e Peck (2002) definiram de “neoliberalismo roll back” e “neoliberalização roll out”, respectivamente associados ao desmonte do Estado de bem-estar social; e às ações práticas associadas à condição primeira, de caráter experimental e desburocratizante, a favorecer a condição macroeconômica deste tempo do agora.

¹⁴ A certeza das referidas práticas é acompanhada de extensa produção intelectual, advinda do contexto cidade-empresa, onde “reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtividade é a única lei” (VAINER, 2013 [2000], p. 91).

3.2 *Rio Sempre Rio*: um plano para a cidade maravilhosa.

O plano será um instrumento novo para intervir na cidade, definindo ações imediatas que permitam a sua transformação e adaptação ao novo ambiente econômico e social, resolvendo confrontos da lógica do mercado e da lógica do cidadão e buscando objetivos e linhas estratégicas mais adequadas para posicionar-se no mercado de cidades.

Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”

Quando publicado, em janeiro de 1996, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) “*Rio Sempre Rio*” revelou a síntese de um pensamento em curso, iniciado em 1992, e, logo nas primeiras páginas, deixou evidente as intenções do plano que naquele momento entrava em fase de implementação, sendo apresentado pelo prefeito César Maia, e pelos presidentes da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Humberto Eustáquio César Mota e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Arthur João Donato, enquanto “*Mensagem dos Promotores*”, e reforçado em nome do Conselho Diretor do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, composto de 25 membros “da pluralidade econômica e social da cidade” (PECRJ, 1996, p. 99)¹⁵.

O discurso inicial reconhece as novas condições macroeconômicas e projeta a capital carioca para um futuro inserido no contexto-mundo, viabilizado através de um projeto de cidade, por meio do referido plano estratégico, cuja ideia-força profere uma “nova identidade” (PECRJ, 1996, p. 9) – global, tecnológica e econômica – a partir do aprendizado das crises pretéritas a fim de alcançar os desafios do futuro: um modelo de cidade competitiva. Para isso, alerta a necessidade de uma ampla participação e compromisso, a contar com a “máxima representação da cidadania” (ibidem, p. 11), abrindo “um diálogo direto com os cidadãos e com as instituições que os representam” (ibidem), na busca de um consenso, “para tornar o Rio de Janeiro a cidade que os cariocas desejam” (ibidem, p. 12).

Nossa motivação nasceu da convicção de que a cidade do Rio de Janeiro precisava romper o ciclo das crises institucionais, econômicas e de crescimento desintegrado, ocorrida nas últimas décadas. Era preciso romper os pontos de estrangulamento e desenhar as novas linhas do crescimento futuro da cidade. [...] Não se trata de um plano de governo. Não são diretrizes impostas, ações descoordenadas ou isoladas, necessidades abstratas ou desejos impensáveis. São estratégias assumidas, programas de consenso, ações com objetivos, definindo necessidades expressas e consensuais, são projetos exequíveis (PECRJ, 1996, p. 11 e 12, [Mensagem do Conselho Diretor]).

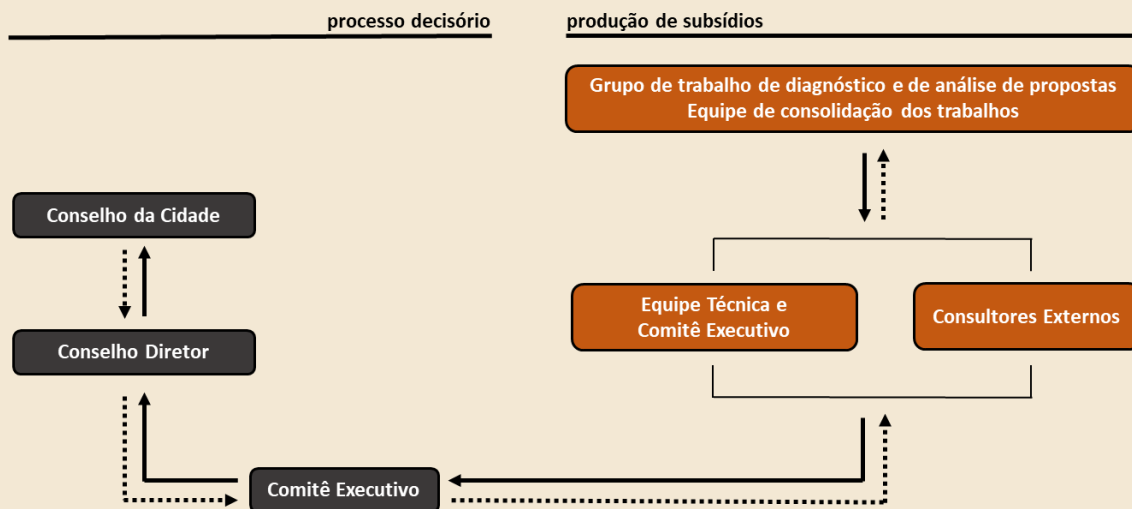
O protagonismo que o PECRJ imprimia para a cidade do Rio de Janeiro, tratou o território como lócus da competitividade e da mercantilização, do qual, o sucesso dependia de um consenso capaz de amenizar as crises socioespaciais internas, reduzindo as complexidades que se armam no espaço urbano a ações prospectivas do plano, através de um processo desenvolvimentista causal e progressivo, onde o valor de troca (lucro) tenderia para a qualificação do valor de uso (vida cotidiana).

Intenção que foi posta em prática ao evidenciar o *efeito-crise*, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, somada às diversas formas de *capital* – no sentido bourdieusiano – manipulado pelos agentes envolvidos no processo de elaboração do plano estratégico, que, a saber das possíveis contradições e burocracias, foi resolvido por uma estrutura organizacional (figura 19) formada

¹⁵ Segundo o PECRJ, o Conselho Diretor era formado por representantes de instituições públicas (de ordem municipal, estadual e federal) e privadas (empresários, bancos, escritórios de advocacia, entre outros). Destaque para a única participação popular, representada pela XXVII Região Administrativa da Rocinha, na figura de Jorge Luiz Nascimento da Silva (“Mamão”).

por dois órgãos deliberativos, o Conselho da Cidade e o Conselho Diretor, amparados por uma equipe técnica de agentes internos e externos, responsáveis por gerar e sistematizar dados e análises, através de diagnósticos, bem como, organizá-los em linhas estratégicas, projetos e ações. Ambos intermediados por um Comitê Executivo, incumbido de coordenar todas as etapas de elaboração do plano estratégico.

Figura 19 - Estrutura organizacional de elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - "Rio Sempre Rio", p. 98. Adaptado do original.

Estrategicamente, o Conselho da Cidade – considerado órgão máximo do plano – foi presidido pelo prefeito César Maia, cuja influente posição tornou possível a articulação da estrutura administrativa da prefeitura, mantendo concentrados no ambiente interno os esforços necessários, ao mesmo tempo em que, devido ao protagonismo e à credibilidade investida, buscou no ambiente externo a construção da ideia-consenso. Já o Conselho Diretor, presidido por Luiz Paulo Conde – secretário municipal de urbanismo do município – desempenhou a função direta de elaboração do plano, tendo acesso, através do Comitê Executivo, às pesquisas e aos desdobramentos técnicos e analíticos da realidade carioca.

Neste sentido, considerando as ideias iniciais e a estrutura organizacional em torno do PECRJ, foram desenvolvidas cinco etapas de elaboração (quadro 6), dispostas em eventos formais e atividades de suporte, a fim de consolidar o plano estratégico "Rio Sempre Rio".

Quadro 6 - Cronograma geral de elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

Cronograma Geral de Elaboração		(continua)
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração	
<p>01 de janeiro de 1993 Posse de César Maia – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.</p>	<p>Fase inicial jan. 1993 a nov. de 1993</p>	
<p>14 a 22 de maio de 1993 Seminário "Estratégias Urbanas Rio-Barcelona". Realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, a Empresa Municipal de Informática e Planejamento (IPLANRIO) e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, com a presença da TUBSA S.A. (Tecnolies Urbanes Barcelona S.A.), representada por Jordi Borja (presidente) e Manuel de Forn y Foxá (vice-presidente).</p>		
<p>22 de novembro de 1993 Assinatura do acordo de cooperação entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).</p>		

Cronograma Geral de Elaboração		(conclusão)
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração	
<p>03 de fevereiro de 1994 Foi oficializado o Consórcio Mantenedor para elaboração do Plano Estratégico, com a adesão de 40 empresas (públicas e privadas). Contratação dos serviços de consultoria da Inter B - Consultoria Internacional de Negócios S/C e da TUBSA S.A. – Technologies Urbanes Barcelona S.A.</p>	<p>Fase I - organização da cooperação público-privada dez. de 1993 a jul.de 1994</p>	
<p>25 de fevereiro de 1994 Atividade de suporte: Mesa-redonda “O que é o Rio e suas potencialidades”.</p>		
<p>16 de agosto de 1994 Instalação do Conselho Diretor do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.</p>	<p>Fase II – diagnóstico ago. a jan. de 1995</p>	
<p>25 de agosto de 1994 Atividade de suporte: Seminário “Cenários do Futuro”. Participação do professor e economista Ignacy Sachs.</p>		
<p>14 de setembro de 1994 Atividade de suporte: Seminário “Reduzindo a distância entre o governo e o cidadão”. Participação da professora Ana Maria Campos.</p>		
<p>25 de setembro de 1994 Atividade de suporte: Mesa-redonda “Rio, Polo Cultural”.</p>		
<p>31 de outubro de 1994 Instalação do Conselho da Cidade. Cerimônia realizada no Palácio do Itamarati, em Brasília. Presidido pelo prefeito César Maia, o referido conselho era composto de 305 representantes institucionais e personalidades relevantes do Rio de Janeiro.</p>		
<p>20 de janeiro de 1995 Reunião do Conselho da Cidade, realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Ocasão em que foi homologado o diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro, o objetivo central do plano e as sete linhas estratégicas. Documento que foi entregue ao presidente da República Fernando Henrique Cardoso e governador do Estado do Rio de Janeiro Marcello Alencar.</p>	<p>Fase III - análise de propostas fev. a jul. de 1995</p>	
<p>O referido período desdobrou as sete linhas estratégicas em 24 objetivos que foram trabalhados através de 14 grupos temáticos que, em consulta pública a população, consolidou o documento “<i>Síntese da Análise Proposta</i>”, onde apresenta uma compilação de intenções, agrupadas em ações e projetos, tendo, assim, um esboço geral do plano, seguido da elaboração do Relatório Final do PECRJ – “<i>Rio Sempre Rio</i>”.</p>		
<p>12 de junho de 1995 Divulgação simplificada do “Diagnóstico da Cidade” no jornal Gazeta Mercantil.</p>		
<p>11 de setembro de 1995 Reunião do Conselho da Cidade, realizada no Palácio da Cidade. Aprovação do Relatório Final. Início da fase de implementação do plano.</p>	<p>Fase VI – plano estratégico jul. a set. de 1995</p>	
<p>janeiro de 1996 Publicação e divulgação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “<i>Rio Sempre Rio</i>”.</p>		

Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

Tendo resolvido as coalizões necessárias, formalizadas pelo Consórcio Mantenedor, a elaboração do plano concentrou esforços na consolidação do diagnóstico a fim de encontrar a ideia-consenso para, só então, implementar as ideias-síntese, bem como os projetos a ela associados.

Primeiramente, era preciso construir uma linha de pensamento abrangente que contemplasse todas as decisões iniciais orientadas. Assim, durante o ano de 1994, a equipe técnica do plano promoveu uma série de seminários, fóruns de debates e entrevistas “com pessoas representativas da cidade” (PECRJ, 1996, p. 100), cujo propósito era refletir a respeito de “temas críticos¹⁶”, a fim de encontrar as potencialidades de futuro para a cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo, inclusive, a possibilidade de novos desdobramentos político-administrativos. O referido trabalho foi formado de cinco grupos e adotou uma metodologia que mesclou os conhecimentos técnicos às reflexões suscitadas nos encontros e entrevistas realizadas, devido à urgência e à impossibilidade de realizar um trabalho de campo efetivo, resultando no “Diagnóstico da Cidade”, do qual extraiu as duas linhas mestras do PECRJ: o objetivo central e as sete linhas estratégicas, apresentados na primeira reunião ordinária do Conselho da Cidade, em 20 de janeiro de 1995.

[sobre o objetivo central] Tornar o Rio de Janeiro uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser o centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior (PECRJ, 1996, p. 23).

O referido diagnóstico revelou, naquele momento, uma cidade que acumulava uma série de adversidades de âmbito socioespacial, com destaque para as questões ligadas à mobilidade, à violência, à integração social e físico-territorial, à convivência, ao comércio, aos serviços públicos e privados, à indústria, ao emprego, à cultura, ao esporte, ao lazer e ao turismo. Na tentativa de agrupar temas por similitudes, o referido diagnóstico sistematizou tais demandas em sete temas distintos (qualidade de vida; vertebração da cidade; integração social; infraestruturas críticas; base produtiva; vocações específicas; e emprego), e destes, entendidos como *fraquezas* e *ameaças*, prospectaram as possíveis *forças* e as *oportunidades*, reconhecendo os potenciais específicos do Rio de Janeiro, propondo sete linhas temáticas associadas a 21 objetivos correspondentes, sempre amparados à ideia central do plano estratégico.

No entanto, seguindo o “modelo” barcelonês, as linhas estratégicas e seus objetivos específicos precisavam se desdobrar em ações e projetos a eles associados. Assim, o caráter físico do produto dessa nova etapa, sugeriu uma nova metodologia que teve como base a criação de 14 grupos de trabalho¹⁷. O contingente mobilizado ficou responsável por receber e sistematizar as propostas advindas, agora, da população carioca, convocados pelo Comitê Executivo através da imprensa.

O produto gerado – sistematizado pelo grupo de trabalho – foi intitulado de *Síntese da Análise de Propostas* e definiu os pólos de ação de cada linha temática, bem como as práticas (ou projetos) a eles associados, concluindo assim, a fase de elaboração do PECRJ – “*Rio Sempre Rio*”, que, a partir de um objetivo central, revelou uma experiência pioneira de planejamento de cidade formado por 7 linhas estratégicas, 21 objetivos, 61 ações e 158 projetos (figura 20).

Segundo o PECRJ (1996, p. 103), o processo de elaboração foi compartilhado com a sociedade civil através de 80 encontros organizados pelos setores empresariais, a fim de contemplar certas especificidades. Além disso, foram emitidas 35 notas técnicas e desenvolvidos 4 trabalhos

¹⁶ Segundo o PECRJ (1996, p. 101), os referidos temas tratavam da “atratividade e competitividade; emprego; qualidade de vida; dinâmica urbana; e imagem e cidadania”.

¹⁷ Segundo o PECRJ (1996, p. 102), o grupo contou com 322 participantes, que analisaram 511 propostas para a cidade. Os temas associados ao referido grupo foram: mobilidade interna (grupo 01); rede de serviços públicos (grupo 02); segurança/violência (grupo 03); meio ambiente (grupo 04); acessibilidade [transporte de cargas] (grupo 05); telecomunicações (grupo 06); sistema produtivo e seus apoios (grupo 07); organização do espaço: vertebração e centralidade (grupo 08); integração social (grupo 09); direitos e obrigações dos cidadãos (grupo 10); esporte (grupo 11); turismo (grupo 12); cultura e lazer (grupo 13); e emprego (grupo 14).

analíticos que subsidiaram a equipe técnica devido à falta ou inconsistência de informações disponíveis. Também foram emitidos 18 informativos impressos, intitulados *Rio em ação*, cuja intenção era informar os procedimentos de cada fase e suas metodologias, além de folhetos institucionais, distribuídos em duas edições às universidades, eventos, associações e entidades. Ademais, foram concedidas uma série de entrevista na mídia e, em fase de análise das propostas, foi publicado – em 12 de junho 1995 – o *Diagnóstico da Cidade*, em um caderno específico do jornal Gazeta Mercantil¹⁸.

Figura 20 - Organograma do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - *"Rio Sempre Rio"*, p.22. Adaptado do original.

O caráter prospectivo e futurista dos planos estratégicos propôs um projeto de cidade para o Rio de Janeiro que dependia - conforme PECRJ (1996), na fala de seus promotores - de um dever acolhedor, participativo, competitivo, integrado (interna e externamente), e que alcançasse a condição polo de atratividade regional, nacional e internacional.

Contudo, apesar da relação direta com o objetivo central do PECRJ, a implantação das linhas estratégicas (quadros 7 a 13) dependia de variáveis distintas, principalmente de ordem institucional-financeira.

Situação que foi resolvida – conforme organograma acima – sob certa autonomia, acionando setores associados, que, sob influência das prioridades estabelecidas pelos conselhos deliberativos, somados ao caráter estrutural, burocrático e executivo a elas relacionados, poderiam priorizar certos projetos em detrimento de outros, criando planos paralelos que na prática se estruturariam em campos distintos e específicos de intenções, agentes, instituições e recursos, dando um ritmo discrepante aos acessos e oportunidades de vida melhor prometidos ao cidadão carioca, conforme descrição abaixo, baseados nos resultados do diagnóstico.

A estratégia 1, intitulada *"O Carioca do Século XXI"* (quadro 7), priorizou a questão de emprego e renda, a gerar novos postos de trabalho, considerando – segundo o IBGE - a emergência de uma população produtiva, sobretudo jovem (de 20 a 29 anos); o aumento da expectativa de vida; e a consolidação significativa de um mercado informal. Associado a essa realidade, elencou objetivos correlatos como educação, saúde, cultura, lazer e esporte.

¹⁸ O jornal de economia Gazeta Mercantil tinha representação junto ao Conselho Diretor do PECRJ, na figura de Luiz Fernando Ferreira Levy, diretor-presidente do referido periódico.

Quadro 7 - Estratégia 1 / O Carioca do Século XXI.

Estratégia 1 – O Carioca do Século XXI		
“Oferecer às pessoas oportunidades e facilidades para acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais em seu sentido mais amplo.” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – <i>Rio Sempre Rio</i> , 1996, p. 27).		
Objetivos	Ações	Projetos
Incorporação e inserção do carioca no mercado de trabalho formal	criar um sistema integrado de emprego e renda.	- Câmara de Emprego da Cidade do Rio de Janeiro. - Boletim de Informação sobre o mercado de trabalho. - Fundo Carioca.
	fomentar a geração de emprego e renda.	- Criação de cooperativas de produção e de trabalho. - Criação de oficinas artesanais. - Incentivo à criação de micro e pequenas empresas.
Qualificação do sistema educativo	modernizar a educação básica formal	- incremento à atuação da MULTIRIO ¹⁹ . - ampliação do currículo escolar
	fomentar a integração escola/sociedade	- parceria educação pública/sociedade - renda mínima familiar
Facilitação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços de saúde	melhorar a qualidade dos serviços de saúde	- sistema de gestão hospitalar - educação sanitária
	requalificar os sistemas de saúde	- coordenação das redes de saúde pública e privada - Tele-Medicina - ampliação e diversificação das modalidades de atendimento de saúde
Incorporação da diversidade pessoal na vida cotidiana	promover integração social dos jovens	- Rio Jovem - Circuito da Cultura Marginal - informática para jovens de baixa renda
	atender às necessidades dos segmentos frágeis	- atenção integral à criança de 0 a 6 anos - pais substitutos. - menores de rua. - pessoas portadoras de deficiência - estímulo ao voluntariado - centros de convivência e educação continuada para a terceira idade.

Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “*Rio Sempre Rio*”, 1996, p. 27-29 (adaptado do original).

Na intenção de ser tornar “acolhedor” (quadro 8), a estratégia 2 elencou como propósito o convívio físico-territorial da cidade do Rio de Janeiro, “como espaço de referência de uma complexa organização de relações econômicas, sociais e culturais” (PECRJ, 1996, p. 31). Potencializou a necessidade de “tirar partido das florestas tropicais urbanas e da diversidade do ambiente natural” (ibidem), associada à preservação, ao controle do desmatamento e à poluição das praias. Ao mesmo tempo apontou a necessidade de qualificar a urbanidade consolidada, principalmente através dos espaços públicos dos bairros e da experiência coletiva, a fim de gerar efeitos socioespaciais afetivos e de pertencimento frente ao abandono decorrente das apropriações privadas reveladas no diagnóstico.

¹⁹ A *MultiRio* – Empresa Municipal de Multimeios, foi criada em 1993 e está vinculada à Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro. Segundo informações, sua missão propõe “pesquisar linguagens e formatos, experimentar possibilidades tecnológicas em conteúdos curriculares, produzir recursos de aprendizagem, ampliar as formas de distribuição de produtos educativo-culturais e capacitar os profissionais da educação para a utilização das mídias em sala de aula, a Empresa conta com equipes multidisciplinares e equipamentos de última geração”. Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/multirio/a-multirio>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Quadro 8 - Estratégia 2 / Rio Acolhedor.

Estratégia 2 - Rio Acolhedor		
"Melhorar a relação da cidade com seu entorno é uma exigência de qualidade do ambiente urbano, necessária para conseguir que o Rio de Janeiro seja identificado como uma cidade receptiva, funcional e capaz de promover e ampliar a convivência e a vizinhança." (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – <i>Rio Sempre Rio</i> , 1996, p.31).		
Objetivos	Ações	Projetos
Meio ambiente	melhorar as zonas verdes e os espaços naturais	- arborização de ruas, parques e praças - Parque Marapendi - pólo ecológico da Zona Oeste - monitoramento dos ecossistemas costeiros - recuperação de áreas degradadas
	despoluir as baías e bacias hidrográficas	- despoluição da baía de Guanabara - despoluição da baía de Sepetiba - despoluição da bacia hidrográfica de Jacarepaguá
	melhorar a qualidade da água	- despoluição do rio Paraíba do Sul - monitoramento químico da água
	impulsionar novos sistemas de gestão do lixo	- incentivo à indústria de reciclagem de lixo - recuperação e criação de aterros sanitários
	fomentar a educação ambiental	- fórum permanente irradiador de educação ambiental - mapa acústico e sistema de informação do nível de poluição
Qualificar a fortalecer a vida dos bairros e melhorar a qualidade dos espaços públicos	melhorar a qualidade do espaço urbano	- Rio Cidade - valorização da orla marítima da Baía de Guanabara
	fortalecer os bairros	- Plano Estratégicos de Bairros - resgate da memória dos bairros - espaços de integração cultural - centros de lazer e turismo popular
	dignificar os espaços públicos	- diagnóstico dos espaços públicos - Grandes Paisagistas - Ajude o seu Quarteirão
	eliminar as barreiras à mobilidade	- acessos a praças, parques e praias - transportes públicos e demais equipamentos urbanos

Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – "*Rio Sempre Rio*", 1996, p. 31-33 (adaptado do original).

A burocracia, a descontinuidade e a ineficiência da administração pública afastavam a relação do carioca com a cidade. Essa certeza (revelada no diagnóstico) foi inspiração para consolidar a estratégia 3, cuja finalidade era tornar o Rio de Janeiro mais "*participativo*" (quadro 9), a estimular, por consequência, uma prática cidadã. Neste sentido, para "superar as deficiências da máquina burocrática" (PECRJ, 1996, p. 35), propôs uma descentralização da estrutura municipal, através de terceirizações e parcerias público-privadas. Ademais, incorporou nessa estratégia à questão da segurança, como direito a ser garantido, a fim de incrementar o caráter participativo pretendido frente à imagem da cidade, associada à violência emergente.

Quadro 9 - Estratégia 3 / Rio Participativo.

<p align="center">Estratégia 3: Rio Participativo</p> <p align="center"><i>“As profundas transformações da vida urbana obrigam a mudanças na estrutura de governo local, à reorganização da vida comunitária, ao incremento da participação coletiva na construção da cidade, a novas formas de cidadania e convivência, e a uma administração pública eficaz eficiente, que estabeleça novas formas de relação e comunicação com o cidadão.” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, 1996, p. 35).</i></p>		
Objetivos	Ações	Projetos
Administração descentralizada e participativa	melhorar e descentralizar a administração municipal.	- descentralização da administração municipal - melhoria do sistema administrativo e aplicação de Programas de Qualidade Total
	facilitar as relações cidadão/administração municipal.	- canais de comunicação com a administração municipal
	criar sistemas de informações sobre a cidade.	- sistema integrado de informações do Rio de Janeiro / InfoRio
Desenvolvimento da cidadania	impulsionar os sistemas básicos de formação de cidadania.	- cursos de cidadania - centro de defesa da cidadania - centro comunitários volantes da cidadania - clube escolar - integração universidades/comunidades
	exercer a cidadania.	- Centros Integrados de Capacitação
Segurança para o cidadão carioca	reformar o sistema de segurança pública.	- criação de Força de Ordem Pública Estadual - descentralização da polícia - desmilitarização da polícia militar - capacitação dos policiais - criação de grupos especializados na polícia - articulação entre a polícia e a guarda municipal
	criar um sistema de informação sobre a ordem pública.	- criação de um Centro de Estatística sobre Violência e Segurança
	incentivar a participação cidadã nos temas de segurança	- comissões mistas de segurança - participação comunitária na força de ordem pública
	atualizar o sistema jurídico e penitenciário.	- ampliação da competência dos juizados de pequenas causas - instalação de novos juizados de pequenas causas - descentralização do juizado de menores - estímulo de aplicação de penas alternativas - ampliação da modernização do poder judiciário
	desenvolver ações prioritárias de segurança.	- ações prioritárias de segurança

Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”, 1996, p. 35-37 (adaptado do original).

De um “espaço polinuclear” (PECRJ, 1996, p. 39) e fragmentado por estruturas segregadoras, a estratégia 4 (quadro 10), pretendeu “integrar” a cidade do Rio de Janeiro através da articulação de eixos viários entre a orla e as zonas sul, norte e oeste que potencializasse a mobilidade, na intenção de identificar novas centralidades, requalificar o tecido consolidado e promover a “normalização urbana” (ibidem), minimizando as diferenças sociais.

Quadro 10 - Estratégia 4 / Rio Integrado.

<p align="center">Estratégia 4: Rio Integrado</p> <p align="center"><i>“O processo de integração crescente será alcançado através da melhor vertebração da cidade, do equilíbrio territorial e de novas centralidades que facilitem a difusão da qualidade urbana por toda cidade, a normalização da habitação, o fortalecimento do Centro e a melhor mobilidade dos cidadãos.” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, 1996, p. 39).</i></p>		
Objetivos	Ações	Projetos
Novas centralidades e revitalização do Centro	revitalizar o Centro da Cidade	- revitalização do Santo Cristo / Gamboa / Saúde - revitalização do Estácio / Cidade Nova - apoio à complementação do Projeto Teleporto - revitalização da área portuária - revitalização da Praça XV
	apoiar a construção de imóveis residenciais no centro	- recuperação dos espaços e prédios para adaptação em moradias
	desenvolver centralidades	- desenvolvimento de centralidades na zona norte (AP 3) - desenvolvimento de centralidades na zona oeste (AP 5)
Normalização urbanística	normalizar a situação urbanística	- Favela-Bairro
	desestimular a favelização	- desfavelização das áreas de risco - criação de barreiras ao crescimento de favelas
	incrementar a construção de moradia popular	- Plano de Habitação Popular - recuperação de conjuntos habitacionais degradados
Mobilidade interna	melhorar o sistema de circulação	- requalificação da malha urbana - estacionamento periféricos nos centros urbanos com ligação intermodal - implementação do sistema cicloviário com articulação nas estações de trem da zona oeste
	melhorar o sistema de gestão dos transportes de massa	- criação de órgão de gestão de transporte de massa na região metropolitana - implementação do sistema de integração tarifária - desregulamentação dos horários
	racionalizar o uso do ônibus	- estruturação dos corredores de transportes
	estruturar e fortalecer o sistema metro-ferroviário	- revitalização dos corredores ferroviários - implementação do metrô Arcoverde/Pavuna - transporte no corredor Barra/Penha - transporte no corredor Centro/Riocentro

Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”, 1996, p. 39-41 (adaptado do original).

Para alcançar as inspirações iniciais de internacionalização e competitividade, a estratégia 5 decidiu aperfeiçoar as “*portas do Rio*” (quadro 11) por meio de um conjunto de ações com foco na acessibilidade intermodal e, conseqüentemente, a partir da posição geográfica da cidade, estabelecer uma ampla rede de fluxo – pessoas, capitais, mercadorias e inovação – amparadas por infraestruturas aprimoradas de logística, tecnologia, informação e telecomunicações.

Quadro 11 - Estratégia 5 / Portas do Rio.

<p align="center">Estratégia 5: Portas do Rio</p> <p align="center"><i>“A cidade do Rio de Janeiro se configura como um centro articulador da Região Metropolitana e, ao mesmo tempo, como eixo vertebrador da mais importante região econômica do país. Esta situação privilegiada exige que suas portas de entrada e suas infraestruturas de acesso sejam adequadas para os importantes fluxos econômicos. A qualificação das portas internas, articulando as Zonas Sul, Norte e Oeste com o Centro é um pré-requisito para que o Rio seja um polo integrador da Região Metropolitana.” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, 1996, p.43).</i></p>		
Objetivo	Ações	Projetos
Acessibilidade	melhorar a acessibilidade rodoviária	- recuperação e expansão das rodovias federais - recuperação e expansão das rodovias estaduais - recuperação e expansão das rodovias municipais
	revitalizar o sistema hidroviário	- Baía da Guanabara - Barra da Tijuca
	desenvolver as portas internas	- terminais rodoviários - terminais metroviários - terminais ferroviários
Mercadorias	desenvolver o sistema ferroviário	- Japeri/São Bento/ Porto do Rio - Japeri/Brisa Mar - São Paulo - Rio/Vitória
	requalificar os sistemas aeroportuário e portuário	- dragagem dos portos do Rio e Sepetiba - terminal intermodal do Galeão
	implantar portas externas intermodais	- terminal São Paulo - terminal Santo Antonio - terminal Itaguaí / Porto de Sepetiba
	desenvolver sistemas operacionais e legislação	- sistemas operacionais - legislação
Telecomunicações	requalificar a telefonia básica	- telefonia fixa - telefonia celular - qualidade
	desenvolver a telefonia avançada	- Teleporto - zona de comunicação avançada - rede de alta velocidade

Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”, 1996, p. 43-45 (adaptado do original).

Desde os anos 60 o Rio de Janeiro tem demonstrado um déficit significativo nos setores produtivos, associado à desestruturação local com a troca da Capital Federal para Brasília. No entanto, para além da renovação e da modernização dos setores tradicionais, a estratégia 6, preocupada em estabelecer uma posição “competitiva” junto ao contexto-mundo (quadro 12), propôs reestruturar o potencial de determinados setores, como o universitário (pesquisa e desenvolvimento), o de petróleo e gás, e o das relações exteriores (principalmente com o Mercosul) em concomitância com “às tendências mundiais das grandes cidades como polo do terciário superior, centros financeiros, e espaços de indústria que convivem com o ambiente urbano” (PECRJ, 1996, p. 47).

Quadro 12 - Estratégia 6 / Rio Competitivo.

<p align="center">Estratégia 6: Rio Competitivo</p> <p align="center"><i>“Recuperar a competitividade do Rio, no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para a modernização dos processos produtivos, tais como: o fortalecimento dos setores econômicos tradicionais, o suporte para o desenvolvimento de setores emergentes, a implantação de serviços avançados e a potencialização de tecnologias e inovações.” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, 1996, p. 47).</i></p>		
Objetivo	Ações	Projetos
Melhoria das infraestruturas e serviços	apoiar a atividade comercial	- Riocentro - Centro de Convenções do Hotel Nacional - criação de novos espaços para feiras e convenções de médio porte
	fomentar o comércio exterior	- World Trade Center - Rede Mundial Eletrônica de Eficiência Comercial - Trade Point
	criar o Centro Financeiro Internacional	- Centro Financeiro Internacional
	atrair empresas	- revisão do zoneamento industrial - Custo Rio
Melhoria e desenvolvimento do tecido produtivo	desenvolver empresas de serviços de alta tecnologia	- empresas de serviços de valor adicionado às telecomunicações - Programa RIOSOFT
	desenvolver as vocações produtivas	- Polo de Cine e Vídeo - Rio Design e Rio Capital da Moda
	desenvolver empresas de base tecnológica	- Parque Tecnológico do Fundão - Incubadoras de Empresas - Rio-Tecnópolis - Empresa de capital de risco

Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”, 1996, p. 47-49 (adaptado do original).

Enquanto a mídia evidenciava o aumento significativo da violência no Rio, o PECRJ enfatizou uma imagem de cidade positiva e hospitaleira, propondo um desenvolvimento por atratividade. Baseado em seu potencial cultural, turístico e esportivo estruturou a linha estratégica 7, apostando na capacidade prospectiva de, no prazo de 8 anos, atingir a marca de “*polo regional, nacional e internacional*” (quadro 13).

Assim, dividiu a referida estratégia em quatro objetivos interrelacionados à cidade com base na cultura, no marketing, no esporte e no turismo (de consumo, de negócios, de eventos, entre outros), onde coube ao Centro a função e a posição catalisadora de “produção e consumo” (PECRJ, 1996, p. 51) de todo tipo de manifestação cultural, frente à escala macro intencional onde serão aplicadas estratégias distintas de redefinição da imagem do Rio de Janeiro, associadas ao marketing, ao esporte e ao turismo²⁰.

²⁰ Consta na relação de pessoas e instituições que participaram da elaboração do Plano “Rio Sempre Rio” a consultoria da empresa barcelonesa *Marketing Systems*, referência em marketing turístico. Para além de Barcelona e Rio de Janeiro, a referida empresa atuou em várias cidades do Brasil, inclusive no Plano Aquarela, que definiu a política de marketing turístico internacional do Brasil.

Quadro 13 - Estratégia 7 / Rio 2004, Polo Regional, Nacional e Internacional.

Estratégia 7: Rio 2004, Polo Regional, Nacional e Internacional <i>“O Rio desenvolverá uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre a sua imagem interna e externa, de modo a se tornar um polo de atratividade regional, nacional e internacional. O Plano estabelece como marco estratégico o fim do ano 2004, quando serão colhidos resultados expressivos nos campos da atratividade cultural, do esporte e de eventos”. (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, 1996, p. 51).</i>		
Objetivo	Ações	Projetos
Centro do Rio como mercado cultural	reforçar as infraestruturas culturais do Centro da cidade	<ul style="list-style-type: none"> - complementação das obra dos Teatro Municipal - criação de novos museus no Centro - ampliação do Centro Cultural dos Correios - criação de um espaço público para abrigar os pequenos museus
Cidade esportiva	apoiar o projeto dos Jogos Olímpicos 2004	- candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004 ²¹
	melhorar as infraestruturas esportivas	<ul style="list-style-type: none"> - programa de novas infraestruturas esportivas - revitalização das infraestruturas esportivas - revitalização dos clubes - criação do Centro de Alto Rendimento Esportivo na Urca
Marketing da cidade	redefinir a imagem do Rio	- desenvolvimento de um Plano Cooperativo de Imagem
	criar um projeto de marketing para o Rio	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento de um Plano Operacional de Marketing - atração de sedes de organizações e associações públicas e privadas
Turismo e eventos	melhorar os sistemas de informação e divulgação	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Informação-Turística e de Eventos - Sinalização dos acessos e uso dos centros de interesse turístico
	ampliar o mercado turístico com oferta dirigida	<ul style="list-style-type: none"> - novos roteiros - grandes eventos esportivos e culturais - turismo especializado
	criar diferenciais de atratividade turística	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Qualidade Total - Corredores Turísticos

Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”, 1996, p. 51-53 (adaptado do original).

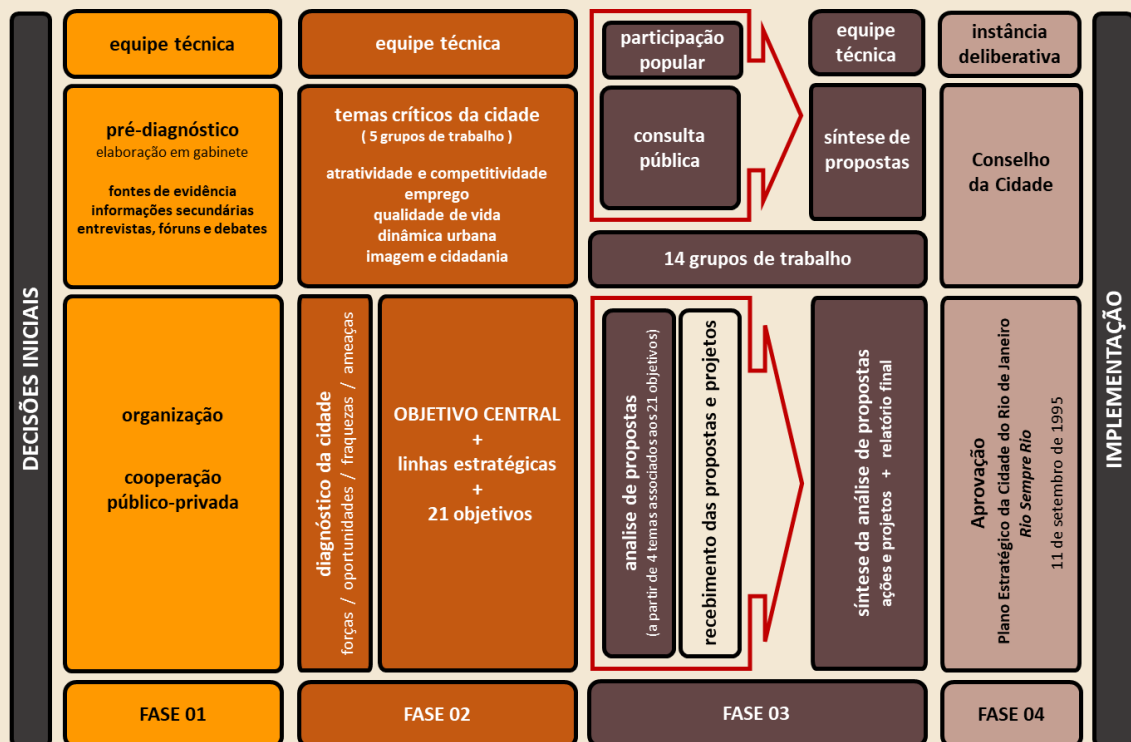
Em vários momentos do Plano “Rio Sempre Rio” é possível identificar alusões à referida estratégia, cujo ápice revela uma potência intencional de reestruturação urbana, a ser convertida em sede de megaeventos, objetivando o plano de atratividade, bem como, o oportunismo acelerado e facilitador dos processos de intervenção urbana, nada inédito quando comparado ao “sucesso” inspirador dos Jogos Olímpicos de Barcelona.

No âmbito geral, as linhas estratégicas se desdobraram em ações, apontadas a partir de uma sequência de indicadores de impacto que dependiam de fontes de evidências (dados, taxas, números, entre outros), a fim de subsidiar os projetos que, conforme PECRJ (1996), foram

²¹ Devido ao grande número de cidades inscritas para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, o COI decidiu dividir o processo em duas fases. O Rio de Janeiro, junto com San Juan, Sevilha, Lille, Istambul e São Petersburgo foi eliminado ainda na primeira fase. A cidade grega de Atenas venceu Roma e foi consagrada sede das Olimpíadas de 2004, em 5 de setembro de 1997. O Rio de Janeiro retomou o processo de candidatura as Olimpíadas em 2003, para sediar os Jogos Olímpicos de 2012, cujo resultado consagrou a cidade de Londres. A insistência do Rio de Janeiro foi celebrada em 02 de outubro de 2009, quando anunciada que a cidade carioca sediaria os Jogos Olímpicos de 2016, após vencido as candidaturas de Madri, Chicago e Tóquio.

apresentados na forma de “fichas” descritivas, associadas a responsáveis institucionais (secretarias de governo municipal, estadual e federal; sindicatos; associações; setor privado; entidades; universidades; agências multilaterais entre outros), origem de recurso financeiro é possível estágio de andamento, categorizados “em projeto”; “em estudo”; “em execução”; “em carteira”; ou “a desenvolver”²². O referido trabalho demonstrou a capacidade dos agentes envolvidos em sistematizar um diagnóstico e, dele, prospectar – dos produtos dessa síntese (figura 21) - as estratégias que se realizariam através de objetivos, ações e projetos. Intenções que foram consolidadas no esboço geral do plano estratégico, cuja aprovação, em reunião do Conselho da Cidade, no dia 11 de setembro de 1995, marcou o início do processo de implementação do Plano Estratégico “Rio Sempre Rio”.

Figura 21 - Síntese metodológica do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

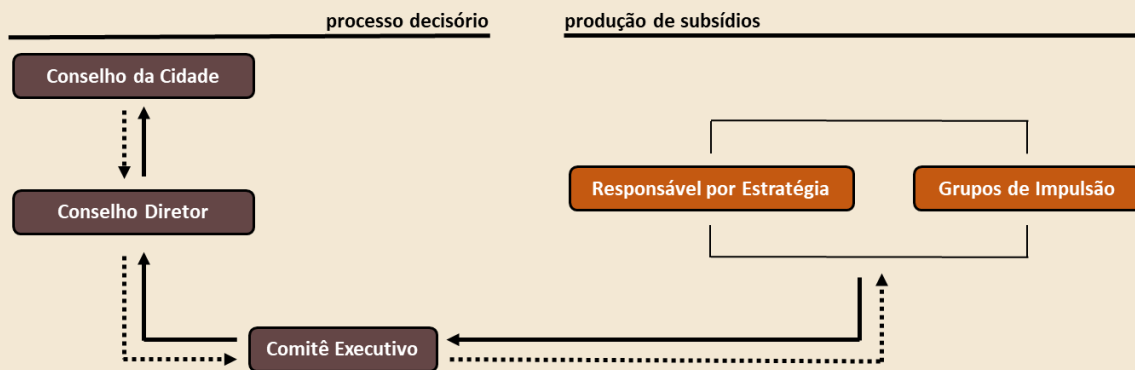
A implementação do plano propôs uma nova estrutura organizacional (figura 22), mantendo os conselhos deliberativos (Conselho da Cidade e Conselho Diretor) articulados ao Comitê Executivo. No entanto, as equipes técnicas que antes estavam responsáveis por elaborar e sistematizar o diagnóstico e os desdobramentos das linhas estratégicas dissolveram-se, sendo incorporado ao PECRJ um novo grupo, intitulado “Grupos de Impulsão”, com a função de gerenciar a estrutura já definida (estratégia – objetivo – ação – projeto) em estratégias de implantação, associadas a um cronograma de atividades, “tendo em vista que os projetos a serem concretizados não são homogêneos – nem quanto a seu estágio de desenvolvimento, nem quanto ao grau de complexidade de sua implementação” (PECRJ, 1996, p. 104).

Posto em funcionamento, o plano contou com uma agenda de atividades, cuja intenção era a de manter *em aberto* o fluxo do plano para possíveis revisões, adequações e atualizações que

²² Informações que foram questionadas incansavelmente, principalmente pela população, quando apresentadas - na redação final do plano estratégico – devido à prioridade e à hierarquização de certas ações, acusando o conselho deliberativo de manipulação das decisões junto ao processo de implantação do plano.

fossem necessárias, tanto para as atividades previstas como para possíveis novas inserções, informados mensalmente através de documento publicado. Ademais, consolidou um novo consórcio mantenedor, responsável por viabilizar financeiramente – ao longo da fase de implantação - a contratação de agentes externos, como consultores e assessorias técnicas.

Figura 22 - Estrutura organizacional de implementação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - “Rio Sempre Rio”, p. 105. Adaptado do original.

Neste contexto operacional coube ao Conselho Diretor a função de se reunir mensalmente para avaliar o andamento dos trabalhos e possíveis ajustes (a partir de um calendário estabelecido), mantendo o seu caráter deliberativo capaz de decidir a respeito de ações a serem implementadas. Também, no intervalo trimestral, ficou previsto a realização de seminários e fóruns para estimular as reflexões, a partir de “temas-chave”, a contar com a participação de agentes externos e trocas de experiências, cuja síntese será divulgada e publicada, através de “informes” semestrais, a cargo do Conselho da Cidade.

Por fim, ficou acordado que a fase de implantação do PECRJ será avaliada após concluir dois anos de atividade, tendo como referência os efeitos, os indicadores e os impactos, associados às ações implementadas, a revelar “as transformações ocorridas e o grau de interferência na vida local” (PECRJ, 1996, p. 104).

Apesar do esforço sistêmico destinado à elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (aproximadamente 20 meses), e dos compromissos firmados em fase de implantação (a partir de setembro de 1995), o ambicioso plano “Rio Sempre Rio”, do primeiro mandato do prefeito César Maia (1993 a 1996), foi considerado inexpressivo, devido à incapacidade de alcançar uma prática efetiva associada aos 158 projetos distribuídos em sete linhas estratégicas, principalmente quando analisados a partir das fichas de projeto, que, devido à necessidade de complexas articulações, se apresentavam – conforme PECRJ (1996) – “em estudo”, “em carteira”, ou “a desenvolver”, ou seja, ainda em fase inicial de elaboração. No entanto, apesar da evidente inoperância, a latência da ideia inicial do plano priorizou algumas linhas estratégicas, das quais alguns projetos se destacaram pois, apesar de não concluídos naquele mandato, em parte, tendia a responder tanto ao compromisso assumido junto ao objetivo central do Plano “Rio Sempre Rio”, como ao ajuste necessário diante da economia global e da revolução tecnológica.

Assim, a linha estratégica 2 - “Rio Acolhedor” – priorizou o *Projeto Rio Cidade*, baseado em intervenções em áreas de predominância comercial, eixos de circulação e/ou centralidades de bairros com obras de “recuperação e embelezamento arquitetônico” (PECRJ, 1996, p.65). Inserido como estratégia de *city marketing*, pertencimento, cultura e gestão urbana, o referido projeto elegeu – em fase I – os bairros da Ilha do Governador, Copacabana, Catete, Vila Isabel,

Penha, Campo Grande, Ipanema, Botafogo (Voluntários), Tijuca, Centro, Méier, Leblon, Bonsucesso, Madureira e Pavuna (considerando suas áreas remanescentes).

A linha estratégica 4 - “Rio Integrado” – elencou o *Programa Favela-Bairro*, com o propósito de integrar a população das favelas ao entorno, através de infraestrutura, equipamentos urbanos, serviços públicos, mobilidade e transporte, além de estimular o sentido de pertencimento. As questões sócio-territoriais atreladas a essa linha estratégica prospectavam intenções que, segundo o PECRJ (1996), revelariam as peculiaridades da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, na intenção de alcançar o status de uma “marca”, coligou a linha estratégica 7 - “Rio Integrado e “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional” – e, dessa fusão, priorizou a *Revitalização do Centro da Cidade*, com ênfase no Morro da Conceição e nas praças XV e Tiradentes, no eixo Cidade Nova/Centro/Aeroporto Santos Dumont, além de infraestrutura cultural e promoção habitacional, associada a novas unidades e à revitalização de cortiços.

Na intenção de estabelecer uma rede de fluxo de capital, de pessoas, de mercadorias e de informações, a linha estratégica 5 – “*Portas do Rio*” - privilegiou o projeto *Teleporto*, a promover cadeias globais de produção, oferecendo um nível de excelência em sofisticação tecnológica e de telecomunicações; e a *dragagem do Porto de Sepetiba*, a fim de ampliar a entrada de navios de até 150.00 Tpb (Tonelagem de porte bruto).

Por fim, a linha estratégica 6 - “Rio Competitivo” – com o *Parque Tecnológico do Fundão* (na UFRJ), a incentivar os setores empresariais ligados a incubadoras, centros de pesquisa e serviços avançados de alta tecnologia (inspirado no *Silicon Valley*, na Califórnia); e o *Complexo Rio Design e Rio Capital da Moda*, devido à concentração de escolas de desenho industrial em todo Estado.

Ademais, para além da cidade do Rio de Janeiro e do seu pioneiro plano estratégico, o referido período, apesar da política brasileira de estabilização do Plano Real (1994), foi marcado pela instabilidade dos movimentos sociais e da sua participação popular (conquistada na redemocratização) devido ao “ajuste” da política macroeconômica e neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002) que, apesar de seletiva no início, em comparação com toda a América Latina, não escapou da “receita” econômica proposta pelo Consenso de Washington, bem como, de seus “ingredientes”, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial, a OMC (Organização Mundial de Comércio) e a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), “gerando um clima de hegemonia intelectual batizado num certo momento de *pensamento único*” (RICUPERO, 2017, p. 612, grifo do autor).

Deste contexto, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro “*Rio Sempre Rio*”, inspirado pela catequese barcelonesa, se realizou, e apesar das críticas, materializou estruturalmente as ideias que circulavam no âmbito mercadológico do “fazer cidade” frente à “escala-mundo”. Situação que, devido a alianças ocasionais, foi mantida como referência na prefeitura, com a sucessão de Luiz Paulo Conde (1997 – 2000 [PFL])²³, ampliada por mais duas gestões, com o retorno de César Maia (2001-2004 [PTB] / 2005-2008 [PFL/DEM])²⁴, permitindo assim, a implementação, a revisão, a adaptação e, principalmente, a atualização de uma ideia de cidade, bem como, das intenções iniciadas em 1992.

²³ Apesar do vínculo e da referência ao plano “*Rio Sempre Rio*”, Luiz Paulo Conde manteve o propósito de centralizar no arquiteto e urbanista o campo das cidades e das questões urbanas, priorizando os projetos “*Rio-Cidade*” e “*Favela-Bairro*”.

²⁴ A reparação de César Maia junto à prefeitura do Rio de Janeiro (de 2001 a 2008) descentralizou o plano “*Rio Sempre Rio*” através do plano estratégico “*Rio de Todos os Bairros*” (considerado o segundo plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro). Com foco no desenvolvimento endógeno, propôs planos simultâneos em 12 regiões da cidade; o observatório do plano estratégico; e, em parceria com a Secretaria Municipal da Fazenda, o orçamento participativo. Ademais, assume – enquanto objetivo a seguir – a elaboração de um terceiro plano estratégico, ampliando a área de abrangência para a região metropolitana do Rio de Janeiro. No entanto, segundo histórico dos planos estratégicos do Rio de Janeiro, apresentado no plano “*Rio 2020: mais solidário e mais humano*” (2017 – 2020) do prefeito Marcelo Bezerra Crivella, o novo plano de César Maia “não saiu do papel” (PECRJ, 2017, p. 9).

3.3 Críticas e desdobramentos: as reverberações do plano carioca.

Unificada e confortada pelo consenso, a cidade estabeleceu, através da unanimidade homologatória de seus conselheiros, o primeiro Plano Estratégico do Hemisfério Sul. Viva a Associação Comercial e a Federação das Indústrias, que tomaram tão entusiasmadamente a iniciativa de recuperar a cidade! Viva o empresariado consciente, que assume a sua responsabilidade social! Viva o prefeito! Viva o candidato à sucessão do prefeito! Viva a parceria público-privado! Viva Barcelona! E viva o Rio de Janeiro, que continua lindo!

Carlos Vainer

A exclusão irônica e incisiva da população ao elencar os agentes envolvidos no PECRJ (1996), conforme Vainer (2013a [2000]) na epígrafe acima, é base-crítica ao plano “*Rio Sempre Rio*”, iniciada ainda em fase de elaboração, e propagada ao longo de todo o processo deste formato-cidade, objetivado no plano estratégico e fundamentado nos ideais neoliberais.

Suas intenções de fundo hegemônico global foram estruturadas com base na obsolescência de processos socioeconômicos pretéritos, associados às "atualizações" nos campos econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e culturais, cujos instrumentos – de ordem objetiva e subjetiva – configuraram um “pensamento único”.

Sua racionalidade imposta incorporou determinados “ajustes” no âmbito do fazer cidade e transformou o território, baseados em teorias e metodologias do planejamento estratégico empresarial que, segundo Vainer (2013 [2000]), revelou condições análogas à mercadoria, “a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (ibidem, p. 78); à empresa, “como agente econômico que atua no contexto de um mercado” (ibidem, p. 86); e a pátria, no sentido de unidade e consenso diante de determinado propósito, pois, “sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas” (ibidem, p. 91).

Como parte do jogo neoliberal, este receituário compõe a base estrutural do Plano Estratégico “*Rio Sempre Rio*”, e destes princípios é que foram elencadas as principais críticas da experiência carioca diante dessa “animação urbana” (ARANTES, 2013 [2000], p. 13), cujas regras impostas prospectavam um “*urbanismo de resultado*” (ASCHER, 1994, p. 94, grifo do autor), que na prática, conforme Peter Hall (2018 [1988]), aliançou o planejador ao empreendedor, “seu tradicional adversário” (ibidem, p. 499).

No caso do Rio de Janeiro, a solução proposta para resolver o paradoxo *cidade-empresa-mercadoria* foi insistentemente proferida no PECRJ (1996) a partir da necessidade de uma ideia-consenso para tornar – através do planejamento participativo – “a cidade que os cariocas desejam” (PECRJ, 1996, p. 12 [mensagem do Conselho Diretor]).

No entanto, segundo Vainer²⁵ (2013a [2000]), o referido discurso foi submetido a uma instância deliberativa, formada pelo Conselho Diretor e pelo Comitê Executivo e, por mais que esboçasse a construção coletiva, os processos de síntese foram realizados por equipes técnicas do plano e encaminhados pelo Comitê Executivo, onde qualquer esforço em descrever a metodologia proposta teve como resultado seu “*autodiagnóstico*” (ibidem, p.111, grifo do autor), que definiu tendências, pontos fortes e pontos fracos, sob duvidosa clareza reflexiva e valorativa. Procedimento que seguiu o mesmo modelo ao definir as linhas estratégicas, os objetivos, bem

²⁵ O professor, economista e sociólogo Carlos Bernardo Vainer atuou no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro como membro do Conselho da Cidade, enquanto representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ.

como, as ações e os projetos do plano, sob a força dos agentes envolvidos, chancelados pelo poder do capital simbólico do prefeito César Maia.

É evidente o arbítrio na atribuição de valores; na verdade, à falta de explicitação dos critérios e das estratégias alternativas possíveis, o que se tem é a pura e simples afirmação, em nível absolutamente vulgar, do senso comum neoliberal a respeito do que seja bom ou ruim, positivo e negativo. [...] Bom, aqueles que não são especialistas em planejamento estratégico devem, a esta altura, perguntar-se: para que serve a identificação das tendências, se já sabe, de antemão, o que é bom e o que é ruim, o desejável e o indesejável? E para ser mais direto: de que serve o diagnóstico? (VAINER, 2013a [2000] p. 112 – 113).

Porém, para além da crítica estrutural-metodológica, o PECRJ foi condenado inclusive por agentes envolvidos diretamente no seu processo de elaboração, como no caso do geógrafo e urbanista Jordi Borja (2011), que atuou no plano como consultor, representante da TUBSA (Tecnologies Urbanes Barcelona S.A.), e da arquiteta e urbanista Verena Andreatta (2011) que, na ocasião era presidente do Instituto Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (1993 – 2000).

Apesar de reconhecerem os projetos “Rio-Cidade” e “Favela-Bairro” como práticas relevantes e bem-sucedidas do Plano Estratégico “*Rio Sempre Rio*”, ambos enfatizam e concordam com a incapacidade gestora em combater efetivamente as fraquezas e as ameaças reveladas no diagnóstico, com ênfase na degradação dos espaços públicos, a baixa autoestima da população carioca, a vulnerabilidade da coesão social, a violência emergente e as questões de mobilidade.

As críticas de âmbito metodológico e executivo responsabilizaram as unidades gestoras da ineficiência da experiência pioneira carioca. No entanto, ao término da primeira gestão de Cesar Maia, sob influência constante dos consultores externos, o plano havia cumprido o processo sugerido pela cartilha estratégica empresarial e, deste esforço, seguiu vigente por 12 anos – até 2008 – a revisar e propor, segundo Guanais e Fischer (1999), “estratégias emergentes” (da noção de Mintzberg), sem qualquer vínculo da origem, porém, provenientes do plano “*Rio Sempre Rio*”, como a Agência de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro (ADURB), a Secretaria Especial de Turismo e a Empresa Municipal de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. (RIOTUR), bem como, o Plano de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro, intitulado “*Plano Maravilha*”.

As renovações subsequentes da prefeitura do Rio de Janeiro (figura 23) mantiveram a estrutura do plano “*Rio Sempre Rio*”, porém, apesar da referência, foram atualizados conforme intenções distintas e, devido à capacidade macro abrangente, tem acompanhado os gestores que, na maioria dos casos, converteram o instrumento estratégico a seus planos de governo, como nos casos dos planos estratégicos “*O Rio Mais Integrado e Competitivo*” de 2009 a 2016, das gestões do prefeito Eduardo Paes; e “*Rio 2020: Mais Solidário e Mais Humano*” de 2017 a 2020, do prefeito Marcelo Crivela.

Figura 23 - Planos estratégicos subsequentes da cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br>.

O Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (PEPRJ), apresentado na primeira gestão de Eduardo Paes (PMDB)²⁶ - subtítulo “*O Rio Mais Integrado e Competitivo*” - não menciona qualquer relação com o plano “*Rio Sempre Rio*” de 1996, porém, retoma a reflexão sobre a imagem da cidade, e a ela associa 8 objetivos centrais que se desdobraram em 10 “áreas de resultado”, sendo, saúde; educação; ordem pública; emprego e renda; infraestrutura urbana; meio ambiente; transportes; cultura; esporte e lazer; assistência social; e gestão e finanças públicas. Sob a lógica de “pensar no longo prazo para agir no curto prazo” (PEPRJ, 2009, p. 11), o referido plano manteve seus compromissos atrelados ao intervalo de gestão (2009-2012), revelando, sem qualquer constrangimento, uma relação direta com o plano de governo²⁷. Seus 8 objetivos, 37 diretrizes (setoriais) e 46 metas foram traduzidos em desafios e oportunidades, divididos em duas fases distintas - uma estratégica e outra tática – que foram elaboradas pelo corpo técnico da prefeitura, subordinado à Secretaria Municipal da Casa Civil (subdividida na Subsecretaria de Monitoramento de Resultados e no Escritório de Gerenciamento de Projetos [EGP]), à Superintendência de Orçamento e demais órgão do governo, cujo caráter endógeno e centralizador foi mantido pelo poder simbólico do prefeito Eduardo Paes, garantindo assim, a prioridade do plano junto às demais secretarias. Efeito estruturalmente objetivado por iniciativas estratégicas de controle, intituladas “choque de ordem”, reveladas em projetos atrelados a questões de segurança, do espaço urbano, da vigilância, da conservação do patrimônio, e até mesmo nos resultados (quando tratados no contexto de implementação e execução). Dentre os projetos do plano estratégico, destaque para a revitalização portuária, intitulada “Porto Maravilha”, que propunha até 2012 a abertura da Pinacoteca, a reforma do Pier Mauá, a recuperação de armazéns nas docas, a revitalização do bairro da Saúde, a garagem subterrânea da Praça Mauá e a construção de um novo acesso viário ao porto. No entanto, além deste, o protagonismo do plano estratégico – enquanto compromisso de governo – possibilitou um número expressivo de projetos realizados, a ponto de reeleger Eduardo Paes, no pleito municipal de 2012.

A recondução de seu mandato propôs a revisão do Plano Estratégico “*O Rio Mais Integrado e Competitivo*”. No entanto, a nova gestão precisava acomodar as intenções pregressas a compromissos já assumidos pelo Rio de Janeiro, como a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016). Assim, a exemplo de Barcelona, os megaeventos deram o tom da revisão do plano. Neste sentido, a partir de um orçamento previsto de 38,6 bilhões – sendo 24,6 bilhões de recursos da prefeitura e 14 bilhões de recursos externos - a prefeitura contratou a consultoria estratégica da *McKinsey & Company* (de setembro de 2011 a março de 2012) e juntos propuseram – enquanto metodologia – investigar as percepções da cidade e as expectativas de futuro através de duas entrevistas distintas: a primeira, realizada com especialistas em serviços públicos que resultou em quatro oficinas de trabalho conduzidas pela prefeitura; e a segunda, realizada pelo IBOPE, com mil cidadãos. Ademais, instalou o Conselho da Cidade, enquanto fórum consultivo, formado por profissionais de diversas áreas como economia, arquitetura e urbanismo, jornalismo, meio

²⁶ O termo “Pós 2016”, replicado nos planos das gestões de Eduardo Paes (“*O Rio Mais Integrado e Competitivo*” [versões 2009 a 2012 / 2013 a 2016]) fazem alusão prospectiva à cidade do Rio de Janeiro, principalmente devido aos megaeventos sediados no referido interstício.

²⁷ Em substituição ao termo “*Programa de Metas*” foi inserido na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOM/RJ) o termo “*Planejamento Estratégico*”, alterando os artigos 107 A e o §10 e §11 do artigo 254. O dispositivo, de autoria do vereador Paulo Messina (PV), foi apresentado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no ano de 2009 e aprovado em 2011 com a seguinte redação: LOM/RJ: Seção II – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO. Art. 107 A - “*O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Plano Estratégico de sua gestão, até cento e oitenta dias após sua posse, o qual conterá os seguintes objetivos do governo, as diretrizes setoriais, as iniciativas estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada uma das áreas de resultado da Administração Pública Municipal, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e seus objetivos, as diretrizes e as demais normas do Plano Plurianual*”. LOM/RJ: Capítulo III – DOS ORÇAMENTOS. Art. 254 § 10 – “*As Leis de Diretrizes Orçamentárias deverão incorporar as iniciativas estratégicas e os indicadores e metas quantitativas por área resultado do Plano Estratégico do Município*”. Art. 254 § 11 – “*Os objetivos do governo e as diretrizes setoriais do Plano Estratégico serão incorporados ao projeto de lei que visar à instituição do plano plurianual dentro do prazo legal definido para a sua apresentação à Câmara Municipal*”.

ambiente, artes, engenharia, entre outras²⁸, cuja responsabilidade pautava o acompanhamento da revisão e a execução das metas do plano. A ação conjunta destes agentes foram sistematizadas pela equipe técnica da prefeitura, através de um diagnóstico que resultou em 9 objetivos centrais (interrelacionados a atuação da prefeitura) que se desdobraram em 10 áreas de resultados, 56 metas e 58 iniciativas, analogamente associadas – no âmbito estrutural - às linhas estratégicas, aos objetivos e às ações/projetos do plano estratégico “*Rio Sempre Rio*” (1996).

Apesar dos propósitos do PEPRJ (2013) serem mantidos por toda a gestão de Eduardo Paes, muitos projetos foram ofuscados por aqueles atrelados aos Jogos Olímpicos de 2016, como o Porto Maravilha, o Boulevard Olímpico, o corredor Presidente Tancredo Neves – também chamada de “Transolímpica” – que ligou o bairro do Recreio a Deodoro, e as obras de mobilidade (o VLT [Veículo Leve sobre Trilhos] e o BRS [*Bus Rapid Service*], sendo avaliado de forma positiva ao final do evento. No entanto, a descontinuidade dos projetos, os efeitos gentrificadores e a falta de manutenção e ajustes das obras acumularam descontentamento por beneficiar somente parte da população. Ademais, prestes a terminar o mandato, as críticas a Eduardo Paes foram ampliadas, principalmente por Marcelo Bezerra Crivella (PRB/Republicanos) que, na condição de candidato às eleições municipais de 2016, não poupou esforços em elencar o outro lado do legado do prefeito, como a queda da ciclovia “*Tim Maia*”, o não cumprimento da climatização da frota de ônibus, a contraditória defesa do táxi frente a emergência da Uber, o desaparecimento das vigas da obra da perimetral, a ineficiência da central de atendimento da prefeitura (o “1746”), o aumento da passagem de ônibus, as dívidas públicas, e a indicação de Pedro Paulo (PMDB) – aliado de Eduardo Paes – cujo candidato acumulava uma série de denúncias de violência doméstica. Assim, com 56,36% de votos válidos, o candidato Marcelo Bezerra Crivella foi eleito – em segundo turno (concorrido com Marcelo Freixo [PSOL]) - prefeito da cidade do Rio de Janeiro, assumindo em 1º de janeiro de 2017²⁹.

Apoiado nas críticas de campanha a seus adversários, o discurso de posse do novo prefeito enfatizou a crise brasileira de ordem política e econômica e as dívidas municipais acumuladas em mandatos anteriores, partindo, assim, de uma política de austeridade, porém, com foco no turismo (enquanto vocação carioca) e na necessidade de governar para os cidadãos, sistematizado em um plano de governo intitulado Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “*Rio 2020: mais solidário e mais humano*”, apresentado em 4 de julho de 2017.

Algumas iniciativas dos planos “*Rio Sempre Rio*” e “*O Rio Mais Integrado e Competitivo*” foram consideradas. No entanto, as boas práticas acumuladas serviram para inspirar um plano mais amplo e abrangente, cuja incumbência ficou a cargo da Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental, criada para administrar o Escritório de Formação e Capacitação (Instituto João Goulart); o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas (EGP-Rio); e o Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão, sendo este responsável por formular as políticas públicas (a partir do diagnóstico do plano) e pôr em prática o Núcleo de Sustentabilidade, Resiliência e de Boas Práticas, por meio das 17 dimensões de sustentabilidade recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU)³⁰. Contudo, para além da ampliação estrutural do

²⁸ Formado por 120 membros, o Conselho da Cidade contou com a participação de Carla Camurati (atriz e cineasta), Ferreira Gullar (escritor), Luiz Carlos Barreto (diretor de cinema), Alfredo Lopes (Associação Brasileira de Indústria de Hotéis / ABIH-RJ), Pedro Abramo (economista e professor), Fernanda Montenegro (atriz), Sérgio Magalhães (arquiteto e urbanista) e Ricardo Amaral (jornalista e empresário de entretenimento noturno).

²⁹ A eleição municipal do Rio de Janeiro, em 2016, ocorreu em meio a tensões políticas devido ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e à prisão dos ex-governadores Anthony Garotinho e Sergio Cabral.

³⁰ As referidas dimensões estão associadas à Agenda 2030 como referência ao projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil. São elas: (1) erradicação da pobreza; (2) fome zero e agricultura sustentável; (3) saúde e bem-estar; (4) educação de qualidade; (5) igualdade de gênero; (6) água potável e saneamento; (7) energia limpa e acessível; (8) trabalho decente e crescimento econômico; (9) indústria, inovação e infraestrutura; (10) redução das desigualdades; (11) cidades e comunidades sustentáveis; (12) consumo e

plano, a referida gestão buscava modelar uma “nova cidade” através de uma “visão avançada de planejamento” (PECRJ, 2017, p. 10). Assim, associado ao plano de governo, o prefeito Marcelo Crivella propôs também compatibilizar o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro ao Plano Plurianual (PPA), entre 2017 a 2021 (associando diretrizes do plano ao orçamento a ser enviado para câmara), ao Plano Diretor (alinhado com os planos setoriais e planos regionais) e ao Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), propondo um legado para 2030.

Uma tentativa de resposta, diante das crises estaduais e federais que transferiram aos municípios brasileiros uma série de competências que não vieram acompanhadas de repasses de recursos na mesma proporção. Ademais, considerando as particularidades carioca, o Governo Federal ainda parte do território do Rio de Janeiro com empresas públicas e serviços, devido à condição-sede que antecedeu Brasília, que, por um lado é positivo devido às oportunidades geradas e mantidas, porém, sob limitada autonomia municipal.

Diante deste contexto, as intenções do PECRJ (2017) estiveram alinhadas a um processo de governança local, enfatizando a inversão da cidade do Rio de Janeiro (antes atrelada ao Estado) que, na condição de metrópole, agora se articula com sua região metropolitana a fim de vencer os desafios propostos, baseados em duas realidades interrelacionadas. A primeira, associada à missão do plano estratégico e de caráter socioestrutural, pautou o combate à pobreza e às desigualdades, pois, conforme apresentado, essa é a condição que impede o modelo de desenvolvimento pretendido. Já a segunda, de ordem institucional-financeira, revelou um déficit de “3 bilhões no orçamento municipal” (PECRJ, 2017, p. 26) somado às políticas descentralizadoras de âmbito federativo e estadual. Dificuldades que somente seriam solucionadas com o aumento da arrecadação, a captação de empréstimos e a adoção de parcerias interinstitucionais e público-privadas (PPP’s).

Ao alinhar a condição da prefeitura às decisões iniciais de propósito e viabilidade, teve início a fase de elaboração do plano estratégico. Centralizado na Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental, a primeira etapa, intitulada “diálogos internos”, concentrou esforços na articulação, na sistematização e na validação de informações advindas da estrutura administrativa da prefeitura (secretarias e órgãos envolvidos), tendo como resultado um documento-base (ou pré-diagnóstico), estruturado no prazo de 180 dias e apresentado à câmara dos vereadores, conforme o art. 107 A da Lei Orgânica do Município. Na sequência, no prazo de 90 dias, conforme decreto 42.784 de 01 de janeiro de 2017, foram estabelecidos “diálogos externos”, na forma de debates, reuniões temáticas, consulta pública e acesso digital ao documento-base, a fim de receber sugestões a respeito do documento prévio e, assim, concluir a elaboração e a redação final do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro “*Rio 2020: mais solidário e mais humano*”.

Segundo o PECRJ (2017, p. 41), a sequência pós diagnóstico resultou em 4 dimensões do plano estratégico (econômica, social, urbano-ambiental e governança), subdivididas em 7 áreas de resultado³¹, seguidas por 101 diretrizes/metras (objetivos) e 65 iniciativas estratégicas (projetos/ações) associadas a indicadores de acompanhamento, prazos e orçamento.

produção responsáveis; (13) ação contra a mudança global do clima; (14) vida na água; (15) vida terrestre; (16) paz, justiça e instituições eficazes; (17) parcerias e meios de implementação. Fonte: <https://brasil.un.org/>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

³¹ As áreas de resultado foram organizadas da seguinte forma: [dimensão econômica] (1) Rio global, produtivo, inovador e de oportunidades (7 diretrizes/metras e 6 iniciativas estratégicas); [dimensão social] (2) saúde preventiva (21 diretrizes/metras e 13 iniciativas estratégicas), (3) capital humano na formação do carioca (14 diretrizes/metras e 9 iniciativas estratégicas), (4) Rio seguro e vigilante (6 diretrizes/metras e 3 iniciativas estratégicas); [dimensão urbano-ambiental] (5) Rio verde, limpo e saudável (16 diretrizes/metras e 9 iniciativas estratégicas), (6) território descentralizado, inclusivo e conectado (19 diretrizes/metras e 13 iniciativas estratégicas), [dimensão governança] (7) governança para os cidadãos (18 diretrizes/metras e 12 iniciativas estratégicas). Fonte: PECRJ, 2017, p. 41.

É hora de aplicar em nosso país a justiça federativa, descentralizando receitas e investimentos para atender as responsabilidades cada vez maiores que foram transferidas para o município. Razão a mais para fortalecer o planejamento e as estratégias locais de expansão da economia com inclusão social e sustentabilidade, sem esquecer que somos uma cidade metropolitana e que devemos planejar o futuro combinando-o com os nossos vizinhos (PECRJ, 2017, p. 5 [Carta do Prefeito]).

A permanência do plano estratégico junto às prefeituras do Rio de Janeiro, desde 1993, não trata a referida prática exclusiva da cidade carioca. Sua persistência atesta uma experiência que se acomodou no campo das políticas públicas e, ao longo do tempo, tem demonstrado capacidade de adaptação, complexidade e/ou sofisticação, iniciada com o processo de globalização, através da concorrência distribuída no planeta, e viabilizada diante da neoliberalização vigente.

No entanto, segundo Lima Júnior (2010), mais do que revelar efeitos objetivados no espaço urbano que, na maioria das vezes, tendem a processos de valorização do território associados à gentrificação, ou melhor, a determinados tipos de “expulsão” (Sassen, 2016 [2014]) de determinados grupos frente ao capitalismo global, o planejamento estratégico de cidades se realiza sob “efeitos simbólicos” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 185) revelados - na forma e privilégios e protagonismos – por determinados agentes que se movimentam no campo do “fazer cidade” a partir de intenções distintas, fundamentadas na sua interpretação da realidade. Assim, as respostas associadas a determinadas escolhas tratam “de fazer ver o mundo de um modo particular e de fazer agir segundo esse modo de ver” (ibidem).

Ou seja, apesar de forte base estrutural, com foco na competitividade que se realiza através da “disputa entre locais” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 187), o “modelo”, neste caso urbano e estratégico, circula de forma distinta e cognitiva associadas a tensões contextuais e intencionais de âmbito local que deformam a inspiração de origem, na intenção de propor determinados ajustes advindos, conforme Lima Júnior (2010), da capacidade técnica, do funcionamento capitalista do Estado, das referências ideológicas e/ou posicionamentos políticos, e, inclusive, de adesões teóricas, associadas ao reconhecimento intelectual. Portanto, o “modelo” estratégico circula sob a lógica estrutural da empresa, porém, tensionado por forte caráter cognitivo-interpretativo dos agentes envolvidos e da realidade local. Uma ideia-força advinda de um poder emissor (BOURDIEU, 1998) que sozinho não se realiza, afinal, depende também da força interpretativa do receptor que, no caso do “empreendedorismo urbano” (COMPANS, 2005), a complexidade da cidade se torna ao mesmo tempo protagonista, enquanto *lócus* da ação estratégica, e coadjuvante, quando relacionada às intenções valorativas dos agentes a ela associados.

Relação de fácil adesão, pois, o capital simbólico associado à disseminação das boas práticas estratégicas age de forma simplificada e reducionista – a partir de núcleo estrutural embrionário – que desconsidera as particularidades do espaço social (LIMA JÚNIOR, 2010), afinal, se fundamenta em generalidades baseadas no contexto macroeconômico e nos instrumentos disponíveis para que seja posto em funcionamento, estabelecendo, assim, “as regras de acesso ao campo” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 188), mediante a expectativa de sucesso na realidade local.

Porém, não é só pelo viés abstrato-cognitivo que a disseminação se realiza. Ela se aproveita de outras lógicas – “social, prática, *socio-lógica*” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 190, grifo do autor) – articuladas pelo capital social dos agentes envolvidos que “se apoiam no rendimento à autoridade e no acionamento de classificações comumente aceitas, de práticas autorizadas ou, ainda de realidades institucionalizadas” (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 191), típicas do ambiente empresarial, considerando o seu caráter autônomo e hierarquizado, cujo formato justificou a transposição da estratégia para o campo do fazer cidade.

A disseminação é movida pela possibilidade de acumulação de capital e, no tempo do agora, são as estratégias neoliberais de dominação financeira que dão vazão ao planejamento estratégico de cidades, cuja eficácia está atrelada à autoridade que a propõe; às forças políticas dos agentes locais, diante da realidade simbolicamente interpretada; e da correlação às condições distintas, de âmbito físico, econômico, social, cultural e político-institucional.

Em síntese, o jogo sempre será o mesmo, com suas regras e objetivos, porém, as condições para se jogar dependem de inúmeros ajustes que, no caso do pioneirismo estratégico do Rio de Janeiro (baseado no “Modelo Barcelona”), foram amparados pela série de reformas estruturais de ordem liberal e macroeconômica³² aplicadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, diante da crise financeira do setor público brasileiro, cuja ênfase e viabilidade esteve a cargo do “Plano Diretor da Reforma do Estado”.

[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de “publicização” (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995, p. 17- 18).

As condicionantes associadas às referidas reformas oportunizaram certa autonomia aos Estados brasileiros, como o acesso a recursos financeiros de agências multilaterais estrangeiras, sob a tutela-fiança do governo Federal – monitorados através do índice de Capacidade de Endividamento³³ – a fim de viabilizar políticas públicas distintas e estratégicas, estabelecendo, assim, a competitividade por investimento de capital, seja ela interna (escala Brasil) ou externa (escala mundo).

Deste contexto, o planejamento estratégico de cidades passou a ser visto como uma experiência-antídoto, posto em circulação por todo o Brasil frente à realidade que se consolidava na última década do século XX, tendo notícias deste novo fazer até mesmo no *Brasil profundo*, particularmente, *na periferia exótica de um Brasil desagregado*.

³² As referidas reformas foram de ordem econômica, tributária, previdenciária, administrativa e patrimonial.

³³ A Capacidade de Endividamento (CAPAG) é regulamentada pela portaria do Ministério da Fazenda nº 501/2017, associada aos procedimentos definidos pela portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 882/2018. Composta de três indicadores – endividamento, poupança corrente e índice de liquidez – o referido índice serve de parâmetro, por meio de classificação distinta (de “A” [favorável] a “D” [inviável]), para monitorar a capacidade de pagamento dos entes subnacionais quando intencionam acessar recursos financeiros, através de empréstimos que, por regra, exigem garantias advindas na União.

Capítulo 04

Amazônia: periferia exótica de um Brasil desagregado

- 4.1 A urbanização desarticulada
- 4.2 Manaus: a invenção controversa de uma cidade nos trópicos
- 4.3 Estratégias de uma mesma herança: o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus

resumo

A somar com as experiências de Barcelona e do Rio de Janeiro, enquanto prática da relação do neoliberalismo com a produção do espaço, neste capítulo, seguimos a investigar o planejamento estratégico aplicado, porém, na região Amazônica, particularmente na cidade de Manaus, cujo desconhecido somado ao misterioso continua sendo tomado por percepções/interpretações equivocadas, afinal, sua história, contada sob limites intencionados, segue em tom ficcional e fragmentado, ignorando-a da sua complexa condição política, enquanto Estado Nação. Dessa certeza, antes de alcançar o objeto empírico pretendido, abordaremos inicialmente, a partir de uma perspectiva geográfica, os pressupostos que determinaram a condição de floresta urbanizada, considerando o posicionamento de Manaus, bem como os processos de implantação desarticulada dos núcleos urbanos na Amazônia. Na sequência, é vontade revelar os episódios que marcaram a realidade socioespacial da metrópole tropical, porém, não só na intenção de descortinar os impactos urbanos advindos de modelos exógenos, mas de elaborar uma trama interligada de elementos que se reforçam ao longo do tempo. Assim, a partir dos processos que envolvem a economia da borracha chegaremos à Zona Franca, e desta, a fim de alcançar o tempo do agora, seguiremos com as intervenções urbanas associadas ao planejamento estratégico, com destaque para a privatização do Porto Flutuante; o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM; a Revitalização da Orla da Ponta Negra; a Arena da Amazônia e o Plano Diretor de Requalificação do Centro de Manaus – PDRCM (2015), sendo este último, o objeto empírico a ser aprofundado neste trabalho. Ademais, no decorrer do capítulo, pretende-se animar os fatos por meio das interações com sujeitos, a fim de acionar os processos de subjetivação do amazônida, geralmente atrelados às intenções impostas que, seja por instrumentos legitimados ou por discursos impositivos de dominação física e moral, inverteram o sentido naturalista narrados pelos viajantes da Amazônia, quando contavam histórias de um povo atrelado à natureza.

4. Amazônia: periferia exótica de um Brasil desagregado.

A intenção e o desejo do capitão eram [...] fazer com que aquela terra e aquela gente bárbara sentisse respeito aos que a conheceram e não tivessem descontentamento algum, porque isto equivaleria a servir a Deus Nosso Senhor e ao Rei Nosso Senhor, para depois, quando Sua Majestade desejasse, pudesse estender com maior facilidade a nossa sagrada república, a fé cristã e a bandeira de Castela, e a terra se encontrasse mais domesticada e mais pacificada, ao ser posta debaixo da obediência de seu Real Serviço.

Frei Gaspar de Carvajal

O imaginário que acompanhou os viajantes nas expedições ao “Novo Mundo” desmonta a ideia de uma Amazônia descoberta, e até mesmo construída, pois, a forte presença de um mundo que, diferente das tradições religiosas, se acomodava em “monstruosidades” a serem domesticadas por uma ideia eurocêntrica cuja exclusividade e potência dos relatos adaptaram a condição do encontro – enquanto descoberta – à situação de invenção (GONDIM, 2007 [1994]), frente às intenções daqueles que anunciaram inicialmente a dominação e a exploração como gêneses de um processo que, com o advento da independência do Brasil, foi convertido em hegemonia imperialista, facilitada pelas próprias elites brasileiras para a manutenção da relação centro e periferia com foco no desenvolvimento da região.

Este ponto de vista, enquanto tentativa de revelar a Amazônia, seja através da arte, da literatura, da economia, da política, da história, do urbanismo, da ciência e da técnica, ou de qualquer campo epistemológico, parte de um estado crítico inicial, cuja predisposição recai na tarefa de revirar os rastros benjaminianos “a contrapelo”, na contramão de “uma história escrita com a letra minúscula do preconceito e da distorção mentirosa” (SOUZA, 2010b [1977], p. 19).

Assim, entender a Amazônia como “periferia exótica de um Brasil desagregado” é mais do que um estereótipo geográfico reducionista. Trata de um esforço que demanda tecer um emaranhado complexo, muitas vezes controverso e, acima de tudo, excepcional de base sistêmica a partir de relações que envolvem o reinado historiográfico e o posicionamento geográfico protagonizados pelo “outro” que se fez caboclo em contato com o povo indígena e ribeirinho.

Relações que, atreladas à ideia de Brasil, traduzem uma condição peculiar de isolamento e desagregação, insistentemente reproduzida até os dias de hoje, com base nas petrificações dos registros das expedições naturalistas que adentraram o território amazônico, no século XVI, como informes à coroa portuguesa das terras desconhecidas, cuja imagem, para além de seus “tipos humanos e não-humanos”, muitas vezes se resumem a uma perspectiva (com um só ponto de fuga) de um rio emoldurado por floresta. Um erro que insiste em satisfazer a ideia de um lugar exótico, associado ao desconhecido, e periférico, montado no discurso de uma geografia intransponível, cujas intenções peculiares, inicialmente de exploração, mais tarde foram convertidas em projetos malsucedidos de integração nacional. Um território tomado por forças opostas, advinda de uma insistência centrípeta que se impõe frente a uma outra resistente e de reconhecimento.

Assim, voltar – no sentido histórico – é condição necessária para entender a ocupação deste território, bem como, os desdobramentos progressistas dessa região que, antes de ser descoberta, diferente dos agrupamentos encontrados na costa do pacífico pelos espanhóis – com certa organização urbana característica – os povos amazônicos apresentavam formas de organização socio territorial espalhadas por todo território, ampliando assim, segundo Risério (2013 [2012]), o conceito tradicional de cidade ou de agrupamento citadino que, diante da sua condição autóctone tinha, enquanto essência, uma sociedade interdependente da natureza,

organizada por materiais perecíveis e aliançadas por intenções distintas (de combate, parentais, entre outras), cujas relações completavam o seu ciclo de existência.

Situação que se manteve intacta até o século XVII, precisamente em 1616, quando a coroa portuguesa, contrariando o Tratado de Tordesilhas (1494), passa a instalar fortificações no território amazônico, sob o advento de enraizamento e defesa das nações francesas, holandesas e inglesas que realizavam expedições de conquista na América. No total, foram registradas a instalação de 11 fortes¹, posicionados em territórios estratégicos, margeados por rios navegáveis, que foram formalizados com o Tratado de Madri em 1750, a definir a primeira versão do território amazônico em terras brasileiras, inicialmente chamado de Grão-Pará e Maranhão (1751), do qual faziam parte os atuais Estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima.

Em 1755 é criada a capitania de São José do Rio Negro, com sede na vila de Mariúa (atual município de Barcelos, no Amazonas), porém, ainda subordinada ao Grão-Pará do Maranhão. Situação que perdurou até 1772, quando a capitania foi desmembrada em duas unidades administrativas estabelecendo assim, o Estado do Maranhão e Piauí (agregado às capitanias do Ceará, Rio Grande e Pernambuco) e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, que se manteve distinto – na condição de colônia portuguesa - até 1821, quando foi unificado em uma única província (do Grão-Pará) e incorporado ao império do Brasil em 1823 sob autoridade de Dom Pedro I, que rebaixou a capitania do Rio Negro à comarca, intitulada Alto-Amazonas, como circunstâncias da Independência do Brasil em 1822.

Apesar das formalizações do território amazônico, a condição periférica e isolada frente à sede do império do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, passou a estruturar certa autonomia político-econômica na região que, diante de condições de miséria e pobreza que assolavam as relações entre a elite local, caboclos, ribeirinhos e indígenas, despertou um estado de revolta que culminou na chamada “Cabanagem” (de 1835 a 1840), instalada no Período Regencial da história do Brasil², cujas intenções controversas de ordem política, econômica, territorial e social culminaram na morte de mais de trinta mil “cabanos”. No entanto, aqueles que sobreviveram se espalharam por todo território amazônico, marcando a disseminação de um movimento sociopolítico de larga importância contra a exploração desordenada das elites locais.

A não adesão da comarca do Amazonas à referida revolta teve como “recompensa” do governo imperial a criação da Província do Amazonas, em 05 de setembro de 1850 que, a partir do entorno do Forte de São José da Barra do Rio Negro, desenvolveu a sua condição de capital³, denominada Manaus em 1856.

Porém, apesar do processo histórico que envolve a consolidação da região amazônica (figura 24), o território que hoje compreende o Estado do Amazonas somente foi estabelecido em 1867

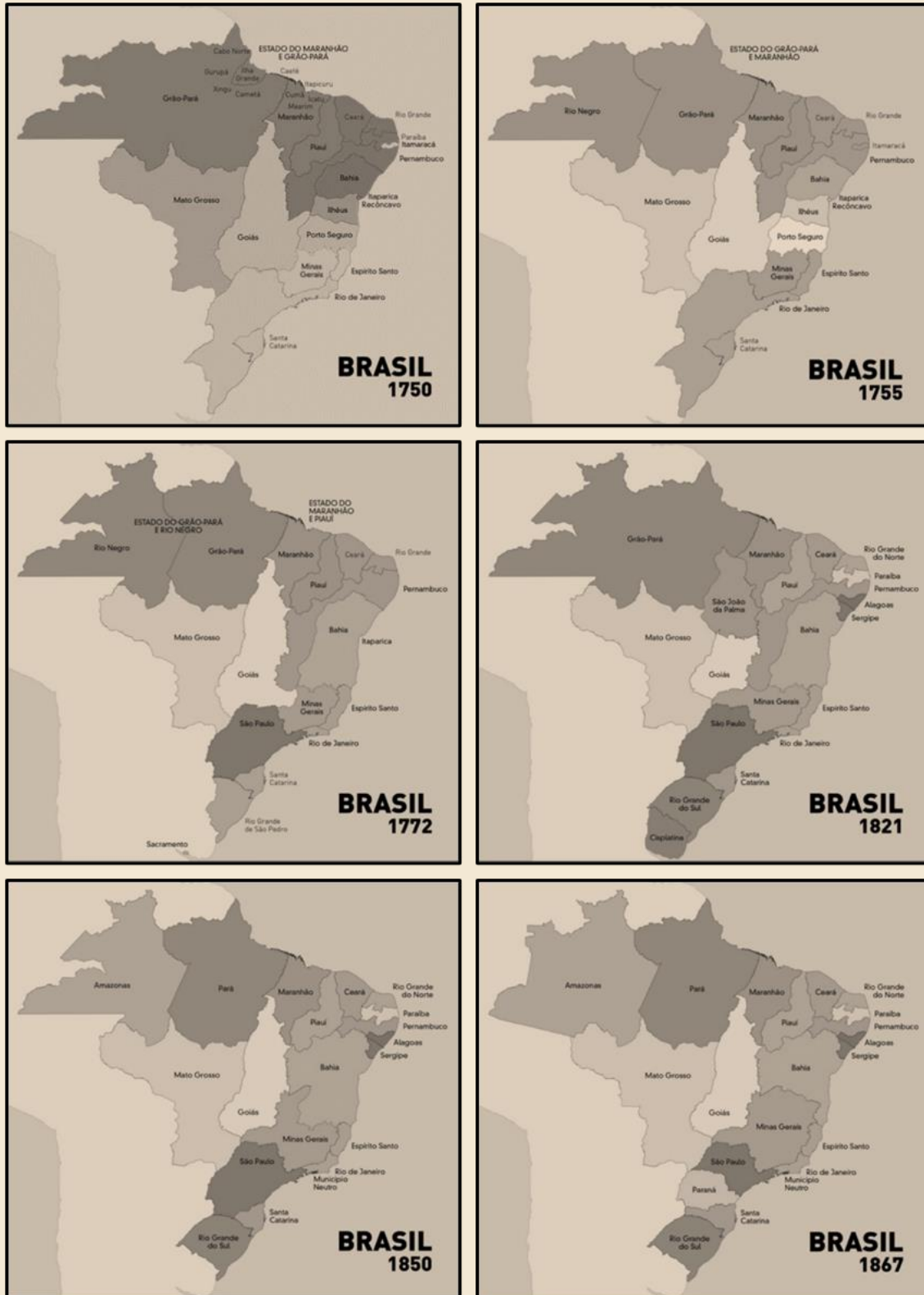
¹ As principais fortificações instaladas na Amazônia foram: Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém (1616); Forte de Santo Antônio de Gurupá (1633); Forte de São José da Barra do Rio Negro (1669); Forte do Macapá (1688); Forte dos Tapajós de Santarém (1697); Forte de Santo Antônio do Pauxis de Óbidos (1697); Forte de Nossa Senhora da Conceição (1754); Forte de São Gabriel da Cocheira (1761); Forte de São Joaquim do Rio Branco (1775); Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (1776); Forte Príncipe da Beira (1783).

² O Período Regencial foi marcado pelo intervalo entre a renúncia de Dom Pedro I e a “Declaração de Maioridade”, que permitiu que seu filho Dom Pedro II, sob forte influência liberal, assumisse como novo imperador do Brasil. Ademais, para além da Cabanagem, o referido período foi também marcado por outras revoltas espalhadas pelo território brasileiro, como a Balaiada (1838-1841), no Maranhão; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; a Revolta dos Malês (1835), em Salvador; a Cabanada (1832-1835), em Pernambuco; e a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

³ A sede-capital que hoje compreende o Estado do Amazonas foi alternada em períodos distintos entre Mariúa (atual município de Barcelos) e São José da Barra do Rio Negro (atual município de Manaus), sendo a primeira de 1755 a 1791 e de 1799 a 1808, enquanto a segunda de 1791 a 1799 e 1808 a 1821. De 1821 a 1850 a região esteve unificada na chamada Província do Grão-Pará e, quando desmembrada em 1850, estabeleceu como capital a região de São José da Barra do Rio Negro.

com o Tratado de Ayacucho, no qual, o Brasil reconheceu pertencer à Bolívia o atual Estado do Acre⁴ que, em troca, concedeu a região sudoeste do Amazonas.

Figura 24 - Evolução do território brasileiro a partir de eventos associados à região amazônica.



Fonte: elaboração própria. Adaptado de <https://www.youtube.com/watch?v=Q1P4IDWGXc>. Acesso em 14/11/2020.

⁴ O atual Estado do Acre foi incorporado ao território brasileiro em 1904, a partir do Tratado de Petrópolis (assinado em 1903). No entanto, somente em 15 de junho 1962 (durante o governo do presidente João Goulart) que o referido território se tornou Estado da República Federativa do Brasil, por ter alcançado o nível de arrecadação fiscal exigido pela Constituição de 1946.

As relações atreladas aos fatos que revelam a formação do território amazônico, denotam, principalmente no que tange o contato entre os agentes envolvidos neste processo, a consolidação de “Amazônias” distintas, das quais se destacam a lusitana, a indígena e a brasileira.

Segundo Silva (2012 [2004]), a distinção destes três formatos evidencia uma complexidade intencional cuja formação interrelacional primeira (lusitana), montada na exploração e na submissão à Portugal, atravessa a segunda (indígena) – protagonista por posição socioterritorial – de “organizações societárias diferentes da civilização ocidental” (ibidem, p. 155), ignorada por uma superioridade julgada, e influencia a terceira (brasileira) que, apesar do repúdio ao governo provincial, manteve suas características políticas e econômicas de “civilizar” o Estado-Nação, bem como, as sociedades regionais a ele atreladas.

A Amazônia brasileira apresenta certa nostalgia diante do recente passado colonial. Reconhece que o governo metropolitano fora capaz de fomentar o progresso regional e impor um programa de absorção sociocultural da terra e das gentes. Neste sentido, a Amazônia brasileira é também continuidade do processo de colonização e até elabora uma proposta de intervenção para ordenar os povos indígenas (SILVA, 2012, p.180).

Os processos de conquista, ocupação, enraizamento e demarcação do território amazônico, inicialmente instaurado a partir do discurso de proteção fronteiriça, foram estabilizados por práticas comerciais e econômicas protagonizadas por um longo período de exploração extrativista de frutas, sementes e raízes, as chamadas “drogas do sertão”.

Comercializadas na Europa como especiarias do novo mundo, a economia de exploração, caracterizada pela extração de produtos da colônia para atender a economia da metrópole, se manteve enquanto modelo mercantil até a independência do Brasil, quando passou a alterar o modelo e fluxo financeiro de seus produtos, com ênfase no cacau e na borracha, bem como, na ampliação das relações comerciais com o mercado internacional.

A diferenciação social da Amazônia Lusitana opunha política e culturalmente, colonizados e colonizadores. [...] Mestiços, índios e negros carregavam, em conformidade com a cor, um obstáculo intransponível para a integração real na sociedade regional, a não ser nos rígidos limites escravistas e racistas. A elite nativa se descobre como força econômica, ao desligar-se, gradativamente, do mercantilismo e, ao se descobrir como força política, reconhece na maioria cabocla uma força social latente, constitutiva de um grupo social subalterno (SILVA, 2012, p.254).

Este ciclo econômico, atrelado à valorização comercial dos produtos amazônicos, se manteve até 1920 onde, com o enfraquecimento da produção da borracha, descortinou um problema histórico de âmbito estrutural – antes ofuscado pela economia - envolvendo a relação Região x Nação que instaurou um estado de estagnação em todo território amazônico, principalmente nas cidades de Belém e Manaus, principais núcleos urbanos da região que, naquele momento, apresentava uma alta concentração demográfica devido aos ciclos migratórios para a região associados às atividades da borracha e a eventos pontuais, como a chamada “seca dos três sete” ocorrida no nordeste brasileiro nos anos de 1877 e 1878.

O lucro da borracha amparou a crise do café e estimulou o processo de industrialização do Sul do Brasil. Porém, o referido contexto não foi ampliado às terras amazônicas que, estagnadas devido à desvalorização do comércio internacional da goma elástica e de um território tomado por uma população migrante inviabilizada de circular para outras regiões do Brasil, teve,

enquanto efeito causal, o “encadeamento das ações sociais que resultaram em espacialidades” (OLIVEIRA, 2003, p. 29) por meio de ocupações espontâneas que revelaram uma outra cidade, tomada por habitações flutuantes que alteraram a paisagem da orla do Rio Negro na cidade de Manaus.

A referida ocupação resistiu até 1964 e chegou a registrar, segundo Souza (2010a), 2.000 casas flutuantes e uma população de 12.000 “*flutuantinos*” (figura 25). Uma experiência urbana vista pelas autoridades como um problema social que, sob o advento de insalubridade, começou a ser retirada junto ao processo de expansão urbana de Manaus, durante o governo de Arthur César Ferreira Reis (1964 a 1966), a princípio acomodada no Conjunto Costa e Silva (atual bairro da Raiz) e seguido pelos arredores periféricos da capital amazonense, hoje consolidados pelos bairro de Flores, Santo Antônio, Glória, Santa Luzia, São Jorge e Compensa.

Figura 25 - A “cidade flutuante” de Manaus (de 1920 a 1964).



Fonte: acervo do Centro Cultural dos Povos da Amazonia (CCPA).

Na tentativa de sobreviver frente ao cenário de estagnação generalizada, a região retoma o *know-how* extrativista junto com a concessão de terras à comunidade japonesa, a fim de ampliar o seu potencial produtivo através de técnicas agrícolas que, passado o período de adaptação climática, desenvolveu a cultura da juta que, apesar de números significativos da produção, com a Segunda Guerra Mundial os japoneses sofreram várias restrições comerciais, estabelecendo um declínio gradativo da produção de sacaria (produto da manufatura da juta) que, conseqüentemente, devolveu a condição estagnada à Amazônia, ultrapassando o Governo Provisório (1930-1934) e Constitucional (1934-1937) de Getúlio Vargas, mesmo com o propósito de ocupar os chamados “vazios demográficos” do território brasileiro com a “Marcha para o Oeste⁵” (figura 26), a partir de 1937.

⁵ A “Marcha para o Oeste” marca o desenvolvimento e o aumento populacional da cidade de Goiás (GO), bem como, a abertura de estradas rumo a terras amazônicas. Política de integração de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Destaque no referido período para a *Expedição Roncador (1941)*, protagonizada pelos irmãos Villas Bôas.

Figura 26 - A “Marcha para o Oeste”: propaganda e divulgação da nova capital de Goyaz.



Fonte: MANSO, 2001, p. 95.



Fonte: <https://www.opopular.com.br/o-brasil-marcha-para-o-oeste-1.296179>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

Apesar disso, a Amazônia se manteve em clima de instabilidade econômica até 1942, com a reanimação da produção da borracha para atender o mercado americano durante a Segunda Guerra Mundial, através do chamado “Acordo de Washington”, estabelecido entre os presidentes Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, que recrutou uma população significativa – a maioria do nordeste brasileiro – para trabalhar em sistema de aviamento nos seringais da Amazônia (figura 27), a fim de atender a demanda americana que, devido à tomada dos seringais da Malásia pelos japoneses, precisava de um outro fornecedor.

Figura 27: Campanha de divulgação da reanimação produtiva da borracha⁶.



Fonte: Moraes (2012).

⁶ Segundo Moraes (2012), os referidos cartazes foram produzidos pelo artista suíço Jean-Pierre Chablotz para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta). Destaque para o breviário (livro litúrgico do cristianismo) intitulado “Rumo à Amazônia / Terra da Fartura”, distribuído a potenciais migrantes.

A população que migrou para a região amazônica neste período ficou conhecida por “soldados da borracha” (figura 28), convencidos através da referência antecessora da extração da seringueira. No entanto, a destinação dos lucros para a industrialização do Brasil, seguida da efemeridade da referida reanimação produtiva (1942 a 1945), devido ao término da Segunda Guerra, impossibilitou a superação da estagnação econômica da região amazônica, além do aumento populacional devido à migração e às dívidas de enraizamento associadas ao sistema de aviamento implantado.

Figura 28 - “Grande Marcha para a Coleta da Borracha Usada”. Mobilização promovida pelo Semta.



Fonte: Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – UFC. Foto: *Diários Associados*, Fortaleza, julho de 1943. Disponível em: <https://mauc.ufc.br/pt/arquivo-chabloz/batalha-da-borracha/campanha/>. Acesso em 07 de novembro de 2020.

Com o término da Segunda Guerra, a produção da borracha passa a ser direcionada para atender as indústrias de pneumáticos já instaladas em São Paulo, e a região “imerge em nova crise à espera de um novo impulso, preferencialmente externo, capaz de retirá-la do abismo que parece continuamente condená-la ao (des)envolvimento e a (des)integração” (OLIVEIRA, 2003, p. 57).

O autoritarismo ditatorial de Getúlio Vargas no referido período – Estado Novo (1937 a 1946) - enfatizava o nacionalismo, a ocupação do território brasileiro e o combate ao comunismo, e, apesar de deposto em setembro de 1945, deixou impresso na nova Constituição de 1946, por meio do artigo 199, a aplicação de 3% de renda para investir no Plano de Valorização Econômica da Amazônia. No entanto, houve demora na implementação da referida medida, sendo retomada somente no seu retorno, em 1951, quando sancionada a lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953, que junto criou a Amazônia Legal⁷ (figura 29) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com o propósito de estimular o desenvolvimento da região.

Importante destacar que, no interstício político de Getúlio Vargas, entre 1946 e 1950, comandado pelo militar Eurico Gaspar Dutra, as posições ideológicas inspiradas no combate ao comunismo e na possível aliança diplomática com os Estados Unidos, somadas à recomposição das forças armadas e ao saldo econômico e comercial positivo, inspirou o enfraquecimento do Estado e, conseqüentemente, o primeiro rompante liberal brasileiro, baseado na abertura comercial, cujas intenções não saíram do papel devido aos rumos que o Brasil seguiria com o retorno de Getúlio Vargas.

⁷ Segundo IBGE (2020), a Amazônia Legal constitui uma área aproximada de 5.015.067,75 km² (58,9% do território brasileiro), da qual abriga todo o Bioma Amazônia brasileiro, 20% do Bioma Cerrado e parte do Pantanal Mato-grossense. Engloba a totalidade dos estados do Acre (22 municípios), Amapá (16 municípios), Amazonas (62 municípios), Mato Grosso (141 municípios), Pará (144 municípios), Rondônia (52 municípios), Roraima (15 municípios), Tocantins (139 municípios) e parte do Estado do Maranhão (181 municípios situados a oeste do meridiano 44°, dos quais, 21 estão parcialmente integrados na Amazônia Legal).

Figura 29 - Amazônia Legal⁸.

Fonte: adaptado de <http://www.revistadarcy.unb.br/viagem-a-uma-amazonia-desconhecida>. Acesso em 10/11/2020.

A demarcação da Amazônia Legal homogeneizou o território a partir de uma estrutura físico-geográfica de base federativa inserida em uma unidade biológica, cujas intenções político-econômicas estavam fundamentadas em relações sociais de produção. Um reducionismo cartográfico que desconsiderou as distinções estruturais estabelecidas na região amazônica, dificultando o desenvolvimento pretendido que, naquele momento, deveria ser resolvido com a SPVEA (1953) através de

Um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativista e agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País (Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências).

Apesar de certas especificidades, a interrelação macro das atribuições e responsabilidades estabelecidas à SPVEA (enquanto instituição gestora) com a demarcação da Amazônia Legal

⁸ Em razão das mudanças na divisão política do país, seus limites foram estendidos por diversas vezes, e sua atual formação foi definida pela Constituição de 1988, onde inclui os Estados de Tocantins, Roraima e Amapá

(enquanto campo de atuação) revelaram um “raciocínio analógico entre as escalas cartográficas e geográficas” (CASTRO, 2000 [1995], p. 117) animadas, exclusivamente, pela força econômica do desenvolvimento sistêmico da região, a desconsiderar, do ponto de vista institucional, as distinções entre geografias físicas e humanas, “tamanho e fenômeno” (ibidem, p.118), bem como, “objetividades e subjetividades” (ibidem), mantendo a Amazônia Legal em condições experimentais de intenções específicas de ordem federativa, baseadas na “territorialidade do poder” (ibidem, 128).

A seleção da escala pode prosseguir, em teoria, até o infinito dos pontos de vista possíveis sobre uma realidade percebida ou sobre uma realidade em projeto. Em todos os casos o resultado é aquele de um recorte da realidade percebida/concebida de acordo com o ponto de vista, com a escolha do nível de percepção/concepção. Portanto, a concepção de uma entidade espacial estabelecida como ponto de partida tem consequências fundamentais para a continuidade da percepção (CASTRO, 2000 [1995], p.134).

Contudo, mesmo diante deste reducionismo, segundo Batista (2007 [1976]), a SPVEA tinha o desafio de gerir um organismo federal de desenvolvimento regional (figura 30), a fim de estabelecer um projeto ambicioso que ajustasse os “erros” do processo de ocupação da Amazônia. Situação agravada por falta de equipe técnica habilitada para o referido desafio e pelas tensões associadas à captação e destinação de recursos para a região, sempre influenciada pela manutenção ou criação de instituições inspiradas pela mente visionária da classe política.

Apesar das dificuldades, a referida superintendência formalizou dois planos que estruturaram o desenvolvimento a partir da realidade amazônica, bem como, propôs projetos e instituições importantes, muitas delas mantidas até hoje.

O primeiro, na condição de *Plano Emergencial* (1953), se comprometeu em manter as atividades vigentes na região, somadas a programas de agricultura, transportes, saúde, crédito bancário e educação. Já o segundo, intitulado *Primeiro Plano Quinquenal* (PPQ), aprovado em 1955 (figura 31), somou as experiências acumuladas nos dois primeiros anos de atividades e, assim, por meio de uma subdivisão de recursos (figura 32) e comissões (figura 33) formalizou o diagnóstico das necessidades da região; estimulou trabalhos de pesquisa montando importante acervo bibliográfico nas áreas de história, mineralogia, colonização e pedologia; destinou suporte financeiro aos sistemas elétricos dos dois principais núcleos urbanos (Belém e Manaus); apoiou a Missão FAO (*Food and Agriculture Organization*) da ONU (advinda do Ministério da Agricultura); instalou o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (Inpa); recuperou o Museu Goeldi; construiu a Escola Agrônômica da Amazônia; renovou a Faculdade de Medicina do Pará; reestabeleceu o funcionamento da Escola Superior de Química do Pará; propôs a recomposição da frota da empresa estatal de navegação (antigo Serviço de Navegação na Amazônia e Administração do Porto do Pará [SNAAPP]); estimulou o aporte de recursos nas áreas de saúde e educação; realizou o Primeiro Curso de Planejamento Regional do Brasil (1955), na intenção de consolidar um corpo técnico capacitado tanto para o serviço público como privado; e se envolveu efetivamente na construção da estrada Belém-Brasília, marco de integração nacional.

O funcionamento dos programas, projetos e instituições, propostos pela SPVEA, estavam atrelados a uma estrutura político-financeira que dependia das “vontades” dos dirigentes – de âmbito estadual e federal – em protagonizar o desenvolvimento da Amazônia frente a outras vertentes que tensionavam tais intenções.

Condição que era desfocada, segundo Batista (2007 [1976]), pelo próprio funcionamento da superintendência, cujo gestor era substituído sem qualquer instrumento que mantivesse os projetos (a maioria deles a longo prazo) determinados pelo seu antecessor, e pela estrutura político-econômica brasileira atrelada à disputa de verbas orçamentárias pelos Estados; à

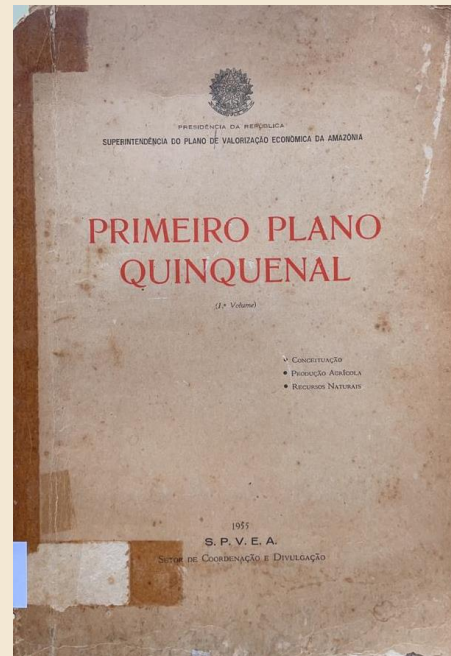
burocracia processual; à falta de recurso financeiro e corpo técnico para atuar em projetos específicos, principalmente junto a técnicos estrangeiros, nas áreas alimentícias, da silvicultura, da pedologia e da engenharia florestal; à retenção de verbas do próprio Governo Federal; ao não cumprimento da cota de 3%, referente ao acordo de desenvolvimento da região Amazônica; e à supremacia da SPVEA frente aos governadores, transformada em uma espécie de “superestado” (BATISTA, 2007 [1976], p. 279), cujas ambições não pautavam a manutenção das práticas já inseridas, e assim, por consequência, acumulou o estigma de um projeto político mal-intencionado, tomado pela população enquanto descrédito e “desilusão de esperar milagres de onde eles nunca surgiram, nem tinham condições de surgir” (ibidem).

Figura 30 - Área de atuação da SPVEA.



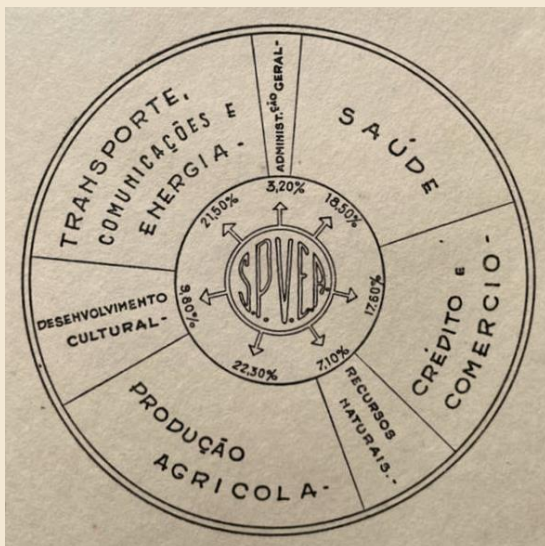
Fonte: SPVEA 1954/1960. Política de Desenvolvimento da Amazônia. Balanço das atividades da SPVEA, v. I, 1967.

Figura 31 - Capa / Primeiro Plano Quinquenal.



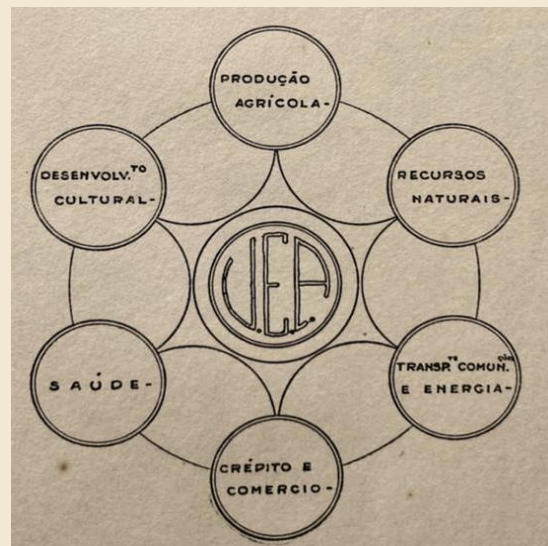
Fonte: SPVEA / PPQ, v.I, 1955.

Figura 32 - Gráfico de aplicações de verbas da SPVEA (1955).



Fonte: adaptado do original. SPVEA. Primeiro Plano Quinquenal, v. I, 1955.

Figura 33 - Subcomissões de Planejamento da SPVEA (1955).



Fonte: adaptado do original. SPVEA. Primeiro Plano Quinquenal, v. I, 1955.

A atuação da SPVEA – explícita no Primeiro Plano Quinquenal (1955) – baseava-se na ideia de que os temas relevantes da região nunca haviam sido tratados de forma sistêmica, e que a situação estabelecida na Amazônia deveria partir da “adaptação do homem às condições de um meio novo, na prática de tarefas com as quais não está familiarizado” (Primeiro Plano Quinquenal, SPVEA, 1955, p. 25). Situação a ser resolvida com o desenvolvimento de 28 “zonas de valorização” que, sob o argumento do fracasso da tentativa de desenvolvimento integrado do município de Itaperuna, no Rio de Janeiro, durante o auge da produção do café na década de 20, por falta de um corpo técnico especializado, o Governo Federal, ao tomar conhecimento dos ambiciosos projetos na Amazônia e, conseqüentemente, seus efeitos, não demonstrou esforços para a implementação, pois, segundo Djalma Batista (2007 [1976]), para além da referência da cidade carioca, o Plano “viria quebrar o sistema vigente, o que decerto não interessava aos seus líderes e usufrutuários” (BATISTA, 2007 [1976], p. 280).

Ainda que alguns projetos tenham sido inviabilizados devido à relação direta com o Governo Federal, cujas intenções não priorizavam somente a região amazônica, até a segunda metade da década de 50, a visão macro da SPVEA marcou uma atuação de efeito homogeneizador que atingiu inclusive as cidades de Belém (PA) e Manaus (AM), mesmo diante da sua condição polarizada na região, mantendo fluxos similares de extrativismo, de ascensão produtiva da borracha, de desenvolvimento urbano e de ciclos de estagnação (intercalado pela reanimação produtiva da borracha durante a Segunda Guerra Mundial).

No entanto, a partir da segunda metade da década de 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a região começa a sinalizar processos de desenvolvimento distintos nos Estados do Pará e Amazonas, respectivamente associados à construção da estrada Belém-Brasília (1960) e à criação da zona franca, inicialmente no formato de um Porto Livre (1957), mais tarde, em 1967, convertido na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Neste período, com o término do prazo do Primeiro Plano Quinquenal, a SPVEA passou a ser questionada devido a sua ineficiência, principalmente associada à incapacidade de captar recurso para os projetos a ela associados e, assim, começa a ser pensada uma outra forma de gestão da região Amazônica. O golpe militar de 1964 foi determinante para a extinção da SPVEA que, avaliada ineficiente, e, devido a sua escala de complexidade (estrutural, financeira e política), foi substituída em 1966, após 13 anos de existência, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁹, no governo do Marechal Humberto Castello Branco (1964-1967), primeiro presidente militar do período da ditadura no Brasil (1964 - 1985).

Apesar de manter o propósito de desenvolvimento da Amazônia, diferente da SPVEA, que era centralizada ao Governo Federal, a SUDAM propôs incentivos fiscais à pessoa jurídica pelo prazo de 30 anos, iniciando um processo de desenvolvimento de âmbito privado que, através do decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, regulamentou a Zona Franca de Manaus e instituiu uma superintendência gestora (SUFRAMA), na condição de “entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e fôro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.” (Art. 10 do Decreto-lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967).

⁹ Prestes a completar 35 anos de existência, o presidente Fernando Henrique Cardoso, através da medida provisória nº 2.157-5 de 24 de agosto de 2001, extinguiu a SUDAM e a substituiu pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), baseada em críticas contundentes a respeito da autarquia antecessora. No entanto, em 03 de janeiro de 2007, a SUDAM foi restabelecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Lei Complementar nº 124. Após revogar a ADA, a nova versão da autarquia federal passou a ser vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com a missão de “promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal” (<https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>). Acesso em 02 de agosto de 2021).

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos. (Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus).

A ditadura militar seguiu o fluxo desenvolvimentista da região amazônica, apoiado no discurso de integração e proteção das fronteiras brasileiras. No entanto, sob a tônica do famoso slogan “integrar para não entregar”, atribuído ao presidente Castelo Branco, as intenções dos militares eram pautadas por um imaginário autoritário a respeito da região, marcados por discursos de uma transformação necessária que, segundo Chartier (1990), ao tocar no mundo social, a representação do discurso anula a condição neutralizada, pois, ao evidenciar vertentes, escolhas, decisões e posicionamentos é instaurado um processo evidente de dominação e privilégios, diretamente associado ao poder atribuído.

Situação observada por Celso Furtado (1974), no caso do nordeste brasileiro, cujas conclusões a respeito do “mito do desenvolvimento econômico”, no que tange a *standartização* dos processos e da manutenção do enriquecimento de poucos em detrimento ao empobrecimento de muitos, é de fácil analogia à realidade histórica da região amazônica.

A base intencional e inspiradora do referido período esteve atrelada aos incentivos fiscais propostos pela SUDAM, bem como, aos setores por ela estimulados como a indústria, a agricultura, a pecuária, as obras de infraestrutura e a integração territorial terrestre e fluvial. Benefícios que foram ampliados a toda Amazônia Ocidental¹⁰ a partir do Decreto-Lei nº 356 de 15 de agosto de 1968, atribuído pelo governo militar do Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969).

Apesar da condição distinta da região amazônica, baseada no imaginário dos militares de um território verde e inóspito, que anunciava a ocupação de “*terras sem homens para homens sem terra*”, a SUDAM alinhava-se à ideia de Brasil que, naquele momento, a partir de uma condição demográfica associada às intenções integradoras (quadro 14), estruturava-se no autoritarismo de base capitalista, repressor e violento.

Quadro 14 - Principais ações/projetos do período militar na região Amazônica (1964 a 1985).

Atuação do período militar na Amazônia (continua)	
Presidentes	Projetos/Ações associados a região Amazônica
Marechal Humberto Castello Branco (1964-1967)	- desenvolvimento da pecuária a partir da rodovia Belém-Brasília. - criação da SUDAM.
Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969)	- instituiu a Zona Franca de Manaus (ZFM). - ampliou os benefícios da ZFM a toda Amazônia Ocidental.
General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)	- Rodovia Transamazônica (BR-230): 4.260 Km implantados a partir de Cabedelo (PB) até o município de Lábrea (AM).

¹⁰ A Amazônia Ocidental foi definida pelo Governo Federal através do Decreto-Lei 291 e compreende 42,97% do território da Amazônia Legal. É formada por quatro estados brasileiros: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Atuação do período militar na Amazônia (conclusão)	
Presidentes	Projetos/Ações associados à região Amazônica
General Ernesto Geisel (1974-1979)	- desenvolvimento da agricultura através de 15 polos agropecuários.
General João Baptista Figueiredo (1979-1985)	- incentivo à indústria nacional. - instituiu o selo “Produzido na Zona Franca de Manaus”. - sancionou a lei de desenvolvimento nacional de informática (1984) que, apesar de especializar da indústria brasileira, gerou um significativo atraso do setor em relação as tecnologias.

Fonte: Franklin (2014); Batista (2007 [1976]). Elaboração própria a partir de fontes citadas.

Contudo, segundo Franklin (2014), para além da integração nacional, o modelo adotado baseou-se em “princípios geopolíticos, somados ao planejamento regional e ao desenvolvimento extensivo do capitalismo” (ibidem, p. 335), fundamentado no conservadorismo da Escola Superior de Guerra (ESG) e nas contribuições do general estrategista Golbery de Couto e Silva, principalmente associadas às questões de segurança nacional. Condição que, do ponto de vista de Oliveira (1994), trata-se de uma reconquista que atribui à ação militarizada de expansão econômica da Amazônia o mesmo significado intencional de descobrimento do século XVI.

[...] descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeito. O Conquistador por essa lógica, se arvora todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. A revelação é um ato demiúrgico, e o Conquistador quase um deus (OLIVEIRA, 1994, p.85).

O (re)descobrimento da região amazônica pelos militares se desdobrou em intervenções autoritárias baseadas no desenvolvimento econômico, na consolidação de um Estado-Nação e na insistente ideia de segurança nacional de um território vulnerável, devido à monumentalidade e ao posicionamento da região, e demográfico, por ser habitado por indígenas e ribeirinhos, entendidos por diversas perspectivas como sujeitos não-civilizados.

A ideia de “tamponar as fronteiras” (OLIVEIRA, 1994, p.86) veio acompanhada de uma estratégia político-militar que, posta em prática, retomou o desbravamento terrestre da Amazônia, com a BR-230 (Rodovia Transamazônica), consolidando a conexão Leste-Oeste, perpendicular ao eixo norte-sul (Rodovia Belém-Brasília) que, para além de uma nova possibilidade de circulação, acomodaria o escoamento dos conflitos de terra do nordeste (advindos das ações da SUDENE), bem como os interesses político-econômicos difusos dos projetos e programas na região (quadro 15), cujo desenvolvimento pretendido estimulou, segundo Browder e Godfrey (2006), a formação de estruturas urbanas distintas e desarticuladas que perduram até hoje devido à lógica insistente de acumulação capitalista¹¹. Ademais, ignorou a demarcação das terras indígenas por representar ameaça ao projeto de Estado-Nação pretendido, e estimulou (depois da institucionalização de um poder exógeno) uma economia endógena de povoamento (como por exemplo, a Zona Franca de Manaus), revelando as intenções do discurso inicial de “integrar para não entregar”, cuja real integração, segundo Oliveira (2014), só se deu através do “Projeto Rondon” (1968 a 1989), em substituição dos missionários – da primeira fase da conquista – por universitários que desbravaram a região com o propósito de “prestarem serviços nas comunidades pobres do interior do Brasil, para tratar de dente furado, dor de barriga, verminoses, calo seco, barrida d’água, piolhos, neuroses, sociologia industrial e agrária, e quantas esquisitices coubessem no quadro das mazelas do país” (ibidem, p. 87).

¹¹ Atualmente, a sofisticação técnica dos processos exploratórios na região Amazônica tem registrado um acelerado *efeito-catástrofe* de ordem climática.

Quadro 15 - Desenvolvimento regional na Amazônia: projetos relevantes implementados na ditadura militar.

	Operação Amazônia (1966 – 1970)	PIN Programa de Integração Nacional (1970 – 1974)	Poloamazônia (1975 – 1979)	Polonoeste (1981 – 1985)
Objetivos do Programa	Assegurar a soberania nacional	Promover a integração nacional Reforma social	Promover o crescimento econômico regional	Regularizar a migração espontânea Promover o desenvolvimento agrícola regional
Áreas do Programa	Pará Norte do Mato Grosso	Transamazônica (Para / Amazonas)	Toda a região (15 polos de crescimento)	Rondônia, Oeste do Mato Grosso
Instituições Líderes	SUDAM BASA	INCRA	SUDAM BASA CVRD SUDECO SUFRAMA	INCRA SUDECO Banco Mundial
Instrumentos chave do Programa	Incentivos fiscais às empresas	Assentamento e crédito rural	Incentivos fiscais às empresas	Assentamento e crédito rural
Tipo de fronteira dominante	Corporativista	Populista	Corporativista	Populista
Urbanização emergente	Conjunto não linear de assentamentos (<i>crossroads</i>)	Urbanismo rural (Rede irregular de cidades habitacionais)	Conjunto polimorfo de ramificações do lugar central	Sistema poligonal de lugar central irregular

Fonte: Browder; Godfrey (2016, p. 93). Adaptado do original.

Contudo, a ação intervencionista, autoritária e fronteiriça do Estado disfarçou e acobertou todo tipo de expansão da economia exploratória (facilitada pelas conexões rodoviárias), reveladas, principalmente, pelo processo de desmatamento e degradação ambiental e pelos conflitos violentos junto aos povos tradicionais da Amazônia.

Apropriação de terras, garimpagem, exploração da madeira, são os lados “produtivos” da perversidade fáustica do genocídio indígena, da devastação florestal, da contaminação de recursos hídricos, da destruição dos modos de vida dos ribeirinhos, dos indígenas, dos castanheiros, dos seringueiros. Não há que se fazer ilusões: como em todo processo clássico de invasão ou acumulação primitiva, os contendores de ambos os lados, os que agredem e os que são agredidos, são as vítimas. Deles sobrarão os povoadores da Amazônia, como sobram, nas lavras anteriores das sagas da borracha, cearenses que hoje são acreanos (OLIVEIRA, 1994, p.89).

Em 1985, com o fim da ditadura militar e a restauração do estado de direito, a região Amazônica passou a aventar novos rumos baseados em expectativas frente ao autoritarismo que devastou florestas, impactou ecossistemas da fauna e da flora, dizimou comunidades indígenas, estimulou a migração desordenada e acomodou a mineração, a agropecuária, a silvicultura e a industrialização. No entanto, o modelo exógeno e autoritário permaneceu e, mesmo com o “protagonismo verde” - advindos do ecologismo e do discurso sustentável - e a visibilidade das populações tradicionais, revelado na escala-mundo a partir da década de 90, a região continuou sendo atingida insistentemente através das agendas governamentais por modelos falidos de desenvolvimento.

Segundo o antropólogo e professor Alfredo Wagner Berno de Almeida¹², o principal motivo que extrapola a ação autoritária do período militar está atrelado à permanência das instituições que foram responsáveis por “desenvolver” a Amazônia, como o INCRA, a SUDAM, a SUFRAMA e a própria Zona Franca de Manaus, cujos propósitos e fundamentos por elas aplicados estão baseados em uma forte e estável estrutura de poder. Uma herança institucionalizada que ainda determina os vetores de crescimento de toda a Amazônia.

Este efeito de frustração, enquanto expectativa, e de permanência, enquanto poder institucionalizado, se revela ao relacionar as consequências da redemocratização (1985) associada, segundo Falletti (2006), a um projeto de descentralização das relações intergovernamentais, que teve início nos anos 80, ainda durante o governo de João Baptista Figueiredo (último presidente do regime militar), e que seguiu através de um processo gradativo e sequencial que transpôs para os anos 90, como um caminho possível frente às condições macroeconômicas da vertente neoliberal, bem como, os ajustes necessários para sua aplicação no Brasil, que perdura até os dias de hoje em formato distinto, a partir das particularidades estruturais (administrativa, fiscal e política) de governança dos Estados brasileiros.

As questões dimensionais de âmbito territorial e populacional inspirou o processo de descentralização do governo tão logo encerrada a ditadura militar e seu modelo desenvolvimentista. A restauração da democracia e o restabelecimento das eleições diretas governamentais (1982) e presidencial (1989) revelou a necessidade de distribuir o poder federativo para suas estruturas menores na intenção de alcançar certa autonomia gestora.

A descentralização nos anos 80 atuou no âmbito administrativo, transferindo responsabilidades ao governo do Estado; fiscal, na tentativa de gerir os seus próprios recursos; e política, para defender seus interesses locais. No entanto, as intenções da descentralização já se mostraram inviáveis, devido às particularidades locais dos Estados e, assim, a partir da segunda metade da década de 90, o governo federal – por meio de uma série de medidas de controle – implementava um modelo de descentralização unitária, que estabelecia uma capacidade de ação direta nos Estados brasileiros, principalmente com o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) e Lei de Responsabilidade Fiscal (2000).

A redemocratização e a descentralização federativa favoreceram o salto de um Estado desenvolvimentista para um Estado voltado para o mercado, sem um projeto transitório de bem-estar social (como observado em países centrais). Isso porque os efeitos positivos do chamado “milagre econômico” – alta do PIB e queda de inflação – vieram acompanhados de um processo de endividamento que, associado à descentralização, fizeram com que os Estados – enquanto projeto de Nação – dessem início a uma política de austeridade na intenção de gerir sua autonomia administrativa e fiscal, mesmo diante de uma constante interdependência política, observada desde o término da ditadura militar. Assim, os planos de estabilização dos governos subnacionais se deram através do “enxugamento” da máquina pública, do controle das finanças, das privatizações e da reestruturação do sistema tributário, comprometendo substancialmente uma ação efetiva diante dos compromissos públicos.

Este cenário, associado à política neoliberal macroeconômica e à dificuldade de sanar internamente os cofres públicos, favoreceu as políticas internas aliançadas ao capital privado e a busca de recursos junto a agências multilaterais a fim de atender o compromisso público de ordem social, como educação, saúde, assistência social e infraestrutura (água, energia,

¹² Debate realizado pelo Ministério Público Federal na Universidade Federal do Amazonas, em 28 de março de 2014, intitulado “Amazônia contra o autoritarismo – 50 anos depois”. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/heranca-da-ditadura-militar-no-pais-ainda-permanece-na-amazonia/>. Acesso em: 11 de agosto de 2020.

transporte público, coleta de lixo, ...) e, no âmbito da arrecadação fiscal, através de políticas urbanas prospectivas (através de projetos e planos estratégicos).

Cabe ressaltar que a descentralização é estruturada a partir de especificidades dos Estados nacionais onde, na maioria dos casos, a tríade *administrativa-fiscal-política* se revela instável, distinta e, principalmente, incompleta. Assim, diante desta condição, o funcionamento deste processo está atrelado a articulações interdependentes que inviabilizam a autonomia descentralizada e estabelece manipulações intencionais que enfraquece o papel do Estado-Nação enquanto resposta aos anseios internos da sua condição territorializada.

No caso do Amazonas, o processo de descentralização se fez incompleto desde o início da redemocratização, devido a especificidades que tangem o caráter estrutural-institucional, mantido desde a ditadura sob a tutela do Governo Federal, e com uma economia dependente de articulações políticas para garantir os incentivos da Zona Franca e de recursos financeiros complementares devido à incapacidade de lidar de forma autônoma com os ciclos de instabilidade, ligados às oscilações macroeconômicas, que reverberam no espaço social por meio de crises sistêmicas associadas diretamente ao desemprego, ao aumento da violência, bem como, aos compromissos de ordem pública de primeira ordem (saúde, educação, infraestrutura e habitação).

No entanto, segundo a geógrafa Berta Becker (1994), a condição que inviabiliza o projeto descentralizado de Brasil na Amazônia antecede os efeitos da redemocratização, sendo instaurada precocemente ainda nos anos 60, devido à incapacidade do Governo Federal em lidar com a complexa e desafiadora interrelação da Amazônia junto às questões que envolvem *região-estado-nação*.

Para Becker (1994), o conceito de nação, enquanto estrutura soberana, é constituído por “sociedades locais variadas” (ibidem, p. 104) e precede a ideia de região que, diante da sua condição física, territorializa o Estado-Nação e consolida, no caso do Brasil e dos demais países periféricos¹³, o “Estado Territorial Moderno” (ibidem) como “um vetor importante da emancipação e da unidade nacional” (ibidem).

Nação e Região são, pois, ambas entidades sociais circunscritas a um território nacional, sujeitas à soberania de um Estado. Não são, contudo, meras expressões e produtos da ação e da manipulação do discurso oficial do Estado; são construídas “de cima para baixo”, mas só podem ser compreendidas numa análise “de baixo”, dos interesses, aspirações e necessidades das pessoas territorialmente localizadas, onde existe a formação de um sentimento de pertencimento, de pertencer (BECKER, 1994, p. 104).

Assim, a condição homogênea da nação (distinta da região), resolvida sistemicamente com o Estado-Nação, mantém o funcionamento do capitalismo e estabelece um movimento simultâneo que envolve homogeneidade e distinção, principalmente no âmbito econômico e político, capaz de influenciar a força do Estado frente às tensões provocadas por localismos específicos.

Este posicionamento determina o Estado como mediador de forças internas e externas. Porém, seu poder atribuído, historicamente associado à criação do Estado Territorial Moderno, visto perante a Nação como força política absoluta, e internamente como força de articulação, coloca a população (que poderia organizar as ações do Estado) como espectadora do poder do Estado, que atua em um território determinado, porém, influenciado pela homogeneidade da Nação.

¹³ Em países desenvolvidos, o Estado Territorial Moderno – consolidado no século XIX – serviu de “vetor de desenvolvimento pela ampliação das economias nacionais” (BECKER, 1994, p. 104).

Isso porque, segundo Becker (1994), o modelo de Estado-Nação “reconhece o Estado como escala única da vida política, uma só fonte de poder, uma só comunidade política, uma só possibilidade de organização da comunidade política, uma só entidade representativa do político” (ibidem, p. 105).

Contudo, trata-se de uma definição político-histórica do Estado Territorial Moderno, mas, neste tempo do agora, essa distinção hermética interrelacional *região-estado-nação* tem sido corrompida, principalmente quando reconhecidas em contextos de “redes sociotécnicas” (LATOURET, 1994) – advindas da revolução tecnológica – que extrapolam territórios e, principalmente, questionam a condição de espaço territorial, do poder do Estado e da influência da nação. Situação que tende a tencionar as economias nacionais, pois, ao sugerir relações na escala-mundo, não mais encapsuladas em circunstâncias regionais, produzem desigualdades locais. Efeito que marcou progressivamente a economia brasileira a partir da década de 90, devido à necessidade de ajuste produtivo no âmbito da qualidade e da competitividade, com investimentos em tecnologias de processo, seguido por terceirizações da mão-de-obra e descentralizações produtivas.

Essas medidas, entendidas como parte da flexibilização do capitalismo, atingiram a Amazônia - particularmente o modelo Zona Franca – na segunda metade da década de 90, através de novos processos de reestruturação e automação que, segundo dados da SUFRAMA, gerou índices de faturamento positivo associados, concomitantemente, a processos de precarização do trabalho e aumento do desemprego, ou seja, uma ação global de efeito local. No entanto, apesar da fragmentação econômica e do enfraquecimento do poder local, substituído pela visão global, a Amazônia tem atraído novos focos de atenção na escala mundo devido à conscientização e à politização das questões ambientais e climáticas, passando a lidar, segundo Becker (2006), com uma nova categoria macroeconômica: o “capital-natural” (ibidem, p. 39), também chamado de *capital natureza*, após superada a fase ambiental-preservacionista do período de 1970 a 1990.

Assim, da mesma forma que o trabalho, a terra e o dinheiro, respectivamente associados à atividade humana, à natureza e ao poder de compra, foram convertidos e precificados como condição operacional da economia de mercado que emergiu no século XIX, a natureza, segundo Becker (2006), amplia a esfera da mercadoria e propõe um novo produto comercializável através do ar, na busca de uma nova matriz energética; da vida, com o reconhecimento da biodiversidade, bem como da biotecnologia; e da água, enquanto recurso indispensável frente à ameaça de escassez. Produtos que, devido à concentração e à abundância, torna a Amazônia protagonista deste novo mercado, todavia, tensionado por forças opostas, preocupadas com a ação exploratória e acumulativa do capitalismo.

[Sobre a ação do mercado frente ao capital natureza] [...] para impedir que o mecanismo de mercado fosse o único dirigente do destino dos seres humanos e do meio ambiente natural, criaram-se contra-movimentos sociais, assim como políticas e medidas integradas em poderosas instituições estatais, protegê-los, cerceando a ação do mercado (BECKER, 2006, p. 39).

Por fim, é importante destacar que, o referido contexto interrelacional (*região-Estado-nação-mundo*) que engloba a Amazônia como um todo, é posto em funcionamento através de posições territoriais. Assim, para além de questões macroestruturais e diante da sua dimensão continental, bem como, de suas dificuldades físicas, vocações exploratórias e intenções econômicas, quando tratadas do ponto de vista *urbano-local*, deflagra uma outra complexidade paradoxal distinta da transição urbana generalizada no Brasil (nos anos 60), principalmente quando considerado o efeito da reconquista militarizada frente à anunciação do mundo globalizado, bem como, dos desdobramentos geopolíticos do novo milênio.

4.1 A urbanização desarticulada.

A integridade territorial do município, imaginada como base espacial do processo de descentralização do poder do País vê-se, de certo modo, desafiada, na Amazônia, por uma outra vertente de legitimação da autoridade que, articulada na esfera global, atua, preferencialmente, na escala local, por ser esta considerada como a mais adequada para se reverter valores e práticas elaboradas pelo poder em relação à utilização dos recursos naturais.

Berta K. Becker

O mito fantasioso do “sonho intenso” associado ao milagre econômico brasileiro (1968 – 1973) produziu sequelas que precisavam ser liquidadas com a retomada da democracia em 1985, logo após a retirada do “entulho autoritário” (RICUPERO, 2017, p. 558) do regime militar (1964-1985), cuja herança provinha de um efeito causal atrelado ao “sucesso” do crescimento do PIB e da industrialização, reveladas por uma crise social e econômica (hiperinflação e dívida externa).

Na Amazônia, o referido período produziu um efeito-crise progressivo, pois, o poder institucionalizado, criado para monitorar os projetos implementados pelos militares, foi agravado com a política de redemocratização, principalmente, devido ao processo de descentralização intergovernamental, unitário e independente e, conseqüentemente, inviável diante da realidade estrutural da região.

Contudo, ao mesmo tempo em que o modelo genérico instruído pela Federação se fazia inexequível em terras Amazônicas, outras possibilidades de organização socioterritoriais foram se desenvolvendo, a revelar, segundo Browder e Godfrey (2006), um processo de “urbanização desarticulada”, fundamentado na reestruturação de territórios para fins econômicos.

Em princípio, este conceito tende a tensões lógicas de formações similares a agrupamentos hierarquizados a partir de um núcleo central (metrópole) e suas circunvizinhanças (cidades médias e pequenas), mesmo diante de certas distinções amazônicas onde (na maioria dos casos) “melhor seria chamá-las de povoado, em decorrência da forma, do número de habitantes, da quantidade de casas, do modo de vida e da vida de relações” (OLIVEIRA, 2000, p. 57).

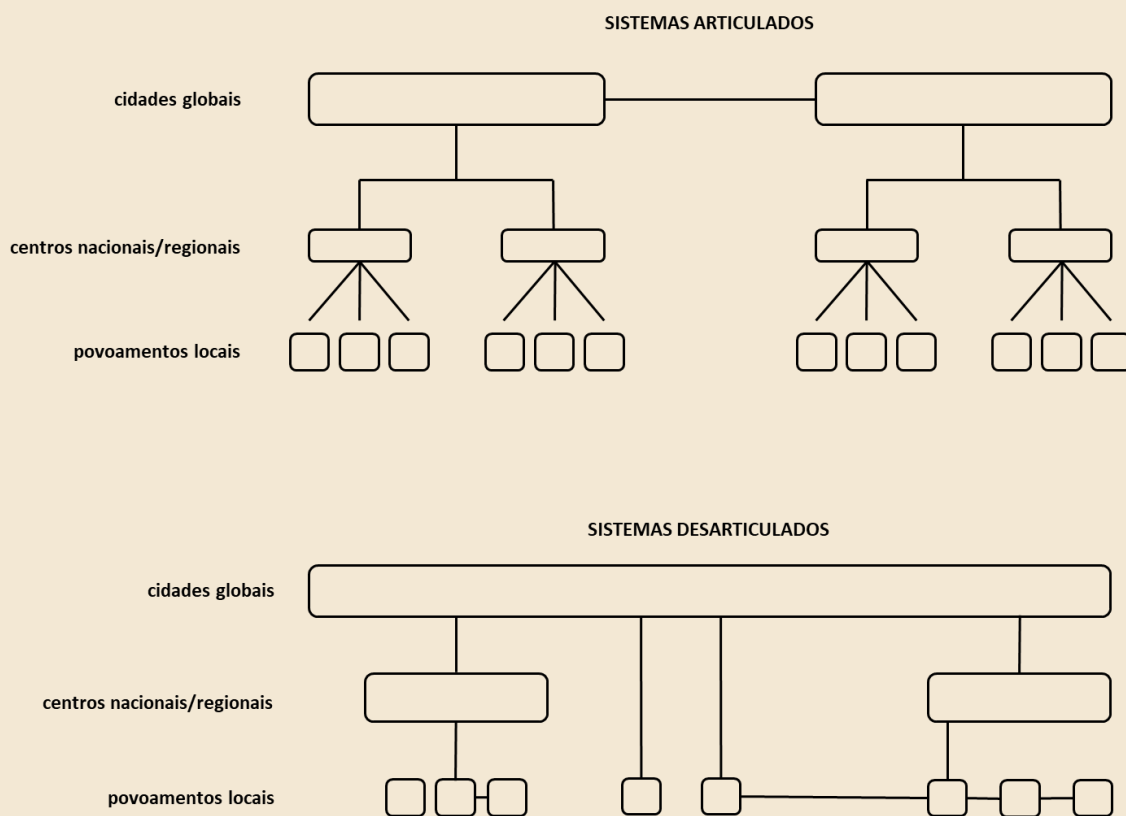
As relações sociais de produção na Amazônia têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo que avança, fragmentando-a e homogeneizando-a, estabelecendo condições de controle para inseri-la na escala global. [...] Todavia, há as especificidades decorrentes da história do lugar, da capacidade de resistência e da forma não equânime de como as inovações atingem o lugar e de como as pessoas se relacionam com o novo. Todos estes aspectos, mediados pelos usos e costumes, determinam a forma de produção do espaço que se traduz na articulação entre o lugar, o nacional e o global (OLIVEIRA, 2000, p. 22).

Porém, ao ampliarmos as análises, no âmbito das relações econômicas travadas no território amazônico, revela-se uma teia de intenções que extrapolam fronteiras e redesenham o território por meio de novas demarcações que seguem lógicas distintas, tanto de âmbito local – estrutural e administrativo - quanto das relações associadas à região, ao Estado-Nação, à Federação e à escala mundo. “Uma ordem mais complexa e fragmentada de configurações espaciais policêntricas” (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 119), cujos assentamentos derivam de conexões diretas à região sudeste do país; de vínculos entre multinacionais, impulsionadas pelos incentivos da Zona Franca de Manaus; e outros completamente independentes, “desarticulados do sistema de assentamento local ou regional no qual são localizados, como é o caso de Porto Velho e Rondônia” (ibidem).

A qualidade irregular da urbanização contemporânea corrói modelos antigos de primazia metropolitana regional movida pela economia mercantil extrativa. Manaus, em particular, favorecida por políticas do governo para atrair capital transnacional para a Zona Franca, ultrapassou Belém com o seu moderno desenvolvimento industrial e ligações ao capitalismo global [...]. Além disso, como os novos centros urbanos da Amazônia incorporam-se seletivamente ao espaço econômico nacional, tornaram-se também localmente desarticulados das tradicionais metrópoles regionais (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 119).

Neste sentido, as teorias que tentaram explicar a organização e a localização socioterritorial de regiões por meio de centralidades físicas e concentração econômica, respectivamente protagonizadas por Walter Christaller e August Lösch, através da chamada “teoria do lugar central”, se afastam do território amazônico devido a um funcionamento motivado por sistemas desarticulados (figura 34), associados a princípios diversos que complexificam a ideia de unidade, bem como de uma estrutura homogênea e genérica.

Figura 34 - Esquema relacional e comparado de sistemas intercidades.



Fonte: Browder; Godfrey (2016, p. 120). Adaptado do original.

Enquanto o geógrafo Walter Christaller e o economista August Lösch buscaram uma lógica de pressupostos cartesianos de organização e posicionamento de cidades e suas interrelações, baseados em suposições comprovadas por dados empíricos, é possível afirmar que, no caso das cidades amazônicas, Manaus (AM) e Belém (PA), podem ser consideradas como um “lugar central” de bens e serviços (no sentido de Walter Christaller) quando analisadas a partir da sua condição de metrópole regional, porém, não articuladas por uma “economia de localização” (no sentido de August Lösch), dando origem a fronteiras não-físicas, demarcadas por redes intencionais específicas que interagem por relações de mercado fora de uma lógica escalar.

Para Browder e Godfrey (2006), os sistemas desarticulados da Amazônia podem ser explicados por princípios diversos, dos quais destacam-se, características sociais, físicas, econômicas, estruturais, institucionais e de fluxos migratórios.

A heterogeneidade que constitui o espaço social da Amazônia é formada por grupos distintos cujas relações – mesmo diante de um determinado contexto tempo-espaço – denotam a impossibilidade de classificações rígidas para revelar a urbanização regional.

A irregularidade e a variedade morfológica apontam a formação de territórios sem uma relação antecessora com outros núcleos urbanos. Sob certa autonomia, é possível identificar, a partir de motivos distintos, certas sobreposições ou redes que não se articulam por uma lógica formal e hierárquica. Apesar de alguns subsistemas interligados, a economia extrativista diversificada, intercalada com a estagnação da borracha e o surgimento da indústria na Amazônia, elencou cidades em outros contextos que expandiu seu território por lógicas distintas, pontuais e muitas vezes locais, independentes de centros já consolidados, desarticulando assim, possíveis relações territoriais.

A variedade produtiva e a fragmentação do território mantiveram a economia local sob certa disritmia frente ao pensamento capitalista. O capital – em vários níveis – penetrou na Amazônia, porém, o capitalismo (enquanto um sistema assalariado de relações) não se estabeleceu a partir de uma rede econômica-urbana, revelando, em muitos casos, uma relação distinta entre a economia e a cidade, confirmando a total desarticulação entre a urbanização e a economia local. Alguns núcleos econômicos mantiveram o foco em produtos atrelados a relações mercantis sem estabelecer núcleos urbanos de abastecimento, gerando um sistema de importação intrarregional de bens para além do núcleo produtivo, para atender as necessidades locais de consumo. Em nível regional e nacional, emergem setores produtivos não integrados à verticalização de mercado, sob certa sazonalidade produtiva – caracterizados por contratos de curto prazo – para atender mercados específicos, tanto na escala Federação como na internacionalização de mercados. Assim, são mantidos sob certa flutuação e independência, e, mesmo com um mercado internacional em ascensão, não é possível afirmar sua relação permanente e direta, pois os mesmos dependem de interesses socioeconômicos da e na região.

A incapacidade do Estado em gerir sua economia e suas demandas, revelou uma desarticulação urbana, mantendo certa independência frente a possíveis mercados emergentes e suas estruturas espaciais distintas. Importante destacar que o Estado ineficiente não inviabilizou a atuação das instituições estatais criadas principalmente para o desenvolvimento da Amazônia que, por motivos distintos, fizeram coligações para além do Estado-Nação a fim de manter a Amazônia sob certo fluxo econômico.

Por fim, os assentamentos urbanos são flexíveis devido à interrelação urbano-rural que, apesar de estruturas distintas, funcionam por movimentos *endomigratórios* estimulados pela sazonalidade produtiva, estabelecendo assim, relações que produzem fenômenos socioespaciais intraurbanos, desarticulando uma possível distinção lógica entre o urbano-rural, bem como, sua associação entre vida na cidade e sua produção¹⁴. Assim, para além de uma lógica hierárquica, a urbanização na Amazônia é revelada por uma sequência de eventos peculiares. Territorialidades que se armam estimuladas por motivos internos, externos, particulares, institucionais, econômicos, geográficos, morfológicos, entre outros, tornando evidente que não se pode pensar numa Amazônia cujo território apresenta uma lógica de fácil entendimento, principalmente quando há uma tentativa de articulá-la enquanto Estado-Nação.

¹⁴ Segundo Browder e Godfrey (2009), a depender do ponto de vista, a referida relação pode ser definida por processos de ruralização do urbano ou urbanização do rural.

Cidades da Floresta Amazônica, por mais rústicas e minimalistas, são paisagens humanas flexíveis e inquietas, cujas histórias sociais, orientação econômica e desenhos físicos adaptam-se as funções mutantes nas esferas local, nacional e global. Considerada como um todo, a superfície de fronteira produz várias “bolhas” de atividade, algumas puramente extrativistas, outras transformativas, outras especulativas e cada qual ligadas a centros urbanos. Tais bolhas são formações sociais localizadas revelando relacionamentos contingentes entre vários grupos socioeconômicos e classes (capital e trabalho) e produzindo formas distintas de organização espacial na paisagem (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 125).

Apesar da distinção e da heterogeneidade de agrupamentos sociais na região, as análises de Browder e Godfrey (2009) revelam, no âmbito gestor, duas características específicas, tomadas por forças organizacionais: agrupamentos “populistas” e “corporativos”.

A primeira, de ordem populista, segue assentada por um espaço social de produção autônoma, onde as forças são dissolvidas em um autogoverno que considera e valoriza as relações diretas estabelecidas, bem como um sistema de organização autônomo, cuja acomodação urbana reflete certa imprevisibilidade, geralmente associada a nichos produtivos sazonais ou a novas frentes de mercado, muitas vezes associadas a comportamentos que tangem a baixa permanência. Em outras palavras, inquilinos motivados por forças produtivas.

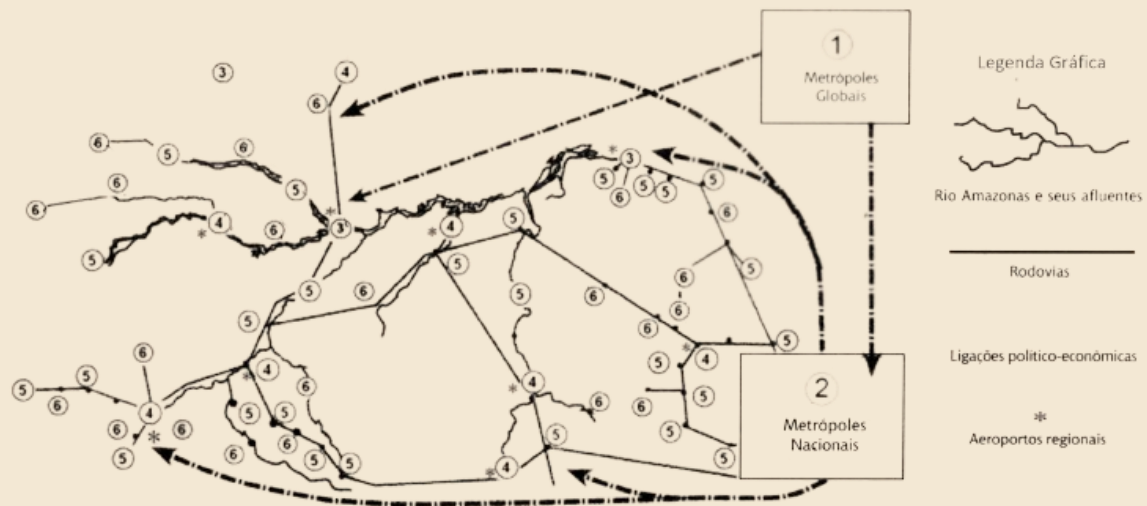
Já a corporativa, remete a um projeto centralizado de origem gerencial, com propósitos acumulativos de capital. A proposta de desenvolvimento regional funciona a partir de coalisões entre os interesses corporativos e as burocracias de instituições estatais. As relações de trabalho, geralmente assalariadas, estão atreladas a valorações flexíveis e contratos sazonais de curto prazo. Toda aquisição de recurso está fundamentada na articulação entre os interesses da corporação associada às instituições aliadas.

Ambas, seja populista ou corporativista, têm como princípio a flexibilidade e o dinamismo da produção, não alcançando projetos de longo prazo. O corporativismo funciona como um atrativo para circulações internas de trabalhadores, geralmente acomodados nas “periferias” dos pequenos núcleos urbanos organizados. Estabelecidos à margem de um território produtivo, ficam à *mercê* do gerenciamento intencional que é constantemente tensionado por pressões dos trabalhadores, escassez de recursos a serem explorados, perda de recursos ou de incentivos, além de crises sistêmicas advindas do desmatamento, das aglomerações humanas, da poluição e de doenças.

A indeterminação dos processos sociais atrelados às organizações espaciais corporativistas dependem da centralidade atribuída ao agente, bem como, ao poder de decisão a ele atribuído. A partir de forças opostas, o propósito produtivo na organização populista está atrelado a certas categorias que monitoram a ação coletiva, principalmente devido à difusão gestora da categoria poder, que passam a caracterizar mercados abertos e flexíveis preocupados com a concentração e a expansão da população. No campo corporativo, os serviços e demandas de primeira ordem são oferecidos pelo gestor, enquanto emerge um comércio paralelo, desvinculado da produção, geralmente de âmbito informal, para suprir outras demandas de consumo.

Assim, a demarcação institucionalizada do território, associada aos municípios da região amazônica, se reconfigura neste cenário heterogêneo através de fronteiras móveis que se deslocam a partir de motivadores que envolvem determinadas atividades econômicas, grupos a elas associados, redes de negócios, viabilidade logística de acessos e deslocamentos. Uma demarcação organizada sob uma lógica complacente e desarticulada (figura 35) que a torna complexa quando nos propomos a entender suas redes urbanas e seu funcionamento.

Figura 35 – Esquema-fluxo de sistemas intercidades.



Legenda:

- (1) Metrôpoles Globais: capital internacional, agências de desenvolvimento, centros políticos (por exemplo, Londres, Nova York, Washington D.C., Tóquio).
- (2) Metrôpoles Nacionais: centros industriais e comerciais, agências governamentais, bancos (por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia).
- (3) Metrôpoles Regionais: polos de crescimento industrial, zonas de livre comércio, centros comerciais, principais centros de transporte (por exemplo, Belém, Manaus).
- (4) Cidades Intermediárias: centros de transportes ou sistemas rodoviários, centros comerciais (por exemplo, Marabá, Santarém, Porto Velho, Cuiabá).
- (5) Pequenas Cidades: municípios, centros de mercados locais (por exemplo Xinguará, Rolim de Moura).
- (6) Centros Locais: entrepostos comerciais (por exemplo, Água Azul, Cuca, Alto Alegre).

Fonte: Browder; Godfrey (2016, p. 90). Adaptado do original.

Obs: considerar um diagrama esquemático, sem precisão geográfica.

A lógica “desarticulada” de Browder e Godfrey (2016), baseada nas relações de produção estabelecidas no território amazônico não se acomoda em um processo estático e definido, pois, apesar do ajuste fundamentado na expansão do capitalismo e na espacialidade acostuada e contraditória entre ricos e pobres, respectivamente associadas ao bem-estar e à miséria, todas as relações e redes estabelecidas estão atreladas a um “lugar praticado” (CERTEAU, 2003 [1980]) mediados pela potência localista (usos, costumes, vivências e experiências), às possíveis articulações e redes externas, bem como à lucratividade do potencial exploratório.

Assim, a “dimensão do vivido” (LEFEBVRE, 2013 [1974]) sobrepõe a noção física de um espaço exteriorizado que, apesar da total influência externa revelada nos principais núcleos centrais da Amazônia, se faz diferente ao adentrar na sua versão “profunda”, onde “ocorre a interiorização da produção humana, sendo o espaço um produto social não apenas por ser habitado pelo homem mas por ser produto e condição de produção para o homem” (CARLOS, 1994 [1986], p.33).

A ocupação fronteiriça da colonização, o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, a ação militar na Amazônia, a permanência de instituições de controle, o progresso e o monitoramento, a descentralização administrativa do projeto de redemocratização e a difusão dos ideais

neoliberais, conferiram à Amazônia, no início da década de 80, a condição de “floresta urbanizada” (BECKER, 2006)¹⁵, cuja lógica econômica, assentada em um cenário político controverso, se consolidou enquanto um território autônomo e desarticulado de uma estrutura hierárquica (região, Estado e federação), estrategicamente interligada a redes distintas de exploração (no âmbito comercial) e, conseqüentemente, de sobrevivência (no âmbito social).

Conseqüências fortemente estimuladas a partir do “Projeto Zona Franca”, na segunda metade do século XX, cujo protagonismo de Manaus – enquanto lócus do referido processo - deu início a uma condição distinta de capital regional, frente à mimese estrutural antecessora, observada na formação dos dois principais núcleos urbanos da região norte (Manaus [AM] e Belém [PA]).

Do ponto de vista econômico, a industrialização sugerida converteu Manaus em cidade-rede, que, devido ao desenvolvimento do setor de bens duráveis (a partir de 1967), passou a ser responsável pelo abastecimento deste mercado em todo país. Todavia, a progressão geométrica da produção da Zona Franca, estimulou um fluxo migratório que, sob efeito causal, desencadeou uma série de problemas urbanos, principalmente associados às acomodações daqueles que, seduzidos pelo novo modelo econômico-industrial, viram uma perspectiva de oportunidade de trabalho.

Assim, enquanto as mídias divulgavam notícias de “cinquenta mil empregos nascendo no mato”, a metrópole amazônica repetia o efeito-crise da borracha, sendo acometida por processos de expansão que registraram novas periferias insalubres e assentamentos palafíticos e espontâneos.

Repetições motivadas sempre pelo forte apelo econômico – da exploração à industrialização – cujos propósitos insistem em inventar uma Amazônia (GONDIM, 2007), primeiramente baseada na controversa existência do Oriente frente à cultura europeia, que distinguiu, respectivamente, civilizados cristãos e bárbaros pagãos (ibidem; SILVA, 2012 [2004]); seguida de uma modernidade *hausmaniana*, que impôs à cultura ligada à natureza a sua condição de primitiva (DIAS, 1999; OLIVEIRA, 2003; MESQUITA, 2009); alcançou a industrialização, a partir de um modelo federativo e institucionalizado de (re)conquista de um território considerado inóspito, do qual, devido à necessidade de ajustes macroestruturais, se faz hoje globalizada (BECKER, 2006), tensionada pelos ideais neoliberais e fisicamente desestruturada e excludente.

Uma Amazônia tomada por processos cíclicos de desenvolvimento, ligados à exploração descontrolada e, conseqüentemente, às crises por ela ocasionada, das quais, a acomodação de uma capital-metrópole em plena floresta tropical serviu de polo socioterritorial oportunista para as práticas que dela foram difundidas.

4.2 Manaus: a invenção controversa de uma cidade nos trópicos.

Así, la mera concepción de la naturaleza, si la consideramos desde el punto de vista de la historia del espíritu, se origina de un doble motivo, y la determinan e informan fuerzos un apariencia contrapuesta. En ella actúa el ímpetu por lo singular, lo concreto, lo fáctico, al mismo tiempo que el anhelo por lo puramente universal.

Ernest Cassirer

¹⁵ BECKER, Bertha Koiffmann. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENERGODT, M.; SACHS, I. (orgs.) *Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region*. Paris: UNESCO, v. 15, p. 53-89, 1995.

A determinação da capital da Província do Amazonas, localizada à margem do Rio Negro, a partir do entorno do Forte de São Jose da Barra, marca o início do processo de aglomeração citadina, inicialmente intitulada *Manaós*, cuja correção em 1937 - através do decreto nº 117, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas nº 12.589¹⁶ – estabeleceu a grafia “Manaus”, da cidade que mais tarde viria a se tornar polo da região Amazônica, sendo hoje a maior metrópole localizada em floresta tropical no mundo¹⁷.

Inicialmente acomodada em uma geografia tomada por igarapés e topografias acidentadas (figura 36), o caráter espontâneo e autóctone daquele tempo revelou um espaço social heterogêneo marcado por relações de convivência entre “ricos e pobres, brancos, índios, mamelucos e mestiços” (DIAS, 1999, p. 29).

Figura 36 - “Planta (Croquis) da Cidade de Manaós” de 1852.



Fonte: acervo do Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA – Manaus/AM).

A referida harmonia, de inspiração reconciliada entre o homem e a natureza, tangia um universo endógeno e pacífico que passou a ser corrompido com o advento do enriquecimento da exploração extrativista da borracha, dando início ao processo de “invenção” de um núcleo urbano - apelidado de “*Paris dos Trópicos*” – que se materializou através de uma ampla conversão urbana de funcionamento, com o propósito de responder aos efeitos lucrativos da economia extrativista e exploratória do látex, por meio de um redesenho físico que atingiu, principalmente, os campos sociais e comportamentais.

¹⁶ Segundo documentos oficiais, apesar da formalização da nova grafia, o Diário Oficial somente alterou o seu cabeçalho em 1939.

¹⁷ Segundo IBGE, Manaus possui 2.219.580 pessoas (projeção 2020). A partir deste dado, não há nenhuma outra aglomeração urbana no mundo localizada na faixa de floresta tropical (entre as latitudes 22º Norte e 22º Sul), formada pela Floresta Amazônica ou Bioma Amazônia e as Florestas Tropicais do Congo (na África central) e a da Ásia (precisamente na Indonésia).

De âmbito sócio territorial, este processo teve início em 1890, porém, segundo Sampaio (2016), é possível identificar tais intenções ainda enquanto Província do Grão Pará, através dos códigos de posturas, cujos registros apontam para o ano de 1838¹⁸, e, na condição de “cartilhas para civilizar” (ibidem, 2016, p. 9), revelou o caráter regulador e normativo que, ao mesmo tempo em que explicitava as “dimensões do viver e do estar no espaço urbano” (ibidem, p.10), deflagrava o afastamento intencional da cultura cabocla e ribeirinha, bem como a sua relação com a natureza.

[1838 - Posturas Policiais da Câmara Municipal que se devem observar nesta Vila de Manaus e seu Termo, até que sejam modificadas ou aprovadas pela Assembléia Provincial]. *Art. 1º - Toda e qualquer pessoa que levantar edifícios na vila, ainda mesmo com licença da Câmara, sem que para isso consulte o Arruador para conhecer do alinhamento, será condenado e pagará de multa mil réis.* (SAMPAIO, 2016, p. 15).

(...)

[1848 – Código de posturas municipais, a que se refere o artigo 8º da lei do orçamento municipal de 29 de Novembro de 1848, aprovado provisoriamente na forma do referido artigo da lei. CAPÍTULO V – Dos Curandeiros, Loucos e Elefantíacos]. *Art. 33º - Toda a pessoa, que se intitular Pajé, ou que a pretexto de tirar feitiços, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguém para simular curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações e outros embustes incorrerá na multa, assim como o dono da casa, de vinte mil réis, ou oito dias de prisão, em qualquer dos casos.* (ibidem, p. 22).

(...)

[1872 – Lei nº 247, de 1 de junho de 1872: Promulga o Código de Posturas Municipais da Cidade de Manaus. TÍTULO I – AFORMOSEAMENTO E REGULARIDADE DA CIDADE E SUBÚRBIOS]. *Art. 3º - Fica proibido de ora em diante, nas ruas dos Remédios, Boa-Vista, Espírito Santo, Marcílio Dias, Flores, Imperador, Brasileira, Manaus até o Aterro, Henrique Martins, Cinco de Setembro, S. Vicente, Independência e Travessas que lhes são correspondentes, e em todas as Praças, a edificação de casas cobertas de palha; sob pena de demolir-se a obra por conta de quem a fizer e sujeito a multa de trinta mil réis ou oito dias de prisão.* (ibidem, p. 44).

A imposição das posturas municipais, entrelaçadas aos interesses econômicos dos extrativistas e aviadores, influenciada pela circulação de ideias europeias, e somada à força do capital simbólico do poder político, desencadeou o processo de invenção da cidade de *Manaós*, cujas intervenções físico-comportamentais implantadas, segundo Mesquita (2009), foram orquestradas pelos governadores Eduardo Ribeiro (1882 a 1896), Fileto Pires Ferreira (1896-1898) e José Cardoso Ramalho Júnior (1898-1900)¹⁹.

Essa conjunção de fatos e agentes marcam o período de transformação da “antiga Vila da Barra²⁰ na *Paris dos Trópicos*” (MESQUITA 1997, p. 430, grifo do autor), cujo propósito demandou ajustes físicos de ordem acomodadística - com ênfase no aterro dos igarapés – que seguiram

¹⁸ Para além do registro documental, os Códigos de Posturas Municipais do Amazonas organizados pela historiadora Patrícia Melo Sampaio (2016) no período de 1838 a 1967, revelaram uma potente aliança estratégica, associada à organização do meio físico e comportamental, diante das intenções transformadoras do poder público. Destaque para o insistente termo “aformoseamento”, presente no capítulo inaugural dos códigos de 1872, 1875, 1890 e 1893, cuja aplicação genérica deu a tônica para os documentos subsequentes (de 1896 a 1967), aplicados sob certa distinção de âmbito público e privado.

¹⁹ Segundo Mesquita (2009), a complexidade do referido período caracteriza o “mito de refundação da cidade de Manaus”.

²⁰ Instituída em 1832, época em que revezava a condição de capital com a vila de Mariuá (atual município de Barcelos/AM).

através de reformas urbanas de embelezamento, concomitantemente subdivididas em infraestruturais e arquitetônicas²¹ de inspiração parisiense, “universalmente aclamada como verdadeiro modelo de urbanização moderna naquela época” (BERMAN, 1986 [1982], p. 147), associadas à Georges-Eugène Haussmann, autodenominado “artista-demolidor” (BENJAMIN, 2009[1982], p.168), cujo estranhamento produzido na cidade francesa se repetia por intenção mimética em Manaus.

De filha pobre da Corte, esquecida nos confins da selva, sem dotes e sem beleza para atrair qualquer pretendente, capital da Província do Amazonas, num passe de mágica, transformada numa princesa, bela ricamente adornada e cobiçada por todos. [...] La belle vitrine que deveria exibir um nível desejado de civilização e progresso, certamente, apresentava aspectos artificiais, como um cenário cenográfico para seduzir os viajantes e iludir a população (MESQUITA, 1997, p. 429).

(...)

[...] Certamente, a *belle époque* manauara não atingiu os almejados padrões parisienses, mas é incontestável que o referido período marcou uma transformação radical em todos os setores da sociedade e refletiu marcadamente sobre a arquitetura. Naquele momento histórico, Manaus era uma das poucas cidades brasileiras a dispor de riquezas para financiar os sonhos de uma elite ansiosa por ostentar seu *status* (ibidem, p. 430).

Apesar da dificuldade de implantar o ambicioso projeto em plena selva amazônica, a “invejável situação financeira do Estado” (MESQUITA, 1997, p, 431) deu à Manaus o atestado de modernidade, naquele momento relacionado ao comércio extrativista, bem como, à acumulação primitiva do funcionamento da economia da borracha, baseada em relações intencionais de trocas não monetarizadas (chamados de aviamento), sendo responsável pela fixação forçada e exploratória de uma população incentivada por processos/ciclos migratórios ocorridos na região amazônica, associados, no referido período, a intempéries ambientais, como a Grande Seca no nordeste de 1877 e 1878 (a chamada “seca dos três setes”) e aos estímulos da produção da borracha, divididos em dois ciclos distintos, sendo, em primeira fase – de 1890 a 1920 – durante o chamado “auge da borracha”, e em segundo momento – de 1942 a 1945 – com a reanimação da produção para o abastecimento do mercado americano durante a Segunda Guerra Mundial²².

O comércio da borracha organizou o território da cidade em pertencentes e excluídos, sendo, respectivamente, formados pela elite dos barões da borracha (o empregador), que usufruía da modernidade instaurada, e pela população amazônica (índios, ribeirinhos, caboclos e migrantes) que orbitavam as periferias da cidade, sendo que o contato com a *belle époque* era sempre monitorada pela domesticação estabelecida das posturas municipais. Ademais, o grupo vinculado à produção da borracha estava associado a uma jornada de trabalho que ocupava cerca de quinze horas diárias (quadro 16), mantendo-o em um ciclo produtivo de constante exploração.

²¹ Das referidas intervenções, o embelezamento de Manaus ficou atrelado às obras provinciais, aos serviços públicos e aos sistemas urbanos, com destaque para as largas avenidas que surgiram dos processos de desapropriações; boulevares; saneamento; serviço telefônico; eletricidade; estrutura portuária; pontes; coleta de lixo; parques e praças; arborização; bondes elétricos; um teatro suntuoso; cafés; hotéis; lojas e bazares; residências confortáveis e arquiteturas institucionais.

²² Conforme Oliveira (2003), “Celso Furtado sugere que, entre 1890 e 1900, migraram para a Amazônia cerca de 200.000 nordestinos. Lucio de Castro apresenta dados entre 1877 e 1900 num total de 160.125 habitantes. Samuel Benchimol estima entre 1877 e 1920 hajam entrado na Amazônia 300.000 nordestinos e que, desde o início do ciclo da borracha até 1960, aproximadamente, 500.000 nordestinos vieram para a Amazônia” (ibidem, p. 39).

Quadro 16 - Cronograma de atividades de um seringueiro.

Atividades	Horas Trabalhadas														
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª
Preparação															
Sangria															
Repouso e Refeição															
Recolhimento do látex															
Defumação															

Fonte: adaptado de Oliveira (2003, p. 38).

Esse ciclo constitui, de qualquer maneira, uma grande transformação na vida da Amazônia Brasileira, em todos os sentidos, representando com segurança o nosso capítulo de grandeza e miséria. [...] A população se divide em duas partes bem desiguais, a que trabalha e é regular em número, e aquela porção menor, dos que vivem a explorar a primeira. A parte que realmente trabalha é a que não pode acumular reservas nem economias que a tornasse independente (BATISTA, 2007 [1976], p.172).

A condição insalubre e precária da população nordestina no seringal era explicada a partir de um “determinismo ecológico” (OLIVEIRA, 2003, p. 39), associado à relação homem-natureza. No entanto, a referida explicação era falaciosa e reducionista, pois, segundo Oliveira (2003), foram as relações de exploração, baseadas no sistema de funcionamento do seringal, que consolidaram uma vida de miséria, cuja sobrevivência estava atrelada à sorte de suportar a “escravidão por dívida” (Reis, 1997 [1953]), diante da relação entre o seringueiro, o seringalista e o aviador, respectivamente dependente ao barracão, à casa aviadora e a casa exportadora.

Situação insistentemente mantida no período de 1890 a 1920, mesmo quando a borracha começou a demonstrar sinais de instabilidade rumo à possível decadência, pois, “havia uma elite incapaz de criar condições para dar o salto do extrativismo para a industrialização” (OLIVEIRA, 2003, p. 42), preferindo operar a dinâmica socioeconômica estabelecida, sendo, de um lado a exploração fixadora dos seringais, e de outro, a produção de um espaço social sofisticado e exógeno para acomodar a vida urbana dos barões da borracha.

O capital simbólico de base econômica, atribuído aos lucros da extração da borracha, extrapolou as fronteiras da Amazônia, que, para além da cidade inventada, passou a circular enquanto modernidade exótica, a fim de apresentar um projeto de cidade no chamado “Novo Mundo”, principalmente através de narrativas, documentos e imagens, como observada na Exposição Universal de 1893 na cidade de Chicago, revelada através do *álbum-souvenir* intitulado “*The City of Manaus and the Country of Rubber Trees*” (figura 37) onde Manaus aparece através de um espaço-tempo protagonizado pela imposição da *Belle Époque* enquanto seus tipos locais e suas naturezas são retratadas por imagens sem fundo, intencionalmente desencaixadas e prontas para serem coladas em outro tempo, a evidenciar a “atualização” do passado e a dar um salto para a modernidade em curso.

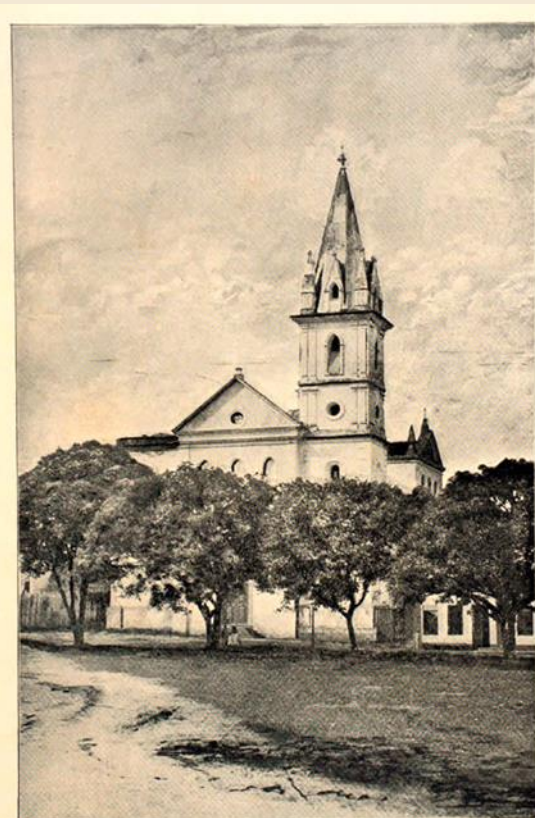
Estratégia de representação que, segundo Grobe (2014), se alastrou durante o primeiro processo de urbanização de Manaus, mas que extrapolou o período áureo da borracha, conforme Carcereri (2017) e Heimbecker (2019), como força insistente de influência socioterritorial.

A intenção de um fundo inexistente sugere a inexistência de um fundo para aqueles “tipos de sujeitos” diante da modernidade, onde qualquer tentativa de existir emoldurada por algo, trata-se de um outro tempo, cuja intenção de encaixe é impreterivelmente imposta.

Figura 37 - Seleção-montagem a partir do álbum "The City of Manaós and the Country of Rubber Trees" (1893).



Fig. A



CHURCH OF ST. SEBASTIAN.—MANAÓS,

Fig. C

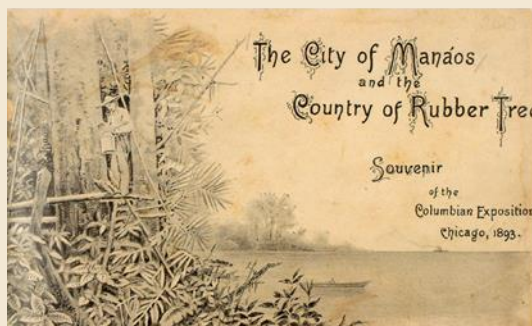


Fig. B



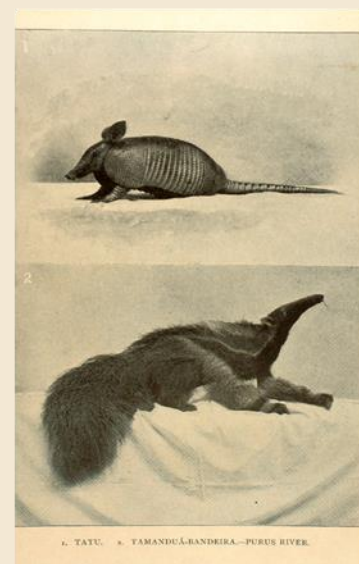
OLD JAMAMADY INDIAN.—PURUS RIVER.

Fig. D



BACABA FRUIT.—PURUS RIVER.

Fig. E



1. TATU. 2. TAMANDUÁ-BANDEIRA.—PURUS RIVER.

Fig. F

Legenda:

Fig. A: *Manaós Theatre – In Course of Construction.*

Fig. B: Capa do álbum "The City of Manaós and the Country of Rubber Trees".

Fig. C: *Church of St. Sebastian – Manaós.*

Fig. D: *Old Jamamady Indian – Purus River.*

Fig. E: *Bacaba Fruit – Purus River.*

Fig. G: 1. Tatu / 2. Tamanduá-Bandeira – Purus River.

Fonte: acervo do Centro Cultural Povos da Amazônia / CCPA.

A imagem veiculada, bem como a sua *seleção-montagem*, acessa, segundo Bolle (1994), a força reveladora da construção historiográfica benjaminiana, cuja representação escolhida atesta um potente “posicionamento” (Didi-Huberman, 2017 [2009]) que, para além do revelado, nega toda e qualquer manifestação avessa à ideia proferida. Situação que, no caso de Manaus, separava distintamente a natureza e seus tipos da modernidade, apresentada por Mesquita (2009) enquanto “Belle Vitrine”, posta em funcionamento pelo governador Eduardo Ribeiro, cuja trajetória obscura – principalmente no âmbito político - não o poupou do título de “artífice da cidade ou o Hausmann mulato”²³.

Sua vida foi um exemplo de energia e força de vontade. Filho do povo, elevou-se pelo seu exorço as mais proeminentes posições sociais. Espírito culto, educado na escola do liberalismo mais adiantado, tendo como phanal que iluminava a todos os seus actos o Maximo respeito aos direitos de terceiros. Desde os seus mais verdes anos, que se revelou como um trabalhador infatigável, à par de uma intelligencia lúcida, propensa sempre para o bem. Sabia fazer-se amar por todos os que d’elle se aproximavam. O seu nome venerado e querido, não se apagará jamais da lembrança do povo do Amazonas. O Estado do Amazonas e principalmente sua capital, deve-lhe o maior carinho, em tudo pode aproveitar ao seu embellezamento moral e material. Não há um só edificio público n’esta nossa hoje bella capital onde não esteja radicado o nome do pranteado extinto. (Jornal *Amazonas*, de 15 de outubro de 1900, apud MESQUITA, 2009, p. 273).

No entanto, apesar da insistente expectativa de que a borracha fosse capaz de estabelecer uma economia forte e duradoura, a partir da primeira década do século XX, a balança comercial da borracha começa a dar sinais de declínio (tabela 1), diante do excedente produtivo e de um novo nicho de mercado: a borracha da Malásia, cujo produto, era de melhor qualidade e o preço de alta concorrência em relação à goma amazônica.

Tabela 1 - Produção comparada da borracha amazônica e asiática entre 1900 e 1919²⁴.

Produção da borracha Amazônia / Asiática		
Ano	Amazônia	Asiática
1900	27.650 toneladas	3 toneladas
1905	34.680 toneladas	41 toneladas
1908	38.511 toneladas	2.014 toneladas
1911	44.296 toneladas	15.800 toneladas
1912	38.173 toneladas	28.194 toneladas
1913	36.232 toneladas	47.618 toneladas
1914*	33.531 toneladas	71.380 toneladas
1915*	35.165 toneladas	107.867 toneladas
1916*	31.495 toneladas	152.650 toneladas
1917*	33.998 toneladas	204.251 toneladas
1918*	22.662 toneladas	200.950 toneladas
1919	33.252 toneladas	381.860 toneladas

Fonte: adaptado de Oliveira (2003, p. 45).

Conforme a tabela, a partir de 1914 a produção da borracha amazônica começa a perder posição para a sua concorrente, registrando uma inversão progressiva que, ao final da segunda década do século XX, considerando os efeitos comerciais da produção da borracha, o incentivo e o

²³ Apesar do Plano de Embelezamento de Manaus extrapolar o tempo de gestão do governador Eduardo Ribeiro (1882 a 1896), seu protagonismo está atrelado ao legado seguido pelas duas gestões subsequentes (Fileto Pires Ferreira [1896-1898] e José Cardoso Ramalho Júnior [1898-1900]). A condição de “*artífice da cidade*”, bem como, a de “*Hausmann mulato*” são apresentadas pelo professor Paulo Knauss, da Universidade Federal Fluminense, no prefácio da obra “*La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*” de Otoni Mesquita (2009).

²⁴ (*) O período destacado (1914 a 1918) corresponde à demanda da borracha associada à Primeira Guerra Mundial.

protagonismo econômico/político da produção do café em São Paulo, a Primeira Guerra Mundial (associado ao abastecimento de pneumáticos advindos da Ásia) e a inexistência de uma política econômica estabilizadora da produção na Amazônia (negada pelo Congresso Nacional devido a “custos elevados”), instaurou na região um estado de crise e estagnação que passou a registrar efeitos socioterritoriais, principalmente na cidade de Manaus, núcleo urbano que, transformado no período áureo da borracha (figura 38), acomodou o fluxo migratório interno, fruto da sua própria decadência.

Figura 38 - “Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus” de 1895.



Fonte: acervo do Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA – Manaus/AM).

Os efeitos da crise econômica generalizada que ocorria no Brasil na década de 20, diante do “modelo primário exportador” (CANO, 2012), que culminou no processo de industrialização brasileira, não alcançou o território amazônico, instaurando a condição de “vencida” (Oliveira, 2003, p. 46), principalmente na cidade de Manaus, por um período de 40 anos, atravessando, no contexto histórico-político, parte da República Velha (1889 – 1930), o Governo Provisório (1930 – 1934), o Governo Constitucional (1934 – 1937), o Estado Novo (1937 – 1946) e a República Populista (1946 – 1964), cujos efeitos perduram até os dias de hoje, mesmo com a curta tentativa de reanimação econômica da borracha durante a Segunda Guerra Mundial, de 1943 a 1945 com os chamados “soldados da borracha”, no desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek na década de 60, ou mais tarde, com a instauração da Zona Franca, em 1967, durante a ditadura militar (1964 – 1985).

Se por um lado, a condição morfológica da cidade de Manaus demonstrava aspectos ampliados frente ao seu núcleo inicial, este território passou a acomodar os efeitos da crise da borracha e, para além do abandono da burguesia do látex, revelou a cidade dos pobres, bem como as suas estratégias de sobrevivência diante do quadro de crise macroestrutural instaurado.

Sem um projeto econômico que substituísse a produção do látex e diante do fluxo migratório advindo dos seringais desativados, Manaus começa a apresentar um inchaço populacional que se acomodou na “*aldeia que virou Paris*”, ou melhor, na falida “*Paris dos Trópicos*” através de insurgências de favelas flutuantes que, para além de um evento sócio-histórico, denota, do ponto de vista do ribeirinho, a sua capacidade de sobrevivência autóctone diante da cidade que se fazia esteticamente domesticada e estruturalmente controlada por legados instrumentais e institucionais do período áureo da borracha, cujas intenções econômicas, políticas, urbanas e culturais mantiveram à margem aqueles que buscaram em Manaus uma possibilidade de sobrevivência.

Em Manaus não foi apenas a sociedade que se adaptou à reprodução das relações de produção, mas todo espaço, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, diferenciado e vencido aos pedaços. Parte significativa da população teve seu cotidiano reduzido ao consumo de migalhas, sendo continuamente afastada das conquistas que as transformações ocorridas na cidade, por exemplo, no período da borracha, poderiam possibilitar. Em decorrência, engendrou-se um espaço urbano reduzido a fragmentos articulados que a todo custo a centralidade imposta pelo poder coercitivo atraiu, normatizou e hierarquizou (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

Assim, os pobres continuaram fora do alcance de visão. No entanto, para além da sua condição informal, sua instalação na cidade de Manaus, consolidou, conforme Milton Santos (2006 [1996]), um “*espaço complexo*”, criando sistemas sobrepostos que, para além do formalismo intencional, ampliavam “a necessidade e as formas de divisão de trabalho, como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação” (ibidem, p. 219). Deste tempo, a cidade flutuante (figura 39) é o melhor exemplo da segunda fase de produção socioespacial de Manaus, diante do isolamento estrutural – enquanto Estado-Nação – e da crise econômica não superada da borracha.

Figura 39 - “*Cidade flutuante*”. Igarapé do São Raimundo desaguando no Rio Negro.



Fonte: Instituto Durango Duarte. Autor: Corrêa Lima / Coleção: Eduardo Braga.

Até meados da década de 60, o núcleo urbano da capital amazonense conviveu com outras formas de morar advindas da metamorfose dos pobres, que se materializaram por toda orla de Manaus, de onde a vida seguiu em paralelo com a cidade formal, estagnada e decadente, dando um movimento à orla central, através de “uma paisagem social cotidianamente animada pelas mais variadas formas de convivência” (SOUZA, 2010a, p. 97).

Seu caráter ajustado de sobrevivência consolidou uma outra cidade dentro de Manaus, tomada por cerca de 12.000 habitantes (tabela 2) espalhados na orla do Rio Negro e junto aos igarapés de São Raimundo, de São Vicente e da Cachoeirinha, que adentravam o tecido urbano da cidade (figura 40), onde a grande maioria encontrou estratégias de subsistência na cidade formal ou na informalidade do “comércio de beira”, associadas a um posicionamento moradia-trabalho de aproximação análoga às intenções das vilas operárias, ligadas à industrialização brasileira da segunda metade do século XIX nas cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE) e Salvador (BA).

Tabela 2 - Densidade populacional da cidade flutuante.

Ano	Número de Flutuantes	Número de Moradores
1961	1.389	-----
1964	2.145	9.788
1966	1.950	11.400

Fonte: SOUZA (2010a, p. 169).

Segundo Souza (2010a), a vida na cidade flutuante materializou um mundo pautado por uma experiência urbana de aspirações caboclas – advindas dos seringais e dos interiores da Amazônia – cujas soluções, tangiam o campo da solidariedade entre os *flutuantinos*, estabelecendo um mundo social acessado por passeios (ou trapiches) que serpenteavam uma lógica de implantação que seguia da margem para rio adentro, cuja lógica era, as vezes, desajustada por tempestades, “banzeiros” e pela sazonalidade do Rio Negro.

Figura 40 - Mapa de localização dos flutuantes no centro de Manaus.



Fonte: Souza (2010a, p. 173). Redesenhado e adaptado do original.

A cidade flutuante materializou em Manaus o que a historiografia chamou de período de estagnação (1920 a 1967), após o auge da borracha (1890 a 1920). No entanto, com o golpe militar de 1964, o poder local passou a enfatizar a condição “vergonhosa” dessa referida acomodação urbana, a ponto de ser tratada como um mal a ser combatido e principalmente esquecido frente às intenções de desenvolvimento, modernização e industrialização destinadas à Manaus.

Segundo Souza (2010a), a ação militarizada fez questão de transformar a cidade flutuante em um “território historiográfico de silêncios” (ibidem, p. 15), cuja insistente invisibilidade foi impulsionada pelo governador Artur César Ferreira Reis (1964 a 1967), representante local da ditadura, a partir de três aspirações intencionais: a territorialidade controversa frente à “modernidade” da Belle Époque; a condição de insalubridade sistêmica da vida sobre as águas; e a condenação diante do surgimento do “Modelo Zona Franca”, ligado à política militar de integração nacional e à expectativa de reanimar a estagnada economia Amazônica.

Sua remoção, formalizada através do decreto estadual nº 168 de 10 de abril de 1965, coincide com o amadurecimento da ideia de Porto Livre (decreto-lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, durante o governo de Juscelino Kubistchek) para o projeto Zona Franca (decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, durante o governo militar de Humberto Castello Branco).

Contudo, associa-se também à implantação falaciosa dos primeiros Programas Habitacionais²⁵, orientados pela cartilha do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em 1964, bem como, aos agentes e às instituições associados a ele, justificando a expansão do tecido urbano (figura 41), através de um novo anel periférico que, na verdade, segundo Salazar (1986)²⁶ e Heimbecker (2015)²⁷, acomodou uma “classe média” emergente (advinda do Projeto Zona Franca), mantendo os *flutuantes* em condições insalubres – da versão aquática para uma nova versão terrestre – revelando dois novos formatos de apropriações periféricas no território: acomodações espontâneas nas franjas da cidade; e ocupações palafíticas que, diferente dos flutuantes, mantiveram a testada das residências no nível da rua, porém, “pendurados” por esteios que as sustentavam, ancoradas no solo argiloso da margem dos igarapés (figura 42)²⁸.

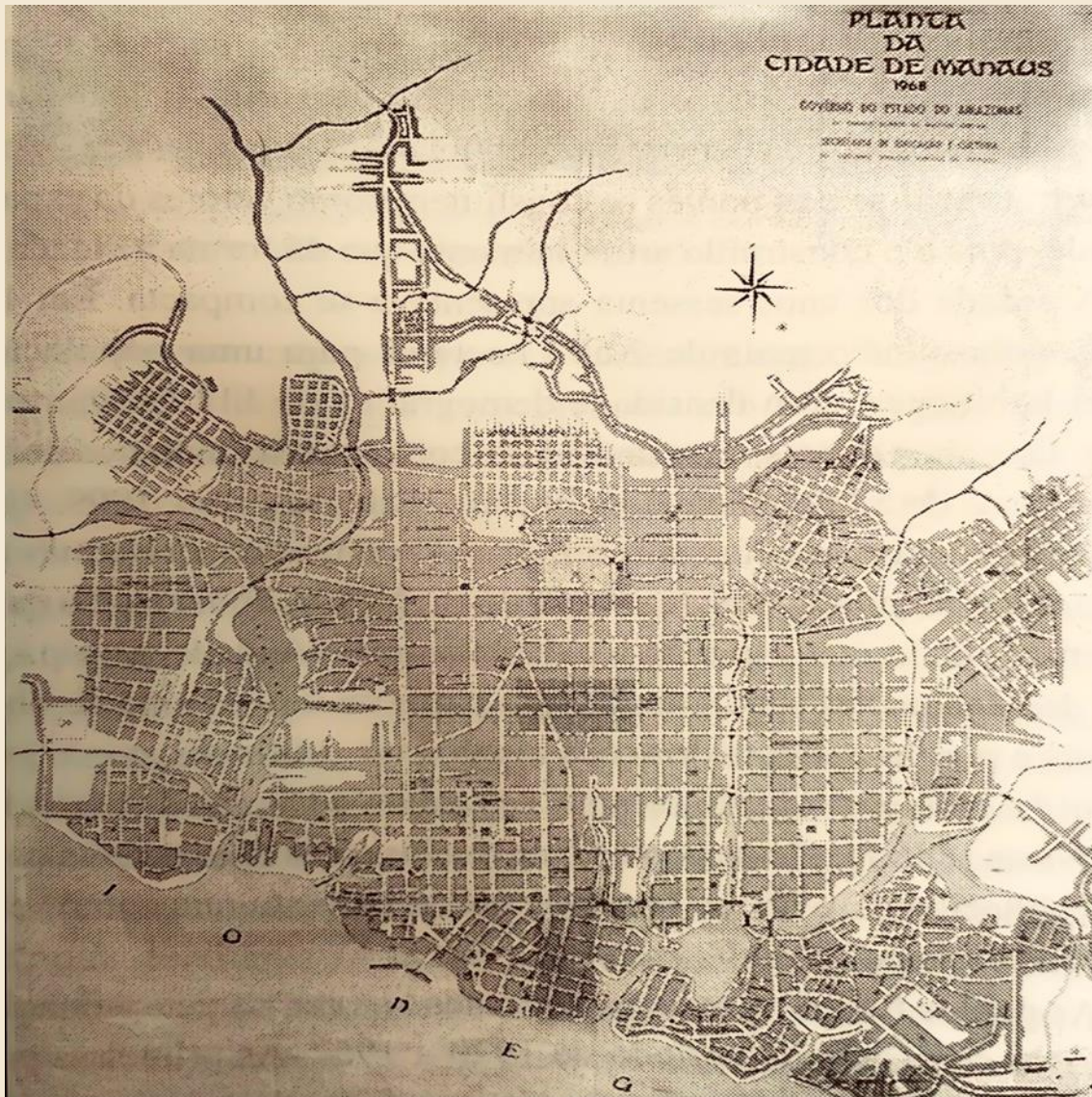
²⁵ Segundo Salazar (1986) e Heimbecker (2015), dos primeiros conjuntos habitacionais implantados em Manaus no referido período, destaque para o Conjunto de Flôres (atual bairro de Flores), localizado na Zona Centro-Sul, e o Conjunto Costa e Silva (atual bairro da Raiz), localizado na Zona Sul, cujo discurso aspirava a realocação das famílias da cidade flutuante.

²⁶ SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos desertados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus*. 1986. Dissertação / Mestrado em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

²⁷ HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flôres e da Raiz e o desmanche da cidade flutuante em 1967. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*. Anais eletrônicos, Florianópolis, 2015.

²⁸ A incapacidade pública em lidar com a progressão geométrica das ocupações frente à versão aritmética dos Programas Habitacionais alcançou níveis estruturais sofisticados, transformando as ocupações em um mercado de terras. Ademais, sua versão palafítica retomou o mesmo discurso das favelas aquáticas, associando-as à insalubridade, à poluição e à vexatória disritmia da paisagem da “beira”. Ambos são referências-gênese da crise habitacional da cidade de Manaus que, ao longo do tempo, foram “solucionados” por programas em que pese o modelo de periferização quantitativa e *standartizada* de unidades residenciais inseridas em uma paisagem estéril de casas alinhadas, sem qualquer sinal de qualidade, tanto da unidade quanto do seu entorno imediato. E, mesmo diante de projetos que intencionaram manter a população em seu local de origem, como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIN), a partir de 2003, o modelo de conjunto habitacional implantado reforça o modelo hegemônico que, para além do desajuste frente à realidade local, insere-se no processo global e neoliberal onde, segundo Rolnik (2015), esfacela a moradia como política social e a transforma em mercadoria a ser consumida individualmente.

Figura 41 - Planta da Cidade de Manaus de 1968.



Fonte: Oliveira (2003, p. 95).

Figura 42 - Efeito Zona Franca: ocupações palafíticas à margem dos igarapés.



Fonte: <https://amazonasatual.com.br/maioria-das-residencias-em-manaus-e-em-favelas-mostra-estudo-do-ibge/>. Acesso: 19 de agosto de 2021. Autor: Valter Calheiros de Souza.

Tomado por uma força de ordem político-institucional e por uma expectativa de origem econômica de reanimação macroestrutural da região Amazônica, o Projeto Zona Franca de Manaus desconsiderou a vida urbana pregressa estabelecida no Centro de Manaus, bem como a natureza do espaço ali estabelecido, sustentando insistentemente um programa de reestruturação da orla, articulando o Porto Flutuante à infraestrutura necessária para o funcionamento da Zona Franca que, ao mesmo tempo em que impediu a reincidência dos flutuantes na orla, soterrou as memórias ali estabelecidas em prol do futuro industrial que promovia o desenvolvimento da região, a integração nacional e a transnacionalização da economia a ponto de projetar Manaus na escala-mundo.

O discurso de integração nacional, articulado pelos militares, inseriu a região Amazônica em uma estratégia que seguiu o fluxo precedente de Juscelino Kubitschek. No entanto, para além do foco de integração terrestre e de desenvolvimento econômico-industrial, militarizou o território e institucionalizou estruturas de poder e controle, ligadas diretamente ao governo central, ampliando a capacidade acumulativa de capital, antes protagonizada pelo Centro-Sul do Brasil.

Neste contexto, destaca-se o Banco da Amazônia (BASA), antigo Banco de Crédito da Amazônia, e a Superintendência da Amazonia (SUDAM) que, desativou as ações da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); organizou o programa de incentivos fiscais da Zona Franca²⁹, gerido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); ampliou a ação do Estatuto da Terra, sob ação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), cuja a fusão, em 1970, instituiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de ação direta na região, através do Plano de Integração Nacional (PIN, de 1970), do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA, de 1971), e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA, de 1974).

Apesar da ação intensa e difusa em todo território da Amazônia Legal, coube à cidade de Manaus a implantação e o funcionamento da Zona Franca que, no âmbito territorial, através de decreto-lei, criou o Distrito Industrial, estabelecendo os limites físicos de atuação do projeto.

Art 2º O Poder Executivo fará, demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com uma superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a Zona Franca (decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967).

§ 1º A área da Zona Franca terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a juzante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade (decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967).

§ 2º A faixa da superfície dos rios adjacentes à Zona Franca, nas proximidades do pôrto ou portos desta, considera-se nela integrada, na extensão mínima de trezentos metros a contar da margem (decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967).

§ 3º O Poder Executivo, mediante decreto e por proposta da Superintendência da Zona Franca, aprovada pelo Ministério do Interior, poderá aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo (decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967).

²⁹ A criação do BASA, da SUDAM, bem como os incentivos fiscais para o funcionamento da Zona Franca de Manaus, são objetivos específicos do programa "Operação Amazônia" de 1966.

Enquanto o projeto era viabilizado no âmbito estrutural e físico, respectivamente atrelado ao Governo Federal e à força política local, os jornais de ampla circulação passaram a promover a Amazônia como polo macroestrutural de desenvolvimento (figura 43), com ênfase no Distrito Industrial de Manaus e, assim, ao mesmo tempo em que revelava os benefícios através de incentivos, convocando a instalação do setor industrial, promovia um discurso de melhor qualidade de vida àquele que estivesse disposto a se enveredar em terras manauaras e usufruir do novo polo produtivo brasileiro.

Figura 43 - Promoção macroeconômica do desenvolvimento da Amazônia.



Legenda:

Fig. A: Material publicitário do governo militar, publicado na edição especial da Revista Realidade de 1972. A partir do apoio da SUDAM e do BASA a propaganda oferece lucros na Amazônia com “464 projetos já aprovados”. Fig. B: Edição especial da Revista Manchete intitulada “A redescoberta da Amazônia”, de 11 de novembro de 1967. A página inicial apresenta a Amazônia tomada por imagens de um “inferno verde, misteriosas tribos de índios, lendas estranhas, florestas impenetráveis onde desaparecem aviões, local para filmes exóticos, caçadas e safaris”. No entanto, como prioridade do governo do general Artur da Costa e Silva, a reportagem explora a ideia de que “depois de séculos de temor e de impotência ante a grandeza da Amazônia, os brasileiros vão enfrentá-la, desvendá-la, ocupá-la”. Fig. C: Propaganda vinculada na edição especial da Revista Manchete intitulada “A redescoberta da Amazônia”, de 11 de novembro de 1967. Com ênfase na industrialização da região, a imagem indica a cidade de Manaus, no entanto, o argumento textual promove o Estado do Pará, enfatizando o escoamento da produção com a rodovia Belém-Brasília, as novas hidroelétricas, o porto, o aeroporto, a rede bancária e hoteleira, os sistemas de telecomunicações e a mão-de-obra fácil e especializada. Diante disso reforça: “Venha conosco tornar o Brasil mais forte industrializando a AMAZÔNIA”. Fig. D: Promoção do Distrito Industrial de Manaus, vinculado no “Jornal do Comércio” em 1º de agosto de 1985. A referida propaganda, atribuída ao Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), promove a maioria do Distrito Industrial de Manaus, bem como os benefícios oferecidos ao trabalhador: “transporte adequado, refeições de qualidade superior a preços simbólicos, assistência médica, social e farmacológica para toda a família do trabalhador, creches, programas de esporte e lazer”. Fig. E: Promoção do Distrito Industrial de Manaus, vinculado no “Jornal do Comércio” em 21 de agosto de 1985. Com ênfase na realidade progressa ao Distrito Industrial onde “Manaus era de cortar o coração”, a propaganda reforça o sucesso e o desenvolvimento dessa experiência, convidando a população a conhecê-lo e a mostrá-lo, pois, “é ali que bate o coração de Manaus”.

Fontes: elaboração própria a partir de referências.

Fig. A: <https://www.oeco.org.br/reportagens/a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/> (acervo Ricardo Cardim). Acesso em 20 de agosto de 2021.

Fig. B: Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://online.fliphtml5.com/qetp/yhfr/#p=32>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

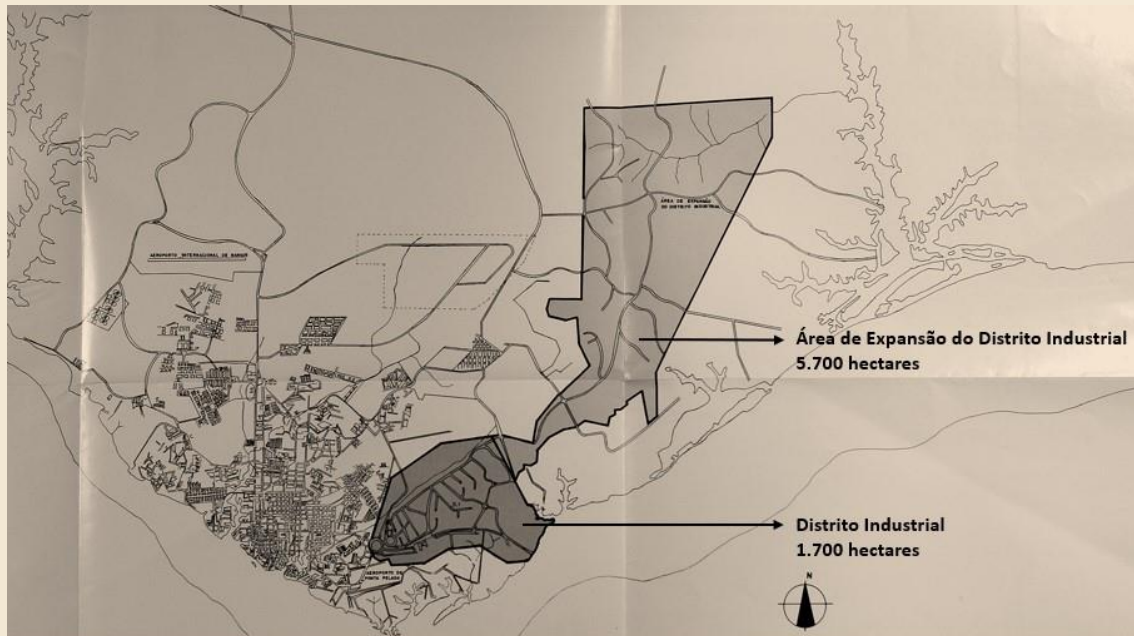
Fig. C: Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://online.fliphtml5.com/qetp/yhfr/#p=32>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

Fig. D: Silva (2011, p. 118).

Fig. E: Silva (2011, p. 119).

O decreto previu a instalação do distrito industrial, porém, foi através da lei estadual nº 63.105 de 15 de agosto de 1968 que, na condição de utilidade pública, determinou a desapropriação de uma área de 1.700 hectares para instalação das indústrias que pretendiam iniciar suas atividades produtivas em Manaus. Contudo, em 1980, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) ampliou o referido distrito, adquirindo uma área de 5.700 hectares, totalizando um território contíguo de 7.400 hectares (figura 44), subdividida em Distrito Industrial I e II, respectivamente localizados nas zonas Sul e Leste, conforme o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus (2014).

Figura 44: Mapa de integração do Distrito Industrial à cidade de Manaus.



Fonte: acervo do Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA – Manaus/AM). Adaptado do original.

Segundo informações da SUFRAMA, as atividades produtivas do Projeto Zona Franca foram agrupadas em três categorias econômicas - comercial, industrial e agropecuária - constituindo hoje, o chamado Polo Industrial de Manaus (PIM), que se desdobra em 19 subsetores³⁰.

Contudo, Freitas (2012)³¹ aponta que, apesar da localização distinta do Distrito Industrial I e II, as empresas instaladas em Manaus, motivadas pelos benefícios do projeto Zona Franca (quadro 17), ao longo do tempo não ficaram exclusivamente na área destinada devido a uma série de fatores estruturais que envolvem a aquisição de terrenos para a sua implantação, questões ambientais relacionadas à produção de resíduos, a cadeia produtiva do referido setor, o deslocamento dos trabalhadores, sua logística de aquisição de insumos, sua estrutura produtiva interna, bem como as estratégias de escoamento e comercialização do produto. Assim, romperam as fronteiras territoriais do Distrito Industrial e passaram a se acomodar junto ao

³⁰ Segundo Freitas (2012), os subsetores contemplam: bebidas não alcoólicas e seus concentrados, editorial e gráfico, material elétrico, eletrônico e de comunicação (polo de componentes de produtos eletroeletrônicos e de comunicação, polo de produtos eletroeletrônicos, polo de máquinas copiadoras e similares), madeira, mecânico (polo relojoeiro, outras empresas do subsetor mecânico), metalúrgico, minerais, não metálicos, mobiliário, papel, papelão e celulose, produtos derivados da borracha, produtos alimentícios, químico e farmacêutico, produtos de matérias plásticas, têxtil, vestuário, artigos de tecidos e viagens, material de transporte (polo duas rodas, polo naval, outras empresas do subsetor material de transportes), construção e diversos (polo ótico, polo de aparelhos, equipamentos e acessórios fotográficos, polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis, outras empresas do subsetor diversos).

³¹ FREITAS, Luiz Alberto Alencar de. *Localização das indústrias do polo industrial de Manaus: uma análise dos fatores determinantes*. 2012. Dissertação / Mestrado em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

tecido urbano da cidade, monitorados por parâmetros urbanísticos descritos no Plano Diretor de Manaus, precisamente junto à lei de uso e ocupação do solo, que define os tipos de atividades permitidas³².

Quadro 17 - Estrutura atual de governança: os incentivos da Zona Franca de Manaus.

Esfera de Governo	Principais Incentivos
Tributos Federais	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de até 88% do Imposto de Importação (II) sobre os insumos destinados à industrialização. • Isenção de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI). • Redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base nos lucros da exploração até 2013. • Isenção da contribuição do PIS/PASEP e da COFINS nas operações internas na Zona Franca de Manaus
Tributos Estaduais	<ul style="list-style-type: none"> • Restituição parcial ou total, variando 55% a 100% - conforme projeto – do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como junto à prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual e de comunicação.
Tributos Municipais	<ul style="list-style-type: none"> • Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), taxas de serviço de coleta de lixo, de limpeza pública, de conservação de vias e logradouros públicos e taxas de licença para empresas que gerarem um mínimo de 500 empregos, de forma direta, no início de sua atividade, mantendo este número durante o gozo do benefício (Lei Municipal nº 427/1998 – concede incentivos fiscais, pelo prazo de dez anos, às empresas industriais que se instalarem na área da Zona Franca de Manaus).

Fonte: SUFRAMA / Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) / Freitas (2012, p. 20-21). Adaptados dos originais.

Mas, para além dos benefícios “tentadores” que estimulavam a industrialização e a consolidação do Polo Industrial de Manaus, era preciso uma ação local que respondesse ao ciclo produtivo dos interessados, a considerar principalmente as logísticas de aquisição de insumos e de escoamento da produção. Diante disso, em contrapartida, o poder local passou a investir em infraestruturas de transporte, oferecendo - no campo logístico – opções modais de deslocamento interligado ou independente, associado a operações terrestres, fluviais e aéreas.

Ademais, o advento da Zona Franca de Manaus estimulou um intenso fluxo migratório, tanto do interior do Estado para a capital, como de todo o Brasil e, segundo dados do IBGE, conforme primeiro censo após a implantação da Zona Franca, Manaus apresentou um movimento

³² Em adaptação ao posicionamento revelado por Freitas (2012), conforme o documento “*Legislação Urbanística Municipal - Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus e suas Leis Complementares*”, onde, a partir do Plano Diretor vigente (2014) acresce as alterações de 2016 e 2019, publicado em 2021 pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB/Manaus), as principais áreas que implantaram indústrias para além dos limites do Distrito Industrial I e II estão posicionadas nos corredores urbanos “Sul/Norte” (Avenidas Djalma Batista, Constantino Nery, Torquato Tapajós e Rodovia AM 010) e “Aleixo” (Avenida Paraíba; Avenida André Araujo, Avenida Cosme Ferreira e Estrada do Aleixo), bem como no “Setor 5” (particularmente associado ao bairro Japiim). Deste contexto, a relação das indústrias junto ao tecido urbano de Manaus tem contribuído para problemas sistêmicos de mobilidade, principalmente com o aumento da frota de veículos automotivos devido à redução do IPI de automóveis e dos tributos sobre operações de crédito, a partir de 2008, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

populacional ascendente, partindo em 1970 de 311.622 habitantes (91,03 % em área urbana e 8,97% em área rural), chegando à década de 80 com 633.383 habitantes (96,6% em área urbana e 3,40% em área rural), período de efetiva produção industrial da Zona Franca³³. Desde então Manaus continuou a apresentar um crescimento demográfico (tabela 3), cuja progressão, associada à ideia de oportunidade e estabilidade econômica, não consolidou um projeto de desenvolvimento do Estado do Amazonas, pelo contrário, produziu um efeito sistêmico de interdependência político-econômica e de crise socioespacial³⁴.

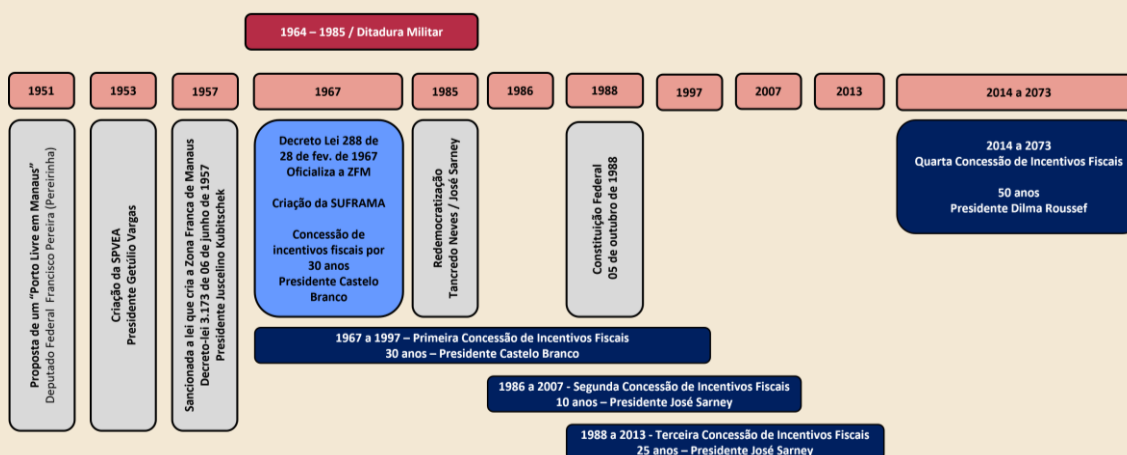
Tabela 3 - Crescimento Populacional (1970 a 2000).

Município	Situação de domicílio	Variável x Ano							
		População residente (habitantes)				População residente (%)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Manaus/AM	Total	311.622	633.386	1.011.501	1.405.835	100	100	100	100
	Urbana	286.673	611.843	1.006.585	1.396.768	91,03	96,60	99,51	99,36
	Rural	27.949	21.540	4.916	9.067	8,97	3,40	0,49	0,64

Fonte: Silva (2011, p. 120).

No âmbito político, após a ditadura, a redemocratização e a descentralização da administração dos Estados-Nação, propostas pelos ideais *pseudoneoliberais* de Fernando Henrique Cardoso a partir da reconstrução administrativa através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o Amazonas não alcançou a tão sonhada autonomia política, pois, com base fraca e representatividade pouco influente junto ao Congresso Nacional, seus representantes mantiveram-se ancorados a uma estrutura interdependente com outros partidos a fim de manter alianças intencionais, principalmente no que tange as concessões de incentivos fiscais da Zona Franca (figura 45), a fim de evitar crises estruturais que desestabilizariam toda a escala de governança do Estado e, principalmente, no campo social, produziram índices incontroláveis de desemprego.

Figura 45 - Eventos relevantes associados às concessões de incentivo da Zona Franca de Manaus.



Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

³³ Segundo a SUFRAMA, no referido período (1975 a 1990) o PIM gerou cerca de 80.000 empregos diretos, e precede a fase inicial da Zona Franca de Manaus (1967 a 1975), época em que Manaus – na condição de Porto Livre - era o único polo comercial brasileiro não atingido pela política de substituição de importações. Condição de consumo que estimulou o fluxo de turismo doméstico. O efeito globalização, a partir da década de 90, influenciou diretamente a Zona Franca, com a abertura econômica e ascensão do neoliberalismo, passando por ajustes estruturais e terceirizações a fim de acompanhar a qualidade e a competitividade do mercado.

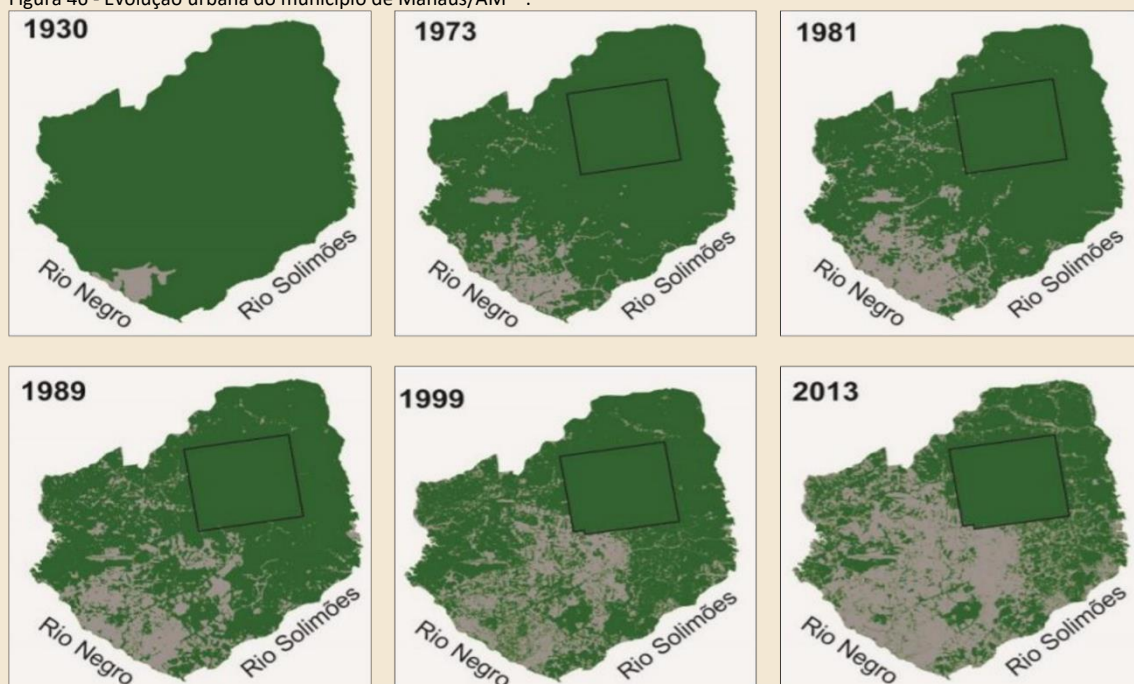
³⁴ Segundo IBGE, o último censo realizado em 2010 registrou em Manaus uma população de 1.802.014, e para 2020, conforme estimativa, cerca de 2.219.580 de habitantes.

Contexto de relação direta junto à economia do Estado, pois, a perda na arrecadação fiscal do modelo Zona Franca, somado ao cenário macroeconômico mundial, inviabiliza a autonomia gestora de políticas públicas para atender as demandas da população, facilitando assim, principalmente após o “ajuste” neoliberal, uma política naturalizada de acesso ao capital internacional de agências multilaterais, bem como os processos de privatizações.

Por fim, desde a sua implantação, a Zona Franca de Manaus, produziu efeitos socioespaciais de ordem ideológica da mesma herança que a precede, intencionalmente associados à produção de um “pensamento único” que, do ponto de vista historiográfico investiu em “ideias fora do lugar”, trocando propositalmente as suas práticas locais por experiências de um *outro* contexto, como a construção da *Belle Époque* Hausmaniana, nos tempos da borracha, distinguindo a relação homem-natureza, respectivamente, enquanto condição civilizado-bárbaro; e o apagamento da cidade flutuante, sob o discurso de uma apropriação desencaixada das aspirações advindas da industrialização.

Apesar deste passado que antecipa ideologicamente a construção do espaço urbano de Manaus, a Zona Franca é o evento que aproxima a capital amazonense da história da urbanização brasileira, principalmente quando associado à interrelação do desenvolvimento do capitalismo e à produção do espaço, característicos da década de 70 que, diante do intenso fluxo migratório, produziu um espaço urbano “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas” (CORRÊA, 1989, p. 9). Deste contexto, os problemas de ordem social, típicos do desenvolvimento urbano no Brasil, se revelaram em Manaus sob efeito da expansão do território (figura 46), bem como, suas acomodações periféricas e espontâneas, a falta de infraestrutura e de programas sociais, principalmente no âmbito da educação e da saúde, caracterizando assim, espaços de exclusão, frente a privilégios de determinados grupos em detrimento de outros.

Figura 46 - Evolução urbana do município de Manaus/AM ³⁵.



Fonte: Carcereri (2017, p. 42).

³⁵ O quadrilátero a norte demarcado (a partir da imagem do ano de 1973) corresponde à Reserva Florestal Adolpho Ducke. Doada pelo Governo do Estado do Amazonas em 1962, a referida área de aproximadamente 100 km² passou a emoldurar a expansão urbana, principalmente a partir da década de 90, onde passou a ser tensionada por ocupações espontâneas. Atualmente, devido às restrições de acesso, determina o vetor de crescimento de Manaus, ao mesmo tempo em que protagoniza um efeito de fragmentador do tecido urbano.

Ainda no contexto Brasil, o lugar da primeira aglomeração, considerado área central, carregado de características físicas e simbólicas, passaram a se apresentar sob certo descompasso a este processo, instaurando um estado de degradação-tensão e, conseqüentemente, de abandono, frente ao protagonismo da expansão urbana, com suas estratégias de capilaridade e dissipação. Assim, a concentração hermética das áreas centrais, devido a certa obsolescência físico-estrutural, tornam-se regiões-problemas nas cidades brasileiras.

No caso de Manaus, a distinção de sua área central, enquanto problema cíclico, apesar de intervenções antecedentes, como a “Paris dos Trópicos” e a dissolução da cidade flutuante, somente passa a ser vista enquanto sistêmica junto com a consolidação da Zona Franca, motivada principalmente pela reanimação da elite local e pela força dos agentes industriais que se estabeleciam na cidade.

Segundo Silva (2011), a segunda fase de “embelezamento de Manaus” passa a ser motivada pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND - 1972/74), com foco em estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico a partir da integração de estratégias distintas, protagonizadas por um mercado descentralizado e viabilizado através da aliança “entre Governo e setor privado, entre a União e os Estados” (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972/1974, dez. 1971, p. 17).

O referido Plano coincide com o funcionamento ascendente da Zona Franca de Manaus, bem como, com os efeitos demográficos e socioespaciais que se acomodavam em Manaus. A escala macroeconômica do PND reverberou em um projeto municipal, intitulado “Humanização de Manaus” (SILVA, 2011, p. 122), que previa uma reestruturação macro ambiciosa do tecido urbano da capital amazonense, propondo uma ampla reestruturação urbana, a fim de atingir as acomodações espontâneas do perímetro urbano que crescia junto com a Zona Franca.

Silva (2011) revela que a inviabilidade econômica para realizar tal intervenção foi transformada em “peças urbanas”, fragmentando as propostas em busca de uma condição favorável para que o projeto fosse efetivado. Deste processo, no centro de Manaus, revela-se a construção da avenida “Manaus Moderna”, cuja intenção físico-econômica propunha a ampliação da orla – através de um aterro – a fim de promover a ligação terrestre entre o Porto Flutuante e o Distrito Industrial (figura 47), viabilizando o escoamento fluvial da produção industrial, como compromisso local e produto de ordem logística, em contrapartida às indústrias que se estabeleciam em Manaus.

Mesmo sem alcançar a integralidade de seu projeto inicial, a Avenida “Manaus Moderna” reforçou o efeito “de costas pro rio³⁶”, naturalizado desde a modernidade da Belle Époque Manauara, mantendo a população afastada de qualquer experiência direta com os recursos hídricos que constituem a “beira” do município. A ideia generalizada de seguir por terra firme facilitou e estimulou a ocupação oportunista de toda orla por agentes distintos, dos quais destacam-se as Forças Armadas, as estruturas portuárias e as aquisições privadas, restando à população fragmentos pontuais, como a Praia da Ponta Negra (no bairro de mesmo nome) e a Orla do Amarelinho (no bairro de Educandos).

Ademais, para além de uma intervenção urbana de mobilidade intencional, a construção da “Manaus Moderna” marcou a aliança política entre o Governador Gilberto Mestrinho (1983 a 1987) e os prefeitos Amazonino Mendes (1983 a 1986) e Manoel Henriques Ribeiro (1986 a 1988), protagonistas do poder político local, aos quais são atribuídos – através de mandatos revezados - a remodelação urbana da cidade de Manaus, e, no caso específico da “Manaus

³⁶ O efeito “de costas pro rio” trata do abandono na natureza (por inoperância técnica ou estigma primitivo) frente à “civilidade” da modernidade. Na sua maioria, o referido fenômeno é identificado como característico em cidades cuja posição geográfica estabelece uma relação direta entre orla e terra-firme.

Moderna”, juntos orquestraram, segundo Silva (2011), a captação de recursos do Banco Mundial para o referido projeto, orçado em 110 milhões de dólares.

Figura 47 - Projeto da Avenida Manaus Moderna³⁷.



Fonte: Silva (2011, p. 126).

Apesar do complexo, controverso e obscuro processo que envolve a construção da “Manaus Moderna”, o centro de Manaus se manteve em foco diante de propostas advindas dos três níveis de governança (federal, estadual e municipal), sendo, na maioria das vezes, intencionadas por temas de ordem ambiental, associada às palafitas nas margens do igarapés; a apropriação do comércio informal; a preservação do patrimônio histórico; bem como, a sobrevivência de seu núcleo inicial frente ao desenvolvimento urbano, promovido ao longo do tempo a partir da década de 70, após a implantação da Zona Franca³⁸, seguido pela redemocratização e pela crise do “milagre econômico” nos anos 80, e, principalmente, pelo “ajuste” neoliberal tomado pela abertura econômica dos anos 90, cujos efeitos, associados a processos macroeconômicos, influenciaram significativamente a economia da Amazônia, e reverberaram em todo território de Manaus, inclusive na produção urbana de sua área central, revelados a partir de 2001, com

³⁷ O aterro projetado sob a orla do Rio Negro estruturou a Avenida “Beira-Rio” (atual Avenida Lourenço da Silva Braga), cruzando os bairros de Educandos, Santa Luzia, Cachoeirinha e Morro da Liberdade. Além disso, acomodou o complexo edificado de feiras de produtos perecíveis, formado pelo Mercado Adolpho Lisboa, e as feiras “Manaus Moderna” e da “Banana”.

³⁸ Atualmente, as ações que dizem respeito à área central de Manaus estão atreladas - direta ou indiretamente - à gestão pública municipal, tendo como referência o Plano Diretor Urbano e Ambiental (PDUA/2014) que, enquanto instrumento de planejamento e controle, tem articulado, através de Planos Setoriais, os parâmetros urbanos correlacionados a atribuições de determinadas secretarias municipais, em consonância com legislações específicas ou instâncias superiores de governança.

o processo licitatório de privatização do Porto Flutuante de Manaus, que determinou à família do ex-senador Carlos Alberto De'Carli a concessão de uso e exploração por 25 anos.

Acusado de desregulamentação e favorecimento, o referido processo deu início a uma disputa judicial que perdurou por dez anos. No entanto, a ação requerida pelo Governo do Estado foi julgada improcedente. Contudo, mantendo o fluxo investigativo, em 2011, a justiça federal concedeu à União a administração do porto flutuante, através da Companhia Docas do Maranhão, que geriu a estrutura portuária até 2015, quando as intenções iniciais da privatização foram devolvidas à família De'Carli, conforme noticiado pela *Revista Portos e Navios*, em reportagem que questionava o abandono do patrimônio histórico portuário em decorrência da privatização³⁹.

Apesar de pontual, o referido processo descortinava a “saúde financeira” do Estado, indicando o caminho que deveria seguir. Assim, em 2003, o Governo do Estado do Amazonas lança o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) no intuito de resolver mais de 40 anos de ocupação palafítica às margens dos igarapés, muitos deles localizados em sua área central e atrelados aos ciclos migratórios estimulados pela Zona Franca. Dividido em quatro etapas (PROSAMIM I, Suplementar, II e III), o referido projeto investiu R\$ 1.709.632.599,15 em infraestrutura, saneamento e habitação, através de um modelo de gestão compartilhada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que, segundo relatório divulgado em 2017, financiou – através de modalidade de empréstimo – o valor de R\$ 1.181.519.311,98 do total investido⁴⁰.

No mesmo ano, o governo federal, através do Ministério da Cultura em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com recursos do BID, implementa o Programa Monumenta, com o propósito de reformar e resgatar o patrimônio cultural e urbano de Manaus, predominante em sua área central.

Naquele momento, apesar dos efeitos socioterritoriais, os projetos de “revitalização” do centro de Manaus seguiam pontuais e distintos. Diante disso, em 2008, o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) lança o projeto Centro Vivo a fim de reativar a área central por meio de ações diversas em parceria com as secretarias municipais. No entanto, o referido projeto sofreu um deslocamento de seu corpo gestor/executivo devido à implementação do Orçamento Democrático (OD), baseado na experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre, que seguiu até janeiro de 2009, término do mandato do prefeito Serafim Fernandes Corrêa (PSB).

Com a perda da reeleição, a população trouxe de volta à prefeitura de Manaus o advogado e empresário Amazonino Mendes (PTB), que, na intenção de manter um ideário de cidade, convocou para a presidência do Instituto de Planejamento Urbano seu aliado político, Manoel Henriques Ribeiro, que alterou o nome da autarquia pública para Instituto de Ordem Social e Planejamento Urbano e, em 2010, implementou o Programa Choque de Ordem, inspirado na ação de mesmo nome realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2009, pelo prefeito Eduardo Paes⁴¹.

³⁹ <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/privatizacao-do-porto-de-manaus-ameaca-parte-do-patrimonio-historico>. Acesso em 05 de julho de 2021.

⁴⁰ <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/historico-do-prosamim/>. Acesso em 06 de julho de 2021.

⁴¹ Publicado no site da Prefeitura do Rio de Janeiro em 16/09/2009, o referido projeto propunha combater as apropriações irregulares no espaço urbano (denominadas “desordem urbana”), pois, sob efeito causal, são elas “o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes”. Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>. Acesso em 07 de julho de 2021.

O referido programa teve como objetivo uma ação ampla de “reordenamento” a partir de um discurso montado na obediência dos instrumentos de planejamento e controle e no combate a todas as irregularidades e apropriações socioespaciais presentes no perímetro urbano de Manaus.

Para o centro, a ordem era de acabar com todo tipo de apropriação informal, tanto em terra firme (ambulantes e vendedores de gêneros perecíveis) quanto na beira, principalmente no entorno do Mercado Adolpho Lisboa e nas Feiras “Manaus Moderna” e da “Banana”. Segundo Silva (2011), a incidência do ordenamento no centro propôs, enquanto solução, a acomodação de tais irregularidades em determinadas áreas do porto flutuante, cuja invisibilidade intencional foi noticiada como estratégia para a Copa do Mundo de 2014⁴².

Em 2009, com a confirmação de Manaus dentre as 12 cidades brasileiras que sediariam os jogos da Copa do Mundo de 2014, o Governo do Estado e a Prefeitura concentraram esforços nas adequações necessárias para receber o megaevento, seguindo a cartilha visionária do oportunismo dedicado “às problemáticas urbanas e à produção e ao consumo do espaço urbano” (PAIVA, 2017, p. xii), revelado desde 1992 em Barcelona – enquanto paradigma urbanístico – cuja inspiração análoga já tinha um exemplar brasileiro, com os Jogos Panamericanos de 2009, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

As gestões locais deste período, respectivamente representadas pelo governador Omar Aziz (PMN/PSDB) e pelo prefeito Amazonino Mendes (PTB), não pouparam esforços para criar a imagem de Manaus que viria a ser projetada para o mundo. Neste sentido, demoliu o antigo Estádio Vivaldo Lima, do arquiteto Severiano Mario Porto, e no mesmo lugar construiu a Arena da Amazônia, concebido pelo arquiteto Ralf Amann, do escritório alemão GMP Architekten. Ademais, remodelou pontos estratégicos da cidade, como o Projeto de Revitalização da Praia da Ponta Negra (2011 a 2013, respectivamente, primeira e segunda etapa) e investiu em programas de segurança para acomodar os 120.000 turistas que vieram prestigiar 4 dos 64 jogos da Copa do Mundo de 2014, distribuídos em 12 cidades brasileiras.

Apesar da posição estratégica e difusa das duas principais intervenções que seriam realizadas, o turismo, enquanto “produto” a ser oferecido, manteve o centro no foco das intenções futebolísticas devido à concentração do patrimônio arquitetônico da cidade de Manaus, e deste ponto de vista, foi criada a Secretaria Municipal do Centro (SEMC), que em 2013 lançou o Projeto Viva o Centro com a proposta de “reordenar” calçadas, fachadas e lojas.

Em uma ação compartilhada com dez secretarias municipais, a SEMC promoveu “edições” nas principais ruas comerciais do centro de Manaus, demarcada pela trama morfológica entre as avenidas Sete de Setembro e Floriano Peixoto, tendo o desafio de lidar com o intenso comércio informal que historicamente se apropria daquele espaço. Desafio também proposto em parceria com o Governo do Estado, ao acionar o poder de polícia – civil, militar e federal - junto ao Projeto Centro Seguro, a fim de combater o crime organizado que em 2013 se instalava nos hotéis do centro histórico de Manaus.

Com o propósito de retomar a complexa discussão acerca do patrimônio histórico edificado do centro de Manaus, a SEMC, se propõe ao desafio de uma ação conjunta ao IPHAN, através de recursos federais advindos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) Cidades Históricas. Com base no Programa Monumenta (2003), a nova iniciativa manteve foco na requalificação urbanística de determinados equipamentos e seu entorno, e na restauração de edifícios-ícone

⁴² Apesar da incidência do referido programa, a área central é tomada por tensões que se armam e desarmam, protagonizados por agentes sócio-históricos que sobrevivem da informalidade por falta de acesso ao mercado formal e pelas condições desumanas de trabalho na região do Distrito Industrial. Ademais, quando Manaus foi eleita sede para os jogos da Copa do Mundo de 2014, a urgência de reestruturação, segundo as orientações da FIFA, potencializou o fluxo de turistas para a região da Ponta Negra, denominada “FIFA Fan Fest”, durante os dias do megaevento.

da história de Manaus. Contudo, para além das ações propostas, o ambicioso programa destravou e ativou a condição inerte e conservadora das ações ligadas ao patrimônio edificado, cujo estigma esteve atrelado historicamente a interesses difusos de ordem intencional e institucional.

Apesar do protagonismo do centro de Manaus, muitas intenções foram descontinuadas e inviabilizadas pelos mais diversos motivos, dos quais destaca-se a irresponsabilidade do vício licitatório e a ineficiência gestora de seus programas e projetos, em todas as instâncias de governo, ligadas diretamente à gestão das etapas de projeto (elaboração, licitação, organização e captação de recursos humanos e financeiros, implementação e acompanhamento) onde é possível identificar um desequilíbrio das forças necessárias, comprometendo a etapa-fim, ou seja, a implantação da proposta intencionada, geralmente paralisada ou abandonada, principalmente quando não há recondução de mandato. Condição propícia para fortalecer a crítica associada, que envolve o desperdício do dinheiro público e a descrença da população frente às ações de prefeitos e governadores.

No entanto, a força inicial necessária para viabilizar a intenção gestora de determinado projeto tem mobilizado agentes produtores de sínteses analíticas – geralmente atribuídas a etapas de diagnóstico – cujo produto, apesar de críticas metodológicas e procedimentais, estimuladas por um permanente “estado de urgência”, tem acumulado um contingente documental (dados, tabelas, mapas e sínteses empíricas), frequentemente utilizados como base para novas intenções projetuais, sem o propósito de dar continuidade às propostas antecedentes.

Procedimento adotado pela Prefeitura Municipal de Manaus em 2014, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), durante o acompanhamento das obras do “Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus” (PROURBIS). Contrato celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo escopo, localizado no bairro Jorge Teixeira, zona leste de Manaus, previa obras de infraestrutura (drenagem, contenções, rede e estação de tratamento de esgoto), sistema viário (pavimentação, alinhamento de calçadas e recuos para o transporte coletivo e acessibilidade), habitação (204 unidades habitacionais dispostas em 4 conjuntos residenciais) e serviços públicos (uma creche, um Centro de Referência da Assistência Social [CRAS] e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social [CREAS]).

Naquele momento, com o propósito de garantir a finalização e a qualidade do referido projeto, foi sugerido pelo banco a ampliação do contrato, através de um novo foco de ação: o Centro de Manaus.

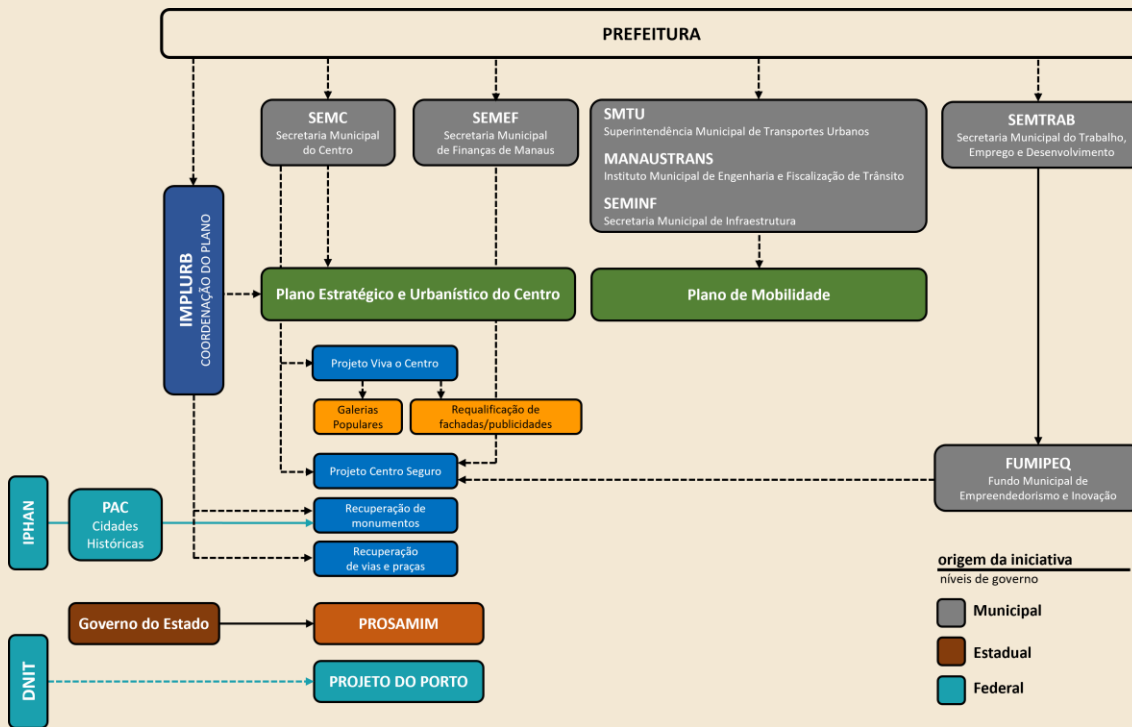
As ampliações contratuais oferecidas por agências multilaterais são procedimentos habituais (ou oportunistas), principalmente quando o contratante se encontra em condições financeiras desfavoráveis de manter em fluxo as possibilidades de melhorias intencionadas. Dessa forma, a partir do monitoramento da sua capacidade de pagamento (índice CAPAG), o gestor (contratante) mantém o compromisso pretendido através de capital externo (contratada), apesar do endividamento compulsório dos cofres públicos.

Assim, em consonância com as intenções da Prefeitura Municipal de Manaus (PMM), a sugestão abriu uma pasta paralela, dando início às novas aspirações. A fim de entender a complexidade do novo projeto, a equipe técnica do IMPLURB mobilizou e gerenciou um exercício síntese junto às demais secretarias, a fim de compilar o conjunto de ações ligadas ao centro.

O documento, inicialmente intitulado *Plano Estratégico e Urbanístico do Centro* (figura 48), foi reformulado e apresentado, em 2015, enquanto diagnóstico (temático e estratégico) do *Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus* (figura 49). Com ênfase na relação de borda e terra-

filme (figura 50), o referido plano foi consolidado como parte do escopo do PROURBIS II que, conforme orientação do banco, teve sua gestão ampliada, incluindo - através de procedimento licitatório - a consultoria do Consórcio IDOM/Pólis.

Figura 48 - Projetos colocalizados no Centro de Manaus 43.



Fonte: Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM), 2015, Tomo I, p. 469.

Figura 49 – Capa / PDRCM



Fonte: PDRCM, 2015.

Figura 50 - Borda do setor administrativo do Centro de Manaus.



Fonte: PDRCM, 2015.

Entendendo o Centro como um território sistêmico, o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM) definiu um perímetro ampliado, intitulado “centro expandido” (figura 51) e, assim, para além de seu núcleo urbano inicial (setor 01) - tomado por temporalidades sócio-históricas emolduradas por um significativo conjunto patrimonial - incorporou no escopo do

43 Os respectivos projetos associados à área do Centro de Manaus propiciaram referências técnicas à equipe do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus que, em síntese sistêmica, elaborou seu diagnóstico, considerando projetos interrelacionados de ordem Federal, Estadual e Municipal, referenciando principalmente o Plano Estratégico e Urbanístico do Centro (Prefeitura Municipal de Manaus) e o projeto de revitalização da Orla da Manaus Moderna (DNIT), o PROSAMIM (Governo do Estado) e os projetos distintos ligados ao IMPLURB e a algumas secretarias da gestão pública municipal.

referido plano os bairros Presidente Vargas (setor 02), Nossa Senhora Aparecida (setor 02) e Praça 14 de Janeiro (setor 03), definindo um território poligonal margeado pela Avenida Álvaro Botelho Maia (também conhecida por “Avenida Boulevard” ou “Boulevard Álvaro Maia”), pelo Rio Negro e pelos igarapés de Educandos, São Raimundo e Mestre Chico⁴⁴.

Figura 51 - Centro expandido: perímetro do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.



Fonte: Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM), Tomo I, p. 73, 2015.

Na condição de síntese diagnóstica, o plano apresentou dois tomos, sendo o primeiro intitulado “Diagnóstico Temático”, que, a fim de contextualizar o projeto, aborda a formação histórica do centro (enquanto espaço físico-administrativo), bem como, a ocupação urbana e as dinâmicas de crescimento socioeconômico e territorial, e na sequência, com o propósito de apresentar um diagnóstico, divide o projeto em cinco dinâmicas distintas interrelacionadas (urbanas, ambientais, infra estruturais, socioeconômicas, culturais), somadas à análise de toda estrutura legal e institucional, mobilidade e acessibilidade, e os projetos e planos colocalizados.

A fim de prospectar um conjunto de ações, o segundo tomo, como produto da análise anterior, apresenta um “Diagnóstico Estratégico” que se desdobra em agrupamentos menores do perímetro do plano - entendidos como áreas homogêneas – caracterizados por suas distinções históricas, culturais, geográficas, ambientais, morfológicas e tipológicas; a construção de indicadores territoriais; estratégias de intervenção; e, por fim, o projeto estratégico do centro de Manaus com seu plano de ação e uma proposta de “área-piloto” a fim de estimular a possibilidade imediata de iniciar os trabalhos.

⁴⁴ As informações dos referidos bairros estão agrupadas em setores, conforme lei de uso e ocupação do solo (lei nº 1838 de 16 de janeiro de 2014). <https://implurb.manaus.am.gov.br/legislacao/>. Acesso em 10 de julho de 2020.

4.3 Estratégia de uma mesma herança: o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.

Na hora que a totalidade da política pública se transforma em oportunidade de negócios para o privado, nós estamos falando da submissão, total e absoluta da política urbana para a lógica daquilo que é capaz de remunerar melhor os investimentos que são feitos ali no lugar, versus todos os outros valores e todas as outras formas de ocupar a cidade, que tem a ver com as necessidades do cidadão.

Raquel Rolnik

Quando o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM) foi apresentado às equipes técnicas da Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) e do Governo do Estado do Amazonas, e a determinados agentes da sociedade civil, em dezembro de 2015, as questões operacionais foram emolduradas por um discurso que, para além do Centro como região-problema, Manaus, protagonista no contexto da região Amazônica, confirmava a sua condição de maior metrópole em floresta tropical no mundo.

No entanto, devido a desajustes de ordem econômica e político-administrativa, o centro, historicamente retratado como foco de intervenções, não havia conseguido resolver os problemas socioespaciais que se acomodaram como respostas às intenções distintas dos gestores públicos, frente à expansão do desenvolvimento econômico, principalmente com a implantação do Zona Franca em 1967. Neste contexto, a fim de ampliar o *efeito-centro* para suas adjacências, o PDRCM surgia com o objetivo de

Propor um olhar territorializado do desenvolvimento, atento as áreas e situações mais frágeis e vulneráveis, mas, ao mesmo tempo, identificando estratégias de reabilitação, reconversão e requalificação de diversas áreas e setores, buscando proporcionar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável para o futuro (PDRCM, 2015, p. 523).

Intenções reveladas ao apresentar a síntese de seu processo de elaboração (quadro 18), através de um diagnóstico temático (Tomo I) e outro estratégico (Tomo II), realizado pela Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sob a consultoria do Consórcio IDOM/Pólis, contratada após procedimento licitatório.

Quadro 18 - Cronograma de elaboração do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.

Cronograma de Elaboração	
Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus	
	(continua)
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração
Agosto (2014) Objetivo: Definição de escopo com recursos do programa vigente (PROURBIS I). Sob a orientação da Chefe do Contrato (BID), Marcia Casseb, o PROURBIS I passa a prospectar a ampliação do Programa, tendo o Centro de Manaus como parte de um novo contrato.	Ampliação contratual
Novembro (2014) Manaus promove uma visita de reconhecimento as consultorias interessadas em participar do processo licitatório do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM).	
Janeiro a Maio (2015) Processo licitatório em modalidade “menor preço”, a considerar a qualidade e a capacidade executora dos serviços exigidos. A proposta escolhida contemplou o Consórcio IDOM/Pólis.	Contratações iniciais
Julho (2015) Os trabalhos do PDRCM são oficializados junto ao bloco Prefeitura + Banco + Consultoria.	

Cronograma de Elaboração Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (conclusão)	
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração
Julho a Novembro (2015) Elaboração de “Diagnóstico Temático” e “Diagnóstico Estratégico” do Centro de Manaus.	Elaboração e apresentação do diagnóstico
Dezembro (2015)⁴⁵ Apresentação do produto às secretarias municipais e instituições convidadas.	
Dezembro (2015) a Fevereiro (2016) Contribuições e ajustes do PDRCM pelas secretarias municipais.	Revisões e contribuições
Fevereiro (2016) Entrega do produto final (revisado).	Produto final

Fonte: elaboração própria a partir de documento-memória disponibilizado pelo comitê gestor do PDRCM.

A ideia de um “Plano Diretor” específico para o Centro de Manaus denota as intenções sobre o território e formaliza um descolamento intencional e autônomo frente ao Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus (PDUA), revisado em 2014, cuja crítica generalizada – principalmente dos setores da construção civil – entende que a região central é tomada por parâmetros urbanos “engessados”, devido a sua configuração complexa de ordem comercial, patrimonial, morfológica, viária e peatonal que, do ponto de vista dos incorporadores, inviabiliza investimentos lucrativos na respectiva área.

Neste sentido, apesar da condição de monitoramento e controle – associada à ideia de plano diretor – apresentada enquanto título do projeto, o PDRCM revela (através da autonomia pretendida) um oportunismo intencional de um “fazer cidade” que se evidencia através de metodologias e procedimentos (tanto em sua fase de diagnóstico [Tomo I], bem como, em suas diretrizes projetuais [Tomo II]) organizados por um léxico de forte apelo estratégico, operados por filiações explícitas entre o poder público e a empresa privada. Contexto que converte o território do Centro de Manaus em “vantagens competitivas” (PORTER, 1993 [1989]) através, segundo Mintzberg *et al.* (2007 [2003]), de diretrizes, manobras, correntes de ações, jogos entre agentes e, finalmente, uma visão de mundo, respectivamente associada à ideia de “plano, pretexto, padrão, posição e perspectiva” (ibidem, (2007 [2003], p. 24 a 27)⁴⁶ que se interrelacionam através de procedimentos intencionais.

Apesar de apresentar um produto inicial (diagnósticos temático e estratégico), realizados com recursos do projeto antecessor (PROURBIS I), a Prefeitura Municipal de Manaus (contratante) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (contratado) elaboraram em conjunto o escopo do PDRCM a fim de viabilizar o referido projeto. Com ações que envolvem a implantação de infraestruturas, revitalizações, relocações de populações vulneráveis e do comércio informal, bem como, atividades econômicas, o projeto foi inserido na condição estratégica multisetorial (a partir de categorias determinadas pelo BID), ampliando, assim, a possibilidade de captação de recursos técnicos e financeiros⁴⁷.

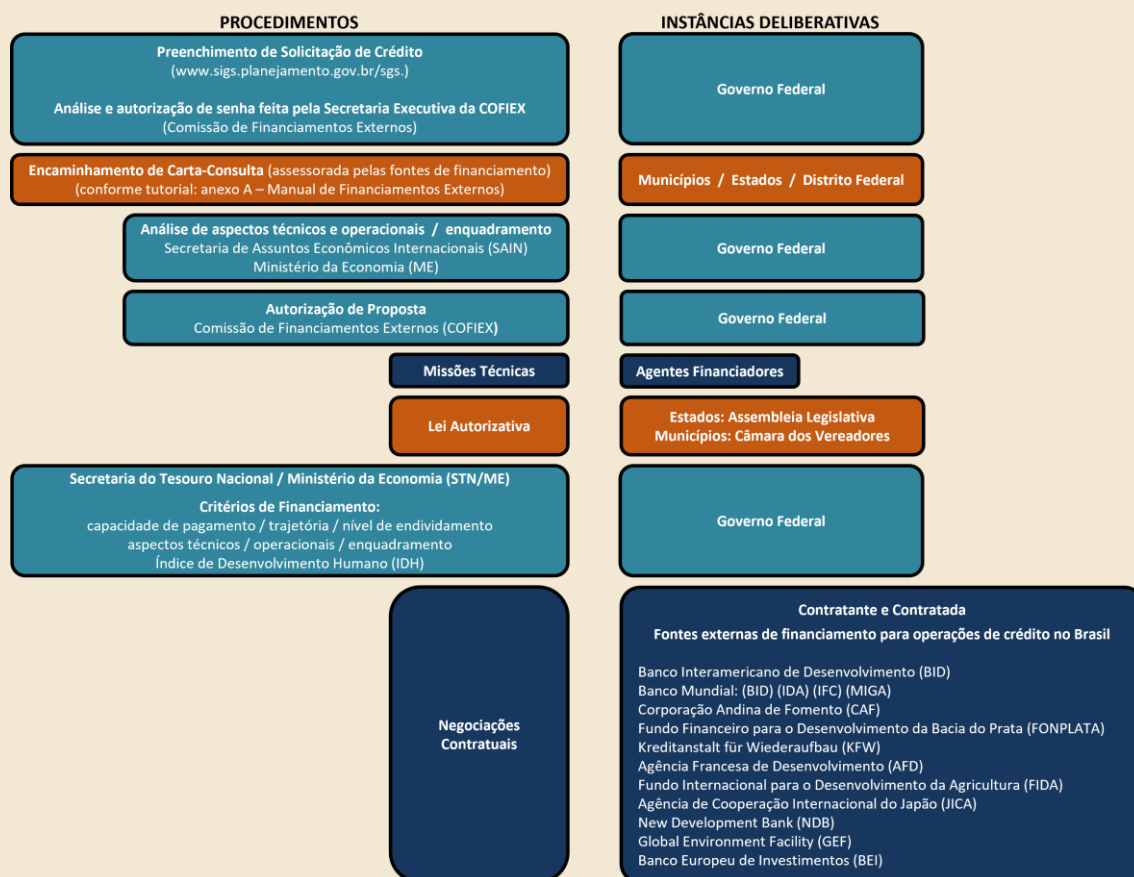
⁴⁵ Documento-referência deste trabalho de tese. Apesar das contribuições em etapa seguinte, a versão final manteve a linha estrutural e intencional do referido plano, atendendo, assim, às intenções de análise deste trabalho.

⁴⁶ Os conceitos, bem como suas definições, correspondem à teoria dos cinco “Ps” para estratégia de Henry Mintzberg.

⁴⁷ Os contratos do BID estão atrelados a sua capacidade financeira, baseada no documento intitulado “*nono aumento geral de recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento*”, aprovado em maio de 2010, onde, a partir de fontes de evidência de base econômica e sócio-histórica da América Latina e Caribe são estabelecidos critérios, bem como, novas regras de gestão interna, para aumentar o capital a ser disponibilizado para empréstimos.

As estratégias multisetoriais são desdobramentos da chamada “Operational Policy (OP)”⁴⁸, fundamentada em lições aprendidas para orientar os municípios – através de consultores externos – no que tange práticas elencadas nos projetos, e, segundo informações do BID, podem subdividir-se em “gerais”, a título de financiamento, e “setoriais”, de orientação a campos específicos, conforme o escopo do projeto. Sua versão multisetorial trata da articulação de um conjunto temático capaz de ampliar tanto o contrato como os recursos financiados, mantendo o vínculo do banco com as propostas específicas de cada projeto, evitando, assim, a fragmentação das intenções projetuais por falta de recursos financeiros e, em alguns casos, a interrupção das atividades quando não há recondução de mandato gestor. Assim, é possível contratar um “pacote de serviços”, conforme escopo do projeto e disponibilidade do banco, ampliando sua atuação através de recursos disponibilizados. Contudo, no Brasil, a captação de recursos advindas de agências multilaterais está condicionada ao Ministério da Economia (ME), através do “Manual de Financiamentos Externos”, à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT) e à Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN), responsáveis por articular um fluxo procedimental (figura 52) com base nos parâmetros do Índice CAPAG/MF (Capacidade de Pagamento / Ministério da Fazenda), nos aspectos técnicos, operacionais e de enquadramento do projeto, e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cuja aprovação confere ao Governo Federal a condição de fiador, a fim de garantir o pagamento do recurso financiado.

Figura 52 - Fluxo brasileiro de financiamento externo⁴⁹.



Fonte: elaboração própria a partir do “Manual de Financiamentos Externos” do Ministério da Economia (ME) / Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT) / Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN).

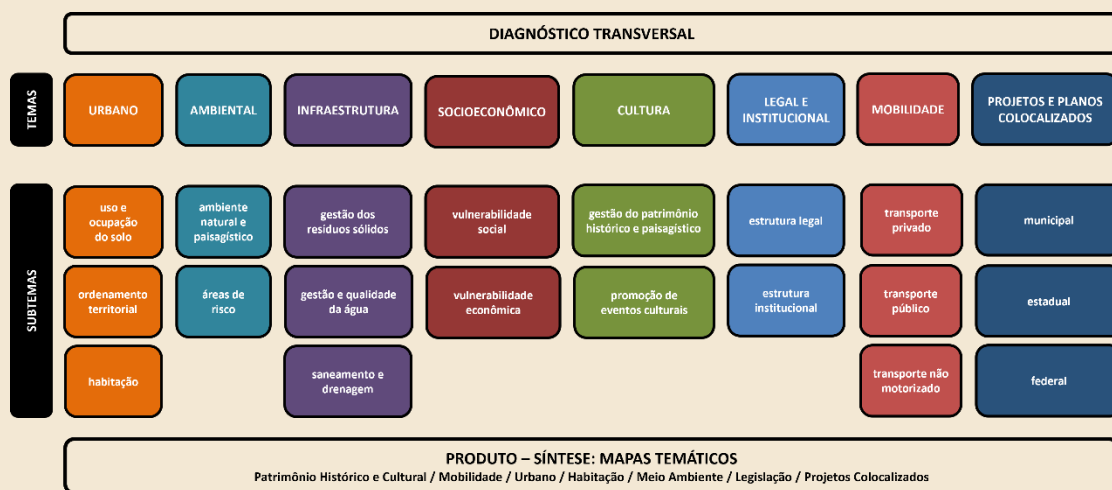
⁴⁸ <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/politicas-operacionais>. Acesso em 03 de setembro de 2020.

⁴⁹ A relação estabelecida entre o contratante (Estados e Municípios) e a contratada (agências financiadoras) operam conforme sequência abaixo. A variedade das agências financiadoras está atrelada aos “tipos de produtos” oferecidos, bem como às suas taxas de juros e exigências contratuais.

O entendimento da política operacional do BID e do Governo Federal somada à intenção prévia, realizada na transição entre os programas PROURBIS I e II, foi suficiente para determinar o escopo do PDCRM (2015). No entanto, era fundamental um diagnóstico específico capaz evidenciar quais seriam as linhas estratégicas diante do perímetro estabelecido⁵⁰.

O “diagnóstico temático” partiu do resgate sócio-histórico do centro de Manaus, considerando a sua relação com o processo de desenvolvimento urbano, tanto do município como os efeitos da capital frente à Região Metropolitana de Manaus (RMM)⁵¹. Deste contexto, propôs-se 8 temas transversais (figura 53) divididos em subtemas correlacionados que, enquanto produto-síntese, apresentou uma série de mapas temáticos, produzidos a partir dos referidos temas, a fim de espacializar as informações disponibilizadas.

Figura 53 - Síntese gráfica do diagnóstico temático transversal.



Fonte: elaboração própria a partir do PDCRM (Tomo I, 2015).

Os temas, tratados conforme suas especificidades, se preocuparam em agrupar as fontes de evidências com base em dados disponíveis (censo demográfico de 2010, secretarias distintas e seus projetos colocalizados), na legislação vigente, em programas institucionais implementados e, inclusive, em referências, publicações e periódicos.

A partir deste produto foi aplicada uma matriz SWOT (figura 54) que, segundo o PDCRM, permitiu identificar as “forças” (*Strengths*) e as “fraquezas” (*Weaknesses*) de cada subtema tratado anteriormente. O cruzamento entre eles oportunizou uma análise sobreposta, revelada em escala territorial através de dois mapas-síntese (figuras 55 e 56), que, respectivamente, retrataram “17 potencialidades” (PDCRM, 2015, p. 482-483) e “30 debilidades” (ibidem, p. 484-

⁵⁰ Em parceria com a Prefeitura Municipal de Manaus, a consultora espanhola IDOM (<https://www.idom.com/en/>) e o Instituto Pólis (<https://polis.org.br/>) elaboraram um documento de 759 páginas, subdividido em “diagnóstico temático” (PDCRM, 2015, Tomo I [475 páginas]) e “diagnóstico estratégico” (PDCRM, 2015, Tomo II [284 páginas]).

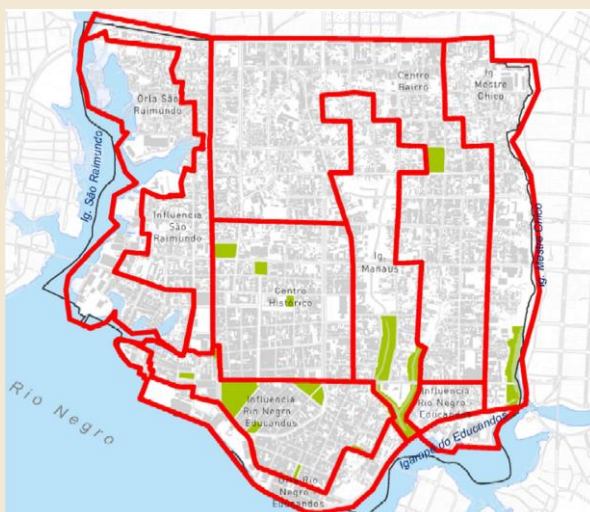
⁵¹ A Região Metropolitana de Manaus (RMM) foi criada através da Lei Complementar nº 52/2007 de 30 de maio de 2007 e inicialmente era formada por 7 municípios. No entanto, devido a questões macropolíticas, a delimitação da RMM foi sendo alterada e ampliada, e, desde 2009 contempla 13 municípios (Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaquiri e Silves). Sua criação tem acumulado críticas, principalmente no que tange sua condição geográfica e territorial, devido à inexistência do efeito-conurbação, bem como, as características distintas de seus municípios frente à relação com a capital amazonense. Sua condição macroestrutural fragmentada, distinta do efeito metropolitano, tem servido de estratégia junto à captação de recursos federais exclusivos a regiões metropolitanas.

funcionamento, desvinculadas dos parâmetros e diretrizes macroestruturais que desfocam as forças necessárias para que o centro possa ser “reabilitado”.

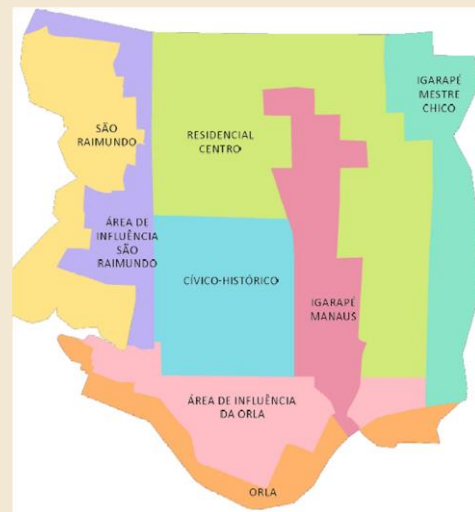
No entanto, a aplicação da matriz SWOT revelou que os critérios elencados não traduziam as condições do perímetro do projeto como um todo, concluindo que, ao considerar aspectos físicos (desenho urbano e uso e ocupação do solo), a área central “se caracteriza por um território heterogêneo, composto por áreas com características distintas e descontinuidades” (PDRCM, 2015, p. 492).

Assim, era preciso realizar uma nova rodada de análises, a partir de categorias similares (tipologias, usos, malha urbana, orlas, concentração de patrimônio histórico e cultural, vitalidade do comércio e circulação de pessoas), cujo produto subdividiu o território do projeto em “áreas homogêneas” (figura 57) que, segundo o PDRCM (2015), apesar das distinções, aproximou o entendimento da lógica do centro de Manaus, facilitando, em etapa posterior, a identificação de áreas prioritárias, bem como, a estruturação e a escala de atuação das propostas temáticas.

Figura 57 - “Áreas homogêneas” identificadas no perímetro do projeto⁵².



Fonte: PDRCM, 2015, p. 493. Elaborado por IDOM/Pólis.



Fonte: PDRCM, 2015, p. 517. Elaborado por IDOM/Pólis.

O diagnóstico desta etapa elencou 13 aspectos territoriais⁵³, cuja análise determinou características positivas e negativas, respectivamente reveladas através de vantagens e desafios (quadro 19), de cada uma das oito áreas homogêneas.

No entanto, apesar da intenção em traduzir as especificidades do perímetro do referido projeto, as oito áreas homogêneas, bem como suas características, não foram tratadas isoladamente do Plano de Reabilitação do Centro de Manaus, sendo sempre comparadas a uma base macro analítica, capaz de revelar potenciais a partir do desequilíbrio estrutural de todo centro.

⁵² Os 8 fragmentos identificados foram: orla do São Raimundo; área de influência da orla do São Raimundo; orla do Rio Negro; área de influência da orla do Rio Negro, centro cívico; centro-bairro; Igarapé de Manaus; e Igarapé do Mestre Chico.

⁵³ Os aspectos considerados foram: topografia; usos; presença de centralidade; ocupação em Área de Preservação Permanente (APP); paisagem singular; densidade; vazios subutilizados; áreas livres de uso público; grandes lotes; equipamentos; forma das quadras; área das quadras *versus* Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus (PDUA); presença de edificações históricas.

Quadro 19 - Síntese das informações socioterritoriais das áreas homogêneas.

Informações socioterritoriais: diagnóstico das “ÁREAS HOMOGÊNEAS”		
Áreas Homogêneas	Vantagens	Desafios
Orla do São Raimundo	Poderá ofertar melhores condições de infraestrutura, valorização da orla com a implantação de equipamentos de lazer que requalifiquem as áreas verdes ali existentes. Qualidade cênica por conta da localização estratégica às margens do Igarapé. Existência de alguns lotes industriais, alguns inativos e outros com previsão de retirada.	Pressão ambiental, ampliando a fragilidade de ocupações irregulares em áreas de risco. Regularização das habitações nas áreas de proteção ambiental e implantação de áreas livres de uso público e equipamentos, uma vez que não apresenta grandes vazios subutilizados.
Área de influência da Orla do São Raimundo	Proximidade a eixos de conexão (terminais e grandes avenidas). Atrativo cultural da novena e da feira que atraia grande fluxo de pessoas todas as terças-feiras.	Valorização do patrimônio histórico e natural, ampliando a fragilidade de ocupações irregulares. Regularização das habitações nas áreas de proteção ambiental e implantação de áreas livres de uso público e equipamentos, uma vez que não apresenta grandes vazios subutilizados.
Orla do Rio Negro	Frente para o Rio Negro. Qualidade visual para as pré-existências (equipamentos que se relacionam com atividades culturais e costeiras) que podem ser requalificadas.	Intensa movimentação pelo Porto da Manaus Moderna e Porto Público de Manaus, que acabam por se tornarem obstáculos ao aproveitamento da visão estratégica. Vale ressaltar que a grande área do Porto Público de Manaus configura um potencial de uso e transformação com a implementação de grandes equipamentos.
Área de Influência da Orla do Rio Negro	Vitalidade comercial, presença de imóveis históricos e de equipamentos, espaços cívicos e eixos de passeio público -calçadas	Ordenamento do comércio ambulante e do comércio informal, preservação, restauro e ocupação de imóveis de valor cultural e histórico.
Centro Cívico	Concentração de edifícios de valor cultural e histórico, atividade comercial dinâmica e variada, presença do Teatro Amazonas e de equipamentos de atração turística, assim como, bares e restaurantes.	Ordenamento do comércio informal. Atrair novos usos para as edificações ociosas e em imóveis históricos abandonados.
Centro Bairro	Ocupação de uso misto, o que confere ao setor dinamismo e vitalidade urbana.	Ausência de áreas livres de uso público.
Igarapé de Manaus	Presença de equipamentos institucionais e subcentro comercial. Existência do Parque PROSAMIM no sul do setor	Ocupações em áreas de fragilidade ambiental.
Igarapé do Mestre Chico	Presença de equipamentos institucionais e subcentro comercial. Existência do Parque PROSAMIM como grande espaço de lazer público	Ocupações em áreas de fragilidade ambiental.

Fonte: elaboração própria. Adaptado do Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 494 - 502, 2015).

Até a referida etapa, o diagnóstico considerou aspectos territoriais do plano, baseados em um conjunto de informações que posicionaram a realidade estabelecida, dando sinais da complexidade a ser tratada a fim de alcançar os objetivos propostos. No entanto, havia um outro bloco de fontes de evidência que deveriam ser analisados para confirmar as primeiras impressões do Centro de Manaus. Estas, advindas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme censo de 2010; dos planos setoriais já elaborados; e da referência histórica do centro enquanto foco de intervenções que, apesar de certa descontinuidade e ineficiência, diante do arco temporal entre a ideia suscitada e a ideia implantada, produziram dados significativos – na visão dos agentes envolvidos no diagnóstico – que deveriam ser considerados, propondo a construção de “indicadores territoriais” como nova etapa do diagnóstico.

Com o objetivo de melhor embasar o plano de ação e as propostas de intervenção, os respectivos indicadores foram trabalhados a partir de aproximações associadas ao diagnóstico temático (PDRCM, 2015, Tomo I), na intenção de ampliar e sofisticar a realidade da área de estudo. Contudo, conforme o PDRCM (2015), os indicadores encontrados não coincidiam com a divisão territorial proposta anteriormente (perímetro do plano e áreas homogêneas), principalmente quando associados aos dados censitários do IBGE (censo 2010). Assim, a partir desta constatação, foi aplicada uma metodologia de associação percentual físico-quantitativa, a relacionar por proporção o fragmento do estudo aos dados disponíveis.

[Sobre a descrição metodológica] ... se o setor censitário estava mais de 50% dentro de uma área homogênea, era incorporado para a quantificação; se estivesse menos de 50% dentro de uma área homogênea, era descartado e incorporado pela outra área homogênea que abrigava a predominância de sua área [...] (PDRCM, 2015, p. 504).

Apesar da incompatibilidade entre o “diagnóstico temático” e os “indicadores territoriais”, o ajuste dos indicadores frente a sua etapa antecedente determinou os “desafios” e as “vantagens”, apresentados a partir de critérios distintos (quadros 20 a 24), considerando, a princípio, o perímetro do PDRCM (2015).

Quadro 20 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA SOCIOECONÔMICO.

Tema	Indicadores		Relevância	Metodologia	Fonte
Socioeconômico	População	Densidade demográfica	Indicador de densidade e população possibilita entender a relação com a infraestrutura urbana	População por unidade territorial / área da unidade territorial	IBGE 2010
		% da população idosa		Proporção da população idosa em relação à população total da unidade territorial.	IBGE 2010
	Renda	Renda média domiciliar	Identifica a vulnerabilidade da população quanto à renda	Média dos setores censitários por unidade territorial de análise	IBGE 2010
		Renda per capita			IBGE 2010
	Emprego	Emprego por habitante	Possibilita analisar a produtividade da área	Total de empregos por unidade territorial/total de habitantes por unidade territorial	Plano de Mobilidade de Manaus
		Emprego por hectare		Total de empregos por unidade territorial/área da unidade territorial	Plano de Mobilidade de Manaus
		Área construída por emprego		Total da área construída por unidade territorial / total de empregos por unidade territorial	Plano de Mobilidade de Manaus e SEMEF

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus. Elaborado por IDOM/Pólis, 2015.

Quadro 21 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA AMBIENTAL.

Tema	Indicadores		Relevância	Metodologia	Fonte
Ambiental	Área de preservação permanente	Edificações em APP	Identifica a situação de ocupação da APP	Total de edificações dentro do limite da APP	SEMEF e SEMMAS
		População em APP			IBGE 2010 e SEMMAS
	Área de risco	Edificações em área de risco	Identifica a situação de ocupação da área de risco	Total de edificações dentro do limite de inundação em período de retorno de 10 anos	Diagnóstico meio ambiente e SEMEF
		População em área de risco			Diagnóstico meio ambiente e IBGE 2010
	Qualidade da edificação	Alta	Relação da qualidade de edificação com seu contexto	Total de edificações por tipo em unidade territorial / total de edificações por unidade territorial	SEMEF
		Média			SEMEF
		Popular			SEMEF
		Baixo (mocambo)			SEMEF
	Áreas verdes	Área vegetada	Balizar a relação das áreas verdes com o ambiente urbano	Área vegetada (todos os tipos) por área total da unidade territorial	Diagnóstico meio ambiente e IBGE 2010
		Área livre de uso público			Diagnóstico meio ambiente e IBGE 2010
		Área verde qualificada por habitante			Diagnóstico meio ambiente e IBGE 2010
		Influência das áreas livres de uso público			Diagnóstico meio ambiente e IBGE 2010

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus. Elaborado por IDOM/Pólis, 2015.

Quadro 22 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA MOBILIDADE.

Tema	Indicadores		Relevância	Metodologia	Fonte
Mobilidade	Transporte público	Cobertura do transporte coletivo	Atendimento por transporte público	Total do raio de influência das paradas e estações de ônibus por unidade territorial	MANAUSTRANS e diagnóstico de mobilidade
	Situação das calçadas	Porcentagem de ruas com calçadas	Atendimento para pedestres	Média dos setores censitários por unidade territorial de análise e sua proporção de atendimento	IBGE 2010
	Situação por modal	Porcentagem de metros lineares destinados a vias de veículos motorizados	Situação da priorização dos modais	Total de metros lineares destinados por modal por unidade territorial / total de metros lineares existentes por unidade territorial	SEMEF e diagnóstico de mobilidade
		Porcentagem de metros lineares destinados a ciclovias			SEMEF e diagnóstico de mobilidade
		Porcentagem de metros lineares destinados a ruas de pedestres			SEMEF e diagnóstico de mobilidade
		Velocidade média	Situação da congestão	Média da velocidade de deslocamento no pico da manhã por unidade territorial	Estudo funcional TECTRAN

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus. Elaborado por IDOM/Pólis, 2015.

Quadro 23 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA INFRAESTRUTURA.

Tema	Indicadores		Relevância	Metodologia	Fonte
Infraestrutura	Saneamento	Atendimento de água	Identifica o nível atual de atendimento das infraestruturas de saneamento	Média dos setores censitários por unidade territorial de análise e sua proporção de atendimento	IBGE 2010
		Atendimento de drenagem			IBGE 2010
		Atendimento de esgoto			IBGE 2010
	Lixo	% de ruas com relatos de lixo acumulado			IBGE 2010

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus. Elaborado por IDOM/Pólis, 2015.

Quadro 24 - Estrutura de análise de indicadores territoriais / CATEGORIA URBANO.

Tema	Indicadores		Relevância	Metodologia	Fonte
Urbano	Situação dos imóveis	Domicílios vagos	Situação atual dos imóveis	Média dos setores censitários por unidade territorial de análise	IBGE 2010
		Densidade construída		Total de metros quadrados construtivos / total de metros quadrados de lotes por unidade territorial	SEMEF e diagnóstico urbano
		Valor venal médio		Média da planta genérica de valores por unidade territorial	SEMEF e diagnóstico urbano
		Vazios urbanos		Total de metros quadrados de vazios urbanos / total da área territorial	SEMEF e diagnóstico urbano
		Lotes grandes		Total de metros quadrados de lotes superiores a 1000 m ² / total de metros quadrados de lotes	SEMEF e diagnóstico urbano
		Imóveis tombados		Total de imóveis tombados / total de imóveis por unidade territorial	SEMEF, IMPLURB e diagnóstico urbano
	Predominância de uso	Uso produtivo	Proporção do solo urbano utilizado por uso – mescla de usos	Total de área destinada a esse uso no centro	Diagnóstico urbano
		Uso equipamentos			Diagnóstico urbano
		Uso habitacional			Diagnóstico urbano
	Relação entre uso	Área residencial/não residencial		Metros quadrados destinados à habitacional / metros quadrados destinados de outros usos	Diagnóstico urbano

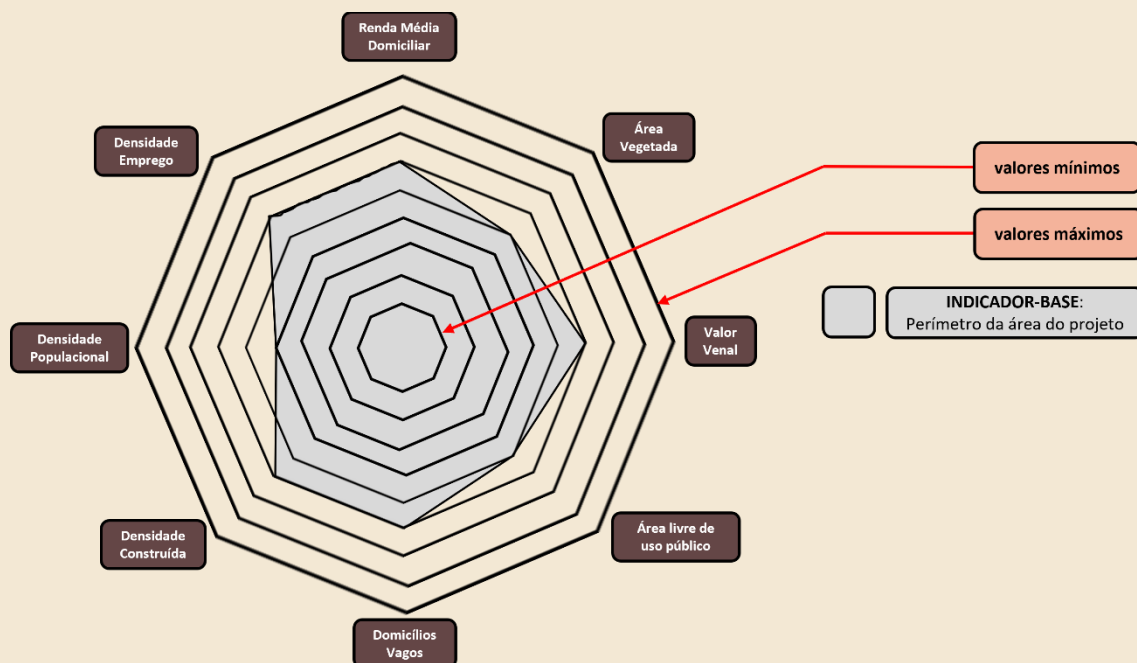
Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus. Elaborado por IDOM/Pólis, 2015.

Os indicadores territoriais do perímetro do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus pautaram, no âmbito genérico, as seguintes vantagens: capacidade de adensamento e ampliação de campos de trabalho (temática socioeconômica); condição favorável de infraestrutura (temática infraestrutura); potencial ambiental (temática ambiental); rede consolidada (temática mobilidade); e renovação a partir de lotes subutilizados, vagos e vazios (temática urbana).

Proporcionalmente, os desafios elencados foram: ampliação da densidade frente à alta concentração de população em vulnerabilidade social (temática socioeconômica); precariedade de saneamento básico e drenagem (temática infraestrutura); baixa relação de áreas verdes por habitante, e forte presença de habitações em áreas de risco e de preservação ambiental (temática ambiental); conflitos de mobilidade por priorizar o transporte individual motorizado frente às possibilidades coletivas e aos deslocamentos alternativos como o cicloviário e o hidroviário (temática mobilidade); e morfologia superdimensionada de quadras somada à presença de vazios urbanos (temática urbana).

A síntese dos dados do perímetro do plano estabeleceu um indicador-base (figura 58)⁵⁴ para as análises comparadas junto às áreas homogêneas a partir de categorias temáticas fixas (renda média domiciliar; área vegetada; valor venal; área livre de uso público; domicílios vagos; densidade construída; densidade populacional; densidade emprego), permitindo, assim, sobreposições analíticas através de uma metodologia intitulada “campo de batalha”⁵⁵.

Figura 58 - Síntese gráfica dos indicadores do perímetro do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.



Fonte: elaboração própria.

Segundo o “diagnostico estratégico” do plano (PDRCM, 2015, Tomo II), a intenção de aplicar a referida metodologia nas áreas homogêneas era ampliar a escala de análise, a fim de identificar possíveis desequilíbrios específicos frente à ideia genérica do centro, enquanto perímetro do plano. Deste propósito, sua aplicação, através da sobreposição de dados quantitativos em “campo de batalha”, revelou distinções temáticas e, conseqüentemente, aspectos específicos para a elaboração de diretrizes a serem consideradas no plano de ação, conforme descrição abaixo.

No caso da Orla do São Raimundo (tabela 4), a alta densidade populacional foi considerada um desafio relevante, principalmente quando associada à condição física deste território, atingido por inundações devido à sazonalidade do igarapé. Ademais, o plano não apresentou vantagens nesta área homogênea.

⁵⁴ Os indicadores territoriais do perímetro do plano foram apresentados, em sua maioria, através de dados percentuais, agrupados em cinco temáticas (socioeconômico; infraestrutura; ambiental; mobilidade; urbano), não sendo sistematizados graficamente. A figura 58 apresentada foi elaborada a partir da base fixa utilizada nas sobreposições comparadas das áreas homogêneas.

⁵⁵ Segundo o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (2015), o diagrama tipo “campo de batalha” é uma representação gráfica de um processo de síntese de dados. Neste caso, a referida metodologia está estruturada a partir de uma poligonal distinta (vermelha) que determina, respectivamente, os indicadores de determinada área homogênea frente ao indicador-base (mancha cinza) do perímetro do plano. Ademais, “os círculos concêntricos estabelecem uma régua de medida, que, quanto mais próximo do centro significa menor valor do indicador e quanto mais para fora, mais alto o indicador” (PDRCM, 2015, p. 512).

Tabela 4 - Indicadores de áreas homogêneas: Orla do São Raimundo.

Indicadores: Orla do São Raimundo		Síntese Gráfica "campo de batalha"
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 11.988,00	
Área vegetada	5,22 m ² /hab	
Valor venal	654,71 R\$/m ²	
Área livre de uso público	0 m ² /hab	
Domicílios vagos	6,32 %	
Densidade construtiva	0,94	
Densidade populacional	12.058 hab/km ²	
Densidade de empregos	3.367 emp/km ²	

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 514, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

Por associação direta à orla do São Raimundo, sua área de influência não apresentou vantagens, enquanto síntese de análise (tabela 5), conforme o PDRCM (2015). No entanto, os desafios elencados, ainda com base na densidade populacional, acusaram baixa densidade construtiva, baixo índice do valor venal do solo e falta de áreas verdes, de lazer e de recreação. Situação causal associada à espontaneidade histórica da ocupação da referida área, cuja morfologia dificulta o acesso de serviços públicos (coleta de lixo, ambulâncias e transporte público), e, por isolamento, de acomodação da criminalidade e de facções ligadas ao tráfico de drogas.

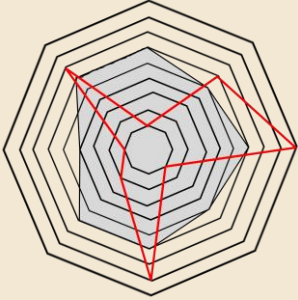
Tabela 5 - Indicadores de áreas homogêneas: Área de Influência do São Raimundo.

Indicadores: área de influência da Orla do São Raimundo		Síntese Gráfica "campo de batalha"
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 15.885,00	
Área vegetada	3,78 m ² /hab	
Valor venal	492,53 R\$/m ²	
Área livre de uso público	0 m ² /hab	
Domicílios vagos	6,64 %	
Densidade construtiva	0,61	
Densidade populacional	10.734 hab/km ²	
Densidade de empregos	8.724 emp/km ²	

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 514, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

Ao deslocar as análises para o extremo sul do perímetro, os desafios elencados a partir dos indicadores da Orla do Rio Negro (tabela 6) apontaram uma controversa relação entre o alto valor venal do solo e a baixa densidade populacional e construtiva, e, conseqüentemente, de renda média domiciliar. A associação destes indicadores à densidade de emprego revelou um movimento pendular estimulado pela concentração comercial e industrial (enquanto ocupação do território), porém, os efeitos-criSES de ordem econômica evidenciaram lotes subutilizados ou vazios. Ademais, os indicadores apontaram a presença tanto de áreas livres de uso público como de área vegetada, porém, desarticuladas e carentes de manutenção. Na intenção de correlacionar os desafios a possíveis vantagens, o plano manteve foco nos indicadores de emprego e nas densidades populacionais e construtivas, propondo ampliações de uso e ocupação com ênfase em habitação. No entanto, vale ressaltar que, atualmente, ao parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor Urbano e Ambiental (PDUA/2014) de Manaus pouco estimula a incorporação imobiliária devido a sua visão conservadora e preservacionista.

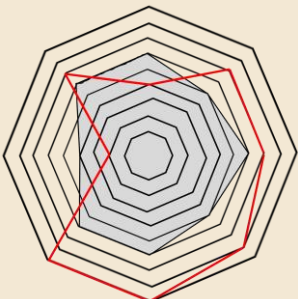
Tabela 6 - Indicadores de áreas homogêneas: Orla do Rio Negro.

Indicadores: Orla do Rio Negro		Síntese Gráfica "campo de batalha"
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 3.710,00	
Área vegetada	13,62 m ² /hab	
Valor venal	2.030 R\$/m ²	
Área livre de uso público	0 m ² /hab	
Domicílios vagos	13,58 %	
Densidade construtiva	0,68	
Densidade populacional	2.547 hab/km ²	
Densidade de empregos	17.620 emp/km ²	

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 513, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

A faixa limítrofe que estabelece a área de influência da Orla do Rio Negro (tabela 7) representa, historicamente, o fluxo ascendente de acomodação em terra firme do período áureo da borracha, inicialmente marcado por usos comerciais e residenciais, cuja expansão foi mimetizada para o Centro-Cívico (considerando a subdivisão do plano). Mais tarde, devido à lógica de ampliação do núcleo urbano, com a periferização das elites e a descentralização de atividades e serviços, tornou-se uma área estritamente comercial que, apesar do potencial de infraestrutura e mobilidade, que conseqüentemente eleva a densidade construtiva, funciona hoje a partir de uma lógica sazonal de pessoas, motivada pela experiência de consumo, em horário comercial, e pela apropriação noturna de grupos vulneráveis. Neste contexto, o principal desafio do plano para a referida área reforça a necessidade de implementar uma política de moradia em áreas centrais, a partir de argumentos que se apoiam nas vantagens da trama urbana e do comércio consolidado, bem como, nos indicadores de áreas vegetada e livre de uso público, como por exemplo, no complexo que envolve a Catedral Metropolitana de Manaus (inaugurada em 1877), localizada na praça XV de novembro.

Tabela 7 - Indicadores de áreas homogêneas: Área de Influência da Orla do Rio Negro.

Indicadores: área de influência da Orla do Rio Negro		Síntese Gráfica "campo de batalha"
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 17.266,98	
Área vegetada	13,97 m ² /hab	
Valor venal	1.075 R\$/m ²	
Área livre de uso público	12,97 m ² /hab	
Domicílios vagos	14,98 %	
Densidade construtiva	1,67	
Densidade populacional	4.554 hab/km ²	
Densidade de empregos	25.032 emp/km ²	

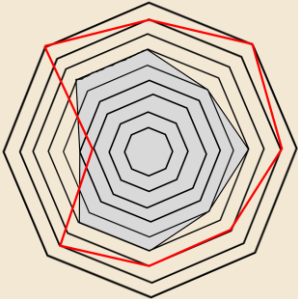
Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 513, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

A replicação da lógica estrutural da área de influência do Rio Negro mantém no Centro-Cívico as mesmas características morfológicas, estruturais e comerciais, bem como o desafio de habitar a referida área⁵⁶. No entanto, segundo síntese apresentada (tabela 8), o referido fragmento

⁵⁶ A lógica que interrelaciona a Orla do Rio Negro, sua área de influência e o Centro-Cívico, está atrelada à condição territorial de barreira fronteiriça estabelecida entre a água e a terra firme, incorporando, no sentido Norte, o fluxo de expansão urbana manauara.

apresenta os mais altos indicadores quando comparado às demais áreas homogêneas do PDRCM (2015), com exceção da densidade populacional (5.838 hab/km²). Assim, segundo o plano, a distinção deste fragmento revela vantagens quando associado ao conjunto patrimonial, emoldurado por praças, boulevares e, inclusive, o Largo de São Sebastião (*lôcus* do Teatro Amazonas) que, somados à renda média domiciliar, consolida o maior valor venal do perímetro do plano (1.141 R\$/m²).

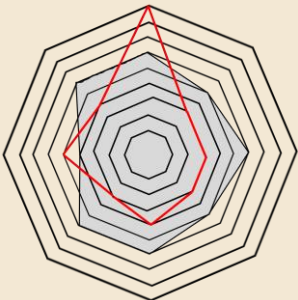
Tabela 8 - Indicadores de áreas homogêneas: Centro-Cívico.

Indicadores: Centro-Cívico		Síntese Gráfica "campo de batalha"
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 44.946	
Área vegetada	18 m ² /hab	
Valor venal	1.141 R\$/m ²	
Área livre de uso público	8,77 m ² /hab	
Domicílios vagos	13,27 %	
Densidade construtiva	1,56	
Densidade populacional	5.838 hab/km ²	
Densidade de empregos	34.179 emp/km ²	

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 515, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

Os indicadores do Centro-Bairro (tabela 9) denotam forte influência física e socioeconômica dos igarapés do São Raimundo (a oeste), de Manaus (centro-leste) e do Mestre Chico (a leste). No trecho oeste, a alta densidade populacional reflete o fluxo de ocupação espontânea advinda do igarapé de São Raimundo. Ao transpor a avenida Constantino Nery (eixo norte-sul / bairro-centro), adentrando a área homogênea Centro-Bairro, os indicadores populacionais revelam o emaranhado de acomodações junto às quadras irregulares (geralmente superdimensionadas), que ocupam os chamados "miolos de quadra", e cuja morfologia produz um efeito-barreira que dificulta tanto a mobilidade motorizada quanto a peatonal. A leste, margeada por dois igarapés, as densidades populacional e construtiva reforçam os indicadores da referida área homogênea. Porém, apesar da intervenção já implementada do PROSAMIM, segundo análise do plano, as tipologias apresentam "baixa qualidade construtiva e ligada à rede hídrica e ambientes frágeis" (PDRCM, 2015, p.515). Assim, as vantagens populacionais e construtivas da referida área se convertem em desafios por associação às tipologias, densidade de empregos (4.578 emp/km²) e à falta de área vegetada (7,65 m²/hab).

Tabela 9 - Indicadores de áreas homogêneas: Centro-Bairro.

Indicadores: Centro-Bairro		Síntese Gráfica "campo de batalha"
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 81.994	
Área vegetada	7,65 m ² /hab	
Valor venal	860,10 R\$/m ²	
Área livre de uso público	0,59 m ² /hab	
Domicílios vagos	9,73 %	
Densidade construtiva	0,87	
Densidade populacional	9.029 hab/km ²	
Densidade de empregos	4.578 emp/km ²	

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 515, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

No caso do Igarapé de Manaus (tabela 10), os desafios apontado pelo PDRCM (2015) relacionam a baixa densidade populacional e de emprego e a falta de áreas verdes e de uso público, apesar de uma densidade construtiva considerável. Estes indicadores estão associados às alterações de seu contexto devido à implantação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), cuja área, contemplada em fase inicial (PROSAMIM I e Suplementar), “reestruturou” a condição morfológica antecedente, formada pela relação direta entre o igarapé e as acomodações palafíticas em toda sua borda, através de macrodrenagens, reassentamentos e áreas verdes e de lazer, como a Praça Desembargador Paulo Jacob e o Parque Senador Jefferson Péres, ambos na porção sul da referida área. Nestas propostas, o reassentamento desproporcional das famílias reforça a baixa densidade populacional, quando comparadas a outras áreas homogêneas do perímetro do plano. Ademais, o conjunto residencial multifamiliar implantado, mantido na condição topográfica de fundo de vale, causou um efeito fragmentado junto ao tecido urbano do centro e, apesar dos espaços públicos implantados, a impermeabilização do solo ao longo dos espaços abertos reforçam a falta de áreas verdes deste fragmento.

Tabela 10 - Indicadores de áreas homogêneas: Igarapé de Manaus.

Indicadores: Igarapé de Manaus		Síntese Gráfica “campo de batalha”
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 41.708	
Área vegetada	14,29 m ² /hab	
Valor venal	829,00 R\$/m ²	
Área livre de uso público	21,46 m ² /hab	
Domicílios vagos	7,60 %	
Densidade construtiva	0,78	
Densidade populacional	11.520 hab/km ²	
Densidade de empregos	3.442 emp/km ²	

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 516, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

A alta densidade populacional da região do Igarapé do Mestre Chico (tabela 11), no extremo oeste do perímetro do plano, é marcada pelo mesmo efeito de ocupação palafítica de borda, observado no Igarapé de Manaus. Contudo, ao associá-lo às questões de densidade construtiva e empregatícia, nota-se uma baixa significativa, sendo considerado um desafio para a referida área. Este contexto, de origem causal, pode ser explicado devido às questões características de ocupação das margens dos igarapés, onde a proximidade junto ao recurso hídrico tende a acomodações espontâneas de baixa qualidade morfológica, geralmente considerados “amontoados” de difícil acesso, mesmo diante da “revitalização” já implantada de unidades multifamiliares do PROSAMIM (na porção sul da referida área), em conjunto com o Parque Largo Mestre Chico, com ênfase na ponte metálica Benjamin Constant e no complexo carcerário Desembargador Raimundo Vidal Pessoa (desativada em 2017). A referida área homogênea, definida por uma faixa que segue do extremo sul ao extremo norte do perímetro do PDRCM (2015), aponta como vantagem o ativo ambiental restante e a continuidade do projeto de ocupação habitacional, a fim de equilibrar indicadores de densidade populacional, presentes enquanto proposta na maioria das áreas homogêneas analisadas. Intenções que tendem a se acomodar ao norte do fragmento, mesmo diante da canalização de grande parte do igarapé, do superdimensionamento das quadras, das ocupações espontâneas, como já observada no Centro-Bairro, área limítrofe a do Igarapé do Mestre Chico.

Tabela 11 - Indicadores de áreas homogêneas: Igarapé do Mestre Chico.

Indicadores: Igarapé do Mestre Chico		Síntese Gráfica "campo de batalha"
Aspectos Relevantes	Dados	
Renda média domiciliar	R\$ 23.327	
Área vegetada	6,09 m ² /hab	
Valor venal	887,70 R\$/m ²	
Área livre de uso público	8,85 m ² /hab	
Domicílios vagos	4,75 %	
Densidade construtiva	1,17	
Densidade populacional	12.929 hab/km ²	
Densidade de empregos	4.171 emp/km ²	

Fonte: adaptado do original. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo II, p. 516, 2015). Elaborado por IDOM/Pólis.

Ao final desta etapa, o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus tinha como produto-síntese duas análises interrelacionadas. A primeira, no contexto macro do perímetro do projeto, revelada através de um “diagnóstico temático”, de uma matriz SWOT e de indicadores territoriais. A segunda, após reconhecer a presença de “áreas homogêneas”, sistematizada a partir da mesma metodologia anterior, porém, comparada – por sobreposição - à condição macro, posicionando distinções temáticas frente às intenções “reabilitadoras” do centro como um todo.

Diante disso, a equipe da prefeitura junto à consultoria IDOM/Pólis considerou encerrada a síntese diagnóstica (figura 59) por entender que o produto gerado era suficiente e capaz de revelar a condição complexa e sistêmica de todo o perímetro do PDRCM (2015). Assim, como produto subsequente, a partir de um processo de sistematização, passou a estruturar um “plano de ação” que se desdobrou em “estratégias de intervenção” seguida de uma proposta de “área-piloto”.

Figura 59 - Síntese diagnóstica do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.

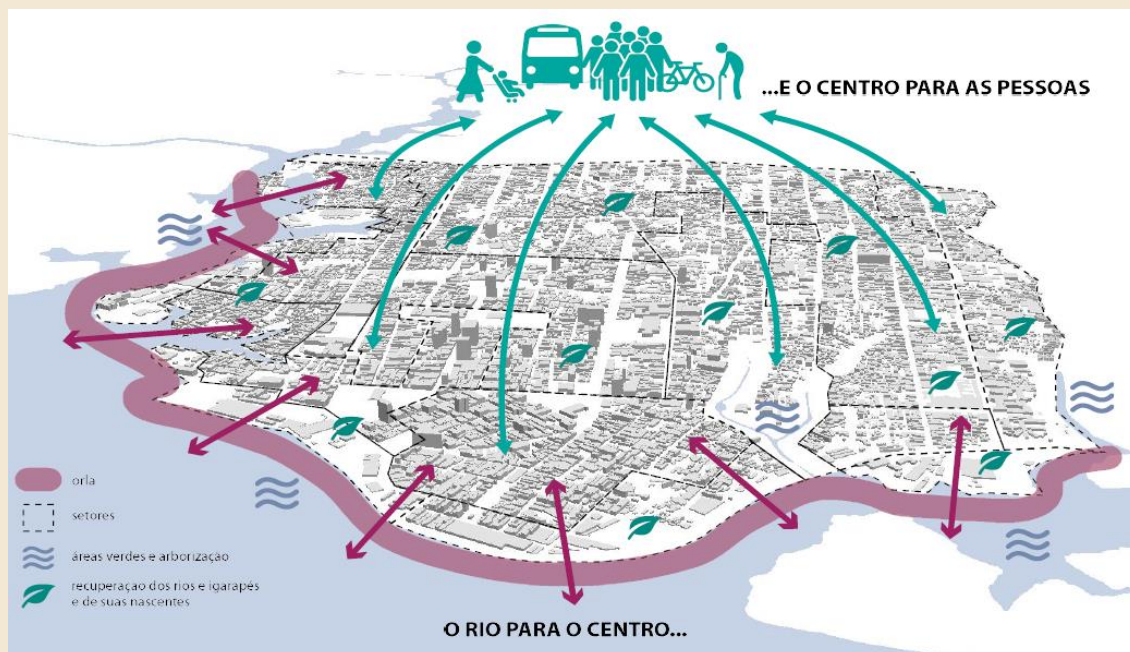


Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados. Plano de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo I e II, 2015).

Por que intervir no Centro? O Centro de Manaus se configura como grande área de oportunidades da cidade. Ao mesmo tempo em que apresenta alta urbanização e consolidação da trama urbana, também demonstra ter grande potencial de recebimento de novos contingentes populacionais, novas atividades comerciais e de serviços, mais equipamentos urbanos e maior quantidade e qualidade de infraestrutura urbana. É portanto, local estratégico para que a cidade de Manaus cresça de maneira mais sustentável, evitando o crescimento tendencial da mancha urbana espalhada e sem limites em sentido das áreas de proteção e frágeis, com grande potencial de adensamento e recebimento de novas infraestruturas urbanas (PDRCM, 2015, p.520).

O teor enfático que inaugurava a nova fase do referido plano proferiu o “novo” – nas suas diversas formas – sem considerar como entrave a macroestrutura consolidada. Assim, propôs uma visão de futuro (figura 60), cujo ambicioso *slogan* se comprometia em oportunizar “o rio para o centro... e o centro para as pessoas”.

Figura 60 - Visão de futuro para o centro de Manaus.

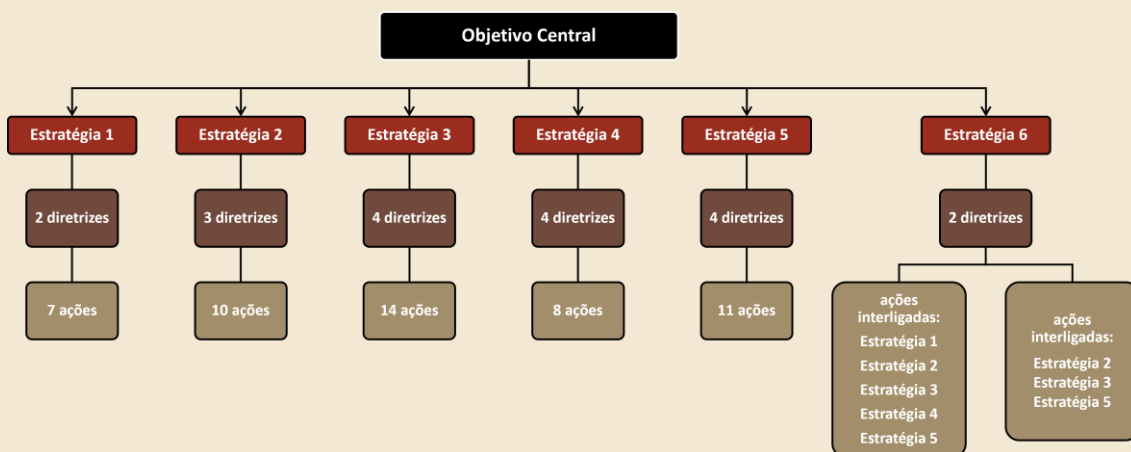


Fonte: Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus, 2015, Tomo II, p. 522.

Amparada pelos produtos do diagnóstico, a visão de futuro para o centro de Manaus enfatizou “superar as debilidades detectadas [...], valorizando seus grandes ativos e gerando um efeito multiplicador de oportunidades para o desenvolvimento urbano, social, ambiental e econômico qualificado” (PDRCM, 2015, p. 527), reveladas através de quatro “vantagens comparativas” (ibidem, p. 520) a serem exploradas, das quais, destacam a estruturação, a animação e a constância da área; o seu potencial histórico e paisagístico; a atuação intencional e simultânea de diversas instâncias governamentais, através de projetos distintos; e a oportunidade de “canalizar investimentos privados” (ibidem, p. 520) e seus benefícios. Nota-se que, para além da ideia prospectiva de visão (típica do ambiente empresarial), os argumentos apresentados – ainda no início do plano de ação – denotam as intenções do referido projeto e, conseqüentemente, o alcance sistêmico da reabilitação proposta.

Neste sentido, a caminho de uma síntese operacional, o plano apresentou 6 linhas estratégicas – cinco temáticas e uma territorial - entendidas como “um percurso que permite obter resultados desejados em determinadas áreas” (PDRCM, 2015, p. 523) e, destas se desdobraram um conjunto de diretrizes e ações (figura 61), sendo a primeira responsável por orientar as objetividades da segunda. Segundo o PDRCM (2015), a relação entre diretriz e ação deve ser intermediada por metas numéricas, a fim de determinar pontualmente o foco de atuação e, principalmente, a operacionalização da ação, considerando etapas distintas que podem se desdobrar em estudos, projetos, planos, capacitações e convênios, bem como, a captação de recursos, decorrente do orçamento de cada ação, sempre associados diretamente aos Planos Plurianuais (PPA’s) do município de Manaus, tanto em período de vigência do projeto como para manutenção futura das ações implementadas.

Figura 61 - Organograma do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.



Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PDRCM (Tomo II, 2015).

No entanto, é importante destacar que, com exceção da linha estratégica 6 (associada a duas diretrizes distintas que se desdobram em ações conjuntas a outras linhas estratégicas), todas as diretrizes e ações estão diretamente relacionadas a sua linha estratégica correspondente, dando ao PDRCM (2015) uma autonomia que, no campo operacional, facilita a gestão de recursos (humanos e financeiros), diminui os agentes envolvidos e, conseqüentemente, a necessidade de um capital simbólico ampliado.

A *Linha Estratégica 01* foi subdividida em 2 diretrizes e 7 ações (quadro 25), enfatizando a autonomia da gestão do centro frente aos instrumentos urbanos e legais de todo o município. Com ênfase em novos arranjos legais e institucionais, a referida linha se estrutura a partir de “uma legislação de ordenamento territorial harmonizada com os marcos nacionais e ajustada à realidade local” (PDRCM, 2015, Tomo II, p. 528), posta em funcionamento através de “uma entidade da Administração Indireta, na modalidade de autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, sob a forma de Agência Executiva” (ibidem), e em consonância com um *Fórum Permanente de Desenvolvimento do Centro de Manaus*, a fim de estabelecer uma instância de interlocução com os agentes – sociais e econômicos – que atuam no Centro.

Quadro 25 - Linha estratégica temática 01.

Estratégia 1 – Fortalecimento da gestão da área central <i>Promover a gestão integrada e participativa da área central de Manaus. O foco dessa linha estratégica é a integração entre a gestão e as normativas e sua real aplicação e eficiência sobre o território central. Deste modo, essa linha estratégica perpassa diferentes temáticas referentes ao centro e à cidade de Manaus como um todo, buscando estabelecer propostas estratégicas com ferramentas modernas para a implementação de uma gestão eficiente a área central (PDRCM, 2015, p. 527).</i>	
Diretrizes	Ações
Desenvolvimento do sistema de gestão integrado	- Desenvolvimento de estrutura administrativa específica para o Centro. - Implantação de gestão participativa da área central
Desenvolvimento de um sistema de planejamento e um marco legal específico	- Desenho do Plano de Reabilitação do Centro e estruturação de planejamento intersetorial. - Revisão do ordenamento urbanístico. - Revisão da regulamentação de AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social). - Revisão da legislação referente às APP's (Área de Preservação Permanente). - Regulamentação dos instrumentos constitucionais para indução do cumprimento da função social da propriedade urbana.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PDRCM (Tomo II, 2015).

As questões ambientais pautaram insistentemente o diagnóstico temático do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (Tomo I, 2015). Diante disso, a *Linha Estratégica 02* propõe, através de 3 diretrizes e 8 ações (quadro 26), uma conjugação de esforços a fim de articular o potencial do ativo ambiental, a recuperação das áreas degradadas e a complementação de infraestrutura de saneamento básico de todo o perímetro de estudo.

A partir da análise, da adaptação e da ampliação dos sistemas de esgoto, água potável e drenagem, pretende-se alcançar o índice máximo de acesso à rede de abastecimento do Centro, e no plano da superfície, a fim de estabelecer ações de preservação e a recuperação ambiental, são propostos um conjunto de “produtos” de ordem urbana, na forma de parques e eixos de conexão verde que, após implantados, demandarão um sistema de gestão compartilhada, em parte a ser suprida por programas de educação ambiental.

Quadro 26 - Linha estratégica temática 02.

Estratégia 2 – Recuperação ambiental, qualificação e habitabilidade urbana para área central. <i>Ampliar a qualidade urbana e de vida na área central, dando acesso universal aos sistemas de saneamento básico, infraestrutura social, urbana e ambiental. Entende-se que somente com uma área com boa infraestrutura urbana instalada será possível atrair novos moradores e investimentos, sendo fundamental para que se atinja índices de desenvolvimento sustentável para o Centro de Manaus (PDRCM, 2015, p. 527).</i>	
Diretrizes	Ações
Universalização do atendimento e instalação de infraestrutura de saneamento básico: - sistema de esgoto; - sistema de água potável; - sistema de drenagem.	- Análise das redes de esgoto, água potável e drenagem existentes.
	- Ampliação da rede de infraestrutura para atingir 100% de cobertura.
	- Adaptar novas infraestruturas instaladas aos sistemas municipais.
Recuperação ambiental e prevenção de riscos naturais	- Recuperação dos rios e igarapés e de suas nascentes. Propostas de ocupação: a) Parque linear conectado. - Parque linear da Orla do Centro de Manaus - Parque linear dos igarapés de Manaus e Mestre Chico. b) Parque inundável.
	- Estabelecimento de eixos verdes conectados.
	- Preservação e recuperação de áreas de risco de alagação.
Programa de educação ambiental	- Estabelecimento de programa de educação ambiental municipal.
	- Estabelecimento de programa de educação ambiental do Centro de Manaus.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PDRCM (Tomo II, 2015).

Na intenção de resolver o problema do protagonismo do transporte motorizado e individual, a *Linha Estratégica 03*, formada por 4 diretrizes e 16 ações (quadro 27), enfatiza a necessidade de um programa de gestão de tráfego, por meio de modais coletivos, como o transporte público e o hidroviário; do estímulo ao deslocamento peatonal, através da ampliação e do alinhamento do passeio público; e cicloviário, com a instalação de ciclovias.

Ademais, a partir de referências pontuadas, sugere possíveis experimentações temáticas que contemplam projetos de monitoramento de permanência (estacionamento), de fluxo, de carga e de velocidade (“Zonas 30”); implantação de sistema BRT (*Bus Rapid Transit*); estações intermodais e sinalização eficiente.

Quadro 27 - Linha estratégica temática 03.

Estratégia 3 – Mobilidade sustentável.	
<i>Promover uma reestruturação da mobilidade e da acessibilidade, bem como a forma em que são realizados os deslocamentos no Centro de Manaus, é fundamental para estabelecer a mobilidade sustentável, tendo o pedestre e o ciclista como protagonistas (PDRCM, 2015, p. 527).</i>	
Diretrizes	Ações
Potencializar os deslocamentos não motorizados: “Centro para pedestres e ciclistas”	- Melhoria e ampliação das calçadas.
	- Criação de rede cicloviária central.
	- Sistema de compartilhamento de bicicleta.
	- Criação de “Zonas 30”.
	- Criação de travessias de pedestres sobre o igarapé do São Raimundo.
Melhorar o sistema de transporte público central	- Implantação do BRT e terminais no Centro.
	- Melhoria das estações de intercâmbio e paradas de ônibus.
	- Criação de Estação Intermodal (BRT – Hidroviário).
	- Sinalização informativa na rede de transporte público.
Melhorar a gestão do tráfego no Centro	- Melhoria na sinalização semafórica.
	- Gestão coordenada dos estacionamentos no Centro de Manaus.
	- Criação/Revisão de áreas de restrição de veículos de carga.
	- Criação de rotas de veículos de carga.
Desenvolver o transporte hidroviário	- Potencializar o transporte hidroviário municipal, intermunicipal e turístico.
	- Estabelecimento de rede de transporte hidroviário.
	- Regularização de entrada de passageiros e cargas fluviais.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PDRCM (Tomo II, 2015).

O efeito-crise que tem acometido o Polo Industrial de Manaus (PIM), desde a década de 90 (com a nova política industrial e do comércio exterior), agravado a partir de 2010, com os prejuízos do setor “duas rodas”, tem registrado uma desigualdade ascendente e, conseqüentemente, o Centro de Manaus tem acomodado os grupos sociais acometidos por este contexto. Assim, a *Linha Estratégica 04* propõe “aliar desenvolvimento econômico e equidade social” (PDRCM, 2015, Tomo II, p. 590) por meio de 3 diretrizes e 7 ações (quadro 28). Segundo PDRCM (2015), o turismo e as atividades econômicas a ele associadas surgem como resposta a precariedade industrial e, junto deste novo “nicho de mercado”, propõe-se programas sociais que possam incorporar as vulnerabilidades instauradas. Além disso, ao reconhecer, ainda em fase de diagnóstico, a concentração comercial na região do perímetro do plano, a referida linha prospecta enfatizar 5 polos comerciais - já estabelecidos ou com forte tendência a serem implantados - dos quais, destacam a economia criativa (artesanato, grupos culturais, músicos, coletivos e artistas), a gastronomia (através da apropriação do patrimônio histórico edificado), o desenvolvimento sustentável (comércios e serviços associados aos parques e espaços públicos), o comércio de peças e serviços automobilísticos (característico no bairro Praça 14 de Janeiro), e o eixo comercial na Avenida Eduardo Ribeiro (entre as praças da Matriz e do Congresso), tomado por um conjunto patrimonial significativo, como do Largo de São Sebastião, onde encontra-se instalado o Teatro Amazonas.

Quadro 28 - Linha estratégica temática 04.

Estratégia 4 – Desenvolvimento econômico e social na área central.	
<i>Ampliar a diversidade econômica do centro e a diminuição da vulnerabilidade social detectada no diagnóstico, com evidência de presença de moradores de rua, criminalidade, prostituição que acabam por gerar alguns entraves significativos ao pleno desenvolvimento econômico e social da área. Além disso, busca fomentar novas atividades econômicas para o centro, mais bem adaptadas às suas características e a à visão de futuro estabelecida (PDRCM, 2015, p. 527).</i>	
Diretrizes	Ações
Desenvolvimento do turismo e da cultura	- Criação de roteiro turístico pelo patrimônio cultural do centro.
	- Descentralização das atividades culturais.
	- Reestruturação e fortalecimento do artesanato indígena e do comércio de produtos da Amazônia.
Incentivo à diversificação das atividades econômicas	- Criação de centralidades polares e lineares de atividades específicas.
	- Incentivos tributários e urbanísticos para atividades econômicas.
Integração social da população vulnerável.	- Programa de geração de emprego e renda para população vulnerável.
	- Programa de atendimento integrado à população vulnerável.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PDRCM (Tomo II, 2015)

A vocação comercial somada aos inúmeros imóveis desocupados do centro estimulou a *Linha Estratégica 05* a recomendar, a partir de 4 diretrizes e 14 ações (quadro 29), uma intervenção ambiciosa que enfatiza a produção habitacional e a preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, a fim de “propor novas dinâmicas de desenvolvimento [...] promovendo novas relações com os espaços públicos, espaços privados de negócios e espaços habitacionais” (PDRCM, 2015, Tomo II, p. 596), aproveitando o aporte dos efeitos prospectados de infraestrutura, abastecimento e mobilidade (linha estratégica 02 e 03), bem como de geração de emprego e renda (linha estratégica 04).

Ao considerar a transformação da paisagem como foco da referida linha, a questão habitacional surge como ideia-força orbitada por propostas de âmbito fiscal (incentivo ao uso misto) associadas a programas de incentivo à moradia em áreas centrais que estimulem a permanência da população de baixa renda, através de reformas e readequações de cortiços e implementação de políticas de aluguel social⁵⁷. Contudo, pretende-se agrupar as referidas ações às particularidades do Centro de Manaus, considerando as ocupações às margens dos igarapés e a condição vulnerável da população devido à sazonalidade hídrica.

Situação a ser vencida, segundo PDRCM (Tomo II, 2015), por meio da reestruturação tanto das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), determinadas junto ao Plano Diretor de Manaus (2014), como da regularização fundiária – apontadas no Estatuto da Cidade (2001), priorizando a permanência, porém, sem descartar a possibilidade de reassentamento da população atingida.

⁵⁷ Os referidos formatos têm apresentado adesão significativa no caso de municípios que se propõem a ativar a questão da moradia em áreas centrais, incorporados, inclusive, como parte da Política Nacional de Habitação.

Quadro 29 - Linha estratégica temática 05.

Estratégia 5 – Qualificação da paisagem, ordenamento do território e provisão habitacional.	
<i>A partir do reordenamento urbano equilibrado e sustentável atrair novas unidades habitacionais para a área central e, conseqüentemente, novos moradores. Está completamente alinhada com a visão de futuro para o centro de Manaus, e trará ações para todos os bairros do centro e algumas específicas para determinados setores, além de estabelecer, assim como as demais linhas estratégicas, as premissas básicas para o detalhamento da Linha Estratégica Territorial⁵⁸ (PDRCM, 2015, p. 527).</i>	
Diretrizes	Ações
Fomento do uso misto para o centro de Manaus	- Implementação de incentivo fiscal para uso misto no centro.
	- Desenho do programa de reabilitação do patrimônio construído, não tombado.
Incentivo à moradia na área central	- Implementação do “Programa Moradia em área Central”.
	- Instituição de programa de cortiços.
	- Instituição de um programa de locação social.
Reurbanização e regularização dos assentamentos precários em áreas de igarapés	- Obras de infraestrutura (saneamento, drenagem, iluminação, pavimentação e acessibilidade – detalhado nas Linhas Estratégicas 2 e 3).
	- Relocação e reassentamento das unidades habitacionais das áreas de risco e alagamentos.
	- Adequação das unidades precárias a manter.
	- Regularização fundiária das áreas reurbanizadas.
	- Implementação de Programa de Educação Ambiental (detalhado na Linha Estratégica 2).
	- Implementação de Programa de Geração de Emprego e Renda (detalhado na Linha Estratégica 4).
Melhoria da paisagem urbana	- Restauo e obras em imóveis tombados, em 1º e 2º grau, localizados no perímetro do Centro Antigo.
	- Regularização da publicidade das fachadas.
	- Implementação do projeto “Ruas do Futuro” nas ruas comerciais.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PDRCM (Tomo II, 2015).

Por fim, ao salientar que a ocupação do território de Manaus insistiu em uma experiência que deu as costas para o rio, a *Linha Estratégica 06*, estruturada por 2 diretrizes (quadro 30), destacou um movimento inverso a fim de se “reconciliar com as margens” (PDRCM, 2015, Tomo II, p. 608). Distinta, por não apresentar um conjunto de ações específicas, propôs um processo de interligação com as territorializações das demais linhas, posicionando-as no contexto de toda orla de Manaus.

Seu discurso reforçou a atualização de um pensamento, a partir de exemplos nas cidades de Londres (*London Docklands*), Toronto (*Rio Don*) e Seul (*Rio Cheonggyecheon*), e suas intenções revelaram um conjunto de intervenções que partem desde a implantação de espaços públicos híbridos, como “parques inundáveis, praias, cais e parques lineares” (ibidem, p. 612), a reconversões de áreas que, devido à obsolescência de sua dinâmica, sugerem novas tendências, como no caso do complexo arquitetônico do Porto Flutuante que “são fundamentais para o fomento do turismo” (ibidem), e cujo efeito prospecta uma ação capilar que potencializa o

⁵⁸ A Linha Estratégica Territorial trata de uma distinção frente às outras cinco linhas (consideradas temáticas) devido à proposta de ações físicas interligadas, apresentada enquanto “*Integração Centro-Rio*” (Linha Estratégica 6).

existente, no sentido ampliado do perímetro do plano, e, por efeito causal, venha a atrair novas possibilidades.

Quadro 30 - Linha estratégica territorial 06.

Estratégia 6 – Centro-Rio	
<i>Trazer os rios e igarapés de volta à vida urbana do centro de Manaus, estabelecendo diretrizes gerais para toda a orla e específicas para cada um dos setores propostos, a serem detalhados no projeto estratégico. Entende-se que essa linha estratégica servirá para a estruturação de um projeto âncora para o centro, servindo de base para a sua reconversão a futuro (PDRCM, 2015, p. 527).</i>	
Diretrizes	Ações
Integração da área da orla com a cidade	- Ação Interligada: a) Espaço Público (interligado à Linha Estratégica 2). b) Projetos específicos (interligado às Linhas Estratégicas 1, 2, 3, 4 e 5).
Reestruturação e requalificação da infraestrutura da orla	- Ação Interligada: a) Infraestrutura (interligada à Linha Estratégica 2). b) Mobilidade (interligada à Linha Estratégica 3). c) Urbanização, Habitação e Regularização (interligada à Linha Estratégica 5).

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PDRCM (Tomo II, 2015).

De modo geral, como parte do plano de ação, as seis linhas estratégicas foram detalhadas de acordo com suas especificidades considerando modelos macroestruturais, quando associados a sistemas organizacionais e gestores; a estudos de caso – tipo “boas práticas” – para ações projetuais temáticas⁵⁹; ao protagonismo do potencial turístico, atrelado ao patrimônio edificado e ao capital cultural e natural da região; e às experimentações socioeconômicas para “novos” usuários, com a diversificação comercial e o incentivo à moradia. Porém, apesar do compromisso sistêmico com o perímetro do plano, foi através da orla⁶⁰ (figura 62) que o PDRCM (2015) apostou enquanto capacidade de atingir um estado de “reabilitação” integral.

⁵⁹ Referências temáticas de projetos: PRESERVAÇÃO E RETROFIT: *Prça das Artes / Brasil Arquitetura* (São Paulo/Brasil); *Convento de Sant Francesc / David Closes* (Santpedor/Espanha); *Mercado Santa Caterina / Enric Miralles and Benedetta Tagliabue* (Barcelona/Espanha); *Reforma e Expansão dos Museus de Arte de Harvard / Renzo Piano + Payette* (Cambridge/Estados Unidos); *Cerâmica de Arganil / Vitor Seabra Mofase Architects* (Arganil/Portugal); *Museu Royal Ontario / Daniel Libeskind* (Toronto/Canadá); *Telecom Central / Architecture +* (Wellington/Nova Zelândia). HABITAÇÃO SOCIAL: *Ruutorppa Social Housing / Arkitehdit Hannunkari & Mäkipaja Architects* (Helsinki/Finlândia); *Herzberg Public Housing / AllesWirdGut Architekt + feld72* (Viena/Áustria); *Vivazz, Mieres Social / Zigzag Arquitectura* (Mieres/Espanha); *49 Social Housing Estates / BROISSAND arch.* (Montlouis-sur-Loire/França); *Habitação Social em BONDY / Guérin & Pedroza architectes* (Seine-Saint-Denis/França); *Social Housing Building in Carabanche / Temperaturas Extremas Arquitectos SLP* (Madrid/Espanha); *Conjunto habitacional, comércio e estacionamentos / ONL Arquitectura* (L'Hospitalet de Llobregat/Espanha); *Concurso de Habitação Social / JAJA + ONV Architects* (Copenhague/Dinamarca). PARQUES LINEARES: *Contorno Turístico da Represa de Guarapiranga / Viglicca & Associados* (São Paulo/Brasil); *Reurbanização da Orla de Ilhabela* (Ilhabela [SP]/Brasil); *Parque Cantinho do Céu / Boldarini Arquitetura e Urbanismo* (São Paulo/Brasil); *Parque Rio Negro* (Manaus/Brasil); *Parque Linear de Orla* (Bilbao/Espanha); *Madrid Rio* (Madrid/Espanha); *Ponte Marina* (Cingapura/Malásia); *Parque Renato Poblete* (Santiago/Chile). TERMINAIS DE TRANSPORTE E MOBILIDADE: *Terminal de ônibus / Blunck+Morgen Architekten* (Hamburgo/Alemanha); *Cobertura da Estação de Ônibus / Vehovar & Jauslin Architektur* (Aarau/Suíça); *Terminal de ônibus / Bblur Architecture* (Slough/Inglaterra); *Denver's Union Station / Skidmore, Owings & Merrill LLP* (Denver/Estados Unidos); *Terminal de ônibus / Zechner & Zecher ZT GmbH* (Graz/Áustria); *Terminal Lapa / Núcleo Arquitetura* (São Paulo/Brasil); *Estação Oriente / Santiago Calatrava* (Lisboa/Portugal); *Terminal de ônibus / Temme Obermeier* (Hamburgo/Alemanha). PARQUES INUNDÁVEIS: *Quai de la Seine / Bassin de la Villette* (Paris/França); *Canal Spree* (Berlim/Alemanha); *Parque Fluvial de Barcelos* (Barcelos/Portugal). WATERFRONT: *Parque Minghu / Turenscape* (Liupanshui-Guizhou/China); *Zhangjiagang Town River / Botao Landscape* (Shazhou/China); *Mulini Beach / Studio 3LHD* (Rovinj/Croácia); *Redcar Beaco / Cass39* (North Yorkshire/Reino Unido); *Benidorm Seafont / OAB* (Benidorm/Espanha); *Hornsbergs Strandpark / Nyréns Arkitektkontor* (Estocolmo/Suécia). RECONVERSÕES PORTUÁRIAS E INDUSTRIAIS: *Porto de Rotterdam* (Holanda); *Mix de usos nas instalações portuárias de Amsterdã* (Holanda); *Reconciliação do Porto de Ghent* (Bélgica); *Porto de Haifa* (Israel); *Transições entre o porto e a cidade em Le Havre* (França).

⁶⁰ Do ponto de vista estratégico do centro, a orla de Manaus – enquanto complexo hídrico - emoldura a maior parte do perímetro do PDRCM (2015), formado pelo Rio Negro e os Igarapés Mestre Chico, São Raimundo e parte da Baía de Educandos.

Figura 62 - Orla do Centro de Manaus.

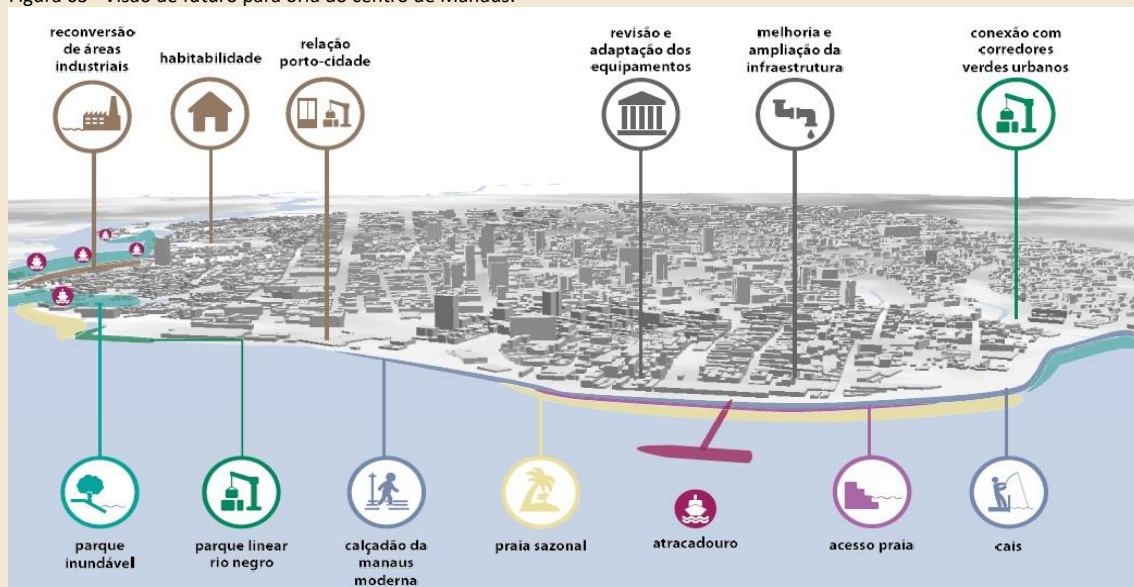


Fonte: Acervo IMPLURB / PDRCM, 2015, p. 627.

Por que a Orla? Os rios de Manaus sempre foram a principal forma de deslocamento, fonte de alimento e vida da cidade; ela só existe por causa de seus rios. Atualmente, o centro de Manaus dá costas ao Rio Negro e Igarapés, fazendo com que o urbano não se relacione com o ambiental. Este grande ativo paisagístico, cênico e ecossistêmico vem sendo alvo de ocupações irregulares e deterioração, quando poderia ser o principal atrativo do Centro, trazendo novamente seus rios à cidade e às pessoas, com uso intenso e próximo (PDRCM, 2015, p.626).

Seu potencial enfático foi sistematizado prospectivamente no plano por uma visão de futuro específica (figura 63), cuja condição física linear e contínua foi setorizada em oito setores distintos (figura 64), sendo elencada a Ilha de São Vicente e sua área de influência (setores 4 e 8), como Área de Intervenção Prioritária (AIP), a fim de dar início à implementação do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus, através de um conjunto de propostas distintas, seus respectivos orçamentos e os parâmetros urbanísticos necessários “para recuperação do investimento sobre o território” (PDRCM, 2015, p. 675).

Figura 63 - Visão de futuro para orla do centro de Manaus.



Fonte: Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus, 2015, Tomo II, p. 628.

Figura 64 - Setorização da orla de Manaus conforme perímetro do PDCRM (2015).



Fonte: adaptado do original. PDCRM, 2015, Tomo II, p. 609.

A proposta apresentada para AIP “Ilha de São Vicente” (figura 65) seguiu a mesma metodologia do “diagnóstico temático” (PDCRM, Tomo I, 2015), cujo produto identificou os principais ativos, bem como, os desafios da área (quadro 31). No entanto, avança para além de diretrizes e desdobra-se em proposições físico-temáticas (intervenções estratégicas no espaço público e privado) e estudos prospectivos através de simulações de novos parâmetros urbanísticos, apresentando, ao final, quatro sínteses projetuais, cujo conceito alcançam extremos, sendo ora conservadora, reconhecendo as condições físicas instauradas, e os parâmetros urbanísticos vigentes, e ora ambiciosa, a ponto de sugerir uma reformulação sistêmica, tendo como foco a transformação de todo o complexo hidroviário em um espaço público híbrido e interconectado.

Figura 65 - Área de Intervenção Prioritária (AIP “Ilha de São Vicente”) proposta enquanto projeto-piloto.



Fonte: Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus, Tomo II, 2015.

Quadro 31 - Síntese diagnóstica da Área de Intervenção Prioritária “Ilha de São Vicente”.

Área de Intervenção Prioritária “Ilha de São Vicente”		
Setores da Orla	Principal Ativo	Principal Desafio
Setor 04 Porto-Mercado.	- Concentração de ações pontuais da prefeitura; - Possibilidade de abertura do Centro para a frente d’água;	- Infraestrutura, saneamento e drenagem; - Ocupação em área de risco; - Espaços degradados;
Setor 08 Área de Influência Porto-Mercado.	- Concentração de imóveis históricos e atrativos culturais; - Possuir áreas subutilizadas e com potencial de transformação e renovação urbana.	- Desqualificação da paisagem: barreiras urbanas (Porto, Terminal Central e Marinha); - Impedimento normativo (legislação urbana, patrimonial e ambiental); - Degradação do patrimônio; - Requalificação dos espaços públicos; - Acesso, fluxo e mobilidade.

Fonte: elaboração própria a partir de dados citados. PDRCM, 2015, Tomo II.

Por que a Ilha de São Vicente? [...] Essa área deverá ser prioritária para a reabilitação do Centro de Manaus, servindo como exemplo para demais regiões, principalmente das regiões de orla anteriormente detalhadas, bem como ponto de irradiação de transformações, influenciando bairros próximos e mudando, positivamente e de acordo com a visão de futuro, as dinâmicas do centro (PDRCM, 2015, p.672).

O projeto-piloto da Ilha de São Vicente finalizou a proposta apresentada do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM, 2015, Tomo I e II) e, desde então, os agentes envolvidos seguiram com uma agenda operacional (quadro 32) com ênfase na elaboração de carta-consulta, na reestruturação organizacional, nas tramitações contratuais, em missões internas e externas, e, principalmente, na confirmação da área prioritária prospectada.

Quadro 32 - Cronograma de implementação do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.

Cronograma de Implementação Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus		(continua)
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração	
Dezembro (2017) Aprovação da Carta-Consulta – Prourbis II (encaminhamento de nova proposta).	Ampliação contratual	
Abril (2018) Manaus: Missão de Orientação. Objetivos: (i) Apresentar a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), como instituição interessada em ser cofinanciadora da operação; (ii) Realizar sessões de trabalho com a equipe do município para apresentar os estudos previamente elaborados na fase de preparação no ano de 2015; (iii) Discutir avanços e atividades relacionadas à preparação do projeto. Nota/item (i): interessada em investir recurso na Amazônia, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), ao tomar conhecimento do PDRCM, propôs ser incorporada junto ao BID como cofinanciadora no projeto. A proposta foi aceita em maio de 2019 após revisão da Carta-Consulta, seguida da autorização da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX) do Governo Federal.	Missões internas (orientação)	
Junho (2018) Manaus: Missão de Orientação. Objetivo: alinhar a interrelação dos agentes envolvidos no projeto: PMM / BID / AFD. Nota: a Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) manifestou (através de documento) o interesse em incorporar a AFD como cofinanciadora junto PDRCM.		
Setembro (2018) 17/09/2018 - Diário Oficial do Município de Manaus (DOM nº 4442, LEI nº 2.340, Art. 6º). A unidade de gerenciamento do PROURBIS foi deslocada da SEMINF e incorporada à estrutura organizacional do IMPLURB, assumindo assim, o passivo do PROURBIS I + PROURBIS II.	Reestruturação organizacional	

Cronograma de Implementação	
Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus	
	(continua)
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração
<p>Setembro (2018) Manaus: Missão de Auditoria Socioambiental – PROURBIS I. Objetivo: (i) realizar reuniões técnicas com diversas áreas da Prefeitura Municipal de Manaus para identificar dados e informações sobre a execução do Programa PROURBIS I; (ii) foi estabelecido um Plano de Ações Corretivas (PLAC) para que a prefeitura conclua as pendências do PROURBIS I.</p> <p>Nota: para além da avaliação do programa antecessor (PROURBIS I), a referida missão procurou identificar a capacidade executora da prefeitura junto ao novo contrato (PROURBIS II).</p>	missão interna (auditoria)
<p>Novembro (2018) Manaus: Missão de Identificação. Objetivo: apresentar ao BID e a AFD os esclarecimentos técnicos e a prioridade política necessária para confirmar a factibilidade do programa pela Prefeitura Municipal de Manaus (PMM), tendo em vista que os compromissos assumidos de julho (2018) não foram atendidos.</p> <p>Objetivos Técnicos: (i) aprofundar o diálogo com as autoridades da PMM para definir o escopo e atividades do programa, cofinanciado conjuntamente entre o BID e a AFD; (ii) apresentar a versão preliminar da Auditoria Socioambiental do PROURBIS I e discutir junto a diversas áreas da prefeitura os próximos passos para o estabelecimento do Plano de Ações Corretivas (PLAC). (iii) apresentar o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM) e definir as atividades necessárias para a realização dos trabalhos junto à Área de Intervenção Prioritária (AIP) visando a sustentabilidade e resiliência às mudanças climáticas; (iv) definir as necessidades institucionais para o fortalecimento do IMPLURB e das secretarias ligadas à execução do PROURBIS II.</p> <p>Nota: A partir da ideia de Amazônia, foi orientado pelo BID a aplicação de um processo de “vetor de salvaguarda” a fim de identificar situações distintas que pudessem prejudicar as condições sistêmicas de âmbito social, ambiental, infraestrutural e econômico já estabelecidas no PDRCM. A referida solicitação foi acionada devido à necessidade de confirmar frentes específicas, não apresentadas no escopo da carta-consulta. Com foco em questões sociais e ambientais, o procedimento buscou identificar a presença de indígenas urbanos junto ao perímetro do PDRCM.</p>	missões internas (identificação/oficina)
<p>Janeiro (2019) Manaus: Missão de Especial / Oficina (de 28 de janeiro a 01 de fevereiro de 2019). Objetivo: realizar a oficina de identificação e priorização da AIP “Ilha de São Vicente”, conforme Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM).</p> <p>Objetivos Técnicos: (i) aprofundar o diálogo com as autoridades da PMM a respeito do PDRCM (BID e a AFD). (ii) revisar e acordar os próximos passos relativos ao Plano de Ações Corretivas (PLAC) do programa PROURBIS I com ênfase aos passivos de execução e manutenção de obras e operação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE); (iii) definir as necessidades institucionais para o fortalecimento do IMPLURB e das secretarias e agências ligadas à execução do PROURBIS II.</p> <p>Nota: a referida oficina confirmou a “Ilha de São Vicente” como Área de Intervenção Prioritária. A síntese do processo foi apresentada em documento específico intitulado “Consultoria para elaboração de anteprojetos de intervenções âncora e estratégias do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus” (PMM + BID + IDOM/Pólis).</p>	
<p>Fevereiro (2019) Reelaboração da Carta-Consulta. Orçamento apresentado: 90 milhões de dólares (60 milhões [BID] + 30 milhões [AFD]).</p>	reelaboração de Carta-Consulta
<p>Março (2019) Brasília: Missão de Especial do PROURBIS II junto à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (SAIN/ME). Objetivo: discutir a inclusão da AFD como cofinanciadora.</p>	Missão externa (renegociação contratual)

Cronograma de Implementação	
Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus	
	(conclusão)
Eventos Distintos	Etapas de Elaboração
<p>Maio (2019) Manaus: Missão de Orientação Especial. Objetivo: Realizar reuniões com representantes dos órgãos competentes no processo de aprovação e licenciamento dos projetos (IPHAN / IPAAM / MP).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): informou que os projetos da amostra já dispõem de Anuência. No entanto, a equipe identificou como risco para o Programa a possível diferença de critério com o IPHAN, a respeito das futuras intervenções fora da amostra - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM): a respeito ao licenciamento ambiental foi informado que poderia obter-se uma Licença Prévia (LP) para as intervenções da zona leste e outra para as intervenções na área central. A missão recomendou a PMM começar o processo de tramitação das LP. - Ministério Público (MP): definido como parceiro e articulador das diversas instituições municipais, estaduais e federais envolvidas, bem como, junto aos representantes da sociedade civil. Foi destacada a necessidade de envolvê-lo desde o início da execução do programa. 	Missão interna (orientação especial)
<p>Maio (2019) Aprovação de Carta-Consulta (válida por dois anos).</p>	Aprovação de Carta-Consulta
<p>Junho (2019) Apresentação de Relatório de Salvaguarda. O produto entregue confirmou a inexistência de populações indígenas em condições vulneráveis na área do projeto.</p>	Vetor de salvaguarda (resultados)
<p>Setembro (2019) Manaus: Missão de Orientação Especial.</p> <p>Objetivos Técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Analisar o conteúdo e o escopo do Manual Operacional do Programa; (ii) Definir o detalhamento do cronograma de execução, dos arranjos de implementação (o detalhamento da composição da UGP), do plano de aquisições e da gestão financeira do cofinanciamento; (iii) Discutir o calendário de negociação do programa; (iv) Realizar missão de lançamento da assistência técnica relacionada à qualificação dos espaços públicos. 	Missão interna (orientação especial)
<p>Outubro (2019) Lei Autorizativa PROURBIS / IMPLURB (DOM nº 4705, LEI Nº 2.523), publicada em 18 de outubro de 2019: <i>“Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), destinado à execução do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus e dá outras providências”.</i> Nota: Elaboração de minutas contratuais.</p>	Lei Autorizativa
<p>Ano 2020</p> <p style="text-align: center;">Paralisação das atividades devido à pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2).</p> <p>Nota: Apesar da aprovação da Lei Autorizativa, o prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB) não assinou a contratação do crédito externo com o BID e a AFD. Segundo informações do comitê gestor do PDRCM, a justificativa apresentada teve como base o término de seu segundo mandato (2017-2020), bem como os empréstimos – advindos de outras fontes - já contratados pela prefeitura.</p>	Paralisação das atividades
<p>Ano 2021</p> <p>Após pleito municipal, o novo prefeito de Manaus David Almeida (Avante) informou outras prioridades em seu primeiro ano de mandato. Diante do referido quadro, o Comitê Gestor do PDRCM instaurou uma fase interna de elaboração de propostas pontuais a partir do Projeto da Ilha de São Vicente, confirmada como Área de Intervenção Prioritária (AIP).</p> <p>Nota: considerando Carta-Consulta aprovada em maio de 2019 (com validade de dois anos), foi elaborado um documento - encaminhado ao Governo Federal - a fim de justificar a não assinatura da contratação do crédito externo.</p>	Retomada das atividades

Fonte: elaboração própria a partir de documento-memória disponibilizado pelo comitê gestor do PDRCM.

Entretanto, segundo o comitê gestor do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus, os procedimentos subsequentes tiveram certo comprometimento, agravados principalmente pela política econômica de austeridade e pela revisão dos processos de endividamento do Governo Federal durante o governo “tampão” de Michel Temer (2016-2019), após o impeachment da presidente Dilma Roussef em 31 de agosto de 2016.

Ademais, o ano de 2016 correspondia ao término da primeira gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB) que, a fim de apresentar resultados à população e, conseqüentemente, pleitear a reeleição, manteve em andamento os projetos independentes das secretarias da gestão pública municipal, enfraquecendo a gestão integrada necessária para a implementação do PDRCM (2015). Condição pontual que se agravou ao reconhecer que o PDRCM (2015) – apesar de contemplar intervenções interdependentes - não nascia de uma proposta integrada da gestão pública municipal (como nos casos de Barcelona [capítulo 02] e do Rio de Janeiro [capítulo 03]).

Sua autonomia operacional, concentrada inicialmente na Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), mais tarde transposta para o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB), acumulou um efeito interno de enfraquecimento e descrédito, devido às prioridades difusas e descentralizadas das secretarias municipais, evidenciando a dificuldade em estabelecer uma ideia-consenso. Situação agravada quando ampliada para a população que, ao considerar experiências pretéritas, é tomada por um estigma histórico negativo a respeito de planos, programas e projetos advindos da gestão pública.

Para o Comitê Gestor, o referido efeito-crise remonta à falta do prefeito enquanto agente articulador, cuja responsabilidade administrativa, transformada em prioridade gestora, poderia alcançar o protagonismo necessário. Assim, é a falta do poder político que inviabiliza a credibilidade e as garantias do plano. Poder este que, advindo do Estado, remonta, segundo Catani (et al., 2017), na versão mais primitiva do capital simbólico, no sentido bourdieusiano.

Contudo, apesar de particularidades distintas – processos burocráticos, instabilidade gestora e descrédito generalizado – o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus seguiu a cartilha que transforma o espaço em empreendimento e a cidade em “negócio” (CARLOS; VOLOCKO; ALVAREZ, 2015), através de um “planejamento virado de ponta-cabeça” (HALL, 2016 [1988]), forçosamente moldado com base no “pensamento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013 [2000]) e amparado pelo “mito heterodoxo da modernidade” (JACQUES, 2020). Modelo urbanístico, de origem saxônica na década de 60, que se encaixou perfeitamente aos moldes neoliberais dos anos 80 (devido à austeridade do Estado e ao protagonismo do capital privado), e que, a partir de “boas práticas”, foi sendo ampliado e sofisticado a ponto de se tornar um paradigma do fazer cidade, disseminado, através de uma rede intencional e missionária, que chega no Brasil como antídoto às crises acumuladas e seus efeitos socioespaciais, principalmente após a ditadura militar (1964 a 1985).

No plano de Manaus, este modo estratégico de fazer é revelado desde o seu discurso inaugural em 2015, através de um projeto desenvolvimentista fantasiado de pistas intencionais que se acomodam na metodologia do planejamento de gabinete, através de um diagnóstico sofisticado e de intervenções temáticas interrelacionadas, associadas a produtos-tipo que são postos em funcionamento através da operação aliançada entre a gestão pública e o capital privado, que, sem nenhum sinal de controle, principalmente do uso e ocupação do solo, tende a cifrar o território, produzir um efeito gentrificador e, conseqüentemente, acomodar – nesta proposta experimental de arranjo reabilitado - uns em detrimento de outros.

Este efeito socioespacial nada tem de novidade para a cidade de Manaus, pois posiciona no tempo do agora a sua herança insistente e exógena, cuja gênese na “ilusão do fausto da borracha” (DIAS, 1999) segue em fluxo ascendente, influenciada por *outros* pontos de vista que

negam a hereditariedade deste lócus pelas “forças conservadoras, totalitárias e reacionárias” (JACQUES, 2020, p.28) da modernidade.

A distinção entre herança e hereditariedade, respectivamente associadas à ideia de escolha e determinação, remete ao conjunto de ideias visionárias de Patrick Geddes⁶¹, apresentadas nas primeiras décadas do século XX, e revisitadas por Jacques (2020) ao refletir sobre o caminho traçado pela modernidade enquanto “tradição dos vencedores” (ibidem, p. 40), bem como, sua possível atualização, através do reconhecimento da “tradição dos vencidos” (ibidem, p.39), por meio do “desvio crítico pelo passado em direção a outro futuro possível” (ibidem, p. 28).

Para Patrick Geddes, existe uma grande diferença entre hereditariedade (*heredity*), quando nossos ancestrais nos determinam, e herança (*heritage*) quando nós escolhemos nossos ancestrais. Escolhemos, então uma outra “ancestralidade” moderna, uma herança de outra “tradição”, também moderna, mas esquecida ou apagada pela história oficial (*status quo*) do movimento moderno, sobretudo em arquitetura e urbanismo, que ainda mantém como narrativa histórica hegemônica aquela dos “vencedores” (JACQUES, 2020, p. 40).

No entanto, a herança hegemônica moderna aplicada em Manaus desde a sua *hausmannização*, foi acompanhada por uma outra, distinta da primeira – enquanto exercício epistemológico – porém, de uma dialética relacional aristotélica, cujo processo separou civilizados e primitivos (ou exóticos) através da domesticação europeia frente à “inconstância do pensamento selvagem”⁶² dos povos do novo mundo.

[...] dentro desse contexto de anticolonialismo, esse “outro” primitivo, inventado pelo próprio moderno, passava a ser visto como uma forma de resistência e um poderoso contraponto, contra modelo ou contraexemplo, do considerado “civilizado”: uma categoria que abarcaria tudo aquilo que não faria parte da cultura moderna ocidental hegemônica (JACQUES, 2021, p. 131).

A herança moderna dos *vencedores civilizados*, transformada em razão de mundo, tem nos mostrado um processo sistêmico e insistente de exploração, desigualdade e destruição, dos quais, em estado crítico de alerta, denota a necessidade de encontrarmos outros caminhos, pois este, a partir de seus propósitos iniciais e hoje aplicado em constante aceleração, tende à autodestruição da humanidade. Assim, a partir da impossibilidade de resolver o estado de fracasso da herança moderna posta, é preciso buscar uma outra herança, ou seja, uma outra modernidade que, a pensar, enquanto solução, nos inspira a dedicar um esforço junto ao avesso soterrado, que, historicamente, quando “escovado a contrapelo” (BENJAMIN, 2013 [1974]), nos revela, para além de um “outro”, seus outros pontos de vista (ou perspectivas), ou seja, seus modos de pensar, de fazer e de existir. No entanto, o outro não impõe um novo. Trata-se de um processo de reconhecimento e, conseqüentemente, de ampliação daquilo posto para uma condição coexistente, revelando, assim, a real complexidade e heterodoxia da sociedade.

⁶¹ O campo especializado da ciência da cidade, posicionou o biólogo e filósofo Patrick Geddes (1854-1932) como um crítico “fora do meio”. No entanto, dedicado às questões do planejamento urbano na modernidade, elaborou importantes conceitos, como “região”, “megalópole” e “conurbação”. Ademais, sua visão humanista de planejamento, sob forte base antropológica e interdisciplinar, desenvolveu um método aplicado, intitulado *sociological survey*, que considera – enquanto modo de fazer cidade – perspectivas interrelacionadas no campo da economia, da demografia e da estética.

⁶² VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Capítulo 05

A obediência legitimada: variações sobre o mesmo tema

5.1 Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus: aproximações por analogia

resumo

A fim de evidenciar o funcionamento de uma estrutura estabilizadora, é vontade deste capítulo revelar a manutenção histórica do Estado, enquanto centralidade permanente de soberania e poder. Pretende-se apresentar suas estratégias e suas interrelações com o mundo social, particularmente enfatizando a sua versão neoliberal, considerando a sua filiação mercadológica, os processos de produção de subjetividade e seu papel legitimador na produção do espaço e, conseqüentemente, na ambiência cidadina. Na seqüência, da certeza de que o espaço é uma variável que personaliza a relação entre o contexto e o sujeito, propõe-se retificar o sentido do planejamento estratégico (“obstáculo epistemológico”), aproximando-o comparativamente (“raciocínio por analogia”) às experiências das cidades de Barcelona (capítulo 2 [item 2.3]), do Rio de Janeiro (capítulo 3 [item 3.2]) e de Manaus (capítulo 4 [item 4.3]), na intenção de demonstrar que, para além das particularidades que as inserem no mundo das competitividades, existem mecanismos estruturais e estruturantes - quando analisados a partir de suas INTENÇÕES, de suas OPERACIONALIZAÇÕES e de seus PRODUTOS - que as mantêm vinculadas a lógica capitalista, fazendo do território a parte interessada da capilaridade neoliberal.

5. A obediência legitimada: variações sobre o mesmo tema.

*A verdadeira questão não é saber por que as pessoas se revoltam,
mas por que não se revoltam.
Wilhelm Reich*

Ao aproximar a estaticidade estrutural questionada por Wilhelm Reich junto ao campo propositivo deste trabalho, a obediência nos parece análoga e, mediante esta suposição, a resposta reforça o entendimento daquilo que se sujeita. De fundamental importância, a elaboração desta hipótese, bem como a sua compreensão, evita um argumento refutável e, ao mesmo tempo, elucida a vontade invertida da condição posta, a ponto de alcançar no tempo do agora a possibilidade de um estado de desobediência.

Com base na tríade interrelacional, o *modus operandi* do neoliberalismo (contexto) integra, sob a lógica de acumulação do capital, todas as formas de vida, convertendo em serviços as intenções do mundo social, através de acomodações cifradas no ambiente citadino (espaço), cujas práticas, geralmente pautadas por agentes distintos, revelam possibilidades outras do fazer e, conseqüentemente, do usar. Com o capital protagonista, anunciado pela precificação, cabe à sociedade um esforço filiativo, onde o significado do desejo tange a necessidade, e a capacidade de adesão, mediante um processo de sujeição social, determina a força que põe em movimento a máquina capitalista e, ao mesmo tempo, no campo social (enquanto sujeito [s]), segundo Safatle (2016), os “amparados” e os “desamparados”.

Retomando a *seção I*, este processo se realiza através de estratégias que reinventam o Estado (*neoliberalismo “roll-back”*) e sua relação com o mercado e, desta, estabelecem formas de governabilidade (*neoliberalização “roll-out”*) através de equações experimentais junto a campos de ação, cujas variáveis dependem de uma articulação sistêmica e operacional em escala ampliada, geralmente associadas a processos interrelacionais de funcionamento do “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1999; ARRIGHI, 1997), advindos de estruturas hegemônicas que, conseqüentemente, universalizam e manipulam os processos de subjetivação dos sujeitos.

Entretanto, antes de ser posta em funcionamento, a ideia compulsória de determinado campo de ação, proferida por determinado(s) agente(s) de poder, parte de um processo de escolha que, a princípio, encontra-se no campo universal das possibilidades, porém, quando destacada, ofusca, ou melhor, descarta as outras não escolhidas, e determina as intenções do que se pretende, bem como das estratégias ou alianças necessárias para que o desejo intencionado possa ser realizado. Movimento historicamente atrelado ao Estado, cujo poder e força tem sua prática registrada junto a processos transcorridos antes mesmo do surgimento do capitalismo.

Para Deleuze e Guattari (1997 [1980]), as interrelações entre os chamados povos originários são caracterizadas por estruturas *sem-Estado*, dentre as quais, a partir das reflexões do antropólogo e etnógrafo Pierre Clastres (2004 [1977]), a guerra era o episódio proeminente que impedia a formação de um poder absoluto de um em detrimento de outros, pois, apesar da força imposta no referido evento, a vitória investia em processos internos do grupo vencedor.

No entanto, mesmo diante destas circunstâncias de dominação, Deleuze e Guattari, postulam a hipótese de que – não obstante das condições impeditivas das guerra - a entidade Estado tem sua primeira aparição junto a estes grupos devido ao desinteresse na “economia da dádiva” (MAUSS, 2017 [1950]) estimulando, assim, o surgimento de processos de armazenamento, cujo produto (um artefato, um animal, um objeto, uma festa, um alimento) quando retirado de circulação - somado à importância antes resolvida por meio de troca - passa a exercer certa soberania junto aos grupos que se interrelacionavam. Prelúdio este legitimado pelas navegações

de conquista, onde o déspota (soberano), a partir da sua origem, “*sobrecodifica*” – no sentido *deleuzo-guattariano* – todas as relações da colônia a fim de estabelecer um sistema exploratório¹.

[sobre o fim das trocas] O estoque só começa quando a troca perdeu interesse, a desejabilidade dos dois lados. Mas ainda é preciso uma condição que dê um interesse próprio ao estoque, uma desejabilidade própria (senão, se destruiria, se consumiria os objetos e não se estocaria: o consumo, com efeito, para os grupos primitivos é o meio de conjurar o estoque e de manter o seu agenciamento). O próprio estoque depende de um novo tipo de agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 132-133).

[sobre a ação do déspota] Esse agenciamento é a “*megamáquina*”, ou o aparelho de captura, império arcaico. Ele funciona sob três modos que correspondem aos aspectos do estoque: renda, lucro e imposto. E os três modos convergem e coincidem nele, numa instância de sobrecodificação (ou de significância): o déspota, ao mesmo tempo proprietário e eminente da terra, empreiteiro dos grandes trabalhos, senhor dos impostos e dos preços. É como três capitalizações de poder, ou três articulações do “*capital*” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 139, grifo do autor).

Neste fluxo-gênese do Estado, o historiador Lewis Mumford (1966) atribuiu ao império egípcio a primeira “*megamáquina*”, caracterizada por relações de subserviência entre o escravo e seu superior diante de um império comandado por uma divindade soberana, cujo poder estabelecido, principalmente pela capacidade de conexão entre mundos, impunha códigos no plano material. Ademais, apesar da condição do escravo – socialmente não reconhecido enquanto sujeito – no campo laboral e exploratório, tinha sua capacidade corporal ampliada por meio de composições acessórias, como ferramentas, animais ou objetos².

No entanto, a fim de estabelecer uma sequência processual a partir da primeira formação do Estado (baseada nas intenções e estratégias do déspota [*renda fundiária, lucro e imposto*]), era preciso que este legitimasse os territórios para poder explorá-los. Assim, enquanto modelo, a soberania passa a ser instituída através da criação de terras, anunciando a renda fundiária como possibilidade lucrativa; o trabalho, enquanto disciplina das atividades livres; e, por fim, conforme a tríade despótica, a moeda, na qualidade de recurso capaz de outorgar o imposto.

Conforme Deleuze e Guattari (1997 [1980/*platô 13*]), para além do monopólio das trocas, a moeda foi responsável por instituir um estado de dívida ampliada que se auto reforçava, afinal, a condição oferecida por meio dos procedimentos monetários (ordem objetiva) solidificavam a interrelação com o Estado (ordem subjetiva), em que pese a condição de dependência.

No entanto, apesar de suscitar uma estrutura estável, o funcionamento deste modelo criou a sua própria ameaça, devido às práticas rentáveis que escapavam à lógica do funcionamento e da administração do Estado, exibindo um contexto – na perspectiva do poder em vigor - tomado por dois campos de ação: o dentro e o fora.

O primeiro, de ordem pública, era legitimado pelo poder instituído e operado por processos de subjetivação simplificadas, provenientes da circulação da moeda e de suas estratégias de endividamento. Já o segundo, de caráter descodificado, foi capturado diplomaticamente pelo Estado (sem violência direta) que, no campo organizacional, apesar de legitimar tal interrelação, instituiu o privado, cuja autonomia gestora operava a produção dos escravos e trabalhadores através de outros processos de subjetivação, procedentes do direito sobre os corpos, instituindo

¹ Apesar de reconhecer a quebra da economia da dádiva como prelúdio de uma organização soberana, o surgimento do Estado está associado ao “primeiro pólo de captura” (DELEUZE e GUATTARI, 1997 [1980/*platô 13*], p. 116), estabelecido diante da posição de dominação do déspota frente aos povos originários.

² Para Deleuze e Guattari (1997 [1980/*platô 13*]), a análise do historiador Lewis Mumford sobre o império egípcio remete a processos paradigmáticos de “*servidão maquínica*” e “*sujeição social*”. Conceitos-chave junto aos “tipos” de Estado-nação moderno, operados mediante as relações entre o capitalismo e os processos de subjetivação.

assim – no campo social – a ideia de sujeito³. Ademais, a própria moeda que operava mediante os limites do Estado estruturou práticas descodificadas, como nos casos dos comércios e dos bancos.

Diante da perda da exclusividade, tomada pela coexistência do público e do privado, segundo Deleuze e Guattari (1997 [1980/*platô 13*]), este “tipo” de Estado passa a funcionar sob dois regimes distintos, sendo *significante* o direito de apropriação pública, e *pós-significante* o direito subjetivo de ser proprietário privado.

É bem um outro pólo de Estado que surge (...) O *direito* inteiro sofre uma mutação e se torna direito subjetivo, conjuntivo, “tópico”: é que o aparelho de Estado se encontra diante de uma nova tarefa, que consiste menos em sobre-codificar fluxos já codificados que em *organizar conjunções de fluxos descodificados como tais*. O regime de signos mudou, portanto: sob todos esses aspectos, a operação do “significante” imperial dá lugar a processos de *subjetivação*; a servidão maquínica tende a ser substituída por um regime de sujeição social (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 148-149, grifos dos autores).

Contexto que atravessou impérios, estruturou monarquias e somente com o fim do feudalismo, em atendimento ao colapso sistêmico de toda a estrutura da Idade Média, é que sofreu uma nova metamorfose⁴; inaugurada – do ponto de vista histórico – na modernidade; estruturada – do ponto de vista político – com o Estado-nação; e operada – do ponto de vista sistêmico – pelo capitalismo⁵.

Por efeito da crise heterogênea e difusa que culminou na modernidade, o mundo passava a ser compreendido para além muros do feudo e, diante de tais “novidades”, todos os processos e procedimentos interrelacionais, ou seja, os fluxos de desejo, foram descodificados (da ordem do Estado) e desterritorializados (da ordem “tópica”/local), cuja autonomia estrutural e convivência acomodada junto à heterodoxia moderna, suscitaram a possibilidade de um tempo sem Estado, afinal, diante das transações monetárias, a mercadoria era o meio de realização dos processos de acumulação.

No entanto, era preciso outorgar os processos de aquisição, e, segundo Deleuze e Guattari (1997 [1980/*platô 13*]) – a partir de Marx (1998 [1867]) e Dobb (1983 [1946]) - este foi viabilizado pelo encontro de dois fluxos distintos: de um lado uma horda de trabalhadores desterritorializados, tendo para vender somente a sua força de trabalho; e de outro, um dinheiro tornado capital, capaz de comprar a força de trabalho disponível.

A oferta destes referidos polos revelavam campos de forças distintos, cuja articulação, mediante a realidade socioeconômica da modernidade, estruturou o funcionamento do capitalismo, através de posições e processos que estabeleceram novas formas de existir e, principalmente, de desejar, condicionada à lógica de acumulação baseada nas formulações marxistas da *mais-valia*.

³ Os processos de captura do Estado estão atrelados às estratégias centralizadoras do poder e remetem a uma simbiose intencional, legitimada – nos campos da exploração e da acumulação - por processos de acoplamento por interrelação. Na modernidade, com o surgimento dos Estados-nação, coube ao capitalismo a condição de observar os fluxos de mercado e, diante da sua relação com o “tipo” de Estado tópico (local), estabelecer estratégias de integração dos fluxos de desejo a favor da acumulação do capital.

⁴ Segundo Deleuze e Guattari (1997 [1980/*platô 13*]), a vigência dos “tipos” de Estado estão diretamente atreladas aos “limites” de funcionamento estabelecidos. No entanto, a emergência de fluxos descodificados ameaça a estrutura posta do Estado, cuja tensão instaura uma condição de “limiar”, sendo esta a variável que determina a manutenção do Estado vigente por meio de acoplamentos (quando o fluxo descodificado retoma a estrutura), ou pela necessidade de sua reinvenção (por incapacidade de integrar ou exterminar determinados fluxos descodificados).

⁵ Do ponto de vista epistemológico, apesar do aporte político-econômico, o “giro” sistêmico da Idade Média está associado a uma ampliada compilação gregária de eventos advindos também do campo da cultura; da religião; da ciência e do conhecimento; do comportamento; das cidades (enquanto *locus* acomodadístico) e do espaço urbano (enquanto práticas do cotidiano).

A potência economicista deste contexto, tomado pela influência dos fluxos descodificados em circulação (advindos do feudalismo), vai levar o Estado a um novo formato, composto enquanto “nação” a serviço dos processos de acumulação do capital⁶.

Preenchido pelo discurso da razão iluminista e diante da sua legitimidade instituída, a soberania nacionalista do Estado-nação moderno passou, segundo Deleuze e Guattari (1997 [1980/*plató* 13]), a “reterritorializar” os “fluxos descodificados” e, independente da origem (pública ou privada), cooptou todos os agenciamentos⁷ ou organizações de poder, por meios objetivos e subjetivos, respectivamente atrelados às integrações mercadológicas impositivas ou pactuais, remetendo a certos ajustes de suas atribuições mediante suas versões pré-capitalistas. Um poder verticalizado e hierarquizado, cujo “centro não está no meio, mas no alto, uma vez que ele só pode reunir o que isola por subordinação” (ibidem, p. 123).

Assim, a serviço da acumulação do capital, os Estados-nação, diante das suas capacidades de operar por legitimidade, vão integrar todos os fluxos de desejo, tornando-se assim “modelos de realização de uma axiomática mundial que os ultrapassa” (ibidem, p. 153).

Mas ultrapassar não é de modo algum passar sem... (...) Assim, cabe à desterritorialização de Estado moderar a desterritorialização superior do capital e fornecer a estas reterritorializações compensatórias. (...) O capitalismo sempre teve necessidade de uma nova força e de um novo direito dos Estados para se efetuar, tanto no nível do fluxo de trabalho nu, quanto no nível do fluxo de capital independente. Eis que os Estados não são mais absolutamente paradigmas transcendentais de um sobre-codificação, mas modelos de realização imanente para uma axiomática dos fluxos descodificados (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 153-154).

Derivado dos postulados da matemática, o axioma (enquanto lógica autônoma), quando associado aos enunciados filosóficos do capitalismo, elaborado por Deleuze e Guattari, trata de um fluxo descodificado de desejo (produzido por experiência), cuja potência tende a ser reintegrada por meio de estratégias (axiomática) que envolvem a legitimidade do Estado-nação, a força dos enunciados de poder (proferidos por organizações) e os processos de subjetivação a eles atrelados, a ponto de influenciar e, conseqüentemente, produzir a subjetividade dos sujeitos⁸.

Em funcionamento, este processo de reintegração é de ordem universal, pois, apesar de suscitar uma estruturação homeostática endógena, os limites do Estado-nação são rompidos e se desterritorializam a favor de um único mercado (capitalista), um único processo (exploração), um único objetivo (acumulação) e, conseqüentemente, uma única subjetividade que, por manipulação, produz sujeitos em estado existencial de falta constante.

Os axiomas do capitalismo não são evidentemente proposições teóricas, nem fórmulas ideológicas, mas enunciados operatórios que constituem a forma semiológica do Capital e que entram como partes componentes nos agenciamentos de produção, de circulação e de consumo. Os axiomas são enunciados primeiros, que não derivam de um outro ou não dependem de um outro. Neste sentido, um fluxo pode constituir o objeto de um ou vários axiomas (sendo que o conjunto dos axiomas

⁶ Para Deleuze e Guattari, a referência marxista que instituiu a “máquina capitalista civilizada” – enquanto estrutura de funcionamento da modernidade – tem fundamento nos processos que interrelacionam a acumulação e a extração de mais-valia, determinada pelo fluxo da equação “D-M-D” (“Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro”), da qual submete tanto o capitalista quanto o trabalhador a processos de manutenção cíclica. O primeiro, por necessidade de reinvestir a mais-valia, a fim de se manter na competitividade de mercado; e o segundo, mediante a sua condição assalariada, diretamente atrelada ao valor mensal da sua força de trabalho.

⁷ Para Deleuze e Guattari o conceito de agenciamento remete à crítica aos postulados de valores, bem como às possíveis *verdades* a eles atribuídos. Neste caso, os agenciamentos tratam das formas que os mercados se estruturaram, enquanto fluxo descodificado.

⁸ O produto da axiomática integra *aquilo* que antes prescrevia um *tipo* de ameaça a lógica de acumulação do capital.

constitui a conjugação dos fluxos); mas pode também não haver axiomas próprios, e seu tratamento ser apenas a consequência dos outros axiomas; ele pode, enfim, permanecer fora do campo, evoluir sem limites, ser deixado no estado de variação “selvagem” no sistema (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 163, grifo do autor).

No capitalismo, as estratégias da axiomática estão diretamente atreladas aos “tipos” de Estado, cuja forma, operada por processos de “adjunção” ou “subtração” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980/*platô 13*], p. 163) de axiomas, determina o seu campo de ação mercadológica. Uma relação intencional que decorre de uma forma (de ordem política) para um formato (de ordem econômica), cujo efeito prescreve o ânimo dos mercados que podem ser ampliados (social democracia), reduzidos (totalitarismo) ou ainda distintos (socialismo ou fascismo).

Contudo, independente da forma, o que torna o Estado protagonista em todos os processos estruturados do funcionamento do mundo é a sua condição legitimadora, cuja disponibilidade de ajuste está diretamente atrelada à conservação da sua essência-gênese: a viabilidade do poder.

Assim, reinventado quando ameaçado, por meio de estratégias que mantêm o seu nexos em fluxo, o Estado, historicamente se constitui por variações sobre um mesmo tema.

Prospectado no tempo do agora, o Estado, na sua forma neoliberal, promove a ampliação do mercado para toda a sociedade (por adjunção de axiomas), através de processos experimentais e sofisticados do capitalismo que, mesmo diante de crises (geradas por efeitos imprevisíveis), se reinventam em uma espiral cíclica que opera por relações interdependentes – de baixa ou nenhuma fluidez – a fim de manter, de forma estruturada, as peças do jogo posto, protagonizadas por acumulação e exploração. Deste modo, para além da sua versão macroeconômica (baseada em esquemas de desregulamentação, de financeirização e de privatização), suas intenções capilares têm atingido grupos minoritários, inclusive as “microeconomias proletárias” (GAGO, 2018) e o “precariado” (STANDING, 2013).

Ademais, as coerções de ordem política e econômica, respectivamente associadas ao funcionamento do mercado e às estratégias de desempenho no campo produtivo, transferem para o trabalhador uma condição ampliada de liberdade e responsabilidade, a ponto de alcançar um estado de sobrevivência auto explorada capaz de manipular suas subjetividades, conforme Dejours (1992), Safatle, Silva Júnior e Dunker (2020), e Han (2021), onde “cada um é senhor e escravo na mesma pessoa” (HAN, 2020, p. 33). Condição favorável para a manutenção e para a estabilidade da exploração neoliberal: a invisibilidade do opressor e o comprometimento em excesso do oprimido.

Em resposta, aquilo que poderia suscitar resistência ou reivindicação revolucionária se esvai e dissolve-se em uma existência individualizada, através de formas de subjetivação capitalística, onde tudo que transpõe este processo *endo-gestor* tende à alienação e à apatia, esvaziando, ou melhor, desfazendo qualquer possibilidade coletivizada de sociedade.

Nesta sociedade de desempenho (HAN, 2017) e de controle (DELEUZE, 2013 [1992]) a “liberdade” proferida enfraquece a luta de classe, antes característica da repressão industrial disciplinadora.

Este é o projeto político neoliberal. Criar através de um discurso libertário um estado de autonomia auto explorada – advindo do enfraquecimento do Estado Social de Direito – a fim de alcançar a despolitização da sociedade.

Ao comentar a obra de Grégoire Chamayou, a filósofa Yasmin Afshar enfatiza que “despolitizar significa, aqui, promover a anulação gradual da capacidade dos indivíduos de tomar as rédeas

dos rumos da vida coletiva, o que guarda traços comuns a qualquer concepção autoritária de sociedade” (CHAMAYOU, 2020, p. 8-9).

Condição do Estado-nação que independe de um determinado “tipo”, afinal, seja qual for o mercado promovido pelo Estado, são as organizações de poder que, diante da vontade de manter em fluxo a acumulação capitalista, determinam as subjetividades dos indivíduos, baseadas em propósitos intencionais de ordem produtiva, exploratória e acumulativa que engendram os modos de perceber a realidade, bem como o sentir, o desejar, o pensar e, conseqüentemente, o enunciar.

Limitadas à lógica do capital, as intensidades destas forças (de ordem estrutural e subjetiva) organizam o funcionamento do mundo social e, por influência, investem no indivíduo a sua condição de sujeito, reduzindo a sua existência a um “organismo”⁹ utilitário, operado por “mecanismos sensório-motores” (BERGSON, 1999 [1939]). Estratégias de dominação que, segundo Deleuze e Guattari (1997 [1980/*platô 13*]), despotencializa o corpo, o pensamento e o desejo, submetendo o indivíduo – convertido a sujeito - a um estado de “sujeição social” e “servidão maquínica”.

Distinguimos como dois conceitos *a servidão maquínica e a sujeição social*. Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e uma direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto tornado exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., ele é sujeitado à máquina, e não mais submetido *pela* máquina (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 156, grifo do autor).

Para Deleuze (2002 [1981]), a partir dos postulados de Spinoza, a ideia de sujeito em oposição ao indivíduo está associada, respectivamente, a dois planos que coexistem no mundo social, porém, operam sob regimes distintos. O plano transcendente de organização (ou desenvolvimento) advém da força do juízo platônico, do qual “impede a chegada de qualquer novo modo de existência” (DELEUZE, 1997 [1993], p. 153). Funciona através das manipulações de organizações de poder que posicionam e submetem os indivíduos a padrões sistêmicos, motivados pelos processos de acumulação da ordem capitalista, determinando sujeitos (a partir de variações do verbo “ser”) e as suas subjetividades, cujo desejo se constitui mediante um estado de falta, disponível, na forma de objeto(s), no campo social.

Há duas concepções bem opostas da palavra “plano”, ou da ideia de plano, mesmo quando essas duas concepções se misturam e quando nós passamos insensivelmente de uma para a outra. Chamamos plano teológico toda organização que vem de cima e diz respeito a uma transcendência, mesmo oculta: desígnio no espírito de um deus, mas também evolução nas profundezas supostas da Natureza, ou ainda organização de poder de uma sociedade. Tal plano pode ser estrutural ou genético, e os dois ao mesmo tempo; ele se refere sempre a formas e a seus desenvolvimentos, a sujeitos e a suas formações. Desenvolvimento de formas e formação de sujeitos: é o caráter essencial dessa primeira espécie de plano. É, pois, um plano de organização e de desenvolvimento. Desde logo, será sempre, independentemente do que se diga, um plano de transcendência que dirige tanto as formas quanto os sujeitos, e permanece oculto, que nunca é dado, que deve apenas ser adivinhado, induzido, inferido a partir do que ele oferece. Ele dispõe, de fato, de uma dimensão a mais, implicando sempre uma dimensão suplementar às dimensões daquilo que é dado (DELEUZE, 2002, p. 133, grifo do autor).

⁹ Segundo Deleuze e Guattari, o conceito de “organismo” - em oposição ao “Corpo sem Órgãos (CsO)” (2011a [1972]; 2012a [1980/*platô 6*]) - opera no plano de organização (molar). Em excesso, remete a sujeitos tomados por processos de “antiprodução” (2011a[1997], p. 22) de desejo, mediante uma condição existencial do tipo estímulo-resposta.

Concomitantemente, o plano comum de imanência (de composição ou consistência) se constitui dos processos de singularização dos indivíduos, por meio de “*hecceidades*” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b [1980/*platô 10*]), determinadas por percepções rítmicas - de velocidade e lentidão - que prescrevem a capacidade do corpo individuado de afetar e de ser afetado diante de experiências disponíveis no mundo social do plano organizado. Este plano não investe em sujeitos ou estruturas, e, segundo os pressupostos de Deleuze e Guattari, interessa-lhe somente fluxos de intensidades, constituídos por “*acontecimentos*” (DELEUZE, 2015 [1969]). Experiências em “*devenir*” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b [1980/*platô 10*]), cujas composições podem enfraquecer o juízo e suscitar “*linhas de fuga*” (ibidem, 2012a [1980/*platô 8 e 9*]) capazes de instaurar formas outras de perceber e, conseqüentemente, desejar o mundo¹⁰.

Há um modo de individuação muito diferente daquele de uma pessoa, um sujeito, uma coisa ou uma substância. Nós lhe reservamos o nome de *hecceidade*. Uma estação, um inverno, um verão, uma hora, uma data têm uma individualidade perfeita, à qual não falta nada, embora ela não se confunda com a individualidade de uma coisa ou de um sujeito. São hecceidades, no sentido de que tudo aí é relação de movimento e de repouso entre moléculas e partículas, poder de afetar e ser afetado (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 49, grifo dos autores).

(...)

Aqui não há mais absolutamente formas e desenvolvimentos de formas; nem sujeitos e formação de sujeitos. Não há nem estrutura nem gênese. Há apenas relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão entre elementos não formados, ao menos relativamente não formados, moléculas e partículas de toda espécie. Há somente hecceidades, afectos, individuações sem sujeitos, que constituem agenciamentos coletivos. Nada se desenvolve, mas coisas acontecem com atraso ou adiantadas, e formam esse ou aquele agenciamento de acordo com suas composições de velocidades. Nada se subjetiva, mas hecceidades formam-se conforme as composições de potências ou de afectos não subjetivados. A este plano, que só conhece longitudes e latitudes, velocidades e hecceidades, damos o nome de plano de consistência ou de composição (por oposição ao plano de organização e de desenvolvimento). É necessariamente um plano de imanência e de univocidade (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 58).

Apesar das distinções que envolvem os respectivos planos, sob a lógica da axiomática capitalista (integrar fluxos descodificados), ambos são ameaçados e ameaçadores, afinal, não obstante de insinuar para sentidos opostos, os planos interagem por movimentos de fluxos e forças que, respectivamente, envolvem *desterritorializações* e *reterritorializações*.

No entanto, é do plano de organização os meios que estruturam a acumulação do capital, cujas intenções e forças dos agenciamentos de poder investem no esmagamento das intensidades do plano de imanência, e assim, tomado por excessos de funções utilitárias, o sujeito inviabiliza o indivíduo¹¹, reconhecido facilmente no discurso impotente e conformado de “*um dia após o outro*”, onde aquilo que deve ser feito ofusca o que de fato é capaz de fazer.

Neste sentido, o cotidiano do contexto neoliberal, impulsionado pelo protagonismo do trabalho, resume a existência do sujeito a comportamentos competitivos que tangem o desempenho e a meritocracia associado ao sucesso e ao reconhecimento. A capacidade laboral alcançada transforma a felicidade efêmera em um gradiente que amplia as possibilidades de suas demandas, e assim, diante de novos desafios, rapidamente é devolvido à condição que testa a sua capacidade elástica, onde somente o êxito interessa.

¹⁰ A relação binária dos conceitos elaborados por Deleuze e Guattari remetem ao regime operacional e de funcionamento dos planos de organização e de imanência.

¹¹ A ideia de obediência e desobediência suscitada neste trabalho está, respectivamente, associada à estrutura do plano de organização frente às possibilidades múltiplas de composições do plano de imanência.

Mas o sucesso embute o seu avesso, porém, o fracasso como parte deste processo pouco ameaça o mercado, afinal, a incapacidade demandada é facilmente substituída, muitas vezes, pelo próprio fracassado que, diante da sua condição *endogestora*, não consegue enxergar para além da sua culpa interiorizada, tendo que se reinventar, a lidar sozinho com os efeitos de tal frustração. Portanto, apesar de determinações antagônicas, ambos convergem a um estado de superação e produtividade.

O sucesso, extirpa a capacidade do sujeito, em busca do “sempre mais” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 355), enquanto o fracasso, mesmo diante da sua capacidade limitada, bem como das suas consequências, impossibilita o sujeito de interromper o seu fluxo laboral, realizando assim, mediante a capacidade oferecida ou superada dos sujeitos, a vontade do capitalismo.

O que interessa ao capitalismo são as diferentes máquinas de desejo e de produção que ele poderá conectar à máquina de exploração: teus braços, se você é varredor de rua, tuas capacidades intelectuais, se você é engenheiro, tuas capacidades de sedução, se você é garota-propaganda; quanto ao resto, ele não só está pouco ligando como não quer nem ouvir falar. Tudo que fale em nome do restante não faz senão perturbar a ordem de seu regime de produção (GUATTARI, 1985 [1977], p. 79).

Precificado, sob a lógica da mais-valia, o salário é o prêmio daquele que se submete à exaustão, e sua utilização – baseada em relações de consumo e dívida – concorre por investimentos que ressignificam a sua sobrevivência (destinadas as obrigações do cotidiano) junto das possibilidades de amortecimento das dores existenciais advindas da sua condição sujeitada. Assim, motivado pela meritocracia (“*Eu trabalho, eu mereço!*”), na esperança de preencher o seu constante estado de falta (enquanto estratégia de subjetivação inatingível, disponível no mundo social), o sujeito se mantém estático e submisso ao sistema de exploração e acumulação capitalista.

Diante dessas circunstâncias, segundo Lazzarato (2014 [2010]), a complexidade de signos e significados que incidem no formato capitalista de desejar, advindos dos processos de subjetivação dos sujeitos, ampliam o campo das trocas no neoliberalismo, das quais a dívida, muito além de uma relação economicista, “constitui uma nova técnica de poder” (LAZZARATO, 2017 [2014], p. 66).

Um “aparelho de captura” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980]), mediado pelas projeções desejadas da condição social de sujeito¹², baseadas nos enunciados das organizações de poder, cuja capilaridade intencional, ainda que territorializada no mundo social, segue aliançada à infinidade desenfreada de informações desterritorializadas que irradiam pela rede através das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC’s)¹³, conforme as estratégias de escolha que operam por combinações misturadas de modelos matemáticos.

A facilidade de acesso e de propagação de conteúdo transforma a rede informacional “numa caixa de ressonância especial, numa câmara de eco da qual foi eliminada toda a alteridade, toda a estranheza” (HAN, 2018, p. 14).

¹² No capitalismo, o desejo que motiva uma determinada posição de sujeito na sociedade está atrelado a um sistema intitulado, segundo Deleuze e Guattari (2012a [1980/*platô 7*]), de “rostidade”. Neste contexto, sob a influência dos discursos dominantes das organizações de poder e dos processos de sujeição dos quais o sujeito é submetido, a condição social de rosto determina, para além de um campo de ação discursiva, uma frequência de poder (enquanto investimento libidinal), dosada pelo desejo associado a um rosto-padrão. Um modelo-referência da condição social do sujeito.

¹³ Para Deleuze e Guattari as organizações de poder estão no mundo social e são de ordem pública ou privada. Suas aparições investem na estrutura do Estado, da família, da escola, da fábrica, do exército, da televisão, entre outras, as quais, analogamente, se aproximam do sentido disciplinador de Michel Foucault. Quando integrados à capilaridade das NTIC’s, para além de novos formatos (enquanto organizações de poder), os efeitos de dominação e controle (pressupostos por Deleuze e Guattari) são exacerbados, principalmente no que tange os processos de subjetivação que constituem sujeitos, bem como a lógica de acumulação e consumo do capitalismo.

Operado pela pressa – enquanto efeito dromológico (VIRILIO, 1996 [1977]) deste tempo – este *modus operandi* manipula a capacidade cognitiva do sujeito, transformando-os em um exército de *consumidores-clones*, tomados por ideias prontas e de baixa complexidade. Propósito que pulveriza a noção de senso comum e, quando integrados à acumulação capitalista por meio dos discursos das organizações de poder, controlam, disciplinam e, principalmente, determinam as formas e os formatos da existência através de padrões fixos (padrão-corpo, padrão-sucesso, padrão-família, padrão-felicidade, padrão-desempenho, ...) que lançam os sujeitos em uma estratégia de aparência expositiva, operada por reconhecimento e aprovação¹⁴. Uma vida “imediatista” (LIPOVETSKY, 2007), tomada por prazeres que se realizam por experimentações consumíveis do mundo social.

Ademais, neste tempo em que pese a individualidade, a autogestão e a imagem, a sensação do “*cada um por si*” é constantemente tensionada pela expectativa uníssona do “*você consegue*”. Anseios que convertem os contatos interpessoais em relações de acréscimo, onde do “*outro*” só interessa a possibilidade – estratégica e oportunista – de realização do “*eu*”.

A responsabilidade endógena, que força os limites do corpo e da mente, somada à “positividade tóxica” (CABANAS; ILLOUZ, 2022) que ovaciona a disponibilidade da realização pessoal e da felicidade, atesta o adoecimento mental da sociedade, contaminada por estados de ansiedade e pânico, a ponto de atingir estágios variados de depressão. Entretanto, “o sistema neoliberal não *cria* a depressão, mas *propicia* o seu afloramento, ou seja, fornece várias condições para que o indivíduo seja por ela acometido” (CAMBAÚVA; SILVA JÚNIOR, 2005, p. 534, grifo do autor).

Neste gozo universal produtivista - montado na capacidade de organizar competências e emoções – o adoecimento se apossa do sujeito devido à intensidade obediente e necessária desta “servidão voluntária” (MARZANO, 2011, p.209, tradução nossa)¹⁵. Assim, é na obrigação que as vontades do sujeito se realizam.

Este processo de conversão da obrigação (enquanto necessidade) em vontade (enquanto desejo) foi estrategicamente articulada por uma “matriz psicológica” (capítulo 1 [item 1.1]), elaborada durante o processo de reestruturação do liberalismo e revelada – no sentido operacional – através da aliança entre o Estado e o mercado, como antídoto da crise político-econômica do Estado de bem-estar social, na segunda metade da década de 70.

No entanto, apesar do entendimento das formas que mantêm o poder legítimo do Estado; das ações de mercado, promovida pelos enunciados de poder, advindos de organizações públicas e privadas; e dos processos de subjetivação dos sujeitos, articulados por esta tríade macroestrutural (Estado – mercado – organizações de poder), este sistema nos parece refutável quando correlacionado à estabilidade dos processos de acumulação do capital com a

¹⁴ No jogo da felicidade, as aparências são facilmente apagadas pela velocidade das barras de rolagem das mídias narcísicas. Assim, a vida é tomada por instantes que demandam da atualização do observado para manter o espetáculo do observador. Mas nessa colheita seletiva de *likes*, *emojis* e *stickers*, onde impera a luta por aceitação e reconhecimento, a efemeridade dessa apoteose de imagens facilmente devolve ao sujeito – tanto ao observado como ao observador – a sua condição impotente e sujeitada. Contudo, a facilidade em acessar este mecanismo, somada à incapacidade de lidar com a realidade, faz do efeito positivado da aparência efêmera um comportamento cíclico, acessado por meio de novas experiências, sempre associada à ideia de controle-padrão imposto à sociedade por meio do capitalismo. Uma aparência amortecedora necessária para aqueles que apenas cultivam o ressentimento diante da perda de sentido da sua própria existência.

¹⁵ A contradição do termo, também acionada por Dardot e Laval (2016 [2009]), que define a postura do trabalhador livre diante da coerção subjetiva do neoliberalismo, tem o mesmo sentido crítico do texto-manifesto de Étienne de La Boétie (1530-1563), publicado na França em 1549. Na ocasião, o discurso do filósofo humanista suscitava a uma reflexão - baseada em uma progressão geométrica – com ênfase na estrutura de dominação do poder atribuído a um “tirano” e à capacidade capilar em atingir a “servidão voluntária” de um povo. No neoliberalismo, é o poder do mercado, associado à inexistência de um Estado Social de Direito, que reforça a individualidade gestora do trabalhador. Ainda que sob o discurso de liberdade, a origem externa da força que condiciona o trabalhador faz da servidão uma estratégia manipulável, ou melhor, forçada. Diferente daquela que a interpretou “voluntária”.

estaticidade dos sujeitos, afinal, os procedimentos aqui revelados incidem nos sujeitos a partir de campos estruturados distintos que, mesmo diante dos processos de subjetivação, que o faz sujeito na sociedade capitalista, bastaria a consciência da sua condição explorada para que fosse instaurado um estado de revolta, capaz de ameaçar e desestruturar a lógica de acumulação e exploração do capitalismo.

Segundo Deleuze e Guattari, este efeito não ocorre porque o capitalismo, para além de uma ideologia (conforme Marx), é um sistema de signos e significados, determinado pelos discursos (enunciados) proferidos por agenciamentos ou organizações de poder que produzem sujeitos. Circunstâncias que fazem da subjetividade a produção mais importante do capitalismo, respectivamente associada a “pensamento e poder” (GUÉRON, 2020, p. 323).

A crítica ao pensamento marxista se fundamenta no desmembramento dos dois sistemas que compõe a ordem capitalista, sendo, a organização da produção econômica, bem como as forças que incidem sobre ela (infraestrutura); e o aparato político-jurídico do Estado (superestrutura), do qual, somado aos discursos (enunciados) proferidos, fez deste o lugar da ideologia.

Assim, o funcionamento do capitalismo estaria montado naquilo que Marx intitulou de “falsa consciência da realidade”, devido à imposição ideológica das classes dominantes sobre as massas. A fim de reforçar os postulados críticos de Deleuze e Guattari, o filósofo Rodrigo Guéron afirma que

não existe uma separação dessa ordem, uma vez que tudo que o marxismo coloca no campo da ideologia e, portanto, da superestrutura, seria já da ordem da produção econômica. Tudo o que poderíamos designar, por exemplo, como “linguagem”, Deleuze e Guattari frequentemente enfatizam que já seria fruto imediato de uma operação de produção, isto é, a linguagem não estaria em outro campo, ou em outra instância que a da estrutura e da produção econômica (GUÉRON, 2020, p. 324, grifo do autor).

Nesta hipótese, antes da ideologia há agenciamentos de poder que, independente do mercado e do remanejamento da axiomática conforme o “tipo” de Estado-nação, proferem discursos por meio de suas organizações, dos quais, integram as subjetividades sob a lógica da acumulação do capital, logo, os desejos dos sujeitos. Contudo, para que essa estratégia de pertencimento aos valores estabelecidos funcione, é primordial que uma mesma subjetividade seja produzida em escala global¹⁶, estruturada de forma a manter no sujeito o propósito de vender a sua força de trabalho e de buscar no mundo social o preenchimento de seu estado de falta¹⁷.

Em entrevista-divulgação da obra “*O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*”, realizada em 1973 para a revista francesa *Actuel*¹⁸, sobre a estrutura ideológica do capitalismo, Deleuze frisa que

a ideologia não tem importância alguma: o que conta não é a ideologia, nem sequer a distinção ou a oposição “econômico-ideológico”, é a *organização de poder*. Porque a organização de poder é a maneira como o desejo já está no econômico, como a libido investe no econômico, assedia o econômico e alimenta as formas políticas de repressão.

¹⁶ A subjetividade universal remete aos processos capitalísticos de exploração de recursos, produção econômica e consumo disponível no mundo social. Sempre organizados, ou melhor, determinados pelos enunciados das organizações de poder.

¹⁷ Caro a Deleuze e Guattari, a crítica ao pensamento ideológico de Marx, bem como os postulados a respeito do capitalismo, foram compilados nas obras “*O anti-Édipo*” (1972) e “*Mil Platôs*” (1980), ambas subtituladas “*capitalismo e esquizofrenia*”.

¹⁸ Conforme tradução do professor Luiz Benedicto Lacerda Orlandi, a referida entrevista foi publicada com o título “*Gilles Deleuze, Félix Guattari*” em uma publicação intitulada “*C’est demain la veille*” (Paris, Ed. du Seuil, 1973, p. 139-161), organizada por Michel-Antoine Burnier, naquele momento, também um dos diretores da revista *Actuel*. A força do título - que remete a uma expressão coloquial francesa que, grosso modo, enfatiza a posição de vanguarda de um pensamento - revelou um compilado de textos imbuídos de ideias que somavam força a Deleuze e Guattari, tais como, Michel Foucault, Herbert Marcuse, Henri Lefebvre, Roel van Duijn, Alain Touraine, Charles Fourier, Jeannette Laot e Fredo Krumnow, bem como, a representação sindical da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT).

Actual. – A ideologia é uma aparência ilusória?

Gilles Deleuze. – De maneira alguma. Dizer que “a ideologia é uma aparência ilusória” é ainda a tese tradicional. Põe-se a infra-estrutura de um lado, o econômico, o sério, e depois do outro lado põe-se a superestrutura, de que a ideologia faz parte, e rejeitam-se os fenômenos de desejo para a ideologia. É uma boa maneira de não ver como o desejo trabalha a infra-estrutura, como a investe, como faz parte dela, como a esse título organiza o poder, como o sistema repressivo se organiza. Nós não dizemos: a ideologia é uma aparência ilusória (ou um conceito que designa certas ilusões). Nós dizemos, não há ideologia, é um conceito ilusório. É por isso que tanto agrada ao PC [Partido Comunista], ao marxismo ortodoxo. O marxismo deu tanta importância ao tema das ideologias para melhor esconder o que se passava na URSS: a nova organização do poder repressivo. Não há ideologia, há tão-somente organização de poder, uma vez dito que a organização de poder é a unidade do desejo e da infra-estrutura econômica (DELEUZE, 2005, p. 326, grifos do autor).

Contudo, se a subjetividade é produzida por agenciamentos de poder, como estes operam a ponto de produzir sujeitos? Trata-se de um processo que culmina na *sujeição social* dos sujeitos, ou seja, como as intenções dos agenciamentos de poder incidem sobre as pessoas a ponto de torná-las sujeitos.

As organizações de poder operam por dois regimes, intitulados, segundo Deleuze e Guattari, de *agenciamentos maquínicos de corpos* e de *agenciamentos coletivos de enunciação*¹⁹. Em comum, submetem os sujeitos aos enunciados das organizações capitalistas dominantes, no entanto, cabe ao primeiro capturar o tempo e despotencializar o corpo dos sujeitos, reduzindo-o ao organismo, ou seja, às suas funções utilitárias que, no campo social, replicam modos habituais de afetar e de ser afetado. Já o segundo tem a incumbência de proliferar os clichês (“*a estupidez ou a besteira*”, conforme Deleuze em *Diferença e Repetição* [1968])²⁰ para que o pensamento se mantenha a serviço da lógica do capital.

Apesar de atrelado às estratégias das organizações de poder, o desejo, também capturado, suscita um efeito causal diante da ação sobre o corpo e o pensamento, e passa a ser confundido por um sujeito que deseja algo. Uma representação do desejo, que pertenceria a um sujeito tendendo a um objeto. Deste modo, carente por um objeto, o sujeito tem o seu desejo capturado por uma imagem que oscila de forma progressiva e insaciável. São “*pontos de subjetivação*” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b [1980/*platô* 5], p. 88), mediados pelo padrão imposto do desejo pretendido: um eterno estado de falta.

No plano de organização, o desejo do sujeito está associado a um destino subjetivo (por exemplo, “*que futuro terei nesta sociedade?*”) que, diante da sua condição enquanto sujeito (pai, juiz, policial, professor), se desdobram em aparições dinâmicas (trabalhador, chefe de família, síndico, aluno etc.) que o posicionam no mundo social.

Deste modo, diante das possibilidades de suas realizações (disponíveis no campo social), se faz desejo (do sujeito) investir os enunciados ou significações dominantes. Um regime “*significante*” que constitui “*sujeitos de enunciação*” (ibidem). Contudo, os desejos deste regime derivam dos processos de subjetivação advindos dos enunciados de poder da axiomática capitalista (enquanto substância do capitalismo), sendo estes que produzem sujeitos. Um regime “*pós-significante*” que constitui “*sujeitos de enunciados*” (ibidem).

¹⁹ Conceitos elaborados no *platô* 4, intitulado “*Postulados da linguística*”, publicado no Brasil no volume 2 da obra “*Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*”.

²⁰ Sobre a captura do pensamento, Gilles Deleuze, em sua tese de doutorado enfatiza que “o tirano institucionaliza a estupidez, mas é o primeiro a servir o seu sistema, e o primeiro instituído é sempre um escravo que comanda escravos” (DELEUZE, 2000 [1968], p. 256-257).

As diversas formas de educação ou de “normalização” impostas a um indivíduo consiste em fazê-lo mudar de ponto de subjetivação, sempre mais alto, sempre mais nobre, sempre mais conforme um suposto ideal. Depois, do ponto de subjetivação deriva o sujeito de enunciação, em função de uma realidade mental determinada por esse ponto. E do sujeito de enunciação deriva, por sua vez, um sujeito de enunciado, isto é, um sujeito preso nos enunciados conformes a uma realidade dominante (sendo a realidade mental de agora há pouco apenas uma parte desta realidade, mesmo quando parece a ela se opor). O que é importante, o que faz então da linha passional pós-significante uma linha de subjetivação ou de sujeição, é a constituição, a duplicação de dois sujeitos, e o rebatimento de um sobre o outro, do sujeito de enunciação sobre o sujeito de enunciado.

(...)

A significância operava uma uniformização substancial da enunciação, mas agora a subjetividade opera, nesta, uma individuação, coletiva ou particular. Como se diz, a substância deveio sujeito (DELEUZE; GUATTARI, 2011b [1980], p. 88, grifo do autor).

Na prática, os processos de *desintensificação* do corpo, do pensamento e do desejo impedem os sujeitos de pensar e de agir para além da ordem posta, tendo sua existência consumida e comunicada por “afetos tristes” (SPINOZA, 2009 [1677]), mediante a sua condição obediente e sujeitada. Mas diante dessa condição do sujeito (sob a referência do questionamento provocativo de Wilhelm Reich), o que de fato o mantém dentro da espiral cíclica exploratória do capitalismo?

Ainda sobre os enunciados dos agenciamentos das organizações de poder (mediante a universalização da subjetividade), para impedir que outros fluxos escapem da axiomática capitalista, os processos que instituem os sujeitos (regime pós-significante), são tomados por estratégias autorizadas de dissipação de poder que, investidas pelo sujeito no mundo social, ao mesmo tempo em que tende a amortecer sua condição sujeitada, suscita a possibilidade de realização do desejo capturado. Estratégias que se realizam mediante uma posição na sociedade, convertida em autoridade que, associada ao desejo no plano de organização, é investida libidinalmente pelo sujeito.

No campo do desejo, independente da sua forma (molar ou molecular)²¹, “todo investimento é social, e de qualquer maneira incide sobre um corpo social histórico” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a [1972], p. 453)²². Porém, no plano de organização, o desejo capturado coexiste à lógica econômica e, assim, quando sujeitado, o desejo do sujeito – tomado pela autoridade autorizada da sua posição social – investe libidinalmente o poder, como possibilidade estratégica de existir, bem como, de buscar o preenchimento de seu estado de falta.

Deste modo, o indivíduo, tornado ao mesmo tempo sujeito de enunciação e enunciado, investe nas organizações de poder, pois, para além daquilo que o constitui, o sujeito – sujeitado e desintensificado - tem determinada autoridade que o autoriza a exercer determinado poder.

É a “*sujeição social*”, determinada por variações de poderes, que fazem do sujeito um misto de comando e obediência. Uma relação que toma o sujeito por afetos distintos, afinal o ganho libidinal do primeiro (comandar) só é oportunizado mediante a passividade sujeitada do segundo (obedecer).

²¹ Os conceitos de molar e molecular são designações que organizam formas e sujeitos, e, respectivamente, estão associadas aos planos transcendente de organização e de imanência.

²² No âmbito do desejo, mediante a sua posição social, o sujeito pode investir libidinalmente tanto ao poder como às intensidades. Em geral, o primeiro, diante de um objetivo (advindo de seu estado de falta) tende a intensificar a autoridade, bem como a manutenção da sua condição sujeitada. O segundo, sem um propósito objetivado, é tomado por pensamentos em devir, cujos acontecimentos podem emanar formas outras de existir. Sempre referenciado no mundo molar e social (*socius*), a potência revolucionária do investimento libidinal do desejo no campo das intensidades, determina, conforme Deleuze e Guattari (2011a [1972]), a primeira tese da segunda tarefa positiva da esquizoanálise.

Ademais, o poder de comando é sempre tensionado pelo desejo do sujeito em exercer melhor a sua função social. Contudo, mesmo intensificado por aperfeiçoamentos disponíveis no mundo social, é de fundamental importância que as organizações de poder alterem seus padrões impostos, manipulando o desejo do sujeito a ponto de estabelecer um constante estado de dívida (no mundo social) e de falta (na existência), mantendo o sujeito – por entendimento do funcionamento do mundo – obediente aos enunciados da realidade dominante.

Tomamos por exemplo a educação. Submetida à legitimidade do Estado (no Brasil, orientada pelo Ministério da Educação), a escola (enquanto espaço de uma prática) determina por atribuição a autoridade e o poder do professor. Neste caso, a educação é tomada por um conjunto de organizações de poder – Estado, escola e, inclusive, a mídia (autorizada por concessão do Estado) – que determinam padrões, reforçados por vinculações que constroem o senso comum. Somente submetido a este formato – tomados por um funcionamento estruturado – é que o professor terá autoridade e poder na sala de aula (ambiente da sua prática). Como parte da sociedade, a educação, e particularmente a referida escola, da mesma forma que impõe certos padrões, oferece ao professor a possibilidade de ampliar o seu reconhecimento por meio de capacitações que tendem a qualificar as suas funções, inclusive sua remuneração. Uma oferta advinda da estrutura (educação) disponível para o professor (sujeito), ou seja, como vimos, para além das forças que constituem sujeitos, as organizações de poder autorizam certos poderes ao sujeito. Quando o desejo do professor está atrelado à oferta, à promessa, em princípio motivada por um estado de falta, encontra sua realização no mundo social. Contudo, o esforço despendido, enquanto investimento libidinal da ordem do poder, só se realiza quando, depois de alcançado, o professor continuar sujeitado à lógica de origem, ou seja, da estrutura da educação, que continuará lhe oferecendo outras oportunidades.

É o paradoxo do legislador-sujeito, que substitui o déspota significante: quanto mais você obedece aos enunciados da realidade dominante, mais comanda como sujeito de enunciação na realidade mental, pois finalmente você só obedece a si mesmo, é a você que você obedece! E é você quem comanda, enquanto ser racional... Inventou-se uma nova forma de escravidão, ser escravo de si mesmo, ou pura “razão”, o Cogito.

(...)

Não se trata, entretanto, de uma operação linguística, pois o sujeito nunca é condição de linguagem nem causa de enunciado: não existe sujeito, mas somente agenciamentos coletivos de enunciação, sendo a subjetivação apenas um dentre eles, e designando por isso uma formalização da expressão ou um regime de signos, não uma condição interior da linguagem. Tampouco se trata, como diz Althusser, de um movimento que caracterizaria a ideologia: a subjetivação como regime de signos ou forma de expressão remete a um agenciamento, isto é, a uma organização de poder que já funciona plenamente na economia, e que não vem se superpor a conteúdos ou a relações de conteúdos determinados como reais em última instância. O capital é um ponto de subjetivação por excelência (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 89-90, grifo do autor).

Como parte da crítica do filósofo Peter Sloterdijk (2012 [1983]): uma estratégia “cínica”, afinal, *“a mão que afaga é a mesma que apedreja”*²³. Condição em fluxo, porém, amenizada neste tempo do agora, afinal, diante dos processos – objetivos e subjetivos – atrelados às estratégias neoliberalizantes, aquilo que fazia do sujeito escravo se ressignifica na condição sujeitada do empresário de si mesmo.

Contudo, para além do poder legitimador do Estado, da estrutura funcional do capitalismo e dos processos de subjetivação que produzem no indivíduo a condição obediente de sujeito, em atenção às intenções sistêmicas deste trabalho, é ânimo ampliar essa interrelação, afinal, a

²³ ANJOS, Augusto dos. Versos Íntimos. In: *Eu e outras poesias*. 42. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998.

partir da conjuntura neoliberal – definida por Dardot e Laval (2016 [2009]), enquanto “a nova razão do mundo” – a racionalidade contextual capilariza outros campos do mundo social, principalmente aqueles cuja gênese, antes atrelada aos direitos sociais, agora foram convertidos em serviços rentáveis. Processos dos quais, neste caso, conforme a condição acomodadística do ambiente citadino, interessa investigar as intenções e os processos de produção do espaço.

Conforme capítulo 01, a condição-crise do Estado de bem-estar social da década de 70 foi campo propício para implantar as reflexões críticas – de inspiração liberal – suscitada desde a década de 30. Diante da “necessidade” de instaurar um Estado austero, baseado em um discurso libertário e economicista, o neoliberalismo reposicionou os processos de acumulação e exploração capitalista através de uma estratégia operacional capilar e interdependente, diferente das versões antecessoras, onde os campos de ação eram distintos e definidos, e cuja participação do sujeito estava atrelada às forças disciplinadoras – no sentido foucaultiano – dos agentes de poder. Inaugurado por Thatcher e Reagan, aquilo que suscitava uma medida macroestrutural de ordem político-econômica, quando posta em funcionamento, revelou que se tratava de uma estratégia de influência ampliada e sistêmica.

O empobrecimento do Estado denotava a incapacidade de retomar a sua condição protecionista antecessora e, mesmo diante das vantagens produtivas dos processos da globalização, os mercados passaram a pressionar a condição legitimadora do Estado, visando ampliar sua atuação a fim de usufruir da chamada “abertura comercial”.

Dos processos de neoliberalização que estruturaram a relação do mercado junto ao Estado, cabe destacar as intenções do documento – a princípio confidencial - intitulado “*Memorando Powell*”. Redigido em 23 de agosto de 1971, pelo advogado democrata Lewis Franklin Powell Jr. (prestes a ser nomeado pelo presidente Richard Nixon como Juiz Associado da Suprema Corte dos Estados Unidos) para Eugene B. Sydnor Jr., na ocasião presidente do comitê de educação da Câmara de Comércio dos Estados Unidos.

O referido documento anunciava no título (em letras maiúsculas e grifadas) o “ataque ao sistema americano de livre empresa” (*Memorandum Powell*, 1971, p. 1, tradução nossa) e, em tom de guerrilha, analisava o problema com o propósito de um plano de ação. A fúria textual - deflagrada em 34 páginas datilografadas – acusava a iminência de uma esquerda difusa que irradiava de dois polos, paradoxalmente apoiados por empresas e corporações: as universidades americanas e as mídias (ambas representadas por agentes-líderes do sistema capitalista).

Analisados de forma estratégica, os referidos agentes e suas instituições foram associados a ações de “*ataque*” (“*attack*”, conforme documento original), enquanto ameaça ao empresariado capitalista e, deste formato, com ênfase na responsabilidade das empresas e corporações, e no papel da Câmara de Comércio, propunha três estratégias. A primeira prospectava o controle das universidades através da orientação liberal, principalmente no campo das ciências sociais (sociólogos, cientistas políticos, economistas e historiadores), bem como o seu capital humano e o seu funcionamento²⁴. A segunda, preocupados com a circulação de ideias subversivas no âmbito público, propunha ações de monitoramento e controle da televisão e de outras mídias; das revistas acadêmicas; dos materiais impressos (livros, brochuras e panfletos), disponíveis em aeroportos, farmácias, entre outros; e dos anúncios privados, pagos para veicular na mídia. E, finalmente, a terceira, na intenção de viabilizar e de ampliar o campo

²⁴ Conforme documento, cabe ao corpo administrativo preservar a “integridade intelectual do campus” (*Memorandum Powell*, 1971, p. 15, tradução nossa). No entanto, sugere que algumas organizações externas – como por exemplo a Câmara de Comercio Americana – possam “auxiliar e ativar mudanças construtivas” (ibidem, p. 15, tradução nossa) no que tange o corpo docente, os palestrantes, os manuais, os materiais, os livros-texto, o tempo no *campus*, a gestão da Escola de Pós-Graduação em Negócios. Ademais, reforça que estas intervenções sejam espelhadas para a educação secundária.

de ação do empresariado, considerava “assumir um amplo e mais vigoroso papel na arena política” (ibidem, p. 26, tradução nossa).

[sobre a ação do empresariado no âmbito político] (...) não se deve postergar uma ação política mais direta, enquanto se espera pela mudança gradual na opinião pública a ser efetuada pela educação e informação. O Empresariado precisa aprender a lição, há muito tempo aprendida pelos Trabalhadores e outros grupos de interesse. Essa lição é que poder político é necessário; que esse poder deve ser assiduamente cultivado; e quando necessário, deve ser usado agressivamente e com determinação – sem o constrangimento e sem a relutância que tem sido tão característico do empresariado Americano (*Memorandum Powell*, 1971, p. 25-26, tradução nossa).

Apesar da falta de registros, as ideias proferidas no referido documento rompem a confidencialidade suscitada e, ainda na década de 70, foi possível identificar sinais de uma ação prática, principalmente na interrelação do campo pretendido: o mercado e a política.

Conforme capítulo 02, a tensão do mercado sobre o Estado foi vencida por meio de uma estratégia forçada, advinda da circulação de pessoas e de ideias (a princípio, do âmbito militar para o privado/corporativo e deste para a o setor público), a fim de aplicar os métodos e os procedimentos das gestões empresariais no âmbito das políticas públicas.

A coligação do setor privado às demandas do campo social, as chamadas PPI's (Parcerias Público-Privadas), anunciaram um *casamento em regime de separação de bens*, através da distinção dos campos de atuação, bem como do lucro intencional pretendido de cada um dos *cônjuges*. Deste modo, o fluxo do capital investido (advindo do capital privado) e a receita pública (advinda dos impostos associados ao recurso investido), instituíram um novo modelo gestor, que emergiam conforme as crises socioeconômicas, geralmente associadas a políticas de austeridade dos Estados-nação.

Independente de uma ordem temática, a integração do setor privado à gestão pública, baseadas na competitividade global, nas intenções neoliberais e na viabilidade estratégia de acesso ao capital, operadas por esta união profícua e lucrativa, estruturada a partir da interrelação do Estado com o mercado, capilarizou os campos da saúde, da educação, da segurança, da infraestrutura e, conseqüentemente, enquanto possibilidade diversificada de ação, todos os territórios das cidades. Viabilizados pelo poder do Estado, cada setor acionava um determinado mercado, e conseqüentemente, o grupo de agentes a eles associados.

Estes processos, a princípio apresentados como planos de ação, foram assegurados por um modelo gestor intitulado planejamento estratégico, cujo capital simbólico, que proferia uma *ideia-pronta* de sucesso (do campo corporativo), migrou impositivamente para a gestão pública sem qualquer sinal de ajuste ou resistência.

Enquanto plano pretendido, sua adesão – bem como sua aplicação metodológica – é intencional, associando, junto a campos de ação estruturalmente ajustáveis, os propósitos (produtos) que mantém o fluxo acumulativo do capital, através de procedimentos que destacam uma relação entre passado e futuro, respectivamente atrelados a um diagnóstico das condições vigentes a fim de inspirar, prospectivamente, uma ação projetiva²⁵.

O caráter dedutivo de uma ação intencionada baseada na centralidade do poder vigente; na articulação direta com os agentes de mercado; na manipulação das informações sistematizadas no diagnóstico; e na complexidade dos projetos que, associado ao intervalo de governabilidade

²⁵ Uma relação que tende a ser mediada pela variável tempo, pois, mesmo diante da ampliação do mercado – oportunizada pela neoliberalização – quando associada a uma determinada gestão pública, os processos que envolvem os produtos intencionados (elaboração, implantação, operacionalização e exploração) dependem da duração daquele que representa o poder legitimador.

e governança, suscita a descontinuidade daquilo planejado, formam o conjunto de variáveis que inspiram a crítica a este modelo estratégico de gestão pública.

Ademais, apesar de certas particularidades locais (materiais e imateriais) potencializarem distinções diante da competitividade da escala-mundo, as questões de ordem socioeconômica e socioespaciais tendem a tensionar os objetivos dos planos estratégicos, pois, as ações planejadas (baseadas nas intenções do gestor público e viabilizadas por agentes privados) dependem do equilíbrio das forças e dos interesses de seus respectivos agentes, dos quais, mesmo diante de certa complacência, conforme revisões e atualizações estratégicas que podem ocorrer durante o processo (alterações de objetivos, novos agentes, articulações ampliadas junto a máquina pública), o lucro e a rentabilidade, tanto da receita pública como do capital privado, é condição imprescindível do planejamento estratégico.

Deste modo, o Estado (enquanto poder legitimador) e o mercado (enquanto poder de viabilidade) fazem das condições locais uma arena de possibilidades de exploração e acumulação capitalista, cujos formatos, ao mesmo tempo em que redesenham o ambiente cidadão, reinventam o campo social, ou seja, impulsionados pela competitividade global estabelecem formas de fazer que determinam modos de usar²⁶.

Este formato, antes encapsulado no mundo corporativo (produção e mercado), deslocou a sua lógica manipuladora para a estrutura complexa das sociedades e das cidades, repetindo o modelo capitalista de poderes e forças, afinal, advindo da ordem impositiva daquele que oprime, as estratégias rentáveis, enquanto produto do modelo aplicado na gestão pública, (re)marcam posições desproporcionais, historicamente circunscrita na desigualdade.

No contexto do urbanismo, enquanto campo epistemológico de uma determinada ação prática, o planejamento estratégico aplicado sob os preceitos do neoliberalismo marca a separação efetiva da teoria com a prática, onde antes “fragmentos esparsos de ciência social respaldavam o tradicional determinismo arquitetônico” (HALL, 2016[2014], p. 468 apud BATTY, 1979, p. 29²⁷).

Os planejadores adquiriram habilidades de síntese não através do pensamento abstrato, mas realizando tarefas concretas; para tanto utilizaram-se primeiro da intuição criativa e, em seguida, da reflexão. Embora pudessem dispor de excertos e trechos de teorias sobre a cidade – a diferenciação sociológica da cidade segundo a escola de Chicago, a teoria dos economistas do solo sobre diferenciais da renda fundiária, os conceitos dos geógrafos sobre região natural -, estes eram empregados apenas como retalhos de conhecimento útil (HALL, *op. cit.* apud KEEBLE²⁸, 1959, p. 2:2).

(...) havia alguma teoria *referente* ao planejamento, mas não havia uma teoria *do* planejamento. O processo como um todo era muito direto, baseado, numa abordagem de tiro único: o levantamento (abordagem geddesiana) era seguido da análise (abordagem por conhecimento implícito), seguido imediatamente pelo projeto (HALL, 2016 [2014], p. 468, grifo do autor).

Segundo Hall (*ibidem*), este episódio está particularmente associado aos processos sistêmicos, porém, distintos, do pensar-fazer do urbanismo, ou seja, da relação entre a teoria e a prática. Contudo, historicamente, apesar deste paradoxo persistir desde o seu reconhecimento, ele foi

²⁶ Condição agravada quando a viabilidade local depende da macroestrutura neoliberal, pois, mediado por imposições hegemônicas em circulação, as vulnerabilidades das realidades locais, bem como os direitos sociais, ficam sujeitados a determinados padrões, do tipo “boas práticas”.

²⁷ BATTY, Michael. On Planning Processes. In: GOODALL, B.; KIRBY, A. (eds.). *Resources and Planning*. Oxford: Pergamon, 1979.

²⁸ KEEBLE, Lewis B. *Principles and Practice of Town and Country Planning*. London: Estates Gazette, 1959.

tomado por aparições oscilatórias e episódicas e, somente nos anos 80, diante da complexidade do mundo urbano, que o urbanismo consolidou a sua vertente técnico-intuitiva²⁹.

Contexto oportunista para a realidade neoliberal capilarizar a produção do espaço, pois, sem a vontade de um campo teórico, que revelaria as contradições socioterritoriais, o planejamento urbano tomado pela influência direta do Estado, agora viabilizada pelas intenções do capital privado, tem na sua prática tecnicista e manipulável a facilidade de exploração e acumulação capitalista.

5.1 Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus: aproximações por analogia.

Os dados nos interessam porque nos ajudam a construir um argumento sobre algo no mundo para o qual eles seriam relevantes. Esperando que os outros possam não aceitar nosso argumento, coletamos informações que, esperamos, vá convencê-los de que ninguém poderia ter registrado a realidade dessa forma se nosso argumento não fosse correto. E a ideia que queremos propor nos leva a buscar tipos de dados, coisas que podemos observar e registrar que farão este trabalho de convencer os outros. Ninguém aceitará nossa ideia se os dados que oferecemos como evidências não forem convincentes, se nosso argumento sobre o que os dados mostram, aquilo de que eles são evidências, não convencer as pessoas de que eles sustentam nossa ideia tal como dizemos que o fazem.

Howard S. Becker

No caso do planejamento urbano, enquanto parte do campo político da gestão pública, o *argumento-base* que motivou os processos de produção do espaço no neoliberalismo foi estruturado com vistas à possibilidade de participar do jogo da competitividade, cuja prática desencadeou processos gentrificadores tratados com naturalidade por gestores (prefeitos e governadores), pelo corpo técnico da máquina pública (incluindo planejadores urbanos) e, principalmente, pelo mercado, que, para além dos campos de ação direta – imobiliário, da construção civil e de infraestrutura urbana - se apropriou economicamente de forma desmedida das cidades, considerada “um bem com renda elástica” (HALL, 2016 [2014], p. 529)³⁰, perante a viabilidade proporcionada pelo poder do Estado.

Condição propicia para processos de corrupção urbana, condicionada no Brasil à filiação de agentes públicos com as intenções privadas que, apesar de especificidades que envolvem distinções projetuais, são legitimadas por planos diretores. Instrumento municipal que opera em coparticipação com as suas leis complementares a fim de ordenar/domesticar o uso e a ocupação de todo território municipal e, conseqüentemente, estabelecer *vocações* de fluxos urbanos e de grupos sociais. Quando legitimado pelo “Estatuto da Cidade” (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), segundo Flavio Villaça ([1995]; [1999]; [2005]), sua gênese foi tomada por possibilidades de manipulação intencional e, apesar de ancorado no tão almejado “direito à cidade”, segue como instrumento fracassado, quando atrelado à possibilidade de realização de uma gestão democrática do território.

²⁹ A crítica à tecnicidade do fazer cidade advém dos processos socioespaciais da industrialização, antes do urbanismo, enquanto campo de conhecimento, e do urbanista, na condição de *agente-especialista* capaz de operar as diversas escalas da cidade e da produção do espaço, bem como, os diferentes grupos que com ela interagem. Fluxo crítico incessante que, para além da competência atribuída na modernidade ao arquiteto e urbanista, se manifestou (e ainda persiste) em outros campos do conhecimento, como nas artes plásticas, com a solidão pintada por Edward Hopper (1882-1967); na literatura, diante das *flanâncias* de Charles Baudelaire (1821-1867); no cinema, com o “*Monsieur Hulot*”, herói cômico e alter ego do ator e cineasta francês Jacques Tatit (1907-1982); entre outros, preocupados em revelar os efeitos da urbanidade.

³⁰ O termo reforça a permanência do planejamento urbano enquanto campo de ação, principalmente a partir dos anos 80 com a entrada dos ideais neoliberais, cuja força conciliou a produção do território à lógica do mercado, respectivamente, reduzindo a complexidade do espaço urbano ao lócus da referida ação.

No contexto macroestrutural, as cidades passaram a competir por fluxos de capitais, materializados por processos de “requalificações” do território e, por efeito, da vida da população. Circunstâncias que independem da disparidade entre “centro” e “periferia”, afinal, o capitalismo neoliberal se fez “ajustável”, oportunizando às cidades menos capitalizadas a possibilidade de endividamento, mantendo-as, via capital estrangeiro, em fluxo competitivo de invenção sócio territorial. Contudo, sempre submetida às estratégias intencionais das inúmeras agências multilaterais.

Essa relação interdependente possibilitou ao Estado retomar a sua função de planejador urbano na escala macro das cidades, disponibilizando para o capital privado ou estrangeiro as ações pontuais que complementam suas “responsabilidades” diante das complexidades sistêmicas deste tempo.

Contudo, para além deste processo de exploração coparticipada, existem “facilitadores” que podem acelerar tais intenções. Um exemplo recorrente – que particularmente tem acometido o Brasil - é o caso dos megaeventos que, diante da possibilidade de acoplar um novo fluxo de capital proveniente das estratégias do turismo, desfocam o compromisso de ações locais mediante a potência de um desenvolvimentismo acelerado.

Apesar de efêmero e episódico, este nicho de mercado é motivado por estratégias de visibilidade oportunista, pois, mesmo diante de distinções temáticas e de públicos específicos, a qualidade sistêmica da sede é a variável capaz de convertê-la em destino. Deste modo, atraída por essa possibilidade, a cidade – através de determinados agentes – passa a investir em seu processo de “*turistificação*”, convertendo territórios (“peças” ou complexos urbanos) em produtos turísticos (redes hoteleiras, complexos gastronômicos, culturais, ...), criando, assim, possibilidades rentáveis para consumidores rotativos.

Os megaeventos – símbolo máximo da expansão virtual do capital e mais festejada estratégia de transformação das paisagens turísticas -, quando momentaneamente materializados e reterritorializados em algum local, assumem o papel de templo do consumo intangível de uma cultura cosmopolita, lócus da aquisição de um modo global de ser. Aqui, o espetáculo – diferentemente das grandes exposições dos séculos XIX e XX – é usado como mote pouco reprovável para criar e recriar estruturas e imagens urbanas de modo a valorizar porções do território, ainda que em movimentos efêmeros – bastante lucrativo para o capital volátil -, no mínimo incerto para os cofres públicos e deletérios para os interesses sociais das comunidades envolvidas (BESSA; ÁLVARES CAPANEMA, 2014, p. 19).

Estratégia celebrada pela cidade de Barcelona, na ocasião da preparação dos Jogos Olímpicos de 1992, quando incorporado junto a seu primeiro plano estratégico (capítulo 2 [item 2.3]).

Persuadida por um discurso que enfatizava a visibilidade da cidade e, conseqüentemente, para além do evento em si, a oportunidade de um desenvolvimento local, as críticas e movimentos díspares foram momentaneamente desfocados e, diante de uma *força-consenso*, motivada pela expectativa e efeito da demanda desportiva, a capital da Catalunha foi tomada por um modelo gestor coparticipativo (público-privado) que implementou uma série de intervenções urbanas, cuja qualidade e eficiência atentou para uma forma de fazer. Aplaudido pelo mundo, diante do sucesso das Olimpíadas, Barcelona consagrou um novo paradigma advindo do planejamento estratégico, cuja materialidade se fez associada ao planejamento urbano e, deste formato (tomado pelo prestígio do efeito), desvinculou-se da experiência democrática que vinha sendo construída desde os anos 80.

Diante da força deste capital simbólico, para além da manutenção interna do modelo aclamado, a referida experiência foi posta em circulação através de uma estratégia missionária de mercado, atribuída a consultores de uma empresa de economia mista (“*TUBSA*” – Technologies

Urbanas S.A.) que influenciou o planejamento urbano – enquanto modo de fazer - de diversas cidades na Europa e na América Latina, sendo registrado no Brasil em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, como parte do programa de gestão do prefeito César Maia (capítulo 3).

Deste então, apesar de certos ajustes associados a processos experimentais do neoliberalismo, o planejamento estratégico (enquanto método aplicado no campo do planejamento urbano) seguiu preenchendo – no caso do Brasil - a incapacidade do Estado (a princípio de ordem estrutural/financeira) de lidar com os problemas socioespaciais, como no caso da cidade de Manaus (capítulo 4), acionada neste trabalho através do PDRCM (2015), cuja empiria, para além de um intervalo temporal e das implicações distintas da Amazônia, reforça a replicação e a permanência do referido método, bem como a sua estrutura operacional.

Mas, para além do oportunismo dos processos neoliberalizantes que viabilizam as ações dos Estados, o planejamento estratégico persiste junto à gestão pública – independente do campo de ação - por ser um procedimento metodológico que opera sob o protagonismo do poder local, cuja centralidade autoriza, por legitimidade, a manipulação de decisões e de intenções.

No caso do *fazer cidade*, com foco na conversão dos direitos sociais em serviços públicos rentáveis, o planejamento estratégico parte de ideias que circulam da escala-mundo, e apesar de suscitar uma certa “liberdade” de escolha, este *cardápio de possibilidades* é tensionado por conjunturas locais, cuja adesão depende de argumentos consistentes diante do poder simbólico das ideias prontas, e da impossibilidade do risco frente a necessidade de investir em projetos sistêmicos e de alta complexidade.

É justamente da necessidade de justificar os investimentos locais da gestão pública que a produção do espaço se faz estratégica, pois, os procedimentos metodológicos sugeridos - baseados em uma equação prospectiva (diagnóstico + plano de ação) – são influenciados pela estrutura da máquina pública que, sujeitada ao poder local, torna o argumento passível de manipulações intencionais.

Centralidade reforçada no caso de municípios que acessam algum tipo de capital estrangeiro, afinal, apesar de submetidos a regras federativas, quando aprovado, fica estabelecida uma interrelação entre contratante (prefeitura) e contratada (bancos ou agências multilaterais), mediada por estratégias de monitoramento do risco do financiador, que tensionam o poder local por meio de processos (revisões projetuais) e aquisições de endividamento (aditivos contratuais), sempre atrelados aos produtos intencionados³¹. Uma estratégia de dominação, legitimada pelo poder local; estruturada por procedimentos manipuláveis que determinam os campos de ações pretendidos; e operadas em parcerias com um conjunto intencional de agentes privados, ávidos por ampliar as cifras de suas redes econômicas.

Frequente para as condições deste tempo do agora, este “modelo” estratégico, quando atrelado à produção do espaço, determina a forma do fazer urbano cujas intenções tem encontrado rentabilidade na obsolescência de determinados territórios, nos processos de privatizações de infraestruturas, nas intervenções gentrificadoras e, até mesmo, no patrimônio material e imaterial, vistos sob certa complexidade pelo mercado, devido às dificuldades impostas por visões institucionais cautelares de cunho preservacionista.

³¹ Para além de estratégias de interdependência financeira, os processos de revisões contratuais – implementação de aditivos ou novas contratações – retomam o fluxo das “boas práticas” (enquanto produtos rentáveis disponibilizados pelas agências multilaterais), apresentadas aos municípios desde a interação inicial do processo de captação de recursos, durante as chamadas missões de reconhecimento. No Brasil, conforme capítulo 04, apesar de contato municipal prévio, as operações que envolvem fluxos de capital estrangeiro estão atreladas ao Governo Federal, cuja condição de fiador analisa a carta-proposta, mediante consulta ao índice de Capacidade de Pagamento do município (CAPAG), disponibilizado pelo Ministério da Fazenda.

No entanto, desde a sua versão moderna, tomada por ciclos diaspóricos e protagonizados pelo urbano frente ao rural, as cidades têm se constituído como lócus sistêmico de complexidades heterodoxas, cuja materialidade a faz distinta, principalmente quando conferidas pela lógica territorial de seus processos socioeconômicos.

Deste modo, mesmo diante da certeza do poder imposto, advindo da interrelação do mercado com Estado e da generalidade que suscita o entendimento da produção estratégica do espaço, é intenção desta pesquisa investigar a condição das especificidades citadinas diante da racionalidade capilar do capitalismo neoliberal, com o propósito de revelar a possibilidade de algum tipo de ameaça frente a este receituário proposto.

Ao se propor pensar sistemicamente no campo das ciências sociais aplicadas, particularmente no âmbito do planejamento urbano e regional, faz-se necessário retomar algumas estruturas que auxiliam este fazer, pois, segundo Jourdain (2017), diferente das ciências naturais, as de ordens sociais vem acompanhadas de certos questionamentos, devido seu universo vasto de possibilidades agregado às suas particularidades, cuja dificuldade em desvendar cientificamente o mundo social dependem de certos procedimentos metodológicos diante do labirinto teórico, conceitual, empírico e reflexivo em que o pesquisador (enquanto interessado) e a pesquisa (enquanto fenômeno de interesse) são lançados, respectivamente, a enfrentarem dois grandes desafios: a autonomia/responsabilidade de conduzir um processo que tende a ser influenciado pela sua relação com o objeto pesquisado e sua condição social no mundo (associado diretamente a sua trajetória e origem); e o dinamismo do objeto pesquisado³².

Assim, na certeza de que não existe um formato puro e simples, esta pesquisa reconhece as recomendações de Bachelar (1996) e Bourdieu et al. (2015 [1999]), propondo estabelecer uma postura constante de “vigilância epistemológica”, na intenção de manter um cuidado permanente no âmbito da teoria, bem como da pesquisa empírica, a propor um método que estabeleça um “sistema de hábitos intelectuais” (BOURDIEU et al., p.10), a fim de construir o objeto científico da pesquisa.

Particularmente associado à sua versão “estratégica”, o referido problema específico dessa pesquisa se apresenta relacionado, no âmbito teórico-prático, às proposições de um urbanismo neoliberal associado às experiências do plano estratégico de Barcelona, como exemplo-gênese³³ e primeira empiria do trabalho; seguida pelo plano estratégico do Rio de Janeiro, enquanto experiência pioneira no Brasil; e, por fim, na intenção de aproximar distinções socioeconômicas e possíveis distinções socioterritoriais, bem como revelar as atualizações do referido método, com o plano diretor de reabilitação para o centro de Manaus.

Apresentadas em capítulos distintos, as três cidades - descritas a partir de suas particularidades contextuais e das ações propostas em seus respectivos planos estratégicos – permitiram empirizar o “vetor epistemológico” (BACHELARD, 1996 [1938]) desta tese, apresentados no capítulo 01, enquanto as circunstâncias do neoliberalismo (teoria de fundo), e no capítulo 02, a partir da teoria do planejamento estratégico, sua aproximação tática no âmbito da gestão pública e sua aplicação estratégica na esfera do planejamento urbano (teoria do problema específico).

³² Nota-se que ambos os desafios apontam particularidades associadas tanto ao pesquisador como a própria pesquisa – geralmente instalada em um contexto sócio-histórico - dando ao objeto um caráter peculiar, distante de paradigmas científicos, modelos matemáticos, regras gerais ou experimentos laboratoriais, a propor, segundo Bachelard (1996 [1938]), uma epistemologia não cartesiana.

³³ Os critérios de escolha da cidade de Barcelona, enquanto gênese do urbanismo neoliberal, estão atrelados a particularidades que envolvem o contexto global e local durante sua elaboração, a escala de abordagem, a força do capital simbólico adquirido, bem como sua estratégia de disseminação do “modelo”, cujo efeito, tão logo estruturado entrou em circulação na Europa e, principalmente, na América Latina.

Assim, conforme Bachelard (1996 [1938]), a fim de estabelecer uma ação científica - enquanto nexos interrelacionais de um pensamento em fluxo - fundamentou-se a referida pesquisa a partir do “racional para o real”, ou seja, de um compilado teórico (racionalismo) seguido pelo modelo estratégico aplicado (empirismo).

Na prática, o referido formato (vetor epistemológico + análise empírica) aciona o planejamento urbano e regional (campo epistemológico de interesse) e, na intenção de estabelecer um recorte intencional do fazer urbano, mira no planejamento estratégico de cidades; procedendo a partir da superação de antigos paradigmas (“*obstáculo epistemológico*”); seguido de uma aproximação empírica (“*raciocínio por analogia*”), conforme as particularidades a respeito do referido tema, revelados junto aos planos de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus.

No âmbito desta pesquisa, as referidas cidades (objetos empíricos) revelam uma posição – na qualidade de território de determinada ação – bem como uma distinção, diante da generalidade investigativa do modelo estratégico na pesquisa. No entanto, mediante intenções pré-definidas, esta é uma condição insipiente, que requer – para além de um *locus* – uma disposição *espaço-tempo*, cujo intuito fixam os objetos da/na pesquisa e possibilitam investigar especificidades contextuais que envolvem a elaboração dos respectivos planos estratégicos, seus objetivos, suas organizações operacionais, suas ações propostas, bem como os agentes de poder acionados.

Assim, ficam estabelecidos, enquanto objetos da pesquisa, o “*Pla Estratègic Economic I Social Barcelona 2000*”, elaborado a partir de 1988, durante a gestão do *alcaide* Pasqual Maragall i Mira; o “*Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio*”, elaborado a partir de 1993, na gestão do prefeito César Maia; e o “*Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus*”, elaborado a partir de 2014 (divulgado em 2015), na gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto.

Enquanto fontes de evidências, os planos das cidades de Barcelona e do Rio de Janeiro foram analisados a partir de seus *documentos-divulgação*, disponibilizados, respectivamente, em março de 1990 e em janeiro de 1996. No caso de Manaus, o plano analisado foi disponibilizado em *reunião-divulgação*, realizada em dezembro de 2015, coordenada pelo corpo técnico da Prefeitura Municipal de Manaus, e por representantes da assessoria técnica contratada (Consócio IDOM-Pólis) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)³⁴.

O apoio dos dados frente a determinada teoria “transforma-se em evidência” (BECKER, 2022 [2017], p. 20). No entanto, com base nas reflexões metodológicas do matemático George Polya (1887-1985), o sociólogo e epistemólogo Howard S. Becker alerta que essa relação remete a dois tipos de raciocínios: os “demonstrativos” e os “plausíveis” (ibidem, p. 21). O primeiro, sob o aporte criterioso dos dados (baseado na precisão e no reconhecimento de origem) converge à análise uma condição segura que, associada a “padrões rígidos, codificados e elucidados pela lógica” (ibidem, p. 22), típico das chamadas *ciências duras*, se realiza somente por aquilo que se dispõe, sendo incapaz de alcançar uma ação científica complexa, em que pese a novidade ou atualização do pensamento. O segundo tipo, envolve um pensamento que orbita o risco, o contestável, o distinto e, inclusive, uma possível condição transitória, fugaz e refutável do raciocínio analisado.

Apesar do rigor em lidar com as teorias e associá-la à determinadas localidades a partir de suas fontes de evidência, a condição escalar da ação do planejamento estratégico amplia o campo de análise criando condições para inúmeras variáveis que podem ser acionadas permitindo, assim, uma série de interpretações. Deste modo, é condição fundamental delimitar o campo de análise

³⁴ Durante a pesquisa, este foi o documento analisado, pois, apesar de revisado, foi constatado que os ajustes realizados para a versão final não alteraram os conteúdos analíticos (“Diagnóstico Temático”) e prospectivos (“Diagnóstico Estratégico”) do primeiro documento.

(teórico e empírico) e, deste, estabelecer durante todo o processo um estado de constante vigilância a fim de manter as intenções da pesquisa sob certo controle. Um farol-guia, cuja constância evita nexos contraditórios que podem enfraquecer os argumentos (problemática e justificativa), os objetivos, as análises e, até mesmo – de forma ampliada – os propósitos que envolvem o fenômeno a ser investigado.

Desde o reconhecimento da pesquisa social como parte do campo de conhecimento das ciências sociais aplicadas, a instabilidade das pesquisas que interrelacionam a teoria e a prática têm estabelecido um dilema constante a partir da denúncia ancorada na relatividade do conhecimento. Para Bachelard (1996 [1938]), Bourdieu (2015 [1968]) e Becker (1999 [1992]), este possível descrédito tem fundamento na própria natureza do campo, onde o conhecimento produzido não é absoluto e rigoroso, mas aproximado, afinal, ao se propor estudar a sociedade – enquanto campo teórico-empírico – o pesquisador se depara com um estado dinâmico de incertezas e atualizações dos fatos sociais e, diante disso, requer superações constantes de antigos paradigmas. Situações muitas vezes explicadas sob forte apelo relativista, cujo “ajuste”, advindo de um conservadorismo epistemológico, impede o progresso científico.

Ademais, acomodado no cotidiano da sociedade, o campo analítico das ciências sociais é tomado por uma infinidade de reflexões-conceitos, geralmente interpretados e disseminados a partir de fenômenos episódicos de baixa amplitude analítica, porém, de fácil disseminação. A superficialidade do pensamento que envolve este processo, ancorada no imediatismo de valores preconcebidos, estabelece um dualismo do objeto entre o senso comum e o saber científico, que influencia inclusive o pesquisador, devido a sua posição no mundo social, bem como a sua condição, munida de afetividades e de interesses circunstanciais.

Deste modo, Bachelard (1996 [1938]) alerta que para alcançar o pensamento científico é preciso vencer os “obstáculos epistemológicos” do objeto da pesquisa, definidos enquanto “conjunto de erros retificados” (ibidem, p. 293), onde o pesquisador precisa seguir em sentido oposto, ou seja, o da eliminação de entendimentos anteriores na busca de superá-los.

Quando aplicada, a referida teoria parte do entendimento do objeto a partir de três estados (quadro 33), onde o primeiro aponta o imediatismo do contato (estado concreto); o segundo, refere-se à condição de conhecimento geral, somado às primeiras impressões e a possíveis construções adquiridas (estado concreto-abstrato); e o terceiro, corresponde à capacidade de analisar as complexidades do objeto (estado abstrato), propondo novos rumos do pensamento ligados à experiência (por superação dos dois estados anteriores), indicando, assim, o saber científico ou conhecimento aproximado, enquanto produto do campo das ciências sociais aplicadas.

Quadro 33 - O “obstáculo epistemológico” / síntese teórica.

síntese teórica		
o pensamento científico segundo Gaston Bachelard		
estado concreto IMAGEM	estado concreto-abstrato GEOMETRIA	estado abstrato ABSTRAÇÃO
experiência primeira	conhecimento geral (senso comum)	saber científico através do reconhecimento e da superação dos obstáculos epistemológicos
obstáculos epistemológicos		saber científico

Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

Para Bourdieu et al. (2015 [1968]), o processo de superação e retificação do referido obstáculo está diretamente atrelado a procedimentos rigorosos do pesquisador ao longo de toda a sua

pesquisa. Intitulados de “atos epistemológicos” (ibidem, p. 73), suas reflexões metodológicas sugerem reinterpretações dos “estados” bachelardiano, pois, a partir da ideia de que o objeto pesquisado se constitui enquanto fato, este deve ser *conquistado*, *construído* e *constatado*. Deste modo, são os atos epistemológicos do pesquisador que alcançam os fatos, porém, na referida prática, apesar de suscitar uma lógica racional, “nunca fica reduzida à ordem cronológica das operações concretas da pesquisa” (ibidem, p. 73-74).

Também, a dificuldade em estabelecer este distanciamento, entre o senso comum e o saber científico, está atrelado a linguagem sociológica que utiliza de um “léxico comum” (BOURDIEU et al., 2015 [1968], p. 37), diferente dos especialistas em ciências experimentais, que utilizam leis, regras gerais e fórmulas matemáticas, onde facilmente é notado o lugar científico frente as percepções pessoais do objeto de pesquisa.

[...] os jogos de polissemia, permitidos pela afinidade invisível entre os conceitos mais depurados e os esquemas comuns, favorecem o duplo sentido e os mal-entendidos cúmplices que garantem ao jogo profético suas audiências múltiplas e, por vezes, contraditórias. [...] todo sociólogo deve combater em si próprio o profeta social que, segundo as exigências de seu público, é obrigado a encarnar. (BOURDIEU et al., 2015, p. 37).

Considerando a constante vigilância do objeto pesquisado ao longo do trabalho, ao aproximar a teoria de Bachelard ao planejamento estratégico de cidades (quadro 34), o estado abstrato (enquanto saber científico) foi revelado após superar, em estágio concreto, a *ideia-antídoto* da ciência da cidade sujeitada ao contexto neoliberal; e, em estágio concreto-abstrato, a *condição-modelo* que, posta em circulação, associada ao capital simbólico das “boas práticas”, promove um desenvolvimento socioterritorial que naturaliza os processos gentrificadores.

Assim, é do entendimento sistêmico, após destacar o pensamento dos estados anteriores (*concreto + concreto-abstrato*), que o planejamento estratégico de cidades se revela como parte da ação capilar dos ideais exploratórios e acumulativos do capitalismo neoliberal, acionados por agentes de poder correlacionados – de natureza direta ou indireta - ao planejamento urbano e regional.

Quadro 34 - O “obstáculo epistemológico” / síntese aplicada.

síntese aplicada		
situação-problema: o planejamento estratégico de cidades		
estado concreto IMAGEM	estado concreto-abstrato GEOMETRIA	estado abstrato ABSTRAÇÃO
ideia positivada: de ordem contextual associado ao planejamento urbano e regional, o planejamento estratégico de cidades remete a uma <i>ideia-antídoto</i> de um fazer no contexto neoliberal.	ideia positivada: de ordem operacional o planejamento estratégico de cidades enquanto <i>condição modelo</i> , tomada por “boas práticas” (capital simbólico) que circulam e reforçam o estado concreto da situação-problema.	ideia complexa: de ordem sistêmica o planejamento estratégico de cidades como parte da dominação capilar da racionalidade neoliberal.
obstáculos epistemológicos		saber científico

Fonte: elaboração própria a partir de fontes citadas.

Ademais, o entendimento por superação das ideias que envolvem o planejamento estratégico de cidades denotam que tanto a experiência primeira (estado concreto) quanto o conhecimento geral (estado concreto-abstrato) assentam o objeto da pesquisa nos limites dos processos físicos que envolvem o planejamento urbano e regional, reforçando assim, como já dito, a condição do fazer urbano enquanto prática tecnicista tomada por um receituário gradativo que se resolve por levantamento, diagnóstico e análise (conhecimento tácito) e, por fim, por um gesto

projetual. Tensionado pela centralidade das forças advindas do poder político (enquanto *lócus* de atuação do urbanista), o caráter intuitivo se faz intencional, e, quando vencidas, as etapas que culminam em planos ou propostas revelam para o mundo social uma cidade intencionada, predestinada por manipulações a favor da única vontade: explorar as possibilidades rentáveis do território.

Assim, como parte dos direitos sociais convertidos em serviços, o planejamento estratégico de cidades é um mecanismo conveniente, que ampara as crises socioeconômicas por meio de soluções socioterritoriais excludentes e seletivas, cujo acesso, a princípio determinado por capacidade econômica, faz do “lugar”, conforme Certeau (2003 [1980]), o “espaço” de uns em detrimento de outros³⁵.

Mas para além da sua *condição-parte*, que estabelece certos limites de ação (como no caso das cidades e da produção do espaço urbano), o planejamento estratégico é um método que fortalece os processos *sistêmico-capilares* do capitalismo neoliberal, organizados a partir de estratégias que estabilizam as interrelações da escala-mundo.

Apesar de certo tom conclusivo, o campo analítico do planejamento estratégico de cidades está atrelado a exemplos de uma prática, cuja viabilidade revela a aderência ao saber científico suscitado pelo método bachelardiano. No entanto, o caráter dedutivo não descarta o seu valor científico, afinal, conforme os pressupostos do obstáculo epistemológico, trata-se de um procedimento analítico de superação gradativa do objeto da pesquisa, operado sob ação direta do pesquisador e controlada por suas fontes de evidência.

Contudo, a fim de personalizar a generalidade que reforça a ação dos ideais neoliberais no campo do planejamento urbano e regional, este trabalho propõe (mediante suas intenções epistêmico-metodológicas) uma aproximação distinta a partir dos planos estratégicos das cidades de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus.

Do reconhecimento das distinções de cada localidade, associadas aos documentos oficiais de divulgação de seus respectivos planos estratégicos, busca-se investigar de forma comparada um conjunto de analogias que comprovem que as especificidades locais da “estratégia chamada planejamento estratégico”³⁶ são ajustadas por ideias do sistema-mundo e legitimadas pelo poder local, a partir de intenções viabilizadas por filiação a agentes distintos, neste caso, junto ao campo de ação do planejamento urbano e regional. Assim, deste *modus operandi* hipotético, é vontade confirmar que a cidade, enquanto território a ser explorado pelo neoliberalismo, compõe parte da capilaridade neoliberal e, conseqüentemente, da insistente lógica de acumulação capitalista.

A partir das informações e das relações que posicionam os respectivos planos estratégicos, bem como as intenções de aproximá-los por comparação, faz-se adesão, enquanto procedimento metodológico, de um “raciocínio por analogia” (BOURDIEU et al., 2015 [1968]).

O raciocínio por analogia que é considerado por um grande número de epistemólogos como o primeiro princípio da invenção científica está voltado a desempenhar um papel específico na ciência sociológica que tem como especificidade não poder

³⁵ A análise do planejamento estratégico de cidades a partir do obstáculo epistemológico de Gaston Bachelard reforça a crítica ao planejamento urbano e regional, enquanto procedimento não-sistêmico e tecnicista. Sem o reconhecimento político do pensar-fazer, associado à necessidade de se estabelecer, enquanto campo de conhecimento, a produção do espaço tem replicado um receituário teórico distinto e limitado que facilita a ação no território por meio das chamadas “boas práticas”. Sob forte apelo imediatista, desconsidera sua complexidade sistêmica e interrompe a crítica social, reduzindo sua prática a processos de controle e domesticação, geralmente amparados por instrumentos urbanos tendenciosos.

³⁶ Título da tese de doutorado do arquiteto e urbanista Pedro de Novais Lima Júnior, defendida em 2003, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), sob a orientação do professor Carlos Bernardo Vainer.

construir seu objeto a não ser pelo procedimento comparativo. Para evitar a consideração ideográfica de casos que não contêm em si mesmos sua razão de ser, o sociólogo deve multiplicar as hipóteses de analogias possíveis até construir a família de casos que justifique o caso a ser considerado. (BOURDIEU et al., 2015, p.67).

Bourdieu et al. (2015 [1968]) alertam que, ao se propor aplicar o referido método, o pesquisador deve estabelecer uma relação de constante vigilância com os objetos, cujo entendimento e abrangência determinará – à luz das intenções da pesquisa - a efetividade da análise pretendida: identificar as semelhanças (enquanto hipóteses análogas) ou, por exclusão, as diferenças; justificando assim as possibilidades de aproximação equivalente, mesmo se tratando de contextos distintos e não idênticos, no entanto, reunidos sob uma mesma lógica de funcionamento.

Amplia-se assim a responsabilidade do pesquisador, pois, a busca por uma analogia comparada requer determinar categorias que aspirem relações temáticas (as chamadas “famílias de casos”), capazes de revelar possíveis similitudes, a fim de construir um eixo analítico estruturado, partindo de um objeto (possível emissor [*Barcelona*]) para outros (possíveis interlocutores [*Rio de Janeiro* e *Manaus*])³⁷, concomitantemente envolvidos às análises da pesquisa, neste caso, conforme as circunstâncias que envolvem os três planos estratégicos analisados³⁸.

A partir do simbólico bourdieusiano e das trocas que envolvem este capital, o sociólogo Sérgio Miceli³⁹ enfatiza – enquanto qualidade instrutiva do método na pesquisa social – que, o objeto emissor não deve ser tratado como “tipo-ideal” (BOURDIEU, 2007 [1982], p. XXXI) generalizado, afinal, é parte da construção sugerida pela pesquisa, e seu papel é servir de “guia para a construção de hipóteses” (ibidem), sendo exclusivamente associado a respectiva investigação e seus sistemas de relações (categorias), podendo inverter, ou mesmo excluir essa posição, quando atrelada a outra intenção a ser averiguada.

Quando estabelecidas, tais categorias determinam o campo de ação do referido método na pesquisa, e, apesar do entendimento sistêmico (após superar os obstáculos epistemológicos), os objetos agora se fragmentam a favor de arranjos intencionais e concomitantes, acionados a partir das analogias pretendidas⁴⁰.

Conforme recomendações de Bourdieu et al. (2015 [1968]), somadas à intenção de customizar as generalidades do planejamento estratégico de cidades, a pesquisa prolonga-se com uma proposta de aproximação comparada junto aos planos das cidades de Barcelona, do Rio de Janeiro e de Manaus, com o objetivo de demonstrar a recorrência de características análogas que, mesmo diante de suas condições distintas, persistem nos referidos objetos de pesquisa.

Implementados mediante um contexto político-econômico macroestrutural, os referidos planos estratégicos – tomados de intenções advindas do poder local – foram conduzidos por procedimentos metodológicos e operacionais que culminaram em um conjunto de ações e

³⁷ Nessa pesquisa, a posição de Barcelona (objeto emissor) está relacionada a *condição-gênese* de um paradigma urbanístico, bem como os processos que envolvem a circulação de suas ideias.

³⁸ Sobre a teoria do método, cabe destacar que a vontade de revelar o que é análogo faz do esforço despendido o entendimento das particularidades dos casos empíricos, das quais podem fortalecer o campo reflexivo da referida pesquisa, ou ainda elucidar futuras vertentes de análise do mesmo objeto.

³⁹ Intitulado “*A força do sentido*”, o referido texto de Sérgio Miceli é apresentado na introdução da obra “*A economia das trocas simbólicas*”, de Pierre Bourdieu (2007 [1982], p. VII - LXI).

⁴⁰ Este processo de escolha está diretamente associado à autoridade do pesquisador em manipular as fontes de evidência em defesa da sua referida pesquisa. No entanto, independente da categoria analítica enfatizada, quando em processo de interrelação comparada, o raciocínio por analogia dinamiza os objetos da pesquisa, antes estáticos na sua própria forma.

projetos que, para além da incidência direta no território, prescrevia uma coligação do Estado com o mercado, amparado por um discurso que proferia um desenvolvimento local.

Sombreado pelo contexto mundial, a ideia – a partir de um modelo – sugeria um formato e, diante destas circunstâncias, era de fundamental importância que as intenções ajustassem as particularidades locais, ou seja, uma prescrição genérica para uma realidade distinta.

Da importância deste episódio (seguindo o intuito de uma aproximação análoga), a pesquisa propõe subdividir os referidos planos estratégicos em duas variáveis analíticas: uma de ordem relacional (*global x local*), com ênfase nos nexos contextuais; e outra organizacional, comprometida em analisar - a partir de seus documentos de divulgação (fontes de evidências desta pesquisa) - os objetivos, as subdivisões temáticas, os produtos e os processos operacionais a eles atrelados.

Assim, respectivamente entendidas a partir de aspectos *geocontextuais* e estruturais, e atento às relações diretas entre as cidades e seus planos estratégicos, ficam estabelecidas, enquanto categorias analíticas a serem comparadas (quadro 35), as INTENÇÕES, subdivididas em *contexto* e *objeto da pesquisa*, reveladas conforme interrelação da macroestrutura neoliberal (influência externa), dos episódios de relevância local durante o processo de elaboração do plano estratégico (influência interna), e da estrutura do plano (objetivos + organograma), entendida enquanto síntese de influência; as OPERACIONALIZAÇÕES, evidenciadas a partir de um espaço social distinto, estruturado a partir de posições intencionais (fixas e flexíveis); e, por fim, os PRODUTOS, agrupados em blocos temáticos (conforme suas linhas estratégicas), diretamente atrelados a instituições ou agentes específicos⁴¹.

Quadro 35 - Raciocínio por analogia – categorias analíticas.

CATEGORIAS ANALÍTICAS		
Objetos da Pesquisa: Planos Estratégicos de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus		
INTENÇÕES	OPERACIONALIZAÇÕES	PRODUTOS
<p>INTENÇÕES/CONTEXTO "campo de influência" externa: racionalidade neoliberal. interna: episódios locais.</p> <p>INTENÇÕES/OBJETO DA PESQUISA "síntese de influência" estrutura organizacional (objetivos + organograma)</p>	<p>ESPAÇO SOCIAL influências contextuais posicionamentos intencionais (fixos e flexíveis) categorias estruturantes (<i>habitus</i>, <i>campo</i>, <i>illusio</i> e <i>capital</i>)</p>	<p>PROJETOS / AÇÕES / DIRETRIZES agrupamentos temáticos (conforme linhas estratégicas) instituições / agentes (público ou privado)</p>

Fonte: elaboração própria.

Devido ao suposto efeito causal que envolvem as subdivisões da categoria INTENÇÕES, fica estabelecido um fluxo analítico a partir dos eventos (*contexto*) que influenciaram a adesão do planejamento estratégico (quadro 36), seguidos dos procedimentos adotados que culminaram em suas respectivas estruturas organizacionais (*objeto da pesquisa*). Analisadas de forma distinta, tais subdivisões serão relacionadas posteriormente, a fim de revelar a categoria INTENÇÕES sob influência das duas circunstâncias.

⁴¹ Apesar do compromisso da pesquisa com suas fontes de evidência, na intenção de reforçar as reflexões e as análises suscitadas pelos dados, serão acionadas fontes secundárias, principalmente nos casos dos planos estratégicos de Barcelona e do Rio de Janeiro que, para além dos processos que envolvem suas elaborações e implementações, seus desdobramentos têm apresentado análises críticas consistentes, principalmente no que tange a relação direta do planejamento estratégico com a produção do espaço urbano.

Quadro 36 - INTENÇÕES / CONTEXTO: Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus.

INTENÇÕES / CONTEXTO	
elaboração	episódios relevantes
<p>BARCELONA</p> <p>elaboração do plano estratégico a partir de 1988</p>	<ul style="list-style-type: none"> permanência de forças políticas na região da Catalunha frente ao movimento separatista na Espanha. crise do Comitê Olímpico Internacional (COI) devido a endividamentos acumulados associados a episódios ocorridos em olimpíadas anteriores*: México (1968) / Massacre de Tlatelolco; Munique (1972) / ataque terrorista (11 israelitas mortos); Montreal (1976) / boicote dos países africanos; Moscou (1980) / boicote de 60 países; Los Angeles (1984) / boicote de 17 países; Seul (1988) / transmissão negociada com a comissão organizadora + programa de patrocínio. cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 1992 (anunciado em 1986). força de processos democráticos de ordem social, desencadeados após a dissolução da ditadura franquista. reconhecimento de 12 centralidades urbanas como parte de um projeto democrático (socio territorial participativo): descentralização da gestão pública. <p><small>* OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. <i>O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo</i>. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Anpur, 2015.</small></p>
<p>RIO DE JANEIRO</p> <p>elaboração do plano estratégico a partir de 1993</p>	<ul style="list-style-type: none"> expectativa da população local por um projeto que alavancasse a condição autônoma da cidade do Rio de Janeiro (enquanto Estado-nação), desde a transferência da capital Federal para a cidade de Brasília (1960). consolidar uma identidade carioca. efeitos da globalização. pleito eleitoral do município do Rio de Janeiro, em 1992, que consagrou vitória ao candidato César Maia (PMDB), derrotando a então deputada Benedita da Silva (PT). aproximações ideológicas entre o prefeito César Maia, o economista Carlos Lessa e o arquiteto e urbanista Luiz Paulo Fernández Conde. “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, aprovado em novembro de 1995, ao final do primeiro ano de gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).
<p>MANAUS</p> <p>elaboração do plano estratégico a partir de 2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> a incidência do neoliberalismo no Brasil. ampliação contratual junto ao BID, a princípio para sanar as pendências do PROURBIS. incapacidade de autonomia política diante da necessidade de coligações partidárias, principalmente no âmbito Federativo, a fim de garantir a permanência dos incentivos junto ao Polo Industrial de Manaus (PIM). insuficiência econômica atrelada aos efeitos dos programas de incentivos fiscais para manutenção do modelo Zona Franca. <i>condição-crise</i> do Centro de Manaus, legitimada pelo município (Plano Diretor + leis complementares), conforme parâmetros urbanos que limitam ações no território. controle generalizado da região Central, associado a um discurso preventivo frente às complexidades de uso e ocupação, bem como a sua relação com o patrimônio edificado.

Fonte: elaboração própria.

As distinções contextuais que envolveram os processos de adesão/elaboração dos planos estratégicos das cidades Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus remetiam às suas condições locais (de ordem sistêmica), das quais, personalizavam uma posição frente ao funcionamento da racionalidade neoliberal.

Assim, o método estratégico – enquanto possível solução – dependia de um duplo ajuste. O primeiro, envolvia a reestruturação da máquina pública para adequar sua ordem complexa e heterogênea a um formato interrelacional de agentes distintos e intencionais. O segundo, dependia de um discurso consensual que enfatizava a adesão do modelo estratégico como um catalisador, associando o desenvolvimento frente às dificuldades locais.

A estratégia-consenso que facilitou o processo de implementação do plano estratégico da cidade de Barcelona foi amparada pelos efeitos prometidos pelos Jogos Olímpicos, dos quais, tomados de expectativas difusas (população local, Comitê Olímpico Internacional e a Comunidade Econômica Europeia⁴²), incorporou a entrada permanente do capital privado, bem como, os privilégios aos mercados destes capitais.

No caso carioca, o plano “*Rio Sempre Rio*” era tomado por uma abrangência ambiciosa que facilmente poderia substituir o plano de governo do prefeito César Maia. No entanto, a vontade era distinta e, diante disso, a máquina pública passou a operar sob dois regimes intencionais, acionados por conveniência: um plano de governo e um plano estratégico.

Em teoria, apesar dessa particularidade suscitar uma autonomia positiva que desobrigava o acoplamento dos projetos da máquina pública ao plano estratégico, na prática, este formato revelou uma estratégia de poder ampliado do prefeito, principalmente no âmbito decisório e deliberativo do plano estratégico, atestando assim, apesar de um discurso apoiado em processos participativos, a manipulação das ações e projetos, sendo essa a real versão do consenso do plano carioca.

Por fim, o PDRCM (2015), enquanto plano estratégico vigente na cidade de Manaus, tem no processo de degradação socioterritorial de sua área central, somado ao insistente discurso que aciona os “prejuízos fiscais” do modelo Zona Franca, a força consensual e propositiva de um plano diretor autônomo que, conforme fontes de evidências, está diretamente atrelado a toda estrutura organizacional e orçamentária da prefeitura. Vínculo de poder semelhante à experiência pioneira do Rio de Janeiro.

Diante das circunstâncias contextuais distintas que envolviam cada localidade, o planejamento estratégico insinuava, enquanto procedimento metodológico aplicado, a possibilidade de incorporar, seja no âmbito do planejamento urbano ou das políticas públicas, um novo ciclo de desenvolvimento local motivado pelo ajuste da relação do Estado com o mercado, concatenado ao seu formato explorador e acumulativo, a fim de equiparar forças com vistas a participar da competitividade entre cidades.

Assim, independente da localidade, a força de adesão fez dos episódios locais as INTENÇÕES que determinaram o campo de ação de seus respectivos planos estratégicos.

Atrelados ao poder local e associados, metodologicamente, aos procedimentos futurísticos do modelo estratégico, os respectivos planos tiveram intensa influência política e, diante de intenções determinadas, passaram a orientar suas gestões públicas sob o aporte - nos casos estudados – de dois processos *neoliberalizantes*: as parcerias público-privadas e/ou o acesso de recursos financeiros junto a agências multilaterais.

A princípio, com base nos ensinamentos pontuais que circulavam desde os anos 60, as estratégias partiam de uma síntese sistêmica das condições atuais e, diante deste diagnóstico, aplicavam o receituário corporativo (prospectado das categorias de uma matriz *SWOT*: *Strengths* [Forças], *Weaknesses* [Fraquezas], *Opportunities* [Oportunidades] e *Threats* [Ameaças]). O produto deste procedimento - sistematizado por agentes vinculados à estrutura

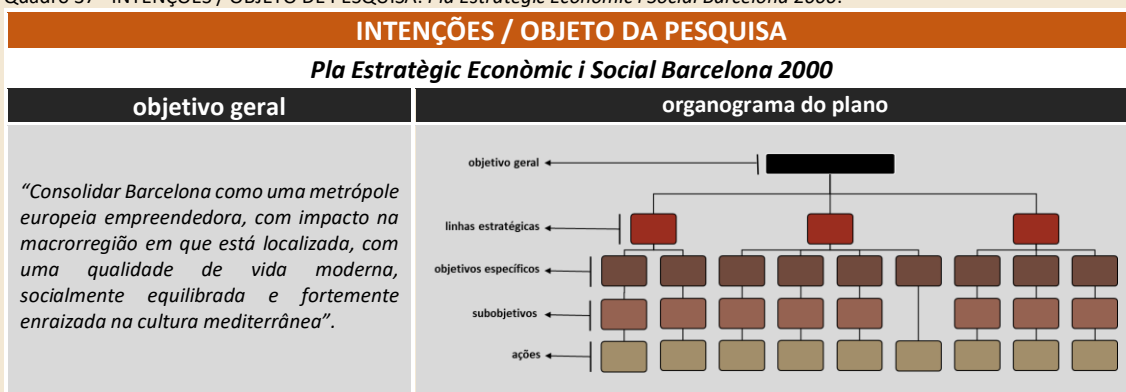
⁴² Em 1993, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) foi extinta, ano em que a Espanha passou a compor a União Europeia (EU).

organizacional dos planos – amparava o objetivo geral e, deste, desdobravam-se, para além dos campos de ação (linhas estratégicas) e suas possíveis intervenções (ações e projetos), em agentes de ordem gestora e operacional acionados durante o processo.

No caso de Barcelona (quadro 37), enquanto INTENÇÕES do OBJETO DA PESQUISA, o plano estratégico tinha uma projeção temporal que alcançaria os anos 2000 e, neste intervalo, seus objetivos previam um processo/projeto ambicioso de metropolização, afinal, para além do desenvolvimento local, através de programas gestores e intervenções urbanas físico-territoriais, estrategicamente pretendia fortalecer sua complexidade macroestrutural na expectativa de marcar a sua posição no território espanhol e, assim, ampliar sua atuação junto ao processo de integração à Comunidade Econômica Europeia (CEE), mesmo diante das tensões políticas e econômicas que tangem o movimento nacionalista catalão. Nesta perspectiva, o plano foi estruturado a partir de três linhas estratégicas.

Com foco na escala metropolitana de intenções, propunha um conjunto de ações baseadas na qualidade de vida da população, na atualização de mercado e, conseqüentemente, da produção a eles associados. Intenções resolvidas – conforme organograma - por meio de agrupamentos distintos, subdivididos em objetivos específicos, subobjetivos e ações.

Quadro 37 - INTENÇÕES / OBJETO DE PESQUISA: *Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*.



Fonte: elaboração própria a partir das fontes de evidência.

Segundo documento oficial, a elaboração do Plano Estratégico de Barcelona teve início em 1988, dois anos após a confirmação da condição-sede para realização da XXV Olimpíada de 1992, e, deste contexto, a ideia de um plano estratégico demandava um planejamento acrescido de um megaevento⁴³.

Desafio oportuno para associá-lo ao plano estratégico estabelecendo, assim, um estado de urgência, do qual, a princípio, foi elaborado por um Comitê Executivo e, quando estruturado, seguiu coordenado pelo Conselho Geral do Plano Estratégico (presidido pelo prefeito de Barcelona, Pasqual Maragall) e por comissões técnicas, já em fase de diagnóstico. Ademais, a referida estrutura estava integrada a instituições e agentes distintos – públicos e privados – que influenciavam as intenções das linhas estratégicas, sendo tensionada somente pela expectativa dos representantes locais frente à qualidade prometida.

⁴³ A implementação do Plano Estratégico de Barcelona dependeu de um discurso contundente, com o propósito de convencer - por meio de seus “benefícios” - as “vantagens” de adotá-lo. Explícito em seu documento-divulgação, denota um procedimento semântico-didático comparado, baseado na “positividade” dos conceitos teóricos e metodológicos do planejamento estratégico frente aos efeitos negativos dos formatos “tradicionais”. Dentre os inúmeros *temas-conceito*, a distinção entre o modelo estratégico frente ao planejamento urbano tradicional é a abordagem reveladora da real intenção em adotá-lo, enquanto formato “inovador” da gestão pública. Entendido como um procedimento distinto que aciona categorias e agentes também distintos, o planejamento urbano é acusado de certa obsolescência, e que sua nova versão deve ser inserida no contexto sistêmico da visão estratégica: uma categoria pontual de ação que deve operada por extrapolação de seu campo.

Forças desiguais, quando relacionadas à escolha de propostas a serem inseridas no plano estratégico, afinal, no campo das disputas, enquanto o mercado oferecia receita para o Estado, a população esperava deste mesmo Estado uma ação direta diante das desigualdades e das crises sociais. Assim, entre acumular ou gastar, o Estado viabilizou o mercado, para que este pudesse oferecer, por meio de geração de emprego e renda, a tão almejada “qualidade de vida moderna, socialmente equilibrada e fortemente enraizada na cultura mediterrânea” (*Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000*, 1990, p. 48, tradução nossa).

Revelada enquanto produto das comissões técnicas, a síntese deste processo (diagnóstico + organograma) chancelou uma ação ampliada do mercado, legitimada pelo Estado, das quais destacavam um projeto interno (de âmbito municipal) e externo (de âmbito metropolitano) de infraestruturas urbanas; um programa de qualidade de vida com foco na geração de emprego e na capacitação de mão de obra, a partir do incentivo da produção consolidada e de novos nichos de mercado; e, por fim, um processo de valorização industrial, da consolidação de um polo de negócios, da qualificação logística aeroportuária, da interligação metropolitana de atividades produtivas e de difusão tecnológica.

Contudo, apesar desta síntese prioritária, foram dos Jogos Olímpicos a força motriz que motivou a implementação do plano estratégico, redirecionando as preferências conforme as demandas do megaevento, cujo sucesso, para além da reestruturação do Comitê Olímpico Internacional, consagrou à Barcelona a oportunidade de uma dupla chancela: a de manter o planejamento estratégico como modelo organizacional da gestão pública; e de vender o capital simbólico do seu paradigma urbanístico para outras cidades do mundo, através de uma consultoria estratégica que, particularmente, mediante uma articulação política, em parceria com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, elaborou o primeiro plano estratégico brasileiro, subtítuloado “*Rio Sempre Rio*”.

Com o propósito de animar a condição da metrópole carioca a partir da valorização de sua paisagem natural e de sua cultura, através de um modelo comprometido de gestão participativa, o referido plano estratégico, ainda nas suas primeiras páginas, revelou a intenção de articular a cidade na escala mundo, reconhecendo os processos desencadeados pela globalização e da necessidade de se fazer competitiva.

Conforme documento analisado, tais vontades antecedem até mesmo o objetivo central do plano que, sob forte base discursiva, protagonizada por efeitos de uma série de crises acumuladas (de âmbito nacional e local), dispara, enquanto “*Mensagem à Cidade*” - através do Conselho Diretor do plano estratégico - a necessidade de uma atualização gestora, porém, aberta e participativa.

Não se trata de um plano de governo. Não são diretrizes impostas, ações descoordenadas ou isoladas, necessidades abstratas ou desejos impensáveis. São estratégias assumidas, programas de consenso, ações com objetivo, definindo necessidades expressas e consensuais, são projetos exequíveis (*Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio*, 2016, p. 11-12)

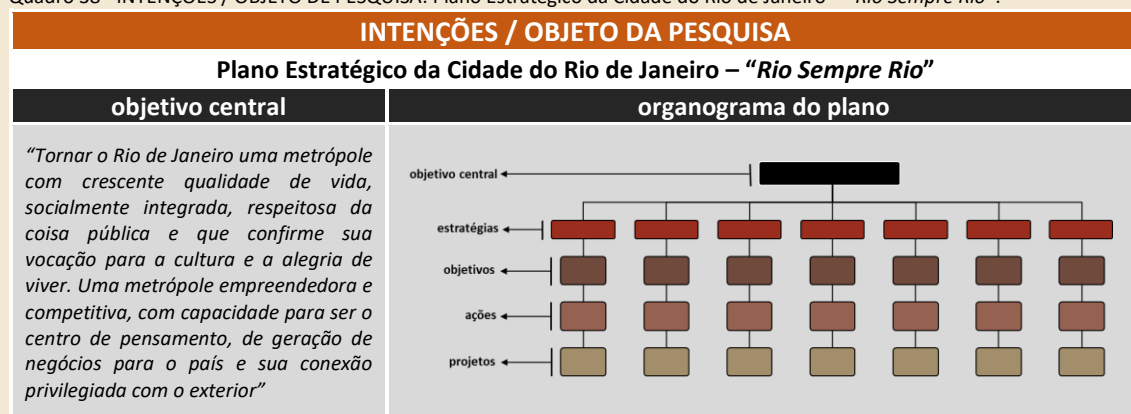
Em todo o documento são acionadas estratégias que reforçam o sentido de um projeto de cidade que interrelaciona as suas características locais aos efeitos globais, sendo esta – sob a ênfase do discurso - a única receita capaz de oportunizar um desenvolvimento *local-sistêmico* diante do contexto mundial.

Conforme capítulo 3, a ideia pioneira do plano estratégico no Brasil estava submetida a uma estrutura organizacional que reportava os processos participativos, bem como, os subsídios gerados, a uma instância mediadora, formada pelo Comitê Executivo, cujos encaminhamentos eram submetidos aos poderes do Conselho Diretor seguido do Conselho da Cidade, sendo

função atribuída ao primeiro, a homologação das sínteses advindas do segundo que, além de ser presidido pelo prefeito César Maia, era formado por representantes dos setores bancários, das telecomunicações, dos comércios, das indústrias, das universidades, das igrejas, da população, entre outros, determinando, assim, o campo de forças deliberativas do plano estratégico.

É deste fluxo operacional que o diagnóstico da cidade do Rio de Janeiro foi elaborado, cuja síntese (quadro 38) determinou o objetivo central do Plano Estratégico “Rio Sempre Rio”, bem como, os seus desdobramentos, sistematizados em sete estratégias. Todavia, apesar de associado ao objetivo central, o plano carioca – diferente da sua inspiração barcelonesa – optou por blocos estratégicos distintos, seguidos de objetivos que, conseqüentemente, disparavam ações e inspiravam projetos.

Quadro 38 - INTENÇÕES / OBJETO DE PESQUISA: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”.



Fonte: elaboração própria a partir das fontes de evidência.

Descritas no capítulo 3, a tematização das estratégias, bem como as suas ações e projetos, revelaram um processo de descentralização intencional do plano⁴⁴ que permitia acionar a parte interessada da máquina pública, os agentes distintos relacionados à referida estratégia e, principalmente, determinar prazos de execução mediante orçamentos e fontes de recursos necessários para serem viabilizados. Contudo, no caso do plano estratégico carioca, essa possível “autonomia” era influenciada pelos interesses dos representantes das associações, entidades e grupos vinculados ao conselho da cidade, deliberado sob a força do capital simbólico duplicado do prefeito César Maia (enquanto gestor público e gestor do plano). Deste modo, era inevitável o favorecimento de uns em detrimento de outros, principalmente quando associado às intenções neoliberais do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por fim, mediante a análise de seu objetivo central e de sua estrutura intencional, ainda que o Plano Estratégico “Rio Sempre Rio”, tenha acarretado certo descrédito - quando analisado a partir de sua capacidade executora – o referido “modelo” desvendou a possibilidade de um fazer e instruiu gestões subsequentes, tanto da prefeitura carioca como de outros municípios, conforme realidades distintas e crises locais.

Na busca por procedimentos análogos, conforme intenção metodológica desta pesquisa, o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM) foi apresentado com uma proposta de gestão autônoma, através de um plano diretor para a região central da cidade de Manaus (conforme perímetro determinado).

⁴⁴ Do ponto de vista estratégico, a descentralização temática produz tensões difusas no plano, e, para além de certa autonomia, pode articular forças intencionais que priorizam determinados projetos.

Sua escala distinta – quando relacionada a de Barcelona e a do Rio de Janeiro - não privou o referido plano do modelo estratégico, sendo referenciado ainda em seu “Diagnóstico Temático” (PDRCM [Tomo I], 2015).

As distinções do *espaço-crise* do Centro de Manaus, legitimada por parâmetros genéricos de sua estrutura normativa vigente, foi a condição motivadora para propor, através de um outro plano diretor, uma gestão independente tomada – conforme objetivo geral – por um conjunto de *reabilitações, reconversões e requalificações* que prometem alcançar a sustentabilidade, o equilíbrio e, conseqüentemente, o desenvolvimento de todo perímetro central, determinado pelo referido plano⁴⁵.

Sem a responsabilidade do termo, este discurso se faz oportuno, pois, diante da conjuntura neoliberal, a inspiração transformadora que envolve o conceito de intervenções que se apoiam no prefixo “*re*” facilita o gesto projetual mercadológico, ou melhor, precificado, cujo efeito intencionado ajusta ou desconsidera a condição sócio territorial instaurada.

(...) não se pode esperar que nenhum desses planos represente uma intervenção indolor. (...) o paraíso prometido pelos planos de revitalização, reestruturação, reabilitação etc. segue pelo curso da história por meio de inúmeras injunções políticas e econômicas, as quais esbarram com questões importantes, como as da propriedade da terra e do capital, nem sempre equacionadas de acordo com a visão mágica e o discurso fácil de que um projeto poderá garantir uma nova vida para determinada área (VASCONCELLOS; MELLO, 2015, p. 72).

No entanto, no caso de Manaus, apesar da intenção persistente (presente nas ações e nos projetos dos planos analisados), este processo “que repete o já existente com uma nova forma” (ibidem, p. 61) foi revelado ainda em fase diagnóstica, através de procedimentos metodológicos sofisticados que envolveram análises e sínteses de dados e, conseqüentemente, seus produtos (ainda que na forma de diretrizes).

A complexidade analítica (apresentada no capítulo 4) investiu em variáveis que subdividiu o perímetro do PDRCM; incorporou informações socioterritoriais; e analisou, categoricamente, uma série de indicadores (organizados por meio de uma síntese gráfica [“campo de batalha”]). Quando sistematizados, determinou um plano de ação seguido por estratégias de intervenção, hierarquizadas a partir de uma “área-piloto”.

Conforme intenção desta pesquisa, tais procedimentos suscitaram um possível afastamento, quando da busca por analogias metodológicas entre os planos analisados. Entretanto, foi observado que toda a variedade técnica aplicada orbitava a partir das determinações da “matriz receituária” do planejamento estratégico⁴⁶, das quais, foram instituídas a estrutura, o funcionamento, as articulações entre agentes e, mesmo diante de suas particularidades, os produtos ou “peças” urbanas de todo Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.

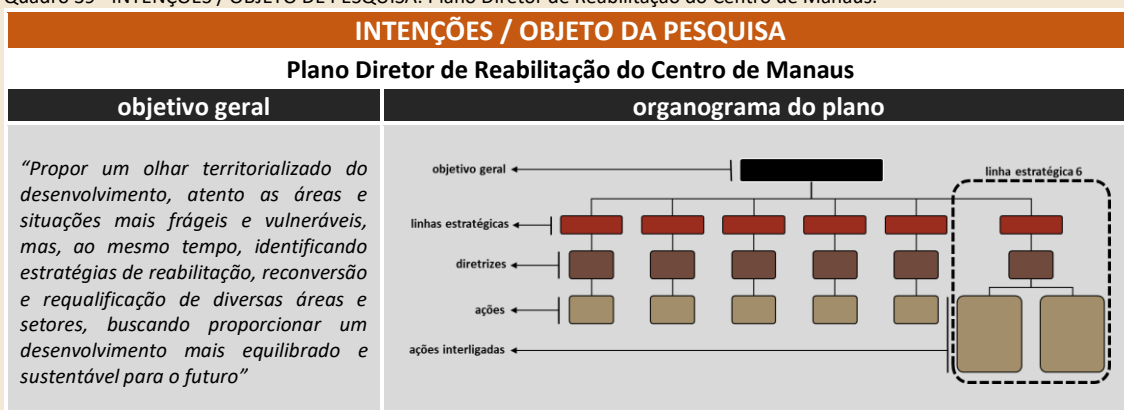
⁴⁵ Com início em 2014, o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM) surge de uma ação prospectiva, apresentada enquanto possível ampliação do contrato vigente entre a Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), naquela ocasião vinculado ao Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus (PROURBIS – etapa I). Mesmo diante de condições impostas pelo banco - atreladas a certas “pendências” do PROURBIS – a ampliação contratual se mantém e, assim, sob orientação do BID, a cidade Manaus promove uma “visita de reconhecimento” para as possíveis consultorias que estariam filiadas ao processo de elaboração do PDRCM. Situação que formalizou, mediante um procedimento licitatório, a participação do “Consórcio IDOM/Pólis”, determinando a tríade de agentes responsáveis pelo projeto: um contratante ou “cliente” (Prefeitura Municipal de Manaus); uma organização financeira internacional (BID); e uma consultoria externa, apresentada por meio de um consórcio hispano-brasileiro, formado pela *IDOM (Ingeniería y Dirección de Obras y Montaje)* e pelo *Instituto Pólis (Instituto de estudos, formação e assessoria em Políticas Sociais)*. A referida composição se manteve até maio de 2019 quando - após revisão de “carta-consulta”, seguida de autorização da COFIEX – foi aprovada a proposta da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), enquanto agente coparticipante do PDRCM, redividindo o percentual de aporte financeiro do BID.

⁴⁶ Conforme documento analisado, a *matriz SWOT* do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus foi aplicada em fase inicial do “Diagnóstico Temático”, cuja síntese subdividiu o perímetro do plano e instruiu novos procedimentos analíticos.

Assim, aquilo que insinuava a possibilidade de um planejamento urbano “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), devido à profundidade analítica que o perímetro do plano era tratado, na verdade serviram para refinar as “Forças”, as “Oportunidades”, as “Fraquezas” e as “Ameaças”.

Destes procedimentos o PDRCM foi sistematizado em seis linhas estratégicas, seguidas por diretrizes e ações a elas associadas (quadro 39). No entanto, para além da autonomia temática, também observada no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, a linha estratégica seis – intitulada *Integração Centro-Rio* – apresenta uma diretriz associada a dois blocos de ações que se interligam às outras cinco linhas estratégicas (conforme descrição apresentada no capítulo 4, item [4.3]), cuja intenção e posição (destacada no quadro 39) monitora todo o plano, a fim de garantir a integração do contexto em terra-firme com sua borda limite (Rio Negro), desconstruindo, conforme argumento apresentado em suas fontes de evidência, a ideia de um território que se vira “*de costas pro rio*”.

Quadro 39 - INTENÇÕES / OBJETO DE PESQUISA: Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.



Fonte: elaboração própria a partir das fontes de evidência.

Caro aos estudos urbanos, a relação entre borda e terra-firme está associada aos processos de desenvolvimento e, conseqüentemente, de expansão do território das cidades, dos quais, mediante particularidades locais, legitimaram a *monofuncionalidade* de áreas centrais, bem como, a sua relação com o patrimônio edificado; constantemente tensionada por forças opostas que reivindicam a permanência frente à renovação, respectivamente associadas a sua valoração histórica diante da obsolescência na paisagem⁴⁷.

No entanto, para além de uma ação intencionada, a integração de uma linha estratégica, no caso do plano de Manaus, chancela a possibilidade de movimentar o aporte de recurso financeiro, motivado pela vontade do contratante (município); pelas possibilidades de articulação temática, oferecidas pela contratada (BID), de acordo com os setores de interesse do banco; e pela própria estrutura prospectiva do planejamento estratégico, que autoriza manipular o seu escopo através de revisões coordenadas por seus agentes gestores⁴⁸.

Enfim, as INTENÇÕES contextuais que aproximam os planos estratégicos das cidades de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus atentam para dois campos de influência. O primeiro, de ordem externa, advém da escala mundo e do funcionamento da macroestrutura, sob influência

⁴⁷ No caso de Manaus, diante de suas particularidades físicas, geográficas, econômicas, culturais e sociais, essa *relação-tensão* remonta sua história - combinada a episódios distintos - desde a sua condição inicial, enquanto Província do Amazonas, quando articulada no entorno do Forte de São José da Barra do Rio Negro.

⁴⁸ Conforme análise dos dados disponibilizados pelo Ministério da Fazenda (a partir do índice CAPAG), para além da possibilidade de manipulação intencional das agências multilaterais, as condições que envolvem as possíveis revisões dos planos estratégicos, principalmente quando operadas por aditivos contratuais, revelam uma estratégia que condiciona os municípios – enquanto “cliente”/contratante - à condição permanente de ciclos de endividamento e interdependência.

(de acordo com o intervalo temporal das empirias analisadas) dos processos *neoliberalizantes*, atrelados à legitimidade do Estado aliançada ao mercado. Tal projeção, incide na ordem interna e, ao mesmo tempo em que limita o campo de ação local (“*fraquezas*” e “*ameaças*”), determina as possibilidades a serem exploradas (“*forças*” e “*oportunidades*”), sempre condicionadas à estrutura disponível, acionada por conveniência de seus planos estratégicos.

Todavia, diante das forças que atuam junto aos campos de influência, os processos que determinam diretrizes, ações e produtos passam a ser manipulados – de forma direta ou indireta – pela estrutura organizacional dos respectivos planos estratégicos, cujo poder atribuído autoriza a escolha de intenções pretendidas e, conseqüentemente, de toda a estrutura sistêmica necessária para sua viabilidade e execução.

Assim, apesar da influência tensora, advinda dos dois campos contextuais (externo e interno), bem como, das viabilidades oferecidas por cada um deles, analogamente, a condição constante e permanente nos planos estratégicos analisados, que determinam as INTENÇÕES relacionais entre CONTEXTO e OBJETO DA PESQUISA, estão diretamente atreladas à estratégia que mantém a centralidade intencionada, deliberativa e decisória da estrutura organizacional que, nos casos de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus, foram protagonizadas por seus respectivos gestores.

Diante da incidência de forças e poderes que influenciaram a adesão e as determinações dos planos estratégicos de Barcelona, do Rio de Janeiro e de Manaus, é interesse desta pesquisa investigar o processo de OPERACIONALIZAÇÃO, com o propósito de identificar as possíveis variáveis acionadas, bem como, os agentes a elas atrelados e que influenciam as articulações de suas intenções. Contudo, apesar do entendimento sistêmico que envolve a categoria, a referida análise ficará restrita ao campo das intenções e dos processos de elaboração dos respectivos planos, descritos em seus documentos oficiais de divulgação, enquanto fontes de evidências da pesquisa⁴⁹. Ademais, apesar de manter – enquanto categorias de análise – os conceitos da teoria sociológica de Pierre Bourdieu⁵⁰, quando associada as INTENÇÕES dos objetos da pesquisa, a relação do planejamento estratégico com o planejamento urbano (capítulo 2 [quadro 2])⁵¹ revela somente parte do esquema sistêmico que envolve o modelo. Deste modo, pretende-se ampliar essa relação a fim de manter a intenção metodológica da pesquisa com seus objetos, bem como, com as categorias de análise sugeridas (operacionalização e produtos).

Apesar de relacional, quando analisado de forma distinta, o campo operacional do plano estratégico mira nas determinações das INTENÇÕES, sendo a viabilidade pretendida a força que acionam as influências contextuais. Deste modo, diante de suas estratégias, diretrizes, ações ou projetos, passam a acessar solucionadores específicos para um modelo também específico, ou seja, um “esquema generativo” (BOURDIEU, 1983) que determina o espaço social do

⁴⁹ Diante da visão sistêmica dos planos estratégicos, as operacionalizações remetem a processos complexos que partem de intenções pretendidas e, mesmo depois de executadas, podem alcançar o ambiente gestor, através de planos de desempenho, associados a concessões de uso.

⁵⁰ Ao longo de toda sua produção intelectual, Pierre Bourdieu (1930 – 2002) não poupou revisões ou atualizações de suas ideias e conceitos. Assim, por aparição constante dos conceitos de espaço social, *habitus*, campo, *illusio* e capital, este trabalho optou articular, junto às obras distintas, o compêndio intitulado “*Vocabulário Bourdieu*” (2017), organizado por Afrânio Mendes Catani, cujo esforço reconhece e posiciona (a partir de originais publicados) o amadurecimento de Bourdieu diante das transformações do mundo social.

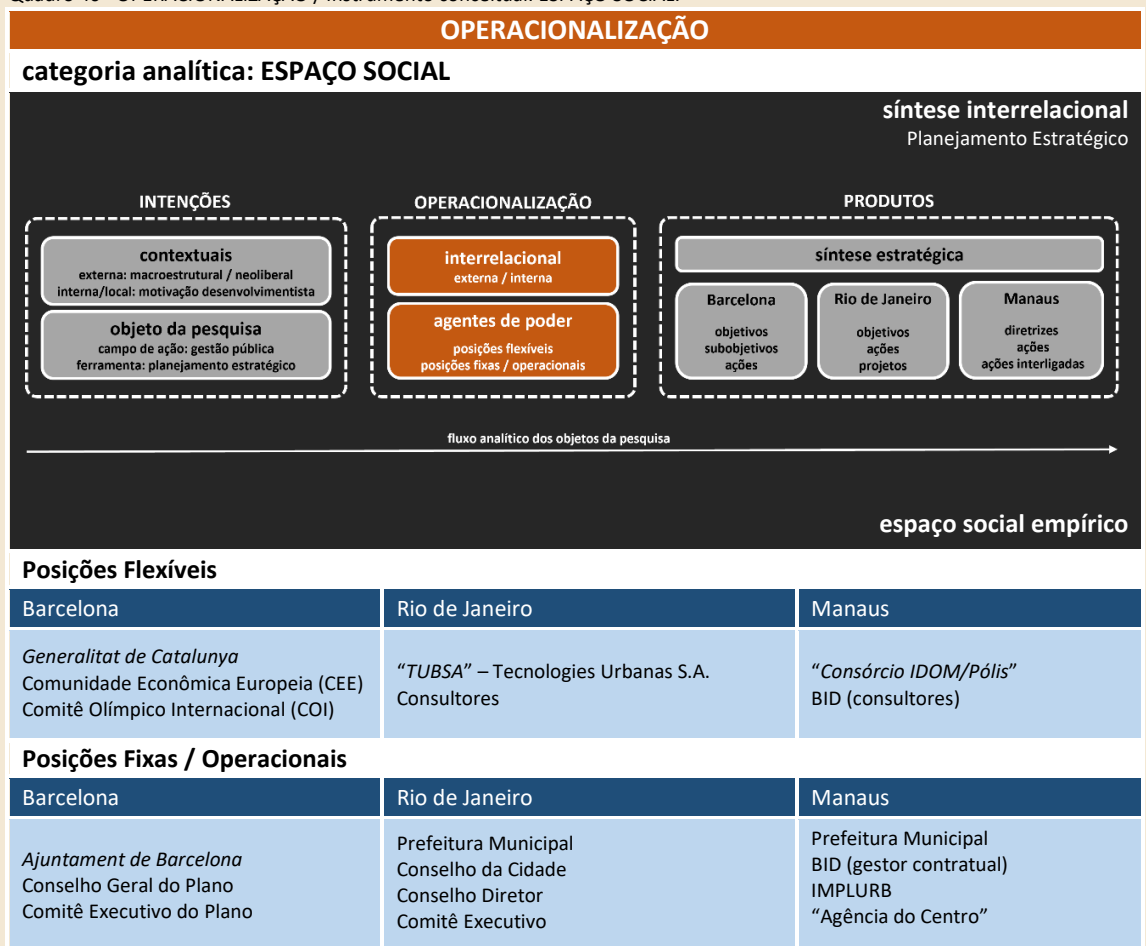
⁵¹ O quadro-referência (capítulo 2 [quadro 2]) está inserido no contexto teórico do “urbanismo neoliberal”, no qual, relaciona os conceitos de Pierre Bourdieu ao planejamento urbano. Quando associado aos objetos da pesquisa, apesar do entendimento da cidade enquanto *lôcus* acomodadístico, suscitando a condição de um campo sistêmico da esfera da vida, a escala de abrangência dos planos estratégicos analisados interage com outros campos de ação, como por exemplo, da educação, do trabalho, da saúde etc., e apesar de agrupados (enquanto plano), suas posições aparecem distintas (enquanto estratégias), principalmente nos planos do Rio de Janeiro e Manaus, cuja autonomia permite acessar fluxos de viabilidade independente. Deste modo, as OPERACIONALIZAÇÕES e PRODUTOS desta pesquisa serão analisadas a partir da condição macroestrutural de seus planos estratégicos, e personalizadas (enquanto análise) conforme disponibilidade de informações de suas fontes de evidência.

planejamento estratégico, entendido como parte (de algo ou de alguém) capaz de operar - enquanto ação prática - as especificidades deste sistema.

Ao relacionar o espaço social (BOURDIEU 1996; 2004 [1987]) ao planejamento estratégico (quadro 40), fica determinado que o instrumento é tomado por posicionamentos de agentes – fixos ou flexíveis – que, diante da sua condição objetiva ou subjetiva e para além do aspecto econômico, são acionados por fluxos de capitais distintos e diversos, diretamente atrelados a particularidades procedimentais de cada plano.

Com o propósito de estruturar a viabilidade dos planos, insinua uma atuação localista e endógena, porém, em que pese as condições deste tempo do agora, é importante que o espaço social seja amplo e abrangente, considerando a possibilidade de posicionamentos - de agentes ou instituições - advindos de campos que extrapolam os limites estratégicos estabelecidos, podendo, inclusive, assumir uma colocação interna fixa ou flexível.

Quadro 40 - OPERACIONALIZAÇÃO / Instrumento conceitual: ESPAÇO SOCIAL.



Fonte: elaboração própria.

Quando associado ao projeto dos Jogos Olímpicos, o espaço social do plano estratégico de Barcelona passou a interrelacionar-se com o Comitê Olímpico Internacional, com a estrutura institucional que organiza o autogoverno da Catalunha (*Generalitat de Catalunya*) e com a Comunidade Econômica Europeia. Apesar da participação flexível (relacionada particularmente à "fase desportiva"), o referido grupo influenciou tanto a estrutura fixa e operacional do plano estratégico como as decisões que ocorreram logo após as Olimpíadas, devido às intensas

práticas prioritárias que culminaram no sucesso dos jogos. Deste modo, apesar da flexibilidade intencional, a aparição destes agentes fixou o ritmo dos procedimentos e dos processos que estavam por vir, desdobrados inclusive em planos subsequentes.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, para além dos efeitos da globalização, as posições flexíveis de consultores externos instruíram os “modos de fazer” e, consequentemente, os formatos operacionais do *Conselho da Cidade*, do *Conselho Diretor* e do *Comitê Executivo* do plano “*Rio Sempre Rio*”, bem como, a participação de toda a máquina pública e, principalmente, o poder centralizado do prefeito César Maia.

O tempo ajustou a novidade carioca e, diante da racionalidade neoliberal, o espaço social e estratégico de elaboração do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus seguiu o receituário centrípeto de experiências antecessoras: capital externo para soluções internas. Condição operacional estratégica que bifurcou a posição do BID, pois, mediante as atribuições e cláusulas contratuais, a flexibilidade consultora se fixou aos agentes operacionais, devido ao monitoramento dos recursos diante dos produtos pretendidos pelo plano.

Apesar de suscitar uma autonomia localista, cabe ressaltar que os posicionamentos que determinaram as intenções e os processos de elaboração dos planos estudados foram influenciados por intensidades distintas de forças que atuavam em pares, advindas da macroestrutura global (de ordem exógena) e das condições locais (de ordem endógena). Mas, apesar de particularidades que determinam o espaço social, o modelo estratégico extrapola as distinções. Assim, diante deste processo (forças distintas + posicionamentos), como os planos operam esta interrelação?

Respaldado pela origem corporativa e pelo compromisso analítico desta pesquisa (intenções, operacionalizações e produtos), o espaço social do planejamento estratégico – estabelecido por associação do conceito bourdieusiano ao modelo estudado – demanda por uma distinção temática-estrutural, operada por disposições próprias que, influenciadas pelas intenções dos planos, determinam a parte interessada da sociedade.

Quando distinto, sua organização e funcionamento também se distinguem, e, no caso do planejamento estratégico, tomado por processos que culminam em ações práticas, as OPERACIONALIZAÇÕES - daqueles (na condição de agentes) capazes de viabilizar os objetivos pretendidos – dependem, conforme Bourdieu (2007[1974]; 1983), de uma *estrutura estruturada* que funcione como *estrutura estruturante* (“*habitus*”), ou seja, de uma interrelação específica (*estrutura estruturada*), cuja ação prática (*estrutura estruturante*) se realiza por posicionamentos intencionais. Ainda que correspondente a limites determinados (“campo”), a interesses e regras de viabilidade (“*illusio*”), essa consistência estrutural – enquanto *modus operandi* - é desestabilizada por tipos de poderes (“capital”) acionados conforme demandas operacionais dos planos estratégicos.

Entretanto, diante das circunstâncias do sistema-mundo, ao aproximar o planejamento estratégico da gestão pública, a força contextual tensiona a viabilidade operacional, influenciando inclusive a interrelação dos procedimentos genéricos do modelo com as especificidades distintas (quadro 41).

Assim, tomado pela competitividade universal, mesmo diante das condições locais que poderiam interferir (por legitimidade) nos posicionamentos de agentes, bem como, nas ações pretendidas, é da necessidade de acessar as flexibilizações dos processos *neoliberalizantes*, manipulados através do poder do Estado para o mercado, a(s) lógica(s) que determina(m) o funcionamento dos planos estratégicos, a viabilidade da estrutura estruturante do modelo.

Apesar de fundamental e constante em todo processo, esta variável é manuseada no âmbito das OPERACIONALIZAÇÕES, e tende a ser complexificada quando as intenções interagem de forma sistêmica, como observado nos objetos de estudo dessa pesquisa.

Confundido com planos de gestão pública, o *campo*, ao invés de organizar uma subdivisão do mundo social é incorporado a ele, subdividindo o mundo social em “microplanos” estratégicos, geralmente atrelados a serviços rentáveis (educação, infraestrutura, habitação, saúde, lazer ...) advindos da conversão neoliberal dos direitos sociais.

Essa versão, operada por parcerias público-privadas, depende de regras - enquanto *illusio* – para que todos possam “jogar” (no sentido bourdieusiano). No entanto, com foco generalizado na viabilidade rentável, não se trata de uma condição imposta da estrutura para os possíveis “jogadores”, pois, diante da necessidade intencional e interrelacional do plano estratégico com os agentes e seu *capital*, respectivamente variado e específico, as regras precisam ser flexíveis, afinal, não interessa estar dentro do jogo, mas o quanto vale a pena jogar.

Quadro 41 - OPERACIONALIZAÇÃO / Instrumentos conceituais: *HABITUS* / *CAMPO* / *ILLUSIO* / *CAPITAL*.

OPERACIONALIZAÇÃO		
		(continua)
categoria analítica: <i>HABITUS</i>		
<p>Como parte das categorias que estruturam a “teoria da ação” de Pierre Bourdieu (1996 [1994]), cabe ao “<i>habitus</i>” a condição de mediador das interrelações na sociedade. No planejamento estratégico, percebido enquanto estrutura estruturante distinta da macroestrutura, o “<i>habitus</i>” personaliza as relações deste espaço social, mediante as especificidades intencionais (<i>campo</i>), os interesses de seus agentes e suas regras operacionais (<i>illusio</i>), bem como, suas variáveis de viabilidade (<i>capital</i>). Quando aproximado aos objetos da pesquisa, remete à capacidade de articular a viabilidade do plano estratégico através do fluxo de agentes, cuja posição é determinada por oferta e demanda de “capitais” específicos.</p> <p style="text-align: center; color: white;">contexto neoliberal dos planos estratégicos</p> <p style="text-align: center; color: white;">o ESTADO viabilizador da atuação do MERCADO através de procedimentos <i>neoliberalizantes</i></p>		
contexto empírico		
Barcelona	Rio de Janeiro	Manaus
<p>Objetivo Central Metropolização</p> <p>Distinção Operacional desenvolvimento local / regional “Jogos Olímpicos de 1992”</p>	<p>Objetivo Central Desenvolvimento sistêmico municipal</p> <p>Distinção Operacional centralidade de poder interrelacional (plano estratégico / plano de governo)</p>	<p>Objetivo Central Desenvolvimento da área central</p> <p>Distinção Operacional instrumento normativo autônomo (plano diretor)</p>
categoria analítica: <i>CAMPO</i>		
<p>Inserido no espaço social, o “<i>campo</i>” de determinada ação é um microcosmo de disputa que, correspondente <i>ao habitus</i>, opera seus limites (enquanto espaço da ação) através de agentes distintos. Conforme a estrutura organizacional dos planos estratégicos de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus, o “<i>campo</i>” subdivide-se a partir do objetivo central (<i>campo ampliado</i>) e, deste, desdobra-se conforme as temáticas de suas respectivas linhas estratégicas (objetivos temáticos). Quando associado aos agentes, o <i>campo ampliado</i> - enquanto arena de disputa - elenca os “jogadores”, no entanto, são os produtos temáticos que os colocam para “jogar”, determinando suas posições e permanências.</p> <p style="text-align: center; color: white;">contexto neoliberal dos planos estratégicos</p> <p style="text-align: center; color: white;">ESPAÇOS intencionais de DISPUTAS</p>		
contexto empírico		
Barcelona	Rio de Janeiro	Manaus
<p>Campo de ação ampliado Metropolização (Plano Metropolitan)</p>	<p>Campo de ação ampliado Desenvolvimento sistêmico municipal (Plano Municipal)</p>	<p>Campo de ação ampliado Desenvolvimento da área central (Plano Diretor)</p>

OPERACIONALIZAÇÃO (continua)		
categoria analítica: CAMPO		
contexto empírico		
Barcelona	Rio de Janeiro	Manaus
<p>OBJETIVOS TEMÁTICOS Barcelona</p> <p>Linha Estratégica 01 <i>“Configurar Barcelona como um dos centros direcionais da macrorregião”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Conectividade(centrípeto/centrífuga) <p>Linha Estratégica 02 <i>“Melhorar a qualidade de vida e o progresso das pessoas”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente • Saneamento básico • Infraestrutura • Qualificação técnico-científica • Habitação • Educação • Ambiência nos bairros • Cultura <p>Linha Estratégica 03 <i>“Capacitação industrial e serviços avançados na empresa”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento produtivo • Desenvolvimento tecnológico • Ampliação mercadológica <p>Nota: em que pese a implementação do Plano Estratégico de Barcelona, cabe ressaltar a força consensual investida na realização dos Jogos Olímpicos de 1992, cujo efeito, para além do modelo de um “paradigma urbanístico” posto em circulação, consolidou (de forma oportunista) o formato gestor, a partir daquele prioritário do megaevento.</p>	<p>OBJETIVOS TEMÁTICOS: Rio de Janeiro</p> <p>Estratégia 01 <i>“O carioca do século XXI”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização do emprego • Educação • Saúde • Ações ampliadas (grupos vulneráveis) <p>Estratégia 02 <i>“Rio acolhedor”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambiência natural • Ambiência urbana <p>Estratégia 03 <i>“Rio participativo”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização administrativa • Gestão participativa • Cidadania • Segurança <p>Estratégia 04 <i>“Rio integrado”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Novas centralidades urbanas • Revitalização do Centro • Parametrização urbanística • Mobilidade interna <p>Estratégia 05 <i>“Portas do Rio”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade • Logística (transporte de mercadorias) • Telecomunicações <p>Estratégia 06 <i>“Rio competitivo”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade produtiva • Ampliação mercadológica <p>Estratégia 07 <i>“Rio 2004, polo regional, nacional e internacional.”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercado cultural • Atividades Desportivas • Marketing Urbano • Turismo e Eventos 	<p>OBJETIVOS TEMÁTICOS: Manaus</p> <p>Linha Estratégica 01 <i>“Fortalecimento da gestão da área central”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão integrada (“Agência Centro” + “Câmara Técnica”) • Gestão participativa • Especificidade instrumental (ordenamento e planejamento) <p>Linha Estratégica 02 <i>“Recuperação ambiental, qualificação e habitabilidade urbana para área central”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de saneamento básico • Preservação, recuperação, educação ambiental <p>Linha Estratégica 03 <i>“Mobilidade sustentável”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Deslocamentos “não motorizados” • Transporte público • Gestão de tráfego • Transporte hidroviário <p>Linha Estratégica 04 <i>“Desenvolvimento econômico e social na área central”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Turismo • Cultura • Ampliação mercadológica • Integração social <p>Linha Estratégica 05 <i>“Qualificação da paisagem, ordenamento do território e provisão habitacional”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de usos • Habitação • Reurbanizações e regularizações de assentamentos em áreas de igarapés • Intervenção na paisagem <p>Linha Estratégica 06 <i>“Centro Rio”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração da orla com a cidade • Reestruturação e requalificação da infraestrutura da orla

categoria analítica: ILLUSIO

Se o “campo” é um espaço distinto de uma determinada ação, cujas intenções elencam os seus “jogadores”, a “illusio” remete às condições que fundamentam a disposição de permanecer no “jogo”, ou seja, a viabilidade de seus interesses, geralmente operada por um sistema de regras flexíveis e ajustáveis, distintas da ordem universal. No contexto neoliberal dos planos estratégicos, a *illusio*, concentrada na rentabilidade dos agentes envolvidos, pode extrapolar os limites das prescrições internas de viabilidade dos produtos, podendo envolver os agentes em processos antecessores ou sucessores, como por exemplo, junto a esquemas licitatórios, desregulamentações e simplificações governamentais, concessões de uso, aquisições prioritárias, isenções fiscais, entre outras.

contexto neoliberal dos planos estratégicos
REGRAS que viabilizam as noções de **INTERESSES**

OPERACIONALIZAÇÃO	
(conclusão)	categoria analítica: ILLUSIO
contexto empírico	
Considerando o escopo e as fontes de evidência da referida pesquisa, para aplicar a categoria <i>illusio</i> junto aos planos estratégicos de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus seria necessário investigar as particularidades operacionais de cada produto, das quais, revelariam, para além de suas intenções, as composições e os interesses dos agentes envolvidos e, do mesmo modo, as possíveis estratégias de viabilidade utilizadas para sua implementação.	
categoria analítica: CAPITAL	
Ampliado de seu formato econômico, o “capital” – no sentido <i>bourdieusiano</i> - é uma variável flexível de poder valorativo que demarca posições ou movimentos conforme especificidades e distinções do “campo”. No contexto sistêmico dos planos estratégicos, o movimento dos “capitais” estão para além de questões monetárias (capital econômico), podendo ser acionado intencionalmente (conforme ação associada) através dos saberes (capital cultural), das posições na sociedade (capital simbólico), bem como, das relações e influências (capital social) e, ainda, quando implantado no espaço citadino, da relação do objeto com o entorno.	
contexto neoliberal dos planos estratégicos articulações FLEXÍVEIS de variáveis INTENCIONAIS (cultural / econômico / simbólico / social / natureza*)	
* diante de intenções que se materializam na cidade, o “capital natureza” (BECKER, 2006) está diretamente associado a requalificações que envolvem o entorno de fragmentos florestais urbanos, bem como, as chamadas infraestruturas de borda (orlas de rios, igarapés, praias etc.). Apesar de intocada, mediante a força de monitoramento das legislações ambientais, a natureza – enquanto parte <i>in natura</i> das paisagens urbanas - é <i>comoditizada</i> , quando inserida a estratégias compositivas que a emolduram, sendo estas (de forma intencional e oportunista) quem de fato usufruem da sua condição valorativa.	
contexto empírico	
Os tipos de capitais são variáveis constantes que se interrelacionam com as demais categorias de ação em todos os procedimentos dos planos estratégicos. Conforme objetos da pesquisa, sua primeira aparição está diretamente associada ao movimento que determina o objetivo central de cada plano analisado (ver categoria “ <i>habitus</i> ”), do qual, tende a ser distribuído conforme as linhas estratégicas e seus objetivos temáticos (ver categoria “campo”). No entanto, o poder valorativo de cada tipo de capital (cultural, econômico, simbólico, social e natureza) <i>performatiza</i> - enquanto comportamento em determinada ação - conforme sua força de influência sendo, esta, responsável por sua posição. Diante dessa condição (ainda que flexível), quando acionado segue como parte fundamental do processo operacional que culmina na implementação do produto a ele associado. No campo de análise dessa pesquisa (sob a mesma lógica que inviabiliza aplicar a categoria “ <i>illusio</i> ”), para revelar as ações atreladas aos tipos de “capitais” - movimentos de agentes; influências nos campos; intensidades “facilitadoras” de viabilidade - demandaria que cada produto tivesse sido implantado, a ponto de permitir uma análise verticalizada e personalizada de cada processo.	

Fonte: elaboração própria.

Embora as fontes de evidências apontem certa limitação analítica, ao aproximar os objetos da pesquisa às circunstâncias macroestruturais que envolvem seus respectivos planos estratégicos, a condição estruturada, organizada conforme suas INTENÇÕES e revelada a partir de seus objetivos, passou a operar as viabilidades pretendidas através de agentes (fixos ou flexíveis) que, independente da ordem (público ou privada), quando não inseridos junto aos processos decisórios, estavam submetidos às deliberações determinadas em fase de elaboração.

Atrelada a um produto, a materialidade das intenções suscitava um campo de ação e, conseqüentemente, determinava certos limites estruturais e físicos. Contudo, para alcançá-lo, era fundamental que a ordem operacional fosse ilimitada e flexível, permitindo compor com todo o tipo de agente que, na visão intencional e localista dos planos, pudesse preencher – enquanto viabilidade - as duas extremidades da ação determinada: de INTENÇÃO a PRODUTO.

Como vimos, a viabilidade do plano estratégico de Barcelona está diretamente atrelada ao reposicionamento de suas prioridades devido a urgência das olimpíadas. Apesar de episódico e distinto, o quadrilátero desportivo se tornou o epicentro do plano, de onde irradiaram ações que contemplavam as três linhas estratégicas. Assim, para além dos efeitos já relatados, essa

condição oportunista desencadeou os processos de composição de agentes, estabeleceu regras de funcionamento e elencou recursos (enquanto capital) que, transcorrido o megaevento, reposicionou a escala a partir de seu objetivo, retomando o campo ampliado e sistêmico de suas ações pretendidas.

Sem uma força propulsora, passado o discurso consensual – salientado estrategicamente na campanha do pleito eleitoral de César Maia - o ambicioso plano carioca, orientado pela matriz catalã consagrada, investiu em uma estrutura operacional que, independente das posições (fixa ou flexível) e das origens (pública ou privada), foi tomada por manipulações intencionais decorrentes da centralidade deliberativa do prefeito. Apesar de considerado inoperante, quando associado às implementações de uma gestão, o plano “*Rio Sempre Rio*”, tomado pela sobreposição do poder gestor; pelo campo ampliado de visão sistêmica, estruturado em sete estratégias autônomas; e pelos “ajustes” neoliberais que vinham sendo implementados no Brasil, produziu uma reestruturação operacional da máquina pública que, mesmo sem ser referenciado, teve sua permanência garantida enquanto “*modus operandi*”, revelada inclusive através de aparições projetuais em gestões subsequentes.

Diferente da condição experimental, atrelada diretamente aos planos de Barcelona e do Rio de Janeiro, as questões operacionais do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus remetem a uma estrutura receituária já estabelecida, baseada em condições locais influenciadas pelo sistema-mundo e viabilizadas por procedimentos sofisticados do capitalismo neoliberal. Entretanto, apesar de certa generalidade diante das forças externas que influenciam as intenções locais, os procedimentos adotados durante o processo de elaboração do plano diretor da área central de Manaus (enquanto produto de seu objetivo geral) apontam características operacionais relevantes, mesmo diante da condição vigente⁵² que impossibilita analisar os processos que se desdobrarão a partir dos produtos pretendidos.

Contratado como parte aditiva de um projeto antecessor (PROURBIS), para além da manutenção de fluxos de endividamento, coube ao PDRCM (2015) a vontade prospectiva de solucionar a crise sistêmica da área central de Manaus.

Elaborado sob a coordenação tecnicista de especialistas locais, assessorados por um consórcio licitado, o teor futurístico do planejamento estratégico (enquanto procedimento metodológico aplicado) estruturou a condição sócio territorial local em seis linhas temáticas, cujas distinções estão estrategicamente interligadas. Suas diretrizes e ações aludem composições distintas entre agentes, porém, sem uma estrutura operacional pós-elaboração, ou seja, de implementação, o plano se organiza na centralidade deliberativa do poder local e opera, mediante a estrutura da máquina pública, através da “agência centro”, apresentada – conforme linha estratégica 1 – enquanto “entidade da Administração Indireta, na modalidade de autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, sob a forma de Agência Executiva” (PDRCM, 2015, TOMO II, p. 528), cujo propósito acusa que as intenções – enquanto ações e programas - “sejam pactuados com os demais agentes que atuam ou que possuem interesse nessa região da cidade, sejam eles integrantes da Administração Pública, da iniciativa privada ou de setores organizados da sociedade civil” (ibidem).

Assim, apesar de dispersos e genéricos - diante da condição vigente do plano e das suas fontes de evidências – são dos agentes e da estrutura da administração pública as forças que realizam o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus. Poder que fortalece a exploração rentável

⁵² Desde 2021, diante de outras prioridades do prefeito David Antônio Abisai Pereira de Almeida, o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus tem mantido foco em atividades pontuais internas, de ordem operacional e projetual, coordenadas pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB), autarquia pública e atual gestora do projeto.

do perímetro determinado, mesmo quando revelada a intenção de uma “gestão participativa” (ibidem, p. 529).

Condição recorrente, identificada nos planos de Barcelona e do Rio de Janeiro, diante de estruturas operacionais que perpassam por manipulações intencionais autorizadas pelas estratégias de funcionamento dos planos estratégicos.

No entanto, para além da centralidade do poder gestor, conforme objetivos metodológicos dessa pesquisa (a partir de fontes de evidências analisadas), a condição análoga da categoria OPERACIONALIZAÇÃO está fundamentada na síntese das INTENÇÕES, enquanto efeito da interrelação da ordem local com a ordem macroestrutural/global.

Processo que culminou em campos de similitudes temáticas, dos quais, destacam a ampliação mercadológica, a cultura, a educação, o desenvolvimento produtivo, a habitação, a mobilidade, o meio ambiente, a geração de emprego e renda, o saneamento, a infraestrutura, o turismo, as telecomunicações e o patrimônio (natural e cultural [material e imaterial])⁵³.

Entre os planos analisados, com vistas à rentabilidade, as categorias elencadas se fazem comuns. No entanto, ao associar OPERACIONALIZAÇÃO à viabilidade, os processos envolvidos os distinguem, pois, o fluxo cíclico de forças envolvidas é tomado por intensidades, das quais, estruturalmente, quanto maior a dependência da ordem macroestrutural, menor é a proeminência das particularidades locais⁵⁴.

O entendimento dos processos de elaboração dos planos estratégicos analisados, que culminaram em centralidades deliberativas (INTENÇÕES) influenciadas pela interrelação do campo social (OPERACIONALIZAÇÃO), motiva investigar – enquanto *procedimento-fim* das análises pretendidas nessa pesquisa – quais os PRODUTOS que foram intencionados pelas cidades de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus, enquanto síntese prospectiva das particularidades locais junto à racionalidade macroestrutural do neoliberalismo.

Com base nos desdobramentos de suas linhas estratégicas (ou somente *estratégias*, no caso do plano da cidade do Rio de Janeiro), indicados conforme seus respectivos documentos oficiais, os PRODUTOS serão agrupados em tematizações associadas às suas principais ações, bem como, aos agentes elencados, a fim de especificar, para além de subdivisões, os grupos específicos de ação direta, cuja posição na estrutura dos planos estratégicos permite refletir a respeito de possíveis articulações operacionais.

Com foco na metropolização e, conseqüentemente, na ampliação das relações junto à Comunidade Econômica Europeia, o plano estratégico da cidade de Barcelona tinha, enquanto proposta, um conjunto de produtos circunscritos à escala regional através de um projeto que contemplava uma variedade de infraestruturas de acesso e circulação. Contudo, ao mesmo tempo em que intencionava uma ação externa que interligasse o território da cidade à malha europeia, foram estabelecidos blocos distintos de ação interna (quadro 42), em atenção à qualidade de vida da população, à reestruturação de mercados locais e à incorporação de novos nichos de mercado.

⁵³ Na qualidade de síntese dos objetos da pesquisa, as similitudes temáticas se enquadram no conjunto de responsabilidades da administração pública. Sua aparição, enquanto campo de ação dos planos estratégicos, confirmam a vontade neoliberal de converter os “direitos sociais” (Art. 6º da Constituição Federal [BRASIL, 1988]) em serviços rentáveis.

⁵⁴ Quando a viabilidade do plano está atrelada a procedimentos *neoliberalizantes*, tende-se estabelecer processos de acumulação por fluxos de endividamento, podendo alcançar transações financeiras complexas, como por exemplo, aquelas que envolvem circuitos de aquisições do tipo “*comprar para vender*”, revelado, segundo Marx, por meio do formato *dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D)*. Atualizado pela financeirização, esta seqüência acumulativa parte do “capital portador de juros” (CHESNAIS, 2005 [2004]), cujo efeito, compromete a mais-valia pretendida e, sob a lógica estratégica do capitalismo, estabiliza o sistema-mundo.

Quadro 42 - PRODUTOS / Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000.

PRODUTOS	(continua)
Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000	
Tematizações (objetivos, subobjetivos e ações)	
Objetivo do Plano Estratégico: Metropolização	
Linha Estratégica 01	
<i>“Configurar Barcelona como um dos centros direcionais da macrorregião”</i>	
Conectividade Regional “Centrípeta” (de fora para dentro)	
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar os sistemas de transporte (aéreo, viário, ferroviário e hidroviário), considerando o potencial intermodal e aduaneiro. <i>(Agentes Acionados: Ajuntament de Barcelona; Cambra de Comerç, Indústria i Navegació de Barcelona; Generalitat de Catalunya; Ministeri d’Economia i Hisenda; Ministeri d’Obres Públiques; Ministeri de Defensa; Ministeri de Transports i Comunicacions; Port Autònom de Barcelona; RENFE; Serveis fitosanitaris i altres agents parauaners; SOIVRE).</i> 	
Conectividade Regional “Centrífuga” (de dentro para fora)	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar as redes de mobilidade interna (viária e metroviária). • Qualificar anéis viários e o transporte intermunicipal. • Consolidar o “<i>Expresso Regional</i>” e a gestão centralizada de transporte. • Ampliar o sistema de telecomunicações (cogitar serviços de valor agregado, instituições concorrentes e organizações privadas) • “<i>Plano Territorial</i>”: institucionalizar a realidade social, econômica e urbanística da região metropolitana (novas centralidades, planos costeiros e saneamento, reservas para polígonos industriais, articulação do “<i>Plano Territorial</i>” com o “<i>Plano Estratégico</i>”, compatibilização normativa da Comunidade Econômica Europeia junto a obras públicas de infraestrutura, considerando os impactos ambientais, urbanos e ecológicos). <i>(Agentes Acionados: Administració de l’Estat; Administracions públiques; Ajuntament de Barcelona; Ajuntaments afectats i Diputació de Barcelona; Ajuntaments que tinguin PERI’s; Consorci de la Zona Franca; Direcció General de Transports de la Generalitat de Catalunya; Entitat Metropolitana de Transports + entitats responsables de l’explotació del servei; Generalitat de Catalunya; Mancomunitat de Municipis de l’Àrea Metropolitana i els Patronats correponents; Ministeri de Transports i Comunicacions; Promotors i constructors; RENFE; Telefònica i altres empreses concurrencials).</i> 	
Linha Estratégica 02	
<i>“Melhorar a qualidade de vida e o progresso das pessoas”</i>	
Qualificação Ambiental (recursos hídricos, saneamento, infraestrutura)	
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a poluição sonora e atmosférica <i>(ex. priorizar o transporte público)</i>. • Preservar os recursos hídricos. • Qualificar e ampliar o sistema de tratamento e distribuição de água. • Qualificar o sistema de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, em atenção a redução dos impactos na Costa Sul. <i>(Agentes Acionados: Ajuntament de Barcelona i Ajuntaments afectats (“El Garraf”: comarca de la província de Barcelona); Ajuntaments de l’Àrea Metropolitana; Entitat Metropolitana de Serveis; Generalitat de Catalunya; IDIADA; Junta d’Aigües; Junta de Residus; Junta de Sanejament; Mancomunitat de Municipis de l’Àrea Metropolitana de Barcelona; Ministeri d’Obres Públiques; Societat General d’Aigües de Barcelona; Universitat Politècnica de Catalunya).</i> 	
Qualificação Técnico-Científica (tecnologias avançadas)	
<ul style="list-style-type: none"> • Formar e capacitar recursos humanos com foco em tecnologias avançadas (centros de formação profissional, programas de pós-graduação, cooperação técnica [universidade, sociedade e empresa]). <i>(Agentes Acionados: Administracions Públiques; Ajuntament de Barcelona; Ajuntaments de l’Àrea Metropolitana; Associacions Culturals i civiques; Associacions Empresariales; Cambra de Comerç, Indústria i Navegació de Barcelona; Col·legis Professionals; Escoles de Formació Professional; Generalitat de Catalunya; Instituto Nacional de Empleo; Organitzacions i associacions empresariales; Patronals; Sindicats; Universitats).</i> 	
Habitação, Educação e Ambiência nos Bairros	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover e melhorar o “<i>equilíbrio social</i>”: <i>(ex. programa de habitação social metropolitano)</i>. • Qualificar o rendimento escolar. • Estabelecer planos integrais em bairros vulneráveis: evitar o desemprego (principalmente de jovens e mulheres); adaptar e implementar um Programa de Residência Assistida (idosos); ampliar o acesso a serviços e equipamentos; implantar um programa de “salário social”; promover e ampliar a ação empresarial; criação de uma fundação (com recursos advindos do imposto de renda) capaz de gerir projetos estratégicos com foco no equilíbrio social. <i>(Agentes Acionados: Ajuntament de Barcelona; Ajuntaments de l’Àrea Metropolitana de Barcelona; Associacions Assistencials; Associacions Empresariales; Cambra de Comerç, Indústria i Navegació de Barcelona; Caritas; Diputació de Barcelona; Generalitat de Catalunya; iniciativa privada; Instituto Nacional de Empleo; Ministeri d’Afers Socials; Ministeri d’Economia i Hisenda; Ministeri d’Obres Públiques; Sindicats).</i> 	
Cultura (promoção, acesso e projeção internacional)	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover acesso a infraestruturas culturais (técnica, científica, artística) com foco na projeção internacional de Barcelona. <i>(Agentes Acionados: Ajuntament de Barcelona; Ajuntaments de l’Àrea Metropolitana de Barcelona; Associacions civiques i culturals; Diputació de Barcelona; Generalitat de Catalunya; Ministeri de Cultura).</i> 	

PRODUTOS	(conclusão)
Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000	
Tematizações (objetivos, subobjetivos e ações) Objetivo do Plano Estratégico: Metropolização	
Linha Estratégica 03 <i>“Capacitação industrial e serviços avançados na empresa”</i>	
<p>Desenvolvimento Produtivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar suporte infra estrutural as empresas. <i>(Agentes Acionados: Ajuntament de Barcelona; Ajuntaments de l'Àrea Metropolitana de Barcelona; Associacions empresarials; Associacions Professionals del Transport; Cambra de Comerç, Indústria i Navegació de Barcelona; Consorci de la Zona Franca; Fira de Barcelona; Generalitat de Catalunya; Organitzacions empresarials; Patronat de Turisme [Ajuntament de Barcelona]; Port Autònom de Barcelona).</i> 	
<p>Desenvolvimento Tecnológico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a inovação tecnológica bem como a atualização dos processos produtivos. <i>(Agentes Acionados: Administracions Públiques; Ajuntaments afectats; Associacions empresarials; Cambra de Comerç, Indústria i Navegació de Barcelona; CIDEM; Consorci de la Zona Franca; ICT; Organitzacions empresarials; Universitats).</i> 	
<p>Ampliação Mercadológica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar centralidades temáticas (turismo urbano, comercial, sanitária, financeira e design) e estimular o desenvolvimento de outros nichos de mercado. <i>(Agentes Acionados: Administracions Públiques; Agències de Viatges; Ajuntament de Barcelona; Associacions Empresarials; BCD; Cambra de Comerç, Indústria i Navegació de Barcelona; Companyies Aèries; Empreses privades; Fira de Barcelona; Generalitat de Catalunya; Institucions Financeres; Patronat Municipal de Turisme; Societat Rectora de la Borsa de Valors de Barcelona; Universitats).</i> 	

Fonte: elaboração própria a partir das fontes de evidência.

Sua pretensão econômica e social – revelada no próprio título – tinha vistas para o mercado interno e, diante dessa expectativa, prospectou uma rede logística de escoamento produtivo, onde a qualidade de vida da população estava atrelada a oportunidades de trabalho, mediante projetos que, para além da geração de emprego aspirava à possibilidade de capacitações e recolocações, afinal, era intenção atualizar os campos de mercado, dos quais, conforme documento oficial, insistia em atividades que projetasse Barcelona para o mundo de forma distinta, estimulando assim, através da tematização turística, um fluxo centrípeto de pessoas.

Apesar destes produtos acionarem uma rede operacional específica de agentes, dos quais, envolvem processos de reestruturação econômica, muitos demandavam por espaço e, quando materializados, redesenhavam o território das cidades. No entanto, como vimos, Barcelona havia incorporado no plano os Jogos Olímpicos de Verão de 1992, cuja variável distinta e oportunista determinou, a partir de um quadrilátero esportivo, um conjunto de ações/produtos que impulsionou as consagradas “boas práticas” como um modelo urbano a ser seguido.

Em síntese, seja de ordem sistêmica (do plano) ou distinta (das Olimpíadas), os PRODUTOS implementados na cidade de Barcelona contemplaram áreas temáticas da produção do território, das quais se destacam as infraestruturas dos modais de transporte; os ajustes na morfologia do território; os projetos de promoção local (entendidas pelo viés do trabalho); as reestruturações urbanas com foco na obsolescência de determinados fragmentos, através de intervenções no patrimônio edificado e em áreas de borda (as *docklands* e os *waterfront*); os parques e espaços de lazer público; as infraestruturas de eventos; os polos de negócios; o setor hoteleiro; e as estruturas desportivas, cuja distinção, como por exemplo a Vila Olímpica, logo após as olimpíadas, foi comercializada - sob certos privilégios – pelo mercado imobiliário.

A oportunidade de analisar a materialidade das suas linhas estratégicas permite afirmar que os PRODUTOS de seu plano confessam uma aliança intencional de ordem arquitetônica e urbanística, da qual, a primeira reforça uma rede distinta de cadeias econômicas, atreladas à

construção civil, enquanto a segunda, por efeito causal, dispara processos socioterritoriais gentrificadores, que particularmente cancelaram a modalidade gestora da parceria público-privada⁵⁵.

Apesar da influência direta da experiência barcelonesa, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – *Rio Sempre Rio* manteve-se atrelado à figura política de César Maia e, diante dessas circunstâncias, tomada por um discurso que projetava a cidade para o mundo globalizado, prospectou um conjunto endógeno de ações e projetos (quadro 43) que, para além de uma ideia desenvolvimentista, incorporou ao plano estratégico a materialidade de um programa gestor.

Com o propósito de contemplar as vozes dos mais diversos grupos sociais que conviviam com a crise sistêmica da cidade do Rio de Janeiro, as intenções ambiciosas do plano estratégico propôs uma aproximação da estrutura de governo junto à vida comunitária, contemplada inclusive com uma estratégia específica (*estratégia 03: Rio participativo*) organizada em fase de elaboração através de uma consulta pública. No entanto, as decisões da referida “escuta” dependiam da aprovação do Conselho da Cidade, cuja força decisória era um recurso que não poupou esforços para “equilibrar” – por manipulação – as intenções (dos agentes) a favor da viabilidade do plano *Rio Sempre Rio*. Deste modo, as sete estratégias se desdobraram em ações que institucionalizava a participação e a responsabilidade da máquina pública, no entanto, ao associá-las às fichas de projeto, o campo operacional se revelou difuso e descentralizado, acoplado a diversos agentes, cuja viabilidade inspirava aderir aos anúncios “neoliberais” do Governo Federal.

Quadro 43 - PRODUTOS / Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – *Rio Sempre Rio*.

PRODUTOS	(continua)
Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – <i>Rio Sempre Rio</i>	
Tematizações (objetivos, ações e projetos)	
Objetivo do Plano Estratégico: Desenvolvimento Sistêmico Municipal	
Estratégia 01	
<i>“O carioca do século XXI”</i>	
Formalização do Emprego	
<ul style="list-style-type: none"> Inserir/ampliar o mercado de trabalho. Implementar o “<i>Fundo Carioca</i>” (financiamento / formalização de atividade econômica). (Agentes Acionados: Associações de Moradores; Banco da Mulher; Entidades de Ensino Superior; Entidades Empresariais [FIRJAN/ACRJ/SBERJ]; Escolas Técnicas; Governo Federal [MTb/SINE; MEC; UFRJ; COPPE]; Poder Legislativo; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMDS; SMU; IPLANRIO; SMC; SEDECT; SMF]; SEBRAE; SENAC; SENAI; Setor Privado; Sindicatos de Trabalhadores; Sindicatos Patronais; Sistema Financeiro Oficial [BNDES/CEF/BB/BANERJ]). 	
Educação	
<ul style="list-style-type: none"> Promover o acesso ampliado a educação. (Agentes Acionados: Associações de Moradores; Entidades de Ensino Privado; Governo Estadual [SEERJ]; Governo Federal [MC/TELERJ]; ONG’s; Prefeitura do Rio de Janeiro [SME; MULTIRIO; SMDS]; Redes de Televisão; Setor Privado). 	
Saúde	
<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o sistema de saúde. (Agentes Acionados: Associações de Moradores; CEDAPS; Governo Estadual [SES; UERJ]; Governo Federal [IMS; CNRP; MC/TELERJ]; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMS; SMDS]; Prefeituras da Região Metropolitana; Rede de Hospitais Privados; Setor Privado). 	
Ações Ampliadas	
<ul style="list-style-type: none"> Incorporar políticas para juventude, terceira idade e segmentos frágeis da população (crianças de 0-6 anos, famílias substitutas, menores de rua, portadores de deficiência). (Agentes Acionados: Associações de Moradores; Associações Privadas; Governo Estadual [UERJ; IEFD]; ONG’s; Poder Judiciário; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMDS; SMS; SME; SMEI; SMC]; Projeto Informática e Cidadania; Projeto Voz Ativa; Setor Privado; Universidades). 	

⁵⁵ O “Modelo Barcelona” converteu as especificidades dos Jogos Olímpicos à categoria ampliada dos megaeventos, incorporando-o em sua estratégia missionária como parte temática de seu receituário, associada à implantação de infraestrutura turística nas cidades, enquanto campo profícuo da competitividade e do fluxo de capital.

PRODUTOS

(continua)

Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – *Rio Sempre Rio*

Tematizações (objetivos, ações e projetos)

Objetivo do Plano Estratégico: Desenvolvimento Sistêmico Municipal

Estratégia 02

*“Rio acolhedor”***Ambiência Natural**

- Qualificar espaços naturais e coleta de resíduos.
- Despoluir baías e bacias hidrográficas.
- Implementar programa de educação ambiental.

(Agentes Acionados: Associações de Moradores; Governo Estadual [SEMA; SERLA; SOSP; CEDAE; UERJ; FBDS; FEEMA; GEDEG; CONSAG]; Governo Federal [MMA; IBAMA; JBRJ]; ONG's; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMAC; FPJ; SMU; IPLANRIO; RIO ZOO; SMDs; COMLURB; SMH; SMO; SMTU]; Rede de Ensino Público e Privado; Setor Privado).

Ambiência Urbana

- Qualificar os espaços urbanos.
- Qualificar e fortalecer a convivência nos bairros (ex. *“Rio Cidade”*).
- Eliminar barreiras físicas (mobilidade).

(Agentes Acionados: Associações de Moradores; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência; Governo Estadual [SECE; INEPAC; SECTRAN; METRÔ; FLUMITRENS, CONERJ]; Governo Federal [MEC; UFRJ; FJB; MINC; IPHAN]; IAB; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMU; SMO; SMG; CRA; IPLANRIO; SMAC; SMC; SMEL; FPJ; SMS; SMTU; SEDECT; CLF]; Setor Privado).

Estratégia 03

*“Rio participativo”***Administração Descentralizada e Participativa**

- Comunicar e informar a população.
- Implementar sistemas participativos.

(Agentes Acionados: Governo Estadual; Governo Federal [MC/EMBRATEL - TELERJ]; Prefeitura do Rio de Janeiro; Setor Privado).

Cidadania

- Promover a cidadania (capacitação).
-

(Agentes Acionados: Associações de Moradores; Entidades de Ensino Superior; Escolas Particulares; Governo Estadual [SEERJ]; Governo Federal; Poder Judiciário; Prefeitura do Rio de Janeiro [SME; SMEL]; Setor Privado).

Segurança

- Reformar o sistema de segurança pública.
- Promover informação e participação cidadã.

(Agentes Acionados: Governo Estadual; Governo Federal; ONG's Poder Judiciário; Poder Legislativo; Prefeitura do Rio de Janeiro; Setor Privado).

Estratégia 04

*“Rio integrado”***Novas Centralidades e Revitalização do Centro**

- Promover novas centralidades urbanas, a fim de melhorar a circulação e a mobilidade em concomitância com o Centro.

(Agentes Acionados: Governo Estadual; Governo Federal [MC/EMBRATEL - TELERJ; MT; CDRJ; MF; SPU]; Institute d'Amenagement de La Région d'Île de France; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMU; SEDECT; SMO; SMTU]; Setor Privado).

Parametrização Urbanística (moradia popular)

- Revisar os parâmetros urbanísticos em atenção a integração das favelas e a promoção de moradia. (ex. *“Favela-Bairro”*).

(Agentes Acionados: Associações de Moradores; Governo Estadual; Governo Federal [MMA; IBAMA]; Guarda Municipal; ONG's; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMH; SMDs; SMU]; Setor Privado).

Mobilidade Interna

- Qualificar, ampliar e implementar um sistema de mobilidade com ênfase na acessibilidade.
- Impulsionar o transporte público de massa.

(Agentes Acionados: Empresas Privadas Operadoras de Transporte; Governo Estadual [SECTRAN; FLUMITRENS; METRÔ]; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMO; SMTU; SMAC; FPJ]; Prefeituras da Região Metropolitana; Setor Privado).

PRODUTOS	(conclusão)
Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio	
Tematizações (objetivos, ações e projetos)	
Objetivo do Plano Estratégico: Desenvolvimento Sistêmico Municipal	
Estratégia 05 <i>“Portas do Rio”</i>	
Acessibilidade	
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a circulação externa e interna (vias estruturadoras e conexões modais e intermodais). <i>(Agentes Acionados: Concessionários Privados; Governo Estadual [SECTAN; FUNDERJ; CONERJ; METRÔ; FLUMITRENS]; Governo Federal [MT; DER]; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMTU; SMO]).</i> 	
Logística de Transporte de Mercadorias	
<ul style="list-style-type: none"> Promover o Rio de Janeiro a polo de conexão do Brasil. <i>(Agentes Acionados: Concessionários Privados; FERRONORTE; Governo Estadual de São Paulo [FEPASA]; Governo Federal [MT; MF; MICT; RFFSA; CDRJ; MAer; INFRAERO; Conselho Coordenador das Ações Federais]; Setor Privado).</i> 	
Telecomunicações	
<ul style="list-style-type: none"> Impulsionar os sistemas de telecomunicações, bem como os serviços de valor agregado. <i>(Agentes Acionados: Concessionários Privados; Governo Federal [MC; TELERJ; EMBRATEL; Conselho Coordenador das Ações Federais]; Prefeitura do Rio de Janeiro [SEDECT]; Setor Privado).</i> 	
Estratégia 06 <i>“Rio competitivo”</i>	
Qualidade Produtiva	
<ul style="list-style-type: none"> Incorporar infraestrutura e serviços para setores já instalados. Fomentar e atrair empresas nacionais e estrangeiras. <i>(Agentes Acionados: ACRJ; Governo Estadual [SEICT; CODIN]; Governo Federal [Maer; INFRAERO; MEx; MRE; MC; EMBRATEL; TELERJ; MF; BACEN]; Poder Legislativo; Prefeitura do Rio de Janeiro [RIOTUR; SEDECT; SMU; IPLANRIO]; Prefeituras da Região Metropolitana; RIOSOFT; SEBRAE; Setor Privado).</i> 	
Ampliação Mercadológica	
<ul style="list-style-type: none"> Investir em empresas e serviços de alta tecnologia. Identificar e desenvolver vocações produtivas. <i>(Agentes Acionados: ASSESPRO; BIO-RIO; Governo Estadual [SEICT; SECTEC; UERJ; ESDI]; Governo Federal [MC; TELERJ; MCT; CNPq; MEC; UFRJ; SECTEC; COPPE; CEFET; EMBRATEL; FINEP]; Prefeitura do Rio de Janeiro [SEDECT; SMO; RIOURBE; Comissão da Moda; IPLANRIO]; PUC-RIO; Rede de Tecnologia; RIOSOFT; SEBRAE; Setor Privado).</i> 	
Estratégia 07 <i>“Rio 2004, polo regional, nacional e internacional”</i>	
Mercado Cultural	
<ul style="list-style-type: none"> Revitalizar e criar infraestruturas culturais. <i>(Agentes Acionados: Arquidiocese do Rio de Janeiro; Governo Estadual [SECE]; Governo Federal [MINC; MC; ECT]; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMC]; Setor Privado).</i> 	
Atividades Desportivas	
<ul style="list-style-type: none"> Revitalizar e criar infraestruturas esportivas. Candidatura dos Jogos Olímpicos de 2004. <i>(Agentes Acionados: Associações de Moradores; COB; Confederações Esportivas; Federações e Clubes Esportivos; Governo Estadual [SECE; SUDERJ]; Governo Federal [Conselho Coordenador das Ações Federais; MEE; MEx]; Prefeitura do Rio de Janeiro [SMEL; RIOTUR]; Prefeituras da Região Metropolitana; Rio 2004; Setor Privado).</i> 	
Marketing Urbano	
<ul style="list-style-type: none"> Investir na imagem do Rio de Janeiro. “Plano Operacional de Marketing”. <i>(Agentes Acionados: ACRJ; FIRJAN; Governo Estadual; Governo Federal; Prefeitura do Rio de Janeiro; Setor Privado).</i> 	
Turismo e Eventos	
<ul style="list-style-type: none"> Explorar o potencial turístico do Rio de Janeiro. Impulsionar o turismo emergente (eventos esportivos, saúde, terceira idade, incentivo empresarial). <i>(Agentes Acionados: Federações e Clubes Esportivos; Governo Estadual [SEICT; TURISRIO]; Governo Federal; Prefeitura do Rio de Janeiro [RIOTUR]; Rio Convention and Visitors Bureau; Setor Privado).</i> 	

Fonte: elaboração própria a partir das fontes de evidência.

Apesar da inoperância executora, a síntese diagnóstica do processo de elaboração do PECRJ (1996) elencou 61 ações públicas, desdobradas em 158 projetos com foco na geração de emprego e renda, na qualidade dos serviços públicos, na preservação ambiental, na reestruturação urbana, na promoção e ampliação do seu sistema produtivo, e no investimento em novos mercados. Intenções que o fizeram sistêmico, pois, conforme documento oficial, quando analisado a partir de seus indicadores de impacto, seguidos por suas descrições e responsáveis, revelam PRODUTOS tematizados que subdividem o campo dos direitos sociais, sendo esta, a razão que inviabiliza o “ajuste” dos projetos junto à determinada categoria distinta, como por exemplo, da ordem do planejamento urbano regional. Um processo de fragmentação com vistas à extrapolação, respectivamente associado ao campo de ação frente aos agentes, onde o primeiro é segmentado - conforme as temáticas determinadas - para oportunizar a diversidade do segundo, advindos, no caso do plano *Rio Sempre Rio*, dos três níveis de governo, do setor privado, da participação popular e de representatividades distintas de organizações e instituições (públicas e privadas), cuja força manteve a lógica intencionada do processo de elaboração. Quando associado ao referido processo, cabe ao PRODUTO o protagonismo de um fazer e, desta forma, fragmentado de seu campo de origem, ao mesmo tempo que enfatiza a ação do mercado esmaece o papel do Estado, cuja aparição está diretamente ligada à capacidade de legitimar a viabilidade dos interesses e a implementação do objeto pretendido.

Ademais, nenhum dos projetos apresentados avançam para além da sua condição implantada e, assim, sem um plano de manutenção e controle, os PRODUTOS ficavam à mercê de lógicas imprevisíveis, como no caso do projeto “Favela-Bairro” (estratégia 4 [*Rio integrado*]), cuja origem inspiradora se desdobrou em etapa subsequente (“Favela-Bairro II” [de 2000 a 2007]), junto a 64 favelas e 24 loteamentos irregulares e, quando avaliado, após dez anos desde a sua implantação, como parte conclusiva da análise⁵⁶, os benefícios implantados do projeto não suportaram os efeitos contingenciais do empobrecimento generalizado da população.

Em que pese os procedimentos metodológicos desta pesquisa, bem como as análises pretendidas, os PRODUTOS dos planos estratégicos de Barcelona e do Rio de Janeiro foram apresentados de forma categórica e, enquanto *etapa-fim* do ciclo intencional de elaboração, oportunizou avaliar a trajetória de um discurso, as estratégias determinadas a partir de um objetivo pretendido, bem como, os possíveis agentes a elas associadas.

Ainda que sob o mesmo processo (diretrizes seguidas de ações), a síntese dos PRODUTOS do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus aparece vinculada exclusivamente ao secretariado da máquina pública (quadro 44), suscitando um plano de viabilidade estrutural endógena, mesmo diante da interrelação com os recursos do BID e da AFD. Possibilidade controversa, pois, ao longo de suas fontes de evidência (PDRCM, 2015 – TOMO I e II) é notória a coparticipação de agentes privados, cuja condição dispersa e não articulada diretamente à determinada ação pode ser explicada devido à condição vigente do plano (desfocada das prioridades do prefeito em exercício). Assim, o PDRCM (2015) segue o receituário estratégico, tomado por um discurso que promove uma economia sistêmica baseada nas “forças” e “oportunidades” do perímetro do plano e, para além de um método aplicado, insiste na viabilidade operada pelas forças manipuladoras de agentes ou instituições, advindas da prefeitura municipal e suas secretarias; da ação direta de agências multilaterais; e de agentes privados. Condição usual para um ente federativo estruturado a partir de um único “modelo” econômico, cuja permanência depende de processos políticos interdependentes e da sobrevivência do excesso de incentivos fiscais (atualmente condenado pelo neoliberalismo).

⁵⁶ DUREN, Nora Ruth Libertun de; RIVAS, Rene Osório. “Bairro: dez anos depois”. Tradução de Eglaisa Cunha. Relatório: BID Publications. Jun. 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/pt/bairro-dez-anos-depois>>. Acesso em 08 de dez. de 2022.

Quadro 44 - PRODUTOS / Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus.

PRODUTOS	(continua)
Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus	
Tematizações (diretrizes, ações e ações interligadas)	
Objetivo do Plano Estratégico: Desenvolvimento da Área Central	
Linha Estratégica 01	
<i>“Fortalecimento da gestão da área central”</i>	
Gestão Integrada	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a “Agência Centro” *. • Operar uma gestão participativa. <p><i>(Agentes Acionados**: Poder Executivo Municipal; “Agência Centro”).</i></p>	
Especificidades Instrumentais (ordenamento e planejamento)	
<ul style="list-style-type: none"> • Integrar as ações temáticas do Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus através de uma “Câmara Técnica”: habitação; mobilidade; saneamento ambiental; controle urbano; cultura, políticas sociais etc. • Revisar e implementar os instrumentos urbanísticos: uso e ocupação do solo; AEIS; APP; PEUC; IPTU progressivo no tempo. <p><i>(Agentes Acionados: Poder Executivo Municipal; “Agência Centro”).</i></p>	
Nota referencial:	
* sobre a “Agência Centro” (conforme fontes de evidência):	
a) FORMATO e CONTROLE: enquanto autarquia (Art. 5º do decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967) da administração pública indireta o PDRCM reforça que “isso não significa que o Poder Executivo perderá o controle sobre tais funções, uma vez que a autarquia fica vinculada a órgão municipal. Contudo, em regra, a descentralização e a autonomia permitem maior agilidade e eficiência na gestão das ações” (PDRCM, 2015, TOMO II / Parte II, p. 528).	
b) COMPETÊNCIAS e ATRIBUIÇÕES: constituída através de lei municipal advinda do Chefe do Poder Executivo, “é importante que a Agência do Centro tenha competências – todas com foco na área central do Município – para promover o adequado ordenamento territorial, mediante ações de planejamento; exercer poder de polícia referente ao controle do parcelamento, uso, ocupação e posturas, bem como realizar o licenciamento de atividades e empreendimentos a serem instalados no perímetro da área central; realizar a gestão do patrimônio público municipal; proteger o patrimônio histórico, cultural, arquitetônico, artístico e paisagístico; exercer atividades de fomento e estímulo a atividades destinadas ao desenvolvimento da área central; articular as diferentes políticas setoriais (habitação, saneamento ambiental, áreas verdes etc.); monitorar e avaliar as políticas, programas e projetos” (ibidem, p. 529).	
c) COMPOSIÇÃO TÉCNICA, ORÇAMENTÁRIA e DELIBERATIVA: “para o desempenho de suas atribuições, a Agência deverá ser estruturada com pessoal técnico qualificado com domínio dos sistemas de gestão, finanças e planejamento urbano do Município. Deverá contar também com um centro de tecnologia e gestão de dados para subsidiar as atividades de planejamento e monitoramento permanente. Do ponto de vista orçamentário, é recomendável que seja instituído um Fundo específico para investimentos na área central sob administração da nova entidade autárquica. (...) É crucial que a Agência do Centro consiga coordenar as ações executadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, de forma que o planejamento seja colaborativo e integrado. Para isso, propõe-se a criação de uma Câmara Técnica Intersetorial composta por diversos órgãos municipais, estaduais e federais com a atuação no Centro de Manaus como instâncias de diálogo e pactuação de projetos em comum” (ibidem, p. 529).	
** apesar de associados a máquina pública, segundo as “estratégias de intervenção” (TOMO II / parte II), as “medidas previstas para o Centro dependerão de adesão social e, em parte, de investimentos privados” (ibidem, p. 529).	
Linha Estratégica 02	
<i>“Recuperação ambiental, qualificação e habitabilidade urbana para área central”</i>	
Infraestrutura de Saneamento Básico	
<ul style="list-style-type: none"> • Adaptar, ampliar e implementar infraestruturas de saneamento básico (esgoto, água, drenagem). <p><i>(Agentes Acionados: Manaus Ambiental; Prefeitura de Manaus [SEMINF]).</i></p>	
Recuperação Ambiental e Preservação de Riscos Naturais	
<ul style="list-style-type: none"> • Recuperar Igarapés e suas nascentes. • Implementar um sistema de parques (linear e inundável); estabelecer e conectar eixos verdes. • Preservar e recuperar áreas de risco (inundações). <p><i>(Agentes Acionados: Prefeitura de Manaus [SEMMAS; IMPLURB; MANAUSTRANS; Defesa Civil]).</i></p>	
Educação Ambiental	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar programa municipal de educação ambiental. • Personalizar um programa de educação ambiental para o Centro de Manaus. <p><i>(Agentes Acionados: Prefeitura de Manaus [SEMMAS]).</i></p>	

PRODUTOS

(continua)

Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus

Tematizações (diretrizes, ações e ações interligadas)

Objetivo do Plano Estratégico: Desenvolvimento da Área Central

Linha Estratégica 03

"Mobilidade sustentável"

Deslocamentos "não motorizados"

- Ampliar e qualificar as calçadas.
- Estabelecer sistema cicloviário (ciclovias, paraciclos, ciclofaixas e compartilhamento de bicicletas).
- Implantar programa de limitação de velocidade (ex. "Zona 30").
- Melhorar a conectividade priorizando o transporte "não motorizado" (ex. transposições dos igarapés).
(Agentes Acionados: Prefeitura de Manaus [SEMINF; MANAUSTRANS]).

Transporte Público

- Implantar sistema de BRT e conectar o sistema de transporte público.
- Implantar uma "Estação Intermodal" (BRT Hidroviário).
- Qualificar a sinalização e a rede de informações para o usuário.
(Agentes Acionados: Prefeitura de Manaus [MANAUSTRANS]).

Gestão de Tráfego

- Melhorar a sinalização semafórica.
- Gerenciar o acesso de veículos motorizados (estacionamentos, restrições e rotas alternativas para veículos de carga).
(Agentes Acionados: Prefeitura de Manaus [SEMINF; MANAUSTRANS]).

Transporte Hidroviário

- Implementar uma rede ampliada (municipal, intermunicipal e turística) de transporte hidroviário para passageiros e cargas.
(Agentes Acionados: Prefeitura de Manaus [IMPLURB]; Governo Federal [Secretaria dos Portos]).

Linha Estratégica 04

"Desenvolvimento econômico e social na área central"

Turismo e Cultura

- Implantar um roteiro turístico com ênfase no patrimônio cultural do Centro de Manaus.
- Descentralizar as atividades culturais;
- Fortalecer o artesanato indígena e o comércio dos produtos da Amazônia.
(Agentes Acionados: não se aplica*).

Diversidade de Atividades Econômicas

- Criar centralidades de atividades:
"Polo de Economia Criativa";
"Polo Gastronômico";
"Polo de Desenvolvimento Sustentável Orla do Rio Negro";
"Polo de comércio automobilístico na Praça 14 de Janeiro";
"Eixo Comercial da Rua Eduardo Ribeiro".
- Impulsionar o desenvolvimento econômico: incentivos tributários e urbanísticos.
(Agentes Acionados: não se aplica).

Integração Social

- Implementar um programa de geração de emprego e renda para a população vulnerável (Ex. PROGER [Programa de Geração de Emprego e Renda], vinculado ao Ministério do Trabalho com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador [FAT]).
- Estabelecer um "Programa de Atendimento Integrado à População Vulnerável".
(Agentes Acionados: não se aplica).

Nota referencial:

* sobre os agentes da referida estratégia.

Considerando o protagonismo do Poder Executivo Municipal, enquanto força de ação direta junto ao PDRCM (2015); as diretrizes/ações descritas (ibidem, TOMO II / Parte II, p. 591 – 595); e viabilidade associada a investimentos privados, apesar de não elencar agentes é possível correlacioná-los a campos (públicos e privados) de ordem econômica; cultural; patrimonial; turística; urbana (físico-territorial) e urbanística (instrumentos legais); laboral (geração de emprego e renda); e social, particularmente associados a grupos vulneráveis elencados no plano: população de baixa renda; mães solo; indígenas; prostitutas, travestis, transexuais e população em situação de rua.

PRODUTOS	(conclusão)
Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus	
Tematizações (diretrizes, ações e ações interligadas)	
Objetivo do Plano Estratégico: Desenvolvimento da Área Central	
Linha Estratégica 05	
<i>“Qualificação da paisagem, ordenamento do território e provisão habitacional”</i>	
Diversidade de Usos	
<ul style="list-style-type: none"> • Impulsionar o uso misto a fim de combater a monofuncionalidade do Centro de Manaus. • Reabilitar o patrimônio edificado não tombado, a considerar – enquanto possibilidade – a ativação de conjuntos edilícios ociosos, obsoletos ou subutilizados. (Agentes Acionados: não se aplica*). 	
Incentivo a Moradia	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar um programa de moradia na área central (ex. <i>Programa de Cortiços e Aluguel Social</i>) (Agentes Acionados: não se aplica). 	
Reurbanização e Regularização dos Assentamentos em Áreas de Igarapés	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar um plano sistêmico de ações de infraestrutura (saneamento, drenagem, iluminação, pavimentação e acessibilidade); de adequação, relocação e reassentamento de unidades habitacionais; de regularização fundiária; de educação ambiental; e de geração de emprego e renda. (Agentes Acionados: não se aplica). 	
Intervenção na Paisagem	
<ul style="list-style-type: none"> • Restaurar imóveis tombados em 1º e 2º grau no perímetro do Centro Antigo. • Regularizar o uso de publicidades e propagandas nas fachadas. • Implementar o projeto <i>“Ruas do Futuro”</i>: soluções no âmbito da humanização dos espaços, comunicação, meio ambiente, circulação, segurança, limpeza, iluminação, eficiência energética, hidráulica e infraestrutura. (Referência: Instituto Soluções para Cidades da Associação Brasileira de Cimentos Portland [ABCP]). (Agentes Acionados: não se aplica). 	
Nota referencial:	
* sobre os agentes da referida estratégia.	
Considerando a força decisória e a sua viabilidade (conforme “nota referencial da estratégia 4”), diante das diretrizes e ações elencadas (PDRCM, 2015, TOMO II / Parte II, p. 596 – 603), a complexidade da referida linha estratégica suscita interrelacionar-se com toda a estrutura administrativa da prefeitura de Manaus. Suas intenções demandam análises pontuais, podendo alcançar um caráter personalizado diante das condições já instauradas no perímetro do plano. No entanto, ainda que de ordem sistêmica (enquanto campo analítico), quando ajustada com vistas a sua implementação, as ações tendem a suscitar um conjunto de intervenções no território, convergindo assim para campo o planejamento urbano, cuja viabilidade opera por redes econômicas distintas de agentes e mercados, geralmente vinculadas a padrões consolidados da construção civil.	
Linha Estratégica 06	
<i>“Centro Rio”</i>	
Diante das particularidades da orla do Rio Negro e do São Raimundo, bem como as suas áreas de influência, determinadas a partir da subdivisão do perímetro do PDRCM (2015), enquanto parte das “áreas homogêneas” (capítulo 4 [quadro 19]), a referida linha estratégica personaliza os produtos do plano através de duas diretrizes, respectivamente associadas a duas ações interligadas.	
Integração da Orla com a Cidade: “reconciliar com as margens”.	
<ul style="list-style-type: none"> • Ação Interligada 01: implantar uma rede de espaços livres de uso público (linha estratégica 02), bem como um conjunto de projetos específicos (linhas estratégicas 01 a 05). (Agentes Acionados: considerar - em ação específica junto ao contexto da orla – os possíveis agentes das linhas estratégicas 1, 2, 3, 4 e 5). 	
Reestruturação e Requalificação da Infraestrutura da Orla	
<ul style="list-style-type: none"> • Ação Interligada 02: ampliar a rede de saneamento (linha estratégica 02);); implantar um sistema de mobilidade, em atenção ao deslocamento do pedestre (linha estratégica 03); e reassentar a população a partir da delimitação da cota de áreas de risco (linha estratégica 05). (Agentes Acionados: considerar - em ação específica junto ao contexto da orla – os possíveis agentes das linhas estratégicas 2, 3 e 5). 	

Fonte: elaboração própria a partir das fontes de evidência.

Como resultado, o Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus elencou diretrizes e ações e, apesar de não alcançar uma estrutura executora considerando, inclusive, – conforme linhas estratégicas 4 e 5 - a inexistência de agentes operacionais, o “Diagnóstico Estratégico” (PDRCM, 2015, TOMO II) – elaborado pelo Consórcio IDOM/Pólis em parceria com os gestores municipais do plano – propôs, no âmbito operacional a criação da “Agência Centro” (linha estratégica 1), da qual, ainda que sob certa autonomia pretendida (conforme objetivo do plano), se manteve diretamente acoplada ao Poder Executivo Municipal. Ademais, no que tange os PRODUTOS, a fim de posicionar o conjunto de ações elencadas para o perímetro do plano, revelou duas prospecções projetuais, sendo uma de ordem sistêmica, da qual determina a “visão de futuro para o Centro de Manaus”, e outra de ordem experimental – enquanto “área piloto” – aplicada na Ilha de São Vicente.

Com base no diagnóstico apresentado, a visão de futuro relacionou o potencial macro do centro de Manaus e, sob o slogan “*O rio para o Centro... e o centro para as pessoas*”, determinou uma conexão entre água e terra-firme, respectivamente interligando o Rio Negro ao Centro através de uma intervenção de borda que, a partir de estudos de caso de diversas partes do mundo, destacou projetos específicos a partir de um *waterfront* acoplado a intervenções temáticas de mobilidade e das mais diversas modalidades de parques (“*pocket parks*”, parques lineares e inundáveis). Uma rede de espaços livres, impulsionados a partir da qualificação sistêmica de infraestruturas “capaz de reabilitar a orla e agregar valor as áreas de influência” (ibidem, p. 631).

No caso da área piloto, as linhas estratégicas foram personalizadas e, diante das condições físico-geográfica da Ilha de São Vicente, foram aplicadas simulações qualitativas envolvendo a valorização do patrimônio atrelado à *turistificação*; à mobilidade e à acessibilidade; ao valor venal do solo, bem como, à capacidade de ação do mercado imobiliário, mediante revisões dos parâmetros e instrumentos urbanísticos; aos atrativos culturais; e às renovações e reabilitações de edificações e dos espaços abertos de uso público.

A prioridade elencada a partir do experimento projetual da “área piloto” foi considerada “um exemplo para as demais regiões” (PDRCM, 2015, p. 672), sendo ela a responsável por irradiar suas intenções para a orla a fim de alcançar todo o perímetro do plano. Estratégia que responde à mesma lógica operacional do plano de Barcelona, que a princípio priorizou uma ação pontual desportiva para depois – a partir dessa estrutura concentrada – capilarizar seu conjunto de ações, com foco na intenção metropolitana.

Ademais, mesmo sem uma distinção específica de projetos, os PRODUTOS apresentados – como desdobramento ampliado do “Diagnóstico Estratégico” - determinam as temáticas do plano estratégico e, conseqüentemente, a sua vocação, prospectada sob a força da máquina pública, da qual se realiza através de uma equação lucrativa que cifra o território por meio dos mais diversos tipos de agentes e capitais que atuam “segundo sua lógica (ora se contrapondo, ora se articulando) para realizar prontamente o seu fim: a acumulação continuada” (CARLOS, 2015, p. 45).

Quando associado a um gesto projetual, o PRODUTO se faz objeto, e sua projeção no território remete a uma escolha interrelacional entre forma e função; as vezes atrelada às condições socio territoriais provenientes de seus processos históricos; ou mesmo intencionalmente distinta, compondo uma paisagem disrítmica, onde o que importa é a provocação perceptiva que arrasta os olhares frente à monotonia acostumada do contexto.

Independente da escolha que materializa uma intenção, a vertente do objeto implantado é sempre produto das forças de viabilidade (agentes e processos), a fim de estabelecer uma posição diferenciada e competitiva.

Todavia, a rentabilidade é a *ideia-força* que unifica e condiciona todas as variáveis, bem como, os processos e procedimentos a elas atrelados, que culminam em PRODUTOS. Inerente do campo operacional, seu protagonismo antecede a posição estética do projeto, a ponto de influenciar a escolha e as particularidades da força local, podendo, inclusive, enfraquecê-las quando deslumbrada pelas “boas práticas” postas em circulação.

Neste contexto faz-se arriscado insistir na ideia de que o neoliberalismo produz “cidades genéricas”, conforme a *potência-título* do texto do arquiteto e urbanista Rem Koolhaas (1995; 2010)⁵⁷, afinal, diante das três experiências analisadas, é notório que as cidades se tornam genéricas não por replicação de formas ou formatos, mas por temáticas rentáveis ajustadas no campo operacional.

Predispostas às competitividades, as cidades do tempo do agora se generalizam por intervir – sob os mais elaborados discursos – em campos temáticos que investem, especificamente, no patrimônio (material e imaterial); nas “atualizações” de complexos arquitetônicos, vinculados a reestruturações produtivas, como aqueles de ordem industrial e portuária; nos sistemas de infraestrutura urbana e de mobilidade; nos espaços públicos abertos; na produção ou na conversão de espaços habitacionais e, conseqüentemente, na especulação imobiliária; na função social da cidade, através de flexibilizações dos parâmetros urbanísticos; na paisagem natural e urbana; e no turismo.

Apesar de um campo de ação ampliado, inclusive a ponto de suscitar um receituário fixo no âmbito das possibilidades a serem exploradas, concatenada ao lucro pretendido (enquanto *etapa-fim* do capitalismo), a recorrência temática está diretamente associada à possibilidade de explorar – de forma rentável – as esferas da vida, através de intenções operadas por táticas, cuja viabilidade depende de composições filiadas aos interesses dos agentes acionados.

No entanto, ainda sobre os PRODUTOS dos objetos dessa pesquisa, a vontade sistêmica dos planos associou as territorialidades temáticas à promoção da qualidade de vida de suas respectivas populações, das quais, sistematizadas em ações vinculadas ao desenvolvimento produtivo da economia local, relacionaram tais intenções à promoção de emprego e renda.

Ao associar a qualidade de vida ao trabalho, para além dos processos de exploração e acumulação que findam em PRODUTOS rentáveis intencionados, a “atualização” laboral dos planos estratégicos de Barcelona, do Rio de Janeiro e de Manaus reforçam a estabilidade do capitalismo, bem como, os processos – objetivos e subjetivos – de sujeição social.

Considerando o propósito de sintetizar as possíveis analogias, conforme categorias analíticas aplicadas junto aos objetos da pesquisa, os planos estratégicos - derivados de processos que envolvem as determinações de suas INTENÇÕES, influenciadas por OPERACIONALIZAÇÕES que cumprem a sua viabilidade através de PRODUTOS temáticos - tratam de projeções rentáveis, das quais, diante de suas condições locais e da influência inevitável de ordem *global-hegemônica* (ambas complexas e sistêmicas), oferecem para o mercado os direitos sociais que, tomados por interesse intencionais, enovelam a linha de responsabilidades do Estado.

Baseada na proposta metodológica desta pesquisa, a horizontalidade conclusiva remete à verticalidade analítica (*intenções-contexto; intenções-objeto de pesquisa; operacionalizações; e produtos*) aplicada junto aos planos estratégicos de Barcelona, do Rio de Janeiro e de Manaus,

⁵⁷ O texto “*The Generic City*” de Rem Koolhaas, publicado em 1995 na obra “*S,M,L,XL*”, está associado a um compendio de imagens que reforça – mesmo diante de escalas distintas – as tematizações projetuais, podendo ser analisadas através de formas, conceitos e partidos arquitetônicos. A crítica suscitada aborda o formato-síntese da tradução portuguesa, publicada em 2010 pela editora Gustavo Gili (“*REM KOOLHAAS, três textos sobre a cidade*”). Sem o recurso imagético da obra original, ainda que o conteúdo revele as tematizações genéricas e rentáveis do contexto da “cidade contemporânea” (KOOLHAAS, 2010, p. 31), o título sugere uma generalidade formal atribuída a cidade.

e, para além das distinções reveladas – principalmente diante do formato de seus PRODUTOS – desde a sua experiência elaborativa que determinou suas INTENÇÕES, os planos estratégicos derivam de ajustes, advindos de forças que atuaram em pares (quadro 45) a partir das articulações coexistentes entre o contexto neoliberal e as particularidades locais das cidades analisadas.

Quadro 45 - Aproximações analógicas.

Aproximações Analógicas	
categorias analíticas	objetos da pesquisa: Planos Estratégicos de Barcelona, Rio de Janeiro e Manaus
intenções - contexto	Ajustes CENTRÍFUGOS Fluxo de origem: particularidades locais frente ao funcionamento da escala-mundo
intenções - projeto	Ajustes CENTRÍPETOS Fluxo de origem: funcionamento da escala-mundo frente às particularidades locais Particularidades locais dos Planos Estratégicos: a) ajusta as intenções locais ao “modelo” estratégico b) estrutura um poder decisório centralizado nas intenções c) posiciona agentes: poderes distintos com foco na viabilidade
operacionalizações	Ajustes de VIABILIDADE Fluxo de origem: estratégias capazes de viabilizar os produtos dos planos
produtos	Ajustes de RENTABILIDADE Fluxo de origem: rentabilidade local com foco na competitividade global

Fonte: elaboração própria.

Como vimos, a viabilidade rentável é o propósito que aciona estas articulações, porém, ainda que presente nos três planos (conforme as categorias analisadas), foram as particularidades locais que determinaram o fluxo proeminente das intensidades de tais forças, podendo ser de ordem centrífuga (de dentro para fora) ou centrípeta (de fora para dentro). Independente da origem, estes fluxos são de natureza operacional, dos quais, tendem a equilibrar as distinções dos planos estratégicos frente ao sistema-mundo.

Sua finalidade e importância determinam nos planos uma posição emissora que, associada aos objetos dessa pesquisa e à sequência analítica do método proposto⁵⁸, exerceu influência tanto de ordem antecessora, conforme análises das *intenções-contexto* e das *intenções-projeto*, quanto sucessora, no caso dos *produtos*, principalmente, quando acessado através do capital simbólico das tematizações - posto em circulação através das “boas práticas” - que suscitam agilidade e rentabilidade, respectivamente ligadas às ações garantidas que diminuem o risco⁵⁹.

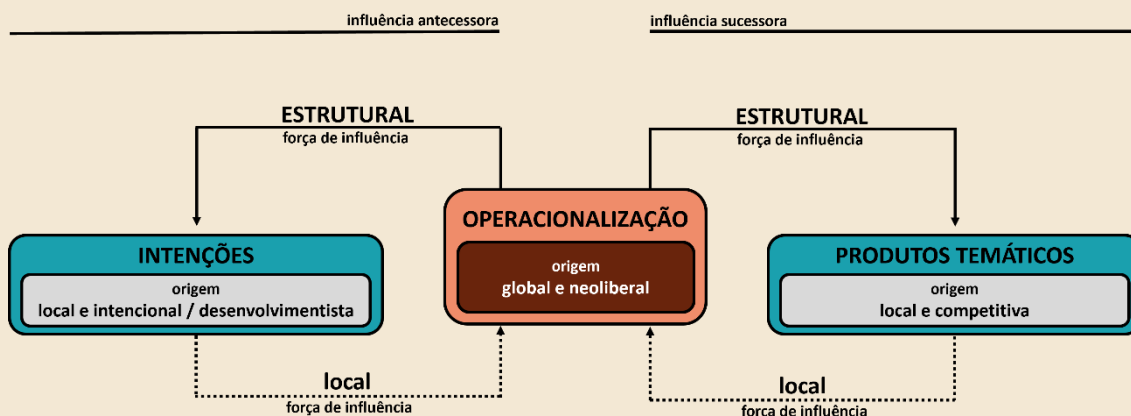
Diante de forças de influências difusas (antecessora e sucessora) que interferiram nas relações entre as condições locais e os procedimentos metodológicos do planejamento estratégico, é

⁵⁸ Ainda que reveladas de forma distinta, enquanto categoria analítica do procedimento metodológico da pesquisa, as INTENÇÕES, as OPERACIONALIZAÇÕES e os PRODUTOS dos planos são tomados por variáveis e forças de influência que coexistem, e são acionadas conforme ferramentas técnicas do método estratégico e sistêmico.

⁵⁹ A influência externa de uma *ideia-força* tende a interferir no *modus operandi* da ação pretendida, em que pese a seleção de agentes, bem como, as regras e os procedimentos para atender os seus interesses distintos. Ademais, ainda que tomados por influências diversas, no caso brasileiro, um dos critérios relevantes de adesão por “boas práticas” está diretamente associada às estratégias que envolvem o ciclo gestor do Poder Executivo com vistas à reeleição.

evidente, portanto conclusivo, a presença de um núcleo estruturante oriundo dos processos de OPERACIONALIZAÇÃO (figura 66), cuja função é a de equilibrar, com vistas na viabilidade, o fluxo que parte de INTENÇÕES e findam em PRODUTOS.

Figura 66 - Fluxo de influência dos planos estratégicos analisados.



Fonte: elaboração própria.

Protagonista dos casos estudados, a influência desta homeostase estruturada está diretamente atrelada aos processos decisórios dos planos⁶⁰ que, organizados na centralidade do poder gestor e diante do contexto neoliberal, fizeram da operacionalização um campo de determinação manipulável, reforçando, de fato e de direito, a soberania do poder do Estado, enquanto “modelo” estratégico de valorização do mercado.

Apesar do interesse genérico, que associa desenvolvimento à acumulação de receita, os níveis de influências que determinam as intensidades das forças, bem como, a origem dos fluxos que, conseqüentemente, interferem nas decisões dos planos estratégicos, estão correlacionadas à posição macroestrutural da cidade frente ao sistema-mundo⁶¹.

Condição distinta dessa pesquisa, pois, no campo operacional, facilitado pelos agentes e capitais envolvidos na realização dos Jogos Olímpicos de 1992, a influência junto ao Plano Estratégico de Barcelona estruturou forças em um discurso de ordem específica, cujo consenso facilitou seguir – sob certo oportunismo – por aquele de fato intencionado, com vistas para a metropolização da capital da Catalunha. Nos casos do Rio de Janeiro e de Manaus, apesar de particularidades e potencialidades, a força de influência do contexto frente à vontade sistêmica de seus objetivos, fez da viabilidade de seus respectivos planos um campo operacional generalizado: de ordem economicista e interdependente.

Por fim, na intenção de responder aos questionamentos suscitados pela proposta metodológica e, assim, enquanto possibilidade analítica, concluir a referida pesquisa, as analogias dos planos estratégicos de Barcelona, do Rio de Janeiro e de Manaus são de ordens estruturais, das quais,

⁶⁰ Vinculados ao órgão máximo dos planos estudados, os processos decisórios – de ordem deliberativa – chancelaram as intenções, aprovaram os diagnósticos e, assim, determinaram diretrizes, ações, projetos e agentes, bem como, as estratégias de viabilidade.

⁶¹ Segundo o economista Giovanni Arrighi (1997), para além da teoria da dependência, que posiciona os países diante de uma condição dualista (centro e periferia), com vistas para o desenvolvimento, o sistema-mundo reconhece a existência de um bloco intermediário, intitulado “semiperiféricos”, do qual – segundo dados publicados em 1985 – o Brasil está inserido junto com a Argentina, o Chile e o México, somado à África do Sul e grande parte dos países do sul e do leste da Europa. Entretanto, “as posições intermediárias são temporárias porque são *transicionais*” (ARRIGHI, 1997, p. 138, grifo do autor), e estão diretamente atreladas a ciclos econômicos distintos que os deslocam em direção a posições extremas.

ainda que distintas, mediante ao fluxo de intensidade interrelacional (local x global), com a adesão dos procedimentos metodológicos do “modelo” estratégico, o plano, enquanto técnica, organiza a centralidade do poder decisório, legitima a manipulação intencionada e determina os produtos temáticos rentáveis, cuja viabilidade está associada aos processos *neoliberalizantes* operados por agentes e capitais distintos. Ou seja, sob influência do contexto, é da filiação ao modelo estratégico – advindo do ambiente corporativo para a gestão pública - que as analogias entre os planos analisados foram reveladas.

No entanto, para além das analogias que estruturaram a exploração e acumulação capitalista, e que fizeram do planejamento estratégico uma variação/manutenção do poder do Estado, cabe ressaltar que este efeito tem uma relação direta com o processo, do qual, ainda sobre a experiência dos objetos da pesquisa, destacam-se no campo da INTENÇÕES, a composição dos agentes decisórios que estrangularam e manipularam as forças populares, ampliando a crítica de Vainer (2013a [2000]) – quanto ao processo participativo do plano estratégico do Rio de Janeiro - para Barcelona e Manaus; e, no campo do PRODUTOS, a falta de formalização dos processos de manutenção e controle das ações pretendidas.

Em síntese, com o objetivo de capilarizar todas as esferas da vida através da promoção do mercado (capítulo 1), no campo da gestão pública, o neoliberalismo converte os direitos sociais em serviços rentáveis, a partir dos quais, podem ser estruturados conforme o receituário metodológico do planejamento estratégico (capítulo 2). Na sua forma distinta, como nos casos de Barcelona (capítulo 2 [item 2.3]), do Rio de Janeiro (capítulo 3 [item 3.2]) e de Manaus (capítulo 4 [item 4.3]), ainda que confirmem tais intenções, remetem a particularidades ajustadas, enquanto produto diante da competitividade do contexto. No entanto, quando aproximadas, analogamente revelam que as peculiaridades são produtos da força operacional antecessora, sendo esta, quem determina – por intensidade de influência – as capacidades locais de pertencer ao jogo competitivo global.

Como vimos, na América Latina e, particularmente, no Brasil, os ajustes neoliberais advêm da interrelação das condições locais frente à escala global, dos quais remetem a processos complexos que reposicionam o Estado e o mercado a ponto de extrapolar a ordem econômica e, conseqüentemente, desajustar o “campo político-institucional e das relações sociais” (SOARES, 2002, p. 12).

Este ajuste que desajusta é produto da equação *problema-solução*, respectivamente associada às crises locais e aos processos experimentais do neoliberalismo. De ordem macroestrutural, com vistas à rentabilidade, seu efeito pospõe a condição local, submetendo a sociedade às estratégias que a reposiciona em dois grupos, cuja distinção está condicionada à capacidade financeira de pertencimento.

Os pertencentes, cuja margem alcança o ajuste, são aqueles capazes de acessar as possíveis versões rentabilizadas dos serviços, como a educação, a saúde etc., bem como o emprego e a renda, antes inseridos no campo do direito social⁶². Já os não-pertencentes, impossibilitados de participar deste processo, são alocados em ciclos de “expulsões” (SASSEN, 2016 [2014]) e desigualdades onde a sobrevivência se confunde com a existência. Entretanto, apesar de suscitar o abandono daqueles que “não cabem” – enquanto posição – frente às estratégias de funcionamento do neoliberalismo, é de interesse e intenção do Estado (disfarçado de responsabilidade) monitorar a ordem dos limites estabelecidos pelo mercado, não “como presenças espectrais e fantasmagóricas do passado, mas como práticas inseridas na vida

⁶² Processo de endividamento, diretamente associado a regulações de “economias populares” (GAGO, 2018) que “amparam” (SAFATLE, 2016) os “precarizados” (STANDING, 2013), bem como os setores a eles associados, como por exemplo aqueles dos empreendedorismos, dos serviços de entrega (delivery) e dos transportes individuais por aplicativo (Uber, 99, InDriver, Ubiz Car [Parnaíba/PI], Drive Tour [Caruaru/PE], Chofer46 [Paraná e Santa Catarina], Bora94 [Marabá/PA], entre outros).

cotidiana no presente” (DAS; POOLE, 2008, p. 15, tradução nossa), que minimizam a condição de pobreza, a fim de evitar possíveis ameaças que desestruturariam a lógica exploratória e acumulativa do capitalismo.

Conforme resultados da pesquisa, quando associada ao planejamento urbano e regional (enquanto campo de ação) e ao planejamento estratégico (enquanto modelo metodológico do *fazer* neoliberal), a responsabilidade de viabilizar a produção rentável dos territórios replica a condição excludente do ajuste, a promover, por intenção temática, uma lógica cifrada de uso e ocupação, cuja precificação revela uma seleção sistêmica⁶³ que determina o acesso aos produtos instalados, bem como, os posicionamentos na cidade de uns em detrimento de outros.

Mantendo a tríade sistêmica dessa tese, o funcionamento do ajuste neoliberal exacerbou o trabalho enquanto força-motriz, relacionando, ou melhor interferindo, em todas as possíveis categorias que envolvem a existência do sujeito. Consumido pelo protagonismo laboral, onde “apenas a realização objetiva, mensurável, é de interesse” (SIMMEL, 1976 [1902], p. 13), a individualidade intencionada segue, enquanto estratégia do sujeito, porém, atualizada frente à autopreservação da “vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana”, como preferiu Simmel (ibidem) no início do século XX.

No tempo do agora, a complexidade dos processos de subjetivação do sujeito com ele mesmo turva sua relação com a cidade, fazendo dela um campo de interesse, manipulado a partir de posições que determinam uma geometria de uso. Ainda que associado às trajetórias de deslocamento (a ponto de suscitar uma relação de apreensão e pertencimento), é da velocidade e da aceleração as grandezas que operam esta relação com a paisagem citadina, geralmente emoldurada pelos vidros dos automóveis ou disputada pelas próteses móveis dos aparelhos celulares. Ademais, para além deste modo de consumir a cidade, quando posto diante da necessidade de amortecer os efeitos – físicos e mentais – produzidos no neoliberalismo, o sujeito busca por “facilitadores” que, para além da meritocracia do consumo, no campo socioespacial, remete a agrupamentos entre iguais, ou seja, “bolhas” interrelacionais que o preserva de qualquer experiência conflitiva.

Diante dessas forças que revelam o comportamento do sujeito neoliberal, o poder urbano é enfraquecido, e a cidade – enquanto campo de experiências - tende a efeitos que tangem o esvaziamento, facilitando as inserções dos produtos rentáveis, como aqueles intencionados pelos planos estratégicos de Barcelona, do Rio de Janeiro e Manaus.

Mas, para além das forças que estruturam a produção do espaço, bem como o seu uso, advindo do contexto neoliberal, é relevante afirmar que, conforme as investigações deste trabalho a respeito do tempo do agora, a interrelação entre contexto, espaço⁶⁴ e sujeito estabiliza a lógica exploratória e acumulativa do capitalismo. Desta ordem, enquanto as forças intencionais do contexto interagem com a produção do espaço, mantendo favorável e vantajosa a sua relação com o sistema; o sujeito, enquanto operador sujeitado aos poderes estabelecidos da lógica capitalista, tem na sua condição obediente - estruturada por um estado de falta, operada por processos objetivos e subjetivos do neoliberalismo – uma existência comunicada por “afetos tristes” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 75).

⁶³ A ideia de seleção sistêmica supera a capacidade de “pagar” por determinados serviços acoplados às peças urbanas. De ordem objetiva e subjetiva, envolve uma linha tensora estabelecida entre o sujeito e o objeto, advinda de uma série de variáveis intencionais que interrelacionam forma, função, funcionamento, posição (na cidade), entre outras. Podendo inclusive ser revelada na escala urbana, através da dificuldade (ou impossibilidade) de acesso.

⁶⁴ Como parte da tríade sistêmica deste trabalho, a categoria “espaço”, quando associada ao planejamento urbano e regional, aciona campos epistemológicos e empíricos que interagem de forma distinta com o contexto e com o sujeito. Sua versão estratégica compõe parte das possíveis variáveis capilarizadas pelo neoliberalismo.

No entanto, apesar dessa estabilidade opositora, preenchida por forças e posicionamentos de ordem mundial, segundo Guattari (1985 [1977]), é da ordem produtiva a parte do sujeito que interessa ao capitalismo e, apesar do *esmagamento* de todo o resto, pela mesma força que o condiciona, sua condição humanizada o faz distinto junto ao sistema, da qual, por experiência (no mundo social), pode – enquanto campo de possibilidades – ser acometido por provocações inventivas, tomadas de *multiplicidades*, capazes de acessar aquilo que lhe foi *esmagado* e, conseqüentemente, por composições, ameaçar o funcionamento do sistema e suas intenções.

As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades*; a suas relações, que são *devires*; a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individuações sem sujeito); a seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *livres*; a seu modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem *territórios* e graus de *desterritorialização* (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [1980], p. 8, grifo do autor).

Apesar de constante, na qualidade de pressuposto filosófico, é da análise de “três novelas” (*platô 8*)⁶⁵ a ênfase de Deleuze e Guattari, enquanto possibilidade do(s) sujeito(s) subverter(em) o nexos impositivo do mundo social.

Por influência de uma telegrafista (“*Na gaiola*”, de Henry James [*primeira novela*]), de um escritor em crise existencial (“*O colapso*”, de F. Scott Fitzgerald [*segunda novela*]) e de uma experiência panóptica (“*História do abismo e da luneta*”, de Pierrette Fleutiaux [*terceira novela*])⁶⁶ Deleuze e Guattari exploram os acontecimentos que misturam as *linhas de segmentaridade* (ou *de desejo*), evidenciando a força dos deslocamentos ocasionais, diante da interrelação coexistente entre os planos de organização e de imanência. Ou seja, para além dos “grandes conjuntos molares (Estados, instituições e classes)” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/*platô 8*], p. 73), investem nas *linhas de vida* das personagens, revelando, a partir de episódios que as acometem, um microcosmo tomado por variações de intensidades que, por *efeito-contágio* (enquanto potência compositiva), ao mesmo tempo em que personaliza a sua existência, disritmiza – conforme o regime dos planos – a sua lógica causal estruturada, estável e obediente.

Nada passará pela lembrança, tudo aconteceu nas linhas, entre as linhas, no E que os torna imperceptíveis, um e o outro, nem disjunção nem conjunção, mas linha de fuga que não para mais de se traçar, para uma nova aceitação, o contrário de uma renúncia ou de uma resignação, uma nova felicidade? (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980], p. 89, grifo dos autores).

Assim, certo de que a condição sujeitada do sujeito é determinada pela estrutura do capitalismo, cujas estratégias consomem apenas parte dele, é vontade investir em outros de si mesmo, enquanto possibilidade de alcançar um estado de desobediência, retomando, assim, o objetivo deste trabalho.

⁶⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Três novelas ou “O que passou?”. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.

⁶⁶ MAUPASSANT, Guy de; FITZGERALD, F. Scott; D’AUREVILLY, Jules Barbey; FLEUTIAUX, Pierrette; JAMES, Henry. *Quatro novelas e um conto: as ficções do platô 8 de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Considerações finais

Os outros de si mesmo: o possível em devir desobediente.

O problema com a “paixão pelo Real” (...) não é o fato dela ser uma paixão pelo Real, mas sim o fato de ser uma paixão falsa em que a implacável busca do Real que há por traz das aparências é o estratagema definitivo para evitar o confronto com ele.

Slavoj Žižek

Estamos sempre dependurados sobre o muro das significações dominantes, estamos sempre mergulhados no buraco de nossa subjetividade, o buraco negro de nosso Eu que nos é mais caro do que tudo. Muro onde se inscrevem todas as determinações objetivas que nos fixam, nos enquadram, nos identificam e nos fazem reconhecer; buraco onde nos alojamos, com nossa consciência, nossos sentimentos, nossas paixões, nossos segredinhos por demais conhecidos, nossa vontade de torná-los conhecidos. (...) Nossas sociedades têm necessidade de produzir rosto. O Cristo inventou o rosto. (...) como desfazer o rosto, liberando em nós as cabeças exploradoras que traçam linhas de devir? Como atravessar o muro, evitando ricochetear sobre ele, ou ser esmagado? Como sair do buraco negro, em vez de girar no fundo, que partículas fazer sair do buraco negro? Como quebrar até mesmo nosso amor para nos tornarmos, enfim, capazes de amar? Como tornar-se imperceptível?

(...)

Ah, a miséria do imaginário e do simbólico, o real sempre adiado para amanhã.

Gilles Deleuze

Os outros de si mesmo: o possível em devir desobediente.

Na tradição Bambara, dois termos servem para designar a pessoa: Maa e Mayyaa. A primeira palavra significa a pessoa, a segunda, as pessoas da pessoa. Em nenhum momento a pessoa humana é considerada uma unidade monolítica, limitada ao seu corpo físico. Ela é um ser complexo, habitado por uma multiplicidade em movimento permanente.

Amadou Hampaté Bâ

(...) os Outros são mundos possíveis, aos quais as vozes conferem uma realidade sempre variável, conforme a força que elas têm, e revogável, conforme os silêncios que elas fazem.

Gilles Deleuze

Que outros futuros foram suprimidos por essa visão hegemônica e totalizante, que pressupõe uma espécie de "história universal"? Que outros futuros nos resta imaginar? Como liberar o futuro? Sabemos que a emancipação do tempo é um dos temas caros à Deleuze que propõe pensar um tempo da diferença, concebido não como ordem e sucessão, mas como variação infinita. O futuro toma a posição de pura diferença, não pode mais ser considerado como uma dimensão a posteriori do tempo, à qual devemos chegar como se alcançássemos. O tempo desgruda-se da imagem linear, torna-se emaranhado e desconjuntado, prenhe de multiplicidades que brotam continuamente no processo do eterno retorno das forças como repetição da diferença. E forçando-nos a levar mais adiante essa imagem de um tempo problemático, vamos nos deparar com a verdade de que o futuro pertence ao morrer constante das formas, figurando não no sentido negativo, pois é através da pulsão de morte que a vida libera novas potências e o eterno recomeço, pois destrói todos os começos. (...) Na reinvenção do futuro, torna-se importante resistir ao passado, ou seja, revitalizá-lo, dando-lhe a chance de escapar da concepção da história progressiva. (...) Ora, sabemos que há dominação e captura das potências vitais livres, mas, por outro lado, também queremos crer que esta não se dá de forma plena, havendo sempre algo que resta como potência de resistência. Isto requer que se olhe para modos de viver e habitar a cidade de forma não majoritária, que se encontre e rastreie pequenos focos que ensejam desvios nas duras linhas das molaridades estabelecidas. Se há o reconhecimento do esgotamento das atuais modos de existência, não se trataria de reconstituí-lo em direção à sua recuperação e resgate. Assim, assumimos o esgotamento como oportunidade capaz de conduzir à criação, sendo o próprio extenuamento parte constitutiva do processo histórico, pois a saturação que o mesmo manifesta pode revelar elementos de uma criação inédita. (...) É preciso respirar mesmo com ar rarefeito, é preciso dizer mesmo com apenas vacúolos de silêncio, é preciso buscar apesar de tudo, operar como os vagalumes, que não se deixam apagar diante das luzes dos faróis poderosos e andam em bando conduzindo suas frágeis e intermitentes luzinhas no seio da noite insone.

Tania Mara Galli Fonseca¹

Em “*O jardim de veredas que se bifurcam*” (1941), o escritor argentino Jorge Luis Borges, a caminho do desfecho de sua trama policial, nos apresenta, através de um diálogo entre *Stephen Albert* e *Yu Tsun* (protagonista), a intenção de um livro infinito – aparentado aquele da “*rainha Xerazade*” – cuja dedução revelaria todas as possibilidades das personagens, a resolver em um único objeto o desejo de *Ts’ui Pên* (ancestral do protagonista) de escrever um livro e construir um labirinto.

Apesar de obscurecer o curioso livro, no conto ficcional de Borges - mesmo diante da suspensão do tempo como estratégia literária - as *veredas* nos revelariam as possibilidades e, sem embargo, da ciclicidade oportunista dentro do labirinto, todo recomeço suscitaria uma escolha associada a uma consequência, tomada por todo acaso da referida investida.

¹ Trecho do texto proferido por Tania Mara Galli Fonseca - psicóloga, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - na ocasião do exame de qualificação deste trabalho, realizado em 05 de outubro de 2018.

Quando vontade de investir o avesso de uma condição posta e acostuada, é da incerteza o inevitável campo de investigação e, mesmo diante de objetivos intencionais, não há outra forma que melhor ilustre este desafio do que a de um labirinto, a considerar seus riscos como resultado das inúmeras possibilidades de escolha.

Disposição aproximada ao se propor o possível em devir desobediente, enquanto possibilidade outra de existir.

Apesar da constante influência histórica da soberania de uns em detrimento de outros, a ideia de hegemonia, na idade do capitalismo, se inscreve por meio de duas distintas formas de poder. O “imperialismo” (HARDT; NEGRI, 2001), enquanto condição primeira, foi marcado pela expansão territorial em busca de novos mercados (atrelado ao advento das grandes navegações), e ao processo de industrialização, posto em funcionamento através do “poder disciplinar” (FOUCAULT, 2004 [1975]). Contudo, mesmo diante das conquistas e, conseqüentemente, da ampliação fronteira dos países colonizadores, o imperialismo, enquanto poder exercido, se estabeleceu a partir de processos de dominação direta, por meio de relações pontuais e distintas que, diante do seu propósito de enriquecimento, torna-se menor frente à segunda condição de poder hegemônico, intitulado “império” (HARDT; NEGRI, 2001). Este, com base no poder difuso e aliado a estruturas não governamentais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Tribunal de Haia, entre outras, marca um poder supranacional, articulado na escala-mundo, pondo em fluxo pessoas e capitais por meio de redes de informações que enfraquecem a autonomia dos Estados-nação e das políticas localistas e, diante desta realidade ampliada e desterritorializada, instaura junto à sociedade a condição de “controle” (DELEUZE, 2013 [1990]) que supera o encarceramento disciplinar antecessor e, por estratégias de “desempenho e competitividade” (HAN, 2017 [2010]) torna o sujeito “empresa de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2009]).

Mesmo sintética e reducionista, diante das complexidades que operam junto aos formatos acima descritos, essa transição de ordem macroestrutural deflagra a constante disputa por um insistente poder, atrelados às estratégias de permanência, mesmo diante do reconhecimento e da presença de grupos dispostos a tensionar tais intenções a fim de exercer, e assim realizar - na expectativa de Hardt e Negri (2014 [2004]) - a “verdadeira democracia”.

Contudo, para além de circunstâncias políticas e econômicas, a hegemonia tende a um fluxo tentacular difuso e intencional, através de “formas de apologia das homogeneidades” (SOUZA, 2006, p. 184), assumindo posições que se mantêm em razão das alianças de forças atreladas às especificidades de determinado contexto. Neste processo, aquilo que escapa deste poder, seja por baixa intenção hegemônica ou por resistência a esta força, estabelece uma posição outra que, independente da sua condição (objetiva ou subjetiva), revela uma tensão avessa, geralmente atravessada por peculiaridades que acionam um duelo binário, acostumado pela modernidade e pelo capitalismo, enquanto premissa estruturada do seu funcionamento. Quando inserida no mundo social, remete aos processos interrelacionais do indivíduo com a sociedade e, conseqüentemente, a posicionamentos que envolvem o *eu* e o *outro*.

Caro à antropologia, a ideia de *eu* e de *outro* tem na etnografia o registro dessa interação, que na sua versão clássica opera por alteridade discursiva baseada “em um pressuposto de semelhança” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 114) entre o observador e o observado. Formato controverso na *perspectiva* de Eduardo Viveiros de Castro (2002)², ao acusar um favoritismo do

² O “perspectivo ameríndio” de Eduardo Viveiros de Castro investe em uma antropologia simétrica, a reconhecer – ainda que por interação do observador e do observado – formas outras da existência. *Mundos outros*, ou melhor, *ontologias*.

primeiro frente ao segundo, afinal, apesar de ambos tratarem seus discursos com naturalidade, a naturalidade do observador se exprime de forma “reflexiva, condicional e conscientemente” (ibidem), e sua cultura (enquanto objeto interrelacional) “se acha contida nas duas acepções da palavra” (ibidem), ou seja, na dele e na do outro, estabelecendo assim, no âmbito do conhecimento, uma “vantagem” (ibidem, p. 115) do observador sobre o observado, pois ele é quem determina o sentido do discurso.

Apesar de pontos de análise semelhantes, ou melhor, equivalentes, o conhecimento produzido por essa interlocução comparativa define a posição do *eu* – enquanto sujeito-observador – e instaura no *outro* – enquanto objeto-observado – a condição passiva, a evidenciar uma igualdade de fato (no âmbito da revelação) e não de direito (no âmbito do reconhecimento)³ e, assim, “a alteridade entre o sentido dos discursos (...) resolve-se em um englobamento” (ibidem, p. 116), e o conhecimento, proferido pelo observador, se estabelece por inviabilidade do entendimento do observado.

Sob o reinado da história essa interação se faz insistente, e na América Latina sua gênese está associada, segundo Vainer (2014), aos chamados eventos de conquista e colonização, cujo efeito “inventou, estruturou e inaugurou a visão Eurocêntrica de mundo” (ibidem, p. 49, tradução nossa). Posição em que o *civilizado* definiu *selvagem* aqueles do “Novo Mundo” e, sobre ele, projetou a sua cultura a fim de alcançar um estado de apagamento por conversão e dominação.

Padres, soldados e mercadores empunhando bíblias, espadas e mercadorias foram os meios pelos quais este mundo nasceu; isso mostra que os povos indígenas foram apresentados ao mundo e à civilização como selvagens atrasados, incivilizados e subdesenvolvidos. Ao contrário do mito, a modernidade se estabeleceu como uma unidade constituída por uma duplicidade fundante e intransponível que reproduziu desde o início e ao longo de sua história um centro e uma periferia (VAINER, 2014, p. 50, tradução nossa).

Contudo, Vainer (2014) destaca que antes da expansão do *eu*, a partir do século XVI, a Europa se fez moderna, iluminada pelo despontar do capitalismo, pelo abandono dos princípios religiosos, pela ascensão da razão objetiva e pela instituição do Estado Moderno, cuja estrutura organizacional estimulou um sistema econômico ampliado, posto em funcionamento através de redes de trocas mercantis. Contexto que instituiu um estado de competitividade e, diante da intenção de ampliar o mercado interno, passou a investir em novas fronteiras através da conquista e da colonização de outros territórios.

Assim, a modernidade que se estabelecia na Europa passou a circular junto com a intenção primeira de exploração da colônia e, por imposição de um poder instituído, pôs em fluxo um sistema de *ideias-referência* que, segundo Vainer (2014), conforme as “boas práticas”, chancelou a condição de colonialidade enquanto arranjo do pensar colonizado; estruturado, segundo Quijano (2005), a partir de um único poder, cuja força, por encadeamentos episódicos, organizou “homogeneidade[s] e continuidade[s]” (ibidem, p. 128), ainda que, historicamente revelada por uma interação heterogênea de ordem sistêmica. Conjuntura persistente que influenciou – mesmo depois de independente – os campos políticos, sociais, econômicos e culturais, bem como os formatos dos territórios e as práticas do fazer cidade.

Uma vez que a conquista foi concluída, todas as partes deste novo mundo tiveram que ser reconstruídas à imagem do mundo ideal no centro: a Europa. As partes que acabavam de ser descobertas e depois apagadas foram refeitas como réplicas, ainda que imperfeitas, inevitavelmente corrompidas e pervertidas pela própria condição de estarem na periferia; por definição atrasados, lugares onde a modernidade estaria

³ A ideia de uma coexistência de fato e uma distinção de direito advém das teorias filosóficas de Gilles Deleuze, respectivamente, da interrelação entre o “*plano transcendente de organização*” (molar) e o “*plano imanente de composição*” (molecular), a considerar distinto os seus regimes operacionais.

sempre ameaçada por desvios, incompletude e até impossibilidade. Reencarnada no presente, essa colonialidade do conhecimento persiste com força nas noções e práticas contemporâneas de construção da cidade (VAINER, 2014, p. 51, tradução nossa).

Deste modo, atravessamos a “*Hausmannização*”, orquestrada por médicos e engenheiros - a partir de *ideias-força* de ordem sanitaria - que organizaram a acomodação socioespacial da burguesia local e, conseqüentemente, por efeito intencional, de domesticação e exclusão daqueles que não faziam parte do espírito proposto.

Na seqüência, diante do fluxo do desenvolvimentismo, em tempos de sobressalência do urbano e das escalas de cidades, seguimos com a industrialização com propostas que, segundo Silva *et al.* (2021), a princípio se preocuparam com a posição geográfica, a localização e os custos do deslocamento produtivo, conforme as ideias de Johann Heinrich von Thünen, Alfred Weber, August Lösch e Walter Isard (“primeiro grupo” [FOCHEZATTO, 2010 apud *ibidem*, p. 1640]). Entretanto, o isolamento produtivo foi ampliado para as questões regionais. Assim, inspirada nas recomendações de François Perroux, Gunnar Myrdal, Albert Otto Hirschman e Douglass North (“segundo grupo” [*ibidem*]) a indústria passou a funcionar a partir de interligações setoriais a fim de alcançar uma economia de aglomeração⁴. Prelúdio propício e conveniente para operar diante dos efeitos da globalização, que expandiu e converteu a produção junto aos processos atrelados a redes externas (com foco nas tecnologias e na inovação), tornando-se compatíveis diante de um quadro de alta competitividade na escala-mundo. Lições aprendidas com Michael J. Priore e Charles F. Sabel, Michael Storper e Allen J. Scott, Paul Krugman, Michael Porter (“terceiro grupo” [*ibidem*]) e, a partir destes, seguiram adaptando-se em fluxo ascendente de acumulação, na tentativa de sobreviverem à racionalidade capitalista neoliberal.

As ideias que circularam com foco na produção, na acumulação e no desenvolvimento vieram acompanhadas de recomendações acomodadísticas que produziram efeitos diretos nas cidades, sobrepondo suas intenções aos problemas sociais, oriundos da progressão geométrica da vida urbana. Segundo Corrêa (1989), as forças do poder econômico, aliançadas aos proprietários de terras, aos promotores imobiliários e ao poder político local foram modelando o espaço urbano – enquanto forma e função, a inspirar desenhos e padrões - a partir da obsolescência das áreas centrais, da produção de núcleos urbanos secundários e de novas centralidades que, sob a responsabilidade associada à inoperância do Estado, acumulou dívidas sociais com a população, tomando a cidade por um “estado de falta” (no que tange o compromisso com a qualidade de vida) e, assim, diante da expansão do território como efeito do poder econômico, mesmo em tempos neoliberais (considerando o acesso a recursos financeiros advindos de agências multilaterais), a cidade continua sua marcha de segregação, de expulsão e de periferização generalizada, cujo efeito, de ordem socioterritorial, porém, de inspiração acumulativa, tende a priorizar interesses.

Independente da origem – francesa, alemã, americana – a força das ideias imprime modelos, e estes circulam por generalidades que produzem dois posicionamentos distintos: os que estão dentro e, por exclusão avessa, os que estão fora. Respectivamente associada à ideia do *eu* e do *outro*, os de dentro jogam o jogo posto e, por ajuste, mantêm em fluxo a racionalidade do mundo hegemônico. Os de fora se acomodam nas frestas, a revelar, diante da sua condição, modos de sobrevivência frente às imposições estabelecidas, cujo “plano de forças” apesar de “pobre em estruturas” são “ricos em latência” (FONSECA, 2018, p. 2).

⁴ Segundo Silva *et al.* (2021), o modelo Zona Franca implementado em Manaus foi influenciado pelas teorias de desenvolvimento regional do “segundo grupo”, contudo, diante dos processos macroeconômicos, principalmente ligados ao desenvolvimento tecnológico, a processos produtivos inovadores e à competitividade, o referido modelo foi sendo ajustado e, mesmo diante das suas particularidades fiscais e logísticas, tem se adaptado a fim de se manter junto às condições econômicas da ordem neoliberal.

Hegemonia e homogeneidade são características estruturais da modernidade que, aliançadas a um propósito ampliado de mudança (intelectual, cultural, política, econômica, social e religiosa) baseada na capacidade manipuladora e transformadora do mundo pelo ser humano, foram postas em funcionamento através de uma série de distinções binárias (centro e periferia, razão e emoção, sujeito e objeto, natureza e cultura, indivíduo e sociedade, corpo e mente) constituídas pela força da razão técnico-científica, capaz de matematizar o mundo por meio de seus argumentos e domínios intencionais, a estabelecer validações e verdades ancoradas em princípios, regras, leis, fórmulas e métodos dos quais, independente da variável acionada, foi instituído um estado de ordem e equilíbrio.

Este formato ampliado e racional, associado à “liberdade” do Estado Moderno, acomodou no tempo e no espaço uma heterogeneidade falaciosa, afinal, a complexidade instaurada pela modernidade foi resolvida através de determinados padrões explicados a partir da relação causal entre teoria e prática, oportunizando um estado de estabilidade sistêmica que, por consequência, excluiu outras possibilidades de compreender o mundo.

Para Prigogine e Stengers (1991 [1984]), a ciência, em seu formato clássico, “faz parte do complexo de cultura a partir do qual, em cada geração, os homens tentam encontrar uma forma de coerência intelectual” (ibidem, p. 1) instaurada a partir de um processo experimental que “remete a duas dimensões constitutivas das relações homem-natureza: *compreender e modificar*” (ibidem, p. 3, grifo do autor). Este, determinou ao homem o poder de agência (sujeito) frente à estaticidade da natureza (objeto) e, desta aliança, petrificou saberes a ponto de negar a variável tempo sem qualquer distinção entre passado, presente e futuro.

Contudo, a suspensão do tempo, enquanto estratégia científica, tem revelado um estado de incompatibilidade, provocado pelo próprio avanço da ciência e da técnica, na tentativa de explicar as novas possibilidades de mundo diante dos fenômenos da atualidade.

Movimento que – da ciência à filosofia – tem incorporado discursos que remetem a processos de “não equilíbrio” (PRIGOGINE, 2011 [1996]), de “incertezas” (BALANDIER, 2019 [2013]), de “imanência” (DELEUZE, 2012b [1980]) e de “ontologias” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), cujos conceitos a eles atrelados desmontam fórmulas fáceis e instauram complexidades para além daquelas que se desdobravam da relação distinta entre o homem e a natureza. Assim, “não é exagero falar dessa transformação conceitual como uma verdadeira *metamorfose* da ciência” (PRIGOGINE; STENGERS, 1991 [1984], p.1, grifo do autor).

Entes invisíveis, impossíveis, virtuais, que pertenciam ao domínio dito da imaginação, do psiquismo, da representação e da linguagem, atravessaram alegremente a fronteira entre sujeito e objeto e reapareceram numa outra chave ontológica. Já não somos os únicos actantes do cosmos – protosubjetividades pululam por toda parte, e mesmo aquilo que parecia mero objeto de manipulação tecnocientífica, como a natureza, salta para o proscênio, reivindicando meios de expressão próprios (PELBART, 2014, p. 250).

Uma força de atualização, cuja potência, diante dos fenômenos revelados ao longo do tempo, segue na contramão da estaticidade sistêmica instaurada pela modernidade, e encontra campo nas frestas que escapam à lógica hegemônica imposta, a ponto de sugerir outras formas do pensar-fazer, e conseqüentemente, do existir⁵.

Para Pelbart (2014), o novo se instaura de uma relação entre passado e futuro, onde a obsolescência do primeiro cria campo de possibilidade para o segundo. Uma “vidência”

⁵ Em que pese a força de uma “nova aliança” (PRIGOGINE; STENGERS, 1991 [1984]), a crítica advém de um ajuste forçado, porém, não opera por rompimento. É um movimento prolongador, que reconhece na instabilidade (independente do campo epistemológico) a possibilidade outra de um pensar-fazer.

(DELEUZE, 2018 [1985], p. 376)⁶ que “redesenha a fronteira entre o que se deseja e o que não se tolera mais” (PELBART, 2014, p. 260).

No entanto, a ressonância de um pensamento que investe a instabilidade de um paradigma tende a ser tomada por gradientes de inviabilidade, podendo ser anulado, marginalizado, ou ainda ajustado, pela força e poder do *eu*, que enxerga no *outro* uma ameaça frente às *verdades* homogêneas estabelecidas.

Segundo Cibele Saliba Rizek, sob referência às aspirações de Jacques (2020), este processo opera por “uma racionalidade proveniente das relações promíscuas entre verdade e poder” (ibidem, p. 16), centradas na “construção de uma herança moderna transformada em cânone pela produção de um *regime de verdade*, uma verdade permanentemente enovelada e produzida como efeito das relações de poder, tal como alertava Michel Foucault” (ibidem, grifo do autor)⁷.

Em fluxo ao nexos crítico à modernidade, Pelbart (2014) enfatiza que os “modos de existência que não existem” advêm de distinções, ou seja, fissuras de campos epistemológicos, revelados por sua própria complexidade; e neste sentido, ainda que o poder associado – enquanto força estabilizadora – favoreça as *verdades* cristalizadas, fica estabelecido um campo de disputa tensionado pela manutenção proposital, estática e obsoleta de determinados pensamentos frente à potência de uma outra condição de *verdade*, cuja renitência, com o propósito de alcançar uma revelação crítico-subversiva, tende a desestabilizar fluxos hegemônicos.

Ao aproximar a relação binária do *eu* sobre o *outro* à tríade sistêmica deste trabalho, é do contexto neoliberal a força que dispara os processos objetivos e subjetivos de imposições gradativas, através do ajuste estruturado e interrelacional das particularidades locais com o sistema-mundo, que incidem na produção estratégica do espaço, bem como na existência sujeitada do sujeito, cujo propósito é de estabilizar as relações interdependentes a fim de manter a produção, a exploração e a acumulação capitalista.

Operada por capilaridade, essa conversão complexa entrelaça os processos experimentais de acumulação do capital (neoliberalismo “*roll-out*”) às relações laborais *intracoercitivas* a fim de ampliar o sentido do trabalho pelo sujeito, a “governar um ser cuja subjetividade deve estar *inteiramente* envolvida na atividade que se exige que ele cumpra” (DARDOT; LAVAL, 2016 [2010], p. 327, grifo nosso). Este “inteiro” tomou-lhe o tempo e, deste processo, reinventou suas relações com o mundo social e com a cidade que, tomada somente por deslocamentos intencionais, produz fenômenos de desagregação e abandono que atestam a condição de “fracasso” (Pechman, 2014) do caráter público do espaço e, por efeito oportunista, ficam disponível para experimentações cifradas, mantendo em fluxo a acumulação capitalista através da aliança facilitadora do poder público com as ações práticas intencionais do capital privado, que atuam no território por meio de cadeias econômicas, geralmente atreladas a redes – diretas ou indiretas - da construção civil.

Não por acaso, diante das circunstâncias que entrelaçam fluxos hegemônicos, sistemas homogêneos e o capitalismo, na Amazônia, a tensão hegemônica advém da expectativa que antecede o famoso encontro dos que aqui viviam com o europeu, que imaginou chegar no paraíso influenciado pela visão que se tinha da Índia.

Ainda que equivocado a ponto de fazê-la “inventada” (GONDIM, 2007), este episódio determinou um fluxo de *ideias-força* que instituiu a colonialidade amazônica e, desta, seguiu

⁶ Segundo Deleuze, a vidência é uma revelação que advém de uma experiência. Enquanto processo de um devir criador, trata de uma impossibilidade percebida, com vistas a um outro possível.

⁷ “*Uma leitura e muitas paixões*”. Prefácio de Cibele Saliba Rizek para “*Fantasma modernos: montagem de uma outra herança*”, de Paola Berenstein Jacques.

sua marcha impositiva, influenciada pela burguesia da borracha e institucionalizada pelas intenções dos governos militares durante a ditadura (1964 a 1985), cuja permanência (das instituições) continuou a interferir historicamente na sua autonomia e nas suas particularidades, por efeito da globalização e, principalmente, seu modelo econômico-industrial interdependente e sua frágil representação política enquanto ente federativo.

Na intenção de operar um detalhe socioterritorial do processo de imposição generalizada, é de fundamental importância retomar os modos de morar, particularmente focado nas relações, bem como nas “soluções”, que envolveram os agrupamentos palafíticos instalados no tecido urbano da cidade de Manaus, associados aos fluxos diaspóricos de dois eventos interrelacionados (apesar do intervalo temporal que os separam).

O primeiro remonta o esfacelamento dos seringais, cujo processo de endividamento atrelado ao sistema de aviação impossibilitou o retorno da população ao seu território de origem. Associado à condição de miséria, foi as margens do Rio Negro a única possibilidade de sobrevivência daqueles que trabalhavam na extração e no beneficiamento da borracha, através de um aglomerado de habitações palafíticas, apelidado de cidade flutuante. Naquele tempo, a paisagem de Manaus havia sido transformada em favor da burguesia local e toda a manutenção da *Belle Époque Amazônica* era orquestrada por instrumentos de poder que, mesmo diante da crise instaurada, seguia a distinguir os *de dentro (eu)* e os *de fora (outro)*, determinando aqueles que poderiam desfrutar do efeito socioterritorial oportunizado pela economia da borracha.

Durante os 40 anos de estagnação econômica, por incapacidade operacional dos poderes locais, as habitações flutuantes permaneceram nas bordas da cidade. Entretanto, ainda que revelassem um modo de viver e uma técnica de morar característico da região, as palafitas eram tensionadas por discursos que as julgavam inviáveis enquanto forma de existir junto à paisagem urbana. Disposições que às exterminaram na década de 60, por cooptação desenvolvimentista do Projeto Zona Franca, advindo de instituições federais (SERFHAU/BNH) aliançadas ao poder local.

O segundo, atrelado ao *efeito-Zona Franca*, remete a um expressivo aumento populacional devido à expectativa de emprego e renda diante do processo de industrialização da Amazônia. Ainda que distante do distrito produtivo, somada às dificuldades financeiras de acessar os assentamentos periféricos de uma cidade em expansão, as palafitas adentraram o tecido urbano e, partir de sua área central, passaram a se acomodar às margens das microbacias de Manaus.

Apesar da mesma tensão crítica (de ordem estética, técnica, ambiental e urbanística) que legitimou o extermínio da cidade flutuante, as palafitas permaneceram junto à paisagem de Manaus até 2003 quando, por iniciativa do Governo do Estado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura Municipal, foi implantado o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)⁸. Com o objetivo de realizar uma ação compartilhada e sistêmica com foco na condição precária da área central devido à sazonalidade das águas associada às relações socioespaciais de suas margens, o referido programa implantou um conjunto de intervenções das quais se destacam obras de macrodrenagens, espaços livres de uso público e parques habitacionais.

Sob a lógica impositiva do *eu* sobre o *outro*, ainda que as ações remetam a processos distintos, o extermínio da primeira experiência somada à acomodação *revitalizadora* da segunda tem na exclusão da palafita o efeito de uma intenção única que, baseada no massivo discurso-consenso

⁸ Os parques habitacionais do referido projeto estão diretamente atrelados a um plano de reassentamento baseado em instrumentos urbanísticos e ambientais. Apesar da incidência de medidas compensatórias decorrentes de processos indenizatórios, as famílias que conseguiram permanecer no entorno imediato de seu local de origem são submetidas a instrumentos de controle que monitoram o uso da unidade residencial, bem como, dos equipamentos de uso público.

aliançado às legitimidades de ordem urbana-ambiental, a fazem primitivas e inviáveis enquanto prática de morar.

Conforme figura 67, a força que aniquila as palafitas (figs. A e B) ou as convertem em assentamentos habitacionais padrões (figs. C e D), sem qualquer possibilidade de aderir a uma proposta inovadora (figs. E, F e G), parte de uma solução que remete a práticas hegemônicas de imposição capitalista estruturadas junto aos campos da técnica, da cultura, do planejamento urbano, da política e da economia.

Proveniente de um discurso associado a uma prática, essa conjunção sistêmica articula poder e economia em favor de um fluxo que, desobrigado de uma solução pontual e localista, tem como determinação a escolha de um modelo que inviabiliza a manifestação primeira do morar amazônico.

Figura 67 - O extermínio integrador da palafita.



Legenda:

Fig. A: Ocupação palafítica junto aos igarapés que adentram o tecido urbano de Manaus.

Fig. B: Tipologia das palafitas de Manaus.

Fig. C: Parque Residencial Manaus / PROSAMIM I (819 unidades habitacionais).

Fig. D: Unidades Habitacional / PROSAMIM.

Figs. E, F e G: Imagens de Danielle Khoury Gregório – Trabalho Final de Graduação (FAU/USP, 2019)⁹.

Fontes: elaboração própria a partir de referências.

Fig. A: <https://palafitasam.wordpress.com/galeria/videos/fotos/>. Acesso fev./2022.

Fig. B: <https://palafitasam.wordpress.com/galeria/videos/fotos/>. Acesso fev./2022.

Fig. C: <https://www.portalmarcossantos.com.br/wp-content/uploads/2018/01/prosamim-parque-manaus-1.jpg>. Acesso fev./2022.

Fig. D: <https://mapio.net/pic/p-73880775/>. Acesso fev./2022.

Figs. E, F e G: <https://bdta.abcd.usp.br/item/002986085>. Acesso fev./2022.

Primitiva, na visão histórica dos “vencedores” (BENJAMIN, 2013 [1940]), a palafita se faz inviável na qualidade de um discurso que associa técnica ao fator proibitivo e, assim, desinveste na possibilidade de uma inovação tecnológica, bem como afasta dessa condição autóctone de morar a oportunidade de compor a ambiência urbana.

⁹ A referida proposta, localizada no Bairro da Raiz, às margens do Igarapé do Quarenta na cidade de Manaus, apresenta um complexo habitacional sistêmico que reposiciona a reflexão/tensão do “habitar as margens” - suscitada desde a formação inicial do núcleo urbano de Manaus - a partir do reconhecimento da paisagem local, bem como a sua interrelação associada a técnicas de morar típicas da região.

Ademais, para além da força de um discurso, ainda que diante de um quantitativo substancial, a adaptação dessa forma localista de morar demandaria um fluxo de capital interno para uma condição específica. Situação inexequível no âmbito do fazer cidade perante a lógica neoliberal-competitiva, principalmente para os municípios que consideram o risco diante da necessidade de acessar fluxos externos de capitais.

Assim, a palafita ameaça o capitalismo, afinal, a condição de um saber local que articula formas outras (do fazer e do habitar) rompe com a condição global, cujo efeito desestabiliza as redes econômicas e tensiona os fluxos de cadeias hegemônicas estabelecidas. Logo, sua potência (cultural, geográfica, local, técnica e social) é descartada por forças advindas de soluções ajustadas que mantêm em fluxo a acumulação do capital através da lógica de exploração do território.

Em síntese, a impossibilidade das figuras “A” e “B” serem convertidas em “E”, “F” e “G” refere-se às intenções dos agentes de poder de fazerem “C” e “D” a solução frente àquilo que se faz distinto junto à paisagem de Manaus.

O poder que escolhe, escolhe a favor do capital, e conforme os pressupostos filosóficos de Deleuze e Guattari, tanto a extinção como o ajuste das palafitas de Manaus remetem a processos da *axiomatização* capitalista, cuja intenção é de integrar fluxos descodificados a favor da acumulação. Uma relação-tensão que, a princípio, assiste a uma determinada condição para depois aniquilá-la (enquanto ameaça real) ou acoplá-la (enquanto possibilidade acumulativa) com o propósito de ampliar os limites do capitalismo.

No mundo social, essa posição entre o hegemônico e o contra hegemônico é protagonizada por sujeitos em fluxo, que transitam entre processos de alienação impositiva e práticas subversivas, advindos, respectivamente, da condição sujeitada que o submete ao funcionamento do capitalismo, ou de um campo alternativo capaz de alcançar um estado de perturbação do sistema. Possibilidades diretamente associadas a uma relação escalar de forças, que posiciona o sujeito no mundo social conforme suas percepções diante das imposições dos centros de poder.

Todavia, mesmo diante da condição favorável da força hegemônica, a ordem que o faz convertido pode revelar estímulos que oportunizem desinvestir as imposições a ponto de escapar e subverter a marcha capitalista, proferida desde o projeto de modernidade.

A possibilidade do sujeito ser afetado por disposições subversivas¹⁰ o faz protagonista diante da intenção de um “giro” sistêmico, com vistas para um estado de desobediência. Este argumento, ancorado na metamorfose intencional da “revolução molecular” (GUATTARI, 1985 [1977]), tem base naquilo do sujeito que interessa ao capitalismo, afinal, apesar de um receituário de conversão ampliada, a dominação imposta pelo *eu* advém de especificidades distintas que não atingem a integralidade do *outro*. Assim, torna-se simplista considerar *outro* o efeito do processo imposto pelo *eu*, afinal, nessa relação, ainda que a força destes tempos neoliberais invista em processos imitáveis¹¹ baseados em “valores capitalísticos (...), definindo-se ainda pelos princípios morais, estéticos e culturais estabelecidos como padrões da subjetivação” (FONSECA, 2018, p. 3); o *outro* é a parte do *eu* que conseguiu atingi-lo, onde tudo que sobra é na verdade aquilo que pode ameaçar essa relação impositiva.

¹⁰ Como sobrevivências frente a imposição hegemônica, os processos subversivos são aqueles que se mantêm nos campos das insistências/resistências, bem como das novas aparições que podem se manifestar, enquanto possibilidade tensora à ordem posta.

¹¹ Termo que remete à teoria social de Gabriel Tarde (1843-1904), da qual as imitações tendem à uniformidade, a reduzir estrategicamente as complexidades dos indivíduos, bem como da sociedade e suas relações.

Parcialidade que “esquarteja o ser de seu modo de ser intrínseco e inerente” (ibidem), a produzir outros de si mesmo, onde não lhe recai o preenchimento por imposição, mas a condição ampliada de uma existência que mistura aquilo que já o pertence com aquilo que lhe foi imposto, e principalmente, com toda “força pré-individual, ainda livre e indiferenciada, mas real e insistente como forro vital dos seres de nosso mundo mutável” (ibidem).

De natureza complexa, os outros de si mesmo se constituem das partes que o fazem todo, acionadas por acontecimentos (novos ou cíclicos) que, através de agenciamentos de experimentação, determinam a sua condição relacional com as “coisas” do mundo social. Sua lógica tem um sentido próprio, tomada por “um jogo de encaixes, desencaixes, descobertas e estranhamentos” (CARDOSO, 2021, p. 27) e, como um quebra-cabeças existencial, faz-se ordinário, porém disruptivo (figura 68), sem o compromisso de uma imagem-padrão acomodada e consensuada.

Figura 68 - Os outros de si mesmo.



Fonte: CARDOSO, 2021, p. 217¹².

No entanto, a considerar a proeminência dos agenciamentos de poder neste tempo do agora, a ordem impositiva se eleva, a fim de ajustar os outros de si mesmo, ou seja, de turvar tudo que dele pode ameaçar o funcionamento estratégico do mundo, mediante a lógica da acumulação capitalista.

Para Deleuze e Guattari (2011a [1972]), este movimento de interrelação de forças está atrelado a processos de formação social, operado por sobreposições, ou melhor, *sobrecodificações* a códigos sociais antecessores, desde as interações do déspota com os povos originários.

[...] esta nova aliança não é nem um tratado nem um contrato. Porque o que é suprimido não é o antigo regime das alianças laterais e das filiações extensas, mas tão somente o seu caráter determinante. [...] Os objetos, os órgãos, as pessoas e os grupos mantêm, pelo menos, uma parte da sua codificação intrínseca, mas estes fluxos codificados do antigo regime acham-se sobrecodificados pela unidade transcendente que se apropria da mais-valia (DELEUZE e GUATTARI, 2011a, p. 259 – 260).

¹² Sandro KA. *Crianças e Flores* [detalhe], 2018. Instalação, dimensões variáveis. Foto: Adriana Marchiori.

Apesar da referência pré-capitalista que posicionou os processos determinantes da condição de colonialidade, a referida relação manteve a lógica intencional (do *eu* sobre o *outro*) quando transposta para a força exploratória e acumulativa do capitalismo, contudo, sob novas/outras formas de imposição e de poder. Alternância conflitiva, diretamente atrelada à produção social frente à produção desejante, onde o desejo axiomatizado à estrutura do capitalismo (*necessidade = desejo*) reprime o desejo real do sujeito.

Contudo, este movimento capitalístico que ambiciona a integração pode ser antídoto ou veneno das suas próprias intenções, afinal, enquanto o capitalismo impõe estrategicamente a manutenção de suas vontades, estas podem acionar, a partir da condição do sujeito no mundo social, a parte ameaçadora do outro de si mesmo. Ou seja, um estado crítico – diante da condição hegemônica – que desestabiliza a obediência.

Efeito diretamente atrelado ao sentido do desejo do qual, associado às distinções de regimes operacionais do plano de organização (molar) e do plano de imanência (molecular), denotam posições intencionais, porém interrelacionadas, sendo; da ordem molar (enquanto produção social) a vontade de ampliar o estado de falta no sujeito, cuja incessante busca, para além de sujeito, o faz cansado, enquanto “afeto biopolítico e de controle” (DILACERDA, 2020, p. 89), a favor da acumulação e do consumo; e da ordem molecular (enquanto produção desejante) onde não há falta a ser preenchida, o desejo é produzido¹³ e remete, diante de *agenciamentos-acontecimentos (relações-percepções)* tomado por processos de multiplicidades¹⁴, a vontade do sujeito de estar no mundo. Circunstâncias capazes de revelar, segundo Deleuze e Guattari, as visões do intolerável.

Maio de 68 é da ordem de um acontecimento puro, livre de qualquer causalidade normal ou normativa. A sua história é uma “sucessão de instabilidades e de flutuações amplificadas”. Houve muitas agitações, gesticulações, falas, besteiras, ilusões em 68, mas não é isso que conta. O que conta é que foi um fenômeno de vidência, como se uma sociedade visse, de repente, o que ela tinha de intolerável, e visse também a possibilidade de outra coisa. É um fenômeno coletivo na forma de: “Um pouco de possível, senão eu sufoco...” O possível não preexiste, é criado pelo acontecimento. É uma questão de vida. O acontecimento cria uma nova existência, produz uma nova subjetividade (novas relações com o corpo, o tempo, a sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho...) (DELEUZE; GUATTARI, 2015 [1984], p. 119, grifo do autor)¹⁵.

(...)

(...) todos aqueles que julgavam em termos de macropolítica nada compreenderam do acontecimento, porque algo de inassinalável escapava. Os homens políticos, os partidos, os sindicatos, muitos homens de esquerda, ficaram com raiva; eles ficavam lembrando sem parar que as “condições” não estavam dadas. É como se tivesse sido destituídos provisoriamente de toda a máquina dual que fazia deles interlocutores válidos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 104, grifo do autor).

¹³ “Se o desejo produz, ele produz real” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a [1972], p. 43).

¹⁴ No prefácio para a edição italiana de “Mil Platôs” (publicado em português no vol. 1 [traduzido por Ana Lúcia de Oliveira]), Deleuze e Guattari antecipam ao leitor, os conceitos (ou “princípios”) atrelados à ordem imanente das multiplicidades: “As multiplicidades são a própria realidade, e não supõe nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades*; a suas relações, que são *devires*; a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individualizações sem sujeito); a seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *livres*; a modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem *territórios* e *graus de desterritorialização*” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [1980], p. 8, grifo do autor).

¹⁵ “Maio de 68 não ocorreu”, foi publicado originalmente na revista *Les Nouvelles littéraires* (maio de 1984, p. 15-16).

O vidente ou o visionário, segundo Deleuze, não é aquele que antevê o futuro; ao contrário, ele não vê ou não prevê, para si, nenhum futuro. O vidente apreende o intolerável em uma situação; ele tem visões, entendamos, aí, percepções em devir ou perceptos, que colocam em xeque as condições usuais da percepção, e que envolvem uma mutação afetiva. A abertura de um novo campo de possíveis está ligada a estas novas condições de percepção: o exprimível de uma situação irrompe, bruscamente (ZOURABICHVILI, 2000, p. 340).

A vidência do sujeito, acometida na qualidade do intolerável, remete a percepções imanentes diante de uma revelação: a violência que (naquele agenciamento) a vida está sofrendo. Distinto do cansaço¹⁶, o referido fenômeno investe a vida por “esgotamento” (DELEUZE, 2010 [1992])¹⁷, enquanto afeto de ordem criadora, onde a impossibilidade plena oportuniza “o possível *virtual*, ou seja, um *novo* campo de possíveis” (DILACERDA, p. 89, grifo do autor)¹⁸, dos quais, aludem da ordem do “não-sabido, não-conhecido, não-pensado, não-sentido, não-imaginado, não-dito, não-visto” (ibidem), distinto inclusive de uma “alternativa atual” (ZOURABICHVILI, 2000 [1998], p. 335)¹⁹.

O esgotado é muito mais que o cansado. “Não é um simples cansaço, não estou simplesmente cansado, apesar da subida” [Samuel Beckett]. O cansado não dispõe mais de qualquer possibilidade (subjativa) – não pode, portanto, realizar a mínima possibilidade (objetiva). Mas esta permanece, porque nunca se realiza todo o possível; ele é até mesmo criado à medida que é realizado. O cansado apenas esgotou a realização, enquanto o esgotado esgota todo o possível. O cansado não pode mais realizar, mas o esgotado não pode mais possibilitar. (...) A combinatória é a arte ou a ciência de esgotar o possível, por disjunções inclusas. Mas apenas o esgotado pode esgotar o possível, pois renunciou a toda necessidade, preferência, finalidade ou significação. Apenas o esgotado é bastante desinteressado, bastante escrupuloso. Ele é forçado a substituir os projetos por tabelas e programas sem sentido (DELEUZE, 2010 [1992], n.p).

(...) a experiência da ruptura de sentido, da desterritorialização, do estranho, deixando de ser inteiramente vivida e entendida como portadora de destruição, para ser vivida e entendida, na medida do possível, como portadora de linhas de virtualidade e, portanto, inseparável da vida em suas formas de organização. Quando um território existencial não faz mais sentido, caotiza, desaba, é que uma máquina desmanchou, e isto significa que os fluxos que a compunham se conectaram com outros fluxos, operando outros cortes, agenciando-se em outras máquinas, produzindo outras linhas de virtualidade, que poderão vir a tomar consistência em novos territórios existenciais (...) há *cosmos* no *caos*, o caos é portador de complexificação; há uma relação de *osmose* ou de *imanência* entre o caos e a complexidade (ROLNIK, 1993, p. 3).

¹⁶ “O cansaço faz parte da dialética do trabalho e da produção: descansa-se para retomar a atividade” (PELBART, 2016, p. 42).

¹⁷ “*L’épuisé*”, de Gilles Deleuze, foi publicado em 1992 no posfácio da versão francesa da obra “*Quad e outras peças para televisão*”, de Samuel Beckett. Em português, o referido texto foi apresentado pelo professor Roberto Machado no compêndio “*Sobre o teatro*” (Coleção Estéticas / Editora Zahar), onde divulga dois textos de Gilles Deleuze: “*Um manifesto de menos*” (1978), sobre a obra de Carmelo Bene (traduzido por Fátima Saadi); e “*O esgotado*” (1992), sobre a obra de Samuel Beckett (traduzido por Ovídio de Abreu e Roberto Machado). Nos textos, a ideia de “menor” e de “esgotado” – evidenciados nos respectivos títulos – remetem, conforme a tecitura filosófica de Deleuze, a dois campos do possível, enquanto capacidade criadora do sujeito.

¹⁸ De inspiração bergsoniana, o conceito de virtual em Deleuze remete ao plano comum de imanência, bem como suas relações com os conceitos de “multiplicidade, devir e os movimentos de desterritorialização e de produção de subjetividade” (MARQUES; HESSEL, 2021, p. 207).

¹⁹ Para Deleuze, segundo François Zourabichvili (2000 [1998]), o campo das possibilidades se realiza por dois regimes distintos: o atual e o virtual. O *possível atual* é uma alternativa no “horizonte de tudo o que pode ser imaginado, concebido, projetado, esperado em uma dada época” (ibidem, p. 337), a “fila dos possíveis, idealmente estocados” (PELBART, 2009, p. 33). Entretanto, diferente do atual, o *possível virtual* é uma potência que se atualiza diante das possibilidades efetivas, podendo alcançar, no sentido deleuziano, o devir-vidente, ou seja, “o devir para além do possível” (ZOURABICHVILI, 2000 [1998], p. 355).

Por efeito, o esgotamento, enquanto campo para um novo possível, põe o desejo em fluxo a partir de uma produção do inconsciente que, segundo Deleuze e Guattari (2011a [1972])²⁰, opera por acoplamentos do tipo *corte-fluxo*, a considerar daquilo que se faz esgotado (*corte*) a extração de outros possíveis (*fluxo*). São registros diferenciados, capazes de revelar ao sujeito novas percepções, pensamentos, desejos, subjetividades e, conseqüentemente, novas formas de investir o mundo social diante de uma existência “em estado de esboço, de obra por fazer, que cabe prolongar como se prolonga o arco virtual de uma ponte quebrada ou em construção” (PELBART, 2014, p. 264)²¹.

Portanto, “sem identidade fixa” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a [1972], p.30) - por reconhecimento do processo que o faz incompleto e, sobretudo, diferente - é que as possibilidades compositivas e combinatórias podem facultar aos outros de si mesmo o possível em devir desobediente.

Todavia, se os conceitos filosóficos de Deleuze e Guattari oportunizam uma “fecundidade heurística” (LAZZARATO, 2011, p. 10), a ponto de autorizar sujeitos a investirem o mundo social de forma desobediente²²; como operar os processos de subjetivação com este propósito?

Voltando a Borges e suas provocações, na qualidade das possibilidades caleidoscópicas que a vida tende a oferecer, a desobediência é uma vereda que faz alvo neste trabalho, deixando a intuição labiríntica da escolha para os desdobramentos deste fim.

Contudo, a desobediência só existe enquanto plano de ação frente a lógica capitalista quando é resposta daquilo que move o sujeito perante a sua existência. Ademais, como recomenda Frédéric Gros (2018 [2017]), a legitimidade da força reversora do prefixo “des” depende do entendimento daquilo que se recusa, ou seja, a obediência, aqui revelada através de uma tríade analítica, cujo plano-sequência que a posiciona foi estruturado a partir dos procedimentos do contexto neoliberal; da produção estratégica do espaço, como parte do seu projeto metabólico; e do sujeito, ânimo e animado deste/neste processo, sendo, da possibilidade de se fazer esgotado, o movimento capaz de estilizar a solidez lógica de sua existência transcendente. Posição-limiar, capaz de investir no possível em devir desobediente.

(...) todos os devires já são moleculares. É que devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. (...) Devir é, a partir da forma que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais *próximas* daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 67, grifo do autor).

Assim, é do sujeito em devir a possibilidade da desobediência e, dessa ordem avessa, tomada pelo desejo incerto que subverte a lógica capitalista, sua ação prática revela na sua gênese uma tensão naturalizada e distinta. Condição existencial, advinda das interações com os agentes de poder, associadas às formas operacionais do sujeito frente à sua posição no mundo social.

²⁰ Segundo Deleuze e Guattari (2011a [1972]), a produção desejante do inconsciente advém de três processos-síntese: a “conectiva ou produção de produção” (ibidem, p. 17-18), a “disjuntiva ou produção de registro” (ibidem, p. 24 a 26) e a “conjuntiva ou produção de intensidade” (ibidem, p. 30-31).

²¹ Ainda que este trabalho explore a condição esgotada como possibilidade de investir a desobediência, em que pese o inconsciente produtor, o sujeito pode tanto subverter a lógica posta como reforçar a sua condição sujeitada e, conseqüentemente, a marcha estruturada do capitalismo, onde o desejo é mitigado, advindo dos agenciamentos de poder.

²² Neste trabalho, a desobediência aciona o sistema filosófico de Deleuze e Guattari mediante um exercício de superação, como propõe Gaston Bachelard (1996 [1938]). Trajetória que envolve a ideia de uma solução - quando em contato com os conceitos a partir de um operador distinto - associada a uma aproximação operacional, com vistas às próprias recomendações de Deleuze: “(...) é preciso confrontar os campos de problemas aos quais eles [os conceitos] respondem, para descobrir sobre quais forças os problemas se transformam e exigem, eles mesmos, a constituição de novos conceitos” (DELEUZE, 2016 [2003], p. 372).

Segundo Deleuze e Guattari, independente do centro de poder (família, escola, trabalho, ...), este campo relacional de sujeitos está diretamente atrelado a forças escalares, sendo; da ordem macropolítica o conjunto de enunciados – objetivos e subjetivos – que organizam as funções sociais através de estratégias que despotencializam o corpo, o pensamento e o desejo, a fim de manter a lógica da produção e da acumulação capitalista; e, da ordem micropolítica, os agenciamentos desta interação, revelados através de um arranjo crítico da existência do sujeito, enquanto “encruzilhada política” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 37), podendo ser passivo quando sujeitoado (opção reacionária), e ativo quando subversivo (opção revolucionária).

[...] quanto mais a organização molar é forte, mais ela própria suscita uma molecularização de seus elementos, suas relações e seus aparelhos elementares. Quando a máquina devém planetária ou cósmica, os agenciamentos têm uma tendência cada vez maior a se miniaturizar e a devir microagenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/*platô 9*], p. 102).

Ainda que suscite uma autonomia decisória, a complexidade que envolve a interação macro e micropolítica do sujeito é reforçada por processos de subjetivação dos agentes de poder, cuja força produz e determina – enquanto função social – um modelo aceito. Um padrão de “rostro” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/*platô 7*]), determinado por enquadramento de variáveis-tipo (gênero, raça, classe, etnicidade, ...) que operam, no plano transcendente de organização, por meio de um sistema de “significações dominantes ou de poderes estabelecidos” (DELEUZE; PARNET, 1998 [1977], p. 37), ou seja, identidades representativas, através de relações binárias como por exemplo, do homem sobre a mulher, do branco sobre o indígena/negro, do heterossexual sobre o homossexual, do adulto sobre a criança, do europeu sobre o latino. Uma relação de poder entre “maioria” e “minoridade” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/*platô 10*]) que, distinta de uma variável numérica ou quantitativa, operam forças a partir de um padrão produzido (*eu*), frente a todas as outras formas da existência (*outro*).

No entanto, se naquele de organização prevalece a “*rostidade*”, quando o desejo do sujeito investe a sua função social sob o regime operacional do plano imanente de composição, apesar de manter a forma representativa, este processo faz “fugir rosto” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b [1980/*platô 10*], p. 107), afinal, tomado por devires, o sujeito se faz “imperceptível” (ibidem, p. 37), podendo inclusive utilizar as vantagens da macropolítica em “devir-minoritário” (ibidem, p. 93)²³. Assim, por exemplo, um professor, mesmo condicionado ao funcionamento do sistema educacional, pode fazer da sua função junto a este centro de poder uma oportunidade para propagar as forças do opressor frente às minorias²⁴.

Aqui [no plano de imanência], o movimento deixa de ser remetido à mediação de um limiar relativo ao qual ele escapa por natureza ao infinito; ele atingiu, seja qual sua velocidade ou lentidão, um limiar absoluto, se bem que diferenciado, que faz um com a construção desta ou daquela região do plano continuado. Diremos igualmente que o movimento para de ser o procedimento de uma desterritorialização sempre relativa, para devir o processo da desterritorialização absoluta. É a diferença dos dois planos que faz com que aquilo que não pode ser percebido num deles só pode ser percebido no outro. É aí que o imperceptível devém o necessariamente-percebido, saltando de um plano ao outro, ou dos limiares relativos ao limiar absoluto que coexiste com eles (DELEUZE; GUATTARI, 2012b [1980/*platô 10*], p. 79).

²³ Diferente de minoria (enquanto posição molar no mundo social), o devir-minoritário é uma percepção sobre a vida, que opera por contágio.

²⁴ Na relação entre *rostidade* (*platô 7*) e *devir* (*platô 10*), ao associar a força da imanência a uma determinada função rostificada, os agenciamentos que envolvem a relação entre *devir imperceptível* e *devir-minoritário* remetem, respectivamente, a um formato-tipo do sujeito *estar* e *enunciar* no mundo social.

Capaz de revelar o *entre*²⁵ das relações binárias transcendentais, o devir-minoritário é o sentido político do devir que aparta o sujeito “de sua identidade maior (...), e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b [1980/*platô 10*], p. 93), sendo nestas circunstâncias a possibilidade de investir a desobediência.

Mas, em que momento a vida vira do avesso e nossas “verdades” são decodificadas? Quando somos tomados por este efeito-torção? Como lidar, diante da incerteza de um caminho subversivo? Para onde nos leva? Com quais alianças? Ou seja, sobre a possibilidade de vir a ser desobediente, como investir *no(o)* outro de si mesmo?

Ainda que os questionamentos suscitem um deslocamento de uma condição (obediente) para outra (desobediente), as respostas dependem de agenciamentos – na qualidade de relações provocativas - das quais o sujeito é acometido como experiência de vida, cujo efeito, segundo Deleuze e Guattari, está diretamente atrelado aos processos de individuação, considerando velocidade e lentidão associada à capacidade de afetar e de ser afetado.

Porém, independente do ritmo (adiantado ou atrasado), é da afetação, ou melhor, da intensidade da força empregada, a possibilidade de instaurar e/ou alcançar um estado de desobediência enquanto processo capaz reverberar um plano de contágio diante de experiências que disparam um sistema compositivo, a orientar, nessas interações, o desejo do sujeito, bem como as suas percepções com o mundo social.

Um movimento-fluxo, atravessado por “linhas de segmentaridade” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/*platô 8 e 9*]) que se misturam, enovelando a existência do sujeito, ainda que distintas - de forma dura, flexível ou de fuga - enquanto espécie.

A segmentaridade *dura (linha de corte)* é de ordem molar, e se organiza por relações (segmentos) binárias facilmente visíveis e definidas (por exemplo, masculino-feminino; pobre-rico; chefe-empregado; saúde-doença; adulto-criança; bonito-feio; etc.). Ademais, é uma linha planejada que posiciona o sujeito, conforme suas relações cotidianas, no plano de transcendência (por exemplo, estar no trabalho e não mais em família), baseadas nos efeitos dos enunciados de poder, bem como, dos processos capitalísticos *sobrecodificados* e *reterritorializados* da axiomática capitalista que, intencionalmente estruturados, ao mesmo tempo em que faz do sujeito sujeitado, autoriza investir o poder da sua função social de rosto (micropolítica passiva).

A *flexível (linha de fenda ou fissura)* é uma linha de segmentaridade molecular, marcada por uma passagem imperceptível que antecede o porvir (por exemplo, entre a criança e o adulto [posições definidas], algo se passou para que o sujeito seja deslocado de uma condição a outra), ou seja, oriunda de uma experimentação fugidia, um acontecimento²⁶. É desta condição transitória que os devires se realizam. No entanto, apesar da provocação e de uma nova percepção, trata de uma linha bifurcada, ou de desterritorialização relativa, cuja afetação pode investir a fuga (terceira espécie de linha) ou ainda retornar à segmentaridade dura por *medo* do desconhecido; por *clareza* e estabilidade da ordem molar; por *poder*, enquanto investimento intencional do desejo no mundo social²⁷; ou ainda, por *desgosto* que, diferente dos três afetos anteriores que denotam a força da estabilidade e da permanência da ordem molar, este sujeito,

²⁵ Segundo Deleuze e Guattari, o *entre* é o produto do processo do devir (*n-1*), onde toda aliança compositiva remete a “bloco[s] de devir[es]” (2012a [1980/*platô 10*], p.19), enquanto infinitas possibilidades de um vir a ser.

²⁶ No *platô 8 (Três novelas ou “O que passou?”)*, particularmente na “segunda novela” (*The Crack Up*), Deleuze e Guattari (2012a [1980]) revelam a linha flexível ao analisarem o “colapso” do personagem Fitzgerald: a passagem do antes criativo para sua condição estéril (a perda da criatividade).

²⁷ “É por vontade de poder que uma força dirige, mas é também por vontade de poder que uma força obedece” (DELEUZE, 2007 [1965] p. 24).

impossibilitado (por desejo) de retornar à segmentaridade dura, investe a fuga, porém, sem uma composição que estabeleça um movimento-fluxo.

Segundo Deleuze e Guattari, o desgosto, como efeito da linha flexível, advém de um movimento apressado e perigoso que, diante da perda de sentido da existência, pode desenvolver/investir o mundo social por força desta visão niilista²⁸.

[sobre o desgosto] Deixou-se o campo da segmentaridade dura, mas se entrou em um regime não menos regulado, onde cada um se afunda em seu buraco negro e torna-se perigoso nesse buraco, dispondo de um seguro sobre teu caso, seu papel e sua missão, mais inquietante ainda que as certezas da primeira linha: os Stálines de pequenos grupos, os justiceiros de bairro, os micro-fascismos de bando ... (DELEUZE; PARNET, 1998 [1977], p. 161).

Por fim, a *linha de fuga*, a compor com a flexível na ordem molecular do plano de imanência. Entretanto, é um *segmento de ruptura*, de “desterritorialização absoluta” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/ *platô 8 e 9*], p. 79), onde as instabilidades da espécie flexível foram superadas. Advinda de um acontecimento em devir, esta linha opera o esgotamento através de sujeitos imperceptíveis que traçam – na qualidade de linha/segmento - territórios existenciais tomados por “*fluxo de quanta*” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/*platô 9*], p. 104, grifo do autor), enquanto saltos qualitativos que escapam de uma organização molar, bem como, das suas conjugações, associadas à axiomática capitalista. De natureza política e revolucionária, nas linhas de fuga “se inventam armas novas, para opô-las às armas pesadas do Estado” (ibidem, 2012a [1980/*platô 8*], p. 86)²⁹.

A linha de fuga é esta linha que arrasta toda a subjetividade para um campo novo e a transfigura no processo, por isso podemos dizer que a linha de fuga não é uma fuga, é muito mais uma linha de subjetivação que faz um mundo fugir, porque leva o conjunto para um lugar novo. Ao se descobrir algo novo, é toda uma subjetividade que passa a ser afetada de uma maneira diferente (TRINDADE, 2021, n.p).

Essa linha parece surgir depois, se destacar das outras, se conseguir se destacar. Pois, talvez haja pessoas que não têm essa linha, que têm apenas as duas outras, ou que têm apenas uma, que vivem apenas sobre uma. No entanto, de outra maneira, essa linha está aí desde sempre, embora seja um contrário de um destino: ela não tem que se destacar das outras; ela seria, antes, primeira, as outras derivariam dela. Em todo caso as três são imanentes, tomadas umas nas outras. [...] O que chamamos por nomes diversos – esquizoanálise, micro-política, pragmática, diagramatismo, rizomática, cartografia – não tem outro objeto do que o estudo dessas linhas, em grupos ou indivíduos. (DELEUZE; PARNET, 1998 [1977], p. 146).

A partir sempre de um centro de poder, constituído por interações macro e micropolíticas, as linhas são compositivas, e não possuem uma ordem de aparição, bem como um conjunto de variáveis que as qualificam. Assim, “não podemos dizer destas três linhas que uma seja má e outra boa” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a [1980/*platô 9*], p. 119), afinal, mais importante que aquilo que as definem e as distinguem, são os fluxos que as movimentam, enquanto trajetória do desejo de pessoa(s) ou de grupo(s).

Um movimento diretamente atrelado às percepções dispostas por interrelações do sujeito com a experiência, cuja composição, da qual envolve o corpo, o pensamento e o desejo, revela uma cartografia entre planos (molar e molecular): um diagrama próprio de linhas enoveladas (figura 69), traçadas por “relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos

²⁸ Medo, clareza, poder e desgosto remetem, segundo Deleuze e Guattari, aos perigos das linhas de segmentaridade.

²⁹ As relações entre a molecularidade das linhas de fuga e as conjugações molares estão respectivamente associadas aos conceitos de “máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980/*platô 12*]) e “aparelho de captura” (ibidem/*platô 13*).

de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 45).

Figura 69 – Traços da existência: uma possível cartografia.



Fonte: <https://www.jackson-pollock.org/number-14-gray.jsp>. Acesso em 19 de março de 2023³⁰.

Se as relações do sujeito com as forças impositivas determinam os outros de si mesmo, as linhas de segmentaridade revelam suas escolhas, enquanto possibilidade de movimento no mundo social.

Ao aproximar este processo do sujeito em devir-minoritário, a desobediência, tendo como referência os pressupostos de Michel De Certeau (2003 [1980]), é uma micropolítica ativa que se realiza por invenção tática, criada por sujeitos que investem o mundo social de modo revolucionário, diante de experiências reveladoras frente as estratégias do capitalismo.

Enquanto origem e destino, toda criação advém de uma ideia, assim, cabe à desobediência – enquanto possível em devir – preencher o *entre* destas posições, através de táticas tensoras, integradoras e criativas, a fim de traçar rumos para uma linha de fuga, mesmo diante de fluxos compositivos que reforçam o retorno à segmentaridade dura.

Com base no remanejamento integrador da axiomática capitalista, revelado neste tempo do agora mediante estratégias sofisticadas do neoliberalismo que, concomitantemente, viabilizam o seu metabolismo capilar e exacerbam a condição sujeitada do sujeito, é tática tensora condicionar a impotência dos centros de poder através de um procedimento cíclico infinito que envolve fuga e captura de fluxos, a revelar de fato quem submete a quem³¹.

³⁰ Jackson Pollock. *Number 14 (Gray)* [fundo removido], 1948.

³¹ As subordinações, advindas das subjetividades desencadeadas nas relações do sujeito com o mundo social, bem como, os investimentos libidinais de ordem reacionária ou revolucionária, são elaboradas por Deleuze e Guattari (2011a [1972]) a partir de quatro teses, das quais compõem a “segunda tarefa positiva da esquizoanálise” (ibidem, p. 451 – 506).

A princípio suscita um esforço improdutivo, afinal, tudo aquilo que escapa do capitalismo sempre retorna – quando desejado pelo capital - à sua lógica de produção e de acumulação, na condição de produto-fim deste processo. No entanto, o que interessa – enquanto tática - é a força molecular dos fluxos descodificados, a evidenciar o quanto o capitalismo está sujeitado às intensidades que escapam à sua lógica.

Tomamos por exemplo o veganismo. Da ordem de um estilo de vida, a força deste fluxo, que a princípio se fez descodificado no mundo social, foi percebido pelo capitalismo quando, do ponto de vista econômico, passou a perturbar os rendimentos das redes a ele associadas (indústria alimentícia, da moda, dos cosméticos etc.). Condição que só foi restabelecida quando o capitalismo integrou – por adaptação - as especificidades deste fluxo tensor.

Assim, é tático insistir em linhas de fuga que tensionam os centros de poder, pois, para além da celebração de um novo nicho de mercado, o que importa é a perturbação do fluxo acumulativo até que a ordem produtiva seja adaptada para este novo formato, ou seja, investimentos que demandam novas tecnologias, novos maquinários, novos profissionais e, principalmente, novos enunciados de poder e novas subjetividades, a serem produzidos quando remanejados.

A *liberdade* neoliberal intensificou os conflitos de uma sociedade “cansada” (HAN, 2017 [2010]) e “controlada” (DELEUZE, 2013 [1992]) e, deste processo – ainda que tomado por consequências distintas - viu emergir a “luta por reconhecimento” (BEZERRA JR, 2019; HONNETH, 2009 [1992]) de grupos minoritários.

Ainda que a teoria crítica acuse um paradoxo deste movimento devido ao protagonismo identitário frente à luta de classe, antes unificada enquanto trabalhadores, Deleuze e Guattari reforçam a legitimidade da luta das minorias. Entretanto, quando encapsulada na molaridade do mundo social, toda reivindicação – enquanto resistência – tende a compor com a razão cínica do capitalismo. Neste sentido, a tática integradora deve considerar a luta das minorias nos dois planos coexistentes, investindo na distinção de regimes que operam.

Em nível molar - onde há falta(s) a ser(em) preenchida(s) - as minorias lutam por direitos através de objetivos distintos, ou seja, reivindicações/resistências que, enquanto sujeito de enunciação, investem o rosto de sua função social em lutas sempre atreladas a um pleito determinado. Para além da acomodação das representações identitárias, este plano é da ordem dos axiomas, onde toda manifestação – que a princípio ameaça a lógica capitalista - precisa ser reintegrada ou exterminada³² a fim de manter tanto o bloqueio das intensidades como a ordem exploratória da força produtiva. Neste sentido, considerando como exemplo a luta histórica dos trabalhadores, ao conquistar direitos (férias, licença maternidade, seguro-desemprego etc.), as vantagens do oprimido são, na verdade, estratégias de manutenção do opressor.

Processo diretamente atrelado à posição de forças das minorias, cujo investimento advém de uma visão que responsabiliza o mundo social da sua condição minoritária. Um fluxo centrípeto (de dentro para fora) que, por ênfase distinta, personaliza a guerrilha, e consolida - na sua melhor condição - um movimento forte, porém isolado, de fácil interlocução com as intenções capitalistas.

Apesar deste efeito, as reivindicações por direitos são legítimas e inevitáveis, porém, depois de consolidados enquanto objetivos de grupo, é de fundamental importância não “interiorizar a máquina binária” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b [1980/*platô 10*], p. 72), e sim inverter o fluxo,

³² Sob a lógica da axiomática capitalista, integração e extermínio estão diretamente associados às ações políticas dos “tipos” de Estado, a considerar regimes democráticos ou ordens totalitárias. Na intenção de combater possíveis ameaças e de manter a centralidade do poder, suas estratégias, respectivamente, investem na sujeição social dos sujeitos através da incorporação de fluxos descodificados (ampliação dos axiomas) ou de seu extermínio (redução dos axiomas), podendo inclusive (conforme o segundo caso) empregar sua força por meio da violência física.

investir a ordem centrífuga (de fora para dentro) a ponto de ampliar forças por efeito-contágio, afinal, a vontade revolucionária de uma minoria só se realiza quando suas lutas ocorrem por objetivos (molares) tomados por evidências epidêmicas que produzem devires (moleculares), ou seja, propósitos capazes de angariar aliados³³. Movimento molecular, cuja imanência parte da revelação do intolerável diante da vida, afinal, muito além daquilo que se reivindica (na ordem transcendente), é a vida (comum a todos) que, diante de uma posição/condição de minoria, está sendo violentada pelo poder a serviço do capitalismo.

Assim, por exemplo, não cabem somente às mulheres, as lutas por direitos emancipatórios, mas aos homens em devir-mulher, enquanto maioria social do conjunto representativo molar, passarem a perceber o intolerável sobre a vida. “É preciso, portanto, conceber uma política feminina molecular, que insinua-se nos afrontamentos molares e passa por baixo, ou através” (ibidem). Tática integradora que investe a possibilidade de outros virem a ter o devir-minoritário das minorias, mediante a revelação da opressão que as legitima enquanto luta, onde as atrocidades da desigualdade incidem sobre a vida.

No entanto, no campo das possibilidades, ainda que o sujeito invista em uma micropolítica ativa de viés tensor, ou que este venha a compor com processos de alianças revolucionárias, as intenções molares do mundo social não o abandonam e seguem a tensionar suas percepções moleculares na intenção de interromper os devires, redirecionar a linha de fuga e, conseqüentemente, reterritorializá-lo às subjetividades dos enunciados de poder.

Na intenção de combater a incidência das forças molares, a tática criativa que outorga o devir desobediente investe na continuidade compositiva do fluxo imanente. Um prolongamento da segmentaridade molecular (linha de fuga) a ponto de alcançar um “produto” frente à repressão do desejo.

Intrínseco da errância do pensamento nômade³⁴, ao considerar inclusive os entrelaçamentos conceituais de Deleuze e Guattari que extrapolam a crítica ao sistema de subordinação sujeitada e exploração acumulativa (subtitulado “*capitalismo e esquizofrenia*”), é atributo do sujeito em fluxo imanente ter ideias (não aquelas do juízo platônico), cujo ímpeto, tende a um deslocamento com vistas à sua concretude.

Em sentido oposto à ordem transcendente, o devir criador é um processo de possíveis que envolve o momento de suspensão das funções utilitárias do sujeito, capaz de oportunizar uma percepção refinada diante de um agenciamento de experimentação. Fluxo imanente que, por “reconhecimento atento” (BERGSON, 1999 [1896], p. 111), dispara uma sequência encadeada, a considerar na ideia, a síntese de um acontecimento; na criação, a possibilidade de expressar a ideia no mundo social; e, na ação, diante de uma intensidade empoderada, a materialidade da força criativa, sendo esta, a primazia do devir político da desobediência.

Enquanto tática, ainda que Deleuze e Guattari (2011a [1972]) afirmem que alcançar um fluxo criativo significa ir além daquilo “que a ‘razão’ impõe ao inconsciente” (ibidem, p. 427, grifo do autor), as possibilidades compositivas de uma ideia criativa estão diretamente associadas às relações do(s) sujeito(s) e de grupos com o mundo social, sempre a investir a partir daquilo que lhe é familiar, podendo, inclusive, relacioná-la a parâmetros técnicos adquiridos.

³³ Nesta tática desobediente, a ideia de “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) não remete a uma borda autorizativa de um determinado grupo de minoria, mas a de uma ferramenta de compreensão analítica que posiciona a opressão, de onde parte quem a enuncia.

³⁴ Parte do “tratado de nomadologia” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980/*platô 12*]), o pensamento nômade é fluxo de um pensador em devir. De natureza contraditória frente àquilo que lhe é imposto, reconhece na potência reveladora de um encontro de intensidades a força da diferença, capaz de transformar o não-conceituado em possibilidades da existência.

Assim, referenciada nos agenciamentos de poder, a criação é uma micropolítica ativa que investe a desobediência a partir de “focos de instabilidade” (FOUCAULT, 2004 [1975], p.27) que operam nos “detalhes” (ibidem, p.172) do sistema macropolítico, diante do funcionamento estruturado de determinado centro de poder a ele associado.

Entretanto, ainda que haja uma síntese conversora do sujeito perante uma ideia, a força motriz do criador é a necessidade, advinda dos processos de individuação (*hecceidades*). Assim, a considerar as variáveis que determinam o desejo de investir a desobediência, a criação é uma interação dialética personalizada, afinal, se o mundo social revela uma motivação avessa, a ação desobediente é a resposta enquanto outro possível: uma provocação àquele que a provocou.

Nesta guerrilha entre planos (molar e molecular), quando o sujeito investe a desobediência (micropolítica ativa) frente aos processos de subjetivação dos agenciamentos de poder, o desejo (processo do devir) alcança o político (sentido do devir), entrelaçando suas possíveis criações às resistências, afinal, ambas são de ordem subversiva diante de um contexto que opera por padrões e categorias estabilizadoras determinadas pelos agenciamentos de poder, onde o igual é superior à diferença, neste caso, possuída de um caráter opositor.

Se “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1988 [1976], p. 90), criar e resistir – sem o nexo do efeito causal - são gestos inevitáveis daquele que adota a imanência enquanto problemática da existência, afinal, não há uma alternativa que não aquela de ser levado, por necessidade, a resistir à ordem posta, a ponto de inventar modos de existir cuja intensidade, advinda da extrapolação dos possíveis, tende à ordem do não dado.

Mas, para além de uma tática, o pensamento filosófico de Gilles Deleuze atribui à criação o seu lugar imanente (plano dos devires) e sua condição-ato, um campo infinito de composições diante de pensamentos-conceitos que nomeiam e decifram uma força escapista e transgressora, enquanto possibilidade de existir perante a indigência necessária de um mundo “logocêntrico” (DERRIDA, 2001 [1972], p. 23)³⁵. Logo, a criação faz do indivíduo um ser único³⁶, que se diferencia dele mesmo ao reconhecer a potência de suas interrelações com o mundo social, ou seja, a produção de *diferença(s)* por *repetição(ões)*. Momento que também o faz múltiplo, diante dos *mil platôs* de intensidades compositivas.

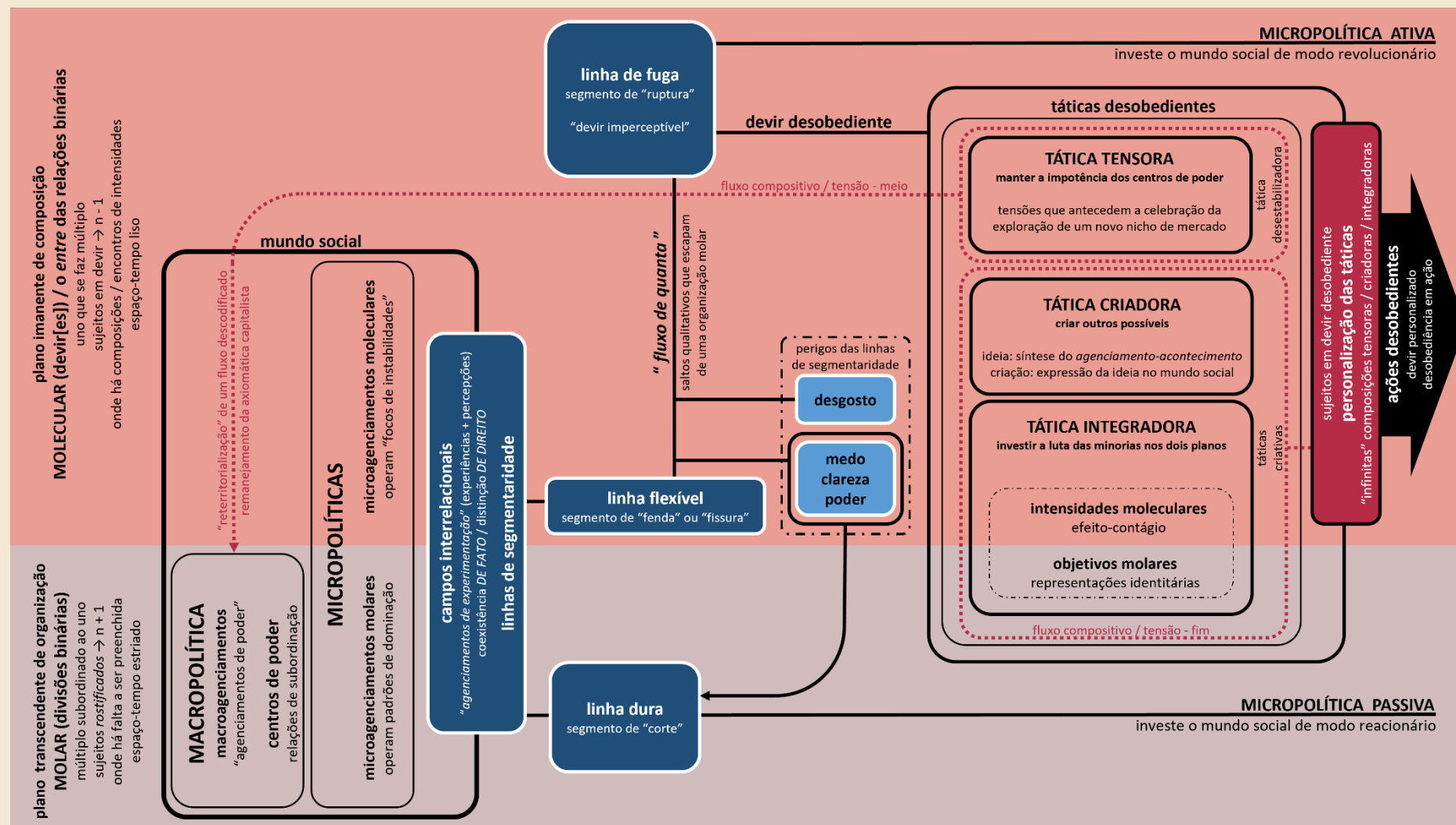
A repetição dos lances [da experiência] não é submetida à persistência de uma mesma hipótese nem a identidade de uma regra constante. Fazer do acaso um objecto de afirmação é o mais difícil, mas é o sentido do imperativo e das questões que ele lança. As Ideias emanam dele como as singularidades emanam deste ponto aleatório que, a cada vez, condensa o acaso numa vez (DELEUZE, 2000 [1968], p. 326, grifo do autor).

Neste campo de forças, apesar do devir desobediente traçar uma linha de fuga que cartografa a superação das forças do plano transcendente de organização (figura 70), a generalidade das táticas só existe enquanto ideias subversivas frente à universalidade do sistema capitalista. Elas dependem do movimento compositivo do sujeito em devir, ou seja, do fluxo imanente – de *tática-ideia* para *tática-ação* - enquanto possibilidade personalizada do pensamento criativo.

³⁵ Na referida obra, diante da provocação da filósofa Julia Kristeva por uma posição “logocêntrica”, Jacques Derrida reflete sobre o termo enquanto uma possível borda-limiar entre a razão e a desconstrução.

³⁶ No primeiro capítulo de *Diferença e Repetição* (1968 [2000]), intitulado “*A diferença em si mesma*”, Deleuze afirma que “a História da Filosofia determina três momentos principais na elaboração da univocidade do ser” (ibidem, p. 97), enquanto posição do devir frente à universalidade da razão. Reflexão que aciona - enquanto pensamento - a *neutralidade* cristã-medieval de Duns Scot (1266-1308); a *ideia de Deus* (*natureza naturante*) de Baruch Espinoza (1632-1677), e o *eterno retorno* de Friedrich Nietzsche (1844-1900). Respectivamente, enquanto referência, os respectivos pensadores atribuem ao ser a capacidade de se fazer neutro ou indiferente; expressivo, ou ainda produtor; e por fim, realizado.

Figura 70 – Cartografia do possível em devir desobediente.



Fonte: elaboração própria a partir dos pressupostos filosóficos de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Assim, o devir desobediente é o campo de uma intenção que acomoda infinitas possibilidades. Em fluxo compositivo, sua força, advinda de um agenciamento de experimentação, assume a forma de devir(es)-outros dentro do propósito da desobediência.

Portanto, na qualidade de possíveis em devir, táticas são “tipos” que, ao investir o desejo subversivo dos sujeitos, podem compor infinitas formas tensoras, integradoras e criativas, a *esperançar*, da força que põe o substantivo em movimento, a “necessidade ontológica” (FREIRE, 1994 [1992], p.11) enquanto sentido da existência.

Ademais, sem a intenção de cessar este fluxo híbrido, que a esperança em ação prática atravesse a posição localista dos lampejos criativos de desobediência personalizada a ponto de compor uma rede “constelada de levantes” (VELLOSO, 2018, et al. 2019³⁷), como campo micropolítico plural e variado de práticas ativas, de natureza avessa à capilaridade do capitalismo neoliberal. Um movimento de possíveis outros, com vistas a possibilidades lúcidas de realizar “sonhos diurnos” (BLOCH, 2005 [1959]).

Ao aproximar sujeitos em ação desobediente frente ao contexto metabólico de dominação, o espaço (parte também interessada deste trabalho) se faz campo de guerrilha, mesmo diante do esvaziamento de seu sentido público, quando integrado à lógica que estabiliza a exploração e a acumulação do capital, enquanto produto da sua versão estratégica (como nos casos das cidades de Barcelona [1992], do Rio de Janeiro [1995] e de Manaus [2015]), através da conversão dos direitos sociais em serviços cifrados.

Condição oportunista de uma falta enunciada por processos de subjetivação capitalista, cujo efeito fez da sociedade a parte cansada e doente deste tempo do agora, que busca encontrar no consumo uma resposta amortecedora e na “expulsão do outro” (HAN, 2018 [2016]) – diante da cultura do medo e da emersão das minorias – o seu modo desencantado de existir.

Apesar de constante manutenção, devido à força da capilaridade informacional, este contexto – capitalístico e antissocial - tem na aceleração a estratégia oportunista da atualização, onde o propósito é de ampliar, por enunciação, os padrões estabelecidos da existência que “consente somente mais idênticos – ou os outros somente na condição de serem idênticos” (ibidem, p. 14)³⁸. Angústia resolvida pela aparência, afinal, diante de formas e formatos de um mundo tomado por imagens, aparentar – no sentido debordiano - é a solução frente ao esforço de ser alguém ou de ter algo.

Na prática, os sintomas comportamentais dessa síndrome de identificação investem na autopreservação individuada e individualizada, respectivamente correspondentes às sínteses da opinião superficial agrupadas em bolhas entre iguais. Condição que faz da cidade - enquanto campo de relações - a urbanidade negativa, proferida por Simmel (1976 [1902]): deslocamentos intencionais, o estranhamento social e o “filistinismo mesquinho” (ibidem, p. 21).

Contudo, ainda que materializada por muros e valores que demarcam posições socioespaciais, este formato fragmentado não remete a um novo paradigma de sociedade, afinal, a distinção é histórica e sua interação com o todo se mantém, como enuncia a “teoria da complexidade”

³⁷ Enquanto pensamento aplicado, o texto de Rita Velloso, intitulado “*Pensar por Constelações*” (2018), tem os seus pressupostos constelados no texto-sequência “*Fazer por Constelações*” (2019) cuja síntese-montagem é de autoria coletiva de pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa *Cosmópolis* - coordenado por Rita Velloso e Renata Marquez - da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³⁸ Em *Anomalisa* (2015), filme de animação em *stop-motion* dirigido por Charlie Kaufman e Duke Johnson, o personagem Michael Stone é um consagrado coach motivacional do neoliberalismo a caminho de Cincinnati (Ohio) para uma conferência sobre seu livro “*Como posso ajudá-lo a ajudar-nos?* Tomado por um mundo entre iguais, onde rostos e vozes proferem o idêntico, Michael, apesar do sucesso, se vê em crise existencial até conhecer Lisa e suas “anomalias”. Apaixonado por suas “distinções”, o protagonista passa a se interessar pela representante comercial hospedada no mesmo hotel para assisti-lo.

(MORIN, 2010 [1982]; 2002). São dos processos de subjetivação que reforçam a individualidade do indivíduo - como alvo estratégico da matriz psicológica do neoliberalismo, exacerbados pelo funcionamento do isolamento quarentenal durante a pandemia do coronavírus – os efeitos que elevam a complexidade da sociedade neste tempo do agora.

Apelidado de tempos de incerteza (também estratégico, quando associado a uma posição estática frente às expectativas dos desdobramentos do mundo), este afrouxamento da tecitura entre sujeitos “pressiona anteriores conceitos expressivos da configuração dos grupos, das interações sociais e do tecido social” (RIBEIRO, 2000, p.13).

Neste contexto, como investir a desobediência no espaço?

Em que pese o funcionamento destas notícias, é da condição sujeitada de seus operadores a força que as estabilizam, e todo desejo que investe em sentido oposto a esta lógica remete a uma micropolítica ativa (sujeitos em devir) frente às imposições macropolíticas (centros de poder [Estado, instituições e o mercado]). Para Deleuze e Guattari (1997 [1980]), a interação dos devires com as formas de dominação anunciam o enfrentamento da “máquina de guerra nômade” (ibidem/*platô 12*)³⁹ com os “aparelhos de captura” (ibidem/*platô 13*), respectivamente atrelado às criações dialéticas da desobediência frente aos enunciados da máquina-Estado, bem como aos centros de poder a ela filiado.

No entanto, ainda que os sujeitos desobedientes sejam motivados pelo nexos de que o “pessimismo no atacado” deve ser combatido com o “otimismo no varejo” (Schwarcz, 2020, n.p [eBook])⁴⁰, estas relações escalares determinam as posições do/no combate, das quais ambos arremetem suas ações no espaço através de forças e estratégias.

Tomados pelo poder legitimador do Estado para o mercado, a considerar a sua capacidade de ajuste diante de certas intenções, os centros de poder - independente do aparelho de captura (tipo e formato de suas ações) - operam em modalidade de *lawfare*, enquanto arma estratégica que manobra as leis conforme seus interesses. Um plano via judiciário, como, por exemplo, na esfera política do Brasil, com o processo de cassação de mandato que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2016), bem como, na condenação de Luís Inácio Lula da Silva (2018).

No âmbito da produção do espaço neoliberal, motivados pelo pensamento único da exploração e da acumulação capitalística baseada em “boas práticas”, a estratégia manipuladora é personalizada pelo capital privado diante da vontade de fazer negócios com a cidade. Fundamentado no discurso-consenso do descrédito e da inoperância do Estado, como promotor e gestor de uma possível urbanidade, o capital privado se aproveita da austeridade neoliberal para legitimar seus interesses através de instrumentos urbanísticos (planos diretores e suas leis complementares), associados às responsabilidades do poder público.

³⁹ Em “Tratado de Nomadologia” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980/ *platô 12*]), diante de um agenciamento de experimentação o sujeito nômade cria uma máquina de guerra que ocupa e propaga o espaço-tempo de modo liso, porém, sua intenção primeira “não tem necessariamente por objeto a guerra” (ibidem, p. 102). Só há combate nas sobreposições entre os modos de propagação do espaço-tempo, ou seja, na possibilidade de interação do modo liso com o modo estriado. Momento em que a máquina de guerra nômade “tem por inimigo o Estado, a cidade, o fenômeno estatal e urbano, e assume como objetivo aniquilá-los” (ibidem, p.102). A guerra contra o Estado é histórica, advinda da colonialidade como solução do que fazer com as terras conquistadas. Nessa guerrilha, como vimos, quando o Estado é ameaçado por fluxos descodificados ele se reinventa, com o propósito de manter a centralidade do poder. Contudo, quando a força que o tensiona suscita o seu enfraquecimento, ou mesmo a perda do poder, o Estado se suicida, criando para si a sua própria máquina de guerra: a militarização.

⁴⁰ A metáfora que associa o tipo de modalidade comercial (atacado e varejo) às percepções do sistema-mundo por sujeitos em devir desobediente (*atacado-pessimista* e *varejo-otimista*) empresta do ensaio “Quando acaba o século XX” a autodefinição da historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwarcz, enquanto efeito sistêmico da pandemia do coronavírus (COVID-19): “Sou pessimista no atacado e otimista no varejo” (SCHWARCZ, 2020, n.p [eBook]).

Um tipo de “*lawfare* urbano” (MONTANER, 2023)⁴¹ que opera uma autopromoção oportunista, cujo efeito tem na autoridade autorizada, ou melhor, no poder legitimado, a chancela de investir o lucro no território através da gentrificação, enquanto prática consensual e naturalizada do progresso e do desenvolvimento, determinando posições de usos, tipos de investimentos e, conseqüentemente, deslocamentos intencionais e desigualdades socioespaciais.

Ainda que genérica, a capacidade de manipulação de poderes e forças deste formato se desdobram em ações intencionais que, ao mesmo tempo em que posicionam todos os agentes e estabilizam a sua lógica, se faz campo de batalha para todo sujeito que se dispõe a atacar por necessidade, através de ações desobedientes diante de um estado de esgotamento. Quando o território é o *locus* tático de suas invenções, a força de uma ação implantada revela um outro possível, capaz de tensionar a insistência do pensamento único que só enxerga - na qualidade imanente deste gesto subversivo - a resistência opositora da apropriação, da ocupação, da invasão e de toda nomenclatura sinonímica que o ameaça.

Segundo Lefebvre (1991 [1968]; 2001 [1968]), ao considerar que toda ação tática advém do vivido, este é o momento em que o espaço se faz político, instituindo – de fato e de direito – o seu real valor de uso, mesmo quando norteados (de forma crítica) pela capilaridade neoliberal, a suscitar vantagens do Estado e do mercado frente à resistência de sujeitos e de grupos.

Contudo, conforme Deleuze e Guattari, o mundo social coexiste em dois planos que se entrelaçam de fato, porém não de direito, devido à natureza distinta de seus regimes operacionais. Condição capaz de quebrar o favoritismo do combate, afinal, no que tange à propagação de forças operadas por uma relação espaço-tempo, enquanto a molaridade transcendente investe o mundo social de modo “estriado” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980/*platô 14*]), a molecularidade imanente se faz de modo “liso” (ibidem) a ponto de alcançar, por intensidade do devir, a possibilidade de inversão das vantagens na guerrilha.

No campo conceitual da filosofia deleuzo-guattariana, independente do modo de propagação, as relações de espaço-tempo se estabelecem por pontos (paradas ou posições) e linhas (trajetos ou intervalos) que se relacionam por sujeição, sendo estriada, toda linha subordinada ao ponto. Neste formato – diante de toda divisão representativa do planeta – sua ordem mensurável faz da cidade um modelo típico, operada por sujeitos em movimento extensivo que se deslocam conforme relações interessadas entre “coisas”, mediante formas e funções estabelecidas (casa/morar, fábrica/trabalhar, escola/estudar, parque/lazer etc.)⁴².

Em modo liso, a propagação do espaço-tempo é ocupada pela força dos acontecimentos, das hecceidades, dos afetos e dos desejos, e, ainda que o ponto esteja subordinado à linha, é a qualidade da linha – enquanto possibilidades infinitas de devires – que determina o ponto. Nessa condição nômade em que o espaço-tempo se propaga, o ponto é uma parada imprevisível, determinada enquanto síntese dos fluxos compositivos da imanência.

O nômade, o espaço nômade, é localizado, não determinado. O que é ao mesmo tempo limitado e limitante é o espaço estriado, o *global relativo*: ele é limitado nas suas partes, às quais são atribuídas direções constantes, que estão orientadas umas em relação às outras, divisíveis por fronteiras, e componíveis conjuntamente; e o que é limitante (*limes* ou muralha, e não mais fronteira) é esse conjunto em relação aos

⁴¹ A personalização do termo *lawfare* junto ao campo do *pensar-fazer* cidade foi cunhado, em tom de denúncia, por Josep Maria Montaner, a fim de relevar a manipulação estratégica do sistema jurídico por grupos de oposição que tem os seus interesses econômicos e financeiros ameaçados pela gestão democrática e participativa da primeira mulher “*alcaldesa*” da cidade de Barcelona.

⁴² Os aplicativos de deslocamento posicionado (“Waze”, “Uber”, etc.) revelam a forma estriada da cidade, afinal, operados via satélite - mediante a estrutura morfológica da cidade agregada à fluidez do sistema viário - a variável tempo direciona o melhor trajeto (linha), sob a referência subordinada de dois pontos (partida e chegada).

espaços lisos que ele “contém”, cujo crescimento freia ou impede, e que ele restringe ou deixa de fora. Mesmo quando sofre seu efeito, o nômade não pertence a este global relativo onde se passa de um ponto a outro. Ele está antes num *absoluto local*, um absoluto que tem sua manifestação no local, e seu engendramento na série de operações locais com orientações diversas (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 54).

Apesar da distinção conceitual, o espaço-tempo da existência se realiza por interrelações dos dois modos. Assim, ainda que a proeminência de um ofusque o modo do outro, tanto o liso (*absoluto local*) como o estriado (*global relativo*) podem ser transformados, ou seja, a depender do agenciamento, o liso pode sofrer um estriamento, bem como, o estriado pode ser alisado⁴³. Tomamos por exemplo um fenômeno recorrente das cidades brasileiras: as apropriações do comércio informal em parques ou praças.

Inseridos no território urbano como parte das divisões estriadas pelo poder através de determinações de usos, um parque ou uma praça compõe uma forma pública de trajetos (linhas) subordinados a equipamentos (pontos) que assessoram suas intenções e seu funcionamento. Quando estes acessórios investem o território como opção pública de lazer, sua lógica tende a agregar os cidadãos, que podem usufruir da sua ordem posta, enquanto agenciamento de propagação de modo estriado; ou ainda, conforme exemplo insinuado, suscitar percepções intensivas que, inclusive, podem ser reforçadas por seu entorno imediato, cujo processo (linha) pode determinar uma posição (ponto) a ser explorada pelo comerciante informal (sujeito nômade) ao perceber (ter um devir) naquele território um outro potencial diante da sua forma. Contexto em que o ponto era inexistente. Ele só foi determinado devido aos agenciamentos que interagiram com o sujeito no trajeto como, por exemplo, ao constatar, mediante a sua condição informal (posição de sujeito no mundo social), que a ordem pública somada à posição da praça/parque – enquanto parte compositiva do tecido urbano – estimula um fluxo de pessoas que extrapola seu objetivo primeiro, a incorporar outras possibilidades de uso (*espaço-atalho*, por exemplo) que, por efeito, aumenta o fluxo de pessoas e, conseqüentemente, do ponto de vista do comerciante informal e de suas intenções, faz deste território um potencial a ser explorado. Momento em que a máquina de guerra nômade entra em combate com a formalidade. No entanto, ao considerar a ciclicidade dos modos de propagação do espaço-tempo, a referida apropriação do espaço público pode ser estriada quando a força que, a princípio, o reconhece como ameaça passa a integrá-lo como parte do conjunto, como no caso das estruturas fixas para permissionários instaladas em determinados espaços públicos sob ordem e manutenção das prefeituras.

Ao tomar o território como possível exemplo dos modos de propagação do espaço-tempo, quanto mais o espaço se faz dominado pelas forças do Estado e do mercado (geralmente amparado por instrumentos urbanos de controle), maior o embate na propagação das forças que ocupam o modo liso. Da mesma forma o seu avesso, como nos casos das franjas periféricas, onde, a princípio, a atuação do Estado é rarefeita e desfocada das intenções de seus poderes e de seus entes filiados.

Portanto, diante das forças estriadas da macropolítica, é qualidade de uma ação em devir desobediente investir o espaço através de pontos localizados, provenientes da síntese imanente dos fluxos compositivos de uma linha de fuga. Contudo, em que pese esta guerrilha, toda materialidade ou permanência subversiva é de ordem opositora e, ainda que tensione os padrões impostos pelas forças de poder, o desejo desobediente só é legitimado quando

⁴³ Em “Amor”, escrito em 1960 e publicado na obra “Laços de Família” (1985), Clarice Lispector oportuniza à protagonista um alisamento existencial, estrategicamente narrado pela quebra dos ovos no bonde. Momento em que tudo se descola da sua *rostitude* estriada de mulher-mãe, passando a compor sua vida a partir de outros fluxos de intensidades. Experiência idêntica à revelada no filme “A noite” (1961) de Michelangelo Antonioni, onde a personagem Lídia (Jeanne Moreau), reduzida à condição de esposa do escritor Giovanni Pontano (Marcello Mastroianni), sai à deriva pelas ruas da cidade, a traçar uma linha de fuga que só é interrompida por um inesperado agenciamento de experimentação.

amparado pelo entendimento sistêmico de toda estrutura que o provoca, ou seja, é tático investir em possíveis outros, mas é fundamental que estes incorporem processos e aliados de toda ordem a considerar, inclusive, a qualidade de um pensamento criador, capaz de reconhecer a diferença como campo epistemológico de um pensar-fazer.

Sem a intenção de determinar objetivos ou formas, é pista para compor territórios em fluxo desobediente propor espaços de demora, considerar a potência da desaceleração enquanto ritmo da experiência que investe a variável tempo na sua ordem avessa àquela de orientação acelerada que, neste tempo do agora, pactuada às forças do capitalismo neoliberal, domesticou o corpo, o pensamento e o desejo; aniquilou o poder urbano e sua sociabilidade misturada; e estabilizou a condição sujeitada da sociedade, fazendo da vida um desafio de sobrevivência.

Que o protagonismo do(s) SUJEITO(S) e dos grupos minoritários tomem os ESPAÇO(S) como lócus de devires, porém, sem o intuito de alcançar o CONTEXTO, afinal, como vimos, a força política do poder tende ao corruptível.

Assim, sob a lógica invertida da tríade analítica deste trabalho, é desejo desobediente se manter tensor, a ponto de sujeitar as macropolíticas dos poderes às multiplicidades criativas das micropolíticas em devir.

Referências

A inteligência é caracterizada por uma incompreensão natural da vida.

Henri Bergson

Referências.

A noite (*La notte*). Direção: Michelangelo Antonioni. Produção de Emanuele Cassuto. Itália / França: Versátil Home Vídeo, 1961.

A pequena loja de suicídios (*Le magasin des suicides*). Direção: Patrice Leconte. Produção de André Rouleau, Gilles Podesta e Thomas Langmann. Bélgica/Canadá/França: H2O Films, 2012.

ANDREATTA, Verena. Río de Janeiro: recuperar a ciudad recuperando los barrios. Favela-Bairro y Rio Cidade. In: MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida. **Archivo Crítico. Modelo Barcelona 1973-2004**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica ETSAB-UPC, 2011.

ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Anomalisa. Direção: Charlie Kaufman / Duke Johnson. Produção de Charlie Kaufman, Duke Johnson, Dino Stamatopoulos e Rosa Tran. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2015.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo: Editora 34, 2012.

ARENDDT, Hannah. **Eichmman em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Schwarcz, 1999.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do Desenvolvimento**. Tradução Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

ASCHER, François. **Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce**. Tradução de Sueli Louro. *Cadernos Ippur*. Rio de Janeiro. ano VIII, n.1, p. 83-96, Abr, 1994.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994.

BÂ, Amadou Hampâté. **Aspects de la Civilization Africaine**. Paris: Présence Africaine, 1972.

BACHELAR, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALANDIER, Georges. **O social em tempos de incerteza**. Tradução André Telles. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

BARCELONA. **Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000**. Barcelona, ES: Ajuntament de Barcelona, 1990.

- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer / Editora da Universidade Federal do Amazonas / Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, 2007.
- BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. Estado, Nação e Região no final do século XX. In: D'INCÃO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. (org.). **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Evidências: sobre o bom uso de dados em ciências sociais**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens. Organização da edição brasileira de Willi Bolle**. Tradução do alemão de Irene Aron. Tradução do francês de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- _____. **O anjo da história**. Organização e tradução João Barento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BERARDI, Franco. **Generación Post-Alfa: patologías e imaginarios en el semiocapitalismo**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.
- _____. **Depois do futuro**. Tradução Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- _____. **Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem**. Tradução Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERRI, André Luis. **Às margens de Barcelona. O Plan de la Ribera (1965) como ponto de convergência dos processos de regeneração urbana na frente marítima**. Dissertação (Mestrado em Diseño Urbano: Arte, Ciudad, Sociedad) – Universitat de Barcelona. Barcelona, 2017.
- BESSA, Altamiro Sérgio Mol; ÁLVARES, Lúcia Capanema. **A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades**. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.
- BEZERRA JR., Benilton. **A busca pela identidade no século 21. Da série “Qual o passaporte para a vida social? Desafios da identidade no mundo contemporâneo”**. Café Filosófico CPFL. Campinas – SP. Programa gravado em 15 de março de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/eVS1E-D4cio>. Acesso em: 02/05/2019.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

- BLOCH, Ernest. **O princípio esperança, vol. 1.** Tradução Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.
- BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa.** Tradução Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da MetrÓpole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- BORGES, Jorge Luis. **O jardim das veredas que se bifurcam.** In: BORGES, Jorge Luiz. **Ficções.** Tradução Davi Arriguicci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BORGES, Leonardo Beraldo de Ornellas; SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Corrupção urbanística em sistemas de planejamento e gestão urbanos: um estudo de caso. In: **urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.11. Curitiba, 2019.
- BORJA, Jordi. **Luces y sombras del urbanismo de Barcelona.** Barcelona: Editorial UOC, 2010.
_____. Barcelona y su relación con otras ciudades: Bilbao, Monterrey, Río de Janeiro e Buenos Aires. In: MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida. **Archivo Crítico. Modelo Barcelona 1973-2004.** Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica ETSAB-UPC, 2011.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **As cidades como atores políticos.** Tradução Omar Ribeiro Thomaz. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.
_____. **Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información.** Madrid: Taurus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
_____. **Pierre Bourdieu: sociología.** (organizado por Renato Ortiz). Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.
_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** 9. ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papius, 1996.
_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
_____. **Coisas ditas.** Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
_____. **A economia das trocas simbólicas.** Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papius, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Brasília, DF: Presidência da República.

- BRENNER, Neil. **Espaços da Urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
- BRESCIANI, Maria Stella. Civilidade e cidadania. In: PECHMAN, Robert (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- BROWDER, John Olin; GODFREY, Brian John. **Cidades na floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. Tradução de Gisele Vieira Goldstein e colaboração de Joscilene Souza. 1ª ed. em português. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- BROWN, Wendy L. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.
- CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia: fabricando cidadãos felizes**. Tradução Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAMBAÚVA, Lenita Gama; SILVA JÚNIOR, Maurício Cardoso da. Depressão e Neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. In: **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília (Conselho Federal de Psicologia). Vol. 25, nº 4, p. 526 – 535, 2005.
- CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 16, núm. 1, jan-jun, 2012, pp. 79-90 Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2012.
- CAPEL, Horacio. **El modelo Barcelona: un examen crítico**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.
- CARCERERI, Maria Luisa Gambôa. **Tecitura das águas: história ambiental urbana dos igarapés de Manaus/AM**. 2017. Tese / Doutorado em Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- CARDOSO, Sandro Ouriques. **Imagens em Jogo: montagem e ruptura a partir do quebra-cabeças**. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAV/UFRGS). Porto Alegre, 2021.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina de (Org.). **Vocabulário de Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHAMAYOU, Gregory. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CLASTRES, Pierre. **A arqueologia da violência: estudos de antropologia política**. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (org.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- COELHO, Gustavo H. de Freitas. Ayn Rand: uma biografia. In: XAVIER, Dennys Garcia (coord.). **Ayn Rand e os devaneios do coletivismo**. São Paulo: LVM Editora, 2019.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. **Identidade e desenraizamento**. Da série “Qual o passaporte para a vida social? Desafios da identidade no mundo contemporâneo”. Café Filosófico CPFL. Campinas – SP. Programa gravado em 12 de abril de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/3PCEA9fmHWs>. Acesso em: 10/06/2019.
- COUTROT, Thomas. **L’entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste: enquête sur les modes d’organisation du travail**. Paris: La Découverte, 1998.
- CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução Joaquim Toledo Júnior. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia – um convite**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAS, Veena e POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Tradução María Serrano e Marta Arranz. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, Madrid (GERI – UAM), n. 8, p. 1-39, junho, 2008.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5 ed. ampliada. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. **Diferença e Repetição**. Tradução brasileira Luiz B. L. Orlandi e Roberto Machado (revista para Portugal por Manuel Dias). Lisboa: Relógio d'Água, 2000.
- _____. **Espinosa: filosofia prática**. Tradução Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.
- _____. **A ilha deserta e outros textos. Textos e entrevistas (1953-1974)**. Organização de David Lapoujade. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- _____. **Nietzsche**. Tradução Alberto Campos. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2007.
- _____. **Sobre o teatro: Um manifesto de menos / O esgotado**. Introdução de Roberto Machado. Tradução Fátima Saadi, Ovídio Abreu, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010. Disponível em: <http://www.clinicand.com/wp-content/uploads/2021/01/Gilles-Deleuze-Sobre-o-teatro.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022. Não paginado (n.p).
- _____. **Conversações (1972-1990)**. 3. ed. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.
- _____. **Lógica do sentido**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- _____. **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975 – 1995)**. Edição preparada por David Lapoujade. Tradução Guilherme Ivo. Rev. Téc. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016.
- _____. **Cinema 2 – A imagem-tempo**. Tradução Eloisa A. Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.
- _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2**. 2. ed. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3**, 2. ed. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4**. 2. ed. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- _____. Maio de 68 não ocorreu. **Revista Trágica de Estudos da Filosofia da Imanência**, Edição Temática: “Deleuze, a clínica e a política”, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 118-121, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/issue/view/1261>. Acesso em: 27 de dez. de 2022.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del “Modelo Barcelona”**. 2. ed. Madrid: Catarata, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Posições**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. Manaus: Editora Valer, 1999.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tomam posição**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- DILACERDA, Lucas. A visão do invisível em Deleuze. In: SILVA, Francisca Galiléia P. da; ARAÚJO, Hugo Filgueiras de; SILVA, Francisco Amsterdan Duarte da; BANDEIRA, Francisco Diário de Andrade (org.). **Pilares da Filosofia: estudos acerca da ética, política, linguagem, conhecimento**

- e ensino de filosofia.** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, Editora Fi, 2020. Disponível em: <https://www.editorafi.org/06pilares>. Acesso em 11 de novembro de 2022.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** Tradução Manoel do Rêgo Braga. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: obra completa.** Tradução de Maria L. Leite Rosa, Arlete Simille Marques e Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2002.
- DUFOUR, Dany-Robert. **A cidade perversa: liberalismo e pornografia.** Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob hegemonia americana. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **A crise do neoliberalismo.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. **Transformações do Sofrimento Psíquico.** Programa “Café Filosófico”. Gravado em 19 de outubro de 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=m2eNsp18rNA>. Acesso em 11 de julho de 2018.
- DUREN, Nora Ruth Libertun de; RIVAS, Rene Osório. **Bairro: dez anos depois.** Tradução de Eglaisa Cunha. Relatório: BID Publications. Jun. 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/pt/bairro-dez-anos-depois>>. Acesso em 08 de dez. de 2022.
- EHRENBERG, Alain. **La fatigue d’être soi: depression et société.** Paris: Odile Jacob, 1998.
- ELDEN, Stuart. **The Birth of Territory.** Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- FALLETI, Tulia. **Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada.** Dossiê Sociedade e Políticas Públicas – Sociologias, Porto Alegre, ano 8 nº 16, jul/dez, p. 46-85, 2006.
- FARIAS FILHO, José Almir. Cultura urbanística e neoliberalismo: imagens da cidade por uma cultura discursiva. **Anais XV ENANPUR – Desenvolvimento, Planejamento e Governança.** Recife/PE, v.15, n.1, 2013.
- FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. In: **ESPAÇO & DEBATES: Revista de Estudos Regionais e Urbanos.** Ano XVII. nº 41. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU, 2001.
- FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- FONSECA, Tania Mara Galli. **Paisagem transferida: o encolhimento do caráter público do espaço no urbanismo contemporâneo.** Exame de qualificação de tese (doutorando: Rodrigo Capelato). Porto Alegre, out., 2018, p. 1-10. Não Publicado.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e Tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **As ideias estão no lugar**. Cadernos Debates 01/História do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FRANKLIN, Cleber Batalha. Geopolítica dos governos militares para a Amazônia brasileira. **Revista Olhares Amazônicos**. Boa vista: Universidade Federal de Roraima, janeiro-julho, vol. 2, n.1, p.332-347, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREITAS, Luiz Alberto Alencar de. **Localização das indústrias do pólo industrial de Manaus: uma análise dos fatores determinantes**. 2012. Dissertação / Mestrado em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- FREITAS, Marcílio de (Org.). **Amazônia: passado, presente e futuro**. 2ª impressão. Curitiba: Juruá, 2019.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1974.
- GAGO, Verônica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.
- GONÇALVES, Raquel Garcia. **Modelos emergentes de planejamento: elaboração e difusão. Um estudo do planejamento estratégico situacional**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed. revisada. Manaus: Editora Valer, 2007.
- GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.
- GREGÓRIO, Danielle Khoury. **Sobre as águas da Amazônia: habitação e cultura ribeirinha**. 2019. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP, São Paulo, 2019. Disponível em: *BDTA USP - Detalhe do registro: Sobre as águas da Amazônia: habitação e cultura ribeirinha*. Acesso em 08/02/2022.
- GROBE, Cristina Maria Petersen. **Manaus e seus Igarapés: A construção da cidade e suas representações (1880-1915)**. 2014. Dissertação / Mestrado em História - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Tradução Célia Uvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- GUANAIS, Frederico Campos; FISCHER, Tânia. Entre planos, projetos e estratégias: o caso do Rio Sempre Rio. **Revista Organização & Sociedade – O&S**. v.6, n.14, p. 39-63, janeiro/abril, 1999.

- GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. Tradução Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- GUÉRON, Rodrigo. **Capitalismo, Desejo e Política: Deleuze e Guattari leem Marx**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX**. Tradução de Maria Alice Junqueira Bastos, Pérola de Carvalho, Anita Guimarães. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução Enio P. Giachini. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.
- _____. **Sociedade do cansaço**. Tradução Ênio Paulo Giachini. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.
- _____. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2018.
- _____. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução Lucas Machado. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.
- _____. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- _____. **O que é poder?** Tradução Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.
- _____. **Capitalismo e impulso de norte: ensaios e entrevista**. Tradução Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis/RJ: Vozes, 2021.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Tradução Clóvis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- HAROCHE, Claudine. **A vida mental nas grandes cidades contemporâneas diante da aceleração e do ilimitado**. In: PECHMAN, Robert (Org.). *A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: revista de estudos regionais urbanos**. Ano XVI, n.39, pp. 48-64, 1996.
- _____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria S. Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HAYEK, Friedrich. **The Sensory Order: An Inquiry into the Foundation of Theoretical Psychology**. Chicago/Illinois: The University of Chicago Press, 1952.
- _____. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HEALEY, Patsy. The universal and the contingent: Some reflections on the transnational flow of planning ideas and practices. **Planning Theory**, v. 11, n. 2, p.188-207, 2012. <https://doi.org/10.1177/1473095211419333>

- HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flôres e da Raiz e o desmanche da cidade flutuante em 1967. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Anais eletrônicos, Florianópolis, 2015.
- _____. **Narrativas de paisagem, argumentos de projeto: centralidade da Amazônia em textos e na prática da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, de 1934 a 1989**. 2019. Tese/Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral**. Tradução de Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Fantasma moderno: montagens de uma outra herança v.1**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- _____. **Pensamentos selvagens: montagens de uma outra herança v.2**. Salvador: EDUFBA, 2021.
- JAMESON, Fredric. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. **Novos Estudos - CEBRAP**, 12, p. 16-26, 1985.
- JOURDAIN, Anne. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- KIERKEGAARD, Søren Aabye. **O conceito de angústia: uma simples reflexão psicológico-demonstrativa direcionada ao problema dogmático do pecado hereditário de Vigilius Haufniensis**. Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes (Vozes de Bolso), 2015.
- KOOLHAAS, Rem. **Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- _____. A Cidade Genérica. In: **Três textos sobre a cidade**. Tradução de Luis S. Baptista. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2010.
- KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. The Generic City. In: **S, M, L, XL**. Nova York: Monacelli Press, 1995.
- KUSTER, Eliana; PINTO, Fernando (org.). **Foucault e a caixa de ferramentas: modos de pensar sobre a cidade, modos de agir na cidade**. Vitória/ES: Edifes, 2018.
- LA BOETIE, Etienne De. **Discurso da Servidão Voluntária**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34 (Coleção Trans), 1994.
- LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. Tradução Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- _____. **Signos, Máquinas, Subjetividades**. Tradução Paulo Domenech Oneto e Hortência Lencastre (colaboração). São Paulo: Edições Sesc São Paulo / Edições n-1, 2014.
- _____. **O governo do homem endividado**. Tradução Daniel P. P. da Costa. São Paulo: Edições n-1, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Mônica de Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides Joao de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- _____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 1. ed. española, 2013.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **Auto-estima e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000a.
- LIMA JÚNIOR, Pedro de Novais. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na terapia do planejamento urbano**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Da leveza: rumo a civilização sem peso**. Tradução de Idalina Lopes. Barueri/SP: Manole, 2016.
- LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família: contos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. Vol. 17 / nº 49, p. 11-29, Jun, 2002.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana moderna e contemporânea. Um certo olhar**. Prefeitura de Goiânia: Goiânia, p. 95, 2001.
- MARICATO, Paloma Henriques. Vende-se Rio de Janeiro, ótimo Estado, todo reformado, segurança reforçada, excelente para temporadas. **Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro. v. 24, n. 1, p. 89-112. Jan/Jun, 2014.
- MARQUES, Marcos Aurelio; HESSEL, Ana Maria Di Grado. O conceito de “virtual”: de Bergson a Deleuze, de Deleuze a Lévy. **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 24, jul/dez, p. 205-220, 2021.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. Vol. I, 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MARZANO, Michela. **Programados para triunfar: nuevo capitalismo, gestión empresarial y vida privada**. Buenos Aires: Tusquets Editores, 2011.
- MARZULO, Eber. A modernidade do planejamento urbano. In: PANIZZI, Wrana (org.). **Outra vez Porto Alegre: a cidade e seu planejamento**. Porto Alegre: CirKula, 2016.
- MARZULO, Eber; MARX, Vanessa. Poder local y crisis global: cambios en la trayectoria de Porto Alegre. **Revista CIDOB d’Afers International**. Espanha. n. 104, p. 45-65. Dez, 2013.

- MAUPASSANT, Guy de; FITZGERALD, F. Scott; D'AUREVILLY, Jules Barbey; FLEUTIAUX, Pierrette; JAMES, Henry. **Quatro novelas e um conto: as ficções do platô 8 de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari**. Tradução e organização Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e Arquitetura 1852-1910**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- _____. **La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- MINTZBERG, Henry. The fall and rise of strategic planning. In: **Harvard Business Review**. January – February, p. 107-114, 1994.
- MINTZBERG, Henry; JORGENSEN, Jan. Una estrategia emergente para la política pública. In: **Revista Gestión y Política Pública**. Vol. IV, nº 1, México, 1995.
- MINTZBERG, Henry; LAMPEL, Joseph; QUINN, James Brian; GHOSHAL, Sumantra. **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MISES, Ludwig. **Ação humana – um tratado de economia**. 4. ed. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- MONTANER, Josep Maria. La evolución del “modelo Barcelona” (1973 – 2005). In: MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida. **Archivo Crítico. Modelo Barcelona 1973-2004**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica ETSAB-UPC, 2011.
- _____. **Lawfare Urbano: ofensiva judicial contra la Barcelona de Ada Colau**. Barcelona: Icaria/Más Madera, 2023.
- MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida; CASANOVAS Roser. **Reader. Modelo Barcelona 1973-2013**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica ETSAB-UPC, 2013.
- MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, terra da fartura. Jean Pierre Chablos e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Artes, Campinas, 2012.
- MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2005.
- MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo (coord.). **Ensaio de Complexidade**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- _____. **Ciência com consciência**. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio. 14. ed. (revisada e modificada pelo autor). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MUKERJI, Chandra. **Territorial ambitions and the gardens of Versailles**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1997.
- MUMFORD, Lewis. **The Myth of the Machine: technics and human development**. Harcourt Brace Jonanovich, New York, 1966.

MUÑOZ, Francesc. **Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

MUXÍ, Zaida. Episódios da transformação urbana de Barcelona. Tradução de equipe editorial. In: **Revista ARQtexto**, PROPAR/UFRGS, n.17, p. 104-123, Porto Alegre, 2010.

_____. La Vila Olímpica de Barcelona o el Plan de la Ribera revisitado. In: MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida. **Archivo Crítico. Modelo Barcelona 1973-2004**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica ETSAB-UPC, 2011.

_____. Sonrisas y lágrimas después de los Juegos Olímpicos. In: MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida; CASANOVAS Roser. **Reader. Modelo Barcelona 1973-2013**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica ETSAB-UPC, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. In: D'INCÃO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. (org.). **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

_____. **Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Anpur, 2015.

PAIVA, Ricardo Alexandre (Org.). **Megaeventos e intervenções urbanas**. Serie Intervenções Urbanas / coordenação Heliana Comin Vargas. Barueri, SP: Manole, 2017.

PECHMAN, Robert. Quando Hannah Arendt vai à cidade e se encontra com Rubem Fonseca. Ou da cidade, da violência e da política. In: KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. **O chamado da cidade: ensaios sobre urbanidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PECK, Jamie. **O neoliberalismo na crise atual**. Boletim Campineiro de Geografia v. 2, n. 2, p. 364-383, 13 de junho de 2012. Associação de Geógrafos Brasileiros – seção Campinas (AGB-Campinas). Entrevista concedida a André Pasti, Luciano Duarte, Melissa Steda e Wagner Nabarro. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/69/2012v2n2-JamiePeck>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. **Neoliberalizing Space**. Antipode, v. 34, n. 3, 2002.

PELBART, Peter Pál. Imagens do (nosso) tempo. In: FURTADO, Beatriz (org.). **Imagem contemporânea: cinema, tv, documentário, fotografia, videoarte, games... vol. II**. São Paulo: Hedra, 2009.

_____. Por uma arte de instaurar modos de existência que “não existem”. In: 31ª BIENAL DE SÃO PAULO (catálogo). **Como pensar sobre coisas que não existem**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2014.

_____. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito de Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2ª ed., Salvador: EDUFBA, 2011.

- Pla Estratègic Econòmic i Social Barcelona 2000**. Barcelona, 1990.
- Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.
- Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM)**, Tomo I. Manaus, 2015.
- Plano Diretor de Reabilitação do Centro de Manaus (PDRCM)**, Tomo II. Manaus, 2015.
- Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus (PDUA)**. Manaus, 2014.
- Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”**. Rio de Janeiro, 1996.
- Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (2017-2020) – “Rio 2020: mais solidário e mais humano”**. Rio de Janeiro, 2017.
- Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012) – “O Rio Mais Integrado e Competitivo”**. Rio de Janeiro, 2009.
- Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2016) – “O Rio Mais Integrado e Competitivo”**. Rio de Janeiro, 2013.
- PORRETTA, Daniele. De la Barcelona ciudad a la marca Barcelona. In: MONTANER, Josep Maria; ÁLVAREZ, Fernando; MUXÍ, Zaida; CASANOVAS Roser. **Reader. Modelo Barcelona 1973-2013**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/Departament de Composició Arquitectònica ETSAB-UPC, 2013.
- PORTER, Michael Eugene. **A vantagem competitiva das nações**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- POWELL JR., Lewis F. **Powell Memorandum: Attack On American Free Enterprise System**. Confidential Memorandum (U. S. Chamber of Commerce), August 23, 1971.
- PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências sociais. **Barbarói** (Revista dos Departamentos de Ciências Humanas e Psicologia/UNISC), Santa Cruz do Sul/RS, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.
- PRIGOGINE; Ilya, STENGERS; Isabelle. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Tradução Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.
- PRIGOGINE; Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur/CLACSO, 2005.
- RACHEWSKY, Roberto. Um breve ensaio sobre o objetivismo de Ayn Rand. In: XAVIER, Denis Garcia (org). **Ayn Rand e os devaneios do coletivismo**. São Paulo: LVM Editora, 2019.
- RAND, Ayn. **A virtude do egoísmo**. Tradução On Line Assessoria de Idiomas, tradução revista por Winston Ling e Cândido Mendes Prunes. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1991.
- REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas / Governo do Estado do Amazonas, 1997.

- RENDUELES, César. **Sociofobia: mudança política na era da utopia digital**. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- Requiem for American Dream**. Direção e Produção: Peter D. Hutchison, Kelly Nyks, Jared P. Scott. Estados Unidos da América: Netflix, 2015.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. **Revista Interface: comunicação, saúde, educação**. Botucatu/SP, v.4, n.7, p. 13-24, ago. 2000.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
- RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750 – 2016)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”**. Rio de Janeiro, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996.
- RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, Suely. A dama de negro. In: **Cadernos de Subjetividade**. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade / Programa de Estudos Pós-Graduados de Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, v. 1, n. 1, mar., 1993.
- _____. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ROSA FILHO, Silvio. Aventuras da desobediência. **Revista Cult**. São Paulo, n.235, p. 50-51, jun. 2018.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- SAFATLE, Wladimir (coord.); AFSHAR, Yasmin; FRANCO, Fábio; MANZI, Ronaldo; CASTRO, Júlio César de. **Gênese da concepção neoliberal de sujeito** (palestra / apresentação de pesquisa em andamento), Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise – LATESFIP/FFLCH-USP, São Paulo, 01 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DyV3upSkOZo> (primeira parte); <https://www.youtube.com/watch?v=1arRCR4htO4> (segunda parte); https://www.youtube.com/watch?v=erDxTVZht_g (terceira parte).
- SAFATLE, Wladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus**. 1986. Dissertação / Mestrado em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). **Posturas municipais, Amazonas (1838-1967)**. Manaus: EDUA, 2016.

- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. **A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Tradução Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Quando acaba o século XX**. São Paulo: Companhia das Letras / Breve Companhia (ensaio), 2020.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução de Marcos Santarrita. 19. ed. Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA JUNIOR, Nelson da (coord.); FOGAÇA, Márcia; SENHORINI, Mário; BEER, Paulo; AMBRA, Pedro. **A matriz psicológica da episteme neoliberal**. Palestra / Apresentação de pesquisa em andamento), Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise – LATESFIP/FFLCH-USP, São Paulo/SP, 14 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yEW9N8eB1Fs> (primeira parte); <https://www.youtube.com/watch?v=SbkbZfOnTeM> (segunda parte); <https://www.youtube.com/watch?v=e2YKGapN7Ng> (terceira parte).
- SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2012.
- SILVA, Michele Lins Aracaty e; OLIVEIRA, Marcílio Lima de; LUCAS, Mauro Maurício Barbosa. Teorias do desenvolvimento regional: o Modelo Zona Franca e a 4ª Revolução Industrial. In: II Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (SLAEDR) / VI Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional (SIDER) / III Seminário da Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (SIDETEG), 2020, Ijuí/RS (Org. PPGDR/UNIJUÍ – evento remoto). **Anais**. Ijuí, 2021, p. 1637 – 1655.
- SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)**. 2011. Tese / Doutorado em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- SQUIEROLLI, Rosane Viola; MARRA, José Carlos; XAVIER, Dennys Garcia. O antagonismo randiano: razão frente ao altruísmo. In: XAVIER, Dennys Garcia (coord.). **Ayn Rand e os devaneios do coletivismo**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

- Sketches of Frank Gehry.** Direção e Produção: Sydney Pollack. Alemanha/EUA: Sony Pictures Classics (Estados Unidos da América) / Pathé Distribution (França), 2006.
- SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica.** Tradução Marco Casanova, Paulo Soethe, Maurício Mendonça Cardozo, Pedro Costa Rego, Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Leno José Barata. **Cidade flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967).** Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010a.
- SOUZA, Licia Soares de. **Introdução às teorias semióticas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo.** 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2010b.
- SPINOZA, Benedictus de. **Ética.** Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênios. **Revista Intervenção Social,** Portugal, v.1, n. 27, p. 63-88, 2003.
- STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. **Primeiro Plano Quinquenal.** v. I. SPVEA, 1995.
- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. **Política de Desenvolvimento da Amazônia – balanço das atividades da SPVEA (1954/1960).** v. I. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1967.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. In: **Revista de Administração Pública,** vol. 40, nº 1, p. 27-53, Rio de Janeiro, 2006.
- TRINDADE, Rafael. Deleuze e Guattari – Linha de Fuga. **Razão Inadequada** (da série “Mil Platôs: Multiplicidade e Estratificação”), 2021. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2021/06/14/deleuze-e-guattari-linha-de-fuga/>. Acesso em 28 dez. 2022.
- VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.
- _____. Disseminating “Best Practice”? The coloniality of urban knowledge and city models. In: PARNELL, Susan; OLDFIELD, Sophie (Org.). **The Routledge Handbook on Cities of the Global South.** 1. ed., v. 1, New York/London: Routledge, 2014, p. 48-56.
- VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, Heliana Comin. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2015.

- VELLOSO, Rita *et al.* Fazer por Constelações. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico. Tomo II / modos de fazer.** Salvador: EDUFBA, 2019.
- VELLOSO, Rita. Pensar por Constelações. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico. Tomo I / modos de pensar.** Salvador: EDUFBA, 2018.
- _____. Constelação-cidade. In: JACQUES, Paola Berenstein; VELLOSO, Rita. **Enigma das cidades: ensaios de epistemologia urbana em Walter Benjamin.** Belo Horizonte/Salvador: Cosmópolis/Edufba, 2023.
- VILLAÇA, Flávio. A crise do planejamento urbano. **Revista São Paulo em Perspectiva.** São Paulo. Vol. 09 / nº 02, p. 45-51, Abr-Jun, 1995.
- _____. Uma contribuição para a história do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (orgs). **O Processo de Urbanização no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. **As ilusões do Plano Diretor.** <https://docplayer.com.br/3158493-Flavio-villaca-as-ilusoes-do-plano-diretor.html>. Publicação Digital em 07 de agosto de 2005. Acesso em 19 de maio de 2020.
- VIRILIO, Paul. **A arte do motor.** Tradução Paulo R. Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. **Velocidade e política.** Tradução Celso M. Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. **Grey Ecology.** Nova York: Atropos Press, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana: Estudos de Antropologia Social.** Rio de Janeiro/Museu Nacional, v. 8, n.1, p. 113-148, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje.** Tradução Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- WEIL, Simone. **O enraizamento.** São Paulo: EDUSC, 2001.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas.** Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. Problemas no Paraíso. In: MARICATO *et.al.* **Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- ZOURABICHVILI, François. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, Éric (org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica.** Coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2000.

*“ Eu vos digo: é preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante.
Eu vos digo: tendes ainda caos dentro de vós. ”*

*Friedrich Nietzsche
(Assim falou Zaratustra)*